



O Conflito e a Construção do Estado no Timor Leste

Sérgio Luiz Cruz Aguilár



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

**O CONFLITO E A
CONSTRUÇÃO DO ESTADO
NO TIMOR LESTE**

SÉRGIO LUIZ CRUZ AGUILAR

O CONFLITO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO TIMOR LESTE

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2019



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretor

Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega

Vice-Diretor

Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Andrey Ivanov

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

A283c Aguilar, Sérgio Luiz Cruz, 1960-
O conflito e a construção do Estado no Timor Leste / Sérgio Luiz Cruz Aguilar. –
Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2019.
456 p. : il.
Apoio: FAPESP
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7249-050-4 (Impresso)
ISBN 978-85-7249-049-8 (Digital)
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-049-8>
1. Timor Leste – História – Movimentos de autonomia e independência. 2. Mediação
internacional. 3. Acordos pacíficos para conflitos internacionais. 4. Nações Unidas. 5. Brasil.
Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. I. Título.
CDD 959.87

Copyright © 2019, Faculdade de Filosofia e Ciências

Processo FAPESP Nº 2018/19815-8. Declare-se que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa por meio do Processo: 470528/2013-3.

A Comissão de Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho' (Unesp) – Campus de Marília/SP, pelo apoio a algumas pesquisas de campo por meio do Fundo de Apoio à Pesquisa.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento do presente livro por meio do Processo: 2018/19815-8.

A Isadora Rusche e Simone Rui Martins da Cruz, alunas do Curso de Relações Internacionais e integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPCI) da Unesp – Campus de Marília – SP, que auxiliaram na pesquisa bibliográfica e documental com bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

SUMÁRIO

Lista de tabelas -----	09
Lista de figuras -----	10
Introdução -----	11
<i>CAPÍTULO 1</i>	
Timor Lorosa'e: colônia portuguesa de além-mar -----	17
<i>CAPÍTULO 2</i>	
Timor Timur: a 27ª província indonésia -----	89
<i>CAPÍTULO 3</i>	
UNAMET e INTERFET (1999): consulta popular e violência -----	139
<i>CAPÍTULO 4</i>	
UNTAET (1999 – 2002): rumo à independência -----	173
<i>CAPÍTULO 5</i>	
UNMISSET (2002 – 2005): a nova nação e a missão de apoio da ONU	257
<i>CAPÍTULO 6</i>	
UNOTIL e UNMIT: apoio ao desenvolvimento e a crise de 2006 -----	293
<i>CAPÍTULO 7</i>	
O Brasil no Timor Leste -----	345

Considerações Finais -----	373
Referências -----	389
Anexo I - Resoluções das Nações Unidas para o Timor Leste -----	441
Anexo II - Regulamentos da Administração Transitória (UNTAET) ----	445
Lista de siglas e abreviaturas -----	449

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão Regional da Província do Timor Leste -----	90
Tabela 2 - Cronograma Inicial da Consulta Popular -----	141
Tabela 3 - Desalojados no Timor Leste -----	193
Tabela 4 – Efetivos da Força Militar -----	229
Tabela 5 - Fatalidades na UNTAET -----	242
Tabela 6 – Países contribuintes com policiais na UNCIVPOL -----	279
Tabela 7 – Efetivos militares em 2002, 2003 e 2004 -----	282
Tabela 8 – Efetivo das tropas brasileiras no Timor Leste -----	352

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A ilha de Timor -----	18
Figura 2 – Localização das tropas indonésias, campos de refugiados e de ex-milicianos -----	225
Figura 3 - Pontos de junção na fronteira -----	227
Figura 4 – Desdobramento da força militar -----	228
Figura 5 - Estrutura das F-FDTL -----	236
Figura 6 – Desdobramento das tropas -----	281
Figura 7 - Organização do Pel PE -----	354
Figura 8 – Localização da tropa brasileira -----	357

INTRODUÇÃO

Esta obra trata do processo de construção do Estado no Timor Leste, antiga província portuguesa na Ásia, ocupada pela Indonésia em meados da década de 1970, e que, após um período de extrema violência e uma administração transitória da Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se a mais jovem nação do terceiro milênio.

Em 1999, enquanto acompanhávamos a situação na província do Kosovo e, logo após os bombardeios desencadeados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na antiga Iugoslávia, os noticiários internacionais passaram a apresentar a violência que ocorria no Timor Leste por ocasião do processo de consulta popular que estava sendo conduzido pela ONU. A situação que se apresentava naquele território necessitava, a nosso ver, uma maior atenção da sociedade internacional, principalmente por se tratar de sérias violações dos direitos humanos. Com o caos instalado, em setembro daquele ano, a intervenção internacional, a participação do Brasil com militares na força liderada pela Austrália e nas missões posteriores, e a instalação de uma administração transitória que deveria, pela primeira vez na história da ONU, ‘construir’ um Estado, decidimos realizar a pesquisa para melhor compreender o processo de paz no Timor Leste.

A saga do povo timorense em busca da autodeterminação acabou tornando-se um exemplo de resistência e persistência, apesar de inúmeros óbices motivados por fatores internos e externos que dificultaram a conquista da independência.

Hoje, o povo timorense exerce a liberdade na sua plenitude. No entanto, foi um longo caminho com centenas de milhares de vidas perdidas,

por conta de conflitos, doenças, descaso dos colonizadores e opressão dos ocupantes do seu território. A obra procura retratar esse caminho.

A história do Timor pode ser dividida em quatro fases: a colonização portuguesa, levada a cabo por mais de quatro séculos, entre 1512 e 1975; a ocupação indonésia e a integração do Timor como sua 27^a província, entre 1975 e 1999; o processo de independência conduzido pelas Nações Unidas entre 1999 e 2002; e o período pós-independência, a partir de maio de 2002.

Nas últimas fases, houve o envolvimento da sociedade internacional por meio de seis missões de paz conduzidas pela ONU:

- *United Nations Mission on East Timor – UNAMET*, responsável pela condução do referendo que definiria a opção da população timorense pela independência ou a incorporação definitiva à Indonésia;
- *International Force for East Timor – INTERFET*, a força multinacional liderada pela Austrália, organizada para lidar com a violência e a crise humanitária que tomou conta do território após o referendo;
- *United Nations Transitional Administration on East Timor – UNTAET*, responsável pela administração transitória do território e a construção do Estado timorense independente;
- *United Nations Mission of Support on East Timor – UNMISSET*, encarregada de apoiar as instituições timorenses pelo período de dois anos após a independência do país.
- *United Nations Office in Timor Leste – UNOTIL*, uma missão política para conduzir a construção da paz, incluindo o apoio ao desenvolvimento de instituições críticas como a polícia nacional, por meio da transferência de conhecimentos e habilidades.
- *United Nations Integrated Mission in Timor Leste – UNMIT*, para apoiar o governo timorense na consolidação da estabilidade, facilitar o diálogo político e restaurar e manter a segurança pública no país.

O Timor Leste é um excelente caso para a análise dos mecanismos de gerenciamento e resolução de conflitos internacionais. Primeiro, porque foram executados naquele território todos os tipos de operações de paz, conforme os conceitos trabalhados pela ONU a partir da Agenda para a Paz, do então Secretário Geral Boutros Ghali, como: o estabelecimento da paz – *peace making*, com a obtenção dos acordos de 1999 que conduziram ao referendo; a imposição da paz – *peace-enforcement*, com a ação da Interfet para terminar com a violência desencadeada pelas milícias durante e após o processo de consulta popular, em 1999; e a manutenção da paz – *peacekeeping* e a consolidação da paz – *peace-building*, conduzidas durante a administração transitória - UNTAET, a missão de apoio ao novo país – UNMISSET, e as missões subsequentes – UNOTIL e UNMIT. Segundo, porque o conflito e o processo de paz no Timor Leste abriram espaço para discussões de temas relativos aos direitos humanos, segurança, intervenções internacionais, dentre outros.

Para superar os desafios presentes nesse estudo de caso, inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica que permitiu compreender como se deu a colonização portuguesa e seus reflexos para a sociedade timorense, o contexto em que ocorreu a invasão da Indonésia e a incorporação do Timor Leste como sua 27^a província e as ações dos diversos atores envolvidos no que se chamou de ‘questão do Timor Leste’ durante a ocupação indonésia.

A pesquisa documental foi realizada: nos documentos em geral da ONU e nos relatórios e documentos específicos das operações de paz desenvolvidas no Timor Leste; relatórios de militares e policiais brasileiros integrantes das operações de paz realizadas no Timor Leste, coletados no Ministério da Defesa (MD) e no Comando do Exército, em Brasília e no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no Rio de Janeiro; documentos da diplomacia brasileira, coletados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE) em Brasília; documentos dos governos da Austrália, Estados Unidos, Indonésia e Reino Unido, coletados em fontes diversas, especialmente no *National Security Archive (NSA)* dos Estados Unidos da América (EUA); fontes secundárias e documentos, coletados no Arquivo da Torre do Tombo (ATT), em Lisboa – Portugal; documentos da resistência timorense e do governo do Timor Leste, coleta-

dos no Arquivo Nacional do Timor Leste (ANTL) e no Arquivo e Museu da Resistência (AMR), em Dili – Timor Leste. Além disso, foram conduzidas entrevistas com pessoas diretamente envolvidas nas operações de paz em Dili, Brasília e Rio de Janeiro.

Nas diversas pesquisas de campo realizadas foram coletadas fontes primárias e secundárias que permitiram verificar os instrumentos utilizados pelos atores internacionais para o gerenciamento e a resolução do conflito, especialmente a ONU, como a obtenção dos acordos que permitiram a consulta popular, as atividades realizadas durante a administração transitória e as ações de desenvolvimento das instituições timorenses após a independência. Com o material obtido foi possível compreender o processo que conduziu à independência, e os fatores e dinâmicas que conduziram à crise de 2006 e suas consequências, especialmente para as atividades de reforma das forças de defesa e policiais. Com esses passos buscamos compreender como se deu o processo de ‘construção’ do Estado no Timor Leste.

O resultado da investigação é apresentado em sete capítulos. A situação do Timor Leste como colônia portuguesa e província indonésia é apresentada nos dois primeiros capítulos, incluindo a resistência da guerrilha levada a cabo pelas Forças Armadas de Libertação Nacional do Timor Leste (Falintil), da frente clandestina e da frente diplomática no exterior.

Nos quatro capítulos seguintes, são apresentadas as ações desenvolvidas pela ONU por meio das operações de paz e missões políticas especiais estabelecidas no Timor Leste: a UNAMET e como se deu a condução da consulta popular; a violência que se instalou após o referendo, a ação da força internacional – INTERFET – e a administração transitória – UNTAET – que conduziu a independência; as ações da UNMISSET para consolidar as instituições do novo Estado; e a crise de 2006, que provocou a substituição da UNOTIL pela UNMIT, e os atentados de 2008 e suas consequências, especialmente para as atividades de reforma do setor de segurança.

No sétimo capítulo apresentamos como se deu a participação do Brasil no processo de independência timorense, a presença militar, por

meio de oficiais de ligação, observadores militares, policiais e tropa armada de Polícia do Exército (PE) nas operações de paz, e os diversos programas e projetos executados naquele país, especialmente pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty.

Em cada capítulo, após a descrição dos eventos, seguem algumas considerações sobre os aspectos importantes do processo de colonização, ocupação, independência e pós-independência e suas dinâmicas.

CAPÍTULO 1

*TIMOR LOROSA'E*¹

COLÔNIA PORTUGUESA DE ALÉM-MAR

*“Ali também Timor, que o lenho manda
Sândalo salutífero e cheiroso[...].”
(CAMÕES, Os Lusíadas, Canto X, 134, 1572)*

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A ilha de Timor está localizada na Insulíndia, no arquipélago de Sonda², banhada pelo Oceano Índico ao sul e pelo Oceano Pacífico ao norte. Possui 32.350 quilômetros quadrados, com 470 km de comprimento máximo e 110 km de largura e é dividida em duas partes: o Timor Ocidental, parte da província indonésia *Nusa Tenggara Timur*, com uma população de 1.588.302 habitantes (senso de 2013)³, cuja capital é Kupang; e o Timor Leste, com uma área de 17.900 mil quilômetros quadrados.

O território do Timor Leste tem comprimento máximo de 270 quilômetros e largura máxima de 75 quilômetros, com uma costa de 638 quilômetros. Inclui, ainda, o enclave de Oekussi-Ambeno (Oecussi), que fica a noroeste da Ilha de Timor, um apêndice na parte indonésia, com uma costa de 48 quilômetros no mar de Savu e uma área de 850 quilôme-

¹ Timor do Sol Nascente na língua tétum, a mais falada no Timor Leste, ou poeticamente ‘aurora de um novo dia’.

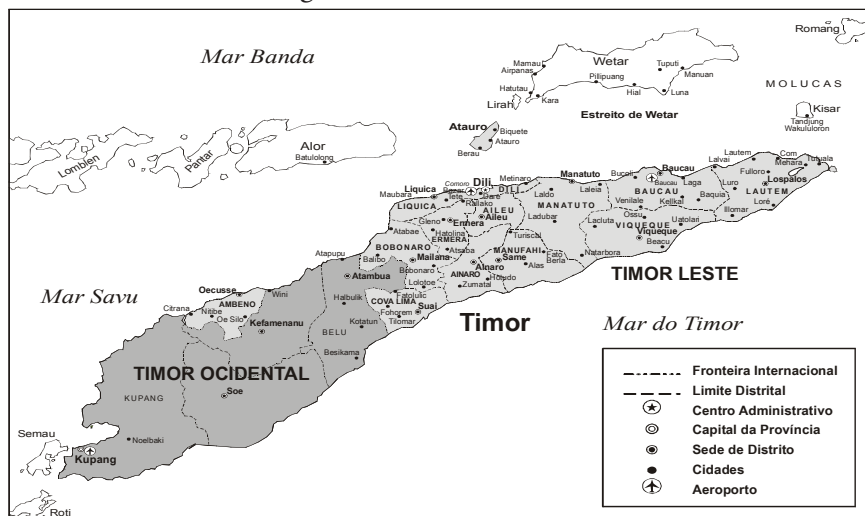
² A Insulíndia, formada por arquipélagos e ilhas, foi chamada pelos europeus, na época das grandes navegações, de Índias Orientais ou Ilha das Especiarias.

³ População total da parte ocidental da Ilha do Timor que engloba as regiões de Kota Kupang, Belu, Kupang, Timor Tengah Selatan e Timor Tengah Utara. A população total da província era de 4.953.967 habitantes em 2013 (INDONESIA, 2014).

tros quadrados, e mais duas pequenas ilhas: Ataúro, a 23 quilômetros ao norte, com uma área de 144 quilômetros quadrados, e Jacó, na ponta leste, com uma área de cinco quilômetros quadrados. Faz fronteira ao norte com os estreitos de Wetar e Ombai, a este com o Mar Maluku, a sul com o Mar do Timor e a oeste com o Timor Ocidental. Em 2010, o governo timorense informou que a população era de 1.066.582 habitantes, sendo que 193.563 deles se encontravam na capital, Díli⁴ (TIMOR LESTE, 2010). A ilha dista cerca de 500 quilômetros da Austrália e mil quilômetros da ilha indonésia de Java.

O Timor Leste possui uma cadeia central de montanhas que se elevam a oeste, sendo o ponto mais alto o Monte Ramelau com 2.960 metros.⁵ Nessas montanhas germinam quase todos os cursos d'água da ilha, que descem ao norte ou ao sul, formando uma densa rede hidrográfica que, na época das secas, quase desaparece e, no período das chuvas, aumenta consideravelmente de volume, provocando enchentes. A parte norte da ilha é caracterizada por um litoral de origem de corais e planaltos com altitudes variando entre 400 e 700 m. A parte sul é quase totalmente plana e bastante fértil.

Figura 1 – A ilha de Timor



Fonte: Confeção própria a partir de United Nations. DPKO. Cartographic Section. *Map No 4117 Rev. 6*. New York, March 2007.

⁴ Em português. Díli (na língua tétum). No texto utilizamos as duas grafias.

⁵ Um triângulo abrange as três maiores montanhas do Timor: Ramelau ao centro, entre Aileu e Atsabe, Matebian (2315 m), a leste de Baucau e Cablaki (2180 m), ao norte de Same.

O clima é quente nas regiões centrais, mais ameno nas montanhas e geralmente chuvoso. Existem duas estações bem definidas pelo regime das monções. O período de chuvas ocorre entre novembro e maio, quando se inicia a transição para o período de seca que vai de julho a outubro. A temperatura média anual é constante, em torno dos 21 graus, com temperaturas máximas atingindo 33 graus. A umidade relativa do ar apresenta uma média de 76%.

Apesar de abundante vegetação, esta não desempenha papel importante na economia do Timor. A necessidade do regime de agricultura itinerante destruiu a floresta primária que hoje representa apenas 1% do território.

O setor agropecuário ocupa lugar de destaque na economia, com produtos tais como: inhame, milho, café, fumo, borracha, sândalo branco, gado bovino, suínos, búfalos, etc. Há também gás e petróleo no Mar do Timor, além de manganês e ouro em seu território.

Antes da chegada dos ocidentais, a ilha era habitada por indígenas e fazia parte de uma rede comercial ligada à China e à Índia, baseada principalmente no sândalo.⁶

Na população timorense, subsistem as raças: vedo-australóide, correspondente a uma pequena parte da população (de traços semelhantes aos aborígenes australianos), primeiro povo a habitar a ilha entre 40 mil e 20 mil anos a.C.; papua-melanésia, que teria chegado por volta de 3.500 anos a.C.; protomalaia, datada de 2.500 anos a.C. e a deuteromalaia, resultante da mestiçagem entre a protomalaia e migrantes de características mongoloides que chegaram por volta do ano 500 a.C. (MATOS, 1974).

Os Belu teriam chegado a ilha entre os anos de 3.000 e 200 a.C. vindos possivelmente de Sulawesi do Sul (Makasar) ou da ilha de Ceram nas Molucas. Vem daí o mito da origem da ilha - o crocodilo de Makasar que teria se transformado em pedra (COSTA, G., 2012). Os Belu teriam vencido os Atoni, de características menos guerreiras, estabelecendo-se, sobretudo, na parte oriental da ilha. Com uma origem racial mais mista que a dos Atoni, combinando o malaio, o melanésio e o austronésio, par-

⁶ O sândalo é uma árvore típica da Ásia, considerada pelos indianos como a árvore da vitalidade, de onde se extraem óleos aromáticos.

tilharam o tétum como língua franca, idioma que acabou sendo falado por todos os habitantes do Timor-Leste, “incluindo as populações originárias da Papua (*Fatuluku, Maku’a*) que habitam o extremo oriental da ilha (a chamada Ponta Leste)” (CAREY; COX, 1995, p. 13).

Acredita-se que, pela natureza montanhosa da região, esses povos não se misturaram, razão da existência de tantas línguas no Timor. Atualmente, as línguas mais faladas são o tétum, o bahasa indonésio (fruto da ocupação indonésia) e o português (fruto da dominação portuguesa). Mas, existem 16 línguas nativas distintas (tétum, kawaimina, hábum, idalaka, galóli, ataurense, tacodede, quêmaque, mambae, becais, baiqueno e lovaia, da família de línguas austronésias, e búnaque, macassai, macalero e fataluco de origem papua), somadas a vários dialetos, que teriam sido introduzidos na ilha do Timor por volta de 7.000 a.C. (BORMANN; SILVEIRA, 2007, p. 243).

A partir do século XII, os habitantes da ilha se organizaram em reinos tribais independentes entre si, mas que prestavam obediência a dois impérios maiores que dominaram a ilha. No lado oriental, o dos Belus e, no ocidental, o de Servião. Os reinos formavam duas confederações, cada uma sob a chefia de seu ‘imperador’. Ou seja, a posterior divisão da ilha em duas partes não resultou apenas “dos azares da história colonial” (THOMAZ, 1977, p. 19). No império dos Belus, uma das etnias que o compunham, os tetuns, impuseram sua hegemonia às demais.⁷

A sociedade timorense se manteve organizada em torno de pequenas comunidades, ligadas por relações de parentesco, formando uma estrutura de clãs (VERAS; ANDRADE; REZENDE, 2008). As famílias se reuniam em povoações ou aldeias (*cnua*). A reunião de aldeias formavam os sucos, governados pelos liurais (‘senhor da terra’, uma espécie de cacique) e por conselhos de velhos sábios (*catuas*). Os conselhos eram destinados a apreciar casos mais relevantes, entre eles as penas de morte e as declarações de guerra. Os liurais transmitiam suas ordens através de súditos nobres de sua confiança aos chefes de suco e estes aos chefes de aldeias. No final da hierarquia estava o povo (*ema*) e os escravos, normalmente prisioneiros de

⁷ Enquanto os povos do Servião falavam a mesma língua (*baiqueno* ou *timoreesch* como os holandeses a denominavam), os Belos falavam mais de vinte línguas e dialetos diferentes e usavam o tétum como língua veicular (segundo idioma) (MATOS, 2005).

guerra ou comprados (NUNES, 2007). A reunião de sucos deu origem aos reinos. Muitos liurais descendiam dos *topassus*.⁸

A sociedade é marcada por um dualismo entre a autoridade política (*dato/liurai*), que se refere ao mundo material, e a autoridade ritual (*bei/tatá*), que lida com o sobrenatural e com tudo a ele conectado. Na maioria das vezes ambas estão vinculadas a uma mesma casa sagrada e, como a autoridade ritual é considerada superior, ela indica a autoridade política (OSPINA; HOHE, 2002).

A questão da autoridade ritual está ligada à relação entre magia e religião. A maioria do povo ainda se mantém animista e, por isso, há uma crença profunda e dominante em espíritos dos antepassados (*matebian*) a quem prestam culto especial, dos vivos (*klamar*) e da natureza (da terra - *raí nain* e da água - *bée nain*). A força oculta, considerada sagrada, tem finalidades mágicas usadas para o bem (magia branca) ou para o mal (magia negra). As comunidades mantêm suas casas sagradas (*uma lulik*), normalmente nos centros das aldeias, onde guardam objetos sagrados (*lulik*). Durante as crises, pode-se recorrer ao *hamulak*, cerimônia tradicional de invocação de antepassados, para ajudar a superar os grandes desafios (NUNES, 2007).

A crença no espírito dos mortos leva a acreditar que os antepassados estabelecem regras e os infratores dessas regras devem ser punidos. A morte é encarada como processo progressivo, por meio do qual o espírito aos poucos se separa do defunto. Então, os mortos precisam ser homenageados para não voltar a importunar os vivos. As cerimônias fúnebres são grandes festas, podendo haver sacrifícios de animais, e os defuntos só são enterrados quando os vivos julgarem que todas as homenagens foram feitas. Assim, o processo do desluto pode demorar anos (NUNES, 2007). Durante as operações de paz, nas revistas feitas na fronteira entre o Timor Leste e o Ocidental, era comum encontrar partes de defuntos nas bolsas dos timorenses, principalmente mexas de cabelos (BRASIL, 18 out. 2002).

⁸ O termo dravídico *tupasse*, que significa sistema de coleta periódica de impostos (CAREY; COX, 1995), era como os holandeses chamavam os mestiços descendentes de soldados, marinheiros ou comerciantes portugueses com mulheres locais, conhecidos também como 'portugueses negros'.

No período colonial, Portugal exerceu a influência na sociedade local por meio dos “liurais de vários reinos (liurai rei) e dos liurais de um só reino (liurais)” cujo poder foi pouco afetado. Durante séculos não foram nomeados administradores coloniais (CAREY; COX, 1995, p. 14). O impacto ocidental sobre a civilização timorense foi irrelevante e suas estruturas sociais permaneceram praticamente intactas (THOMAZ, 1977). A partir do século XX a estrutura tradicional passou a conviver com a estrutura político-administrativa portuguesa, quando o governo português passou a nomear administradores nos chamados ‘postos’.

Assim, durante a colonização portuguesa, houve pouca disseminação de valores jurídicos nas comunidades e, a partir da ocupação, o sistema indonésio aplicou um viés autoritário. Com isso, os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos “permaneceram vivos até a atualidade e cuidam da quase totalidade dos casos conflitivos que ocorrem”. Os acordos tradicionais, muitas vezes celebrados por escrito, “revelam não só um direito costumeiro, como um grande grau de envolvimento da comunidade no fortalecimento de mecanismos que contribuam para a paz social no próprio meio” (VERAS; ANDRADE; REZENDE, 2008, p. 48).

A justiça tradicional engloba um conjunto de instâncias locais capazes de solucionar conflitos locais. É flexível, desenhada para pequenas comunidades de modo a manter a estabilidade social e a paz (SITARAMAN, 2013). Nessas comunidades, a legitimação social, normalmente, é maior que a desconhecida justiça formal.⁹ A justiça tradicional é conciliatória, sendo sempre buscada pelos líderes comunitários e os conselhos de anciões. O *badame* – ato de se reconciliar – é um conceito de valor dado ao perdão. Ou seja, além da concórdia há o valor do perdão (NUNES, 2007).

No Timor, o sistema de justiça tradicional é conhecido pelo termo *lisan* (do tétum) ou *adat* (do indonésio) e incorpora leis e proibições locais, normas sociais, rituais e sistemas de liderança comunitária e governança (NUNES, 2007). O termo se refere à casa familiar sagrada onde se realizam as reuniões de reconciliação nas comunidades. A justiça tradicional

⁹ Pesquisa da *Asia Foundation* realizada em 9% da população que havia sofrido violência doméstica apresentou que 72% buscou assistência em mecanismos de justiça tradicional (chefes de suco, aldeia, famílias, conselhos de sucos) e 16% recorreram à mecanismos de justiça formal (cortes, advogados, ONGs e a Polícia Nacional do Timor Leste) (THE ASIA FOUNDATION, 2013).

utiliza o ambiente familiar e social em que o crime ocorreu, discutindo as razões do conflito entre os atores envolvidos, para decidir de acordo com os valores da comunidade (VERAS; ANDRADE; REZENDE, 2008).

O sistema é baseado na mediação (*biti boot* ou *nabe bitilulun bit*) ou julgamento (*tesi lia*) e o objetivo maior é a reconciliação entre os grupos em conflito. Trata-se de um recurso das autoridades tradicionais como chefes de aldeia, liurais e os anciãos (*lia na'in*), literalmente, os donos da palavra, os oradores (SIMIÃO, 2007). Esse sistema

não trata apenas de reparar um dano a alguém – em muitos casos sequer há esta intenção. O foco, menos do que na atitude individual que originou uma briga ou disputa, está sobre a quebra de um equilíbrio previamente existente [...]. O dano, se há, não o é para uma pessoa ou para um grupo, mas para a relação entre eles, e é o equilíbrio desta relação que deve ser reparado (SIMIÃO, 2007, p. 211).

Os conflitos podem ser resolvidos por um conselho familiar no mesmo clã, pelo chefe da aldeia ou pelo chefe do suco, que pode valer-se do conselho de anciões (VERAS; ANDRADE; REZENDE, 2008).

A crença em que todos os espíritos têm uma força vital, permite explicar, em parte, a violência que, por vezes, está presente na sociedade. Nos espíritos vivos, a força vital ou alma aparece na demonstração de coragem, na força física, mas, também, na glorificação por comportamento adequado. A ânsia de glorificação e o medo da humilhação e do ridículo são dois polos da escala emocional dos timorenses. Então, sempre que o brio e a honra são atingidos, há o esforço pela vingança em nome próprio ou do grupo (NUNES, 2007). Como os laços familiares são muito fortes na sociedade, por vezes a violência é praticada por conta da percepção de que a honra da família, ou do clã, foi atingida, e se não houver vingança a pessoa é considerada covarde e fica diminuída aos olhos dos outros.

A diminuição da força vital traz intenso sofrimento. Por isso, após a prática de algum crime os acusados se mostram humilhados e moralmente diminuídos. Ao mesmo tempo, o medo de ser punido pelos espíritos, normalmente, levam os acusados a confessarem os crimes (NUNES, 2007).

Os costumes timorenses foram úteis aos portugueses nas suas expedições militares quando se valeram de nativos belicosos para alcançar seus objetivos. Mas “certas tradições eram contraproducentes para os seus fins, tais como os casamentos entre as famílias soberanas dos vários grupos políticos”, que criavam um relacionamento especial entre os reinos. Em consequência, os nativos desses reinos se viam como “aliados de sangue” e não guerreavam entre si (SCHOUTEN, 2007, p. 32).

Nesse contexto, o patrimônio cultural indígena sofreu modificações por meio do contato com mercadores chineses e malaios, pela influência portuguesa durante cerca de cinco séculos e, mais tarde, por imposição dos indonésios, durante os quase vinte e cinco anos de ocupação.

A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

No período do início do século XI ao início do séc. XIII, por razões mercantilistas, o Timor sofreu influência do reino de Kadiri e daí, ao início do séc. XVI, do reino de Majapahit, ambos de civilização indo-javanesa.

A partir do século XV, os chineses marcaram presença em busca do sândalo, mesma época em que começaram as relações comerciais com o reino muçulmano de Málaca. No entanto, apesar das intensas relações comerciais que se estabeleceram, o islamismo não conseguiu introduzir-se na região (WALDMAN; SERRANO, 1997).

Estima-se que, entre 1512 e 1513, os portugueses tenham chegado ao Timor, atraídos pelo sândalo, mel e cera que passaram a levar em troca do algodão e objetos metálicos que traziam de Málaca.¹⁰ No entanto, a efetiva ocupação de parte de seu território só ocorreria a partir de 1769, com a fundação da cidade de Dili (WALDMAN; SERRANO, 1997). Como ilha de especiarias, sua função no império português da Ásia foi marcadamente mercantil. Assim, a presença portuguesa se limitava às feitorias estabelecidas na costa e a algumas missões católicas. Com a quase extinção do sândalo, os portugueses, a partir de 1815, introduziram plantações de café, cana-de-açúcar e algodão (HORTA, 1998).

¹⁰ O Timor foi citado pela primeira vez numa carta de Rui Brito a Dom Manuel, datada de 6 de janeiro de 1514 (PORTUGAL, 1965, p. 34).

Em 1562, padres dominicanos estabelecidos em Solor iniciaram os contatos com os habitantes da ilha e sua evangelização. Construíram igrejas, capelas e colégios, além de fortalezas necessárias à sua defesa, exercendo a autoridade sobre os timorenses. Assim, data da segunda metade do século XVI a introdução do cristianismo na ilha, por conta da evangelização realizada pelos dominicanos (THOMAZ, 1994). Em 1641, havia 22 igrejas católicas romanas no Timor Leste, onde missionavam exclusivamente frades dominicanos (FIUZA, 2003). Os chineses, no século XVIII, trouxeram o confucionismo, o budismo e o tauísmo. Do mesmo modo, árabes e mouros timorenses formaram uma pequena comunidade muçulmana.

Com o passar do tempo, as missões da Ordem de São Domingos no Timor sofreram várias crises até a extinção das ordens religiosas em 1834. A partir de 1885, as missões foram restauradas na ilha e, em 1898, os jesuítas fundaram o Colégio de Soibada, responsável, posteriormente, pela formação da maior parte da elite cultural timorense. Essas missões tiveram importância fundamental na resistência contra os calvinistas holandeses e no fato da população do Timor Leste, na atualidade, ser predominantemente católica (THOMAZ, 2002).

Antes da introdução do cristianismo, os timorenses não professavam uma religião definida, eram animistas. Praticavam um conjunto de superstições, misto de terror e adoração pelo espírito dos mortos, que eram materializadas em pedras, conservadas em casas sagradas. Praticavam sacrifícios de aves e animais, adoravam um Deus e havia a figura dos sacerdotes e de feiticeiros. Em 1970, 2/3 dos timorenses ainda eram fiéis a cultos animistas e apenas 1/3 eram católicos (MAGALHÃES, 1992).

Entre 1594 e 1622, os holandeses invadiram diversas colônias portuguesas como o Brasil, Angola, Málaca, Sumatra, Molucas, e a Ilha de Timor, esta especificamente em 1613. Em 1651, conquistaram Kupang, hoje capital do Timor Ocidental, onde construíram uma fortaleza, iniciando a disputa com os portugueses pelo controle da ilha. Em 1668, ao final da chamada ‘Guerra de Restauração da Independência de Portugal’, foram feitas concessões aos holandeses e ingleses (territórios, dinheiro e outros privilégios) e estabelecida a paz com a Espanha.

Mas foi apenas a partir de 1695 que os portugueses passaram a nomear governadores para o Timor Leste. Até então, eram nomeados capitães das feitorias das ilhas de Sonda Menores ou Orientais (1541 – 1665) e capitães-mor nas ilhas de Timor, Solor, Flores e outras Sondas Menores ou Orientais e suas dependências, os quais eram subordinados ao Vice-Rei da Índia Portuguesa (1665 – 1695) (UNIVERSIDADE DE LISBOA, [200-]). Somente a partir de 1702 é que Portugal passou a atuar na estrutura política e militar da colônia. Nesse âmbito, os liurais receberam patentes de oficiais do exército português e foram organizadas tropas locais, chamadas de ‘companhias de moradores’ (THOMAZ, 1994). O primeiro governador nomeado só chegou no Timor Leste em 1703. Naquela ocasião, “os 17 reis, chefes, príncipes e principais líderes locais já possuíam nome de batismo em português e já usavam o prefixo ‘Dom’ anteposto ao nome”, prestígio dado às elites locais pela igreja, mantida pela administração política (COLARES, 2006, p. 41).

Na primeira metade do século XVIII, os holandeses atraíram sob seu protetorado a quase totalidade dos Reinos do Servião, com exceção de Oecussi que permaneceu fiel aos portugueses por questões religiosas. Assim, ocuparam toda a parte ocidental da ilha, com exceção de Oecussi, e passaram a fomentar uma série de revoltas no lado oriental, sendo a mais famosa a ‘Guerra de Cailako’, entre 1719 e 1726. Essa revolta, e outras que viriam a ocorrer no final do século XIX como as de Kova-Kotubaba (1865), Maubara (1878) e Laleia (1879), e início do século XX, como a de Manufahi (1911 a 1913), foram duramente sufocadas pelas autoridades e militares portugueses (PORTUGAL, 1965; WALDMAN; SERRANO, 1997).

Em face da pressão holandesa sobre a possessão portuguesa, foi estabelecida uma capitania na parte oriental e transferida a capital de Lifau, em Oecussi, até então o centro da presença portuguesa na ilha, para Dili, em 1769.¹¹

O Timor esteve ligado ao governo da Índia até 1844 e ao governo de Macau, daquele ano até 1896. Até meados do século XIX, além do

¹¹ Lifau foi a capital da possessão portuguesa a partir de 1652. No entanto, a estruturação política, judicial e militar do Timor só teve início, de fato, a partir de 1702 com o governador Antonio Coelho Guerreiro. Os portugueses retiraram-se de Lifau em 11 de agosto de 1769 e, após reforçarem a fortaleza de Batugade, chegaram a Dili em 10 de outubro daquele ano. Em 1864, Dili foi elevada à condição de cidade (LEITÃO, 1948; 1952).

Timor, fizeram parte do domínio português as ilhas de Solor, Roti, Savu e Sumba (LEITÃO, 1948).

Afonso de Castro, representante da província do Timor no parlamento português, advogou, em 1854, que as prioridades de Portugal deveriam ser o controle da população timorense, com o estabelecimento da autoridade portuguesa e o desenvolvimento econômico do território. Ele tinha grandes esperanças no desenvolvimento da agricultura e no “processo civilizador”, pois “[...] a população aumentará, novas necessidades farão nascer as indústrias, e a civilização inundará de sua luz aquele país até hoje mergulhado nas trevas da *barbaria*” (SCHOUTEN, 2007, p. 30).

Em meados do séc. XIX, a disputa sobre a posse da ilha tornou-se elemento dominante da política colonial portuguesa e dos governadores do Timor. Por meio dos tratados de 1851 e 1859, Portugal cedeu partes do seu domínio à Holanda.¹² A Ilha foi oficialmente dividida, a partir de um tratado assinado em 10 de junho de 1893, ficando a parte oeste para a Holanda e a parte leste para Portugal, após nomeação de especialistas dos dois países que definiriam exatamente a linha de fronteira. O tratado incluiu, ainda, questões de pesca, comércio, navegação e restrições à importação e exportação de armas de fogo (UNIVERSIDADE DE LISBOA, [200-]).

Em 1904, foram feitos ajustes no tratado de 1893. Tendo surgido dúvidas quanto aos limites do enclave de Oecussi, em 1914, o assunto foi submetido à arbitragem da Suíça. Com a Sentença Arbitral, de 25 de julho daquele ano, finalmente foi determinada a fronteira entre os domínios de Portugal e Holanda na ilha do Timor, formalizando a divisão oficial em Timor Ocidental (holandês) e Timor Leste (português).¹³

A parte oriental foi estruturada em treze Conselhos (regiões), os quais eram divididos em Postos, Sucos e Povoados. Os Conselhos eram:

¹² Foram cedidas as possessões de Flores, Adunara, Solor, Lomblem, Plantar e Ombai. Além do Timor Leste, Portugal permaneceu com os ilhéus de Jacó e Ataúro e o enclave de Oecussi Ambeno. Pelo acordo de 1859, os portugueses receberam 80 mil florins (LOBATO, 2011).

¹³ Pela Convenção Luso-Holandesa de Haia de 1904, Portugal e Holanda comprometiam-se a dar direito de domínio ao outro caso um deles abandonasse seus territórios no Timor (RIBEIRO, 2008). Tal fato viria a ser utilizado pela Indonésia, como uma das justificativas da invasão de 1975, uma vez que o governo português havia abandonado o Timor Leste, e ela seria a herdeira dos domínios holandeses naquela região.

Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Cova Lima, Dili, Ermera, Lautem, Liquiçá, Manatuto, Oecussi, Same e Viqueque.

Nos mais de 400 anos de dominação, os portugueses pouco se interessaram pelo desenvolvimento de sua colônia. A falta de investimento em infraestrutura fez com que se mantivesse um profundo estado de pobreza da população, predominantemente rural.¹⁴

Nas duas décadas finais do século XIX, pressionado pela corrida colonialista que se instalara na Europa, Portugal executou obras no Timor, com destaque para um plano rodoviário (1881-1888) que levou estradas ao interior da ilha. As campanhas de pacificação de Celestino da Silva (1894-1908) resultaram no estabelecimento de uma rede de postos militares no interior, que se tornaram mais tarde postos administrativos (THOMAZ, 1977). Em cada conselho havia um administrador, em cada posto um chefe e os sucos eram liderados pelos liurais.

Mesmo com a instalação de postos administrativos no interior, a organização portuguesa nunca se sobrepôs à sociedade tradicional. “O chefe de posto inseriu-se na hierarquia nativa como uma espécie de suserano do régulo, como o régulo o era para o chefe de suco”. Os régulos eram os elementos “de articulação entre a sociedade tradicional e a administração portuguesa, de modo que o povo quase não tinha com esta contacto directo” (THOMAZ, 1977, p. 21). Dessa forma, manteve-se um equilíbrio econômico, sociológico e psicológico.

Mas os portugueses utilizaram muitas vezes métodos violentos e trabalhos forçados na construção civil e na agricultura, provocando revoltas da população local, além de conflitos entre as diversas tribos. As circunstâncias em que os timorenses trabalhavam compulsoriamente nos cafezais, na construção de estradas e de outros tipos de infraestrutura eram deploráveis, além dos impostos que tinham que ser pagos e que consumiam quase toda sua renda (SCHOUTEN, 2007). Esses métodos eram parte da política de manutenção das colônias. Não havia separação entre colonização e forças armadas e a exploração econômica só era exequível e lucrativa por meio do trabalho compulsório das populações locais (SECCO, 2004).

¹⁴ No início da década de 1960, a cidade de Dili apresentava uma população de aproximadamente 10 mil habitantes e Manatuto, o segundo centro populacional, apenas 1.768 habitantes (PORTUGAL, 1962, p. 89 – 90).

Essa era uma das razões para a nomeação de militares como governadores das colônias.

Também no final do século XIX, padres dominicanos e famílias de mestiços passaram a coexistir com o recrutamento de pessoal para os trabalhos relacionados com a cultura do café, a principal fonte de renda para os cofres coloniais (CAREY; COX, 1995). Mas, a economia também se manteve baseada na cultura de subsistência. Dentro do suco, cada um ocupava e cultivava a área que necessitava para o sustento da família. No início da década de 1970, “76% dos timorenses eram patrões de si mesmos, 15% trabalhavam com a família e apenas 9% eram trabalhadores por conta de outrem” (THOMAZ, 1977, p. 23).

Durante a 2ª Guerra Mundial, apesar de Portugal ter se declarado neutro, tropas holandesas e australianas desembarcaram na ilha, em dezembro de 1941. Três meses após, em 19 de fevereiro de 1942, os japoneses usaram a presença dos australianos e holandeses como pretexto para invadi-la, após a qual internaram os europeus residentes na ilha em um campo de prisioneiros em Liquiçá. Ao se retirarem, os australianos mantiveram grupos de comandos e armaram a população local. Nos mais de três anos de resistência foram cerca de 60 mil mortos. Com a saída dos japoneses, em setembro de 1945, Portugal reocupou o Timor Leste que se encontrava devastado.¹⁵

Levando-se em conta que o Timor possuía, em 1942, cerca de 480 mil habitantes, as perdas durante a guerra podem ter chegado a 14% da população, semelhantes às da ex-União Soviética e só excedida pelas da Polônia (18%).¹⁶ Com as mortes na guerra, no final da década, a população da colônia apresentava 604 europeus, 3.479 asiáticos e 423.044 timorenses (ATT, 1949, p. 60).

O fato dos portugueses terem permanecido neutros e os timorenses terem suportado o maior fardo de defender o território deu início a uma percepção local da mediocridade da colonização portuguesa. Relatório enviado ao presidente da Comissão Executiva da União Nacional, de 1952,

¹⁵ Enquanto a guerra causou a morte de cerca de 60 mil timorenses, os australianos teriam perdido 21 mil vidas no conflito.

¹⁶ As perdas australianas, referentes a um país beligerante, foram de apenas 0,3% (MAGALHÃES, 1995).

destacava que, apesar da destruição provocada pelos japoneses, o “contacto com o Timor deu-nos a impressão duma ilha onde os portugueses tivessem acabado de desembarcar, sem tempo ainda de promover o progresso da terra e a cristianização das almas”(ATT, 1952). A atitude de desunião dos portugueses na guerra – alguns ficaram com o governador, outros fugiram para o interior e depois se juntaram à Austrália, outros se internaram nas montanhas para atuar em guerrilhas – resultou em desprestígio frente aos ‘indígenas’. O Japão foi visto como inimigo feroz e os australianos ganharam prestígio pela valentia, serenidade, e foram vistos como grandes guerreiros pelos locais (ATT, 1952).

A reorganização militar pós-guerra deixou a colônia com duas Companhias Indígenas de Caçadores, uma Companhia de Engenhos, um Pelotão de Polícia Indígena Montada de Fronteira e uma Companhia Indígena de Caçadores de Angola. O orçamento era baixo, as instalações deficientes, a marinha com precariedade de meios, barcos velhos e dificuldade de encontrar peças para reparos. Os soldados locais eram o “melhor que se pôde conseguir em Timor” e foram treinados na “luta de guerrilhas e de rua”. Já a polícia de Dili era composta apenas por um cabo português, dois africanos reformados e 18 cipaios (ATT, 1949, p. 37).¹⁷

Em 1955, na Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, os representantes dos países do chamado ‘Terceiro Mundo’ afirmaram que não se deixariam levar à guerra por qualquer uma das grandes potências mundiais, surgindo o termo não-alinhado, e resultando na criação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA). Estando em curso esse movimento, no sentido de tornar independentes os povos subjugados pelas potências e, tendo se tornado membro da ONU naquele mesmo ano, Portugal iniciou uma mudança na sua política colonial. O Timor Leste, como as demais colônias, foi denominado ‘província ultramarina’, por meio do Estatuto Político-Administrativo, aprovado pelo Decreto n. 40.228, de 5 de julho daquele ano (PORTUGAL, 1955).

Mas, em 1959, uma nova revolta local foi sufocada pelos portugueses, resultando na prisão de sessenta líderes timorenses em Portugal, Moçambique e Angola (CHRYSTELLO, 2013).

¹⁷ Cipaios, do hindu *shipahi*, era como os portugueses denominavam os soldados locais.

A distância da metrópole e os poucos portugueses que habitavam o Timor nunca permitiram que Portugal colonizasse efetivamente o território que sempre esteve à margem dos processos de colonização ocorridos primeiramente no Brasil e, depois, nas colônias africanas de Angola e Moçambique. Se observarmos o movimento no porto de Dili em 1948, dos 62 navios que atracaram, 33 eram nacionais, 21 holandeses e os demais oriundo de países diferentes. Em 1949, dos 39 navios atracados, 9 foram nacionais e 28 holandeses (ATT, 1949, p. 75). Ou seja, a ligação com os holandeses era importante para a colônia. Angola e Moçambique tinham uma comunidade portuguesa bem maior, mais riquezas em seus territórios, posições estratégicas mais importantes e maior proximidade com a metrópole. Dessa forma, Portugal carregou mais recursos para elas.

No Timor Leste, havia apenas uma diocese em Dili e, no início da década de 1950, 32 padres estavam na colônia, não havia rádio e a única publicação era “uma folha mensal de missionários” (ATT, 1952, p. 32). Em meados da década de 1960, enquanto Moçambique possuía uma população de 1.116.513 habitantes, sendo 276.852 católicos (24,8%), o Timor tinha 122.167 católicos para uma população de 577.079 habitantes (21,2%). Em Moçambique, estavam presentes 113 sacerdotes, 44 irmãos e 296 religiosas, e havia 61.896 alunos, do ensino primário ao profissional. Já no Timor havia apenas 44 sacerdotes, 13 irmãos e 39 religiosas, com 33 escolas que abrigavam 4.667 alunos. Em Moçambique, havia uma província eclesiástica e sete dioceses, enquanto o Timor permaneceu com apenas uma diocese (PEDRO, 1965).¹⁸ O Plano de Investigações Científicas de 1942, que determinava verbas para despesas de missões científicas nas oito colônias portuguesas, destinou 51,23% do total para Moçambique, 30,12% para Angola e apenas 1,29% para o Timor (à frente apenas de São Tomé e Príncipe – 1,13%).¹⁹

O governo tinha ciência de que a colônia deveria estar solidamente nas mãos dos portugueses, pois qualquer fraquejo poderia provocar um “levante de algum poder ameaçador” como dos japoneses, chineses, ou

¹⁸ No Timor Leste, estavam instaladas paróquias em Motael e Dili e 11 missões em Vila de Avis, Vila Salazar, Belas, Soibada, Alas, Ainaro, Manatuto, Ermera, Maliana, Sua e Oecussi (PORTUGAL, 1964).

¹⁹ A verba era destinada à manutenção da Missão Geográfica no Timor, criada pela Lei 28.087 de 16 de outubro de 1937 (PORTUGAL, 1945).

indonésios (ATT, 1952, p. 25). Portugal colocou em prática três planos consecutivos de desenvolvimento do Timor entre as décadas de 1950 e 1960. No entanto, o desenvolvimento da colônia continuou lento e a taxa de crescimento anual entre 1953 e 1962 foi de 2%.²⁰ A luta de Portugal em suas colônias africanas, iniciada em 1961, colaborou para que diminuísse ainda mais o interesse e a aplicação de recursos no Timor.

Nesse contexto, os timorenses mantiveram suas tradições e costumes sociais e religiosos. Em meados de 1970, havia apenas 220 mil católicos na população de cerca de 680 mil pessoas (CAREY; COX, 1995, p. 14), mesmo que a atividade missionária tenha aumentado após a II Guerra Mundial, o que levou a um maior movimento de conversão ao catolicismo (ATT, 1949).

Em meados da década de 1970, a rede de estradas praticamente inexistia, com apenas 32 quilômetros de estradas asfaltadas no território. Das dez pistas de pouso, apenas a de Baucau era asfaltada e permitia operação o ano todo. Somente o porto de Dili permitia o atracamento de navios. Além disso, havia apenas 600 telefones na colônia e um médico para cada grupo de 27 mil habitantes. O censo de 1970 registrava apenas 1.463 europeus, incluindo militares e funcionários em comissão temporária (CAREY; COX, 1995, p. 14; CUNHA, J., 2001, p. 28; THOMAZ, 1977).

Durante o período de domínio português, a maior parte da população teve acesso limitado à educação. Em 1973, dois anos antes da retirada dos portugueses, havia apenas algumas escolas, predominantemente estabelecidas pela Igreja Católica. Estas escolas eram frequentadas pelas crianças da elite e/ou de ascendência mista (UNMISSET, CSGA, 2004). Apenas 10% da população era alfabetizada e apenas 0,25% tinha educação secundária e terciária em língua portuguesa, o que lhe conferia o estatuto de assimilada/civilizada (CAREY; COX, 1995, p. 14).

A aliança entre os administradores portugueses e os líderes locais permitiu a convivência de dois sistemas sociais. Por conta do interesse no comércio, na exploração rentável do território, os portugueses permaneceram no litoral, especialmente em Dili e outras cidades de interesse. Criou-se uma

²⁰ O 1º Plano de Fomento foi executado entre 1953 e 1958, o 2º entre 1959 e 1964 e o Plano Intercalar de Fomento entre 1965 e 1967.

elite urbana de timorenses que foram sendo assimilados, desde que cumprissem os requisitos impostos pela metrópole como falar português, ter no mínimo 18 anos, cumprir o serviço militar, possuir certa quantia de receita pessoal, ter ‘bom caráter’ e possuir qualidades para exercer direitos privados e públicos dos cidadãos portugueses. Com isso, criaram duas categorias na sociedade timorense, os indígenas e os não indígenas, essa última composta pelos portugueses, mestiços e os assimilados (PASCHKES, 1985).

O Timor Leste chegou, então, na década de 1970 com: uma burguesia de portugueses e chineses, que migraram a partir do século XVII, dominavam o comércio e se mantiveram fiéis à língua, cultura e muitas vezes religião do seu país de origem; uma elite nativa de letrados composta pelos régulos e os chefes de suco, que tinham posses e colocavam seus filhos para estudar; e os funcionários públicos.²¹ Dessa forma, na agricultura ficaram os ‘não evoluídos’ e no funcionalismo público os ‘evoluídos’ (THOMAZ, 1977).

O Timor Leste tinha um Governador, um Conselho de Governo e um Conselho Legislativo, assim como representantes na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa da metrópole. O Conselho de Governo auxiliava o governador em suas funções legislativas, emitia pareceres sobre todos os assuntos relativos ao governo e à administração da província, aprovava os planos de desenvolvimento econômico e designava os representantes na Câmara Corporativa.²²

O Conselho Legislativo era presidido pelo governador, composto por onze cidadãos portugueses eleitos para um mandato de quatro anos, sendo responsável pelos projetos legislativos e todos os assuntos referentes à administração da província. Era de sua competência: a aprovação das bases orçamentárias; a apreciação do relatório anual sobre programas de desenvolvimento econômico da província e a fiscalização da sua execução; e a eleição dos representantes da província na Assembleia Nacional e no Conselho de Governo (PORTUGAL, 1965).

²¹ O funcionalismo era composto predominantemente por nativos (81%), 15% de europeus (que ocupavam os cargos superiores) e 4% de goeses e caboverdanos (THOMAZ, 1977, p. 26).

²² Era constituído por um secretário-geral do governador, pelo comandante das forças militares portuguesas no Timor, pelo delegado do Procurador da República em Dili, pelo Chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade e por três representantes do legislativo por ele eleitos. (PORTUGAL, 1965).

Os serviços da administração provincial compreendiam: Gabinete; Administração Civil; Agricultura e Florestas; Alfândega, Economia e Estatística Geral; Fazenda e Contabilidade; Educação; Geográficos e Cadastrais; Marinha; Obras Públicas; Portos e Transportes; Saúde e Assistência; e Veterinária. Havia ainda os serviços autônomos, além de divisões de serviços dotados de organização especial como os de polícia e segurança pública (PORTUGAL, 1965).

No início da década de 1960, durante o processo de descolonização na África e na Ásia, a ONU nomeou o Comitê dos Seis que formulou os princípios que deveriam ser considerados para que um território se tornasse independente.²³ A Assembleia Geral da ONU (AGNU) tinha a competência de determinar quais territórios seriam considerados não autônomos e obrigava a metrópole a prestar informações sobre eles.²⁴ Qualquer integração, assimilação, federação ou confederação de territórios, entre si ou com antigas metrópoles, só seria aceita após a realização de um referendo, organizado e fiscalizado pela Organização. Foi aprovada, então, a chamada Declaração Anticolonialista e nomeada uma comissão de dezessete países para administrá-la (NOGUEIRA, 1962).²⁵ Assim, segundo a ONU, o Timor Leste era considerado um território não autônomo sob administração portuguesa.

Apesar dessas mudanças, a negligência portuguesa em relação ao Timor não foi alterada. Por outro lado, a distância dos centros de poder e o isolamento em que viviam não permitiram que os timorenses tivessem claras as mudanças ocorridas no mundo, permanecendo sem as aspirações que já podiam ser percebidas nas colônias holandesas.

²³ A Resolução nº 1514 da AGNU de dezembro de 1960 condenou todas as formas de colonialismo e declarou que todos os povos tinham o direito à autodeterminação (UN, Resolution 1514,1960).

²⁴ A Resolução nº 1541 da AGNU, de 15 de dezembro de 1960, determinou a obrigatoriedade da transmissão da informação sobre as colônias. A resolução posterior de nº 1542, que tratou especificamente do ultramar português, considerou que os territórios sob administração portuguesa de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa, Macau e Timor, não eram autônomos e, portanto, havia obrigatoriedade do governo da metrópole em prestar as informações acerca daqueles territórios (UN, Resolution 1541,1960; UN, Resolution 1542, 1960).

²⁵ A Comissão era composta por representantes da Austrália, Cambodja, EUA, Etiópia, Índia, Itália, Iugoslávia, Madagascar, Mali, Polônia, Síria, Tanganica, Tunísia, Rússia, Reino Unido, Uruguai e Venezuela. Em 1962, a Comissão foi ampliada para 24 membros e, em 1979, para 25.

A INDONÉSIA

Em 1949, as colônias holandesas das Índias Orientais, que incluíam o Timor Ocidental, tornaram-se independentes.²⁶ Formou-se, então, a Indonésia, um país que comporta o maior número de muçulmanos do mundo (aproximadamente 87% de seus 180 milhões de habitantes), formado por 17.508 ilhas das quais três mil são desabitadas, com aproximadamente 300 grupos étnicos, onde 583 diferentes línguas e dialetos são falados.²⁷

O país surgiu em meio a enormes desigualdades, fruto da colonização holandesa que baseou sua administração na Ilha de Java, onde o desenvolvimento foi bastante diferente do restante do arquipélago. Em torno de 60% da população do país concentra-se em Java, apesar da ilha não ser a maior da Indonésia.²⁸

Com a proclamação da independência, o presidente Sukarno, líder do movimento nacionalista, definiu a base ideológica do Estado através do lema ‘Unidade na Diversidade’²⁹ e de cinco princípios (*Pancasila*, em bahasa): a unidade linguística da nação em torno da língua Bahasa; a crença em um Deus supremo, podendo para isso praticar uma das cinco religiões consideradas oficiais (Islamismo, Catolicismo, Protestantismo, Budismo ou Hinduísmo); o humanitarismo; a democracia regida pelo bom senso das deliberações e consenso entre os representantes; e a justiça social para todo o povo indonésio.³⁰ Adotou também uma política de controle de associações políticas, sociais e religiosas pelos militares. O poder central forte era necessário para a manutenção da unidade de uma população tão diversificada.

²⁶ O General Azhmed Sukarno proclamou a independência da Indonésia em 16 de agosto de 1945, véspera da rendição japonesa. Os holandeses tentaram restabelecer aquele domínio colonial, reconhecendo a separação apenas em 1949 (GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY, 2003). A independência só foi completada em 1963 quando a Holanda retirou-se da Guiné Ocidental que passou a ser controlada administrativamente pela Indonésia. O chamado ‘Ato de Livre Escolha’, realizado em 1969 e considerado legítimo pela ONU, confirmou a soberania indonésia sobre a Nova Guiné, que passou a constituir a 26ª Província com o nome de Irian Jaya (SHABECOFF, 1969).

²⁷ A quantidade de ilhas e línguas é divergente em algumas fontes. A quantidade citada foi extraída de Cunha, J. (2001, p. 65).

²⁸ O presidente Suharto iria também privilegiar o grupo político javanês como centro do país e a ilha de Java com prioritária para os investimentos.

²⁹ *Bhinneka Tunggal Ika* na língua bahasa. O lema aparece na bandeira indonésia.

³⁰ Os princípios norteadores do Estado foram apresentados no preâmbulo da Constituição Indonésia (INDONESIA, 2016).

Assim, as forças armadas passaram a cumprir um duplo papel dentro da sociedade indonésia. Além da responsabilidade pela segurança do país, deveriam ser as guardiãs da nacionalidade. Tendo em vista sua responsabilidade na manutenção da viabilidade política da nação, os militares tinham representação cativa no legislativo e atuavam de maneira decisiva na escolha do presidente. Em suma, o presidente detinha o poder com o apoio das forças armadas, as quais estavam presentes em todas as instituições do país.

Em outubro de 1965, houve a tentativa de um golpe orquestrada pelo Tenente Coronel Untuk. O general Suharto conseguiu isolar os rebeldes e, aproveitando-se da repressão ao golpe, que dizia ter sido desencadeado por comunistas, orquestrou um contragolpe e assumiu o poder.³¹ Em poucos meses, levou à morte cerca de um milhão de pessoas, prendeu outras 750 mil e esmagou o Partido Comunista Indonésio (PCI) – *Partai Kommunist Indonesia (PKI)*, em bahasa.³² Suharto instaurou um regime semi-autoritário, apoiado nas forças armadas – *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia (ABRI)*³³ e no Sekber Golkar, uma coligação de partidos conservadores, e voltou-se para o ocidente (THOMAZ, 1977). Centralizou a direção política do país e aumentou a presença militar na vida indonésia. Posições importantes do executivo, judiciário e de toda a administração, além de empresas estatais e privadas, passaram a ser ocupadas por oficiais superiores e generais (CROUCH, 1988).

No bojo da guerra fria, os poderes, tanto de Sukarno como de Suharto, dependeram da contenção do crescimento comunista na região, contando, para isso, com a ajuda dos norte-americanos, principalmente através de programas de assistência militar. Os programas tinham diferentes títulos: Programa de Assistência Militar – *Military Assistance Programme (MAP)*, que envolvia o fornecimento de armamento, munição, treinamento e apoio técnico; Programa de Vendas de Armas para o

³¹ No ano anterior, seis generais haviam sido assassinados no suposto golpe comunista pelo qual, o presidente Sukarno e o PCI, apoiado pela China, tentariam implantar uma ditadura. Em 1968, Suharto foi proclamado oficialmente presidente do país, tendo sido reeleito seis vezes.

³² O PCI era, naquela época o terceiro maior partido comunista do mundo com mais de três milhões de membros (SPRAGUE, 2008).

³³ Em 1999, passaram a ser denominadas Tropas Nacionais Indonésias – *Tentara Nasional Indonesia (TNI)*.

Exterior – *Foreign Military Sales* (FMS), que assegurava linhas de crédito para fornecimento de armamento; e Programa Internacional de Educação e Treinamento Militar – *International Military Education and Training* (IMET), que incluía o treinamento de oficiais e tropas, principalmente das forças especiais indonésias – *Kopassus*.³⁴

A importância indonésia ficou bem delineada no documento da diplomacia britânica que apontava a Indonésia como um país: com mais de 120 milhões de pessoas e grandes recursos naturais; politicamente e economicamente, o mais importante do Sudeste da Ásia; cuja estabilidade era de grande importância em razão da necessidade de manter a segurança das rotas aéreas e marítimas, especialmente a liberdade contínua da passagem no Estreito de Málaca; que se pautava em uma linha moderada nos organismos internacionais; e com um mercado em crescimento para as exportações e investimentos britânicos (US NSA, 26 Sep. 1975).

INCAPACIDADE PORTUGUESA E A CONVULSÃO NO TIMOR

Portugal foi dirigido por quase 50 anos por Antonio Salazar, a partir do golpe que instaurou o chamado Estado Novo em 1926. Após sua morte, em 1970, foi sucedido por Marcello Caetano. Em julho de 1973, foi formado o Movimento das Forças Armadas (MFA) com o objetivo de mudar o regime no país.

Em fevereiro de 1974, o General Spínola lançou o livro intitulado ‘Portugal e o Futuro’ no qual, dentre outros assuntos, criticava a política do governo português para a África. O livro foi retirado de circulação e o general demitido em março, o que levou o MFA a agir (ANTUNES, 2013).

Em 25 de abril, foi desencadeado o golpe que depôs o presidente Marcello Caetano, fato conhecido historicamente como a ‘Revolução dos Cravos’, que derrubou a ditadura salazarista e provocou a volta à democracia no país, com o consequente reflexo em todas as suas colônias. Menos de um mês depois do golpe, o presidente Spínola declarou, em 16 de maio de 1974,

³⁴ A venda de armas dos EUA para a Indonésia teria passado de um bilhão de dólares, entre 1975 e 1998. No governo Clinton, atingiu 150 milhões e nos anos de 1997 e 1998, teria subido de 3,3 milhões para 16,3 milhões (CHOMSKY, 2003, p. 77-78). O IMET foi cancelado pelo congresso norte-americano em setembro de 1992.

que os direitos democráticos seriam dados aos povos dos territórios portugueses de além-mar, incluindo o Timor Leste (US NSA, 15 Mar. 1976).

Além da questão interna, Portugal estava envolvido na guerra colonial em Guiné Bissau, Angola e Moçambique. Para isso, mantinha forças armadas com 220 mil militares, além de uma Guarda Nacional Republicana, paramilitar, com 10 mil homens.³⁵

Spínola defendia a redefinição do tipo de estatuto a ser conferido a cada Província Ultramarina e apoiava referendos que decidissem o destino de cada uma delas.

Esta questão terá que ser vista por três ângulos distintos: o da opção entre igualdade ou diferenciação dos direitos constitucionais dos vários territórios e do seu ritmo de evolução; o grau de autonomia a conferir a cada território; e o ritmo dos passos sucessivos, partindo do estágio actual até a fórmula final, em ordem de conciliar rapidez com segurança e ponderação (SPÍNOLA, 1974, p. 202).

No entanto, a crise política e a eminência de revolução no país perduraram até o final de 1975. O MFA radicalizou sua posição para a esquerda. Em 30 de setembro de 1974, o General Spínola, chefe do governo e presidente da Junta de Salvação Nacional, foi forçado a entregar o poder, sendo substituído pelo General Costa Gomes. Portugal adotou, então, a política de retirada rápida e total das colônias africanas (ANTUNES, 2013).³⁶

Enquanto isso, salazaristas formaram o Exército de Libertação de Portugal na Espanha. Em 10 de março de 1975, Spínola tentou retomar o poder com apoio de algumas unidades militares, mas não obteve sucesso. As eleições de 25 de abril daquele ano deram ganho ao partido socialista de Mario Soares, mas o MFA manteve Vasco Gonçalves no poder. Em 25 de novembro de 1975, nova tentativa de tomada do poder pelo general Otelo Saraiva de Carvalho foi impedida pelo general Ramalho Eanes, membro

³⁵ Os gastos com defesa em relação ao orçamento nacional aumentaram de 25% em 1960, início das guerras de colonização, para mais de 40%, no início da década de 1970. No final da década de 1960, a idade mínima para o serviço militar diminuiu ao mesmo tempo em que aumentou o tempo de permanência na caserna. Em 1974, Portugal contava 11 mil mortos e 30 mil feridos na luta pela manutenção de suas colônias (SIMÕES, 2016).

³⁶ Um dos lemas da Revolução dos Cravos era 'Nem mais um soldado para o Ultramar'.

do MFA. Eanes se alinhou definitivamente ao bloco ocidental, venceu as eleições em 1976 e fez Mario Soares seu Primeiro Ministro sob a nova Constituição de abril daquele ano (ANTUNES, 2013).

Nesse quadro interno complicado, em janeiro de 1975, os governos da Indonésia e de Portugal concordaram em restaurar as relações diplomáticas que estavam rompidas desde 1964, quando a Indonésia retirou seu embaixador de Lisboa em razão da política colonial portuguesa. Cabe salientar que as relações consulares foram mantidas, o cônsul português permaneceu em Jacarta e o cônsul indonésio foi mantido em Dili. Mas, o governo indonésio nomeou como embaixador Bem Mang Reng Say, um civil católico da ilha de Flores, de pouca importância na hierarquia do governo indonésio.³⁷

Em outubro de 1975, o Ministro para Coordenação Interterritorial de Portugal, Antonio e Almeida Santos, visitou a Indonésia, ocasião em que demonstrou-se pouco realista em relação à independência do Timor Leste, pois “a falta de uma economia forte poderia, automaticamente, encorajar outros países a recolonizar o território”. Durante a visita, o presidente Suharto reafirmou que a Indonésia não tinha ambições territoriais no Timor, mas aceitaria sua integração à Indonésia “se estivesse na linha dos interesses do povo timorense” (INDONESIA, 1984, p. 21, tradução nossa). A ida de Almeida Santos ao Timor foi a segunda vez, em todo o período colonial, que um ministro português visitava a colônia (THOMAZ, 1977). Santos teria ficado “impressionado pelo forte sentimento na colônia a favor de alguma forma de associação contínua com Portugal”, os principais grupos políticos indicavam querer um maior grau de autonomia e uma eventual independência, embora reconhecessem que teriam dificuldades consideráveis. Os portugueses também consideravam a integração com a Indonésia como uma opção e uma pequena parte da população timorense era favorável a ela (US NSA, 5 Mar. 1975a, p. 1, tradução nossa).

Na realidade, com a convulsão política no país, Portugal não conseguiu dar atenção às colônias. Em 28 de maio de 1974, o governador português autorizou o estabelecimento dos partidos políticos do Timor

³⁷ O consulado português em Jacarta foi elevado ao nível de embaixada e passou a funcionar no final de fevereiro de 1975 (US NSA, 22 Jan. 1975; US NSA, 07 Mar. 1975; US NSA, Message 6821, 28 Feb. 1975).

Leste e indicou a realização de um referendo em março de 1975, para que a população escolhesse entre uma autonomia como parte de uma federação com Portugal, um Estado independente ou a integração com a Indonésia. No mês seguinte, fez uma sugestão pessoal para que a autodeterminação fosse adiada por pelo menos cinco anos.

Em 27 de julho de 1974, a Lei 7/74, decretada pela metrópole, consagrou “o direito à autodeterminação com todas as consequências”, incluindo a “aceitação da independência dos territórios ultramarinos” (MAGALHÃES, 1992, p. 8). O governo criou uma Comissão para a Autodeterminação para conduzir o processo de descolonização e, em agosto daquele ano, entregou à ONU um memorando afirmando a disposição em cooperar com a independência das suas colônias.

Apesar de o regime salazarista ter caído em 25 de abril de 1974, apenas em novembro daquele ano foi nomeado um novo governador para o Timor Leste, Mário Lemos Pires, considerado um homem sensato e moderado (THOMAZ, 1977). Já a embaixada dos EUA em Lisboa comentava a completa ignorância sobre o passado dele e sobre as intenções portuguesas no Timor, sugerindo que o novo governador teria dificuldades em estabelecer contatos com o alto nível do governo português (US NSA, 07 Mar. 1975). Lemos Pires assumiu em 18 de novembro de 1974 e seu antecessor havia deixado a colônia em julho daquele ano. Ou seja, durante um período de extrema importância para a vida da colônia portuguesa, o início do processo de descolonização, o Timor ficou sete meses sem um governante. Foi nesse contexto que os partidos políticos foram sendo formados.

A União Democrática Timorese (UDT), criada em 11 de maio de 1974, era dirigida por Mario Carrascalão³⁸, Francisco Lopes da Cruz e Domingos de Oliveira e inclinava-se para uma tendência conservadora, defendendo uma autonomia progressiva com a manutenção dos laços com Portugal, numa forma lusitana da Comunidade Britânica. Devido à radi-

³⁸ Engenheiro, plantador de café, Diretor dos Serviços Agrícolas e ex-dirigente da Aliança Nacional Popular (ANP), partido oficial durante o governo de Marcelo Caetano. Foi governador da Província e embaixador durante a ocupação indonésia. Posteriormente, passou a integrar o Conselho Nacional de Resistência Timorese. Fundou a Universidade do Timor, um dos focos de resistência estudantil. Após a violência de 1999, fundaria o Partido Social Democrata (ALMEIDA, 1999).

calização do processo revolucionário em Portugal, a UDT passou a aceitar a ideia da independência em curto prazo. O partido era composto por velhas gerações de letrados timorenses, a maioria integrante do funcionalismo público da colônia, plantadores de café, homens de negócios de origem chinesa, além da comunidade portuguesa local (ALMEIDA, 1999).

A Associação Social Democrática Timorense (ASDT) foi criada em 20 de maio de 1974, por Justino Mota, Mari Alkatiri, Xavier do Amaral³⁹ (presidente), Nicolau Lobato⁴⁰ (vice-presidente) e José Ramos-Horta. A partir de setembro, passou a ter a influência de timorenses que estudaram no exterior, principalmente em Lisboa, onde travaram contato com partidos que lutavam pela independência das colônias portuguesas da África como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (PAIGC). Em 11 de setembro daquele ano, transformou-se na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (Fretilin), que nasceu dividida entre os de tendência socialdemocrata, liderados por Xavier do Amaral e Ramos-Horta, os apoiados pelos anticomunistas liderados por Alarico Fernandes, e o chamado Grupo de Lisboa, que se apoiava em ideias nacionalistas, anticolonialistas e revolucionárias de inspiração marxista, ao qual se juntaram Nicolau Lobato e Mari Alkatiri. A Fretilin era integrada por camadas mais jovens da população urbana, defendia a imediata independência da colônia e adotou um programa de reformas econômicas e sociais que incluiu a expropriação das terras dos grandes proprietários, a inclusão das terras férteis não cultivadas em um sistema de cooperativas camponesas, a participação da população timorense nos processos de decisão a nível local, além de políticas educativas e de alfabetização de adultos (ALMEIDA, 1999; CAREY; COX, 1995; THOMAZ, 1977).

A Associação para a Integração de Timor na Indonésia (AITI) passou a chamar-se, posteriormente, Associação Popular Democrática de Timor (APODETI). Foi criada em 27 de maio de 1974 e defendia a completa integração com a Indonésia, partindo do princípio de que o

³⁹ Funcionário da alfândega de Dili e professor do ensino secundário.

⁴⁰ Ex-sargento do exército português e administrador.

Timor independente não seria economicamente viável. A APODETI era dirigida por Arnaldo dos Reis Araújo⁴¹, José Osório Soares⁴² e Guilherme Gonçalves, liurai de Atsabe⁴³ (ALMEIDA, 1999).

A Associação Popular Monárquica Timorense, depois chamada de Filhos dos Guerreiros do Timor (*Klibur Oan Timur Aswain -KOTA*, em tétum), criada em 1975, estava ligada às tradições monárquicas da região e, com uma ideologia mais tradicionalista, propunha a restauração dos poderes dos *liurais*. Pregava a independência e relações próximas com a Indonésia (US NSA, Message 2954, 27 May 1975). Era liderada por José Martins⁴⁴ e não foi reconhecida pelas autoridades portuguesas.

Havia, ainda, dois partidos menores: o Partido Trabalhista (PT), ideologicamente indefinido e numericamente insignificante⁴⁵; e a Associação Democrática para a Integração de Timor Leste na Austrália (ADITLA), formada por Henrique Pereira que havia lutado com os comandos australianos contra os japoneses na 2ª Guerra Mundial. Os dois partidos também não eram reconhecidos pelo governo português (US NSA, Message 1371, 04 Mar. 1975).⁴⁶

Na zona rural, os habitantes se alinharam com um ou outro partido de acordo com a posição dos chefes. Estes, por sua vez se identificavam com determinado partido de acordo com filhos ou parentes que atuavam nesses partidos. Aldeias tradicionalmente rivais se alinhavam com partidos diferentes.

Havia, ainda, uma pré-disposição contrária à integração com a Indonésia, uma vez que, historicamente, aquele país representava a continua-

⁴¹ Antigo professor ficou 29 anos preso pelo regime colonial, condenado por crimes de guerra cometidos durante a II Guerra Mundial, quando se aliou com os japoneses. Seria novamente preso pela Fretilin em outubro de 1975. Foi o primeiro governador do Timor Leste após a sua incorporação como 27ª província indonésia.

⁴² Ex-seminarista, professor e antigo funcionário do Serviço Social do Timor durante a colonização portuguesa. Morreu mais tarde em confronto com as tropas da Fretilin.

⁴³ Um dos chefes mais abastados do Timor Leste, supostamente ligado ao serviço de inteligência indonésio. Foi um dos governadores do Timor durante a ocupação indonésia.

⁴⁴ Filho do antigo liurai de Ermera que fora forçado ao exílio por se opor ao regime colonial.

⁴⁵ O PT foi formado em Suai, em setembro de 1974, era liderado por A. Abraão e tinha alguns seguidores entre os trabalhadores das plantações de café.

⁴⁶ A ADITLA surgiu em março de 1975. Os norte-americanos levantaram a possibilidade de ser um novo estratagema anti-indonésio da coligação UDT/ Fretilin (US NSA, Message 2650, 04 Mar. 1975). Logo após, a ADITLA foi extinta com rejeição da ideia de integração pelo governo australiano.

ção do império holandês, contra o qual os timorenses resistiram por mais de quatro séculos, além das diferenças culturais entre os dois povos.

Os acontecimentos em Portugal e o vácuo de autoridade na colônia foram percebidos como uma intenção da metrópole de se retirar do território e resultaram numa luta pelo poder no Timor entre as forças políticas que haviam sido criadas às pressas, de modo a não perderem a oportunidade.

Em 20 de janeiro de 1975, a Fretilin e a UDT se uniram pela independência do território de modo a evitar a possibilidade de uma anexação pela Indonésia.⁴⁷ A coligação teria sido “uma defesa instintiva dos dois partidos que tinham em comum o repúdio à integração na Indonésia” (CUNHA, J., 2001, p. 130). Um comunicado da coalizão atacava a APODETI e solicitava a criação de um Comitê de Avaliação da ONU, que não contasse com representantes da Austrália e de países asiáticos sob influência da Indonésia (US NSA, Message 0060, 25 Jan. 1975).

Durante as negociações entre os partidos políticos timorenses e o governo português, foi sugerido um período de transição de oito anos no qual Portugal continuaria responsável pela manutenção da ordem. A Fretilin propôs dois períodos de três anos com grande participação local no governo português e um estágio final de dois anos com um alto comissariado, culminando com eleições populares para assembleia constituinte, a independência e a negociação de um tratado de cooperação entre Dili e Jacarta (US NSA, Message 42852, 25 Feb. 1975). O governo americano entendia que a aceitação desse plano pela Indonésia seria complicada, mas não impossível, dependendo do grau de confiança dos indonésios sobre as intenções e a estabilidade do governo português. Caso os indonésios se convencessem que Portugal teria intenção e habilidade de monitorar o período de transição, seus interesses estariam protegidos (US NSA, Message 2482, 27 Feb. 1975).

Em fevereiro de 1975, o Ministro da Coordenação Interterritorial disse que o Timor era seu último problema e que a dificuldade estava relacionada com as atividades de um grupo do exército altamente politizado que achava que podia conduzir campanhas políticas em todas as colônias.

⁴⁷ Em meio à crise política, o presidente indonésio Suharto declarou, em julho de 1975, que o Timor jamais seria independente.

Disse, ainda, que era compreensível o medo de que a Fretilin fosse influenciada pelos chineses e que a estratégia do governo português era tentar isolar o movimento e lidar com partidos mais moderados (US NSA, Message 1101, 27 Feb. 1975).

Quando Lemos Pires programou uma visita junto com representantes da coligação UDT/Fretilin a Lisboa, o governo indonésio expressou a impressão de que o governo português estava sendo dominado por elementos comunistas que estariam inclinados a uma solução para o Timor nos moldes de Angola. Afirmou, ainda, que Portugal não estaria conduzindo a questão da maneira que havia sido acertada com o chanceler Malik, em novembro do ano anterior, de consultar o governo indonésio sobre o futuro da colônia. Os indonésios achavam, ainda, que Pires tinha simpatia pelos comunistas e era a favor da independência do Timor. A embaixada dos EUA em Jacarta avaliava que o governo indonésio entendia não poder contar com a cooperação do governo português, devendo se preparar para adotar medidas unilaterais que levariam à incorporação do Timor (US NSA, Message 1437, 04 Feb. 1975).

A Indonésia preferia a integração da colônia ao seu território, pois entendia que o Timor independente era economicamente inviável e poderia se tornar base de um poder hostil que interferiria nos negócios indonésios, além de incentivar movimentos semelhantes nas Celebes, Molucas e no Timor indonésio. Isso poderia aumentar a incerteza na região que já se encontrava desestabilizada com a revolta muçulmana em Mindanao e com a Papua buscando se separar da Austrália (US NSA, Message 302290, 10 Feb. 1975).

No entanto, em decorrência da experiência em Irian Java, os indonésios entendiam que deveria haver o apoio dos timorenses para a integração. Assim, estariam inclinados a “aceitar uma associação contínua com Portugal por um tempo”, de modo a ir consolidando o apoio para a integração dentro da colônia (US NSA, 5 Mar. 1975a, p. 1, tradução nossa). Em junho de 1974, José Ramos-Horta, dirigente da ASDT, visitou a Indonésia. No seu encontro com o Ministro de Relações Exteriores indonésio, Adam Malik, em Jacarta, recebeu uma carta declarando que a opção pela independência era um direito dos timorenses (CAREY; COX, 1995).

Em fevereiro de 1975, os ministros das relações exteriores da Austrália e da Indonésia se encontraram em Nova Delhi quando o primeiro afirmou a forte objeção do governo australiano quanto à opção pelo uso da força pelos indonésios no Timor. No retorno, Adam Malik falou à imprensa que havia várias alternativas, mas a militar não era sonhada pelo governo indonésio, e que deplorava a situação que o Timor vivia naquele momento, a qual violava a promessa de descolonização portuguesa. Disse, ainda, ser o desejo da Indonésia que a população da colônia decidisse seu futuro com base em direitos iguais, sem ameaças e terror por parte de um grupo minoritário antes do referendo prometido por Portugal, no entanto, desejava evitar uma situação caótica que pudesse afetar a Indonésia (US NSA, Message 1314, 28 Feb. 1975; US NSA, 01 Mar. 1975).

No discurso de abertura da sessão legislativa de 1975, o presidente Suharto afirmou a necessidade do estímulo à coesão nacional para resistir às infiltrações e à subversão, tendo em vista o resultado da guerra na Indochina, e que via com bom grado a integração do Timor ao espaço político indonésio, mediante consulta a seus habitantes (AMRE, 02 set. 1975). Essa integração tinha o apoio dos militares e do próprio ministro Malik. O Presidente insistia na necessidade de consulta à população para evitar uma reação negativa na opinião pública mundial, no caso do uso da força. Mas, a Indonésia não permitiria que a Fretilin ou qualquer grupo de esquerda assumisse o governo pela força, pois isso poderia colocar em perigo a estabilidade e a segurança do país, seja por parte dos membros banidos do PCI ou de esquerdistas ligados a Moscou ou Pequim (AMRE, 17 set. 1975).

Nesse sentido, apesar das afirmações de que não existiam pretensões territoriais sobre a colônia, em outubro de 1974 começou a ser preparada a Operação Komodo para assegurar a integração da colônia portuguesa à Indonésia. A princípio, não previa o uso da força, com a estratégia centrada no apoio da APODETI e na crença de que a opção da integração poderia ser trabalhada de modo a ser aceita pela população local. Inicialmente, unidades de inteligência passaram a acompanhar a situação e a manter contatos com simpatizantes locais.⁴⁸ Ao mesmo tempo, uma frente dirigi-

⁴⁸ Foi liderada pelos generais Ali Murtopo, chefe da unidade de Operações Especiais (OPSUS), Benny Murdani e Uoga Sugama (CHRISTELLO, 1999). Komodo é um lagarto gigante considerado animal nacional da Indonésia.

da pelo general Ali Murtopo iniciou a busca por apoio internacional para a integração, visitando países e realizando contatos com seus respectivos governos (MAGALHÃES, 1999).

A imprensa Indonésia, que não atuava com independência, lançou uma campanha contra as atividades portuguesas na colônia e pela integração daquele território (AMRE, 20 out. 1975). A rádio Ramelau, instalada em Kupang, na fronteira da Indonésia com o Timor Leste, criou uma programação especial para o povo timorense defendendo a integração. O jornal *Berita Yudha*, de 2 de dezembro de 1974, denunciou 'os excessos intimidatórios da Fretilin' e seus apoiadores mostravam fotos de Mao Tse-Tung aos adeptos da APODETI. A imprensa em Jacarta passou a informar que a APODETI era apoiada por um número crescente de timorenses que desejavam se tornar indonésios (HOADLEY, 1975 apud MENDES, 2014).

Já a agência oficial Antara passou a distribuir uma série de artigos sobre atividades de terror e ameaças do grupo de esquerda Fretilin no Timor com o apoio de autoridades portuguesas, criando uma situação que evidenciava uma possível tomada de poder por comunistas. O artigo dizia que o governador português havia autorizado a Fretilin a comprar armas e que o grupo havia tomado de fato o poder no Timor. Tratava-se de uma óbvia propaganda do governo indonésio de modo a ter um pretexto para uma ação unilateral militar ou paramilitar (US NSA, 24 Feb. 1975). O Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger entendia que havia exagero nas notícias da agência, e que as autoridades indonésias deveriam rapidamente conhecer a real situação na colônia de modo a diminuir os exageros e evitar uma ação precipitada (US NSA, Message 45925, 28 Feb. 1975).

A imprensa australiana também iniciou a apresentação contínua de artigos com conteúdo especulativo sobre a intenção indonésia de incorporar o Timor pela força (US NSA, Message 1212, 25 Feb. 1975). A possibilidade de uma ação armada, a partir da imprensa australiana, provocou a proliferação de notícias sobre o futuro da colônia na imprensa portuguesa, o que raramente aconteceu anteriormente (US NSA, Message 1168, 04 Mar. 1975). As transmissões com propagandas foram

aumentando e havia indícios de atividades militares e navais no Timor Ocidental próximo à fronteira.

A Fretilin, a partir de 1974, preparou material para combater o analfabetismo, editando o livro *Rai Timur Ita Ntang* (em tétum, significava O Timor é meu País), que serviu para a introdução de ideias nacionalistas na colônia (LIMA, 2003). Em janeiro de 1975, organizaram as Brigadas Revolucionárias para implementarem o programa de educação/alfabetização de adultos nos meios rurais baseado no trabalho do brasileiro Paulo Freire, enviando os seus adeptos às aldeias e alargando sua base de apoio (HILL, 2000). Além disso, foi se tornando a força política mais influente na juventude por meio da formação da União Nacional dos Estudantes Timorenses (UNETIM). Ao mesmo tempo, passou a preparar milícias armadas e a dominar áreas em que detinha maior apoio e onde já não havia mais a presença da autoridade portuguesa (CAREY; COX, 1995; MAT-TOSO, 2005).

Em 21 de fevereiro de 1975, a embaixada dos EUA em Camberra informou sobre exercícios dos fuzileiros navais indonésios em Java e o aumento das atividades militares na fronteira com o Timor Leste, o que poderia indicar uma preparação geral para a invasão (US NSA, 21 Feb. 1975; US NSA, Message 2390, 26 Feb. 1975; US NSA, Message 2555, 28 Feb. 1975). Para os britânicos, as atividades relacionavam-se com o medo dos indonésios que a esquerda em Portugal decidisse pela independência da colônia, deixando-a exposta à 'infiltração comunista' (SOUSA, 2003, 2007; US NSA, 5 Mar. 1975a).

O governo indonésio, seguindo sugestão de sua agência de inteligência, infiltrou agentes na região para apoiar os timorenses favoráveis à integração. Preparou uma operação com o nome-código Ponciana que tinha como objetivo a formação de três grupos de voluntários pró-integração, cada qual com cerca de sessenta homens liderados por comandos indonésios, que deveriam ocupar potenciais bases da Fretilin no sul de Dili.

No caso do uso da força, o adido de defesa norte-americano em Jacarta estimou que as forças armadas indonésias tomariam Dili e a região costeira com relativa facilidade em dois ou três dias. No entanto, teriam

mais dificuldade em combater uma possível guerrilha nas montanhas. Não via um potencial problema na intervenção desde que Portugal não reagisse militarmente, o mesmo acontecendo com os vizinhos Austrália, Nova Zelândia e os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático - *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN). As potenciais fontes de intervenção seriam a União Soviética e a China, mas naquele momento os soviéticos estavam aumentando as relações com a Indonésia e os chineses com a ASEAN. Dessa forma, entendia não haver indicação que algum país pudesse intervir em apoio ao Timor português no caso de uma ação indonésia (US NSA, 06 Mar. 1975). Os próprios chefes militares portugueses admitiam que Portugal teria muito pouco a fazer no caso de uma invasão (US NSA, Message 1047, 25 Feb. 1975).

O governo indonésio trabalhava com diversas hipóteses, incluindo a tomada pela força da colônia e a possibilidade de Portugal decidir lutar. O crescimento da Fretilin e da UDT fez com que a opção de uma ação armada fosse ganhando corpo, provocando uma revisão nos planos da Operação Komodo. Mas, essa opção poderia apresentar um problema para os EUA, que teriam que decidir como reagir de modo a proteger as relações com a Indonésia e, ao mesmo tempo, considerar as sensibilidades domésticas, as visões da Austrália e de Portugal e a opinião mundial (US NSA, 20 Feb. 1975).

O governo indonésio iniciou esforços para avaliar a posição de governos estrangeiros e suas implicações nas linhas de ação que pudesse adotar. O chefe da agência de inteligência (*Bakin*) visitou os EUA, em abril de 1975, reiterando a necessidade da assistência militar norte-americana para a Indonésia, particularmente em armas leves para a infantaria, em virtude dos esforços na luta contra a subversão comunista no país (US NSA, 25 Apr. 1975). Na visita à Indonésia, em abril de 1975, o Ministro das Relações Exteriores da Austrália assegurou ao presidente Suharto e ao chanceler Malik que o governo liberal de seu país continuaria a sua política em relação à Indonésia, inclusive com o auxílio militar e econômico (US NSA, 01 May 1975).

O Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, dizia que seu governo entendia que os indonésios estavam especialmente sensí-

veis em relação ao Timor e que a reação dos EUA, em razão de uma ocupação pela Indonésia, dependeria das circunstâncias. Uma ocupação pacífica que apontasse a aprovação da população timorense poderia não resultar em reação contrária, já uma ação militar poderia resultar em uma reação adversa, mas limitada em razão da falta de conhecimento ou do interesse do público norte-americano pelo Timor. Poderia, ainda, causar problemas para a Indonésia em relação à Austrália, pois a reação do público australiano seria diferente por estarem mais envolvidos com a questão em razão dos interesses daquele país no Timor. Por outro lado, tanto a Austrália quanto os demais países amigos da Indonésia não agiriam contra a incorporação se houvesse a aquiescência da população timorense (US NSA, 20 Feb. 1975).

Um documento da embaixada dos EUA em Jacarta, de março de 1975, apontava possíveis consequências de uma ação armada da Indonésia: na Europa haveria uma pequena reação; na ONU, o interesse no Timor deveria ser pequeno da mesma forma que ocorreu no caso das colônias africanas; e no Congresso norte-americano, como o Timor era relativamente desconhecido no país, a reação estaria relacionada com violações de direitos humanos e o uso de equipamento dos EUA, o que poderia levar a suspensão da assistência militar à Indonésia (US NSA, 06 Mar. 1975).

A visão britânica, naquele momento, era de que o povo timorense não tinha condições de exercer a autodeterminação, que os políticos locais continuariam com querelas e dissensões e, na ausência de uma liderança vinda de Lisboa ou, ocorrendo um golpe militar, a confusão política aumentaria. O embaixador britânico em Jacarta entendia ser do interesse do Reino Unido que a Indonésia absorvesse o Timor o mais rápido e o mais discretamente possível e que, se isso acontecesse, o governo britânico deveria ‘baixar a cabeça’ (US NSA, 14 Jul. 1975, p. 2). O *British Foreign & Commonwealth Office* sugeria que a integração com a Indonésia seria a melhor opção para a estabilidade regional e alertava para a possibilidade futura do Reino Unido ter que se posicionar, especialmente nas Nações Unidas. Nesse sentido, deveriam apoiar o princípio de autodeterminação e, com isso, apoiariam a intenção portuguesa de consultar os desejos dos timorenses e indicariam aos indonésios que apoiariam a integração caso fosse aceita pelos habitantes do Timor (US NSA, 5 Mar. 1975a).

Os britânicos entendiam que o governo australiano favoreceria uma eventual integração do Timor com a Indonésia em prol da estabilidade regional, desde que satisfizesse a opinião internacional. Mas, a reação dos círculos políticos australianos levou o governo a advogar que qualquer alteração no Timor deveria ser conduzida de forma pacífica e respeitar o princípio da autodeterminação a ser expressado pelos timorenses (US NSA, 5 Mar. 1975a; US NSA, Message 44604, 27 Feb. 1975).

A inviabilidade da independência se relacionava, também, com a questão econômica. O Timor Leste apresentava déficit comercial anual. Em 1974, o balanço indicou 5.5 milhões de dólares em exportações, 12.5 milhões em importações e uma renda per capita anual de 120 dólares. A colônia absorvia 20 milhões de dólares de subsídio anual do governo português e, nesse sentido, não teria como se tornar independente sem um substancial auxílio do exterior (US NSA, Message 9692, 09 Aug. 1975). Para a Embaixada dos EUA em Lisboa, seriam necessários seis ou sete anos para a criação de uma base econômica independente, período em que poderia haver ajuda econômica da Indonésia e assistência técnica da Austrália, sem configurar uma intromissão nos assuntos internos portugueses, até que se garantisse a autodeterminação (US NSA, Message 1101, 27 Feb. 1975). O governo australiano admitiu a possibilidade de auxiliar tecnicamente o Timor, mas o governo indonésio reagiu de maneira negativa, dizendo que isso seria um passo inamistoso ou imprudente. Parecia que os indonésios viam a ajuda como um apoio a Fretilin/UDT em detrimento da APODETI (US NSA, 03 Mar. 1975).

No início de março de 1975, representantes dos governos de Portugal e Indonésia reuniram-se em Londres. Os indonésios afirmaram que teriam sido solicitados a estender a assistência à APODETI em razão de sua política de integração com aquele país (US NSA, 7 Mar. 1975). Portugal propôs uma transição gradual de cinco a oito anos e insistiu na necessidade de terminar o processo com uma consulta à população, deixando claro não ser contra a integração do Timor Leste à Indonésia, desde que fosse a vontade do povo. Nesse sentido, o Ministro de Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, declarou que

não há, nunca houve, nem haverá acordo com a Indonésia, Austrália ou qualquer outro governo que possa colocar em risco ou negar em princípio nossa linha consistente de descolonização, que é o respeito absoluto a vontade da maioria da população do Timor determinada pela consulta direta e universal ao povo (US NSA, 10 Mar. 1975, tradução nossa).

A Fretilin emitiu uma nota exigindo ser reconhecida como única representante do povo timorense e se recusou a participar da Conferência de Macau, planejada pelos portugueses para discutir com os partidos o futuro da colônia (HORTA, 1998).

Ao mesmo tempo, a Indonésia passou a proibir jornalistas de visitarem as áreas na fronteira com o Timor Leste, alegando aumento da influência comunista e terrorismo no lado português (US NSA, Message 1203, 05 Mar. 1975). Surgiram informações que a APODETI estaria enviando timorenses para treinamento militar no lado indonésio da ilha (US NSA, Message 1217, 05 Mar. 1975; US NSA, Message 1371, 04 Mar. 1975). Na realidade, em dezembro de 1974, aproximadamente 200 membros da APODETI participaram de treinamento militar no Timor Ocidental e, a partir daí, passaram a atuar nas operações secretas conduzidas pela Indonésia minando o processo de descolonização e desestabilizando a situação na colônia (TIMOR LESTE, 2013).

A rádio que a APODETI mantinha foi tirada do ar pela administração portuguesa e a rádio indonésia Ramelau, de Kupang, lançou campanha de intimidação voltada para os timorenses (US NSA, 21 Mar. 1975).

Surgiram notícias de que a República Popular da China estaria distribuindo armas e financiando a Fretilin, mas não havia evidências de que os russos ou os chineses estivessem se envolvendo.⁴⁹ Sem a intervenção soviética ou chinesa, os argumentos a favor da integração na Indonésia eram mais fortes. Naquela ocasião, os diplomatas britânicos em Jacarta entendiam que se a questão fosse colocada nas Nações Unidas, o Reino Unido deveria evitar tomar partido contra a Indonésia (US NSA, 14 Jul. 1975).

⁴⁹ Logo após a invasão, uma delegação da Fretilin visitou Pequim e teria recebido ostensivo apoio chinês. Mas, na prática, os chineses aparentaram não dar muita atenção a esse apoio (US NSA, 2 Jan. 1976).

A Comissão para a Descolonização do Timor Português distribuiu uma nota em Dili, em 2 de maio, informando os partidos políticos que iniciaria o plano de descolonização (US NSA, 07 May 1975).

Em abril de 1975, o então governador português do território, coronel Lemos Pires, tentava preparar uma reunião com os três partidos timorenses para definir um estatuto orgânico para o Timor, assim como acordar etapas para o processo de descolonização.

Na conferência realizada em Macau, em 25 de junho, foi elaborado um programa de descolonização baseada em eleições para uma assembleia constituinte, a serem realizadas em 12 meses, completando o processo de independência até outubro de 1978 (US NSA, 26 Sep. 1975). Na conferência, a UDT e a APODETI aprovaram o plano de descolonização apresentado por Portugal. Com isso, em 11 de julho, foi promulgada a Lei Constitucional 7/75 sobre o Estatuto Orgânico de Timor. Segundo a Lei, seria criado um governo de transição até outubro de 1976, presidido por um Alto Comissário e com a participação dos partidos timorenses, quando se daria a retirada portuguesa. Previa, também, a constituição de um Conselho do Governo de Transição, formado por dois representantes de conselhos municipais e quatro membros de cada partido. No terceiro domingo de outubro de 1976, seria eleita uma Assembleia Constituinte que prepararia a constituição, definindo os rumos da colônia. Apesar do boicote, a direção da Fretilin aceitou, posteriormente, o que havia sido decidido em Macau (US NSA, 01 Jul. 1975).⁵⁰

No final de julho, nas eleições para as assembleias locais, a primeira realizada no Timor Leste, a Fretilin obteve 55% dos votos. Foi um alerta para os indonésios e a UDT agirem com rapidez (CAREY; COX, 1995).

Os indonésios mudaram a estratégia e o serviço de inteligência (*Bakin*) direcionou seu foco para a liderança conservadora da UDT de modo a convertê-la para a causa da integração, batendo na tecla de que “se fosse permitida a permanência de esquerdistas na coalizão, isto resultaria em isolamento internacional” (SANT’ANNA, 1997, p.31). As ações tive-

⁵⁰ A chamada Lei da Descolonização (Lei 7/74), de 27 de julho de 1974, havia reconhecido o direito à autodeterminação e a independência dos territórios coloniais. No caso específico do Timor, a Lei n. 7/75 estabeleceu as condições para a descolonização da província.

ram sucesso na medida em que, mesmo sem afirmar a adesão à integração com a Indonésia, os líderes da UDT romperam a coligação que havia sido firmada com a Fretilin, em 27 de maio, e o processo radicalizou-se rapidamente (AMR, 2014).

Os britânicos avaliaram que os portugueses pouco tinham a fazer, não haveria condições para o rápido desenvolvimento de uma democracia, a presença de diversos grupos étnicos e a inexperiência dos grupos políticos formaram um “solo fértil para rivalidades passionais e tensões disruptivas”. Além disso, as tropas timorenses do exército colonial português, ansiosas para preservar seu *status* e padrão de vida, espreitavam como sucessoras óbvias da administração portuguesa (US NSA, 14 Jul. 1975, tradução nossa).

O governador Lemos Pires não conseguiu executar a transição pretendida por Portugal, o que gerou um caos político e um rápido crescimento da Fretilin, que passou a ser apoiada, inclusive, por alguns militares portugueses. Formou-se a Comissão dos Sargentos do Timor Português, constituída por 75 militares do exército colonial que passaram a apoiar a Fretilin. Dois membros do gabinete do governador, os majores Mota e Jonatas, também teriam trabalhado em favor da Fretilin no seio das tropas coloniais, criando o Gabinete para a Dinamização das Forças Armadas do Timor, como instrumento para manipular e controlar os desdobramentos políticos que estavam ocorrendo (KRIEGER, 1997).

Em julho os britânicos tinham certeza que a Indonésia queria o Timor Português como uma parte do seu território e que, dentro dele, os sinais eram claros em relação à independência. A Indonésia teria cerca de três anos, até outubro de 1978, para persuadir as pessoas a optarem pela integração. Mas teria que encarar um possível golpe dos líderes locais comprometidos com uma independência. Logo, não seria fácil persuadir a população. Já o governo português parecia não ver futuro em um Timor Leste independente. Mas, apesar de estar comprometido em honrar os desejos da população local, nada de efetivo poderia ser feito contra um possível golpe (US NSA, 14 Jul. 1975).

O presidente Suharto foi aos EUA e, em reunião com o presidente Ford em Camp David, reafirmou a necessidade da assistência militar daquele país justificada, principalmente, pela necessidade de combater movimentos subversivos comunistas. Sugeriu a constituição de uma comissão conjunta para avaliar a possibilidade de fornecimento de armamento de acordo com as necessidades indonésias, o que foi aceito por Ford. Quanto ao Timor, confirmou que não pretendia usar a força, mas que entendia que a única viabilidade para a colônia portuguesa seria a integração com a Indonésia, indicando que a maioria da população timorense seria a favor dela (US NSA, 09 Jul. 1975). Segundo Suharto, o maior problema era que os timorenses que desejavam a independência estavam sob influência dos “comunistas que haviam sabotado a reunião de Macau”, enquanto que, todos favoráveis à integração com a Indonésia estavam sob pressão dos “quase comunistas” (US NSA, 05 Jul. 1975, tradução nossa).

Os dirigentes da UDT aumentaram suas visitas à Indonésia e sinalizaram que apoiariam uma futura integração, caso fosse vontade do povo timorense. Organizaram greves de funcionários e manifestações públicas em Díli, durante as quais ocorreram os primeiros confrontos com os partidários da Fretilin (HORTA, 1998). Enquanto isso, o governador português suspendeu a transmissão das rádios dos partidos políticos timorenses (AMR, 2014).

Em Díli, circularam notícias sobre a preparação de um golpe que seria executado pela Fretilin, em 15 de agosto. Segundo Sant’anna (1997) eram informações falsas que o serviço secreto indonésio passava para a UDT, incluindo possíveis carregamentos clandestinos de armas chinesas e a entrada no Timor Leste de ‘terroristas vietnamitas’ para lutarem ao lado da Fretilin.

Dois importantes membros da direção da UDT, João Carlos Caldo e Domingos de Oliveira Mota, regressaram a Díli em 6 de agosto, depois de uma visita à Indonésia, onde possivelmente receberam a ‘luz verde’ e a garantia de apoio para a tentativa de tomar o poder na colônia (CAREY; COX, 1995; US NSA, 22 Aug. 1975).

Em 8 de agosto, com greves e passeatas ocorrendo em Dili, o governador Lemos Pires foi para Lospalos, no leste do território. A direção da UDT confiante no suporte indonésio e apoiada pelo chefe da polícia em Dili, tenente coronel Rui Alberto Maggiolo Gouveia, executou o golpe com o objetivo de afastar do poder os portugueses e acabar com o crescente apoio popular a Fretilin (CAREY; COX, 1995; HORTA, 1998). Na madrugada de 11 de agosto, militantes do partido lançaram a ‘Operação Sakonar’, apossando-se da sede da polícia e das armas que lá estavam, da estação de rádio, porto, aeroporto e outros pontos-chaves da capital. Após cercar o palácio do governo, a UDT exigiu: a prisão e instauração de processos contra os dirigentes radicais da Fretilin; a expulsão dos majores Mota e Jonatas, oficiais que apoiavam a Fretilin; completa neutralidade política e ideológica das forças armadas; e o estabelecimento de um governo de transição, chefiado pelo governador português, e integrado por membros da UDT e membros moderados da Fretilin (THOMAZ, 1977; US NSA, 11 Aug. 1975; AMR, 2014). A ação da UDT iniciou-se horas após ser empossada a primeira Comissão Administrativa Regional surgida das eleições de julho.

Pela manhã, o governo colonial deportou os dois majores aliados da Fretilin e aproximadamente 300 dependentes de portugueses foram evacuados para a Austrália (US NSA, Message 5413, 12 Aug. 1975; US NSA, Message 190577, 12 Aug. 1975).

Em 14 de agosto, o governo português enviou uma missão ao Timor chefiada pelo Major António Soares que, na sua passagem por Jacarta, foi impedida de prosseguir viagem, retornando para Portugal (US NSA, Message 10244, 21 Aug. 1975). Os indonésios teriam solicitado aos portugueses que ‘convidassem’ a Indonésia a intervir no Timor para restaurar a ordem, o que não teria sido respondido pelo governo português (US NSA, Message 10396, 25 Aug. 1975).

Quase de imediato, os elementos timorenses do exército colonial português pró-Fretilin juntaram-se ao partido (CAREY; COX, 1995). As forças portuguesas eram compostas por um grande número de timorenses. A ‘timorização’ do Exército Português no Timor teria acontecido, segundo o governador Lemos Pires, “porque o Comando Militar queria ver-se

livre de alguns militares metropolitanos que não inspiravam confiança. Ao contrário, os soldados timorenses eram fiéis e submissos” (CUNHA, J., 2001, p. 117). Em março de 1975, haveria na colônia 400 militares e 200 funcionários do governo português, entre dois e três mil militares timorenses, uma milícia desarmada de nove mil membros, um navio desarmado e dois helicópteros (US NSA, Message 1217, 05 Mar. 1975). A maioria dos militares timorenses era simpatizante da Fretilin. No leste, o capitão Lino da Silva, cunhado de João Carrascalão, dirigente da UDT, sublevou-se com a Companhia de Caçadores de Lospalos, a qual se juntou a Companhia de Bacau, marchando para Dili (THOMAZ, 1977). Nas outras unidades, oficiais e sargentos deixaram armas e munições, incluindo os da base militar portuguesa da Taibesse, nos arredores de Dili, que tinha acabado de ser reequipada. Armas também teriam sido entregues pelos portugueses a Rogério Lobato, irmão do dirigente da Fretilin, Nicolau Lobato (CAREY; COX, 1995; THOMAZ, 1977).

As Forças Armadas de Libertação Nacional do Timor Leste (Falintil), braço armado da Fretilin, foram formadas durante esses dias, com cerca de 2.500 soldados profissionais das forças portuguesas na colônia, mais sete mil que haviam recebido formação militar e dez mil que tinham passado por cursos de menor duração. O ataque contra as forças da UDT para retomar o controle de Dili foi iniciado em 20 de agosto (CAREY; COX, 1995).

A capital ficou dividida em dois setores, um controlado pela Fretilin e outro pela UDT, até que essa última foi forçada a abandonar Dili em direção à fronteira com o Timor Ocidental. A situação no interior não era conhecida por conta da falta de comunicação. O governador Lemos Pires informou que a capital se encontrava em completa guerra civil e o governo de Portugal admitiu que havia perdido o controle da situação na colônia (US NSA, 22 Aug. 1975).

Apenas uma pequena zona neutra, onde se abrigaram refugiados e nacionais portugueses no porto, permitia que as pessoas fossem evacuadas. Os portugueses começaram a abandonar o território logo no dia 12 de agosto. Primeiro embarcaram as mulheres e crianças, dirigindo-se a Darwin no navio australiano Macdili. Os homens foram evacuados,

também para a Austrália, numa segunda viagem do mesmo navio, em 27 de agosto. Quando do carregamento do primeiro navio o comandante informou bombardeios na capital. Um navio norueguês evacuou 1.115 pessoas para Darwin.⁵¹ Outro navio, de Macau, retirou 300 refugiados. A Indonésia permitiu a entrada de refugiados no Timor Ocidental e enviou, no final de agosto, um navio militar com suprimento de arroz para a população, o qual não pode permanecer em Dili por questões de segurança. No total, entre dois e três mil estrangeiros e locais foram evacuados, principalmente para Darwin (MATTOSO, 2005, p. 49; US NSA, 22 Aug. 1975; US NSA, Message 201738, 25 Aug. 1975; US NSA, Message 10396, 25 Aug. 1975; US NSA, Message 9854, 26 Aug. 1975; US NSA, Message 10524, 27 Aug. 1975; US NSA, Message 10681, 02 Sep. 1975; US NSA, 26 Sep. 1975).

Com o aumento da violência, Portugal solicitou ao governo australiano e às Nações Unidas auxílio para evacuar seus nacionais com a ideia de manter um efetivo simbólico na colônia (US NSA, Message 100020, 21 Aug. 1975). Enquanto isso, o governador organizou a retirada dos portugueses remanescentes para a ilha de Ataúro, ocorrida em 26 de agosto⁵², incluindo médicos em razão da recusa da Fretilin de reconhecer o hospital da cidade como zona neutra (US NSA, Message 4955, 27 Aug. 1975; US NSA, 26 Sep. 1975). Ao mesmo tempo, a Indonésia e a Austrália criticaram a abdicação da responsabilidade pelos portugueses (US NSA, Telegram 313, 25 Aug. 1975; US NSA, 26 Sep. 1975).

Em agosto, os indonésios já estariam prontos para a invasão, que se daria em curto prazo utilizando seus próprios aviões C-130 Hércules numa primeira leva. O governo indonésio, inclusive, teria prometido aos australianos um aviso prévio de duas horas caso intervissem. Mas, com a guerra civil os indonésios teriam que derrotar a resistência armada da UDT e da Fretilin, o que dificultaria as operações. Suharto teria vetado a intervenção por duas vezes naquele mês, contra a recomendação dos ‘falcões’ de suas forças de segurança, principalmente do Ministério da Defesa (*Hankam*) e

⁵¹ A operação que teve que ser interrompida por ação das forças da Fretilin (PORTUGAL, 1975).

⁵² O governador levou consigo o efetivo militar que dispunha: 12 comandos do exército, 27 técnicos navais e 64 paraquedistas (US NSA, Message 10524, 27 Aug. 1975). Posteriormente, os militares foram para Darwin, na Austrália e, de lá, para Portugal.

da inteligência do Estado (*Bakin*). A decisão teria relação com a preocupação com a autodeterminação, com a reação do congresso norte-americano e dos países não alinhados e a possibilidade de uma administração militar no Timor se tornar extremamente dispendiosa para a Indonésia (US NSA, Telegram 313, 25 Aug. 1975; US NSA, 26 Sep. 1975).

A preocupação com os EUA fez com que se intensificassem as visitas do alto escalão do governo a autoridades norte-americanas, no segundo semestre de 1975. Em outubro, por exemplo, quando uma grande quantidade de tropas e equipamentos já estavam estacionados no Timor Ocidental, os generais Moerdani e Murtopo, chefe e vice chefe da *Bakin*, respectivamente, e comandantes da operação clandestina da Indonésia no Timor Leste, foram aos EUA em visitas separadas para tratar da questão (US NSA, 17 Oct. 1975).

A postura dos EUA era importante para os indonésios por conta da dependência do armamento daquele país. O embaixador norte-americano em Jacarta achava que o Congresso ‘engoliria’ a intervenção desde que fosse rápida, tivesse a feição de uma ação policial e, particularmente, se os portugueses a solicitassem. Se fosse prolongada, poderia ser vista como uma agressão e, possivelmente, resultaria na suspensão dos programas militares. Seguindo instruções, informou ao governo indonésio que ele deveria decidir por si próprio da melhor maneira e que a reação americana dependeria das circunstâncias. Em 31 de agosto, o Secretário Kissinger reforçou a ideia de que o governo norte-americano não queria “influenciar na decisão do governo indonésio sobre o Timor”, mas esperava que ele tivesse em mente o impacto que qualquer ação militar teria na região e nas relações indonésias com outros países (US NSA, Message 11967, 26 Sep. 1975, p. 2; US NSA, 31 Aug. 1975, p. 2, tradução nossa).

Durante os confrontos, a UDT prendeu 23 militares portugueses, que foram levados em setembro para a fronteira com o Timor Ocidental⁵³, e a Fretilin capturou 24 soldados portugueses na área de Aileu-Maubisse. O centro de treinamento do exército português na cidade de Aileu foi transformado em casa de detenção de prisioneiros políticos pela Fretilin.

⁵³ Com a invasão indonésia de dezembro, os militares foram levados para aquele país. Só foram libertados dias após o parlamento indonésio proclamar o Timor Leste como a 27ª província indonésia.

No final de agosto, o enviado especial do governo português, Almeida Santos, viajou até Ataúro, Darwin, Camberra e Jacarta tentando acertar um acordo que restaurasse a paz no Timor Leste. Em Jacarta, o Ministro Mochtar Kusumaatmadja expressou que: as forças indonésias poderiam ser enviadas para a colônia, caso solicitado, com Portugal se responsabilizando pelos custos da operação; que as tropas deveriam agir sob comando militar indonésio para restaurar a ordem; e que, após a restauração da ordem, deveria ser constituída uma autoridade conjunta pelos governos de Portugal, Indonésia, Malásia (indicadas pela Indonésia) e Austrália, caso Portugal concordasse (US NSA, 26 Sep. 1975; US NSA, Message 10681, 02 Sep. 1975).

O governo da Malásia, que apoiava a anexação do Timor pela Indonésia, concordou em participar da equipe, mas relutava em ser parte de qualquer missão com tropas naquele território. A imprensa do país também entendia que somente a Indonésia seria capaz de agir e restaurar a paz (US NSA, Message 5242, 02 Sep. 1975; US NSA, 04 Sep. 1975; US NSA, Message 5364, 08 Sep. 1975; US NSA, 16 Sep. 1975). O governo australiano respondeu que não poderia assumir qualquer responsabilidade com características coloniais e que as atribuições do país deveriam ser concentradas em áreas essencialmente humanitárias (US NSA, Message 5897, 03 Sep. 1975).

A Fretilin estaria pronta para submeter-se à administração portuguesa novamente, abandonando seus planos para uma independência imediata, em favor de um movimento mais gradual em direção ao autogoverno. Mas os portugueses estavam relutantes em assumir novas responsabilidades (US NSA, 26 Sep. 1975).

As notícias posteriores sobre o andamento das negociações feitas por Almeida Santos, ora indicando maior aproximação com a Fretilin em detrimento dos demais grupos, ora indicando que estava mais preocupado com a libertação dos militares portugueses presos⁵⁴ do que realmente encontrar alternativas para resolver o problema da colônia, teriam deixado

⁵⁴ Não havia dúvidas que o governo português classificou a libertação dos militares presos no Timor como alta prioridade, tendo condicionado as negociações em outubro com o Movimento Anti-Comunista, criado no início de setembro, à libertação dos portugueses (US NSA, 20 Oct. 1975).

o governo indonésio furioso. A recepção seguinte ao enviado foi bastante fria por parte das autoridades indonésias (US NSA, 13 Sep. 1975). Santos partiu de Jacarta em 14 de setembro e o governo indonésio considerou o diálogo um fracasso. Mas ainda esperava uma solução política e, caso os portugueses conseguissem organizar o encontro em Macau conforme haviam planejado, em 20 de setembro, o governo garantiria que os partidos pró-indonésia não sabotariam a iniciativa (US NSA, 15 Sep. 1975).

Em 3 de setembro a Fretilin controlava o eixo Dili-Aileu-Maubisse, ocupava Saume e se deslocava para Baucau e Liquiçá. A UDT controlava a área da fronteira ocidental e a região leste. A Cruz Vermelha, com apoio da força aérea australiana, iniciou a ajuda humanitária com equipes médicas, inicialmente em Dili e Baucau (US NSA, Message 5116, 03 Sep. 1975; US NSA, Message 6880, 08 Sep. 1975). O general indonésio Pranoto negou que a Fretilin controlasse 90% do território, mas apenas parcialmente Dili e Bacau, e que forças da UDT e da APODETI estavam lançando ataques e fazendo incursões nessas localidades. Ao mesmo tempo, os líderes desses dois partidos reportaram que suas forças controlavam as estradas fora das cidades de Dili e Bacau (US NSA, 15 Sep. 1975).

Entre os dias 1 e 6 de setembro, o australiano Michael Darby, conhecido anticomunista, esteve no Timor Leste com uma equipe privada de voluntários de seu país fornecendo alimentos, remédios e assistência médica e informou que a guerra civil não tinha uma orientação comunista, e que a vasta maioria da população apoiava a Fretilin que era a única força política na colônia, pois os apoiadores da UDT haviam se retirado e a APODETI nunca teve apoio (US NSA, 11 Sep. 1975).

Enquanto isso, a rádio Ramelau continuava transmitindo normalmente sua programação de apoio à APODETI, atacando a UDT, a Fretilin e o governo português e defendendo a integração com a Indonésia (SOUSA, 2003).

A guerra civil entre a Fretilin e a UDT causou a morte entre 1.500 e duas mil pessoas (DUNN, 1996, p. 284). Quando perceberam que não conseguiriam vencer as forças oponentes, os membros da UDT recuaram até à fronteira e só foram autorizados a entrar no Timor Ocidental sob

o compromisso de apoiarem a anexação do Timor Leste pela Indonésia. Assim, formou-se o Movimento Revolucionário Anti Comunista (MRAC), composto pelos partidários da UDT, APODETI, KOTA e Partido Trabalhista, para fazer frente à Fretilin que culminou com uma reunião, realizada em Batugade no dia 7 de setembro, quando foi assinada uma petição ao presidente indonésio solicitando a integração do Timor.⁵⁵ A Indonésia passou a dar destaque ao MRAC, cujos membros se infiltraram pela fronteira e se internaram no território do Timor Leste (AMRE, 20 out. 1975; THOMAZ, 1977). Membros da UDT também se juntaram às forças indonésias no Timor Ocidental e proveram conhecimento e inteligência (TIMOR LESTE, 2013).

Em 13 de setembro, a Fretilin reivindicou que seu partido tinha alcançado a vitória militar e pediu ajuda humanitária. Ao mesmo tempo, a UDT avisou que seus apoiadores poderiam se declarar cidadãos indonésios, caso a petição dos partidos para o governo indonésio pedindo a integração tivesse resposta positiva. Para o presidente da UDT, Xavier Lopes da Cruz, a descolonização ordenada não era mais possível e estava convencido de que entre cem e seiscentos mil timorenses compartilhavam a opinião “que era melhor se fundir com a Indonésia do que viver sobre regras comunistas” (US NSA, 15 Sep. 1975, tradução nossa).

Os combates continuaram em intensidade mais baixa. Em 24 de setembro, forças da Fretilin atacaram o quartel general da UDT no território indonésio próximo a cidade de Motaain, resultando em mortes de indonésios e em um protesto do governo daquele país aos portugueses (US NSA, Message 11967, 26 Sep. 1975).

Havia sinais claros de que a Indonésia pretendia invadir o Timor. O chanceler Malik, ao retornar de Nova Iorque, utilizou termos mais duros em suas declarações. Deixou claro que o país tinha “potencial suficiente para agir caso estivesse ameaçado”, que era um direito que ninguém podia negar à Indonésia. Afirmou que “o Dr. Santos deveria cumprir a promessa

⁵⁵ Participaram da reunião; Francisco Lopez da Cruz, Mario Carrascalão e Antonio Sousa Nascimento, pela UDT, José Martins, José Ornay Martins e Francisco Diaz pelo KOTA, Fernando Antonio Soares, Gracindo do Carmo Guerreiro e Carlos S. dos Santos pelo PT. A integração teria sido apoiada, na semana seguinte, por João Carrascalão, comandante militar da UDT, após retornar de Liquiçá, onde comandava as operações contra as forças da Fretilin (INDONESIA, 1984, p. 40).

do presidente português de descolonizar o Timor Português por meio de consultas com os três partidos políticos de lá que apoiam a Indonésia” (US NSA, 15 Sep. 1975, tradução nossa).⁵⁶

Mas, Suharto mantinha a posição por uma solução negociada que contemplasse o direito à autodeterminação, apesar de entender que a única solução em longo prazo para o Timor seria sua incorporação à Indonésia. Parecia que, naquele momento, estava quase sozinho na decisão de retardar a autorização para qualquer ação contra o Timor, sofrendo pressões do *Hankam* e da *Bakin* (US NSA, 15 Sep. 1975; US NSA, Message 11967, 26 Sep. 1975). Após uma tensa reunião no dia 25 de setembro, o Diretor para Ásia Pacífico do Ministério das Relações Exteriores, General Akosah, chegou a receber ordem do General Panggabean, na ocasião respondendo por aquele ministério, para deixar pronto um comunicado justificando a intervenção (US NSA, 13 Oct. 1975). No entanto, dois dias após, o próprio general Panggabean reiterou os cinco maiores pontos da política indonésia para o Timor: a política de descolonização de Portugal no Timor era bem recebida; a descolonização deveria ser conduzida de forma ordenada e justa; a Indonésia não tinha ambições territoriais; o governo favorecia os desejos dos grupos timorenses por uma integração com a Indonésia; e o processo de descolonização não deveria ameaçar a estabilidade nacional (US NSA, 13 Oct. 1975).

Os indonésios se preocupavam com a exposição, inclusive das operações clandestinas. O presidente Suharto não teria concordado com o aumento das atividades clandestinas além do nível em que se encontravam, especialmente pelo fato de jornalistas e políticos australianos estarem visitando o Timor, aparentemente a pedido da Fretilin, para investigar as alegações de intervenção indonésia (US NSA, 15 Sep. 1975). No âmbito interno, em 29 de setembro, o governo proibiu a venda das revistas *Times* e *Newsweek*, provavelmente porque traziam notícias sobre a guerra civil no Timor Leste (AMRE, 20 out. 1975).

A derrota da UDT, a retirada do governo português e o território nas mãos da Fretilin, fizeram com que o governo indonésio considerasse

⁵⁶ Os britânicos entenderam que o Ministro das Relações Exteriores teria se aliado aos ‘falcões’ das forças armadas (US NSA, 15 Sep. 1975).

a ação armada como a única opção viável. A partir de setembro, unidades militares indonésias passaram a atuar no Timor Leste, próximo à fronteira com o Timor Ocidental, utilizando elementos da UDT/APODETI que lá haviam se refugiado. A ideia era fazer parecer que se tratava de uma rebelião dos apoiadores desses dois partidos, mantendo o estado de conflito e dificultando o reconhecimento internacional do governo da Fretilin, o que ajudaria a justificar a intervenção (US NSA, 15 Sep. 1975). A Agência Central de Inteligência dos EUA - *Central Intelligence Agency* (CIA) - indicava que 650 soldados indonésios das forças especiais (*Komando Pasukan Sandi Yudha/KOPASSANDHA*) e unidades da Reserva Estratégica do Exército Indonésio (KOSTRAD), incluindo um batalhão da divisão de elite de Siliwangi, Java Ocidental, estariam combatendo no interior do Timor Leste (CAREY; COX, 1995, p. 19-20).

No final de setembro, a Fretilin apresentou um cabo do exército indonésio capturado nos combates com a UDT/APODETI como a primeira evidência de que forças indonésias já estariam combatendo no Timor (US NSA, 25 Sep. 1975). Em 1º de outubro, os norte-americanos relataram um ataque de forças indonésias contra uma base da Fretilin, ação que acreditaram ser a primeira realizada explicitamente pelo exército indonésio no território timorense (US NSA, 01 Oct. 1975).

No início de outubro, forças terrestres e aéreas indonésias foram posicionadas na fronteira com o Timor Leste. As forças navais compreendiam pelo menos dois destróieres, dois submarinos e navios de apoio, além de pelo menos um batalhão embarcado de comandos. Aviões de ataque haviam sido posicionados dentro do alcance para fornecer apoio aéreo no Timor português e foi estabelecido um posto de comando avançado em Atambua, no Timor Ocidental (US NSA, 4 Oct. 1975).

Além das forças especiais treinadas especificamente para a operação no Timor Leste, foram despachados para o Timor Ocidental elementos de várias outras unidades especiais como o RPKD (regimento de comandos do exército), KKO (fuzileiros navais), KOPASSAGAT (unidade de ações rápidas da força aérea), unidades de infantaria paraquedista e aerotransportada, duas baterias de artilharia de campanha e forças de polícia móvel. Esse movimento de tropas estaria ocorrendo com pouca coordenação e

cada unidade operava apenas com seus próprios canais de abastecimento e comunicação (US NSA, 13 Oct. 1975; US NSA, 17 Oct. 1975). No dia 6 de outubro, essas forças, apoiadas por elementos da Divisão Brawijaya de Java Oriental e por fuzileiros navais (KKO), lançaram um ataque em grande escala sobre Batugade, conquistando a cidade dois dias mais tarde (CAREY; COX, 1995).

A imprensa indonésia divulgou que durante a retomada de Batugade pelas forças da APODETI, no início de outubro, foram capturados morteiros chineses de posse da Fretilin em uma clara evidência que aquele grupo estava sendo suprido pelo exterior (US NSA, Message 12476, 11 Oct. 1975). Quando a Fretilin retomou a cidade, em 10 de outubro, apresentou vários armamentos norte-americanos capturados das forças indonésias que recuaram para o Timor Ocidental. Líderes da Fretilin enviaram mensagens para a ONU denunciando a entrada de tropas regulares indonésias no Timor (US NSA, Message 4957, 11 Oct. 1975).

Em 16 de outubro, cinco jornalistas do Canal 7 de Melbourne e do Canal 9 de Sidney foram mortos quando filmavam a conquista de Balibo por forças da UDT/APODETI, apoiadas por militares indonésios. Dois jornalistas eram de nacionalidade britânica, dois australianos e um neozelandês (US NSA, 24 Oct. 1975).⁵⁷ Naquele mesmo dia, o embaixador australiano, Wollcott, recebeu instruções de Camberra para informar os indonésios que a Austrália não poderia tolerar a interferência nos assuntos do Timor (US NSA, 3 Nov. 1975). Com a morte dos jornalistas, estivadores australianos realizaram um boicote dos navios indonésios em Melbourne e Sydney (US NSA, 3 Nov. 1975).

A embaixada australiana informou que reforços militares indonésios estavam sendo enviados para o Timor Ocidental, mas avaliava que esse movimento seria parte da intensificação das operações clandestinas. Fontes da Fretilin diziam que Balibo e Maliana haviam sido capturadas por forças anti-Fretilin, incluindo tropas indonésias (US NSA, 17 Oct. 1975). O jornal *The Straits Times*, de Singapura, anunciou, em 17 de outubro, que

⁵⁷ Trinta anos depois, em razão de uma campanha promovida pelos parentes dos jornalistas britânicos mortos junto ao Parlamento do Reino Unido, entrou em vigor a Lei Britânica de Liberdade de Informação - *Britain's Freedom of Information Act*, em 1º de fevereiro de 2005, o que permitiu a divulgação de documentos do governo relacionados com a ocupação indonésia.

a cidade de Balibo havia sido arrasada por um grande contingente militar indonésio enquanto a imprensa na Indonésia atribuía a captura da cidade às forças da APODETI e da UDT (AMRE, 20 out. 1975).

O jornal *The Indonesian Times*, de 18 de outubro, destacou declarações do Ministro Malik sobre o problema dos refugiados no Timor indonésio que naquela altura já eram estimados em 40 mil pessoas (AMRE, 20 out. 1975). O governo indonésio afirmava que esse número representava um custo de cinco milhões e meio de rupias por dia (DUNN, 1996, p. 285; US NSA, 13 Oct. 1975, p. 3). Esses números eram contestados, estimando-se que somente 20 mil timorenses haviam ido para o lado ocidental, onde as terras são pobres e muito populosas, e a maioria deles retornaria logo para suas moradias. De qualquer forma, os programas de televisão indonésios apresentavam reportagens sobre as condições dos refugiados e tentativas da população para levantar fundos de auxílio (US NSA, 15 Sep. 1975).

Em 22 de outubro, a coligação conquistou as cidades de Balibo, Maliana e Bobonaro e seguiu para Maubara, a apenas 25 quilômetros de Dili. O objetivo era cercar a capital até 15 de novembro o que levaria ao colapso da Fretilin (US NSA, 17 Oct. 1975). No início de novembro, concentraram tropas para tomar Atabae, mas a cidade só caiu no dia 26 daquele mês (CAREY; COX, 1995, p. 20-21).

A embaixada australiana confirmou que o presidente Suharto havia autorizado a intensificação da operação clandestina, incluindo o uso de navios e aviões e a criação de um orçamento especial, uma vez que, até então, a operação era financiada com o orçamento militar regular (US NSA, 17 Oct. 1975; US NSA, 24 Oct. 1975). Os documentos das embaixadas da Austrália, Reino Unido e Estados Unidos em Jacarta demonstram que havia uma ligação estreita entre os diplomatas desses países, que tinham uma perfeita visão do quadro naquela ocasião e que sabiam da iminente invasão indonésia.

Ao retornar de Lisboa, no início de outubro, o governador Lemos Pires, na escala que fez em Darwin, afirmou que Portugal não enviaria tropas para o Timor, nem entregaria a colônia para a Fretilin, mas que negociaria com os três partidos. Com a UDT, só haveria diálogo após a

libertação dos 23 militares portugueses que ainda permaneciam presos (US NSA, 13 Oct. 1975, p. 3).

No início de novembro, os jornais indonésios informavam que começava faltar armas e munição para a Fretilin e que a coligação UDT/APODETI/Kota/Trabalhistas havia conquistado novas posições (FRETILIN ABANDONS..., 1975). As reportagens faziam parte da tentativa dos indonésios de reforçar a visão de que o Timor permanecia instável e era uma ameaça à segurança indonésia. O almirante Sudomo, Vice Chefe do KOPKAMTIB⁵⁸, falou enfaticamente em 1 de novembro que a Indonésia não toleraria uma administração comunista no Timor Leste, pois poderia ameaçar a estabilidade do país (US NSA, 3 Nov. 1975).

Entre 1º e 3 de novembro, os ministros das relações exteriores de Portugal, Eduardo Antunes, e da Indonésia, Adam Malik, reuniram-se em Roma e emitiram um comunicado conjunto declarando adesão aos princípios da descolonização estabelecidos pela ONU e o direito à autodeterminação dos timorenses, o reconhecimento da urgência em restaurar a paz e a ordem, bem como a intenção de realizar uma reunião entre o governo português e os três partidos timorenses (US NSA, Message 6508, 04 Nov. 1975; NEW ZELAND..., 8 nov. 1975).⁵⁹ A imprensa Indonésia anunciou que o país ajudaria Portugal no processo de descolonização pacífica (AMRE, Ofício n. 134, 10 nov. 1975). Enquanto isso, em Lisboa, uma demonstração de apoio à Fretilin e ao MPLA de Angola reuniu cerca de mil participantes no dia 3 de novembro (US NSA, Message 6513, 04 Nov. 1975).

Na sequência, o governo português propôs uma reunião em Darwin, entre 15 e 20 de novembro, com os partidos timorenses, para tentar uma negociação e o fim das hostilidades. A UDT e a APODETI rejeitaram o encontro, influenciadas pelas autoridades indonésias. Enquanto isso, representantes da Fretilin no exterior buscavam apoio. Ramos-Horta

⁵⁸ *Komando Operasi Pemulihan Keamanan dan Ketertiban* - Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem. Funcionou de 1965 a 1988, quando teve seu nome alterado para *Bakorstanas*, tendo sido encerrado em 2000.

⁵⁹ Na realidade, a Indonésia desejava que Portugal legitimasse sua intervenção armada e legalizasse a anexação através de uma negociação bilateral, à margem dos partidos timorenses.

visitou várias embaixadas em Canberra e pediu apoio político aos Estados Unidos, dizendo que a invasão indonésia era iminente (HORTA, 1998).

Estimava-se que a Fretilin tinha a sua disposição um efetivo de 20 mil homens. Além disso, desde outubro, as Falintil ministraram instrução militar para os timorenses nos vilarejos da colônia e tinham conseguido carregar armas, munições e comida para as bases na região montanhosa central. Seria uma indicação que estava se preparando para uma guerra de guerrilha (CAREY; COX, 1995; DUNN, 1996).

A Fretilin acreditava ter o controle de toda a capital. Instalou, então, um governo em Dili sob a presidência de Xavier do Amaral, Nicolau Lobato como Primeiro Ministro, Mari Alkatiri como Ministro para Assuntos Políticos e Abílio Araújo como Ministro de Assuntos Econômicos e Sociais. Em 28 de novembro de 1975, proclamou unilateralmente a independência da República Democrática de Timor-Leste e pediu reconhecimento internacional,⁶⁰ o que ocorreu apenas por parte de um pequeno número de países, a maioria ex-colônias portuguesas da África.

No dia seguinte, os quatro partidos políticos timorenses de oposição à Fretilin (UDT, Apodeti, KOTA e Trabalhista) divulgaram a Declaração de Balibo. Tomando por base as reuniões de Macau e de Roma, afirmando que as ações da Fretilin impediam a população timorense de expressar legalmente sua vontade, e que a declaração unilateral de independência resultava na impossibilidade de qualquer solução pacífica da questão, proclamaram a integração com a Indonésia e solicitaram proteção daquele governo contra as ações da Fretilin. A declaração foi usada pelos indonésios para legitimar a invasão que estava por vir (US NSA, 5 Dec. 1975.).⁶¹

A declaração teria sido motivada pelas “evasivas por parte de Portugal em relação às propostas de negociações avançadas da Fretilin” e pela escalada militar indonésia (HORTA, 1998, p. 175). Teria, ainda, sido incentivada pela independência de Angola de 11 de novembro, cujo governo

⁶⁰ Ao receber o pedido de reconhecimento, os britânicos não viam condições para efetivá-lo, mas sim, continuar favorecendo as tentativas de alcançar uma solução negociada com base na autodeterminação (US NSA, 5 Dec. 1975).

⁶¹ A Declaração foi assinada por Guilherme M. Gonçalves e Alexandre Borromeu, pela APODETI, Francisco Xavier Lopes Cruz e Domingos de Oliveira, pela UDT, José Martins, pelo KOTA e Domingos Pereira, pelo P.T.

marxista do MPLA foi rapidamente reconhecido por número expressivo de países, inclusive o Brasil.

Sem assistência externa, a Fretilin tinha pequena chance de resistir contra forças indonésias, mas poderia conduzir uma luta de guerrilha prolongada. Havia indicações que a Indonésia havia decidido por uma ação em larga escala no Timor para tomar Dili e desalojar a Fretilin (US NSA, 5 Dec. 1975). Na realidade, em razão do medo do separatismo dentro da Indonésia, a decisão pela invasão teria se dado antes dos eventos de agosto. Com o insucesso das tentativas por uma descolonização controlada, realizadas em Macau e Roma, os indonésios entenderam que deveriam definir a situação política no Timor a sua própria maneira. A primeira tentativa foi a operação clandestina, decidida pelo próprio Suharto, mas que não alcançou resultados rápidos. Com o golpe da UDT, em agosto, e o contra-ataque da Fretilin, acreditaram ter a chance de uma intervenção direta a partir de um convite do governo português ‘para restaurar a ordem’, o que também não ocorreu. Com a declaração de independência, a Indonésia tinha que agir rápido antes que a Fretilin conseguisse o reconhecimento de um número significativo de Estados (US NSA, 9 Feb. 1976). Enquanto a Fretilin tentava consolidar a independência, a Indonésia transmitia pelas rádios a ‘proclamação de integração’.

Nos dias 5 e 6 de dezembro, o Presidente norte-americano, Gerald Ford, e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, visitaram Jacarta. No encontro com Ford, Suharto pediu sua opinião caso fosse realizada alguma ação mais drástica. Ford respondeu que entendia a situação e a intenção indonésia e que não pressionaria sobre isso. Enquanto isso, Kissinger advertiu que o uso de armas norte-americanas poderia causar problemas. Ford acrescentou que poderiam ser problemas técnicos e legais. Kissinger prosseguiu dizendo que a reação dependeria de como fosse construída a ação, se em autodefesa ou como uma operação estrangeira, que sua rapidez era importante e que o governo faria o melhor para influenciar na reação interna nos EUA. Em seguida, Ford perguntou se Suharto previa uma longa guerrilha no Timor. Este respondeu que haveria provavelmente uma pequena guerrilha, mas que os ‘reis’ locais eram importantes e estavam do lado indonésio. Dessa forma, teria sido dada a

‘luz verde’ dos EUA para a ação militar indonésia (US ‘ENDORSED...’, 7 Dec. 2001; US NSA, 06 Dec. 1975).

O Timor era um dos temas da lista de Kissinger sobre lugares que os EUA não desejavam comentar nem se envolver. Os australianos estavam profundamente envolvidos com a questão, a qual lhes causava considerável embaraço interno. Dessa forma o embaixador britânico em Jacarta sugeriu que o governo britânico seguisse o exemplo dos norte-americanos (US NSA, 24 Oct. 1975).

INVASÃO INDONÉSIA

A Indonésia invadiu o Timor Leste em 7 de dezembro de 1975. A Operação ‘*Seroja*’ empregou navios de guerra no bombardeio da capital, tropas para ocupação de Dili e grupamento de tropas e voluntários timorenses da UDT e APODETI que entraram no território a partir da fronteira ocidental.

Foram empregados no ataque a Dili: o 501º Batalhão de Infantaria Paraquedista (BIPqdt), uma Companhia do 502º BIPqdt, um Destacamento de Comandos do Exército, um Destacamento de Comandos da Marinha, um Destacamento Mecanizado de Fuzileiros Navais, um Grupo de Foguetes 130 mm, um Grupo de Artilharia 105 mm e duas equipes locais chamadas Tuti e Umi, treinadas por forças especiais indonésias (DAVES, 2014).⁶²

Estimou-se que 10 mil militares tenham sido utilizados na invasão. De acordo com uma fonte militar indonésia, teria sido a maior operação militar desde a independência (DUNN, 1996, p. 250; CAREY; COX, 1995, p. 21).

Os navios de guerra, ainda antes do amanhecer, bombardearam os subúrbios leste e oeste de Dili, onde os indonésios acreditavam que as baterias da artilharia da Fretilin estavam localizadas, além da região do aeroporto. Mas, a marinha indonésia não obteve êxito nos bombardeios,

⁶² Equipes locais treinadas por forças especiais recebiam nomes comuns de mulheres indonésias como Suni, Tuti e Umi.

as posições de artilharia da Fretilin não foram atingidas e permaneceram operando durante o lançamento dos paraquedistas.

Pouco antes do amanhecer, oito aeronaves C-130 Hércules do 31º Esquadrão da Força Aérea indonésia lançaram um Batalhão de Infantaria Paraquedista (BIPqdt) e um destacamento de comandos (Destacamento de Sandi Yudha), vindos das bases aéreas de Jacarta e de Java Oriental, na região costeira de Dili e no bairro do Farol, onde vivia boa parte dos funcionários portugueses (DUNN, 1996; CAREY; COX, 1995).⁶³ Durante o lançamento, fogos antiaéreos fizeram com que alguns pilotos iniciassem o lançamento fora do local previsto. Em consequência, alguns paraquedistas foram lançados no mar e outros sobre posições da Fretilin. Além disso, os pilotos de cinco aeronaves suspenderam o lançamento e se retiraram para não serem atingidos, fazendo com que alguns paraquedistas deixassem de ser lançados (DUNN, 1996).

Uma segunda leva de paraquedistas foi lançada por cinco aeronaves C-130 em torno das oito horas da manhã, na região de Comoro, onde uma confusão entre eles e fuzileiros navais indonésios, que os identificaram como inimigos, causou várias baixas em ambos os lados. Uma terceira leva, que seria lançada na mesma zona de lançamento, foi cancelada em virtude da confusão instaurada (DAVES, 2014).

A mídia indonésia reportava a normalização do território, mas informações confidenciais sugeriram que o ataque em Dili havia sido mal executado, com grande número de vítimas indonésias (DUNN, 1996; US NSA, 24 Dec. 1975). Os ataques foram lançados sem levar em conta o conhecimento da inteligência sobre os pontos fortes da Fretilin. A logística falhou e o suprimento de comida e munição das tropas colapsaram várias vezes (US NSA, 15 Mar. 1976).

As tropas se voltaram contra a população de Dili, matando centenas deles na primeira semana, o que fez do ataque uma operação brutal. Timorenses e chineses, os quais haviam se mantido neutros durante a

⁶³ O plano inicial indonésio previa o lançamento de comandos, chamados pára-comandos, durante a noite, enquanto comandos anfíbios, por mar, tomariam a área do porto de Dili. Pela manhã, paraquedistas tomariam o aeroporto enquanto fuzileiros navais seriam lançados em Comoro, na costa oeste de Dili. Para não correr o risco de quebra de sigilo, optou-se por desencadear a operação como um todo na manhã de 7 de dezembro, o que causou uma certa confusão durante sua execução (CAREY; COX, 1995; DAVES, 2014).

guerra civil, foram mortos a tiros nas ruas de Díli, incluindo apoiadores da APODETI, que haviam sido libertados pela Fretilin e saíram para cumprir os indonésios. Execuções públicas foram realizadas. Mais de dois mil cidadãos, 700 deles chineses, teriam sido mortos nos primeiros dias da invasão (DUNN, 1996, p. 251, 253).

Os padres Felgueras e Martins (2006, p. 45-46) afirmam que

[...] contemplando, a partir de Dare, a baía de Díli, naquela manhã de 7 de dezembro, ficávamos aterrados ao contar cerca de 22 navios de guerra e transportes de barcos de apoio. Frente à praia dos coqueiros, na zona de Comoro, começaram a desembarcar das barcaças tanques anfíbios, disparando canhões à medida que se aproximavam da terra avançando sobre a cidade de Díli. Entretanto, vários batalhões de marines invadiam Díli. Foi a partir deste momento que começou a grande carnificina, matando quase indiscriminadamente membros da população que não eram rapidamente identificados, ou simplesmente mortos à rajada; sobretudo quando constatavam que nas mediações aparecia morto algum paraquedista, [...] e a muitos populares de bairros como Ailoklaram. Assistimos de Dare ao incêndio das casas desde Comoro até Caicoli. Alguns paraquedistas, após terem aterrado, foram à prisão da Comarca libertar alguns elementos da APODETI. As lojas e os armazéns dos comerciantes chineses foram completamente saqueados.

A Fretilin resistiu nos arredores da cidade e os indonésios levaram três semanas para obter o controle total sobre Díli. Nos dois primeiros dias, as tropas indonésias combateram com pequenas frações, uma vez que não conseguiam se reorganizar. Apenas o destacamento de comandos, lançado no aeroporto, onde encontrou pequena resistência, conseguiu reorganizar-se como fração (DUNN, 1996; US NSA, 24 Dec. 1975).

Embora as forças indonésias não tivessem realizado qualquer operação militar na Ilha de Ataúro, as autoridades portuguesas a abandonaram as 6:30 horas da manhã de 8 de dezembro, dia seguinte a invasão, e seguiram para Darwin. Essa atitude favoreceu a consolidação do poder indonésio sobre o território, uma vez que não havia mais a autoridade portuguesa em qualquer parte de sua colônia (CAREY; COX, 1995; DUNN, 1996). O próprio governo malaio declarou, oficialmente, que Portugal havia abandonado suas responsabilidades com o Timor, e que não havia au-

toridade legítima capaz de manter a paz e a ordem. Em decorrência disso, a Malásia aceitava a decisão do governo indonésio de permitir que voluntários entrassem no Timor, a convite de grupos moderados, para auxiliá-los a restaurar a paz e a tranquilidade (US NSA, 22 Dec. 1975).

O plano original indonésio previa um ataque simultâneo a Baucau no dia D, mas apenas em 10 de dezembro a cidade foi invadida com o objetivo de conquistar a segunda maior cidade do Timor Leste e assumir o controle dos dois principais aeródromos da colônia (CAREY; COX, 1995; DUNN, 1996). O atraso se deu por falhas no planejamento e no apoio logístico, além da chuva pesada que dificultou o movimento das tropas (US NSA, 24 Dec. 1975). No ataque foram empregadas tropas da 17ª Brigada de Infantaria Paraquedista, do 328º BIPqdt e do 401º BIPqdt, além de um Destacamento de Comandos da Marinha e uma equipe local Tuti (DAVES, 2014). Naquela ocasião, estimava-se que entre 12 e 15 mil militares indonésios estavam no Timor (US NSA, 24 Dec. 1975). Segundo Daves (2014), eram 20 mil militares indonésios no final de 1975.

Em Nova Iorque, a AGNU aprovou, em 12 de dezembro, a Resolução 3485, que reconhecia o direito do povo timorense à autodeterminação e à independência, deplorava a intervenção indonésia e recomendava que o CSNU agisse com urgência para proteger a integridade territorial e o direito à autodeterminação (UN, 12 Dec. 1975).⁶⁴

Em 17 de dezembro, os indonésios estabeleceram um governo provisório presidido por Arnaldo dos Reis Araújo (presidente da APODETI), tendo como vice-presidente, Francisco Lopes da Cruz (presidente da UDT), e integrado pelos membros dos partidos timorenses que faziam parte do 'Movimento Revolucionário Anticomunista' (THOMAZ, 1977). A declaração emitida dizia que, de acordo com a determinação do povo timorense, expressa na Declaração de Balibo de 30 de novembro, tendo em vista que a capital e praticamente todo o território havia sido libertado da influência terrorista e que havia um vácuo de autoridade face à incapacidade e irresponsabilidade de Portugal, estava sendo estabelecido o governo provisório em nome do povo timorense para garantir a manutenção do go-

⁶⁴ Alguns países pró-Indonésia como a Índia, o Japão e a Malásia tentaram neutralizar o impacto da invasão. No entanto, a Resolução foi aprovada com 72 votos a favor, 10 contra e 43 abstenções.

verno, a administração da lei e da ordem e a restauração da vida normal do povo.⁶⁵ No mesmo dia, houve uma cerimônia formal em Pante Macassar, capital de Oecussi, marcando a integração do enclave ao Estado indonésio (US NSA, 19 Dec. 1975).

No dia 18 de dezembro, o Comitê de Ajuda à Luta do Povo Timorense, recém-estabelecido em Lisboa, divulgou um relatório que teria sido enviado pela rádio Maubere⁶⁶ informando: que a maior parte de Dili continuava sob controle da Fretilin, na fronteira a situação estava estacionada com Balibo, Batugade e Atabai sob controle indonésio; em Tabo as forças indonésias haviam sido repelidas pelas Falintil, o mesmo acontecendo na costa sul, em Suai; que o hospital de Dili havia sido bombardeado pela força aérea e a comunidade chinesa na cidade estava sendo massacrada, com exceção daqueles que fugiram para as montanhas; que em Baucau vários paraquedistas e fuzileiros indonésios haviam sido mortos e outros capturados, dois aviões haviam sido derrubados e a cidade permanecia sob controle da Fretilin (US NSA, 18 Dec. 1975).

Portugal rompeu relações com a Indonésia e levou a questão à ONU, cujo Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a Resolução 384, de 22 de dezembro de 1975, condenando a invasão indonésia, pedindo a retirada imediata das suas forças e recomendando a Portugal que reassumisse suas responsabilidades na condução da autodeterminação do povo do Timor (UN, Res. 384, 22 Dec. 1975). Foi decidido, ainda, o envio de uma missão a Dili, chefiada por Vittorio Giucciardi, que visitou a Indonésia, o Timor Leste e a Austrália, entre 15 de janeiro e 7 de fevereiro

⁶⁵ Assinaram a proclamação conjunta de estabelecimento do governo provisório, Arnaldo Araújo, pela APODETI, Domingos Pereira, pelo KOTA, Francisco Xavier Lopes da Cruz, pela UDT e Januário dos Reis Costa, pelo PT (US NSA, Message 07002, 31 Dec. 1975). Além de Arnaldo Araújo, outros três timorenses viriam a ocupar o cargo de Governador da Província: Guilherme Gonçalves (1978 a 1982), Mario Carrascalão (1982 a 1992) e Abílio José Osório Soares (1992 a 1999).

⁶⁶ Maubere era um nome comum utilizado na região mambai. Os portugueses se referiam aos nativos do interior como mauberes, ou seja, os mambai que falavam o tétum (TAYLOR, 1999). Com o tempo, acabou sendo utilizado pejorativamente com o significado de pobre ou ignorante. A partir de uma carta 'Maubere, meu irmão', publicada no quinzenário Seara, Ramos-Horta criou o termo mauberismo como instrumento de mobilização política dos timorenses e a palavra maubere acabou tornando-se um símbolo de identidade nacional (HORTA, 1998). Trata-se de um exemplo típico da busca na ancestralidade de palavras e símbolos como forma de fazer crescer um sentimento nacional. Antes de 1974, a palavra maubere era sinônimo de tudo o que havia de desprezível (aos olhos dos portugueses urbanos e dos civilizados) no campesinato pobre timorense das montanhas. A Fretilin utilizou o termo para indicar que realizaria uma verdadeira transformação social, ou seja, a transformação dos maubere em cidadãos de um país independente (CAREY; COX, 1995).

de 1976. Vários empecilhos foram colocados pelo governo provisório, impedindo que a missão tivesse uma noção real da situação.

O governo indonésio reagiu emitindo um comunicado assinado pelo Ministro da Informação afirmando que: quando a situação se tornou confusa no Timor o governo colonial não havia tomado as medidas necessárias para restabelecer a ordem, ao contrário, deixou o território e se confinou na ilha de Ataúro; naquela ocasião todo o equipamento militar português foi transferido para a Fretilin para assegurar sua vitória sobre os outros partidos; em consequência, a Fretilin, empregando forças armadas portuguesas, instaurou o terror contra a população, resultando em massacres e a entrada de 50 mil refugiados na parte ocidental da ilha; e que, com o apoio de todo o aparato português no Timor, a Fretilin declarou a independência numa flagrante violação dos direitos democráticos dos timorenses. Dessa forma, Portugal não teria mais o direito de conduzir o processo de descolonização e o futuro da colônia teria que estar nas mãos do povo timorense. O comunicado dizia que, como ‘voluntários’, os indonésios ocuparam o Timor a pedido do povo por meio dos partidos APODETI, UDT, KOTA e Trabalhista, e que a resolução pedindo a retirada das ‘tropas’ não era relevante uma vez que a decisão da retirada desses ‘voluntários’ estava nas mãos do povo e do governo provisório instalado (US NSA, 23 Dec. 1975).

Segundo os britânicos, a atitude indonésia em relação às resoluções da ONU era algo como “oficialmente nós não estamos felizes: extraoficialmente nós não ligamos para isso” (US NSA, 24 Dec. 1975, tradução nossa). No campo político, a negação da participação indonésia na invasão, que teria sido realizada por ‘voluntários’, teria privado a Indonésia de se defender propriamente na ONU (US NSA, 9 Feb. 1976).

Entre 25 e 26 de dezembro, as tropas indonésias receberam reforços que desembarcaram em Liquiçá e Maubara, a oeste de Dili, onde foi morta a maior parte da comunidade chinesa ali residente (CAREY; COX, 1995). No dia 28 daquele mês, a população de Ataúro declarou sua integração ao governo provisório do Timor, após a ilha ter sido ocupada sem resistência pelas forças indonésias. A tomada de Aileu foi concluída em 29 de dezem-

bro.⁶⁷ No leste, o 328º Batalhão de Infantaria (BI) tomou Manatuto em 26 de dezembro. Em Baucau, face às dificuldades para conquistar a cidade, foram empregados o 310º BI e o 330º BI. A tomada de Bobonaro ficou a cargo do 403º BI (LAWLESS, 1976).

O enviado especial do Secretário Geral da ONU (SGNU), Vittorio Winspeare Guiccardi, esteve em Dili, em 18 de janeiro, mas não pôde se deslocar para as zonas controladas pela Fretilin. Mais tarde, Guiccardi tentou contatar a Fretilin através de um transmissor de rádio em Darwin, sem sucesso, pois o governo australiano havia confiscado o equipamento por não estar licenciado. Assim, voltou para Nova Iorque e a sua missão fracassou (CAREY; COX, 1995).

O general Benny Murdani, responsável pela operação, havia anunciado “tomaremos o pequeno almoço em Dili, almoçaremos em Bacau e jantaremos em Lospalos” (CAREY; COX, 1995). Mas, as forças armadas falharam em garantir as principais cidades rapidamente. Somente em 9 de janeiro de 1976 a situação estava calma o suficiente para o chanceler Malik visitar Dili (US NSA, 15 Mar. 1976).

O avanço indonésio para o interior foi lento. Ainaro só foi ocupada em 21 de fevereiro de 1976. Ermera, situada a apenas 57 km da capital, caiu em 9 de abril (THOMAZ, 1977). Depois de quatro meses de luta pesada as forças invasoras ainda não tinham o controle da maioria do território (DUNN, 1996). O avanço das forças indonésias fez com que a Fretilin mudasse a tática e seus membros se embrenharam nas matas para iniciar a guerra de guerrilha. A Fretilin conseguiu restabelecer a conexão de rádio com a Austrália, que ficou em funcionamento por mais de dois anos, mesmo com as tentativas das autoridades australianas de fechar o ponto final em Darwin, com o objetivo de apaziguar o governo indonésio (DUNN, 1996).

Os indonésios levaram três anos para consolidar o seu domínio no interior, com a captura do último grande reduto da resistência no Monte Matebian, zona oriental do território, em 22 de novembro de 1978 e a

⁶⁷ O efetivo remanescente de militares portugueses na ilha foi retirado alguns dias antes da ocupação pelas forças indonésias (US NSA, Message 15918, 31 Dec. 1975).

morte do presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, em 31 de dezembro daquele ano (CAREY; COX, 1995)

No final de dezembro de 1975, o Timor Leste foi dividido em dez setores militares: Dili, Aileu, Atabai, Batugade, Liquiçá, Bobonaro, Manatuto, Viqueque, Baucau e Lautem.⁶⁸ No início de 1976, o governo provisório anunciou a dissolução dos partidos políticos timorenses e a criação de uma Assembleia do Povo, com 37 integrantes representando os treze distritos. A Assembleia foi considerada uma farsa, uma vez que era integrada por apenas 7 dos 35 liurais do Timor, carecendo de legalidade e legitimidade para falar em nome do povo timorense.⁶⁹

Em abril de 1976, o CSNU adotou nova resolução, praticamente nos mesmos termos da resolução 384, de dezembro do ano anterior (UN, Res. 389, 22 Apr., 1976).⁷⁰

Em 31 de maio de 1976, a assembleia timorense, denominada Câmara dos Representantes de Timor Leste, sob a presidência de Guilherme Maria Gonçalves aprovou, por unanimidade, a seguinte resolução:

Nós, em nome de todo o povo de Timor-Leste, havendo testemunhado a decisão da sessão do plenário aberto da Câmara dos Representantes de Timor-Leste de 31 de maio de 1976, em Dili, que em essência constituiu a realização da vontade do povo, tal como foi expressa na proclamação da independência de Timor-Leste, feita em 30 de novembro de 1975, em Balibo, vimos por este meio apelar ao Governo da República da Indonésia para receber e sancionar a integração do povo da região de Timor-Leste com o Estado Unitário da República da Indonésia, no mais curto espaço de tempo possível, completamente e sem referendo.

O Chefe do Governo Provisório de Timor-Leste
Arnaldo dos Reis Araújo
Câmara dos Representantes de Timor-Leste
Guilherme Maria Gonçalves (CUNHA, J., 2001, p. 89).⁷¹

⁶⁸ Em abril de 1976, as forças indonésias tinham 42.000 militares no Timor, sendo 10.000 estacionados no Timor Ocidental (CAREY; COX, 1995, p. 24).

⁶⁹ A Assembleia deveria ter dois representantes por distrito, sendo que o de Dili teria três, todos eles eleitos, além de dez líderes da sociedade timorense nomeados pelo Governo Provisório.

⁷⁰ Enquanto a anterior foi adotada por unanimidade, esta contou com as abstenções dos Estados Unidos e do Japão.

⁷¹ Com base na resolução aprovada pela Câmara, dita popular, o governo indonésio passaria a advogar a tese de que teriam sido cumpridas as exigências da ONU com relação à opção do 'povo timorense' pela integração.

A solicitação foi entregue a Suharto, em 7 de junho, por uma comitiva de 50 timorenses liderados por Arnaldo Araújo (AMRE, 10 jun. 1976). Em 15 de agosto, o parlamento indonésio aprovou a lei de integração, após alteração da Constituição, promulgada dois dias após pelo Presidente, declarando o Timor Leste (*Timor Timur*, em bahasa) a 27^a província do país.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E A INVASÃO INDONÉSIA

A colonização de Portugal se deu em torno do interesse comercial. Isso teve resultantes no Timor Leste. Para a exploração rentável do território o colonizador estabeleceu alianças entre os líderes locais. Com isso, houve uma convivência de dois sistemas sociais durante todo o período colonial, a organização social timorense pré-existente e o sistema administrativo português, praticamente confinado no litoral da província, particularmente na capital e em algumas cidades que eram do interesse da metrópole (LIMA, 2003).

Somente no final do século XIX Portugal estabeleceu um controle mais efetivo da colônia, o que gerou conflitos com os nativos. Segundo Ballard (2008), as revoltas que ocorreram pareciam estar mais ligadas ao choque da cultura timorense com essa nova estrutura de dominação.

Com o tempo criou-se uma elite urbana composta por timorenses que foram paulatinamente assimilados nos mais de quatro séculos de colonização. Com os demais, a administração portuguesa procurava manter boas relações de modo a não comprometer os interesses de exploração da colônia. Quando revoltas ocorriam, eram sufocadas pelo aparato militar português.

Alguns dos ‘assimilados’ acabaram indo estudar em Portugal. Estudantes das décadas de 1960 e 1970 tiveram contato com pessoas de outras colônias portuguesas e com os ideais de libertação, especialmente aqueles focados no socialismo. Os encontros e discussões que aconteciam na Casa de Timorenses em Lisboa foram, aos poucos, levadas para Dili e quando

essa elite letrada retornou ao Timor Leste, levou consigo as ideias de independência (HILL, 2000). Em 1967, João Carrascalão fundou o Movimento Revolucionário de Libertação do Timor (MORELTI), o qual congregou alguns jovens que se colocavam contra o poder colonial, como Xanana Gusmão e Ramos-Horta (CARRASCALÃO, 2002).

Pode-se dizer que não havia nacionalismo timorense antes do processo de descolonização, ou seja, ele foi formado pela elite letrada que estudou no exterior e só apareceu com força realmente em 1974 (HILL, 2000). Os próprios membros da Fretilin peregrinaram pelo território timorense, a partir daquele ano, difundindo as ideias de independência e seus projetos de governo para conquistar o apoio da população que se encontrava desinformada e confusa. Não havia um ideal de independência, uma repulsa em relação ao colonizador português ou um nacionalismo enraizado na sociedade.

A postura adotada por Portugal foi fundamental para os desígnios de sua província ultramarina e seu envolvimento na questão teve comportamentos distintos. O período colonial foi marcado por uma baixa prioridade da colônia, pequena presença portuguesa e poucos recursos investidos no desenvolvimento.

Após a Revolução dos Cravos, Portugal tentou estabelecer um cronograma para a descolonização mas, a demora de soluções efetivamente práticas e a atenção prioritária para com suas colônias africanas, fizeram com que o governo português fosse ‘atropelado’ pelos acontecimentos levados a cabo, primeiramente pela UDT e, posteriormente, pela Fretilin, no segundo semestre de 1975. A partir daí, sem condições de se impor e restaurar a paz, foi novamente ‘atropelado’ pela invasão indonésia. Segundo Secco (2004), a Revolução dos Cravos foi um marco na história portuguesa, um ponto de inflexão. A partir dela, as elites (republicanas, liberais, socialistas) passaram por uma crise de consciência. Por um lado, se a função atlântica de Portugal deveria ser mantida, por outro lado, a reintegração com a Europa impunha a descolonização. A opção pela adesão à Comunidade Europeia marcou o renascimento da vocação europeia de Portugal e resultou no literal abandono das pretensões coloniais, incluindo o Timor Leste (A REVOLUÇÃO..., 1984).

Horta (1998) apresentou, inclusive, que o governador nomeado coronel Mario Lemos Pires, chegou ao Timor, em fins de 1974, convencido que a integração da colônia à Indonésia seria mais conveniente para todos. Em março de 1975, Lemos Pires esteve em Jacarta e no Ministério do Interior indonésio declarou que Portugal não se oporia à integração da colônia pela Indonésia, desde que fosse concedido um *status* especial (AMRE, Ofício n. 08, 19 mar. 1975). No entanto, após tomar contato com a população, entendeu que a independência deveria ser conduzida pela metrópole, uma vez que a maioria do povo rejeitava a ideia de integração.

Na realidade, a postura de Portugal entre 1974 e 1975 dava a impressão que a colônia representava um peso que os portugueses queriam se livrar o mais rapidamente possível.

Após o período turbulento da Revolução dos Cravos, quando Portugal teve, em menos de dois anos, seis governos provisórios, dois presidentes, uma Junta de Salvação, um Conselho da Revolução e uma Comissão Coordenadora do MFA, prevaleceu a garantia da própria estabilidade em detrimento da colônia localizada a mais de 16 mil quilômetros e com uma economia que jamais compensou os gastos da metrópole para mantê-la.

O fato é que Portugal não conseguiu conduzir o processo, sendo ‘atropelado’ pelos acontecimentos, resultando na vexaminosa e, porque não dizer, irresponsável retirada do contingente militar e político do território timorense, que já contava àquela altura com dissidentes que apoiavam a Fretilin, o que facilitou a invasão indonésia.⁷²

O discurso do deputado Ângelo Correia no Parlamento em Lisboa, em janeiro de 1976, indica o pensamento de parte da comunidade portuguesa sobre o Timor Leste:

Timor apresenta-se como um dos territórios mais atrasados de todo o mundo, sem infraestruturas físicas e produtivas, sem quadros técnicos e, sobretudo, sem uma elite minimamente capaz de assegurar completamente a gestão do território. A sua manutenção como nação independente obrigaria ou a um permanente auxílio de instâncias internacionais, com profundas implicações na capacidade decisória interna dos seus povos, ou a uma utilização do seu território por

⁷² Esse fato lembra o desfecho semelhante das possessões de Goa, Damão e Diu, em 1961, para a Índia.

potências externas que, aproveitando-se da sua localização, poderiam ser tentadas a alterar o equilíbrio estratégico na área [...]. Em síntese, parece-nos existirem fortes possibilidades de a independência imediata poder conduzir ou a um neocolonialismo económico-militar, ou à extinção da nação, ou, por último, à manutenção de uma situação de permanente subdesenvolvimento letárgico (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2000 apud MENDES, 2014, p. 73).

Uma análise do contexto internacional, no ano de 1975, permite entender o porquê da invasão indonésia e a postura dos diversos atores em relação à questão.

Em 17 de abril de 1975, caía o regime do Camboja para os guerrilheiros do Kmer Vermelho, liderados por Pol Pot. Em 30 de abril do mesmo ano, Saigon era dominada pelos vietcongs, marcando a retirada norte-americana do Vietnã. Naquele mesmo mês, o Pathet Lao assegurava o poder político no Laos e, em 1º de dezembro, acabava de vez com a monarquia naquele país. O Sudeste Asiático vivia um estado de incerteza. A vitória comunista no Vietnã e no Camboja era vista tanto como uma possibilidade de paz, com menos interferência das grandes potências, como incentivadora de ações de grupos considerados subversivos em outros países da região, como a Indonésia. Na VIII Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN, realizada em maio de 1975, em Kuala Lumpur, foi demonstrada apreensão dos países com a retração dos EUA na região (AMRE, 14 mai. 1975).

A ‘comunização’ de países naquela região, um após o outro, situação que ficaria conhecida como ‘efeito dominó’, alarmava os países ocidentais com relação à possibilidade da expansão do domínio soviético. Na América Latina, depois da vitória da guerrilha em Cuba, outras irrompiam na América Central, apoiadas pela União Soviética e, no Chile, Salvador Allende instituía um regime socialista.

Nas duas principais colônias portuguesas da África, a situação não era diferente. Em Moçambique, após uma guerra que durou cerca de dez anos (1964 a 1974), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), com o apoio da então União Soviética, China e Cuba, assumiu o poder

após a independência concedida por Portugal, em junho de 1975. Em Angola, após um governo de transição, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), também apoiado pela União Soviética, proclamou a República Popular de Angola, em novembro daquele ano.

A Guerra Fria foi identificada por Aron como período de paz impossível e de guerra improvável (ARON, 2002). Paz impossível porque, ao controlarem parte do globo, ou sobre ela exercerem predominante influência e abandonarem a guerra direta como opção de suas políticas, as superpotências acabaram transferindo as tensões para o chamado 'terceiro mundo'. Praticamente todas as guerras que surgiram no processo de descolonização tiveram o envolvimento das grandes potências, mesmo que em níveis variados, principalmente na Ásia e na África. A perda do Vietnã e a atração pelo regime de Moscou por vários 'novos' países africanos provocaram certa agitação no cenário internacional ante a possibilidade da situação se tornar desfavorável aos Estados Unidos.

Dessa forma, o ano de 1975 pode ser incluído em mais um período crítico da Guerra Fria. Somado a esse contexto global, ocorreu a derrubada do General Spínola pela esquerda em Portugal e a radicalização de parte dos dirigentes da Fretilin no Timor Leste, assumindo uma postura marxista, foi apresentada como mais uma ameaça de expansão comunista no sudeste asiático.

O governo indonésio temia que a situação no Timor Leste pudesse ameaçar a integridade do Estado no sentido de que o atraso econômico e as múltiplas vulnerabilidades resultassem num espaço vazio de poder atraindo poderes externos hostis, no caso, a União Soviética ou a China. Isso poderia se dar de diversas formas como comércio, ajuda, instalação de bases militares, desdobramento de tropas, dentre outras, formando um canal de infiltração para apoio aos grupos de oposição dentro da própria Indonésia (HOADLEY, 1975 apud MENDES, 2014).

No entanto, pode-se questionar se o Timor Leste independente, governado pela Fretilin poderia ameaçar o regime indonésio. A Indonésia estava inserida num padrão de interdependência econômica fundado na complementariedade de fluxos comerciais na região, que incluía a China

e o bloco Japão–Austrália–Nova Zelândia, além das relações especiais que gozava com os Estados Unidos.

No período que precedeu a invasão, a Indonésia procurou garantir a ‘compreensão’ da Austrália e o apoio de países-chave do Ocidente, nomeadamente dos Estados Unidos, além do Japão, mercado de mais de 40% de suas exportações petrolíferas (CAREY; COX, 1995, p. 17). O governo indonésio afirmava que teria tentado uma saída que não fosse a invasão militar, tendo inclusive sugerido a formação de uma força multinacional da qual faria parte a Austrália, sugestão que teria sido recusada pelo governo daquele país. Esse assunto teria sido tratado pessoalmente pelo presidente Suharto com o então Primeiro Ministro australiano, Whitlan, nos encontros que tiveram em Wonosobo, em setembro de 1974, e Queensland, em abril de 1975, ocasião em que teria ficado claro que os australianos aceitariam a integração do Timor Leste pela Indonésia (AMRE, 02 ago. 1983).

A primeira tentativa indonésia foi por meio das operações clandestinas, como forma de obter o apoio para a integração. Quando ela se mostrou falha, talvez o governo de Suharto tenha entendido que com uma força multinacional a Indonésia teria tempo de manejar a situação política no Timor Leste de modo a colocá-la favorável aos seus objetivos. O mesmo poderia ter acontecido caso Portugal conduzisse a ‘descolonização controlada’ durante alguns anos, como alguns entendimentos haviam previsto. O golpe da UDT, em agosto, e o contra-ataque da Fretilin acabaram dando a chance da intervenção direta indonésia. Mas Suharto preferiu esperar, talvez, calculando que, em razão da situação política em Portugal, os indonésios seriam ‘convidados’ a intervir pelo governo português para restaurar a ordem, o que não aconteceu. Com as opções adotadas falhando e a declaração unilateral de independência proclamada pela Fretilin, a Indonésia se apressou em desencadear a operação militar de modo a não permitir que um número significativo de países reconhecessem a independência.

O próprio Ramos-Horta, em dezembro de 1997, numa reunião da Comissão Internacional de Juristas em Sydney, afirmou que a imaturidade e a irresponsabilidade coletiva dos timorenses contribuiu para a invasão indonésia (CARRASCALÃO, 2002).

A Indonésia tentou legitimar a ocupação do Timor Leste como um ato em prol da autodeterminação do povo timorense, como uma ajuda humanitária face aos acontecimentos provocados pela luta interna entre as facções, ou invocando os sentimentos profundos e laços de consanguinidade nacional. Na realidade, nenhuma dessas teses seria sustentada. Primeiro, a maioria dos timorenses queria a independência de Portugal, desejo esse trabalhado pela elite letrada que fazia parte dos diversos movimentos de libertação existentes. Segundo, a breve guerra civil havia terminado em setembro, meses antes da ocupação. A maior parte do território estava sob controle da Fretilin. A porção ainda controlada pela UDT, próxima da fronteira com o Timor Ocidental, mantinha-se assim por conta da ajuda militar prestada pela Indonésia. Sem essa ingerência, a Fretilin provavelmente controlaria todo o território, diminuindo a possibilidade de vítimas civis. Além disso, não havia uma minoria indonésia no território timorense que justificasse a ‘proteção’ da sua segurança, inviabilizando o argumento da intervenção humanitária, expressão que não apresentava até aquela época uma aplicação prática conhecida na história. Terceiro, não havia laços de consanguinidade, nem sentimentos profundos que ligassem o Timor Leste à Indonésia. Os próprios grupos que lutaram pela independência da Holanda jamais haviam demonstrado qualquer interesse pelo Timor português. O governo indonésio só passou a trabalhar com essa possibilidade quando verificou que Portugal abriria mão de sua colônia, a partir da Operação Komodo, já em 1975.

Dessa forma, a Indonésia utilizou muito bem a suposta ‘ameaça comunista’ para unicamente atingir um dos seus objetivos nacionais, a incorporação da colônia portuguesa ao seu território. Anacrônica ou não, a tese da luta contra o avanço comunista na região forneceu ao governo indonésio a certeza de que contaria com o apoio ocidental.

Os EUA não só apoiaram a invasão como durante todo o período da ocupação forneceram armamento e treinaram militares indonésios, de acordo com a política externa norte-americana da época. O argumento principal dizia que a adoção de um regime comunista no Timor Leste poderia desestabilizar a região e a Indonésia era considerada um dos baluartes de contenção daquele regime na Ásia. No entanto, havia a importância

geográfica da ilha do Timor, localizada entre os estreitos de Ombai e Vetar, de águas profundas, cujo controle era vital para a livre circulação dos submarinos nucleares americanos entre os oceanos Pacífico e Índico num momento de tensão da Guerra Fria.

A forte influência da URSS em Angola e Moçambique, ameaçando a utilização da rota do Cabo, e a instabilidade no Canal de Suez em razão das guerras travadas entre Israel e os países árabes, tornaram fundamental garantir a rota do Mar de Timor aos navios petroleiros ocidentais. Com o choque do petróleo promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973, a exploração de gás e petróleo no Mar de Timor ganhou contornos geopolíticos uma vez que aumentaria substancialmente as reservas australianas e indonésias, países envolvidos nessa exploração, e parceiros dos norte-americanos.

Além disso, depois da assunção do poder pelo General Suharto e a instituição da Lei de Investimentos Estrangeiros, de 1967, a Indonésia abriu seus recursos para a exploração ocidental e inúmeras empresas multinacionais norte-americanas passaram a controlar parte da economia, fazendo do país um importante parceiro econômico dos Estados Unidos.

Assim, os norte-americanos se limitaram a condenar verbalmente a Indonésia pela ocupação, sem que efetivasse uma ação concreta para resolver a questão. Nos bastidores havia um padrão de apoio à Indonésia.

O próprio governo Carter (1977-1981), que se notabilizou pela defesa dos direitos humanos, duplicou a venda de armamento à Indonésia quando esta necessitou para realizar operações no Timor Leste. Em fevereiro de 1977, forneceu 13 aviões OV-10F Bronco, da *Rockwell Internacional Corporation*, para o governo indonésio por meio de uma linha de crédito oficial do governo dos EUA para vendas militares. Em agosto de 1978, forneceu 16 bombardeiros A-4E Skyhawk, da McDonnell-Douglas, que foram utilizados nas operações contraguerrilha para lançar bombas de fragmentação, napalm e agentes químicos desfolhantes sobre a população civil que se refugiara no Monte Matebian (CAREY; COX, 1995).

Essa atitude estava na linha da *realpolitik*, ou seja, do cálculo baseado nas necessidades, identificando as políticas que melhor serviam aos

interesses dos Estados Unidos, pois interesse e necessidade indicam os métodos pelos quais a política externa é conduzida e fornece o fundamento lógico para eles (WALTZ, 2002).

O mais importante país da região, a Austrália, movido também pela ameaça comunista e pelos seus interesses quanto à exploração de petróleo no Mar do Timor, entendeu que, naquela conjuntura, seria melhor que a colônia se integrasse à Indonésia.⁷³ Antes da invasão, em 1971 e 1972, a Austrália e a Indonésia haviam concluído acordos bilaterais para exploração da plataforma continental e a posse do Timor por Portugal impedia a divisão total daquela área entre os dois países.

Em maio de 1974, um documento da Embaixada australiana em Jacarta para o Departamento Australiano de Negócios Estrangeiros dizia que a absorção do Timor Leste pela Indonésia fazia sentido geopoliticamente, pois “qualquer outra solução em longo prazo seria potencialmente perturbadora tanto para a Indonésia como para a região”, que a absorção “ajudaria a confirmação do acordo sobre o fundo marinho” entre os dois países e induziria a uma maior prontidão de Jacarta para discutir uma política marítima (CHALK, 2001, p.37, tradução nossa).

Entre 6 e 8 de setembro de 1974, o Primeiro Ministro australiano e o Presidente indonésio realizaram uma reunião em Wonosobo, província de Java, ao final da qual a imprensa noticiou “o apoio australiano à integração na Indonésia” (MAGALHÃES, 1992, p. 14).⁷⁴ Além disso, a Austrália e a Indonésia realizaram exercícios militares conjuntos, como as manobras das suas marinhas levadas a cabo no início de 1975 (US NSA, Message 4101, 07 Apr. 1975).

Os britânicos viam como inevitável e compreensível que o Timor Leste fosse incorporado à Indonésia. Outro país de peso na Ásia, o Japão, a exemplo da Austrália, preocupava-se com a ‘comunização’ na sua zona de influência e tinha também interesse em participar da exploração de pe-

⁷³ A atenção australiana para a ilha do Timor começou na década de 1940 quando percebeu-se a existência de petróleo no Mar do Timor.

⁷⁴ Tal declaração alarmou os políticos timorenses e favoreceu a coligação entre a UDT e a Fretilin realizada em janeiro de 1975.

trôleo no Mar do Timor. Em 1975, o país era o segundo maior investidor estrangeiro na Indonésia, passando a ser o primeiro na década de 1990.⁷⁵

O regime de Suharto recebeu bilhões de dólares em subvenções e créditos bancários do Grupo Intergovernamental para a Indonésia (IGGI), um consórcio de países e organizações doadoras, criado em 1967, que incluía Estados Unidos, Japão, França, Reino Unido, Holanda e Alemanha (LAMARCA, 2003).

Se os indonésios tivessem realizado a invasão de maneira mais sutil, sem danos à sua posição internacional e na ONU, a maior parte do mundo poderia ter aceitado. Mas a maneira como a intervenção foi realizada causou danos ao regime, tanto interna quanto externamente. A Indonésia absorveu um território problemático, de pouca utilidade direta, que custou dinheiro e que, sem recursos próprios, provavelmente necessitaria de subsídios por um longo período.

Outra questão interessante é notar que houve poucos relatos de movimentos anticolonialistas no território timorense durante a dominação portuguesa. Não havia desenvolvimento, mas também não havia uma reação de porte dos timorenses contra a situação que lhes era imposta. Os portugueses mantinham uma fraca guarnição militar, até por falta de capacidade financeira de manter efetivos maiores numa colônia que não era prioridade para a metrópole. A administração também era ínfima. Pode-se depreender que os timorenses levavam sua vida simples, gozando de certa liberdade que lhes era dada pelos colonizadores, sem grandes repressões. O isolamento em que viviam não lhes permitia compreender a fundo a extensão das mudanças que ocorriam no mundo e, portanto, não tinham maiores aspirações.

Antes da Revolução dos Cravos e a criação de partidos políticos na colônia, uma pequena elite surgiu com ideias de independência. Pode-se dizer que, mesmo com o início do processo de descolonização, uma elite pequena pregava a independência, até porque dentre as ideias políticas surgidas havia as que defendiam a permanência da ligação com Portugal ou a associação com a Indonésia.

⁷⁵ Em 1991, o Japão recebeu 39% das exportações e forneceu 25% das importações indonésias. Em 1992, a Indonésia recebeu 69% de ajuda direta que o Japão destinou ao exterior (ARAÚJO; LIBERATTI, 1997).

O descaso de Portugal pelo desenvolvimento de sua colônia fez com que os poucos timorenses que tiveram oportunidade de estudar, principalmente no exterior, acabassem assumindo a responsabilidade pelas mudanças políticas na colônia.

A própria guerra civil que se instalou em 1975 demonstrou a falta de amadurecimento político da população. Não houve tempo para que as ideias das elites fossem maturadas pelo povo. A violência levada a cabo no segundo semestre de 1975, pode ser considerada como uma luta entre os partidos e seus poucos partidários, desencadeada, talvez, por uma atitude premeditada da UDT, Fretilin e da APODETI, logicamente, fomentada pela Indonésia e propiciada pela falta de capacidade portuguesa de conduzir a descolonização. Quando a UDT e a Fretilin partiram para a luta armada e, logo após, quando a UDT procurou o auxílio da Indonésia e a Fretilin proclamou unilateralmente a independência, o destino do Timor Leste foi decretado.

A falta de rapidez e objetividade na condução do processo de descolonização, já que o governo português sabia não poder mais manter o Timor Leste como sua colônia, nem tinha interesse em fazê-lo, levou a que sua administração fosse 'atropelada' pelos acontecimentos e se retirasse do território.

A percepção das elites timorenses de que Portugal não teria mais condições de manter a colônia fez com que as diferentes facções tentassem ocupar o vácuo de poder o mais rápido possível, de modo a obter uma vantagem inicial que seria fundamental nas negociações futuras. Assim, a UDT sentiu-se forte politicamente, e suficientemente protegida pela Indonésia, para tentar assumir o poder, em agosto de 1975, apesar de não ter capacidade militar para sustentá-lo.

A Fretilin, detentora de maior poder militar e contando com o apoio de parte da guarnição portuguesa da colônia, lançou a campanha de dominação pela força das armas, achando que poderia consolidar-se sem que outra força pudesse impedi-la. Os demais partidos, ao perceberem que não teriam como se contrapor ao poder da Fretilin, se aliaram com a Indo-

nésia, que aproveitou os acontecimentos para atingir um de seus objetivos nacionais, estendendo seus domínios na região.

Nesse contexto, a Indonésia invadiu o Timor Leste e o incorporou como sua província, fazendo com que o sonho da autodeterminação timorense levasse quase um quarto de século para se realizar.

CAPÍTULO 2

TIMOR TIMUR

A 27^a PROVÍNCIA INDONÉSIA

*“Seja no Tibete ou na Polônia, nos Países Bálticos ou no Pacífico Sul, na África ou nas Caraíbas, está demonstrado que a força e a repressão nunca puderam sufocar por completo o que se constitui a própria razão de ser de cada povo: o orgulho de ser ele mesmo; a capacidade de poder preservar, sem restrições, tudo quanto o identifique como tal; a liberdade de transmitir tudo isso a gerações vindouras; em suma, o direito de gerir o seu próprio destino”.*⁷⁶

As tropas indonésias no Timor Leste variaram entre 10 mil e 20 mil durante a década de 1980. Timorenses foram nomeados governadores da província, ficando um indonésio, normalmente um general, como secretário provincial, atuando como o braço direito do governador.⁷⁷ Oficiais do exército, geralmente maiores, eram administradores distritais (*kabupaten*), enquanto que o governo central indonésio exercia o controle direto sobre a polícia do Timor Leste.⁷⁸

A Indonésia manteve, essencialmente, a estrutura administrativa colonial portuguesa, com o centro da Província em Dili, 13 distritos

⁷⁶ Xanana Gusmão, 5 de outubro de 1989 (GABRIEL, 2006).

⁷⁷ Os governadores nomeados pela Indonésia foram Arnaldo Reis Araújo (julho de 1976 a setembro de 1978), Guilherme Maria Gonçalves (1978 a 1982), Mario Viegas Carrascalão (1983 a 1992) e Abílio Osório Soares (setembro 1992 a outubro de 1999) (CASTRO; CABRAL, 2011).

⁷⁸ A polícia indonésia fazia parte das forças armadas e seus policiais tinham postos militares.

(*Kabupatens*) com seus 64 subdistritos (*Kecamatans*) e 1.739 aldeias (*Kelurahan/Desa*) (TIMOR LESTE, 2013). Doze escritórios regionais em Dili representavam os diversos setores da administração nacional indonésia. Toda a administração era controlada diretamente por Jacarta e o número de servidores públicos chegou a cerca de 28 mil, dos quais um terço trabalhava nos escritórios regionais reportando diretamente ao governo nacional e dois terços eram empregados nas estruturas provinciais. No final da ocupação, 74,6% dos servidores públicos eram timorenses, mas as posições superiores eram ocupadas por indonésios, que davam pouca abertura para o envolvimento dos locais nos processos de tomadas de decisões (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 90).

O poder legislativo era exercido por quatro representantes timorenses (três membros do partido Golkar, que detinha o poder na Indonésia, e um membro do Partido Democrático Indonésio - PDI) na Câmara de Representantes (*House of Representatives*) em Jacarta, e pela Assembleia da Província com quarenta e cinco membros - um do Partido de Desenvolvimento Unido, trinta do Golkar, cinco do PDI e nove nomeados pelas Forças Armadas Indonésias (FAI).⁷⁹

Segundo Gunn (2007), a existência no Timor Leste de instituições como o Golkar (partido do governo indonésio ao qual todos os militares e funcionários públicos eram obrigados a filiar-se), o partido pró-muçulmano *Partai Persatuan Pembangunan* (PPP) e o PDI, de orientação mais secular, dava a ficção da participação política timorense nos assuntos nacionais indonésios.

Tabela 1 - Divisão Regional da Província do Timor Leste⁸⁰

DISTRITO	SUB-DISTRITO	VILAS	POPULAÇÃO
AILEU	KOTA, REMXIO, LICUIDOE, LAULARA	97	15.162
AINARO	AINARO, HATU-UDO, MAUBISSI, ZUMALAI, HATU-BUILICO	130	44.210

⁷⁹ O Documento n. 19, de 30 jul. 1976, do Presidente da Indonésia, estabeleceu a divisão administrativa do Timor Leste (AMRE, 15 set. 1976). Nas eleições de 1987, os quatro representantes eleitos do Timor na Câmara dos Representantes eram do partido Golkar.

⁸⁰ Os números são do recenseamento de 1980 e indicaram uma diminuição de 100 mil habitantes em relação a 1974. No entanto, a resistência maubere afirmava que cerca de 300 mil pessoas foram mortas pelos conflitos, pela repressão indonésia e pela fome ou doenças que tinham, também, relação com a administração indonésia.

AMBENO (OECUSSI)	PANTE MAKASAR , OESILIO, NITIBE, PASABE	57	37.110
BAUCAU	BAUCAU, LAGA, VENILABE, QUELICAL, VEMASSE, BAGUIA	367	78.827
BOBONARO	MALIANA, BOBONARO, BALIBO, ATABAI, CAILACO, LOLOTOI, LEBOS	141	61.980
COVALIMA	SUAI, TILOMAR, FOHOREM, FATUMEAN, FATULULIK	67	25.645
DILI	DILI BARAT, DILI TIMUR, ATAURO, METIARO	39	67.039
ERMRA	ERMERA, HATULIA, LETEFOHO, ATSABE, RAILACO	233	56.081
LAUTEM	LOSPALOS, LACIO, LAUTEM, TUTUALA, LURO, ILIOMAR	148	38.099
LIQUIÇÁ	LIQUIÇÁ, MAUBARA, BAZAR-TETE	130	29.342
MANATUTO	MANATUTO, LACIO LALEIA, LACLUBAR, SOIDABA, NATARBORA	81	24.442
MANUFAHI	SAME, ALAS, FATUBERLIHU, TUR ISCAI	129	26.788
VIQUEQUE	VIQUEQUE, OSSU, ACLUTA, WATTULARI, WATUCARBAU	120	54.625
TOTAL	64	1.739	555.350

Fonte: INDONESIA, 1984, p. 68- 69.

Em fevereiro de 1976, Francisco Lopes da Cruz, vice-presidente do governo provisório nomeado pela Indonésia, admitiu que aproximadamente 60 mil timorenses haviam morrido desde o golpe da UDT, em agosto do ano anterior. Em fevereiro de 1977, James Dunn, ex-consul australiano no Timor, calculou que o exército indonésio teria massacrado cerca de 100 mil timorenses desde a invasão. Além disso, os indonésios expulsaram os jornalistas estrangeiros da província e negaram autorização para o trabalho da Cruz Vermelha Internacional (TIMOR ORIENTAL, 1984).

Durante as operações no Timor Leste, os indonésios saquearam casas, levando tudo que fosse de valor e que pudesse ser transportado, como peças de portas e janelas, geladeiras, rádios, materiais de construção, mobílias, espelhos, canos de cobre, adereços de banheiros, veículos e motocicletas. Grupos de timorenses foram usados para escavar túmulos de liurais que normalmente eram enterrados com objetos preciosos e cadáveres foram exumados por colecionadores de dentes de ouro (CAREY; COX, 1995).

A Fretilin passou a desenvolver a guerra de guerrilha, única forma de fazer frente às forças militares indonésias. As Falintil foram para as montanhas com milhares de pessoas que as seguiram de forma voluntária ou foram obrigadas a deixar suas casas pelo próprio movimento (CARRASCALÃO, 2002). Um dos bastiões da resistência foi a região de Matebian, onde estimava-se que 15 mil guerrilheiros estivessem operando. As Falintil permaneceram como o braço armado da Fretilin até a despartidarização levada a cabo por Xanana Gusmão em dezembro de 1987. Foram estruturadas em três tipos de companhias militares: companhias de setor, forças regulares de defesa de determinada área geográfica; companhias de intervenção, encarregadas da segurança e defesa das bases de apoio; e companhia de choque, que atacava de surpresa o inimigo. Nos primeiros anos da resistência, as Falintil mantiveram o controle da maior parte do território, que foi dividido em setores militares. Cada operação era realizada por unidades pequenas com efetivo menor que uma companhia (CARRASCALÃO, 2002; DUNN, 1996).

Para combater a resistência, a Indonésia desenvolvia o programa de Ação Anti-Subversão no Território do Timor Leste, incluindo a formação dos batalhões 744 e 745 logo após a invasão, integrados por poucos voluntários da Apodeti e muitos timorenses recrutados. As tropas indonésias mantinham um Comando Militar em Dili (*Korem*) e os comandos dos 13 distritos (*Kodim*) com efetivos variáveis de militares e policiais. Essas tropas eram compostas por: militares indonésios (*Organik*); militares recrutados na província, a maioria timorenses, mas que podiam ser de origem indonésia desde que residentes no Timor Leste (*Milsas*); militares profissionais recrutados na província pertencentes a um quadro de tropas auxiliares, que participavam das operações, mas não faziam parte do efetivo regular das FAI (*Wanra, Kaura, Ratih, etc.*); funcionários civis a serviço das FAI, com treinamento militar, mas desempenhando função administrativa (PNS); tropas de outras províncias deslocadas ao Timor Leste como reforço temporário (*penugasan*); e diversos grupos paramilitares de autodefesa (*Tim Saka, Tim Alfa, Tim Makikit, Tim Halilintar, etc.*), normalmente treinados e comandados pelas forças especiais (*Kopassus*), remunerados e presentes em todos os distritos, sendo os responsáveis pelas maiores violações dos

direitos humanos. Havia, ainda, os chamados *ratih*, jovens que recebiam treinamento militar e ficavam em condições de serem recrutados como *wanra* ou *milsas* (EFFECTIVOS..., 1999; MILÍCIAS..., 1999).

Dessa forma, os timorenses fizeram parte das forças indonésias de duas formas: integrando esses batalhões e atuando como ‘auxiliares’. Esses últimos envolviam: membros de grupos oficialmente organizados (*Hansip*, *Ratih*, *Wanra* e *Kamra*); membros da administração local que desempenhavam função de ‘segurança’, chamados de guardas locais treinados pela polícia e financiados pelo governo da província (*Pam Swakarsa*); e grupos paramilitares (*Partisans*, *Tonsus*, *Tim Saka* e *Tim Alfa*), que foram os precursores das milícias formadas em 1998 e 1999 (TIMOR LESTE, 2013).⁸¹

No âmbito da ONU, em 22 de abril de 1976, a Resolução 389 do CSNU, reafirmou o direito inalienável dos timorenses à autodeterminação e independência, apelando ao governo da Indonésia para retirar todas as suas forças daquele território.

Com a pressão internacional contra a invasão, as autoridades indonésias enviaram timorenses para o exterior com a missão de convencer que a integração refletia o desejo da maioria da população e que, caso contrário, a Indonésia não teria invadido seu território. Mario Carrascalão, José Martins e Jose Gonçalves foram enviados para as Nações Unidas, João Carrascalão foi para o Oriente Médio e Paolo Pires para a Holanda (DUNN, 1996). No entanto, esses timorenses acabaram se desligando dos indonésios. Carrascalão foi colocado sobre prisão domiciliar em Kupang até ser repatriado para Portugal, em 1976. Pires também conseguiu ir para Portugal. O líder do Kota, José Martins, que era considerado altamente confiável pela *Bakin*, ‘desertou’ formalmente quando estava nas Nações Unidas (DUNN, 1996).

Em junho de 1976, o representante indonésio na ONU convidou membros do CSNU para visitar o Timor Leste no final daquele mês, o que foi recusado pelo Conselho. A nota de recusa não dava maiores razões, fa-

⁸¹ A existência das milícias era parte da organização de segurança do Estado indonésio. Além das forças armadas havia organizações de defesa chamadas *hansip* (defesa civil), *kamra* (segurança pública) e *wanra* (resistência popular). Esse modelo foi aplicado no Timor Leste durante a ocupação.

zendo apenas menção às duas resoluções que já haviam sido adotadas sobre o Timor, em 1975 e 1976 (UN, S/12104, 1976).

Em novembro daquele ano, uma resolução de repúdio à integração do Timor Leste pela Indonésia proposta por Guiné Bissau foi aprovada no IV Comitê da ONU e gerou declarações não só do chanceler Malik, mas também de parlamentares indonésios que afirmavam que a integração era irreversível e que o país faria frente a qualquer desafio político em relação à questão. Malik ressaltou que a questão era um problema exclusivamente interno do país (AMRE, 01 dez. 1976).⁸² O presidente Suharto já havia se expressado nos mesmos termos em agosto durante a abertura dos trabalhos na Câmara dos Representantes, salientando ter sido uma decisão do povo timorense (AMRE, 18 ago. 1976).

Em 1º de dezembro de 1976, a AGNU aprovou, por larga maioria, a Resolução n. 31/53, rejeitando a reivindicação de integração do Timor, uma vez que o povo não havia tido o direito à autodeterminação e independência, e reiterando a legitimidade da luta do povo timorense para alcançar tal direito (UN, 1976).⁸³

Em março de 1977, o ex-cônsul australiano no Timor Leste, James Dunn, aceitou depor perante uma comissão do Senado norte-americano sobre as atrocidades cometidas pelas forças armadas indonésias na província, resultando numa demonstração em Jacarta contra a ingerência australiana nas questões internas indonésias.

Enquanto isso, os timorenses que viviam nas montanhas foram reorganizando os serviços essenciais capazes de satisfazer as necessidades básicas do povo. Essa organização nas montanhas foi um elemento essencial da resistência, destacando-se o papel da Organização Popular das Mulheres do Timor (OPMT) e a Organização Popular da Juventude do Timor (DPJT) ao assegurar o trabalho coletivo no campo (AMR, 2014).

No entanto, após quase dois anos de guerrilha, a resistência começou a dar sinais de cansaço e alguns dirigentes passaram a ver com bons olhos uma possível negociação. Assim, em agosto de 1977, foi divulgada

⁸² A votação no Comitê obteve 61 votos a favor, 8 contra, 49 abstenções e 19 ausências (LESS SUPPORT..., 1976).

⁸³ A resolução obteve 88 votos a favor, 20 votos contra e 49 abstenções.

uma proposta de Suharto para conceder anistia às tropas da Fretilin e seus apoiadores no dia nacional da Indonésia (17 de agosto), o que provocou um ‘racha’ na liderança da resistência (DUNN, 1996). Nicolau dos Reis Lobato, da linha dura da Fretilin, acabou substituindo Xavier do Amaral e declarou-se disposto a continuar a luta.⁸⁴

Entretanto, a oferta indonésia foi feita enquanto suas forças preparavam uma ofensiva para esmagar a resistência. Desencadeada em setembro, envolveu a injeção de um reforço de 15 mil militares. Desde então, as forças indonésias passaram a evitar o contato direto com as Falintil e a bombardear e destruir as lavouras como forma de forçar a rendição dos guerrilheiros por falta de comida. As condições nas montanhas eram praticamente normais até 1977 por conta do programa agrícola conduzido pelos fazendeiros que integravam o movimento de resistência. A partir daí, a comida começou a se tornar um problema em razão das operações de busca e destruição das bases de guerrilha na região central e das lavouras e do gado ao redor das áreas de apoio, cortando o abastecimento da resistência armada (DUNN, 1996).

O relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação apresentou que a principal causa para a morte de aproximadamente 84.200 timorenses por fome e doença foi a estratégia implementada pelas forças militares indonésias no final de 1970. Esta incluiu: bombardeios por terra, mar e ar de áreas onde membros da resistência e população civil moravam ou estavam baseados; destruição de fontes de comida; colocação forçada de pessoas que saíram das áreas controladas pela Fretilin, capturadas ou que se renderam, em locais ou áreas restritas sob controle militar; falhas da administração indonésia em prover alimento suficiente para as pessoas; proibição do livre movimento para que as pessoas buscassem comida ou pudessem cultivá-las; recusa em autorizar a ação de organizações internacionais de assistência para prover alimentos para a população (TIMOR LESTE, 2013).

⁸⁴ Nicolau Lobato nasceu em 1946 em Soidaba. Foi Vice-Presidente da ASDT e líder da Fretilin. Seu irmão foi morto na guerra civil, o mesmo ocorreu com sua esposa no primeiro dia da invasão indonésia, em 1975. A partir de então, foi líder militar da resistência nas montanhas (HORTA, 1998).

Em maio de 1978, no começo da estação seca, o exército indonésio desfechou outra grande ofensiva, com unidades de elite apoiadas por carros de combate e aviação. A operação *Skyline* foi lançada pelo comando militar indonésio, sob a liderança do novo Ministro da Defesa, general Yusuf. Dezesesseis batalhões teriam sido empregados no cerco por terra, enquanto aviões fornecidos pelos EUA bombardeavam as bases da guerrilha, fazendo várias vítimas civis (TAYLOR, 1991; DUNN, 1996). No bojo das operações, Xavier do Amaral foi capturado em outubro.⁸⁵ Logo após, Alarico Fernandes, o Ministro da Informação e Defesa Interna anunciou na rádio da Fretilin que ele e alguns camaradas haviam rompido com o Comitê Central, desertando e levando consigo o posto rádio responsável pelas transmissões da Rádio Maubere (DUNN, 1996).

Enquanto isso, o governo indonésio iniciou um processo de tentativa de ‘aliciamento’ dos governos árabes e buscou a ‘compreensão’ dos governos da região asiática em torno da anexação do Timor Leste, em razão das resoluções contrárias aprovadas na ONU (AMRE, 10 abr. 1978).

A destruição da maior parte do armamento, a captura de líderes, as desavenças internas, a dificuldade de contato com o exterior⁸⁶ e de conseguir comida nas aldeias castigadas pelas operações de cerco e aniquilamento das forças indonésias quase que dizimaram a guerrilha (DUNN, 1996).⁸⁷ A última grande resistência no monte Matebian caiu em novembro de 1978. Naquela ocasião, 80% dos combatentes já haviam morrido, dos 50 membros do Comitê Central da Fretilin haviam restado apenas três, mais de 90% das armas haviam sido perdidas e o contato com o exterior estava cortado. A própria direção da Fretilin recomendou que seus seguidores se entregassem às forças indonésias ou retornassem às suas cidades e vilas (MAGALHÃES, 1995).

⁸⁵ Francisco Xavier do Amaral estudou em Macau, foi funcionário da alfândega e professor no Liceu Francisco Machado em Dili. Assumiu a liderança do território do Timor entre o abandono do governo português e a invasão da Indonésia, em 1975. Posteriormente, passou a lutar com a guerrilha da Fretilin até 1977 quando, por discordar das táticas utilizadas, foi mantido preso por membros radicais do movimento, levado amarrado durante um ano pelos guerrilheiros até ser abandonado para que fosse encontrado e preso pelos militares indonésios. Ficou 22 anos exilado em Bali e Jacarta (ALFORD, 2012).

⁸⁶ Havia pouco contato entre a guerrilha e os líderes expatriados. Essa situação se manteve até o fim de 1982 quando um novo canal de comunicação foi estabelecido (DUNN, 1996, p. 283).

⁸⁷ O apoio externo para a Fretilin limitou-se a recursos financeiros enviados pela China nos anos de 1976 e 1977 (HORTA, 1998, p. 256).

Com a queda da última base de apoio – Base 2 de Alas - em 28 de novembro de 1978, Xanana Gusmão e Taur Ruak⁸⁸ decidiram reagrupar os combatentes no monte Legumau (CARRASCALÃO, 2002). Nicolau Lobato foi morto em 31 de dezembro de 1978 e Vicente Sahe, dirigente da Região Leste, desapareceu em janeiro de 1979. De acordo com a imprensa indonésia, 20 líderes e combatentes da Fretilin foram mortos com ele e 12 ou mais teriam sido capturados (CARRASCALÃO, 2002; DUNN, 1996).

Os combatentes que restaram se embrenharam nas matas e parte da população que retornou às áreas urbanas permaneceu como força de sustentação da resistência o que permitiu que o movimento continuasse a luta (SANTOS, L., 2005).

Dessa forma, é evidente que os anos de 1978 e 1979 foram trágicos para a população timorense. As forças de segurança indonésias e seus ‘auxiliares’ conduziram uma campanha sistemática de assassinatos e desaparecimentos, segundo a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, como parte de um plano “concebido nos mais altos níveis da estrutura de comando militar” com objetivo de eliminar líderes e ativistas do movimento de resistência que caíssem nas mãos dos indonésios (TIMOR LESTE, 2013, p. 30). À medida que se rendiam, os timorenses eram colocados de imediato em campos de concentração ou de internamento, outros eram ‘simplesmente’ fuzilados. Muitos eram deixados ao abandono pelas estradas, sem comida, sem medicamentos, sendo sucessivamente controlados e interrogados pelos militares indonésios. Aldeias inteiras foram evacuadas. Com os bombardeios e as chacinas, a fome e a miséria se agravaram. Segundo estimativas indonésias, em 1974 viviam no país 563.211 habitantes e esse número baixou para 489.433 habitantes em 1978, ou seja, menos 13% da sua população (AMR, 2014).

O relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação apresentou que, do total de assassinatos e desaparecimentos registrados, 15,5% foram atribuídos aos timorenses ‘auxiliares’ agindo individualmente e 12,6% com a participação deles agindo com os militares e policiais indonésios (TIMOR LESTE, 2013, p. 55)

⁸⁸ Jose Maria de Vasconcelos, conhecido como Tauar Matan Ruak foi comandante militar das Falintil. Em 31 de março de 1979, foi cercado com seu grupo em Viqueque e se rendeu. Fugiu da prisão 23 dias após. Passou todo o período da ocupação indonésia com as forças de guerrilha.

No início da década de 1980, foram introduzidas novas formas de deslocamento da população. A maioria dos campos foi desmantelada e a resistência reorganizada adquiriu capacidade de lançar ataques localizados contra as forças indonésias, muitas vezes com o apoio da frente clandestina que vivia nas aldeias e cidades. As autoridades indonésias criaram, então, aldeias estratégicas fortemente militarizadas para onde enviavam parte das pessoas saídas dos campos de concentração/internação e aquelas que poderiam estar ligadas aos ataques e revoltas lideradas pelas Falintil, como as ocorridas em Mau Chiga (Ainaro) e Rotuto (Manufahi) em torno do Monte Kablaki, em agosto de 1982, e os levantes em Kraras (Viqueque) e Lautém, em agosto de 1983 (TIMOR LESTE, 2013). A principal preocupação era impedir o apoio da população local aos guerrilheiros.

A partir da invasão, de dezembro 1975, até o segundo semestre de 1979, a Indonésia recusou a permissão para qualquer agência internacional de ajuda humanitária operar no Timor Leste. Posteriormente, limitou a ajuda que chegava e que era entregue pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Quando o exército indonésio acreditou que a campanha para destruir a resistência havia se encerrado, permitiu que a ONG norte-americana *Catholic Relief* (CRS) e o CICV realizassem levantamentos no Timor Leste, em abril e julho de 1979. Em seguida, autorizou operações das agências de ajuda a partir de setembro de 1979 (TIMOR LESTE, 2013). Os primeiros assistentes humanitários teriam ficado chocados com a miséria que encontraram e estimaram que entre um décimo a um terço da população pereceu devido à guerra, e que mais de 200 mil estavam definhando nos campos de reassentamento (DUNN, 1996, p. 290).

Contra as previsões dos militares indonésios que planejaram a anexação, só em 1979 o Timor Leste foi declarado como ‘pacificado’, quase quatro anos após a invasão do território (AMR, 2014). As Forças Armadas indonésias mantiveram cerca de 15 mil militares na província e mais 8 mil policiais.⁸⁹ Naquele ano, o governo indonésio anunciou um plano para colocar a província sob completa administração civil. Na ten-

⁸⁹ Os dados não são precisos. O governo indonésio não confirmava o número oficial de militares no Timor. A resistência dizia ser mais de 20 mil homens na província. Nesse caso, haveria um militar indonésio para cada quarenta pessoas. Apenas como comparação, no Brasil, a relação efetivo do Exército – população seria de um militar para cada 900 habitantes.

tativa de conter a resistência timorense, passou a investir na economia da região, possibilitando um crescimento médio de 6% ao ano, entre 1983 e 1997. Administradores experientes foram levados de outras partes da Indonésia e foi oferecido emprego aos timorenses, “mesmo que em níveis de subordinação”. A administração, “serviu-se de uma cultura burocrática profundamente internalizada, com suas raízes nas Índias Orientais Holandesas, mas com muitos elementos javaneses e de outras culturas indígenas” (GUNN, 2007, p. 44).

No campo da saúde, Portugal deixou o Timor Leste com apenas dois hospitais e quatorze centros médicos. Em 1997, com investimento indonésio, havia onze hospitais e 332 centros médicos instalados nas vilas (ALMEIDA, 1999, p. 22).

A educação era central para o projeto indonésio de integração (*integrasi*) e a criação de um grande número de escolas primárias e secundárias por toda a ilha fazia parte do conceito indonésio de educação pública de massa. Nesse sentido, a construção da infraestrutura educacional é normalmente vista como um dos mais impressionantes desenvolvimentos levados pela Indonésia ao Timor Leste. De 47 escolas primárias e duas preparatórias⁹⁰ existentes em 1976, passou-se para 498 primárias, 71 preparatórias e 19 secundárias, em 1986 (ALMEIDA, 1999, p. 22). Foram criados, ainda, quatro centros universitários. De acordo com uma fonte indonésia, em 1991, havia cerca de 130 mil crianças matriculadas no sistema escolar, distribuídas em 580 escolas primárias, 94 preparatórias e 44 de segundo grau (GUNN, 2007, p. 50). Em 1999, mais de 160 mil estudantes estavam nas escolas primárias e mais de 40 mil nas escolas secundárias. Entretanto, a qualidade geral da educação era avaliada como média (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 154).

Grandes esforços foram feitos pelos indonésios para eliminar a língua portuguesa no Timor Leste. Parecia, pelo menos superficialmente, que a posse de um livro em português, constituía crime. Os únicos livros que podiam ser encontrados em Dili durante o regime indonésio eram de ori-

⁹⁰ Tradução de *junior high school*, correspondente ao período da 5ª à 8ª série (antigo ginásial) do sistema educacional brasileiro.

gem indonésia e, geralmente, voltados para suprir as necessidades curriculares das crianças nas escolas (GUNN, 2007).

Houve investimentos, também, na criação de gado, pesca, agricultura, saúde e, principalmente, na infraestrutura de transporte e de comunicações. Foram executados projetos de irrigação em Manatuto, Baucau, Ermera, Aileu e Comoro, orçados em cerca de 10 milhões de dólares (INDONESIA, 1980).

Foi melhorada a rede viária com a reconstrução ou recuperação das estradas Baucau-Manatuto, Dili-Comoro, Dili-Ermera-Bobonaro-Maliana, Lautem-Lospalos, Baucau-Dili, Maliana-Motarim, Dili-Railaco-Ermera, Dili-Liquisa e ruas de Dili (INDONESIA, 1980). As pistas dos aeroportos de Comoro e de Suai foram melhoradas, permitindo o pouso de aviões maiores, como os do tipo C 130 – Hércules. Tais investimentos, logicamente, tinham ligações diretas com as operações militares que eram realizadas no território.

Uma atenção considerável foi dada para o desenvolvimento urbano, com a construção de casas melhores, estações de eletricidade e de tratamento d'água, especialmente em Dili. Mas, os maiores beneficiários do desenvolvimento eram os mais de 120 mil estrangeiros de várias partes da Indonésia que haviam mudado para a província desde a invasão (DUNN, 1996, p. 306). A assistência ao desenvolvimento da vida religiosa consumiu, entre 1976 e 1979, quase 59 milhões de rúpias (cerca de 94 mil dólares) (INDONESIA, 1980).

Entre 1976, ano da integração, e 1981, houve o investimento de 60,646 bilhões de rúpias (cerca de 95 milhões de dólares). Os departamentos que mais receberam recursos foram os de Assuntos Internos, Comunicações e Serviços Públicos. A transmigração, que tinha um departamento próprio, coordenou, inclusive, a transferência de professores de Yogyakarta para o Timor Leste. Os gastos com educação somaram dois bilhões e 842 milhões de rúpias (4,5 milhões de dólares) (INDONESIA, 1980, p. 68).

No período da integração, a Indonésia investiu cerca de 200 milhões de dólares na província. A renda per capita subiu de 34,20 dólares, em meados da década de 1970, para 265,50 dólares, em 1997 (UN, 17 jun. 1999). Mas, segundo Dunn (1996), após 1975, a guerra, a fome e

a perturbação social tiveram um impacto devastador na área rural do Timor Leste. Por exemplo, em outubro de 1981, durante um seminário em Dili sobre o futuro desenvolvimento da província, um especialista em agricultura da Indonésia afirmou que a população de búfalos da água (*Kerbau*) do Timor Leste havia diminuído de 150 mil cabeças, em 1970, para menos de 25 mil, naquela ocasião.

Outra questão interessante foi o papel dos militares indonésios na província. Desde que tropas indonésias desembarcaram no Timor Leste os militares passaram a se envolver nos negócios por interesses pessoais. Após a invasão, a famosa produção de café timorense ficou nas mãos de três generais. A empresa PT Denok, controlada pelo Exército, gerenciada por um empresário chinês e endossada pelo general Benny Murdani, com íntimas ligações com comércio e casas de finanças em países vizinhos, assumiu as plantações confiscadas da Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT), uma antiga companhia estatal portuguesa que liderava o mercado atacadista e varejista. A Denok, monopolizando a produção de café, sândalo e outros produtos, forçou os cultivadores a aceitar preços muito baixos pelo que produziam. Depois de seis meses da captura de Dili, a empresa já havia exportado 500 toneladas de café para Singapura. Com um segundo envio, de 800 toneladas, a exportação rendeu à empresa 3,1 milhões de dólares apenas no primeiro ano da integração (DUNN, 1996, p. 297; GUNN, 2007, p. 47).

Várias companhias que se estabeleceram no Timor pertenciam a parentes do presidente Suharto, como a PT Nusa Bhankti, de sua esposa, e a PT Liambau, do então major Prabowo, seu enteado (DUNN, 1996). Militares praticavam corrupção generalizada ao estabelecer taxas locais, aceitando propina para libertação de prisioneiros sem a execução de processo ou para emissão de documentos de migração.⁹¹

Na realidade, a maioria dos projetos de desenvolvimento da infraestrutura era desenhada para ir de encontro aos desejos dos militares, facilitando o desenvolvimento dos setores da economia nos quais os gene-

⁹¹ O representante do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), Constâncio Pinto afirmou, em entrevista em Nova Iorque, em dezembro de 1995, ter fugido do Timor Leste para Jacarta com identidade e passaporte falsos, tendo pago 200 mil dólares pelo passaporte naquela capital para poder fugir para Portugal e posteriormente para os EUA (ENDING..., 1995).

rais podiam tirar proveito. Por exemplo, como a maior parte do café que a Denok exportava vinha do distrito de Ermera, a estrada Dili-Ermera foi a primeira a ser reformada (DUNN, 1996).

Apesar da propaganda indonésia sobre o desenvolvimento da província, dados do Fundo de Populações da ONU indicavam uma expectativa de vida das mais baixas do mundo e uma taxa de mortalidade infantil das mais altas. A província, antes autossuficiente em arroz, passou a importar o produto. Além disso, os timorenses acusavam as autoridades indonésias de desflorestamento e destruição do meio ambiente para propósitos militares, falta de incentivos aos fazendeiros e rígido controle militar sobre a circulação de pessoas (UN, GA/COL/2983, 1998).

Holz hacker (1999) dividiu a dominação indonésia em quatro fases. A primeira, de 1975 a 1979, foi a mais violenta por conta da resistência da Fretilin e do apoio ocidental como forma de manter o equilíbrio estratégico da região. A segunda, entre 1980 e 1990, implicou na desarticulação da resistência, na prisão dos principais líderes e nos movimentos migratórios para o Timor Leste. A terceira, teve início com o ‘massacre de Dili’, em 1991, a partir do qual a questão timorense alcançou maior projeção internacional nos foros de defesa dos direitos humanos. A quarta envolveu a crise econômica da Indonésia e a queda do presidente Suharto, em maio de 1998, que modificaram a postura do governo em relação ao Timor Leste e permitiram a reabertura das negociações com Portugal e a ONU.

Em geral, o período de ocupação pode ser resumido pela repressão política e má administração, apesar dos investimentos feitos no território. O comportamento dos ocupantes e a corrupção da administração exacerbaram as diferenças étnicas e culturais entre os timorenses e os indonésios e fortaleceram o ideal pela independência, que nunca foi esquecido.

Na verdade, nunca foi permitida a participação da comunidade local nas decisões políticas do país, nas melhores oportunidades de trabalho ou na divisão dos lucros com a exploração dos recursos. Um bom exemplo foi o acordo realizado entre indonésios e australianos para exploração do maior bem dos timorenses, os lençóis petrolíferos do Mar do Timor, cujos lucros não eram repassados para seus legítimos donos.

Um dos elementos-chave da ocupação indonésia e do combate à resistência foi o controle populacional baseado num sistema de povoados de reassentamento (GUNN, 2007). O governo indonésio, com base no Programa Nacional de Planejamento Familiar, forçou o uso de contraceptivos em mulheres jovens no Timor Leste, negou tratamento correto para mulheres grávidas em desacordo com as convenções internacionais dos direitos políticos e civis, econômicos e sociais, e para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (SISSONS, 1997).

Os militares indonésios também recrutaram milhares de crianças como ‘assistentes’, colocando-as para trabalharem como carregadores e guias e expondo-as aos combates. Além disso, transferiram menores para a Indonésia por diversas formas, por meio de raptos individuais realizados pelos militares ou programas educacionais patrocinados pelo governo (TIMOR LESTE, 2013). A excessiva presença militar, a violação sistemática dos direitos humanos, detenções arbitrárias, maus tratos, torturas, execuções extrajudiciais, abusos sexuais, incentivo à prostituição das mulheres locais, foram outras fontes de conflitos permanentes.

Além dos timorenses que voluntariamente se juntaram aos batalhões 744 e 745 ou serviram como ‘auxiliares’ por conta do pagamento que recebiam, no período de maior atividade militar (1975-1981), outros foram recrutados à força para se juntar as unidades militares indonésias e obrigados a carregar grandes cargas de alimentos, munições e equipamento em condições extremas por conta do programa contra a subversão (TIMOR LESTE, 2013). Durante as operações de cerco, eram obrigados a marchar na frente das principais formações indonésias e eram tratados como inferiores pelos oficiais javaneses. Em consequência, a maior parte dos timorenses não se entusiasmava com as atividades militares e vários desertaram e juntaram-se às Falintil. Assim, as forças da guerrilha que sobreviveram conseguiram recrutar novos membros, muitos deles desertores dos batalhões timorenses e dos grupos de defesa civil.

Em março de 1980, depois da visita do embaixador dos EUA na Indonésia ao Timor Leste, foi reportado ao embaixador brasileiro em Jacarta que havia fartura de gêneros e que a atividade agrícola havia voltado à

normalidade. Nas montanhas do norte da província, mantinham-se focos de resistência, sendo estimado um total de 200 guerrilheiros em atividade.

No intervalo de cinco anos após a invasão, houve uma catastrófica perda de vidas. A população de 688.771, em 1974, teria declinado para 329.271 pessoas. Parte das mortes foi decorrente dos assassinatos em massa que se iniciaram nas primeiras semanas da ocupação em Dili e prosseguiram em Suai (1976), Bobonaro e Aileu (1977), Bobonaro e Quelicai (1978), na área de Matebian com os diversos ataques aéreos que atingiram a população civil, e em Dili (1980) depois do ataque da Fretilin em junho (DUNN, 1996).

Muitas das pessoas que fugiram de suas casas durante a invasão acabaram abrigadas nas bases da Fretilin. Quando essas bases foram atacadas pelas forças indonésias, ficaram novamente desalojadas. Entre 1976 e 1978 os indonésios destruíram armazéns, implementos agrícolas, campos, gado e sementes. As pessoas que se renderam e foram colocadas em locais sob controle dos militares não recebiam alimento suficiente para seu sustento e eram proibidas de se moverem para cultivar a terra (TIMOR LESTE, 2013).

Na realidade, inicialmente, os guerrilheiros saqueavam as vilas e hortas. Posteriormente, os indonésios usaram a tática de atribuir-lhes tal destruição. Mas, com o tempo foi estabelecida a confiança da população na guerrilha o que permitiu a estruturação da frente clandestina nas vilas e cidades em apoio às Falintil. Entre 1975 e 1976, civis simpatizantes davam assistência às populações das montanhas. A partir desses primeiros contribuintes, universitários, funcionários públicos e pessoas anônimas como homens de negócios, trabalhadores normais, vendedores ambulantes e outros juntaram-se à resistência. Vários jovens iam para as escolas apenas para ocupar o tempo e ouvir e divulgar a luta pela independência (CARRASCALÃO, 2002).

Surgiram dirigentes militares notáveis na Fretilin como Nicolau Lobato (morto em 31 de dezembro de 1978), Hermenegildo Alves (Vice-Ministro da Defesa Nacional da Fretilin, morto em 1978), Antônio Cavarinho (queimado vivo após um longo período de tortura

pelos indonésios em 2 de fevereiro de 1979) e Xanana Gusmão. Até a segunda metade da década de 1980, quando os estudantes passaram a desempenhar um papel importante, foi o comando militar da Fretilin que representou o componente principal de liderança da resistência (CAREY; COX, 1995).

Na ONU, em 11 de novembro de 1980, foi aprovada nova resolução reafirmando o direito do povo timorense à autodeterminação e à independência. A AGNU felicitou a iniciativa do governo português com vistas a encontrar uma solução para a questão de sua ex-colônia e exortou todos os envolvidos a cooperar com a criação de condições necessárias para a rápida implementação da resolução 1514, que tratava da garantia de independência aos povos coloniais. A Assembleia solicitou, também, o apoio das agências da ONU como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) para prestarem a assistência necessária aos timorenses (UN, Resolution 35/27, 1980).

Entretanto, a resistência permaneceu fragmentada e descoordenada. Após as campanhas de ‘cerco e aniquilamento’ do exército indonésio, todas as bases tinham sido destruídas, restando acampamentos isolados de civis e militares nas montanhas. Alexandre de Gusmão, mais conhecido pelo seu nome de guerra, Xanana Gusmão, a partir de um pequeno destacamento de sobreviventes desencadeou um moroso processo de reorganização de luta a partir de 1979, estabelecendo contatos e criando as bases das redes clandestinas (AMR, 2014). Com a injeção de novos recrutas, foi lançado um ataque próximo de Dili, em janeiro de 1980. Em março, uma carta da Fretilin dizia que a guerra continuava e era mais forte na área leste, em Lospalos. Em 10 de junho, um ataque audacioso foi executado contra a estação de rádio e várias instalações militares de Dili, incluindo um depósito de munição (CAREY; COX, 1995; DUNN, 1996).

No início de 1981, o Comitê Central original da Fretilin não existia mais. “Toda a ala marxista tinha sido morta em combate. Elementos da ala moderada tinham sido capturados ou renderam-se. Da ala conservadora, houve elementos que passaram para o lado do inimigo [...]” (HORTA, 1998, p. 307). Com o Comitê Central dizimado, Xanana Gusmão passou

a comandar as Falintil. Em março daquele ano, a resistência realizou a 1ª Conferência Nacional para a Reorganização do País, quando surgiu o embrião do futuro Conselho de Resistência Revolucionária Nacional (CRRN)⁹² e Xanana Gusmão foi escolhido formalmente como líder das forças da resistência no encontro em Lacluta (DUNN, 1996).

O poder no interior do território passou para a Comissão Político Militar da Resistencia (CPM-R) que defendia um diálogo sem pré-condições sob o patrocínio da ONU para conseguir uma solução internacionalmente aceitável para o Timor Leste (CARRASCALÃO, 2002). O radicalismo político de alguns líderes expatriados como Abilio Araújo, talvez o mais marxista dos líderes da Fretilin, foi abandonado em favor de políticas não ideológicas designadas a apelar ao povo timorense, incluindo os que apoiavam a UDT e a Apodeti (DUNN, 1996). O novo líder, Xanana Gusmão, conseguiu criar ligações com povoações estratégicas, resistir a inúmeros ataques e manter a resistência ativa até ser capturado pelas tropas indonésias em 20 de novembro de 1992.⁹³

Em julho de 1981, um Conselheiro Jurídico do Departamento de Estado norte-americano, explicando a política dos EUA para uma subcomissão do Congresso, afirmou que era reconhecida “a validade da autoridade soberana da Indonésia em Timor Leste”, mas acrescentava que “o direito à autodeterminação continuava a existir” (MAGALHÃES, 1992, p. 26).

Entre julho e setembro de 1981, as forças indonésias lançaram uma nova operação batizada de Operação Segurança - *Operasi Keamanan*, durante a qual teriam usado a população como escudo humano em seus deslocamentos na busca de contato com os guerrilheiros. Paralelamente, cerca de quatro mil parentes de supostos resistentes foram deportados para a ilha de Ataúro (DUNN, 1996).

Em 20 de agosto de 1982, as Falintil atacaram postos das FAI e instalações ao redor Mau Chiga (Hatu-Builico, Ainaro) e Rotuto (Same,

⁹² Foi o embrião do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CRNM).

⁹³ José Alexandre Gusmão nasceu em 20 de junho de 1946 em Manatuto. Em 1971, se associou a organização anticolonialista criada por Ramos-Horta, Mari Alkatiri e Abilio Araujo. Em 1974, aderiu à Fretilin. Em setembro de 1975, se tornou Vice-Presidente do Departamento de Informação da Frente. Até assumir a liderança das Falintil nunca fizera parte do Comitê Central da Frente (NINER, 2000).

Manufahi). A retaliação que se seguiu buscou punir a população de Mau Chiga e aldeias vizinhas e incluiu detenções, torturas, violação sexual, deslocamento forçado e execuções (TIMOR LESTE, 2013).

A partir de 1982, sucessivos secretários gerais da ONU estabeleceram negociações entre Portugal e Indonésia a fim de solucionar a questão do Timor Leste, sem progressos. Em 23 de novembro daquele ano, a AGNU aprovou, por maioria, a Resolução nº 37/30, que requeria providências: por parte do SGNU, que permitisse obter uma solução para o problema; e por parte do Comitê Especial, que tratasse dos assuntos relativos à implementação da Declaração de Garantia da Independência dos Povos e Países Coloniais (UN, Resolution 1514, 1960), de modo a manter a situação do Timor Leste em consideração e prestar toda assistência necessária ao SGNU com vista à implementação da resolução. Apelava ainda para a intervenção de organizações humanitárias naquele território (UN, Resolution 37/30, 1982). Pela Resolução, o SGNU deveria realizar consultas com as partes envolvidas. As conversações se iniciaram em 1984 e se estenderam até 1986, num total de oito rodadas, não resultaram em progressos substantivos (MARCOVITCH, 2004).

Em fevereiro de 1983, a Comissão de Direitos Humanos da ONU (CDH) reafirmou o direito do povo do Timor à autodeterminação e à independência, condenando a violação dos direitos humanos praticados pelas forças indonésias (AMRE, Telegrama 242, 1983). Ao mesmo tempo, cinco vilas foram ocupadas pelos guerrilheiros nas regiões de Aileu, Lospalos, Same, Suai e Viqueque com pesados combates. No mês seguinte, a Indonésia propôs negociações à resistência timorense, permitindo que se iniciassem os contatos entre a Fretilin, as forças indonésias e o governador da Província, Mário Carrascalão.⁹⁴

Em 21 de março, os líderes da Fretilin, incluindo Xanana Gusmão, se encontraram com alguns oficiais indonésios na vila de Bubu's Rate. Dois dias mais tarde, um novo encontro ocorreu em Lari-Gutu, dentro da área controlada pela Fretilin, entre Xanana Gusmão, o Comandante das FAI no Timor, General Purwanto, e Mario Carrascalão. Xanana Gusmão teria

⁹⁴ Carrascalão não era um entusiasta da integração e nunca conquistou o entusiasmo dos militares indonésios. Mas, foi bem sucedido em conter alguns dos excessos cometidos (DUNN, 1996).

apresentado reivindicações no sentido de que fosse estabelecido um cessar fogo, a ONU fosse notificada da decisão da Indonésia de negociar com a Fretilin e que um acordo de autodeterminação fosse negociado sob supervisão daquela Organização e de países vizinhos.

A embaixada indonésia em Washington negou a realização da reunião (AMRE, 28 jun. 1983). Mas, foi assinado naquele dia um cessar-fogo de seis meses e apresentado o plano de paz pela Fretilin que previa a constituição de uma força multinacional de paz da ONU, o funcionamento de uma administração transitória, a organização de consultas livres ao povo timorense, a marcação de uma data para a transferência da soberania e a participação da Austrália como observadora nas negociações, que deveriam ser levadas a cabo por Portugal, Indonésia e a Fretilin (WALDMAN; SERRANO, 1997). O General Murdani, que se tornou o Comandante das Forças Armadas indonésias, se opôs às negociações, entendendo que poderiam elevar o *status* internacional de movimento de independência, colocando a integração em risco (DUNN, 1996).

Um segundo encontro foi realizado em Ariana, quando Xanana revelou que a Fretilin havia se tornado um partido marxista-leninista e pediu que Carrascalão ajudasse a conseguir três meses de trégua para que a guerrilha pudesse se reorganizar⁹⁵ o que foi obtido pelo governador junto aos militares indonésios (CARRASCALÃO, 2002).

Em meados de 1983, a Fretilin, por meio de seus representantes no exterior, deflagrou uma ofensiva para tentar ganhar apoio de governos. Abílio Araújo e Roque Soares, Chefe da Ala Esquerda e Embaixador da Fretilin em Angola, respectivamente, visitaram cidades e membros do governo australiano expondo o plano de paz proposto pela organização que incluía três pontos básicos: a) retirada total e incondicional das tropas indonésias; b) constituição de uma força multinacional para supervisionar a retirada e assegurar a administração durante a transição; c) acantonamento das forças da Fretilin em lugares adequados para preparar o terreno para a consulta livre e democrática ao povo timorense (AMRE, Ofício 627, 1983).

⁹⁵ Em 1981 Xanana decidiu implantar a ideologia marxista-leninista nas Falintil e os guerrilheiros passaram a ter aulas nesse sentido. Mas, os próprios guerrilheiros consideraram um erro a introdução do marxismo-leninismo (CARRASCALÃO, 2002).

A ofensiva diplomática causou irritação nos meios militares indonésios que intensificaram as ações no Timor Leste, fazendo com que os efetivos atingissem mais de 20 mil militares na província (AMRE, 29 ago. 1983; AMRE, 6 set. 1983). Em seguida, a Indonésia rompeu o acordo de cessar fogo e desencadeou uma nova operação, a *Clean-Sweep*, por meio da qual o General Benny Murdani previu que destruiria o movimento guerrilheiro até 5 de outubro, data comemorativa das Forças Armadas Indonésias. Mas tal promessa nem de longe fora cumprida (MAGALHÃES, 1990). Durante a operação, entre 21 e 22 de agosto, usando como pretexto o assassinato de seis militares indonésios em julho, em uma incursão noturna da Fretilin, as tropas indonésias teriam assassinado 300 homens e crianças na aldeia de Kraras (HORTA, 1998, p. 308).⁹⁶ A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação indicou cerca de 270 pessoas mortas por forças militares e auxiliares, incluindo membros da Kodim 1630/Viqueque, dos batalhões 328, 501 e 745, das forças especiais (*Kopassus*) e de defesa civil *Hansip* (TIMOR LESTE, 2013).

Em setembro, o presidente Suharto declarou estado de emergência no Timor Leste e ordenou uma limpeza geral da resistência armada (DUNN, 1996). A *Operasi Persatuan* - Operação Unidade - buscou erradicar a resistência, incluindo civis envolvidos com a frente clandestina (TIMOR LESTE, 2013).

No final de 1983, a ‘normalização’ política do Timor Leste incluiu a decisão do governo indonésio em julgar pessoas suspeitas de trabalhar para a resistência por infrações como subversão e traição, resultando no julgamento e condenação de centenas de timorenses com penas de até 16 anos de prisão (TIMOR LESTE, 2013).

As operações desencadeadas entre 1983 e 1984 mobilizaram uma ampla gama de instituições do aparelho de segurança e da administração civil, incluindo as Forças Especiais (*Kopassandhal/Kopassus*), todos os níveis da estrutura territorial permanente e batalhões em missão temporária no Timor Leste, forças de defesa civil, grupos paramilitares, policiais e governos locais para punir coletivamente suspeitos de apoiar as Falintil (TIMOR LESTE, 2013).

⁹⁶ A ação da Fretilin foi uma retaliação pelo sequestro, estupro e morte de jovens timorenses (DUNN, 1996).

Nesse ínterim, em 11 de maio de 1983, Carlos Filipe Ximenes Belo⁹⁷ foi nomeado administrador apostólico da Diocese de Dili. A igreja sempre desempenhou papel fundamental na questão do Timor Leste. Logo após a invasão, o bispo português Joaquim Ribeiro denunciou as atrocidades cometidas pelas forças indonésias. Mas, a questão era delicada para o Vaticano, pois gerenciava uma igreja católica na Indonésia, país predominantemente muçulmano. A confrontação não era uma boa política. Com a invasão indonésia, o Vaticano assumiu a administração direta da igreja timorense, ao invés de agregá-la à Convenção Episcopal Indonésia, como queriam os indonésios (CAREY; COX, 1995).

Quando o bispo D. Joaquim Ribeiro solicitou aposentadoria em 1977, o Vaticano decidiu nomear um timorense, D. Martinho da Costa Lopes (no cargo entre maio de 1977 e maio de 1983) para administrador apostólico da diocese, o qual continuou denunciando as atividades das FAI, levando o governo indonésio a fazer gestões por sua substituição (CAREY; COX, 1995).

Em 1982, quando a utilização do português foi proibida, a diocese decidiu adotar o tétum na liturgia em vez do bahasa indonésio, o que ajudou na evolução da língua e o crescimento de uma igreja nacional timorense (CAREY; COX, 1995). A igreja conseguiu, também, reabrir o Externato São José, chamado de ‘escola portuguesa’, em 1983 (havia sido fechado com a ocupação indonésia), oferecendo cursos em português, fora do currículo nacional. Localizada a apenas cem metros do Cemitério de Santa Cruz, a escola foi fechada pelos indonésios em abril de 1992 sob acusação de que seus estudantes estavam envolvidos na manifestação anti-Indonésia realizada durante a visita do papa João Paulo II (em 1989) e na manifestação no Cemitério de Santa Cruz (em novembro de 1991) (GUNN, 2007).

Carlos Filipe Ximenes Belo era um jovem padre salesiano timorense, que tinha regressado a pouco de Roma para ser o ajudante de Costa Lopes. Os militares indonésios acreditavam que ele seria muito mais fácil de lidar, mas Belo conseguiu chamar mais atenção para o problema de sua terra que seus antecessores. Aproveitou-se da possibilidade de

⁹⁷ D. Carlos Belo nasceu em 3 de fevereiro de 1948 na vila de Wailakama, costa norte do Timor. Estudou no seminário de Dare, foi ordenado padre em 1980 e consagrado bispo em 1988 (ATHYA, 2015).

comunicação da igreja para transmitir protestos contra a dominação indonésia, por cartas e contatos no exterior. Protestou contra os excessos das operações militares, publicou uma lista com nome de vítimas do massacre de Kraras e atacou o programa de controle de natalidade indonésio. Sua postura fez com que os militares tentassem, ainda, levar para o Timor Leste uma autoridade da igreja católica indonésia. Em 6 de fevereiro de 1989, o bispo enviou ao SGNU uma carta solicitando o início do processo de descolonização do Timor Leste (CAREY; COX, 1995; DUNN, 1996; EAST TIMOR, 1992).

Outro programa chave para o controle político e social indonésio consistiu em alterar a demografia da província. Para isso, foi realizada uma combinação de transmigração, iniciada no final de agosto de 1983, levando indonésios para o Timor Leste, a aplicação do anticonceptivo ‘Depo Provera’ em toda a mulher timorense que fizesse uso do sistema de saúde, sem o conhecimento e a autorização destas, e a remoção da população nativa dos seus locais, cortando suas raízes culturais (SANTOS, M., 2009; INBARAJ, 1997).

De acordo com Gunn (2007), a *transmigrasi*, em bahasa, teria introduzido até 1995, entre 100 e 130 mil indonésios e levado timorenses para ilhas indonésias. O programa foi

financiado pelo Estado (e pelo Banco Mundial), ‘transmigrantes’ eram trazidos para Timor vindos de Java e Bali, e reassentados em zonas designadas [...] projetadas para assistir a uma densidade populacional de cinquenta pessoas por quilometro quadrado, metade nativos e metade transmigrantes (GUNN, 2007, p. 54).

Na repressão à resistência foram construídos campos de concentração e utilizadas táticas que desrespeitavam a divisão territorial entre os diferentes grupos étnicos, como a chamada ‘vila das viúvas’ (SANTOS, M., 2009). Além disso, o racismo dos indonésios contrastava com a ausência dessas práticas pelas antigas autoridades portuguesas e com a mestiçagem praticada na era colonial (CAREY; COX, 1995).

No final de 1985, Ximenes Belo conversou em Portugal com o candidato a presidência Mario Soares, quando denunciou as violações dos

direitos humanos no Timor (JETSCHKE, 2011). Em 18 de março de 1986, a Fretilin e a UDT assinaram um Acordo de Cooperação Mútua pelo qual defendiam a instauração de um regime democrático nos moldes ocidentais no Timor Leste, após alcançada a independência.

Em 9 de julho de 1986, quando o presidente Mário Soares discursou pela primeira vez no Parlamento Europeu (PE), colocou sua disposição de lutar pelo direito à autodeterminação dos timorenses. No dia seguinte, foi aprovada uma resolução solicitando o fim da ocupação indonésia, abrindo caminho para outras que se seguiram. Em 15 de setembro de 1988, o PE condenou a ocupação do Timor Leste e a política indonésia de negar a visitantes estrangeiros a oportunidade de examinar livremente a situação no território e de investigar alegadas violações dos direitos humanos, e instou os Estados membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE) a tomarem iniciativas políticas que contribuíssem para a retirada das tropas indonésias. Em 23 de novembro de 1989, outra resolução foi aprovada em decorrência da repressão levada a cabo pelas forças indonésias após a visita do Papa João Paulo II ao Timor (JETSCHKE, 2011).

As negociações bilaterais que se desenrolavam desde 1984 sob os auspícios da ONU, quase levaram a um acordo com a conclusão de um memorando de entendimentos. No entanto, utilizando as prerrogativas de Presidente, Mario Soares desaprovou a finalização do processo de negociação com a Indonésia nos termos da Resolução 37/30 da ONU, de 1982 (COLARES, 2006).

Sobre a diplomacia portuguesa, é interessante salientar que, do período da Revolução dos Cravos até 1986, a posição portuguesa referente ao problema do Timor Leste foi muito tímida e cautelosa. Os objetivos prioritários se concentravam internamente na consolidação da democracia, após quase meio século de ditadura, e no desenvolvimento econômico. Assim, vários governos portugueses mantiveram um relativo silêncio sobre a questão. Com a democracia plenamente consolidada e a aquisição de um desenvolvimento econômico que possibilitou a entrada de Portugal na CEE, o governo português julgou ter mais força no plano internacional para voltar suas atenções à questão do Timor Leste.

Como salientou Almeida (1999, p. 20), com a democratização de Portugal,

a questão timorense foi alvo de envergonhados debates nacionais. Os setores conservadores sempre sublinharam a acusação de uma descolonização irresponsável que teria conduzido ao desastre timorense, e os setores mais à esquerda não conseguiram mais do que romantizar a guerra de guerrilha.

Enquanto isso, Xanana Gusmão conseguiu convencer os companheiros a transferir o centro da resistência do braço armado para a frente política, entendendo que era impossível vencer a Indonésia. Assim, um referendo garantido pelo apoio internacional passou a ser a meta a ser atingida pela Frente Político-Diplomática (CARRASCALÃO, 2002).

Em dezembro de 1987, a resistência adotou uma nova estratégia com a desvinculação da guerrilha da Fretilin. Dessa forma, as Falintil seriam dotadas de um papel mais militar, de defesa da pátria e de manutenção da ordem interna, neutra em relação às tendências políticas dos partidos existentes no Timor Leste. O que era apenas guerrilha na zona rural passaria a ser resistência civil, com a organização e mobilização do movimento popular contra a anexação nos centros urbanos.⁹⁸

No início de 1988, Xanana Gusmão apresentou o documento ‘reajustamento estrutural e resposta de paz’, espelhando profundas alterações ideológicas na direção da luta (AMR, 2014). Dessas alterações surgiu, em dezembro de 1988, o CNRM em substituição ao CNRR, com a intenção de despartidarizar a frente diplomática da resistência. A proposta defendia a criação de um futuro governo de unidade nacional, ao mesmo tempo que afirmava a necessidade do apartidarismo da resistência. Assim, foi dissolvido o partido marxista-leninista e abandonada a ideologia marxista (AMR, 2014).

A constituição do CNRM fortaleceu os instrumentos políticos da resistência, resultando no surgimento de numerosos, embora dispersos, grupos clandestinos nas áreas urbanas. O descontentamento com o governo indonésio fez com que os jovens se inclinassem para a resistência. Sem

⁹⁸ Basta lembrar que a prisão de Xanana Gusmão, em novembro de 1992, ocorreu em Dili e não nas montanhas.

perspectivas de emprego, a disseminação de escolas indonésias por todo o território como política para apagar a cultura timorense teve efeito contrário. A criação da Universidade de Díli por Mario Carrascalão, quando era governador, contribuiu para a politização da juventude. A Universidade e a escola católica de São José acabaram se tornando ninhos da resistência. A Organização da Juventude de Estudantes Católicos de Timor Leste (OBJECTIL) foi criada por orientação de Konis Santana e Xanana Gusmão. Como nem todos os estudantes eram católicos, o nome foi alterado para Organização da Juventude de Estudantes de Timor Leste (OJETIL). A partir dele outros grupos foram criados, como a Rede Nacionalista dos Estudantes Timorenses (RENETIL) em Bali – Indonésia, a Associação dos Estudantes e Juventude do Timor (IMPETU) e a Organização Popular da Juventude Lorico Aswain do Timor Leste (OPJALETIL), que funcionou até agosto de 1999 (CARRASCALÃO, 2002).

A RENETIL proclamou, em 1988, a insurreição geral política dos estudantes contra o governo indonésio ‘fascista e militarista’. Em 1990, em reunião extraordinária do CNRM, foi criado um comitê executivo para a frente clandestina com o objetivo de coordenar as atividades, e formalizada a saída de Xanana Gusmão e Ramos-Horta da Fretilin.⁹⁹ Simultaneamente, a frente diplomática externa alcançava vitórias na sensibilização da opinião pública internacional para a causa timorense (AMR, 2014).

Para congregar o CNRM, a Fretilin e a UDT, foi constituída uma Comissão Coordenadora da Frente Diplomática com: o líder do CNRM, Ramos-Horta, na Austrália; Mari Alkatiri, pela Fretilin em Moçambique; e pela UDT, João Carrascalão, na Austrália e Zacarias da Costa, junto a Comissão Europeia em Bruxelas (CUNHA, J., 2001). A insistência em uma política de unidade nacional acabou, anos mais tarde, se consubstanciando na convergência nacionalista entre a Fretilin e a UDT (AMR, 2014).

A resistência nas cidades foi se estruturando nas áreas controladas pela Indonésia. Redes clandestinas conseguiam levar ao exterior notícias sobre o Timor. Passaram a ocorrer novamente manifestações e cresceu o movimento estudantil. Bolsistas timorenses na Indonésia difundiram a

⁹⁹ Em 5 de outubro de 1989, Xanana Gusmão confirmou que as Falintil não fariam política, apenas estariam empenhadas na construção de uma nação livre e democrática (MAGALHÃES, 1990).

luta de seu povo dentro daquele país. Em 7 de setembro de 1989, uma centena deles assinou uma carta endereçada ao SGNU clamando pelo direito à autodeterminação. Logo após, começou a ser editado, clandestinamente, o Periódico da RENETIL, apartidário e nacionalista (AMR, 1991).

Em 12 de outubro de 1989, o papa João Paulo II visitou o Timor Leste. Apesar de cuidadosamente planejada pelas autoridades indonésias, a população aproveitou a ocasião e a presença de jornalistas estrangeiros para realizar manifestações contra a ocupação indonésia (AMR, 2014). Em janeiro de 1990, durante visita a Dili do embaixador dos Estados Unidos em Jacarta, 400 estudantes fizeram manifestação em frente ao hotel em que ele estava instalado (CRISTALIS, 2009). Em decorrência das manifestações, os estudantes passaram a ser o alvo prioritário do exército indonésio (CARRASCALÃO, 2002).

Em 1991, Xanana Gusmão foi a Díli e reorganizou a estrutura clandestina na cidade, criando o Órgão Coordenador Regional (CARRASCALÃO, 2002).

Conforme crescia a capacidade de mobilização da resistência, novas ondas de repressão eram desencadeadas pelos indonésios. Os militares iniciaram um novo sistema de transporte dos presos políticos timorenses para interrogatório e encarceramento em prisões longínquas, afastando-os ainda mais de suas moradias e famílias (AMR, 2014).

Em 22 de fevereiro de 1991, Portugal levou à Corte Internacional de Justiça uma ação de responsabilidade internacional contra a Austrália que incluía a ilegalidade do acordo firmado com a Indonésia, em 1989, por meio da qual foi criada a Zona de Cooperação no Mar do Timor. Em 30 de junho de 1995, com 14 votos a favor e 2 contra, a Corte se declarou incompetente naquele caso uma vez que sua competência só podia ser exercida em relação às partes que reconheciam previamente e expressamente sua jurisdição o que, naquele momento, não se aplicava à Indonésia. Um dos juízes apresentou que a questão levada por Portugal deveria ter sido contra a Indonésia e não a Austrália (ICJ, 1995a).

Em 1991, os militares indonésios deram permissão para uma delegação parlamentar portuguesa visitar o Timor Leste. No entanto, a permis-

são foi cancelada próxima da visita, gerando protestos em Dili.¹⁰⁰ Na noite de 27 para 28 de outubro, durante a ação das forças indonésias na igreja Santo Antônio de Motael, os estudantes Sebastião Gomes Rangel, de 18 anos, e Afonso Henriques, de 29 anos, foram mortos e algumas dezenas de jovens foram presos. Em 12 de novembro, durante o sufrágio pela morte de Sebastião, foi realizada uma procissão da Igreja Motael ao cemitério de Santa Cruz. Quando os participantes encontravam-se no cemitério, uma ação militar indonésia provocou a morte de mais de duzentas pessoas, o que ficou conhecido como Massacre de Santa Cruz.¹⁰¹

Com o ocorrido, encerrou-se a política de tolerância a pequenos protestos e os indonésios adotaram “uma estratégia de supressão geral do abastecimento do nacionalismo timorense”. Mas, os acontecimentos revelaram outro problema para os ocupantes. Segundo o general Syafei, “sete dos oito réus acusados no julgamento do incidente de 12 de novembro em Dili eram membros do *korpi* (serviço público) e trabalhavam para instituições governamentais”. Seria uma indicação de que membros da resistência e simpatizantes teriam se infiltrado no serviço público indonésio, mesmo após quase duas décadas de repressão (GUNN, 2007, p. 57).

O massacre, as ações que se seguiram e a prisão de Xanana Gusmão naquele mesmo mês representaram um duro golpe para a resistência, e resultaram no desmantelamento da estrutura das redes clandestinas e na destruição das organizações da juventude.

A resistência teve que ser novamente arquitetada. Díli permaneceu como região autônoma e foi criado o Comitê Executivo da Luta Clandestina, que funcionou até 1995 quando seu secretário, Pedro Salabae, desapareceu. O Comitê foi estruturado com Órgão Diretivo Regional nos Conselhos, Comitê Executivo da Zona nas regiões, Núcleo de Resistência Popular nos sucros e Células de Combate nas povoações (CARRASCALÃO, 2002).

¹⁰⁰ Segundo Horta (1998), a ideia da ida da missão parlamentar, partiu do Ministério de Negócios Estrangeiros, em 1983, como parte de um plano de Portugal para se livrar da questão do Timor Leste. Com o tempo, os obstáculos a esse plano se avolumaram e, a partir de 1986, com a posse de Mário Soares, acabou sendo inviabilizado. Em 1991, não interessava aos indonésios autorizar a visita de tal representação.

¹⁰¹ A quantidade exata de mortos não é clara. Segundo Constâncio Pinto, representante do CNRM, e um dos organizadores dos protestos, foram mais de 271 pessoas mortas (ENDING..., 1995). A resistência timorense apresentou que, além dos mortos, houve, durante a ação, 382 feridos, 250 desaparecidos e 362 presos (UNIVERSITY OF COIMBRA, 2015).

O massacre de Santa Cruz foi um enorme revés para o governo indonésio. Cinco jornalistas estrangeiros estavam em Dili. Um deles, Max Stahl, filmou cenas do massacre e outro, Steve Cox, fotografou aqueles momentos (MARQUES, 2005). Stahl, depois de filmar algumas cenas do massacre e, prevendo que seria detido pelos indonésios, escondeu o material num túmulo. Após ser liberado pelos militares que apreenderam o material que levava e seu passaporte, conseguiu recuperar o material escondido com a ajuda de um sacerdote. Uma pessoa de confiança levou a fita cassete para o Japão e as cenas foram transmitidas pela rede britânica BBC (FELGUERAS; MARTINS, 2006).

Com isso, foi exposta ao mundo a brutalidade dos ocupantes e a questão do Timor Leste ressurgiu na agenda política internacional. Apesar de várias condenações da invasão terem feito parte da agenda de diversos organismos internacionais, foi após o massacre que cresceu a pressão para uma solução do problema, passando a emergir resultados práticos.¹⁰²

Como destacou Vatikiotis (1994, p. 188, tradução nossa)

A cobertura da tragédia, na normalmente dócil imprensa regional, foi inesperadamente detalhada e persistente – uma falta de solidariedade regional que claramente irritou as autoridades indonésias. Mais seriamente, pela primeira vez, o espectro de países doadores retirando ajuda como uma forma de exercer pressão da Nova Ordem chegou a um passo mais próximo da realidade. Canadá e Países Baixos foram os primeiros a suspender ajuda em dezembro.

O fato permitiu que organizações não governamentais (ONGs) e a ONU fiscalizassem o julgamento, o que, somado às condições de cárcere do líder timorense Xanana Gusmão, sem dúvida, contribuiu para que o mesmo fosse mantido vivo e colocado em prisão domiciliar a partir de 1999.¹⁰³

¹⁰² O Movimento dos Não-Alinhados, a União Inter-Parlamentar (UIP), o Parlamento Europeu (PE), a Assembléia Partidária ACP-CEE, entre outros, haviam se declarado permanentemente contra o domínio indonésio.

¹⁰³ Foi condenado a prisão perpétua por subversão, pena comutada no ano seguinte para 20 anos de prisão, a ser cumprida na prisão de Cipinang, em Jacarta. No início de 1999, passou a cumprir prisão domiciliar, até ser libertado em outubro (NINER, 2000).

Por conta do massacre, o SGNU Javier Perez de Cuellar nomeou o queniano Amos Wako, da Comissão de Direitos Humanos como seu enviado especial ao Timor Leste. Em sua ida à província, em fevereiro de 1992, encontrou-se com o Bispo Ximenes Belo, que lhe entregou uma farta documentação sobre a situação no território. Um ano depois, encontrou-se com Xanana Gusmão na prisão e foi o portador de seu depoimento de defesa para o exterior (HORTA, 1998).

A pressão internacional fez com que os militares indonésios conduzissem investigações internas pela massacre de Santa Cruz. Os processos judiciais que se seguiram resultaram na condenação de soldados de baixa patente que receberam penas leves, variando de oito meses a quatro anos de prisão (TIMOR LESTE, 2013).

Outros fatores importantes foram a queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética (URSS) que resultaram na diminuição da importância da Indonésia como um pólo de resistência contra a evolução do comunismo na região. A partir de então, medidas adotadas pelo governo, que eram justificadas e aceitas pela sociedade internacional ocidental como necessárias para fazer frente à expansão da influência soviética e chinesa no leste asiático, passaram a ser questionadas tanto em termos de direitos humanos, como em relação às normas do direito internacional público.

Em outubro de 1992, foi criada em Haia - Holanda a Plataforma Internacional de Juristas para o Timor Leste – *International Platform of Jurists for East Timor*, com cerca de 250 membros de mais de 50 países, que passou a contestar a anexação realizada pela Indonésia.

Naquele mesmo ano, foi apresentado um plano de paz pelo CNRM, que propunha, numa primeira fase, uma série de ações de caráter humanitário, em seguida, o processo de transição que duraria entre cinco e dez anos até a realização de um referendo que definiria a opção dos timorenses, culminando com a última fase, a da autodeterminação.¹⁰⁴

¹⁰⁴ O Plano foi apresentado no Parlamento Europeu, em abril de 1992, e no *Council on Foreign Relations*, em maio daquele ano. Detalhes do Plano são apresentados em HORTA, 1998, p. 311 a 315.

Em janeiro de 1993, Antônio Gomes da Costa, conhecido como Mau Huno, novo líder da resistência¹⁰⁵, reafirmou que José Ramos-Horta¹⁰⁶ era o representante do CNRM. Nessa condição, ele foi recebido inclusive pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, em 6 de outubro de 1994.

Em março de 1993, a Comissão de Direitos Humanos da ONU adotou uma resolução sobre a violação desses direitos no Timor Leste e solicitou acesso à região para investigar denúncias de torturas e execuções sumárias (UN, Human Rights Commission, 1993).

Enquanto isso, a Indonésia desativou o *Kolakops*, comando especial para o Timor Leste, e anunciou que só existiam na Província militares envolvidos em projetos de desenvolvimento e que todas as tropas de combate saíam do território até outubro daquele ano. No entanto, a agência de notícias Reuters informava que havia entre 8 e 14 batalhões com 650 membros cada no território timorense (CARRASCALÃO, 2002).

Na Noruega, em novembro daquele ano, Ramos-Horta recebeu o prêmio Rafto de Direitos Humanos, dedicado ao povo do Timor Leste (CARRASCALÃO, 2002).

Em meados de 1994, a reestruturação da resistência começou a dar sinais de vida quando realizou um ataque a um posto militar em Viqueque. Naquela ocasião, as forças comandadas por Konis Santana tinham o efetivo de 450 homens espalhados pelo território timorense (CARRASCALÃO, 2002). Em 12 de novembro de 1994, por ocasião da cimeira da Organização de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), um grupo de 29 timorenses invadiu a embaixada norte-americana em Jacarta pedindo

¹⁰⁵ Foi capturado pelas forças indonésias em abril de 1993, sendo substituído por Konis Santana (WALDMAN; SERRANO, 1997).

¹⁰⁶ Nasceu em Dili, em 23 de dezembro de 1949. Estudou numa missão católica em Soidaba. Por suas atividades políticas, foi forçado a um exílio em Moçambique entre 1970 e 1971. Atuou no exterior como representante dos partidos pró-independência entre 1974 e 1975. Deixou o Timor três dias antes da invasão indonésia, após a qual passou a representar a Fretilin no exterior, inclusive na ONU. Entre 1991 e 1998, foi o Representante Especial do CNRM. Em 1992, apresentou um plano de paz ao Parlamento Europeu onde previa a retirada das tropas indonésias, a libertação dos presos, o respeito aos direitos humanos e o desdobramento de agências da ONU no Timor. Retornou ao Timor Leste no final de 1999 (HORTA, 1998).

asilo político.¹⁰⁷ Em 1995, o vigésimo aniversário da invasão indonésia foi marcado por protestos e pela invasão de 112 timorenses nas embaixadas da Rússia e da Holanda, em Jacarta. Tal prática tornou-se tão comum que, entre janeiro e outubro de 1996, ocorreram vinte ações desse tipo, colaborando para não deixar a questão do Timor cair no esquecimento internacional (CUNHA, J., 2001).

As invasões das embaixadas resultaram na saída de mais de 180 timorenses da província, entre 1994 e 1998, principalmente com destino a Portugal e Macau. A Indonésia confiava que com o passar do tempo a contestação da ocupação se esvaziaria. No entanto, a resistência ganhou adeptos, muitos deles filhos de pessoas assassinadas pelas forças indonésias. Vários desses jovens se inseriram posteriormente na vida política como Mariano Sabino, que dirigia a IMPETU e se tornou líder do Partido Democrático, e Fernando Araújo, Secretário Geral da RENETIL que integraria o governo de transição (CARRASCALÃO, 2002).

Em março de 1995, a UDT, a Fretilin e o CNRM realizaram a primeira conferência da resistência no exterior, em Lisboa, quando decidiram que a mesma deveria ter um representante diplomático em cada capital considerada estratégica. Os ‘embaixadores’ ficariam sujeitos a autoridade da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática. Assim, Roque Rodrigues assumiu em Lisboa e José Luis Guterres em Nova Iorque, com João Carrascalão e Zacarias Costa permanecendo na Austrália e Bruxelas, respectivamente, onde já se encontravam desempenhando o mesmo papel (CARRASCALÃO, 2002).

No ano seguinte, durante a Segunda Conferência Ásia-Pacífico sobre o Timor Leste, que se realizava em Kuala Lumpur, as autoridades malaias interromperam à força a reunião, prenderam os organizadores, membros de ONGs locais e deportaram os participantes estrangeiros. Supõe-se que houve uma pressão indonésia para que o governo da Malásia não permitisse o prosseguimento da Conferência (AMR, 1996).

Ainda em 1996, um fato de suma importância para a resistência maubere foi a concessão do Prêmio Nobel da Paz aos líderes timorenses

¹⁰⁷ Um dos protagonistas da ação era Domingos Alves membro da rede clandestina que, em dezembro de 1990, organizou o encontro de Xanana Gusmão com um jornalista estrangeiro (CARRASCALÃO, 2002).

Bispo Ximenes Belo e José Ramos-Horta. Tal fato aumentou as assertivas pela independência do Timor Leste.

A partir de meados de 1997, ocorreram vários incidentes. Em 6 de junho, pelo menos trinta e seis pessoas morreram numa sequência de ataques da guerrilha. Em 25 de junho, David Alex, um dos líderes da Falintil morreu em confronto com militares indonésios em Baucau. Em 12 de novembro, vários protestos marcaram as comemorações do sexto aniversário do massacre de Santa Cruz, provocando choques entre a polícia indonésia e estudantes timorenses.

Durante a 66ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, foi aprovada a Resolução 1997/63, demonstrando a preocupação de seus cinquenta e três membros pelas violações dos direitos humanos, incluindo mortes extrajudiciais, desaparecimentos, tortura, e detenções ilegais. A Resolução solicitava o respeito a esses direitos, a libertação de presos políticos, a cooperação com o trabalho de subcomissões e o acesso de organizações de direitos humanos, por parte do governo indonésio, além de decidir examinar a situação do Timor no período de sessões seguintes da Comissão (UN, CHR, 1997).¹⁰⁸

Em 18 de julho de 1997, os ministros das relações exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe decidiram atribuir ao Timor Leste a condição de observador naquela organização, a partir de 1998.

Dentre várias decisões tomadas nas diversas rodadas de negociações patrocinadas pela ONU, iniciadas em 1982, os governos de Portugal e Indonésia acordaram em promover reuniões de discussão com a presença de timorenses. Abílio Araújo propôs juntar timorenses integracionistas e os da resistência, os quais não participavam das negociações oficiais entre os dois governos, nos chamados ‘encontros de reconciliação’. Mas Mari Alkatiri (Fretilin), João Carrascalão (UDT) e Ramos-Horta (CNRM) foram con-

¹⁰⁸ O relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação apresentou que os desaparecimentos em larga escala focaram em líderes e ativistas e foram concentrados em 1979–1980 e 1983–1984 como parte da campanha para eliminar a resistência. Entre 1978 e 1981, a maior parte das mortes de civis ocorreu nas regiões leste e central (TIMOR LESTE, 2013).

tra em razão do risco desses encontros serem capitalizados pela Indonésia. Em consequência, as reuniões passaram a ser realizados sem essas figuras importantes (CARRASCALÃO, 2002).

A partir de junho de 1995 foram realizadas reuniões na Áustria, quando timorenses da diáspora e os que permaneceram no território se encontraram pela primeira vez, seguindo-se outras em março de 1996, outubro de 1997 e outubro de 1998, com a presença de representantes de todas as opiniões políticas (CARRASCALÃO, 2002). As reuniões não foram encaradas como um caminho paralelo para as negociações oficialmente realizadas pela ONU, mas um fórum de discussões para troca de opiniões e ideias, de modo a auxiliar no estabelecimento de um clima que permitisse uma solução. As reuniões foram chamadas de *All-inclusive Intra-East Timorese Dialogue* e eram encerradas com a divulgação de declarações que apresentavam importantes assuntos sobre a situação do Timor Leste. A reunião realizada em outubro de 1997, por exemplo, resultou na Declaração de Krumbach, na qual os participantes reafirmaram o apoio ao diálogo tripartite entre os governos indonésio, português e a ONU em busca de uma solução definitiva sobre a questão.

A partir daquele ano, o Comitê de Descolonização da ONU estabeleceu um fórum de discussão, por meio de reuniões com representantes de governos e inúmeras organizações que tratavam da questão timorense, levando ideias para implementação de acordos que pudessem resultar em uma solução definitiva.¹⁰⁹

No entanto, as operações indonésias continuavam na província. Em junho de 1997, a Operação *Gerakan Tuntas* (extermínio) feriu e capturou David Alex, o Vice Chefe das Falintil, que morreu dias depois em Díli. Em setembro, Ramos-Horta apresentou um discurso mais pacifista que não agradou a resistência no exterior. Entre as várias propostas estava a criação de zonas protegidas para os guerrilheiros deporem as armas. Na mesma época, Ramos-Horta, em uma entrevista para a revista *Newsweek*,

¹⁰⁹ As principais organizações participantes do fórum eram: *Seeds of Hope East Timor Ploughshares Group*, *Hobart East Timor Committee*, Conselho Nacional de Resistência Maubere, *International Platform of Jurists for East Timor*, *Fretilin International*, *Auckland East Timor Independence Committee*, *Asia-Pacific Coalition for East Timor*, *Timor Foundation for Reconciliation and Development*, *Timorese Cultural Group*, *Movement of Support to the Intra-Timorese Dialogue* e *Timorese Cultural and Ethnic Research Centre in Australia* (UN, GA/COL/2966, 1997).

atribuiu o decréscimo da atividade militar indonésia no Timor Leste às dificuldades financeiras que o país enfrentava, afirmando que funcionários públicos indonésios no Timor estavam com salários atrasados, mas a resistência alegava que a Indonésia aumentava seu contingente militar na província (CARRASCALÃO, 2002).

Foi criado o Movimento de Unidade e Reconciliação do Povo do Timor Leste, formado por elementos da APODETI e por cidadãos que tinham pertencido ao Golkar, com o objetivo de defender a necessidade de um referendo (CARRASCALÃO, 2002).

No encontro de outubro de 1997, na Áustria, que contou com a presença de Ximenes Belo, houve a tentativa dos dois lados encontrarem uma plataforma comum. Mas Konis Santana enviou uma mensagem aos participantes rejeitando qualquer estatuto de autonomia junto à Indonésia, reafirmando o direito de autodeterminação. Xanana Gusmão também se pronunciou em Jacarta, por meio de uma carta enviada da prisão, defendendo a realização de um referendo (CARRASCALÃO, 2002).

O plano de paz elaborado por Xanana Gusmão, em 1989, indicou a substituição do Conselho da Resistência Revolucionária Nacional (CRRN) pelo CNRM, ao mesmo tempo em que as Falintil se tornariam as forças armadas do CNRM e não o braço armado da Fretilin. A partir de 1992, o plano foi revisado e resultou no chamado ‘reajuste estrutural da resistência’, que englobava diversas ações. Dentre elas, em 1998, o CNRM se tornou Conselho Nacional de Resistência Timorese (CNRT) com o objetivo principal de unir todos os timorenses na diáspora (GUNDERSON, 2015).

Enquanto isso, a crise financeira que assolou o leste asiático provocava reflexos na Indonésia. Nos primeiros meses de 1998, uma série de protestos tomou conta do país. Em 13 de maio, eclodiu a violência dirigida contra cidadãos de etnia chinesa, seguida de confrontos entre estudantes que pediam mudanças políticas e as forças policiais, resultando na morte de quatro estudantes. Nos dias que se seguiram, cerca de 1.200 pessoas morreram, casas e estabelecimentos foram incendiados e mulheres chinesas foram violentadas, sendo ocupado, inclusive, o parlamento indonésio (USA, 1998). O presidente Suharto foi forçado a renunciar e o vice-presi-

dente Yusuf Habibie assumiu. A crise econômica indonésia, logicamente, teve reflexos também no Timor Leste com a redução dos investimentos na província, o aumento da inflação, a duplicação do preço dos alimentos e o recrudescimento da pobreza. Nesse contexto de crise, o estudo de um grupo chefiado pela principal assessora do Presidente, Dewi Fortuna Anwar, concluiu que um dos principais obstáculos para obtenção de auxílios econômicos internacionais era a questão do Timor Leste. Houve, inclusive, uma proposta de Dewi em dar um *status* à província similar ao de Hong Kong, o que foi prontamente descartada pelo Ministro de Relações Exteriores, Ali Alatas (SHERLOCK, 1999).

Em março de 1998, Konis Santana, que acumulava as funções de Chefe do Conselho Executivo da Luta na Frente Armada com o de Secretário da Comissão Diretiva da Fretilin, morreu em Ainaro, após um acidente. Com isso, Taur Matan Ruak assumiu a chefia do Conselho Executivo da Luta e Lu-Olo da Fretilin.

Após muita discussão e negociação, vários delegados de partidos políticos e movimentos sociais pró-Timor realizaram em Peniche - Portugal a Convenção Nacional Timorense na Diáspora, entre 23 e 28 de abril de 1998, com a presença de timorenses que se encontravam na Austrália, Portugal, Macau, Brasil, Suécia, Moçambique e no Timor Leste. Durante a Convenção, em 25 de abril, foi aprovada a Carta Magna sobre Liberdades, Direitos, Deveres e Garantias para o Povo do Timor Leste, por meio da qual o CNRT surgiu como a única estrutura representante do conjunto da resistência. No evento, a UDT passou a considerar Xanana Gusmão como líder de toda a resistência (CARRASCALÃO, 2002).¹¹⁰

Enquanto isso, o novo SGNU, Kofi Annan, demonstrava vontade em resolver o problema timorense, nomeando um Representante Especial dedicado exclusivamente à questão, que passou a presidir as reuniões entre altos funcionários dos ministérios das relações exteriores de Portugal e Indonésia.¹¹¹

¹¹⁰ A Convenção em Peniche foi toda custeada pelo governo português e o financiamento da resistência passou a ser canalizada para o CNRT.

¹¹¹ A indicação para Representante Especial recaiu no antigo embaixador paquistanês na ONU, Jamsheed Marker.

Em junho de 1998, a Indonésia propôs uma autonomia limitada ao Timor, que permaneceria como província daquele país. Em agosto, iniciaram-se as negociações entre a Indonésia, Portugal e a ONU. Os líderes da resistência timorense consideravam a autonomia uma solução transitória para a retirada total do governo indonésio e a independência do Timor. Portugal também aceitava a proposta indonésia de autonomia, desde que a população local pudesse se posicionar a respeito do seu futuro (CARRASCALÃO, 2002).

Mas, apesar da declarada intenção do presidente Habibie com relação à autonomia, notícias indicavam o envio de tropas e navios militares indonésios ao Timor Leste, a partir de julho de 1998. Autoridades e militares indonésios declararam que se tratava de uma rotação normal das tropas e não um aumento de efetivos na província. Já a resistência timorense afirmava que novos efetivos haviam sido desdobrados na região. Na realidade, os dados informados por militares indonésios eram desconhecidos e, oficialmente, não se sabia ao certo o efetivo real posicionado no Timor.¹¹²

Alguns combates entre forças indonésias e as Falintil continuaram ocorrendo, por exemplo, em 28 de setembro, na região de Lospalos, onde estava presente Taur Matan Ruak, o chefe do Estado Maior da guerrilha. Em 13 de outubro, os combates levaram a ONU a manifestar preocupação com a possibilidade de que as ações complicassem os esforços para solução da questão (UN, SG/SM/6744, 1998).

Naquele mesmo mês, a ONU submeteu uma proposta que foi discutida na rodada de negociações de novembro, entre os governos de Portugal e Indonésia. As discussões prosseguiram em fevereiro, março e abril de 1999, na sede da ONU em Nova Iorque.

O quarto encontro timorense, realizado em outubro de 1998 na Áustria, com 42 participantes integracionistas e independentistas, terminou sem consenso e com acusações de ambos os lados. O CNRT defendia a autodeterminação, exigia a libertação de Xanana Gusmão e advogava o envio

¹¹² Em setembro de 1998, o efetivo militar estimado no Timor-Leste era de 12.600 militares, sendo 6.000 de tropas indonésias e 6.000 que as autoridades diziam ser de tropas timorenses. Nas primeiras semanas daquele mês, a resistência reportava a chegada de novas tropas indonésias (REBELS..., 1998). O porta-voz do comando militar em Bali, tenente-coronel Made Runa, declarava, quatro dias após, que só restavam três mil soldados indonésios no Timor Leste (PERRY, 1998).

de uma força internacional de manutenção de paz ao Timor. Ramos-Horta acusou os integracionistas de boicotarem a reunião, enquanto José Luis Guterres, responsável pelas relações externas da Fretilin, acusava Ramos-Horta de impor sua vontade. No início de novembro, a resistência armada atacou um comando militar em Alas, provocando uma dura reação militar indonésia. Em Dili, protestos de mulheres marcaram a criação da *Gertak* (alerta), o Grupo de Mulheres contra a Violência no Timor. Em Lisboa, Ramos-Horta e Abílio Araújo se encontraram quatro anos após a expulsão desse último da Fretilin, em razão do seu protagonismo nos encontros de reconciliação patrocinados pela Indonésia (CARRASCALÃO, 2002).

Na realidade, com a ascensão de Habibie à presidência indonésia, embora persistissem operações militares no Timor Leste, o regime passou a tolerar as manifestações populares na província.

Em 27 janeiro de 1999, o presidente Habibie admitiu que a Indonésia poderia deixar o Timor Leste, se fosse a vontade do povo. Após uma reunião do seu gabinete, declarou que até o final do ano o problema deveria estar resolvido por meio da autonomia, proposta pelo seu governo em 5 de agosto de 1998, em Nova Iorque, ou com a independência (FROST; COBB, 1999). Junto da proposta de autonomia do presidente Habibie estava a promessa de retirada de um grande número de tropas indonésias, a libertação de prisioneiros políticos, a restauração da comunidade timorense e o retorno da guerrilha à vida normal na província. Mas, enquanto o Ministro da Informação indonésio anunciava a mudança de rumo político do seu país, a situação no Timor Leste se agravava com o aumento de refugiados amedrontados com a ação das milícias que já haviam sido formadas (CARRASCALÃO, 2002).

Com base na intenção do presidente indonésio as negociações progrediram. As delegações dos dois países, que trabalhavam em um estatuto de autonomia para o Timor Leste, a vigorar por um período fixo antes de haver uma decisão definitiva, passaram a discutir uma decisão em curto prazo. Finalmente, em 5 de maio de 1999, Indonésia e Portugal assinaram uma série de acordos, na sede da ONU em Nova Iorque, estabelecendo a realização de uma consulta popular na província.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO DA OCUPAÇÃO INDONÉSIA

Consumada a integração, a Indonésia não tinha como retroceder. Além do exploração do petróleo no Mar do Timor, de extrema importância para sua economia, a diversidade étnica e cultural do país sempre provocou um temor de que uma possível independência do Timor Leste estimulasse outros movimentos separatistas latentes.

Na Nova Guiné Ocidental, que permaneceu sob controle holandês até 1969, quando um referendo possibilitou a sua incorporação como a 26ª Província indonésia com o nome de Irian Jaya, o Ato de Livre Escolha aprovado naquele ano continuou sendo contestado pela população local. Além disso, o movimento denominado *Organisasi Papua Merdeka* - Organização Papua Livre lutava, desde 1963, contra a incorporação da região.¹¹³

Em Bornéu, província de Kalimantan, e em Sumatra, província de Acê, movimentos separatistas continuavam ativos. Nessa última, o *Aceh Merdeka* - Acê Livre - declarou a independência em 1976, sendo combatido pelas forças indonésias.¹¹⁴ Em novembro de 2000, pelo menos 30 pessoas foram mortas no âmbito da luta pela independência e líderes independentistas pediram a realização de um referendo, como o que foi realizado no Timor Leste em 1999, a retirada das tropas indonésias, a aceitação pelas autoridades de Jacarta da responsabilidade pelas atrocidades militares e a intervenção e mediação da ONU e outros países. Realizaram protestos na capital da província, Banda Aceh, e exortaram a população a aderir a uma greve geral de uma semana.¹¹⁵

A geração de antagonismos entre populações submissas e seus dominadores é parte de um processo lento de tomada de consciência com base num conjunto de valores e ideias. A evolução desse processo para o

¹¹³ Os nacionalistas preferem chamar a região de Papua Ocidental.

¹¹⁴ O Aceh foi um Estado independente por cerca de cinco séculos, tendo feito parte do império holandês apenas a partir de 1903, após longa guerra de conquista. O movimento pela independência iniciou-se quando surgiu o grupo Aceh Merdeka, em 1976, que apresentava o regime de Suharto como 'imperialismo javanês' (ANDERSON, 2001a).

¹¹⁵ Desde agosto de 1998, a violência na província já havia matado 75 soldados, 108 policiais e 660 civis na província (ACEH..., 2000).

‘inaceitável’ é favorecida pelo que Jacques Freymond chamou de ‘interação acumulativa’, ou seja, a independência consentida por uma metrópole a uma colônia encoraja outros elementos a lutar e, quanto mais colônias se tornam independentes, aumenta a aspiração nacional nos territórios ainda dependentes (DURROSSELE, 2000).

Assim, o temor de que a concessão da independência ao Timor Leste traria instabilidade para o país, atuando como um incentivo para o crescimento dos movimentos independentistas nas outras províncias dominadas pela Indonésia, foi um dos principais argumentos da intransigência do governo. No entanto, a história dessas províncias em relação ao Timor era diferente e a hipótese de uma reação em cadeia no Irian Jaya, Kalimantan e Acê acabou não se confirmando.

A Indonésia passou todo o período de anexação tentando, por meio de sua diplomacia, derrotar as resoluções contrárias na ONU. Para isso, utilizou-se das mais diversas ferramentas a seu dispor: seu peso político, principalmente a importância do país no contexto da Guerra Fria; preceitos jurídicos, com base na Declaração de Balibo, na resolução timorense de 30 de maio de 1976 e da anexação formal de junho daquele ano; seu peso econômico no contexto do sudeste asiático; e de intensa comunicação social, que fazia parecer que a anexação contava com o apoio da população local, que teria sido significativa devido ao desenvolvimento do território, e que a resistência da Fretilin era ínfima e sem representatividade na sociedade timorense.

A cada ano o governo indonésio se preparava para enfrentar posições contrárias à ocupação do Timor Leste nas assembleias gerais da ONU. Para isso, eram enviadas missões especiais para várias partes do mundo com o objetivo de explicar a posição indonésia sobre o assunto e angariar apoio por parte dos Estados-membros da Organização, conseguindo, por vezes, que a questão fosse retirada da agenda da AGNU (AMRE, 26 jan. 1983; AMRE, 24 set. 1984 AMRE, 22 out. 1983). No mesmo sentido, havia uma orientação dos dirigentes da Fretilin para o recrudescimento das ações quando se aproximava o período das assembleias gerais da ONU. Enquanto isso, os militares indonésios aproveitavam para agir contra a resistência e, assim, aumentar seu prestígio político (AMRE, 20 out. 1983).

A Indonésia se defendeu da acusação de ocupação ilegal ressaltando os problemas herdados da colonização portuguesa e seus legados negativos. Passou mais de duas décadas afirmando que o crescimento econômico saltou depois da ocupação, que o Timor Leste foi a província indonésia que mais cresceu e que a assistência demonstrava o compromisso da Indonésia no combate à pobreza e ao subdesenvolvimento que caracterizaram o domínio português. O governo indonésio enfatizava que a oposição e a necessidade de um referendo vinha de um grupo que vivia exilado, o mesmo grupo que abortou o processo de descolonização e teria sido o responsável pela eclosão da guerra civil, em 1975. Nesse sentido, esse grupo de exilados estaria agindo contra seu próprio povo, prejudicando os interesses e o bem estar da Província.

Quando da concessão do prêmio Nobel ao Bispo Belo e a Ramos-Horta, o governo indonésio alegou que o povo timorense não estava sendo oprimido, que o país oferecia todo tipo de assistência e que a integração havia proporcionado uma extensa lista de direitos dos quais a população da província havia sido desprovida até então.

Na realidade, a ocupação indonésia permitiu um desenvolvimento para o Timor Leste, que não havia sido propiciado pelo colonizador português. Em tese, esse fator deveria ter sido suficiente para fazer com que a população aceitasse a incorporação à Indonésia. No entanto, o desenvolvimento acabou permitindo que os ideais de liberdade e de autodeterminação fossem difundidos com maior propriedade.

A melhoria da educação permitiu um crescimento cultural, fundamental para a percepção do nacionalismo. A evolução dos meios de transportes e das comunicações auxiliou na difusão dessas ideias. O amadurecimento do sentimento nacional ficou patente na consulta popular de 1999, quando até a população que havia se refugiado nas montanhas em razão da violência levada a cabo pelas milícias pró-integração, fez questão de comparecer aos locais de votação e expressar seu desejo de liberdade.

A principal causa para a morte do projeto indonésio de anexação e integração foi a incapacidade de conceber o Timor Leste como parte efetiva do país de acordo com o que os militares imaginaram. Anderson

(2001b) salientou que a postura indonésia no Timor Leste “mais pareceu políticas para inimigos que para irmãos nacionais”. Além das operações militares, a ocupação indonésia foi uma guerra sistemática contra as pessoas, com ações voltadas para a negação da identidade nacional e separação de famílias e de aldeias inteiras (CUNHA, T., 2006). Assim, a brutalidade da ocupação fortaleceu a resistência e os timorenses sentiram-se gradualmente capazes de existir como uma identidade nacional viável.

Quando a ocupação indonésia se consumou, Portugal limitou-se a ponderar a invasão junto à ONU, apesar do debate interno fomentado pela oposição que cobrava do governo uma ação mais eficaz. Na realidade, a atuação mais incisiva da diplomacia portuguesa durou poucos meses, entre dezembro de 1975 e abril de 1976.

Em junho de 1976, ao regressar da Indonésia onde mantivera contatos com membros do governo, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea portuguesa, general Moraes e Silva, afirmou que os timorenses sentiam terem sido abandonados por Portugal e admitiu que a única coisa que restava era tentar ao menos manter relações culturais com o Timor Leste (AMRE, 25 jun. 1976).

A partir daí, o país ficou numa situação um tanto incômoda. Era reconhecido como responsável pelo território não autônomo do Timor, devendo prestar esclarecimentos sobre este junto à ONU. No entanto, quem o fazia era a Indonésia, que aproveitava a oportunidade para enfatizar a positividade da anexação em comparação ao descaso português de mais de 400 anos. Com uma estratégia bem definida, a diplomacia indonésia, nas mais de duas décadas que se seguiriam, utilizou-se de todos os recursos e artimanhas disponíveis para manter a posse do Timor.

Quando Portugal retomou a prioridade da questão do Timor Leste na sua agenda de política externa, a Indonésia desenvolveu intensa campanha de modo a impedir a aprovação de novas resoluções na ONU que não fossem de seu interesse.

A diferença entre a atuação portuguesa e a indonésia na ONU pode ser observada no resultado de algumas votações na Assembleia Geral sobre a questão do Timor Leste. Enquanto a Resolução nº 3485, de dezembro de

1975, foi aprovada com 72 votos a favor, 10 contrários e 43 abstenções, a Resolução nº 37/30, de novembro de 1982, que instruía o SGNU a iniciar consultas entre as partes envolvidas, foi aprovada por 50 votos favoráveis, 46 votos contra e 50 abstenções.

O resultado das votações serve, também, para demonstrar que a situação do Timor Leste foi perdendo relevância. O tom das discussões na ONU deixava claro que não haveria possibilidade de entendimentos entre Portugal e a Indonésia. O primeiro condicionava qualquer arranjo ao retorno do *status quo* antes de 1976, enquanto a segunda só admitia soluções que reconhecessem o fato consumado da integração do Timor Leste. A partir da década de 1980, a Indonésia tentou postergar as discussões, entendendo que o tempo estava a seu favor e que, conforme Portugal fosse perdendo apoio dos países não-alinhados, socialistas, ocidentais, islâmicos e asiáticos, a integração se consolidaria naturalmente (AMRE, 18 out. 1983).

A partir de 1982, o governo português de Ramalho Eanes alardeou que a solução para o caso do Timor era a sua prioridade. Mas, tal postura teria mais a ver com pressões políticas da oposição interna, de modo a salvaguardar a imagem do MFA (CUNHA, J., 2001; HORTA, 1998).

Somente a partir de 1986, no governo de Mário Soares, a questão do Timor Leste passou a figurar como objetivo prioritário na agenda da política externa portuguesa. Alternando relações bilaterais com a Indonésia e foros multilaterais, Portugal conseguiu fazer com que o tema não caísse no esquecimento. O presidente Cavaco Silva, que sucedeu a Soares, seguiu a mesma linha.

Alguns acontecimentos auxiliaram Portugal e a resistência timorense a não deixar que a questão fosse esquecida pela sociedade internacional. O massacre do Cemitério de Santa Cruz, de 1991, possibilitou nova ofensiva da diplomacia portuguesa. O mesmo aconteceu em 1996, quando foi concedido o Prêmio Nobel da Paz aos timorenses identificados com a luta pela autodeterminação.

Finalmente, a postura portuguesa na busca por uma solução teve seu marco nos acordos de maio de 1999, celebrados com a Indonésia, sob os auspícios da ONU.

Na realidade, a ação diplomática portuguesa, alternada por momentos de maior e menor atuação, foi balizada por dois fatores principais. Primeiro, a opinião pública interna que, praticamente, cobrava uma atuação mais incisiva como forma de se redimir da culpa pela incapacidade de condução do processo de descolonização e pela perda da colônia nas condições em que ocorreu. Segundo, os organismos internacionais, com destaque para a ONU, a qual, apesar de alternar momentos de maior e menor destaque da questão na agenda de discussões e deliberações, jamais aceitou a anexação indonésia, manteve a condenação da mesma e a situação do Timor Leste como território não autônomo. Além disso, promoveu negociações entre Portugal e Indonésia na tentativa de uma solução definitiva.

Na Austrália, pouco tempo depois da invasão, cresceu a percepção da população que a ação indonésia havia se constituído em um inaceitável ato de agressão. No entanto, o governo manteve uma aparência de oposição à Indonésia, mas se esforçou para evitar uma ruptura das relações com aquele país. Na AGNU a Austrália se absteve nas votações da questão (DUNN, 1996). Mais tarde, apesar do Senado ter recomendando uma postura de apoio a autodeterminação do povo timorense, o governo australiano anunciou o apoio a integração pela Indonésia (AMRE, 17 nov. 1983). Em junho de 1977, um relatório do Ministério do Interior considerou irreversível a situação e os representantes da Fretilin foram proibidos de entrar no país. Em janeiro de 1978, a Austrália reconheceu oficialmente o Timor Leste como a 27ª província indonésia, mesma posição adotada pela Nova Zelândia e por vários países da ASEAN (TIMOR ORIENTAL, 1984). A partir daquele ano, passou a votar na ONU a favor da Indonésia nas questões relativas ao Timor Leste e, em fevereiro de 1979, iniciaram-se as negociações sobre a delimitação marítima entre os dois países.

As relações Austrália-Indonésia foram intensificadas, incluindo exercícios militares realizados em conjunto por suas forças armadas e a ajuda militar, tanto no campo da inteligência, como no fornecimento de armas que quase dobrou entre 1975 e 1981. Mas, parte do Partido Trabalhista Australiano (ALP) rejeitava o reconhecimento da soberania Indonésia sobre o Timor Leste pelo governo, advogando que nenhuma assistência deveria ser concedida àquele país enquanto persistisse a ocupação e mantendo a

questão constantemente na pauta de discussões políticas. Em meados de 1983, por exemplo, senadores da ALP denunciavam ações de espionagem e intimidação da embaixada indonésia na Austrália, dirigidas aos refugiados timorenses. A Comissão Permanente do Senado para Relações Exteriores e Defesa tratava constantemente do assunto, incluindo a produção de relatórios sobre a situação no Timor Leste (AMRE, 02 ago. 1983; AMRE, 28 jun. 1984). No entanto, as ações desse grupo do ALP não impediu que, em agosto de 1983, o Primeiro Ministro e líder do Partido Trabalhista, Bob Hawke, reafirmasse o reconhecimento da soberania indonésia no Timor Leste. Dois meses após, em 25 de outubro, os dois países estabeleceram um acordo provisório para exploração petrolífera no Mar do Timor.

Segundo a diplomacia brasileira, a declaração do Primeiro Ministro se deu pela avaliação de que a Indonésia entendia como sendo completa e definitiva a incorporação do Timor Leste ao seu território, não aceitando qualquer desafio ou disputas em relação a esta soberania. Nesse quadro, o governo australiano não visualizava qualquer alteração na situação e, menos ainda, algo que pudesse viabilizar a realização de um referendo naquele território. Dessa forma, o governo australiano buscava melhorar as condições da região por meio de suas relações e influência sobre a Indonésia, incluindo visitas de autoridades australianas ao território do Timor Leste (AMRE, 10 out. 1983). No bojo dessas visitas, em 1984, apesar do governo indonésio declarar que a capacidade da Fretilin era desprezível, uma missão de observação chefiada pelo embaixador australiano em Jacarta que seria realizada no território timorense foi cancelada por razões de segurança (AMRE, 28 jun. 1984).

Em 11 de dezembro de 1989, os governos da Austrália e da Indonésia assinaram o *Timor Gap Zone of Cooperation Treaty*.

Dessa forma, além da assistência militar e econômica australiana e da postura favorável aos indonésios nos foros internacionais, a Austrália reconheceu *de facto* o controle indonésio sobre o Timor Leste, em 1978. Em 1979, implicitamente deu seu reconhecimento *de jure* quando iniciou negociações com a Indonésia sobre a fronteira marítima. Em 1985, novo reconhecimento *de jure* sobre a integração do Timor à Indonésia

e, em 1989, outro reconhecimento ao concluir o Tratado do Timor Gap (TIMOR LESTE, 2013).

A igreja católica desempenhou um papel importante, mantendo-se como um bastião contra a dominação do Timor Leste. Com isso, a maioria da população se manteve ligada ao catolicismo e o islamismo não conseguiu se firmar como a grande religião na Província, apesar da Indonésia ser a maior nação muçulmana do mundo.

Quando da ocupação indonésia, a maioria da população era animista e apenas um terço dela se declarava católica. Mas, com a necessidade de se optar por uma religião por imposição da Constituição Indonésia, a maioria dos timorenses optou pela católica. Quando do referendo de 1999, 90% da população se declarava como tal. A religião foi usada como forma de manter a identidade e a repulsa ao invasor.

Em 1981, o Vaticano aprovou o tétum como a língua dos cultos católicos no Timor Leste, uma vez que o português havia sido proibido pelos governantes indonésios, outro fator de incentivo para os timorenses se manterem católicos.

Com relação à língua, no processo de descolonização, a Austrália e Singapura optaram pelo inglês e a Indonésia optou por uma nova variante do malaio, o bahasa. Em 1974, quando começou o movimento pela independência no Timor Leste, apesar das várias línguas locais faladas no território timorense, duas se destacavam e se complementavam,

uma essencialmente falada, o tétum praça, como língua franca urbana, e outra essencialmente escrita, o português, como língua de ensino, desde que os dominicanos abriram as primeiras escolas primárias no princípio do século XVII, e como língua da administração, desde o princípio do século XVIII (AMRE, 21 set. 2011).

Nesse sentido, os indonésios, conscientes da força da língua portuguesa, tentaram extingui-la .

Outra dificuldade da Indonésia para manter sua dominação sobre o Timor Leste foi a questão dos laços de seus habitantes com as demais colônias portuguesas. Apesar de inserido numa região dominada pelos ho-

landeses, os timorenses sempre se mantiveram mais ligados a Macau, Goa e Moçambique. Essa situação permaneceu após a independência da Indonésia, país com o qual nunca foram mantidos laços políticos ou comerciais fortes que permitissem que os timorenses estabelecessem uma identidade com os indonésios. Tal fato, associado com a violência praticada pelos ocupantes, foram suficientes para manter acesa a chama da independência durante um quarto de século.

A invasão indonésia pode ser considerada como um ponto de inflexão. A partir desse momento, podemos entender que houve o ‘nascimento do nacionalismo timorense’. Em meio à repressão e às ações da guerrilha das Falintil, os timorenses desenvolveram um apego a símbolos próprios que os diferenciava dos indonésios.

Os timorenses aprenderam o bahasa, mas se mantiveram falando o tétum e o português. Os poucos falantes da língua portuguesa no Timor Leste estavam espalhados por todo território nacional e durante a ocupação indonésia ajudaram a criar a rede de comunicação da resistência. Os documentos da resistência, incluindo os pessoais dos combatentes e os panfletos contra a ocupação, eram escritos em português. As mensagens transmitidas eram codificadas e decodificadas nessa mesma língua. Apesar da presença indonésia e a transmigração realizada pelo governo, a população católica da província cresceu e as manifestações religiosas católicas eram celebradas em português. As igrejas se tornaram espaço onde eram passados e repassados os informes da luta pela independência. Os nomes próprios e os apelidos da grande maioria do povo timorense eram na língua portuguesa (BORMANN; SILVEIRA, 2007).

O sentimento nacional possibilitou a sobrevivência da guerrilha durante um quarto de século, refugiada nas montanhas, mas apoiada pela população rural e urbana, apesar das intensas campanhas levadas a cabo pelo exército indonésio. Enquanto na década de 1980 verificou-se um esvaziamento dos movimentos guerrilheiros em todo o mundo, por conta das mudanças que se processavam no sistema internacional, a guerrilha timorense permaneceu ativa. Mesmo com a reabertura dos diálogos sobre a questão, sob os auspícios da ONU, prosseguiram as ações de guerrilha contra as forças indonésias.

Mas, no exterior, nem sempre as estruturas partidárias se mostraram unidas. Os interesses partidários várias vezes contrariaram a unidade conseguida no interior do Timor Leste. Apenas em Peniche, em 1998, os delegados concordaram com a unidade das forças de resistência (CARRASCALÃO, 2002).

A sociedade internacional pode ser acusada de permitir a calamidade ocorrida no Timor Leste ao fechar os olhos para o problema. A mídia tem uma grande parcela de responsabilidade. Logicamente, sua postura tem íntima ligação com os objetivos de seus controlados e, por vezes, com os do país onde está instalada. A existência de uma mídia totalmente independente é questionável. Não há dúvidas de que a imprensa dos EUA, país que prima e exorta a prática da liberdade, atua, na maioria das vezes, de acordo com os interesses nacionais norte-americanos, o que também acontece em outros países. Assim, não havia interesse no Ocidente, no bojo da Guerra Fria, em apresentar notícias contrárias à Indonésia, um dos baluartes contra o comunismo na Ásia, nem apresentar notícias que favorecessem a Fretilin, conhecida por possuir tendências marxistas.

Tanto a invasão como as ações militares indonésias em sua 27ª província receberam pouca atenção dos meios de comunicação. Como salientaram Waldman e Serrano (1997, p. 19), “o silêncio foi fatal: era de importância crucial que o público não soubesse o que se passava para que não houvesse impedimento ao massacre que se desenrolava”. Na Austrália, as notícias sobre a situação no Timor eram diversas e contraditórias, dependendo da fonte e do órgão de imprensa (AMRE, 20 out. 1983). Na Indonésia, a população apoiou a invasão, mas sabia muito pouco sobre o que acontecia no Timor Leste (US NSA, 9 Feb. 1976).

Mourato (1997, p. 20) destacou que a mídia “visa ao lucro e à realização pessoal de seus agentes”, dizendo ou escrevendo “aquilo que o público deseja, consciente ou inconscientemente, ouvir ou ler”. Ao fazê-lo, ganha uma razoável capacidade de influenciar e persuadir, ou seja, forma a opinião do público, intensificando a procura pelos temas abordados. Assim, a mídia transmite notícias de acordo com seu interesse, investigando dentre todos os possíveis elementos aquele que atrai mais audiência, tor-

nando perfeitamente compreensível, por esse ângulo, a postura em relação ao Timor Leste.

Além da questão de audiência e do lucro, havia a dificuldade e, em alguns períodos, a impossibilidade da presença de profissionais de imprensa naquele território, uma vez que as autoridades indonésias não davam permissão a jornalistas estrangeiros por ‘razões de segurança’. Mas, foram justamente os jornalistas, especialmente o inglês Max Stahl, no caso do massacre de Santa Cruz, que permitiram que cenas da violência praticadas pelos indonésios fossem difundidas ao redor do mundo.

Com o fim do ‘perigo comunista’ e o aumento de importância das questões relativas aos direitos humanos, a difusão do que acontecia no Timor Leste passou a ser moralmente favorável e rentável. Mas isso só aconteceu em alguns momentos isolados da década de 1990, e com mais intensidade a partir de 1999, quando a negligência da comunidade internacional já havia permitido o desastre humano.

Dessa forma, a frase do comandante das Falintil, Falur Rate Laek, sintetiza a ocupação indonésia:

[...] Nós combatemos sozinhos um dos maiores exércitos do mundo, que tinha apoio financeiro, político, militar, diplomático, de formação e tecnologia, das grandes potências para nos esmagar. Até napalm, lançaram toneladas de napalm sobre a nossa companhia, de 1975 a 1989. Aquilo tudo ardeu, nada mais nasce. Os indonésios tinham armas dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Austrália, os campeões da defesa dos direitos humanos no mundo. Nós nos orgulhamos porque conseguimos resistir. Tudo o que nós recebemos foi apoio diplomático. O Timor está situado numa área geopolítica em que todos os países apoiavam a Indonésia, não havia como introduzir nada aqui. É um problema de interesse econômico e de hipocrisia mundial (FORGANES, 2002, p.131-132).

Além da postura norte-americana e australiana em relação à questão, é interessante destacar que o Reino Unido se absteve de todas as oito votações sobre o Timor Leste que aconteceram na AGNU e vendeu armas para a Indonésia, incluindo oito jatos de ataque terrestre Hawk (venda aprovada em 1977) e 24 jatos em meados da década de 1990, além de trei-

nar militares indonésios (LAMARCA, 2003; NEVINS, 2002). O Japão votou contra todas as resoluções da AGNU que pediam a retirada das forças armadas indonésias do Timor Leste. Em 1991, o Japão havia recebido 37% de todas as exportações da Indonésia.¹¹⁶ O Canadá, cinco meses após a invasão do Timor Leste, se comprometeu a dar vinte milhões de dólares canadenses como ajuda, além de vender armas para a Indonésia, tanto diretamente quanto por meio de companhias norte-americanas. Empresas canadenses haviam feito grandes investimentos na Indonésia, a principal delas a empresa mineradora Inco Ltda, interessadas na mão-de-obra local barata, na frágil legislação ambiental daquele país e nas jazidas de níquel da região de Sulawesi (LAMARCA, 2003; PEPE, 2006).

Durante o governo norte-americano de Jimmy Carter, conhecido defensor dos direitos humanos, e que coincidiu com o período das maiores operações militares contra a resistência timorense, aumentaram as vendas de armas para a Indonésia (JARDINE, 1999).

Dessa forma, a Indonésia se manteve no Timor Leste, justificando a anexação na possível ameaça comunista que poderia advir de um país fraco e susceptível a influências da China e/ou da União Soviética e na solicitação de líderes timorenses logo após a guerra civil. Por conta dos interesses econômicos e ideológicos, não houve oposição dos principais parceiros regionais e do ocidente. A mudança radical da situação só ocorreria em 1999.

¹¹⁶ Entre dezembro de 1975, ano da invasão da Indonésia, e os acordos sobre o referendo de 1999, a AGNU adotou oito resoluções sobre o Timor Leste e o CSNU aprovou somente duas resoluções. Ver Anexo I.

CAPÍTULO 3

UNAMET E INTERFET (1999) CONSULTA POPULAR E VIOLÊNCIA

*“Rogo que o mundo não nos esqueça. Se isso acontecer, nós estamos arruinados”.*¹¹⁷

O Acordo entre a República da Indonésia (potência administrante *de facto*) e a República de Portugal (potência administrante *de jure*) sobre a Questão do Timor Leste, assinado em 5 de maio de 1999, estabeleceu a realização da consulta popular na província. O Art. 5 do Acordo determinava que o governo da Indonésia iniciaria as medidas constitucionais necessárias para a implementação da autonomia enquanto o governo de Portugal iniciaria, dentro da ONU, o processo para a retirada do Timor Leste da lista de territórios não autônomos. O Art. 6 estipulou que, caso a maioria dos timorenses rejeitasse a autonomia, tanto Portugal como a Indonésia deveriam executar todos os procedimentos necessários para a transferência da autoridade sobre o território para a ONU, que iniciaria o processo de independência. O Art. 7 autorizou a ONU a manter a presença que fosse adequada no território, tanto durante a consulta popular como ao início da implementação da autonomia ou do processo de independência (UN, A/53/951 – S/1999/513, 1999).

¹¹⁷ *“I beg the outside world not to forget us. If this happens, we are doomed”.* Bispo Carlos Belo. *From the Place of the Death*. Citado pelo Embaixador Monteiro, representante de Portugal na ONU durante Reunião do CSNU (UN, S/PV.4043, 1999, tradução nossa).

Foi preparado o Plano para Autonomia Indonésia, anexo ao Acordo. No caso da opção pela autonomia, seria estabelecida uma Região Autônoma Especial – *Special Autonomus Region of East Timor* (SARET), onde as relações exteriores e a defesa externa seriam de responsabilidade da Indonésia, que manteria as Forças Armadas Indonésias (FAI) no território, bem como as políticas fiscais, monetárias, alfandegárias e tributárias. O governo da SARET teria competência para recolher taxas a nível local, controlar os recursos naturais (com exceção dos considerados estratégicos) e poderia receber assistência externa, devidamente canalizada através do governo central. Seria responsável, também, pelos crimes cometidos no território com exceção dos relacionados com traição, terrorismo, narcotráfico e outros crimes internacionais, sobre os quais prevaleceria a lei indonésia (UN, A/53/951 – S/1999/513, 1999).

O acordo definiu: quem teria direito à identidade timorense; as questões relativas aos símbolos e imigração; a abrangência dos poderes executivo, legislativo, judiciário e das instituições da província; o relacionamento entre o governo timorense e o indonésio; e a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades individuais. Sobre essa questão foram incluídos os direitos à vida, liberdade, segurança, justiça, propriedade, educação, cultura, a um adequado nível de vida, à liberdade de movimento, de expressão, de consciência e de religião, de participação no governo do Timor Leste e na vida política nacional indonésia, de acesso a cargos públicos sem discriminação – tanto na província como em qualquer outra parte da Indonésia – e direitos da mulher e da criança de acordo com as convenções internacionais (UN, A/53/951 – S/1999/513, 1999).

A ONU teria a responsabilidade de monitorar e verificar o cumprimento do Acordo, incluindo o monitoramento das eleições para o Conselho Regional dos Representantes do Povo da SARET, caso a população decidisse pela autonomia (Art. 56) (UN, A/53/951 – S/1999/513, 1999).

Um segundo Acordo tratou das condições para realização da consulta popular e um terceiro continha acertos relativos à segurança. Nesse último, foi anexado um memorando do Secretário Geral da ONU, com aprovação da Indonésia, explicando seu entendimento sobre pontos essenciais para a segurança. O memorando estabeleceu como necessário um

ambiente isento de violência e intimidação para a consulta popular. A Comissão de Paz e Estabilidade deveria trabalhar com as Nações Unidas na elaboração do código de conduta a ser respeitado por todas as partes envolvidas no processo, além de assegurar o desarmamento das milícias. O SGNU só iniciaria o recenseamento após certificar-se de que as condições mínimas de segurança estivessem asseguradas e colocaria policiais da ONU monitorando o cumprimento das obrigações da polícia indonésia (UN, A/53/951 – S/1999/513, 1999).

Foi estabelecida a data de 8 de agosto de 1999 para a consulta popular. Na cédula os eleitores deveriam expressar sua aceitação ou rejeição da proposta de autonomia dentro do Estado indonésio. Poderiam votar todas as pessoas com dezessete anos ou mais que tivessem nascido na província, os nascidos fora da província desde que fossem filhos de pais nascidos no Timor Leste e os casados com pessoas incluídas numa das categorias anteriores. A comprovação deveria ser feita através de um documento de identidade (carteira de identidade, passaporte, etc.) e um comprovante de capacidade eleitoral (certidão de nascimento, batismo ou casamento) (UN, A/53/951 – S/1999/513, 1999).

Como haviam milhares de pessoas sem documentos, foram distribuídos formulários nos quais os candidatos a eleitor deviam apresentar a assinatura de um líder religioso ou um chefe de aldeia e se fazer acompanhar de um eleitor já cadastrado que testemunhasse sua capacidade.

Tabela 2 - Cronograma Inicial da Consulta Popular

Planejamento operacional / desdobramento	10 mai. - 15 jun.
Programa de informação pública / educação eleitoral	10 mai. – 5 ago.
Preparação e registro	13 jun. – 17 jul.
Exibição das listas, queixas e alterações	18 a 23 jul.
Campanha política	20 jul. – 5 ago.
Consulta popular	8 ago.

Fonte: UN, A/53/951–S/1999/513, 1999.

Por razões técnicas e em decorrência de atraso no início do registro dos eleitores, o SGNU pediu adiamentos até estabelecer o dia 30 de agosto como a data da consulta popular.¹¹⁸

O Anexo II do Acordo autorizou o estabelecimento da Missão de Observação Portuguesa no Timor Leste (MOPTL), que verificaria as condições de execução do referendo (UN, A/53/951–S/1999/513, 1999).

Os timorenses não participaram diretamente das negociações do acordo de 5 de maio. Como havia oposição dos militares indonésios em deixar o território, as tentativas de incluir os timorenses provavelmente teriam dificultado o processo de negociação. A participação timorense deu-se por meio dos portugueses e funcionários do Departamento de Assuntos Políticos da ONU - *Department of Polical Affairs (DPA)*, que consultavam regularmente o presidente do CNRT, Xanana Gusmão e Jose Ramos-Horta. A liderança do CNRT aceitou a transição para a independência sob autoridade da ONU, entendendo que seria necessário uma preparação gradual, mas a principal preocupação foi que a Indonésia seria a responsável pela segurança durante o referendo. Enquanto as negociações seguiam na ONU, o CNRT realizou uma conferência em Melbourne, Austrália, em abril de 1999, onde discutiram uma estratégia para o desenvolvimento econômico do futuro Estado (SUHRKE, 2001).

O CSNU, em 7 de maio de 1999, por meio da Resolução n. 1236, felicitou os governos da Indonésia e Portugal pelo acordo estabelecido, enfatizou a responsabilidade dos envolvidos na condução do referendo e do governo indonésio na manutenção da segurança e na assistência às ações das Nações Unidas durante o processo, e expressou a intenção de estabelecer uma missão da Organização no Timor Leste.

Na Indonésia, o novo parlamento, chamado Assembleia Consultiva do Povo, foi eleito em 7 de junho de 1999, em um processo democrático inédito nos quarenta anos de existência do país. O resultado das eleições, vencidas pelo partido PDI com 37,4% dos votos, marcou a retirada do partido Golkar (20,9% dos votos) do poder exercido durante décadas e ao qual pertenceram os ex-presidentes Suharto e Habibie. Tais mudanças

¹¹⁸ O recenseamento foi adiado para 13 de julho e depois para 16 do mesmo mês. O referendo foi marcado para o dia 22 e, finalmente, para 30 de agosto, como forma de respeitar todas as etapas do processo (UN, 28 Jul. 1999).

sinalizariam a intenção de diminuir a influência militar na vida política da Indonésia (ANANTA; ARIFIN; SURYADINATA, 2004, p. 14).¹¹⁹

Três dias após a ONU e a Indonésia chegaram a um acordo que permitiu que o CSNU autorizasse, por meio da Resolução 1246 de 11 de junho, o estabelecimento da Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor Leste – *United Nations Assistance Mission on East Timor* (UNAMET), cujo primeiro grupo de membros foi desdobrado no final daquele mês.

Apesar da insistência de Portugal para o envio de uma força de paz ao Timor Leste antes da execução do referendo, a recusa da Indonésia levou o SGNU a encontrar uma forma de conduzir o processo com a presença de policiais e observadores militares, deixando a segurança do território sob responsabilidade das autoridades indonésias. Gomes (2001, p. 161) ressaltou que, de acordo com o porta-voz da UNAMET, “a raposa guardava as galinhas” em referência à intenção indonésia de nomear formalmente Eurico Guterres, chefe da milícia *Aitarak*, como chefe da defesa civil de Dili.

O que se verificava era que a Indonésia não pretendia, na prática, deixar o Timor se tornar independente. Além de acreditar na possibilidade de que o referendo lhe fosse favorável, havia a intenção de executar ações que resultassem em um resultado positivo na consulta popular. Ainda em 1998, a Indonésia colocou em prática a estratégia de usar milícias timorenses para tentar manter a integração da província. Os militares indonésios no Timor Leste prepararam a Operação Varredura Total - *Operasi Sapu Jagad* - baseada na ação de milícias pró-integração (ROBINSON, 2003).

Todos os distritos viram ressurgir milícias, algumas criadas em 1975 e outras recém formadas, além de partidos políticos que foram usados como braço político delas. As mais conhecidas foram *Aitarak* (Dili), *Besi Merah Putih* (Liquiçá), *Mahidi* (Ainaro), *Halilintar* (Atabai e Bobonaro), *Tim Saka* (Baucau), *Darah Integrasi* (Ermera), *Dadurus* (Aileu), *Mahadomi* (Manatuto), *Laksaur* (Covalima), *Sakuma* (Oecussi), *KMP* (Lolotoe),

¹¹⁹ Em 20 de outubro, o parlamento nomeou Adberramán Wahid, líder muçulmano moderado de oposição, como novo presidente indonésio. A filha do ex-presidente Sukarno, líder da independência e candidata mais votada ao parlamento, Magawati Sukarnoputri, foi eleita vice-presidente. A forte influência das Forças Armadas na política podia ser notada na conformação do Parlamento onde, dos 500 parlamentares, 462 eram eleitos pelo povo e 38 apontados pelos militares (INDONESIA, 2001).

Mahudi e Laksaur (Suai), *Bupati* (Bobonaro), *Dataros Merah Putih* (Maliana) e *PPI 59/75 Júnior* (Viqueque) (BIGGS, 1999; HEAD, 1999).

Bases militares eram usadas como sedes das milícias que foram “formadas, treinadas, armadas, financiadas, dirigidas e controladas pelas forças de segurança indonésias”. Vários militares eram comandantes ou membros de milícias (TIMOR LESTE, 2013, p. 25, 59).

Como as milícias eram parte da organização de segurança do Estado, com as negociações que levariam ao referendo, os indonésios tentaram dar uma conotação de legalidade, apresentando que elas faziam parte da defesa civil da província. Dessa forma, os militares estariam financiando, treinando e controlando organizações de segurança do Estado e não milícias timorenses ilegais. Foi nesse sentido que tentaram nomear o chefe da milícia *Aitarak* como chefe da defesa civil da capital.

O mandato do CSNU colocou a UNAMET sob coordenação do DPA e não do Departamento de Operações de Paz – *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO). Tal decisão viria, posteriormente, provar não ter sido das melhores, uma vez que avultaram de importância as questões de segurança sobre as de natureza política. O Secretariado das Nações Unidas estabeleceu, ainda, o *Core Group* de apoio ao Timor Leste, um grupo consultivo formado por Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coréia, para aconselhar na condução da operação pelo DPA.

A UNAMET era composta por um Representante Especial do Secretário Geral da ONU (RESG), Jamsheed Marker, e por um Representante Especial para a Consulta Popular no Timor Leste, Ian Martin, responsável por todo o processo que conduziria ao referendo. Possuía uma Comissão Eleitoral e os componentes eleitoral, político, administrativo, policial, militar, além de uma seção de informação pública (UN, SC/6689, 1999; UN, S/1999/602, 1999).

O componente eleitoral deveria conduzir o cadastro dos eleitores, organizar e executar a consulta popular. A Comissão Eleitoral, com três membros de reconhecido valor internacional, tanto em relação a assuntos eleitorais como judiciais, tinha a missão de verificar se a UNAMET estava

trabalhando de acordo com as normas e convenções internacionais, reprimir os abusos, caso ocorressem, e apreciar as reclamações sobre a condução do processo. A Comissão acompanhou todo o processo eleitoral e certificou seu resultado (UN, UNAMET, 17 Aug. 1999a,b).¹²⁰

O componente político deveria avaliar as condições de realização do referendo, enquanto a polícia civil acompanharia os órgãos de segurança indonésios, responsáveis por manter a lei e a ordem na província. O componente militar era composto por oficiais de ligação junto às autoridades militares indonésias e o componente administrativo se encarregou do apoio logístico e administrativo. Os funcionários da Seção de Informação Pública tinham o importante papel de fazer com que os timorenses entendessem todo o processo e as opções de escolha, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis.

Durante seu funcionamento, a Missão foi composta por 667 membros sendo: 242 do quadro de funcionários internacionais da ONU e 425 voluntários¹²¹; 274 policiais; 50 militares como oficiais de ligação; 550 contratados locais, com previsão de chegar a cerca de quatro mil no dia do referendo.¹²²

O *staff* político da UNAMET passou a fazer reuniões com o governo indonésio, das quais participou, pela primeira vez, Xanana Gusmão, presidente do CNRT (UN, S/1999/705, 1999).

Em junho, foi estabelecida, em nível ministerial, a Força Tarefa Indonésia para abrir um canal de comunicação com autoridades da ONU. Foram criados, também, o Fórum para a Unidade, Democracia e Justiça e a Comissão para a Paz e Estabilidade.¹²³ A Comissão trabalhou com a UNAMET de modo a conduzir o processo de votação, facilitando entendimentos entre as forças indonésias, os grupos pró-independência,

¹²⁰ Foi composta por Patrick Bradley do Reino Unido, Johann Kriegler da África do Sul e Bong-Scuk da Coreia do Sul.

¹²¹ O Programa de Voluntários foi estabelecido em 1971 para apoiar programas de desenvolvimento das agências das Nações Unidas e as operações de paz.

¹²² Os policiais civis eram originários de 26 países, os oficiais de ligação de 13 países, e os voluntários da ONU de 70 países diferentes (UN, UNAMET, Fact Sheet, 1999).

¹²³ Criada em 21 de abril de 1999, era composta por representantes de grupos pró e contra a autonomia, do governo local, da polícia e dos comandantes militares (UN, S/1999/595, 1999).

coligados em torno do CNRT, e os grupos pró-autonomia que formaram a *Front Bersama Pro-Otonomi Timor-Timur - United Front for East Timorese Autonomy* (UNIF).

Em 18 de junho, o Representante Especial para a Consulta Popular, distribuiu o documento que estabelecia todos os passos a serem seguidos para a realização do referendo, desde a constituição da comissão eleitoral, passando pelo registro dos eleitores, a eleição propriamente dita, a apuração e as práticas ilegais ou crimes eleitorais (UN, 18 Jun. 1999). Em Jacarta, entre os dias 25 e 30 de junho, ocorreu um encontro entre 30 ‘independentistas’ e 30 ‘integracionistas’ timorenses, denominado DARE II, quando decidiram respeitar o acordo quanto ao desarmamento das milícias e das Falintil. Naquela ocasião de Xanana Gusmão, Ramos-Horta, Mari Alkatiri e João Carrascalão se encontraram depois de 25 anos (CARRASCALÃO, 2002).

Nos meses que antecederam a Consulta Popular, o exército indonésio e as milícias utilizaram a violência para garantir uma vitória para a integração. Agentes de inteligência indonésios forneceram listas com nomes das pessoas que seriam alvos de ataques coordenados. Os alvos eram todos aqueles identificados como sendo pró-independência como: líderes do CNRT, estudantes, membros de organizações, cidadãos comuns e comunidades inteiras que apoiavam esses elementos, incluindo religiosos. Em várias ocasiões, os militares indonésios estiveram diretamente envolvidos com as milícias em ataques ou os realizaram separadamente. O resultado foi que cerca de 60 mil pessoas se afastaram dos locais habituais de residência nos meses que precederam à votação (TIMOR LESTE, 2013).

Em uma das piores ações antes dos acordos de maio, membros da milícia *Besi Merah Putih*, do *Kodim* e da Brigada Móvel da Polícia atacaram uma igreja na região de Liquiçá, em 6 de abril. No dia anterior, haviam assassinado cinco pessoas, o que fez com que cerca de mil pessoas procurassem proteção na igreja. Após uma conversa com o padre Rafael dos Santos, o qual se recusou a dizer onde dois membros do CNRT estavam escondidos, os milicianos atacaram a igreja e assassinaram famílias inteiras a tiros e golpes de facas e facões. A quantidade de pessoas mortas não foi confirmada. A igreja apresentou uma lista de sessenta e um nomes, mas,

após entrevistas com testemunhas, a quantidade subiu para duzentas pessoas desaparecidas (ROBINSON, 2003). A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação apresentou entre 30 e 60 mortos (TIMOR LESTE, 2013).

Em 12 de abril, um soldado indonésio e um líder pró-autonomia em Cailaco, subdistrito de Bobonaro, foram mortos. A retaliação, conduzida pela milícia *Halilintar* e militares indonésios, resultou na morte de pelo menos 20 civis nos dias que se seguiram (TIMOR LESTE, 2013).

Com as ações das milícias, Xanana Gusmão, já em prisão domiciliar em Jacarta, emitiu um comunicado autorizando a retomada das ações das Falintil. Enquanto isso, o Comandante da Região 3, que englobava Manatuto, Aileu e Same, rejeitou a entrega das armas a menos que houvesse a entrada de uma força internacional da ONU no território. Um dia depois, o comandante Matan Ruak afirmou o mesmo (CARRASCALÃO, 2002).

As ações das milícias aumentaram com o anúncio do Acordo, o estabelecimento da UNAMET e o avanço do processo eleitoral. O objetivo maior era provocar o confronto entre as milícias pró-integração e as Falintil – que seria mostrado como uma ‘segunda guerra civil’ entre os timorenses e justificaria a necessidade de se manter a presença militar indonésia (MAGALHÃES, 1999). Segundo o então Embaixador do Brasil em Jacarta, Jadiel Oliveira, “as forças de segurança não são apenas coniventes com as milícias. É mais que isso: as forças de segurança criaram as milícias. São desempregados marginais, ou, às vezes, apenas camponeses recrutados à força para servir nas milícias” (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

Esses grupos realizavam ações de modo a impedir a livre ação da ONU e das ONGs, organizações religiosas e humanitárias que prestavam assistência à população. Além disso, impediam a liberdade política, silenciando ativistas pró-independência e seus apoiadores. Por outro lado, os líderes pró-integração também reclamavam de ações violentas por parte dos membros das Falintil.

Em meados de 1999, foram nomeados os generais Mahidin Simbolon e Zacky Anwar Makarim (oficial de inteligência) para a chefia da coordenação indonésia do referendo. Na realidade, ambos iriam conduzir

as ações secretas do exército indonésio no território timorense com a utilização das milícias locais (ROBINSON, 2003).

Face ao agravamento das ações de intimidação, o SGNU entendeu que não podia certificar as condições de segurança para o recenseamento, adiando a data de seu início e, em consequência, adiando também o dia do referendo (UN, S/1999/705, 1999).

Apesar das ações das milícias, o primeiro sinal de determinação da população em participar na consulta popular se fez notar pelo elevado número de pessoas que compareceu aos centros de recenseamento que foram instalados. Estimou-se, inicialmente, que haveria cerca de quatrocentos mil possíveis eleitores no Timor Leste e trinta e cinco mil no resto do mundo. Para o cadastramento foram estabelecidos duzentos postos no território e treze fora dele (cinco na Indonésia, quatro na Austrália, um em Portugal, um em Macau, um em Nova Iorque e um em Moçambique).¹²⁴

Várias organizações internacionais fizeram-se presentes durante o recenseamento, sendo as principais: *Carter Center* - ligado ao antigo presidente dos EUA, Jimmy Carter; *International Federation for East Timor* (IFET), que agrupava trinta e cinco organizações de vinte e dois países; *Asian Network for Free Elections* (ANFREL), com sede na Tailândia; *Asia-Pacific Coalition for East Timor* (APCET), com sede nas Filipinas; e o Instituto Católico de Relações Internacionais e a Igreja Unida, ambas da Austrália (UN, GA/COL/3008, 1999).¹²⁵

Diversos problemas foram enfrentados pela UNAMET durante o período de registro dos eleitores. Primeiro, o atraso na chegada de integrantes da Missão impediu que essa estivesse totalmente operacional na data prevista. Segundo, as milícias e autoridades locais distribuíram, antes do início do registro, formulários falsos, informando a população que ao preenchê-los não haveria a necessidade de comparecer aos centros

¹²⁴ Fora do Timor, o recenseamento ficou sob a responsabilidade da Organização Internacional de Migrações (OIM), exceto na Austrália que esteve a cargo da Comissão Nacional Eleitoral australiana. Na Austrália, foram organizados locais de registro e voto para a comunidade timorense em Melbourne, Sydney, Perth e Darwin. Na Indonésia, nas cidades de Jacarta, Yogiakarta, Surabaya, Denpasar, Ujung e Pandang. Foram instalados também em Maputo (Moçambique), Macau (China), Nova Iorque (EUA) e Lisboa (Portugal) (UN, Treaties Series, 1999).

¹²⁵ Foram creditados cerca de 3 mil observadores eleitorais internacionais, mais os creditados oficialmente pelos governos indonésio e português, o que possibilitou haver mais de três observadores em cada centro de votação.

da UNAMET. Durante todo o período, diversas autoridades civis e líderes de milícias ameaçaram boicotar o recenseamento. Outro problema estava relacionado com doenças. Vários membros da UNAMET contraíram malária.¹²⁶

Além das agressões e assassinatos que já ocorriam no território mesmo antes da assinatura dos acordos, uma série de incidentes como ataques ao pessoal e às instalações da UNAMET e do CNRT, aos locais de moradia de membros da ONU, intimidações, assassinatos, sequestros, agressões, restrição ao movimento através de bloqueios ilegais de estradas e ruas, praticados por milícias pró e contra a autonomia marcaram todo o processo eleitoral. A cada incidente, dependendo da gravidade, eram fechados locais de registro. Os incidentes foram aumentando à medida que se aproximava o dia do referendo.

Em 29 de junho, cerca de cem membros da milícia *Dadorus Merah Putih*, dentre os quais foram reconhecidos militares indonésios, atacaram o posto da UNAMET em Maliana. Uma funcionária eleitoral de nacionalidade sul-africana e onze timorenses foram feridos, além de danos no prédio, o que levou à retirada dos funcionários da cidade (UN, UNAMET, 29 Jun. 1999). Em 1º de julho, a UNAMET decidiu retirar provisoriamente os sete agentes eleitorais de Viqueque em razão de ameaças das milícias (UN, 02 Jul. 1999).

Quatro dias após, uma coluna de ajuda humanitária, formada por várias organizações não-governamentais locais, foi atacada pela milícia BMP perto de Liquiçá e seus componentes foram ameaçados e agredidos, provocando ferimentos em vários deles e em timorenses que estavam sendo levados para tratamento médico em Dili. Por precaução, a UNAMET retirou seu pessoal da cidade (UN, 06 Jul. 1999). O ataque levou o CSNU, em 6 de julho, a realizar consultas informais que resultaram em uma declaração de seu presidente deplorando o ocorrido e exigindo a cessação imediata das práticas intimidatórias e violentas das milícias. Quatro dias após, o SGNU comunicou o adiamento do início do recenseamento para 16 de julho (UN, 12 Jul. 1999).

¹²⁶ Ver ANSTEY, 1999. Informações obtidas em diversas coletivas de imprensa da UNMET entre junho e agosto de 1999.

Esses eventos foram mudando o otimismo da UNAMET. Percebeu-se que o aumento da presença internacional ao invés de acalmar os ânimos estava provocando efeito contrário. A Missão esboçou um plano de evacuação com concentração em Dili e retirada do território em aviões C-130 da ONU, voos comerciais ou por via terrestre pelo Timor Ocidental. O plano partiu do princípio que a violência não atingiria os estrangeiros, mas dependia dos meios que a Austrália colocaria a disposição (GOMES, 2001).

Em 13 de julho, dez membros de milícias tentaram entrar no escritório da UNAMET em Maliana, mas foram impedidos pela polícia indonésia (UN, UNAMET, 14 Jul. 1999). No primeiro dia do registro, em 16 de julho, a milícia *Mahidi* ameaçou aldeões em Salesa, no distrito de Suai. Houve a reação da população e um membro da milícia foi morto e outro ferido, fazendo com que quatro locais de registro na região fossem fechados por precaução (UN, 16 Jul. 1999).

Em 18 de julho, dois milicianos ameaçaram os agentes eleitorais em Casa (Ainaro). No mesmo dia, em Dili, alguns tiros foram disparados a partir de um caminhão com membros da milícia *Aitarak* contra outro caminhão que levava aldeões (UN, 19 Jul. 1999). No dia seguinte, duzentos milicianos reuniram-se em Lebos (Maliana), provocando o fechamento do centro de registro daquela cidade (UN, 20 Jul. 1999). Em 25 de julho, entre vinte e trinta milicianos apresentaram-se para se registrar em Balibo e ameaçaram voltar com mais elementos para destruir os centros na cidade, os quais foram fechados (UN, 26 Jul. 1999).

Em 30 de julho, uma missão do ACNUR visitou o campo de desalojados de Faulara (Liquiçá). Horas depois da visita, elementos de uma milícia local incendiaram as casas de pelo menos cinco pessoas que tinham ido se alistar em Hatolia (UN, 01 Aug. 1999). Em 5 de agosto, vinte elementos da milícia *Mahidi* lançaram pedras contra estudantes e membros da UNAMET em Ainaro, ferindo um policial civil australiano. Em Batugade, cerca de cem milicianos entraram no centro de recenseamento e atacaram dois intérpretes timorenses, provocando o fechamento de quatro centros na região (UN, 6 Aug. 1999). Em 11 de agosto, membros da milícia *PPI59/75 Júnior* em conjunto com elementos do exército e da

polícia indonésia, ao desmontar um bloqueio de rua feito por estudantes em Viqueque, assassinaram dois jovens e em seguida destruíram a sede do CNRT (UN, 12 Aug. 1999).

Além dessas ações, tornaram-se constantes relatos de assassinatos, sequestros e desaparecimento de pessoas. Tais ações provocaram também a retirada de populações de suas áreas originais. Parte delas se refugiou nas montanhas, parte se dirigiu para as cidades maiores ou cruzaram a fronteira com o Timor Ocidental.¹²⁷

A partir de julho, foi notado que parte dos militares indonésios passaram a trabalhar sem uniforme, para dificultar o reconhecimento e facilitar sua ação junto às milícias. Equipamento militar de comunicações era usado para manter a ligação entre militares indonésios e as milícias. Em algumas vezes, foram observados militares indonésios distribuindo armas às milícias pró-integração (UN, S/1999/822, 1999).

Dessa forma, durante o período que antecedeu o referendo, ficou claro o envolvimento da polícia e do exército indonésio com as milícias pró-integração. O envolvimento ocorreu com a participação explícita de militares e policiais nesses grupos, apoiando de forma velada ou por meio de ineficiência nas investigações, prisões ou repressão aos atos cometidos pelos integrantes das milícias.

No dia 27 de julho, realizou-se o primeiro encontro da UNAMET com o comandante da resistência armada timorense, Taur Matan Ruak. Nesse encontro, as Falintil anunciaram a decisão de acantonar as suas forças a partir de agosto e não transportar armas fora das áreas de acantonamento, dando mais um passo para facilitar o registro eleitoral. Xanana Gusmão e Matan Ruak mostraram-se dispostos a entregar armas desde que os soldados indonésios se retirassem e as milícias se desarmassem. Quando a violência irrompeu, após o resultado do referendo, Matan Ruak admitiu que as Falintil poderiam sair dos acantonamentos e retomar a luta armada, mas Xanana, por meio de uma mensagem, conseguiu convencê-lo a permanecer naqueles locais (CARRASCALÃO, 2002). Dessa forma, as Falintil permaneceram acantonadas durante o referendo, bem como nos

¹²⁷ Em 28 de junho, estimava-se 60 mil o número de desalojados no Timor Leste em virtude da ação das milícias. As condições dos mesmos eram precárias em razão de desnutrição e doenças (UN, DPI, 2000).

dezesete meses seguintes, enquanto a ONU decidia o que fazer com seus integrantes (ICG, 2008).

A UNIF e o CNRT aprovaram, em 9 de agosto, o Código de Conduta da campanha política para a consulta popular. Anteriormente, no mês de junho, outro código havia sido aprovado relativo à deposição de armas pelos diversos grupos. A sua implementação continuou sendo discutida na Comissão para a Paz e Estabilidade até sua aprovação no final de agosto.¹²⁸

Foram estabelecidos comitês regionais de campanha compostos por representantes da frente pró-autonomia, do CNRT (pró-independência) e da polícia indonésia, por chefes regionais de assuntos políticos e coordenadores eleitorais regionais da UNAMET, e pelos comandantes regionais da polícia civil da ONU. A função dos comitês era coordenar o cronograma da campanha, prevenir conflitos e receber e analisar as alegações de violações das regras eleitorais (UN, DPI, 2000).

Em 14 de agosto, foi lançada oficialmente a campanha política para a consulta. Durante todo o processo, a UNAMET realizou reuniões regionais de educação eleitoral. Para auxiliar no processo, foram distribuídos dois mil rádios doados pelo governo japonês (JAPAN, 1999).

Em 22 de agosto, durante reunião de líderes de grupos timorenses em Jacarta, foram submetidos os nomes das pessoas que comporiam o Conselho Consultivo do Timor, que participaria das ações subsequentes ao referendo de modo a conduzir o território à integração com a Indonésia ou à independência (UN, 23 Aug. 1999).

Em 27 de agosto, o CSNU aprovou a Resolução nº 1262, estendendo o mandato da UNAMET até 30 de novembro e autorizando a incorporação de novos elementos: unidade eleitoral; polícia civil com 460 homens para continuar o assessoramento da polícia indonésia e preparar o recrutamento e o treinamento de uma nova força policial; um componente de oficiais de ligação com 300 militares para assumir as funções de ligação entre as diversas instituições militares presentes no Timor Leste, além de assessorar o RESG nos assuntos de segurança como requerido no Acordo

¹²⁸ O código foi assinado pelos representantes da UNIF e do CNRT, Domingos Soares e Leandro Isaac, respectivamente, e pelo RESG para a Consulta Popular no Timor Leste, Ian Martin (UN, UNAMET, 9 Aug. 1999).

de 5 de maio; um componente de assuntos civis para assessorar o RESG na implementação das questões civis previstas nos acordos; e um componente de comunicação social para prover informação sobre o progresso conseguido na implementação do referendo e disseminar mensagens visando à promoção da reconciliação, confiança, paz e estabilidade no território (UN, S/RES/1262, 1999).

A reestruturação dizia respeito à preparação da UNAMET para a Fase II das ações no Timor Leste. Após discussões entre a ONU e os governos da Indonésia e de Portugal, a UNAMET deveria ficar em condições de planejar e preparar o funcionamento de um conselho regional, no caso da autonomia ser aceita, ou as eleições que conduziriam à independência, caso a autonomia fosse rejeitada.

Com o aumento da violência praticada pelas milícias, a ONU planejou uma reunião com seus funcionários, militares indonésios e integrantes das milícias e das Falintil. O comandante das Falintil, Taur Matan Ruak, só concordou em participar se a ONU garantisse sua integridade física. Em 26 de agosto de 1999, a reunião foi realizada em Dili (AGUILAR, 2012).

No dia seguinte, uma ação de milícias destruiu os escritórios do CNRT em Lospalos. Em Meno, próximo à Maliana, quatro veículos e vinte e três casas foram destruídas e três pessoas foram mortas em outra ação de milícias. Tiros disparados contra uma casa em Maliana feriram alguns estudantes (UN, 28 Aug. 1999).

Em 28 de agosto, em outra reunião em Baucau, as Falintil e as forças pró-autonomia estabeleceram um acordo para a implementação do Acordo da Comissão para a Paz e para a Estabilidade, de 18 de junho. Ambas ordenariam a deposição das armas por seus grupos, que seriam reunidas em locais de acantonamento, sendo fiscalizados por ambas as partes por meio de um comitê de verificação e a polícia civil da ONU. Após encerrado o processo de entrega, qualquer posse individual de armamento seria tratada pela polícia indonésia, que estava autorizada a recolhê-las (UN, 29 Aug. 1999).¹²⁹

¹²⁹ Foram instalados postos de guarda de armamento das forças pró-integração em Cassa, Atabae, Baucau e Dili, acompanhados pelos oficiais de ligação. A principal área de acantonamento das Falintil foi instalada em

Apesar do clima de insegurança que marcou o período do registro, a UNAMET fez um balanço positivo, pois nenhum posto de recenseamento ficou fechado mais do que um dia consecutivo. No cômputo geral, de um total de 4.400 dias/centro (200 centros x 22 dias) apenas 22 dias/centro permaneceram fechados. Ao final do período, 446.666 pessoas foram registradas, sendo 433.576 no território do Timor Leste e 13.090 no exterior. Foram rejeitados 913 pedidos de registro por não se adequarem às regras estabelecidas ou não apresentarem os documentos necessários (UN, A/54/654, 1999).¹³⁰

A UNAMET contratou mais quatro mil funcionários locais para trabalhar no referendo. Foram instalados 850 locais de votação englobados por 200 centros de votação. Havia observadores oficiais de Portugal e da Indonésia, mais 1600 observadores independentes e 460 voluntários da ONU, incluindo equipes médicas para o apoio básico de saúde durante o pleito (AUSTRALIA, [1999]).

Mas, ao se aproximar o dia da votação, a violência foi crescendo principalmente na região próxima à fronteira com o Timor Ocidental, provocando novos deslocamentos de desalojados e refugiados. As ações provocaram o deslocamento de eleitores para longe de suas zonas eleitorais, além de dificultar a assistência humanitária. Houve saques de alimentos e material médico pelas milícias em várias áreas.

Dessa forma, no final de agosto, várias cidades estavam quase completamente abandonadas. Mas o comparecimento aos locais de votação foi maciço chegando a 98,6% dos eleitores (TIMOR LESTE, 2009). Nas cidades de Maliana e Viqueque, por exemplo, a população havia se refugiado nas montanhas com medo das milícias, mas as pessoas compareceram para votar e se esconderam nas matas novamente.

Os postos de votação funcionaram das seis e meia da manhã às quatro horas da tarde. Uma central de contagem dos votos foi montada em Dili, para onde foram enviadas todas as cédulas de votação. A segurança ficou a cargo da polícia indonésia e todos os grupos timorenses interessados

Whymori, no centro do país.

¹³⁰ Por diversas vezes, eram apresentados documentos falsos, os quais eram confiscados pelos funcionários da ONU.

participaram do processo, assim como a comunidade internacional, que deu o aval sobre a lisura do mesmo (TIMOR LESTE, 2009).

Na tarde do dia 31, foi estabelecida a Comissão Consultiva do Timor Leste com vinte e cinco membros (dez nomeados pela UNIF, dez pelo CNRT e cinco pelo SGNU, após consulta com os governos da Indonésia e de Portugal), além de dois conselheiros honorários (Monsenhor Carlos Ximenes Belo e Monsenhor Basílio do Nascimento).¹³¹ Sua missão era promover a reconciliação e a cooperação entre os habitantes do Timor até o resultado do referendo ser implementado.

No próprio dia da consulta, uma onda de violência foi ganhando forma no Timor. Em Viqueque, por exemplo, membros da milícia *PPI 59/75* bloquearam o local onde pousaria o helicóptero com o embaixador Jamesheed Marker e o brigadeiro Haider, Chefe dos Oficiais de Ligação, e tentaram se apoderar das urnas da seção eleitoral que funcionava ao lado, tendo sido impedidos por militares indonésios (LIMA NETO, 2000).

No dia seguinte, a violência aumentou de intensidade, levando algumas centenas de pessoas a se refugiarem no Quartel General (QG) da UNAMET em Dili. O CSNU realizou uma reunião de emergência e divulgou uma declaração parabenizando a condução da consulta popular, condenando a violência que se instalou em Dili e reforçando a necessidade de se manter uma atmosfera sem violência. O CSNU exigiu, por parte do governo indonésio, a prisão e julgamento dos responsáveis pela violência, sua ação para preveni-la e a garantia da segurança do pessoal da UNAMET (UN, 2 Sep. 1999).

Concluída a contagem de votos, a Comissão Eleitoral Independente certificou o resultado, que foi comunicado pelo SGNU ao CSNU, cujo presidente validou a consulta (GOMES, 2001). Em 3 de setembro, o SGNU e o seu representante no Timor anunciaram oficialmente o resultado do referendo, no qual 21,5% votaram a favor da autonomia proposta pela Indonésia (94.388 eleitores) e 78,5% contra (344.580 eleitores) (UN, S/1999/944, 1999). No mesmo dia, o CSNU condenou a violência que

¹³¹ Foi formada com base em acordo firmado entre os líderes das facções do Timor Leste, em meados de agosto (UN, 01 Sep. 1999).

se desenrolava no Timor e lembrou a Indonésia de sua responsabilidade na manutenção da segurança (UN, S/PRST/1999/27, 1999).

Não se verificaram comemorações ou euforias, pois as cidades estavam praticamente desertas (GOMES, 2001). Cerca de 250 mil pessoas estavam desalojadas após o referendo (TIMOR LESTE, 2013, p. 26). Com o anúncio, as milícias pró-integração, apoiadas por forças de segurança indonésias, aumentaram a campanha de violência em todo o território. Enquanto timorenses comemoravam o resultado em partes da Austrália, Portugal, Irlanda, Inglaterra, Moçambique e até em alguns locais da Indonésia, a violência sem controle tomou conta do Timor Leste com tiroteios nas ruas, casas queimando e pessoas procurando proteção em escolas e igrejas (UN, UNAMET, PIO, 3 Sep. 1999). A mídia internacional anunciou 145 mortes em Dili só nas 48 horas após o anúncio do resultado (Q&A..., 1999; THOUSANDS..., 1999; UN STAFF..., 1999). O chefe da polícia indonésia afirmou que a prioridade era dar segurança ao pessoal da UNAMET, os hotéis que abrigavam estrangeiros e as casas onde estavam os observadores e jornalistas. Mas não havia policiais suficientes para garantir a segurança, apesar da presença estimada de 15 mil militares e 8 mil policiais na província no período da consulta popular (GOMES, 2001).

Quase toda a população da capital se retirou. Não havia uma casa sequer que não tivesse sido saqueada ou queimada. A área comercial central estava completamente abandonada. Militares indonésios e milicianos eram vistos frequentemente colocando material saqueado em caminhões. A população indonésia, incluindo funcionários públicos de origem indonésia, fugiram ou foram conduzidos através da fronteira pelas milícias pró-integração e militares indonésios (ICG, 2008; UN, S/1999/976, 1999).

Relatórios afirmavam a retirada forçada de pessoas e sua condução para campos de refugiados que haviam sido preparados e anunciados pelas autoridades indonésias no lado ocidental da ilha. Nesses campos, estudantes, intelectuais e ativistas pró-independência eram procurados por militares indonésios. Houve também relatos de assassinatos de líderes religiosos e comunitários como represália pelo apoio à independência, mesmo que

implícito. As milícias possuíam, inclusive, listas de pessoas a serem atacadas, algumas delas confirmadas pela ONU (UN, 29 Sep. 1999).

Na capital do Timor Ocidental, Kupang, milhares de refugiados continuaram a ser aterrorizados por membros de milícias que circulavam armados pelas ruas da cidade. O mesmo acontecia em Atambua, outra grande área de concentração de refugiados. Já a guerrilha pró-independência permaneceu concentrada em determinadas áreas no interior do Timor Leste e manteve sua liderança política em Dare.

O representante da Indonésia no CSNU afirmou que seu governo reconheceu o resultado da consulta popular, que estava se esforçando para manter a segurança e que era um erro colocar a culpa da situação apenas na polícia e nos militares indonésios. Afirmou que a Força Tarefa Indonésia para a Consulta Popular, por diversas vezes, registrou casos de parcialidade por parte da UNAMET em relação à independência e que tais queixas não receberam a atenção devida. Afirmou, ainda, que seu governo não via necessidade da introdução de uma força multinacional de paz no Timor Leste (UN, S/PV.4043, 1999).

Em 5 de setembro, o presidente do CSNU distribuiu nota à imprensa condenando a escalada de violência, particularmente o assassinato de civis locais contratados, e o ataque de 4 de setembro em Liquiçá contra membros da ONU, sublinhando a responsabilidade do governo indonésio na garantia da paz e da segurança, principalmente dos membros da UNAMET (UN, 5 Sep. 1999).¹³²

Se, anteriormente, os indonésios tentaram legalizar as milícias como sendo grupos de defesa civil inseridos no aparato de segurança do Estado, a pressão internacional fez com que o discurso mudasse para a ideia de que elas operavam fora do controle indonésio.

Em 6 de setembro, membros da milícia *Laksaur* e das forças de segurança indonésias atacaram uma igreja de Suai onde pelo menos 27 pessoas, incluindo três padres, foram mortos (TIMOR LESTE, 2013).

¹³² Durante a violência, nove funcionários locais contratados da UNAMET foram mortos.

Em 7 de setembro, a Indonésia decretou lei marcial no território do Timor Leste. As autoridades asseguraram que o principal objetivo era a segurança do pessoal e das instalações da UNAMET, o que, na prática, não aconteceu. Três dias após, membros da milícia *Aitarak* adentraram nas instalações em Dili e saquearam veículos da ONU. Para isso, passaram livremente pelos bloqueios montados pela polícia e pelo exército indonésio, cujos soldados não tomaram atitude alguma, mesmo depois de solicitados pelo pessoal da ONU (TELES, 1999; MARTIN, 2001).

Na noite de 7 de setembro, o RESG pediu autorização para a retirada do pessoal da UNAMET do Timor Leste.¹³³ Naquela ocasião, já havia duas mil pessoas refugiadas nas instalações da ONU em Dili. O fornecimento de água havia sido cortado, havia dificuldades de conseguir alimentos, a cidade estava um caos e as comunicações eram precárias (UN, 8 Sep. 1999). Naquele mesmo dia, Xanana Gusmão era libertado em Jacarta, tendo procurado abrigo na embaixada do Reino Unido naquela capital.

Comboios da UNAMET, mesmo escoltados por tropas indonésias, foram atacados por milícias armadas nos dias 8 e 9 de setembro. A residência do bispo Belo foi atacada duas vezes em 24 horas forçando que o mesmo se refugiasse na Austrália, indo posteriormente para Portugal. Uma freira, assistente pessoal dele, foi morta (INDONESIA, 2000).¹³⁴

Em 08 de setembro e nos dias que se seguiram, ataques da *Dadurus Merah Putih* e outras milícias, sob o comando das forças de segurança indonésias contra pessoas que haviam se refugiado na delegacia de polícia de Maliana e, posteriormente, contra aqueles que fugiram da delegacia, resultou em 26 civis mortos ou desaparecidos (TIMOR LESTE, 2013).

Em Portugal, a violência deflagrou um movimento cívico que talvez não tenha ocorrido nos quase vinte e cinco anos de dominação

¹³³ Nas operações de paz, a ONU estabelece um plano de segurança e evacuação que determina os procedimentos a serem adotados de acordo com o nível de segurança. Esses níveis variam de acordo com as possíveis ameaças. Os planos de evacuação são treinados por todos os componentes da Missão, o que possibilita a rapidez na execução da mesma. No caso do Timor Leste, tais planos foram de fundamental importância para a rápida retirada do pessoal da ONU daquele território.

¹³⁴ Na casa do Bispo um grupo de milicianos atacaram cerca de cinco mil pessoas que buscaram refúgio as quais foram forçadas a deixar o local. Pelo menos duas pessoas foram mortas no ataque.

indonésia. Almeida (1999) citou alguns eventos ocorridos: três minutos de silêncio executados em todo o país, em 8 de setembro; cordão humano em Lisboa, ligando as embaixadas dos membros permanentes do CSNU; ‘vestir de branco’, quando pessoas utilizaram pelo menos uma das peças de roupa branca e colocaram panos brancos nas janelas; a recepção ao bispo Ximenes Belo, em 10 de setembro, que se transformou numa manifestação gigante em Lisboa; e a manifestação na embaixada indonésia em Madrid¹³⁵, em 12 de setembro. A estação de TV privada TSF passou a dedicar sua programação exclusivamente à situação no Timor e à mobilização nacional.

Em 9 de setembro, a Austrália retirou o pessoal de sua embaixada em Dili e, no dia seguinte, a ONU retirou seus funcionários e famílias, deixando apenas oitenta e seis membros da UNAMET no quartel general da capital (UN, 11 Sep. 1999a). A partir daí, os membros da UNAMET ficaram confinados à sua sede, não havendo condições de avaliar a situação, a não ser o que acontecia nas proximidades dela.

Enquanto isso, em Nova Iorque, a ONU atuava em duas frentes, uma buscando o consentimento da Indonésia e outra negociando como seria a operação de paz no Timor Leste e os possíveis contribuintes. Além da ONU, o presidente Habibie era pressionado por outras organizações como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico - *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) e o Banco Mundial. Nesse ínterim, os EUA prometeram à Austrália que participariam da força internacional a ser criada (MARTIN, 2006).

O CSNU enviou uma missão para Jacarta e Dili, entre 8 e 12 de setembro, de modo a discutir passos concretos a serem tomados para a implementação dos acordos de 5 de maio.¹³⁶ Na reunião com o Ministro das Relações Exteriores indonésio, Ali Alatas, o governo daquele país continuou afirmando que não poderia permitir uma presença militar internacional até que o parlamento se reunisse e se pronunciasse sobre o resultado da consulta popular. Até que isso ocorresse, a Indonésia deveria tratar da

¹³⁵ Realizada em Madrid, pois Portugal não mantinha relações diplomáticas com a Indonésia.

¹³⁶ A missão foi liderada pelo Representante da Namíbia na ONU e composta por representantes da Malásia, Reino Unido, Eslovênia, Holanda e pelo Representante Especial do SGNU no Timor Leste.

questão da violência. A possível presença internacional foi rejeitada também pelo presidente Habibie, em 9 de setembro (UN, S/1999/976, 1999).

No mesmo dia, em discurso durante reunião da APEC, o presidente norte-americano enfatizou que se a Indonésia não parasse a violência, deveria solicitar o auxílio da comunidade internacional para restaurar a segurança. Em seguida, ameaçou a suspensão dos programas de auxílio ao país, o que se concretizou dois dias após com a suspensão da venda de armas (MARTIN, 2006).

Dentre os inúmeros ataques que continuavam sendo realizados, em 12 de Setembro de 1999, 14 homens foram mortos pela milícia *Laksaur* e as forças de segurança indonésias na aldeia de Laktos (Covalima) ao resistirem a deportação forçada para o Timor Ocidental (TIMOR LESTE, 2013).

A retirada forçada de timorenses para campos de refugiados no lado ocidental da ilha seria parte de um plano de fazer parecer ao mundo a insatisfação da população com o resultado do referendo, além de permitir a retirada de ativistas pró-independência da atenção internacional e colocá-los sob controle das autoridades indonésias.

Em Dili, a sede da UNAMET era atacada por tiros pelas milícias. No dia 14 de setembro, onze aviões das forças aéreas da Austrália e da Nova Zelândia retiraram do Timor Leste sessenta funcionários da ONU, sessenta funcionários locais e seus familiares e 1.424 timorenses desalojados em direção a Darwin, na Austrália. Por questões de segurança as instalações da UNAMET foram evacuadas e um grupo de doze membros (oficiais de ligação, policiais, funcionários de assuntos políticos, assistência humanitária e de segurança), sob o comando do General Chefe dos Oficiais de Ligação, mais o Coordenador de Direitos Humanos e o Alto Comissário da ONU para Refugiados, passaram a trabalhar no consulado australiano (UN, UNAMET, 14 Sep. 1999). Nas ações das milícias, cerca de cento e cinquenta veículos da UNAMET que se encontravam no pátio do quartel general foram danificados ou destruídos. Em Same, os dezessete veículos da ONU, deixados quando da retirada do pessoal, desapareceram. Em Dili, os depósitos do ACNUR e da Cruz Vermelha Internacional foram destruídos.

O serviço público ficou totalmente inoperante. A maioria dos prédios da administração pública foi queimada, equipamentos e arquivos foram destruídos, levados ou deixados à mercê do tempo. Entre 70 e 80% dos estabelecimentos comerciais haviam sido saqueados e queimados e 50% das casas foram destruídas. Praticamente todos os bancos foram saqueados e queimados ou danificados e todos os caixas e cofres foram destruídos. Na área da distribuição por atacado, 100% dos prédios, veículos e estoques foram destruídos, o mesmo acontecendo com 20% de toda capacidade de armazenagem. Todo o conteúdo de uma grande fábrica têxtil foi removido. Na área de processamento de café em Dili, houve danos moderados e a remoção de equipamento. Mais de 12 mil linhas de comunicação foram destruídas, das quais cerca de 4 mil se conectavam com a internet. Apesar das instalações portuárias não terem sofrido danos estruturais, todo equipamento foi danificado ou destruído (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 162-163; UN, 13 Sep. 1999).

A violência foi a reação de uma minoria armada apoiada pela polícia e pelos militares indonésios, contra a maioria desarmada da população. Pode ser entendida, também, como um acerto de contas dos militares indonésios em razão dos timorenses terem decidido por sua retirada, decisão essa que tanto os militares quanto o governo da Indonésia sabiam ser irreversível.

Membros de milícias entraram no Timor Leste provenientes do lado ocidental para se juntar aos grupos que atuavam nas mais diversas regiões do território sem qualquer restrição por parte dos militares indonésios.

Pode-se também admitir que as autoridades indonésias não tinham conhecimento do real estado das coisas no Timor Leste. As declarações prestadas antes e depois da consulta popular não espelhavam a realidade, seja por omissão de informação dos responsáveis pelas ações, seja pela deliberada intenção de esconder os fatos. A missão enviada pelo CSNU em setembro, apresentou em seu relatório que durante reunião com o Ministro da Defesa da Indonésia, este recebeu a notícia de que vários veículos da ONU em Dili estavam sendo saqueados. Ao checar com os oficiais naquela cidade, recebeu a informação de que a situação nas instalações da UNAMET estava normal. Os membros da missão tiveram, também, a impressão que o Ministro da Defesa, General Wiranto, não

tinha conhecimento da extensão da destruição até sua visita a Dili (UN, S/1999/976, 1999).

O CNRT solicitou uma reunião em Darwin, Austrália, com a intenção de estabelecer um conselho consultivo para colaborar com as Nações Unidas. O Conselho de Transição incluiria a elite política e profissional do CNRT e poderia formar a base local de pessoal durante a transição. Para Suhrke (2001), a proposta foi uma expressão concreta do estado de estrutura dual que a liderança do CNRT esperava.

Em 15 de setembro, um fórum de sessenta ONGs reunidas em Bali condenou a violência e os assassinatos praticados, declarou que os mesmos foram sistematicamente planejados e executados, constituindo-se em uma violação dos direitos humanos e dos acordos de maio, e pediu o estabelecimento de um tribunal internacional para o Timor Leste, além da retirada das tropas indonésias, a desativação das milícias por elas controladas e a cooperação do governo indonésio para o estabelecimento de uma força de manutenção da paz (NGO CONDEMN..., 1999).

Com a pressão internacional, naquele mesmo dia, o governo indonésio concordou com o envio de uma força militar internacional para restabelecer a ordem, anunciando oficialmente que “aceitava incondicionalmente uma força de paz internacional da ONU [...] para a restauração da paz e segurança no Timor Leste, proteger a população e implementar os resultados da votação de 30 de agosto”. Autorizou, também, a evacuação para a Austrália dos desalojados que haviam se refugiado no quartel general da ONU em Dili, além de facilitar os lançamentos aéreos de ajuda humanitária (UN, S/1999/976, 1999, p. 4, tradução nossa).

A realidade é que, perante os olhos da sociedade internacional, as milícias “conduziram uma campanha de terror, matando mais de mil pessoas, deslocando três quartos de nossa população e destruindo 75% das construções e praticamente toda a infraestrutura do país” (HAMUTUK, 2007, p. 98). Foram necessários oito dias para que o CSNU autorizasse a intervenção militar internacional o que só ocorreu após um acordo com o governo indonésio. Para os padrões do Conselho, o tempo foi pequeno,

mas resultou em numerosas vítimas e a destruição do território (SUHRKE, 2001).

Assim, por meio da Resolução nº 1264, de 15 de setembro de 1999, o CSNU autorizou a ação da força multinacional - *International Force for East Timor* (INTERFET), comandada pela Austrália para restaurar a paz e a segurança, proteger o pessoal da UNAMET na condução de suas missões e, de acordo com suas capacidades, facilitar as operações de assistência humanitária.¹³⁷ No ápice da operação, a INTERFET tinha 11 mil militares armados de 22 países operando no Timor Leste (ICG, 2008, p.5). Os EUA não enviaram contingente para a Missão, mas auxiliaram com não combatentes e apoio de transporte, logística e inteligência (DANTIKI, 2005).

Em 17 de setembro, a ONU e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) receberam a aprovação do governo indonésio para iniciar o lançamento aéreo de suprimentos para os desalojados que se refugiaram nas montanhas. Inicialmente, seriam lançados arroz e cobertores por aviões da Real Força Aérea Australiana, na região montanhosa próxima de Ermera.¹³⁸

Foi elaborado um plano emergencial de trinta dias, segundo o qual o PMA ficou responsável pelo auxílio logístico e distribuição de alimentos, o ACNUR pela proteção dos refugiados e desalojados e a distribuição de outros itens necessários e o Unicef pelas questões de saúde e distribuição de água (WFP, 2000).

Iniciou-se a distribuição em larga escala de alimentos e água para a população, além da instalação de latrinas, num esforço conjunto de várias agências humanitárias. Foi iniciado, também, o atendimento de desalojados em campos instalados no território. O Unicef firmou acordo com a marinha indonésia para o auxílio no transporte de suprimentos humanitários para toda a ilha do Timor. Estabeleceu, também, uma força tarefa de educação para avaliar a situação e definir as atividades necessárias para a reabertura de escolas.

¹³⁷ A INTERFET incorporou forças militares de dezenove países: Austrália, Brasil, Canadá, Singapura, Coreia, Dinamarca, Egito, Filipinas, França, Ilhas Fiji, Irlanda, Itália, Jordânia, Nepal, Noruega, Nova Zelândia, Quênia, Rússia, e Tailândia. Os maiores efetivos ficaram com a Austrália (4.500), Tailândia (1.500), Nova Zelândia (800) e Itália (600) (RYAN, 2000).

¹³⁸ Foram utilizados ainda uma aeronave C-130 da África do Sul e um Antonov russo. No primeiro lançamento, foram distribuídas 50 toneladas de alimentos.

Os lançamentos aéreos prosseguiram até o final de setembro sob responsabilidade do PMA que utilizou, também, navios e helicópteros para distribuição de alimentos (WFP, WFP/EB.3/2001/6/5, 2001).

Com o desdobramento da INTERFET, as instalações da UNAMET em Dili foram preparadas para que o pessoal do comando da Missão pudesse retornar da Austrália.¹³⁹ Quando os membros da UNAMET retornaram ao Timor, encontraram todos os escritórios destruídos (UN, 24 Sep. 1999). Mesmo em condições não ideais, iniciaram a ligação com a INTERFET por meio dos oficiais de ligação, a assistência à polícia na investigação de assassinatos e crimes graves, além de tentar ocupar o vácuo deixado pela retirada da administração indonésia e apoiar a assistência humanitária.¹⁴⁰

Mas, a violência continuava no Timor. Em 21 e 22 de setembro de 1999, membros do Batalhão 745 de Lospalos realizaram disparos aleatórios durante a sua retirada para Dili, quando pelo menos oito pessoas morreram (TIMOR LESTE, 2013).

O relatório da ONU, de 24 de setembro, apontou poucas pessoas vivendo nas áreas de Maliana, Liquiçá, Suai, Ainaro e Same, sendo que Maliana e Suai encontravam-se quase que totalmente destruídas. Já a cidade de Baucau não havia sofrido muitos danos, estimando que apenas 5% da infraestrutura tivesse sido destruída (UN, S/1999/976, 1999). Viqueque estava 20% danificada, mas as localidades de Beacu, Dilor e Rataho, localizadas naquele distrito, estavam completamente destruídas. Em Manatuto, 80% das construções foram queimadas e, em Atsabe, 70%. Em Ainaro, 60% das construções estavam destruídas e, em Ermera, 70%. Em Dili, com a retirada dos últimos elementos do exército indonésio, no final de setembro, a situação ficou tensa (UN, UNAMET, 27 Sep. 1999).

Uma missão de avaliação foi conduzida pela comunidade humanitária internacional, com escolta providenciada pela INTERFET,

¹³⁹ Diferente das demais instalações da ONU, o prédio onde funcionava a UNAMET em Dili não sofreu maiores danos.

¹⁴⁰ O efetivo dos funcionários da UNAMET, em 13 de outubro, era de 177 pessoas que haviam retornado ao Timor até aquela data. Havia, ainda, 200 civis locais contratados que tinham retornado ao trabalho (UN, UNAMET, 14 Oct. 1999). Mas, a situação era bastante precária. O mantimento tinha que ser comprado na Austrália e deveria durar 30 dias. Tal situação só se normalizou em dezembro, quando os transportes voltaram a funcionar permitindo a entrada de produtos no território.

da qual participaram dois funcionários do Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários – *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA), dois oficiais de ligação da INTERFET, dois oficiais de ligação da UNAMET, um membro de ONG e cerca de dez profissionais da mídia (UN, UNAMET, 27 Sep. 1999).

Em 28 de setembro, os governos da Indonésia e de Portugal reiteraram sua intenção de transferir a autoridade no Timor Leste para as Nações Unidas, além da necessidade de medidas para corrigir a brecha deixada pela retirada da administração indonésia do território. Naquele mesmo dia, estimava-se que cerca de 70 mil pessoas haviam retornado a Dili (UN, UNMISSET, 2016).

No final de setembro, a INTERFET havia restabelecido o controle da capital e iniciava o movimento para Baucau, a segunda maior cidade do Timor. No entanto, ainda havia problemas de segurança em algumas cidades como Same e Ainaro e na região oeste, na fronteira com o Timor Ocidental. Apenas um mês depois, em 22 de outubro, a INTERFET estabeleceu efetivamente a segurança do enclave de Oecussi e, por conseguinte, de todo o território timorense. Isso permitiu o início das operações das agências humanitárias após uma semana, e o desdobramento de observadores militares em todo o território no início de novembro (RYAN, 2000). Na fronteira com o Timor Ocidental, foi estabelecida uma Linha de Controle Tático (LCT), que se transformou na área mais perigosa do território tendo em vista as constantes ações das milícias.

Em outubro, foi constituída uma Missão de Avaliação Conjunta – *Joint Assessment Mission* (JAM) – para coletar dados econômicos e sociais, levantar as necessidades e apoiar medidas econômicas efetivas para auxiliar a população (ROHLAND; CLIFFE, 2002).

A UNAMET também realizava evacuações aeromédicas para hospitais que tinham condições de funcionamento e para as instalações médicas que foram desdobradas pela Cruz Vermelha Internacional e pelo Batalhão Português em Dili.¹⁴¹

¹⁴¹ O Unicef anunciou que oito das dez instalações de saúde existentes em Dili estavam operando (UN, 1 Oct. 1999).

No início de outubro de 1999, o Secretário de Defesa dos EUA visitou o governo indonésio. Acredita-se que a visita serviu para fortalecer a posição dos EUA de que a questão do Timor Leste era irreversível.

Na sede da ONU, o processo de planejamento da futura missão se deu em um contexto de luta de poder burocrático entre o DPA e o DPKO. O DPA era o órgão da ONU que conduziu o referendo, ficou no comando das negociações e desenvolveu considerável conhecimento sobre o Timor Leste, tanto em Nova Iorque como naquele território onde cerca de 800 membros internacionais trabalharam por três meses para organizar a consulta popular. Em consequência, o DPA queria ser o responsável pela nova missão. O Representante Especial para a Consulta Popular, Ian Martin, retornou ao Timor Leste depois da violência para dar formalmente continuidade à sua função. Mas, o envio da INTERFET mudou o contexto. A nova missão da ONU teria um componente predominantemente militar e ficou sob a responsabilidade do DPKO. Estabeleceu-se uma rivalidade entre os departamentos sobre o mandato institucional sendo que o DPKO nem respondeu a proposta do DPA para o Secretário Geral para se juntar ao planejamento da missão. O fato da UNAMET ter terminado em desastre também foi usado pelo DPKO. Nesse contexto, em meados de setembro, o SGNU montou uma equipe de planejamento a partir dos dois departamentos, mas DPKO ficou no comando da operação (SUHRKE, 2001).

Em 19 de outubro, a Assembleia Consultiva do Povo Indonésio reconheceu o resultado do referendo e cancelou a lei de 1975 que anexou o Timor Leste (CUNHA, J., 2001). Logo após, o CSNU estabeleceu a Administração Transitória da ONU no Timor Leste – *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), sendo nomeado como Representante Especial do Secretário Geral e Administrador Transitório, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

No dia seguinte, 12 pessoas foram executadas pelas milícias Sakanar e *Aitarak* e membros das forças de segurança indonésias durante tentativa de deportação forçada de moradores de Maquelas (Pante Makassar, Oecussi) para o Timor Ocidental (TIMOR LESTE, 2013).

A ONU nomeou uma Comissão de Inquérito - *United Nations International Commission of Inquiry on East Timor* (ICIET) que visitou o Timor Leste após o referendo (HASEGAWA, 19 Jul. 2004). Uma missão conjunta composta por relatores especiais da Comissão de Direitos Humanos sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, tortura e violência contra as mulheres produziu um relatório entregue para a AGNU em dezembro de 1999 (UN, A/54/660, 1999). Tanto a ICIET quanto a missão conjunta apresentaram evidências de que sérias violações dos direitos humanos haviam sido cometidas pelas forças armadas indonésias e as milícias timorenses e expressaram a visão que o exército indonésio era responsável por intimidações, terror, assassinatos e outros atos de violência.

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação apontou que dentre as violações ocorridas em 1999, 82,4% dos assassinatos e desaparecimentos foram atribuídos às milícias, agindo individualmente (42,9%) ou com forças de segurança indonésias (39,5%), sendo que 72,3% das mortes de civis ocorreram na região oeste (TIMOR LESTE, 2013, p. 15 e 60).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNAMET

A partir da década de 1990, a implosão do bloco soviético diminuiu a importância política da Indonésia como baluarte de defesa contra o comunismo na Ásia. A crise econômica de 1997, além de diminuir a importância do país nesse campo, levou seu governo a realizar reformas que conduziram à democracia. A fragilidade política do presidente Habibie e as eleições democráticas resultaram numa acentuada diminuição do poder que as forças armadas detinham no país e favoreceram a tomada de posição menos radical em relação à questão do Timor Leste.

O massacre de Santa Cruz e o prêmio Nobel concedido a Ramos-Horta e ao Bispo Ximenes Belo permitiram que as atrocidades cometidas pelas forças indonésias ficassem cada vez mais conhecidas e criticadas no exterior, diminuindo a capacidade da diplomacia e da comunicação social indonésia.

Nos anos 1990, houve também um crescimento de importância dos assuntos relacionados com os direitos humanos e, por conseguinte, um aumento de ONGs trabalhando nessa área e maior valorização da CDH da ONU. A ‘intervenção humanitária’ da OTAN na província sérvia do Kosovo, em 1999, favoreceu a mudança de rumos na questão timorense. Não se aceitaria que as ações militares realizadas por quase três meses contra a Sérvia só pudessem ser aplicadas naquela região. Tal conceito não poderia ser seletivo e se aplicaria perfeitamente no Timor Leste onde centenas de milhares sofriam com as ações indonésias. Assim, pode-se dizer que o clima formado pelos acontecimentos nos Bálcãs favoreceu os acordos de maio de 1999 sobre o Timor Leste e favoreceria a ação da INTERFET, em setembro daquele ano, para proteger a população timorense e fazer cumprir os acordos.

Soma-se a esses fatos a incapacidade indonésia de anular juridicamente as resoluções contrárias à anexação que foram adotadas por diversos organismos internacionais, durante todo o período de ocupação.

Definiu-se, então, o cenário no qual tornou-se insustentável a posição indonésia de tentar mostrar ao mundo que a integração do Timor Leste era um fato consumado e sem possibilidade de retrocesso. Dessa forma, sua diplomacia teve que ceder às pressões internacionais e aceitar a consulta popular proposta por Portugal e pela ONU, firmando os acordos de maio de 1999.

Consumada a independência, os militares indonésios culpam o ex-presidente Habibie pela perda do Timor Leste, a partir do momento em que aceitou a realização do referendo.

Os acontecimentos no Timor, em 1999, suscitaram, novamente, discussões sobre a postura e a dificuldade da ONU cumprir com suas obrigações relativas à segurança internacional por razões políticas e operacionais.

É grande a influência dos principais Estados na tomada de decisões, principalmente dos membros permanentes do CSNU. As resoluções para a contenção ou solução dos conflitos são definidas de acordo com os interesses de seus membros. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a

OTAN, capitaneada pelos EUA, desencadeava uma ação militar de vulto para proteger a minoria albanesa do Kosovo das forças militares e paramilitares sérvias, houve uma dificuldade enorme na tomada de atitudes para proteger a população timorense das atrocidades cometidas pelas milícias e as forças indonésias.

Inicialmente, foi dada pouca importância ao fator segurança quando da instalação da UNAMET, que esteve subordinada ao Departamento de Assuntos Políticos da ONU e não ao Departamento de Operações de Manutenção de Paz. Naquela ocasião, pesou mais a negativa indonésia para o envio de uma força internacional do que a necessidade de proteger a população. Posteriormente, mesmo com os relatos confirmando a violência em curso, não houve uma mudança de postura do CSNU alterando o mandato da UNAMET. Ball (2001) apresentou a transcrição de comunicação entre militares indonésios e milicianos, de relatórios de agências de inteligência australianas como a *Defence Intelligence Organizations* (DIO) e o *Australian Secret Intelligence Service* (ASIS) que demonstravam como a Indonésia armava, financiava e controlava as milícias e os planos para os períodos anterior e posterior ao referendo.

Os relatos e os documentos que circularam durante a UNAMET certamente conduziram à percepção de que a violência crescia com a aproximação da data do referendo, que o resultado do mesmo poderia resultar numa violência generalizada e até mesmo na perda de controle da situação e que, consumada a opção pela independência, poderia haver uma reação das milícias e das forças indonésias. Essa percepção poderia ter levado o CSNU a autorizar um aumento do efetivo da UNAMET, inserindo um componente militar armado para prevenir a eclosão da violência. Talvez no Timor Leste pudesse ter havido a aplicação do conceito de desdobramento preventivo, a exemplo das ações levadas a cabo com sucesso na Antiga República Iugoslava da Macedônia - FYROM, a partir de 1992.

Durante o processo da consulta popular, o CSNU priorizou as consultas informais que são realizadas pelos membros do CSNU e que não permitem a intervenção de países não-membros no debate, o que seria possível durante um debate aberto. O resultado das consultas era transmitido na forma de declarações à imprensa, evitando-se as declarações pre-

sidenciais que são formais e lidas em sessão pública após acordadas por unanimidade pelos membros do Conselho. Esses procedimentos indicam que uma ação mais decisiva do CSNU depende do interesse direto de seus membros permanentes. Nesse caso específico, seria a vontade de dotar a UNAMET de capacidade de prevenção, o que não ocorreu.¹⁴²

A situação em 1999 não permitia que a Indonésia desafiasse o CSNU. Então, não aceitou a presença de tropa armada internacional no Timor Leste e apostou que o clima de intimidação e violência provocado pelas milícias jogaria a seu favor no referendo. Já a ONU entendeu que a presença da UNAMET, mesmo sem capacidade de prevenir a violência, atuaria de forma dissuasória. Isso, aliado a pressão internacional, faria com que o governo indonésio cumprisse com sua responsabilidade de garantir a segurança na província (GOMES, 2001).

Quando o estado de violência generalizada se consumou, no início de setembro, mais uma vez ficou demonstrada a incapacidade da ONU de, em curto prazo, desdobrar uma força de paz. Em que pese os esforços diplomáticos empreendidos desde o início da crise para que o governo indonésio permitisse o envio de uma força internacional, o desdobramento da INTERFET só ocorreu em 20 de setembro, quando o território já estava praticamente destruído, vidas haviam sido perdidas e o número de desalojados e refugiados era extremamente elevado.

Não há dúvidas de que, em termos militares, entre o aval indonésio, a aprovação do CSNU e a chegada das tropas, a INTERFET foi desdobrada num período bastante curto face à magnitude da operação.

No entanto, politicamente, a decisão para o desdobramento da força militar foi demorada e esteve relacionada com os esforços diplomáticos para que a Indonésia aceitasse sua presença na província. Esses esforços poderiam ser vistos como um reconhecimento implícito da soberania indonésia sobre o Timor Leste que, na realidade, nunca foi reconhecida pela ONU. Ao contrário, a invasão e a posterior incorporação do território

¹⁴² Quando da aprovação da Resolução 1246, em junho, o Brasil expressou que seria interessante a realização de um debate aberto com a participação de todos os Estados-membros. A ideia contou com o apoio de Portugal, Austrália e Nova Zelândia, que não faziam parte do CSNU naquela ocasião, mas foi ignorada pelo Conselho.

como província indonésia foram condenadas por várias resoluções, tanto do CSNU como da Assembleia Geral.

Dessa forma, à luz do direito internacional, não haveria a necessidade de uma aceitação do governo indonésio para uma ação internacional sob a bandeira das Nações Unidas no território que, legalmente, não lhe pertencia. Se a ONU continuava reconhecendo o Timor Leste como um território não autônomo sob administração portuguesa, bastaria o consentimento de Portugal para legitimar a intervenção internacional.

A Indonésia tinha um exército forte e, logicamente, há de se considerar que a ONU procura diminuir a possibilidade da força internacional, mesmo sendo de imposição de paz como foi a INTERFET, se envolva em operações de combate que coloque em risco a integridade de seus membros.

Outros fatores provavelmente influenciaram na decisão. A China não veria com bons olhos uma força internacional agindo em sua área de influência direta e poderia usar seu poder de veto no CSNU, desaprovando qualquer resolução nesse sentido. Além do mais, nas condições daquele momento, a Indonésia poderia até retardar uma decisão, mas acabaria aceitando uma força internacional no Timor Leste, como de fato ocorreu.

Outro fator fundamental foi a exigência da Austrália. No dia 4 de setembro, o Ministro de Relações Exteriores da Austrália afirmou que seu país estava disposto a liderar uma *coalition of the willing* no Timor Leste. No entanto, o governo australiano ressaltou que só agiria com o consentimento prévio da Indonésia. Essa, por sua vez, queria o máximo de participação dos países asiáticos. Esse teria sido o maior motivo para a ‘intervenção negociada’ que se processou, ou ‘consentimento induzido’ da Indonésia, como Martin (2006) denominou.

O problema é que a demora na tomada de decisão em caso de extrema violência normalmente leva à morte de milhares de civis que poderia ser evitada com o desdobramento mais rápido de uma força militar internacional.

Por fim, a questão do Timor Leste reforçou as discussões sobre a necessidade da ONU manter as chamadas forças de pronto emprego - *stand by forces*, diminuindo o tempo de desdobramento de forças nas operações de paz.¹⁴³

¹⁴³ O *United Nations Standby Arrangements System* (UNSAS) começou a ser estabelecido em 2003. Em julho de 2015, foi substituído pelo *Peacekeeping Capability Readiness System* (PCRS) (UN, 2019).

CAPÍTULO 4

UNTAET (1999 – 2002)

RUMO À INDEPENDÊNCIA

*“Nosso grito é o silêncio
Na passagem do tempo
E o tempo é o sangue
No silêncio do mundo![...]
Nosso tempo é o silêncio
Nas mudanças do mundo
E o sangue é o preço
Nos mundos do silêncio”
(GUSMÃO, 2007)*

A violência pós-referendo resultou em um grande número de pessoas que deixaram suas casas e vilas, muitas das quais se refugiaram em países vizinhos. Todas as estruturas administrativas ficaram inoperantes, incluindo os órgãos públicos de gerência da infraestrutura que estavam aproximadamente 70% destruídos. Os sistemas de abastecimento de água¹⁴⁴ e fornecimento de energia foram interrompidos e os serviços de portos e aeroportos foram parcial ou totalmente paralisados. Na área dos serviços públicos, onde a destruição não foi completa, faltava pessoal em todos os níveis, além de equipamentos, veículos, móveis e documentos que foram queimados, roubados ou retirados do território. Parte da infraestrutura que não foi destruída estava em péssimas condições devido às práticas

¹⁴⁴ Em 1999, apenas 56% da população tinha acesso à água tratada.

de construção precárias e negligência da manutenção no período da administração indonésia. As rodovias estavam seriamente danificadas devido ao uso intenso de equipamento pesado ou projetos de construção mal feitos (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 175).

A violência provocou a destruição de campos de cultivo e dificuldades de obtenção de sementes e ferramentas para a lavoura. O fechamento da fronteira com o Timor Ocidental e o não acesso de embarcações civis aos portos dificultaram a importação de produtos, provocando perdas na agricultura com consequente reflexo na economia do território. Estimou-se uma queda de 45% do PIB de 1999 (ADB, 2000a). Como consequência imediata, entre os meses de agosto e outubro daquele ano, houve o aumento em torno de 200% nos preços dos poucos produtos disponíveis e dos que começaram a chegar a região em pequenas quantidades (ADB, 2000a, p. 2).

Os principais líderes de milícias e grupos políticos pró-integração se refugiaram no Timor Ocidental e iniciaram a reorganização das milícias, mantendo a intenção de promover a integração com a Indonésia, apesar do resultado do referendo e da operação de paz instalada pela ONU. Para isso, criaram o grupo Combatentes pró Integração - *Pejuang Pro-Integrasi* (PPI)¹⁴⁵, que reagrupou diversas milícias sob a liderança de João da Silva Tavares e Eurico Guterres (TIMOR LESTE, District Court of Dili, 2003).

O planejamento da UNTAET levou em consideração a violência, que produziu uma destruição física massiva numa sociedade pouco desenvolvida, e o pequeno tempo que a ONU tinha para agir. A destruição “criou demandas imediatas para socorro e reconstrução” e a ONU foi empossada com a autoridade para providenciar os serviços essenciais e reconstruir a infraestrutura. No entanto, não tinha planos nem capacidades de assumir uma tarefa desse porte. Ao mesmo tempo “havia uma tremenda pressão política para demonstrar que a ONU poderia agir rápida e efetivamente”. O debate no Conselho de Segurança, em meados de setembro, indicou que a missão carregou o fardo de se tornar um sucesso para compensar os fracassos anteriores na Somália, Bósnia e Ruanda. “No Timor Leste, todos os ingredientes para operações manejáveis pareciam presentes. Se a ONU

¹⁴⁵ Utilizava também a sigla MPO – *Milisia Pro Otonomy*.

não fosse bem sucedida aqui, o sentimento era de que dificilmente seria bem sucedida em outro lugar” (SUHRKE, 2001, p. 14, tradução nossa).

Foi nesse quadro que a *United Nations Transitional Administration on East Timor* (UNTAET) passou a operar, com um perfil multifuncional, desempenhando tarefas de emergência para resolver os problemas imediatos gerados pela violência, bem como a formação do Estado com a criação de instituições e infraestruturas básicas. Foi a primeira vez na história que a ONU possuiu soberania absoluta sem um governo local com o qual cooperar (HAMUTUK, 2007).

A missão da UNTAET enfrentou diversos problemas, incluindo segurança (os resquícios de milícias armadas pró-Indonésia, assim como o exército guerrilheiro da resistência, as Falintil), o colapso da administração pública (resultante da violência de 1999 e da partida de praticamente todo o pessoal em nível de supervisão para a Indonésia), a eliminação de recursos humanos para o serviço público, a crise humanitária causada pelo deslocamento de centenas de milhares de pessoas e a ruptura da agricultura e do comércio, a necessidade de reconstrução e o estabelecimento de condições para um desenvolvimento sustentável (HAMUTUK, 2007).

A UNTAET

Estabelecida pela Resolução nº 1272, de 25 de outubro, a UNTAET deveria assumir toda a responsabilidade administrativa no território durante o período de transição para a independência.

Não havia precedentes nas operações de paz da ONU de uma missão de paz com características específicas de construção do Estado. O mandato era ambicioso e consistia em: prover a segurança e manter a lei e a ordem no território; estabelecer uma administração efetiva; auxiliar no desenvolvimento dos serviços civis e sociais; assegurar a coordenação e distribuição da assistência humanitária; apoiar a construção da capacidade de auto governança; e auxiliar no estabelecimento de condições de desenvolvimento sustentável (UN, S/Res/1272, 1999).

Como objetivos de curto prazo, a UNTAET pretendia: 1) garantir a segurança física de todos os timorenses e o seu acesso a um sistema judiciário justo dentro de um ambiente de lei e ordem; 2) apoiar o ACNUR na repatriação de refugiados e fornecer recursos de moradia, saúde e higiene durante sua reinserção na comunidade; 3) estabelecer uma função pública e estruturas de administração básicas nos níveis central e distrital; 4) incentivar os timorenses a participar da tomada de decisões e implementá-las através das estruturas existentes; 5) passar da fase de assistência humanitária ao início da reconstrução¹⁴⁶; 6) restaurar os serviços de saúde, o sistema educacional e infraestruturas vitais como o fornecimento de eletricidade e de água; 7) reativar as atividades agrícolas e econômicas; 8) iniciar a arrecadação de receitas básicas; 9) recolher, catalogar e guardar provas de abuso de direitos humanos no Timor.

Na prática, as atividades ligadas à governança foram assumidas pelo Banco Mundial, doadores internacionais e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (SUHRKE, 2001). De 1999 em diante, o Banco Mundial teve um importante papel em administrar o fundo de crédito e o campo do desenvolvimento econômico no Timor Leste (HAMUTUK, 2007).

O programa do Banco Mundial para o Timor teve como objetivos: 1) a assistência aos grupos vulneráveis com a restauração dos serviços de saúde e educação e apoio aos setores produtivos rurais; 2) auxílio na construção da capacidade de governança e nas decisões sobre desenvolvimento das exportações, produtividade agrícola, gerenciamento das reservas de gás e petróleo, estratégias para redução da pobreza e reforma do serviço civil; 3) projetos conjuntos de construção de propriedades ouvindo líderes e a sociedade; 4) coordenação dos donativos e sua aplicação no desenvolvimento da região; e 5) acompanhamento e intervenção, quando necessário, de modo a dar proteção contra possíveis instabilidades econômicas durante a transição política (WORLD BANK, 2002).

¹⁴⁶ O Banco Mundial estimou, inicialmente, que seriam necessários 300 milhões de dólares em três anos para reconstrução do Timor. Num primeiro momento, seriam necessários 86 milhões de dólares para assistência humanitária, 76 milhões para reconstrução e desenvolvimento (UN, 15 Dec. 1999). As estimativas subiram para 322 milhões de dólares, posteriormente (ANDRADE, 2000c).

O PNUD optou por concentrar seus esforços em áreas como infraestrutura, construção de capacidades e governança. Os esforços iniciaram-se na recuperação de sistemas de água, saneamento, irrigação, estações de eletricidade, estradas e do porto de Dili. As atividades referentes à governança dividiram-se em três áreas: administração pública, incluindo a formação de recursos humanos; sistema judiciário, inclusive com treinamento de juízes e promotores; e sociedade civil, setor que precisaria ser diversificado, pois grande parte das ONGs se concentrou na luta pela independência deixando de lado outras áreas importantes (UNDP, 2002; UNDP, 2003).

O exercício da administração do Timor Leste, durante a transição, passou a ser executado sob três componentes básicos: 1) militar, responsável pelo cumprimento da lei civil e da ordem e pela manutenção da paz; 2) governo, encarregado de preparar a capacidade de auto governança do futuro país, coordenando também todos os programas de reconstrução e desenvolvimento; e 3) humanitário, para coordenar a assistência humanitária à população, além de investigar abusos de direitos humanos e apoiar outras organizações que tratavam do assunto, de modo a prevenir que tais abusos voltassem a ocorrer. A UNTAET tinha um orçamento previsto de US\$ 458 milhões ao ano.¹⁴⁷ O Administrador Transitório legislava através de regulamentos que foram dando forma à capacidade administrativa do futuro país.¹⁴⁸

A cooperação internacional para o Timor era complexa com o envolvimento de vários atores e doadores. A ajuda se dava não somente em dinheiro, mas também com especialistas estrangeiros, equipamentos, etc, e sua gestão foi estruturada em fundos.

O entendimento do CSNU, e especialmente da delegação dos EUA, era que as atividades relacionadas com a ‘construção da nação’ deveriam ser organizadas e financiadas fora do quadro de contribuições que cobriam somente a missão de paz propriamente dita (SUHRKE, 2001).

¹⁴⁷ A Resolução 55/228B da AGNU, aprovou o orçamento para o período de 1º de julho de 2001 a 30 de junho de 2002. Apenas para o início das operações, em setembro de 1999, foi estimada a necessidade de mais de 52 milhões de dólares (UN, A/54/380, 1999).

¹⁴⁸ O primeiro regulamento dispôs sobre os poderes da Administração Transitória no Timor Leste (UNTAET, Regulamento 1999/1, 1999).

O Fundo Consolidado para o Timor Leste – *Consolidated Fund for East Timor* (CFET) era o fundo central, foi elaborado durante a fase transitória para financiar o embrião do governo, sendo formado por contribuições de governos estrangeiros e receitas domésticas (FARIA, 2011).

O Fundo Fiduciário para o Timor-Leste – *Trust Fund for East Timor* (TFET) foi estabelecido na Conferência Internacional de Doadores, em Tóquio, em 17 de dezembro de 1999, era supervisionado pelo Banco Mundial e pelo Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA) e englobava doações para a reconstrução econômica e atividades de desenvolvimento (FARIA, 2011). Com o TFET, entre 2000 e 2001, o Banco Mundial englobou 30% de toda a ajuda internacional, permitindo o desenvolvimento de projetos nas áreas de fortalecimento comunitário, saúde, educação, agricultura, desenvolvimento do setor privado, infraestrutura, recuperação dos sistemas de água e esgotos e microfinanças (ADB, 2000a,c).¹⁴⁹ Quando se encerrou, em 2006, o TFET havia disponibilizado doações de 178,16 milhões de dólares, dos quais 177,85 milhões haviam sido executados (HAMUTUK, 2007, p. 107).

O Fundo Regular da UNTAET (e das missões posteriores) englobava os recursos para a operação (FARIA, 2011). Custeava os funcionários internacionais da Missão, cujos salários totalizavam menos de 1% do orçamento da Administração Transitória. Esses funcionários recebiam, em média, de vinte a trinta vezes mais que os funcionários locais (HAMUTUK, 2007).

O Fundo de Taxas da ONU era formado por contribuições pagas pelos países membros direcionadas ao custeio do pessoal da Organização (FARIA, 2011). Os fundos operacionais da UNTAET também custeavam o apoio logístico do componente militar e da operação em geral, bem como despesas de reabilitação de prédios usados pelas Nações Unidas e a compra de equipamentos e provisões (HAMUTUK, 2007).

¹⁴⁹ Num primeiro momento, só a União Europeia liberou 33,5 milhões de euros para a ajuda humanitária imediata, 8,5 milhões para ajuda alimentar, 10 milhões para manter a administração da ONU no território, e 20 milhões, em 2001, para a reabilitação e reconstrução (ACORDO..., 2000).

O Fundo Bilateral e Multilateral englobava as doações de governos e instituições internacionais, por exemplo, da Comissão Europeia, Cruz Vermelha Internacional, etc. (FARIA, 2011).

O Apelo Consolidado Interinstitucional – *Consolidated Appeal Inter-Agency* (CAP), que funcionou entre setembro de 1999 e 2000, foi utilizado no programa humanitário durante o período de emergência e era coordenado pelo Escritório de Coordenação de Assistência Humanitária – *Office for Coordination of Humanitarian Assistance* (OCHA) (FARIA, 2011).

Dessa forma, os principais meios de financiamento nas atividades do Timor no período da administração da ONU foram de doações bilaterais, recursos extra orçamentários (*non core*) do PNDU e os fundos de confiança (*trust funds*) da UNTAET e do Banco Mundial. O fundo da UNTAET era dirigido principalmente para atividades administrativas e burocráticas e para alguns projetos de impacto mais imediato e o do Banco Mundial para projetos mais abrangentes relacionados a áreas como saúde, educação e infraestrutura (AMRE, 5 jan. 2001).

INSTITUIÇÕES DO ESTADO

Na área de construção da capacidade de governança, a assistência foi inicialmente direcionada para o apoio ao governo que seria instalado, facilitando a contratação de especialistas e consultores internacionais e o treinamento de funcionários públicos, por meio de diversos programas.

A Missão foi planejada em Nova Iorque e operada sob os auspícios do Departamento Operações de Manutenção da Paz (DPKO) que presumiu que as condições no Timor Leste eram as mesmas de outros países pós-conflito. Assim, no início da Missão, apesar do CSNU entender que os timorenses deveriam ser levados para a administração, mesmo sem as especialidades requeridas, foram contratados funcionários internacionais para a administração civil e deu-se pouca atenção para os especialistas locais. Ou seja, não foram criadas estruturas para a participação dos timorenses, seja diretamente ou por meio de consultas (SUHRKE, 2001;

HAMUTUK, 2007). Como normalmente ocorre nas missões de paz em geral, os locais contratados exerceram funções de apoio como motoristas, guardas e intérpretes. Assim, a UNTAET foi iniciada sem utilizar a capacidade de instituições como a igreja, o CNRT, a rede política da resistência, e indivíduos timorenses em geral que tinham certa experiência e capacidade (HAMUTUK, 2007).

O Representante Especial do Secretário Geral (RESG), Sérgio Vieira de Mello, acumulava poderes executivo, legislativo e administrativo judicial, mas tinha a convicção da necessidade do envolvimento efetivo dos atores locais e da sociedade civil timorense para que se alcançasse a transição para a independência (MARCOVITCH, 2004).

O termo ‘timorização’ foi utilizado para designar o processo que daria condições aos próprios timorenses assumirem o controle do serviço público o mais rápido possível, e que seu desenvolvimento institucional o tornasse funcional, produtivo, transparente e responsável (UN, 12 Apr. 2002).

Inicialmente, dentro da UNTAET havia uma oposição à ‘timorização’ antes das eleições. A principal razão era relacionada com o *status* incerto do CNRT que, como uma organização que congregava forças independentes, seria o condutor mais provável do recrutamento local para a UNTAET. No entanto, temia-se que os políticos timorenses favorecessem certas pessoas em razão das divisões faccionais. Com o tempo, houve a necessidade da UNTAET se adaptar à evolução dos acontecimentos e tratar da demanda para uma maior participação timorense (SUHRKE, 2001).

Assim, foi estabelecido o primeiro mecanismo formal para assegurar a legitimidade da UNTAET, o Conselho Consultivo Nacional (CCN), órgão político de participação nas decisões sobre todos os assuntos nacionais realizados durante o período de transição. Tendo como presidente o Administrador Transitório, era composto por quinze membros: sete representantes do CNRT; um representante da igreja católica; três representantes dos grupos políticos pró-autonomia não pertencentes ao CNRT, Forças do Povo Timorense (BRTT), Partido Nacionalista Timorense (PNT) e o Fórum para a Unidade, Democracia e Justiça (FPDK); e quatro assentos para a UNTAET (UNTAET, Regulamento 1999/02, 1999).

Em 19 de julho de 2000, foi criado o Conselho Nacional (CN), que substituiu o CCN, como precursor do parlamento do novo país. Composto por 36 membros timorenses que representavam organizações relevantes da sociedade civil: Xanana Gusmão, como representante da CNRT, atuando como seu presidente; representantes dos partidos políticos existentes – PSD, UDC/PDC, PST, KOTA, APODETI, Pro-Autonomia, Pro-Referendo, PT, PNT, BRTT, Fretilin, UDT; um representante de cada distrito; um representante de cada igreja (católica, protestante e comunidade muçulmana), de organizações sociais civis (do trabalho, de organizações de mulheres, estudantes/jovens e o fórum ONG) e de comunidades (agrícola e empresarial). De acordo com o calendário de transição política aprovado pelo próprio CN em 22 de fevereiro de 2001, ele seria dissolvido em 15 de julho daquele ano (UNTAET, Regulamento 2000/24, 2000; UNMISSET, CSGA, 2004).

Beauvais (2001) apresentou que o modelo do Conselho Nacional seria apropriado apenas em uma fase de emergência, de muito curto prazo, imediatamente após a intervenção pós-conflito, e que seria recomendada a transição rápida para uma forma de participação mais ampla e profunda, com o modelo de co-governança.

Butler (2012) ressaltou a ‘incapacidade’ da UNTAET em ‘timorizar’ o processo, destacando que a tentativa nesse sentido com a criação do CCN para servir de interface entre a UNTAET e os timorenses foi frustrada em razão dos membros não serem eleitos e com representatividade polêmica. Apenas em 2000, com a *East Timor Transitory Administration* (ETTA) e o Conselho Nacional, teriam aparecido sinais de um pequeno ajustamento da Administração Transitória às características locais.

Um dos problemas da UNTAET foi a dificuldade no estabelecimento de um nível de responsabilidade aceitável. Os administradores transitórios e as suas equipes servem aos interesses da ONU e é a ela que prestam contas, ou seja, não são diretamente responsáveis perante a população local (CAPLAN, 2002; FARIA, 2011).

A UNTAET criou comitês setoriais conjuntos, com a participação de cidadãos locais e especialistas internacionais que atuaram nas áreas de

agricultura, educação, meio ambiente, macroeconomia e finanças, economia, saúde, direitos humanos, infraestrutura, administração e recursos nacionais. Esses comitês eram responsáveis pela troca de informações e pela coordenação da aplicação das doações internacionais em suas áreas de responsabilidade (UNTAET, Regulamento 1999/02, 1999).

Enquanto o CN foi criado para ser o precursor do legislativo timorense, em agosto de 2000 a UNTAET criou o Governo Transitório de Timor Leste (GTTL) com a finalidade de transferir gradualmente a autoridade administrativa da ONU para os timorenses. Foi estruturado com nove ministérios, sendo cinco sob a responsabilidade de timorenses: Negócios Estrangeiros, José Ramos-Horta; Administração Interna, Ana Pessoa; Infraestruturas, João Carrascalão; Assuntos Econômicos, Mari Alkatiri; e Assuntos Sociais, Filomeno Jacob (MATSUNO, 2014).

Em setembro de 2001, assumiu o Segundo Governo Transitório composto por dez ministérios (Agricultura e Pescas, Educação Cultura e Juventude, Transportes e Comunicações, Água e Trabalhos Públicos, Saúde, Administração Interna, Finanças, Justiça, Negócios Estrangeiros e Cooperação, e Economia e Desenvolvimento), além de quatro secretarias (Comissão para o Planejamento do Governo Transitório, Recursos Naturais e Minerais, Conselho de Ministros, e Trabalho e Solidariedade), todos chefiados por timorenses (UNTAET, Regulamento 2001/28, 2001).

Em relação ao quadro político, analistas observaram sua deterioração no início de 2001, em grande parte motivada pela transição ainda incompleta de práticas adaptadas à luta clandestina sob ocupação estrangeira para uma política partidária em contexto de liberdade. A solução das diferenças por canais institucionais representava uma novidade no Timor Leste (AMRE, 04 abr. 2001).

As Nações Unidas também enfrentaram dificuldades em razão de disputas internas no CNRT e no cenário político local mais amplo. Sérgio Vieira de Mello tinha que atuar como um 'poder moderador' para que fosse visto pelos timorenses como trabalhando com imparcialidade durante sua administração (AMRE, 03 jan. 2001).

O Programa de Assistência Eleitoral apoiou as eleições para a assembleia legislativa (agosto de 2001) e presidenciais (abril de 2002) por meio do treinamento de funcionários e observadores, campanhas educativas e coordenação dos observadores locais e internacionais. Tinha orçamento de quatro milhões de dólares, financiado por treze países e realizou, também, o apoio técnico para a preparação da nova constituição do país (EU, 2002).

No início do processo eleitoral, Xanana Gusmão afirmou que não pretendia concorrer à presidência, pois o povo timorense deveria aprender “a valorizar as instituições, não a pessoa” e que sua decisão fortaleceria as instituições políticas timorenses em detrimento do personalismo (AMRE, 05 abr. 2001). Essa decisão, posteriormente, não se confirmou.

Foi estabelecida uma Comissão Eleitoral Independente, composta por personalidades internacionais e timorenses, indicadas diretamente pelo SGNU, com a função de fiscalizar o processo e credenciar os observadores eleitorais e a mídia internacional (AMRE, 04 abr. 2001).

O CNRT foi oficialmente dissolvido em 7 de junho de 2001, após uma conferência de três dias de seus membros em Dili. Ramos-Horta advogou a dissolução do CNRT para permitir “o avançar do processo político” dando “espaço ao pluralismo”, sendo substituído por um pacto nacional que vincularia todas as correntes políticas aos compromissos internacionais vigentes e a conceitos relativos à tolerância, não-violência, respeito às minorias, democracia etc, independentemente do resultado das eleições (AMRE, 22 mai. 2001). No mesmo mês, a Fretilin recebeu oficialmente o certificado de partido político timorense pela Comissão Eleitoral Independente.¹⁵⁰ O PNUD e o Banco Mundial financiaram programas destinados a auxiliar os antigos membros do CNRT a seguirem novas carreiras (UN, 11 Jun. 2001).

Entre 15 de julho e 28 de agosto de 2001, teve lugar a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte e as eleições ocorreram em 30 de agosto quando 88 membros foram eleitos (UNTAET, Regulamento 2001/2, 2001; UNMISSET, CSGA, 2004). A UNTAET criou uma

¹⁵⁰ O registro dos partidos e dos candidatos independentes começou em 7 de maio de 2001.

Unidade de Eleição da Polícia Civil, para planejar e garantir a segurança do processo (UN, 6 Apr. 2002). Isso porque, apesar da situação de segurança estar estável, com a diminuição de contatos entre o componente militar da UNTAET e as milícias a partir de dezembro de 2000, havia a possibilidade de elas tentarem desestabilizar o Timor Leste no período pré-eleitoral (AMRE, 26 jul. 2001).

A Unidade de Registro Civil da UNTAET realizou o registro da população que se encerrou em 27 de julho de 2001, um trabalho que envolveu 500 pessoas em 350 postos de registros. Foram registradas 737.811 pessoas, aproximadamente 93% da população do território, sendo que 54% tinham menos de 20 anos e apenas 2,4% mais de 65 anos. Ao final do período de registro, 409.019 pessoas estavam em condições de participar da eleição (UN, 2 Jul. 2001).

Durante o processo, partidos políticos foram surgindo e alianças acabaram sendo concretizadas. O KOTA e o Partido Trabalhista reapareceram ligados ao CNRT, o mesmo acontecendo com a APODETI. Um grupo de jovens radicais anti-Indonésia criou o CPD-RDTL – Comitê Popular de Defesa – República Popular do Timor Leste, como referência à república proclamada pela Fretilin em 1975 (EU, 2002).

A Frente do Povo do Timor Leste - *Barasian Rakyat Timor Timur* (BRTT) foi criada antes do referendo de 1999 por Francisco Lopes da Cruz e passou a ocupar uma das cinco cadeiras destinadas a partidos pró-autonomia no Conselho Nacional estabelecido pela UNTAET, o mesmo acontecendo com o Partido Nacionalista Timorense (PNT) de Abílio Araújo. Foram criados ainda: o Partido Democrático (PD), Partido Democrático Maubere (PDM), Partido Popular do Timor (PPT), Partido Social Democrata (PSD), Partido Socialista do Timor (PST), União Democrática do Timor (UDT), Associação Social Democrata Timorense (ASDT), Partido Democrata Cristão (PDC) e a União Democrata Cristã (UDC) (EU, 2002).

Em fevereiro de 2000, o Fórum Unidade, Democracia e Justiça, órgão político que agrupava várias milícias pró-integração com a Indonésia transformou-se em *Uni Timor Aswain* (UNTAS) - União dos Heróis do

Timor, sob a direção de Domingos Soares, Basílio Araújo e Filomeno Hoday, declarando-se essencialmente política e sem ligação com as milícias (UNTAS, 2001).

No total, foram inscritos 1.138 candidatos e 16 partidos políticos, sendo que 14 deles assinaram o pacto pela unidade nacional, exceto o BRTT e o CPD-RDRTL, os quais foram qualificados como partidos menores e sem prejuízo para a campanha eleitoral (WALLIS, 2014).

A ONU realizou, entre junho e julho daquele ano, audiências públicas com mais de 30 mil pessoas em todo o território para colher subsídios para a Constituição do novo país, cujo resultado foi entregue aos membros eleitos da Assembleia Constituinte. Foi, também, realizada uma campanha de educação cívica com apoio de ONGs (AMRE, 26 jul. 2001).

Em 30 de agosto de 2001, mais de 91% dos eleitores timorenses elegeram os 88 membros da Assembleia que deveria preparar a Constituição do futuro país, estabelecer a estrutura para as novas eleições e a transição para a completa independência. Além do baixíssimo índice de abstenção, foi pequeno o número de votos brancos e nulos (cerca de 5,4%) (AMRE, 10 set. 2001).

Cerca de 420 observadores internacionais de mais de 40 países e 22 organizações acompanharam a votação (AMRE, 23 ago. 2001). A Comissão Eleitoral Independente declarou oficialmente os vencedores em 10 de setembro. Dos 16 partidos registrados, 12 conseguiram eleger representantes. A Fretilin conquistou 53,7% do voto popular, quarenta e cinco dos setenta e cinco assentos em disputa a nível nacional e doze dos treze assentos representativos dos distritos. Vinte e quatro assentos ficaram com mulheres (27%), fruto de uma intensa campanha de incentivo à participação delas na vida pública do futuro país por parte da UNTAET. O Partido Democrata¹⁵¹ conquistou sete cadeiras, a Associação Socialdemocrata Timorense, seis. Com duas cadeiras cada, ficaram o Partido Nacional Timorense, União Democrática Timorense, Partido do Povo do Timor, Partido Democrático Cristão e o KOTA. Os três assentos restantes ficaram com o Partido Socialista do Timor, Partido Liberal e Partido Democrata Cristão

¹⁵¹ Dirigido por Fernando Araújo, ex-líder estudantil que passou 5 anos na prisão em Jacarta com Xanana Gusmão, sendo considerado sua cria política.

(UN, 6 Sep. 2001).¹⁵² A Assembleia Constituinte iniciou a preparação da Constituição em 15 de setembro de 2001 (UNMISSET, CSGA, 2004).

Dessa forma, estavam em andamento os três passos cruciais em direção à independência: a eleição da Assembleia Constituinte, o início da elaboração da Constituição e a formação do novo Conselho de Ministros, composto apenas por timorenses (AMRE, 22 out. 2001).

Mas, como salientou Quintaneiro (2007), praticamente todos os órgãos do Estado estavam definidos e em funcionamento quando das eleições de agosto de 2001, sendo que funcionários internacionais ocupavam os altos e médios escalões da administração. Apenas após as eleições começaram a ser nomeados 'locais' para cargos de alguma responsabilidade e o 'governo' começou a ser composto essencialmente por timorenses.

O Gabinete Transitório foi criado pelo Regulamento 2000/23 para ser o poder executivo do futuro país. Após as eleições de 30 de agosto, foi substituído pelo Segundo Governo de Transição do Timor Leste, que refletia com mais propriedade a estrutura do futuro governo independente. O Gabinete ficou responsável pelo governo do território no restante do período transitório, formulando políticas e supervisionando a formação da administração pública. O seu Conselho de Ministros tomava coletivamente as decisões mais importantes do Governo de Transição a respeito da política e das questões financeiras, de acordo com a autoridade máxima da Administração Transitória e em estreita consulta com ela. Mas, o Administrador Transitório continuou exercendo a autoridade executiva e legislativa, responsável pela decisão final sobre essas questões (UN, 3 Apr. 2002; UNTAET, Regulamento 2000/23, 2000; UNTAET, 19 out. 2000).¹⁵³

Dessa forma, no fim do primeiro governo provisório, em setembro de 2001, o secretariado do gabinete era chefiado por um oficial sênior da ONU e composto por cinco timorenses e quatro funcionários internacionais. Já o Segundo Governo Provisório, renomeado como Conselho

¹⁵² Foram instalados 282 centros de votação, com 933 locais de votação. As eleições tiveram o acompanhamento de 72 grupos de observadores timorenses e 35 grupos de observadores internacionais.

¹⁵³ Foram nomeadas as seguintes pessoas para as respectivas pastas: Jean-Christian Cady - Polícia e Serviços de Emergência, Mari Alkatiri - Assuntos Econômicos, João Carrascalão - Infraestruturas, Peter Galbraith - Assuntos Políticos e Mar do Timor, Gita Honwana-Welch - Justiça, Michael Francino - Finanças, Pe. Filomeno Jacob - Assuntos Sociais, Ana Pessoa - Administração Interna, José Ramos-Horta - Negócios Estrangeiros.

de Ministros, possuía 13 ‘ministérios’, com o Ministro Chefe prestando contas ao RESG (UNTAET, Regulamento 2001/28, 2001). A UNTAET adotou um manual para o Conselho de Ministros e estabeleceu como línguas de trabalho o tétum e o português. Tanto o Conselho quanto seus membros usavam essas duas línguas e os funcionários nacionais e assessores internacionais usavam o português (UNMISSET, CSGA, 2004).

Como preparação para a independência, um novo governo foi estabelecido de forma semelhante ao que seria o governo do novo Estado, por meio de alteração do regulamento adotado pela UNTAET (UNTAET, Regulamento 2002/07, 2002).

Após quase sete meses de trabalho, a nova Constituição foi assinada em 22 de março de 2002 pelos deputados constituintes que representavam os diversos partidos políticos, além de um deputado independente.¹⁵⁴ De acordo com o seu Artigo 167 e o Regulamento 2001/2 da UNTAET, com a independência, a Assembleia Constituinte se transformaria em Parlamento Nacional e teria no seu primeiro mandato, excepcionalmente, 88 deputados. O Presidente da Assembleia Constituinte manteria suas funções até que o Parlamento elegeesse o seu novo presidente (UNMISSET, CSGA, 2004).

Em 14 de abril de 2002, ocorreram as eleições presidenciais, com o comparecimento de 86% dos eleitores, que deram a vitória a Xanana Gusmão com 82,69% dos votos (378.548), seguido de Francisco Xavier do Amaral com 17,31% (UN, 17 Apr. 2002a).¹⁵⁵

Com as eleições estavam montadas as instituições chaves do novo Estado. Mas, houve críticas por conta do pouco envolvimento da população na determinação da configuração do aparelho de Estado. As estruturas estabelecidas pelos indonésios dissolveram-se com a violência de 1999 e foram reconstruídas basicamente pela UNTAET, mesmo existindo organizações políticas timorenses e estruturas representativas da população, como

¹⁵⁴ A nova Constituição foi debatida entre 1º de dezembro de 2001 e início de fevereiro de 2002, após o que sofreu emendas, até ser aprovada.

¹⁵⁵ O processo eleitoral foi verificado por uma missão de observação da União Europeia e por mais 35 grupos de observadores internacionais.

o CNRT e a Assembleia Constituinte eleita que foram pouco utilizadas (QUINTANEIRO, 2007).

REABILITAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS

Várias organizações internacionais passaram a atuar em programas de emergência para, num primeiro momento, permitir o mínimo de funcionamento do futuro país e, a médio e longo prazo, permitir o seu desenvolvimento.

Depois da violência de 1999, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) conduziram uma Missão de Avaliação Conjunta no Timor Leste, levantando a situação e os processos necessários para o desenvolvimento do território, também com pouca consulta ou participação do povo timorense (HAMUTUK, 2007). O relatório da Missão foi apresentado na Conferência de Doadores, em Tóquio, em 17 de dezembro de 1999, ocasião em que a administração do TFET foi confiada ao Banco Mundial e ao Banco de Desenvolvimento Asiático. Ao final da Conferência, haviam sido prometidos mais de 520 milhões de dólares em ajuda para um período de três anos (WORLD BANK, 2002).

Os edifícios públicos foram sendo reconstruídos com auxílio nacional e internacional, sendo que a UNTAET reabilitou, inicialmente, mais de 40 deles (UN, 13 Apr. 2002; FARIA, 2011)

Em janeiro de 2000, foi aprovada a regulamentação do Fundo Especial de Assistência Técnica do Timor Leste e do Fundo Especial Japonês, destinados especificamente à assistência nas áreas de microfinanças, reabilitação do setor de telecomunicações e estatística, e avaliação da pobreza. No mês seguinte, iniciou-se o Projeto de Emergência da Reabilitação da Infraestrutura no Timor Leste para a restauração do setor de transportes e comunicações.

O BDA, a partir de 2000, focou suas atividades na reconstrução da infraestrutura com os esforços direcionados para medidas mais urgentes como reparação de rodovias, portos, abastecimento de água e energia

elétrica rural.¹⁵⁶ Alguns projetos foram financiados diretamente por outros governos. Por exemplo, o governo japonês forneceu recursos e o PNUD, BDA e a engenharia da Força Militar da UNTAET executaram projetos de reparação de rodovias, construção de pontes e a reconstrução da rodovia Dili-Aileu-Ainaro-Cassa.

O BDA gerenciou seis projetos orçados em 52,8 milhões de dólares sendo, dois Projetos Emergenciais para Reabilitação da Infraestrutura (38,8 milhões), dois Projetos de Reabilitação Sanitária e de Abastecimento de Água (nove milhões), Projeto de Reabilitação da Estrutura Pesqueira do Porto de Hera (um milhão) e Projeto de Desenvolvimento das Microfinanças (quatro milhões).¹⁵⁷ Esse último foi destinado a desenvolver um sistema microfinanceiro sustentável voltado para a área rural, favorecendo o estabelecimento de pequenos trabalhos pela população mais pobre, especialmente as mulheres.

O aeroporto de Dili foi reaberto, estradas passaram a ser recuperadas, trabalhos para aumento da capacidade do porto de Dili foram realizados, além de se restabelecer o serviço de *ferry boat* entre Dili e o enclave de Oecussi.

Os projetos também tinham a finalidade de gerar empregos com a utilização de mão-de-obra local e a preparação de pessoas para os serviços de funcionamento, manutenção, gerenciamento, que se fariam necessários após as obras serem concluídas. Nesse sentido, o BDA desenvolveu, também, atividades de assistência técnica orçadas em 8,6 milhões de dólares, voltadas para assuntos institucionais e de construção de capacidades específicas em vários setores como o quadro de funcionários públicos e de serviços de telecomunicações e postais, dentre outros.

Com relação ao porto de Dili, não foram encontrados documentos relevantes disponíveis sobre a infraestrutura portuária, nem estatísticas das atividades antes do referendo de 1999, cujos registros devem ter se perdido ou foram destruídos. Algumas fontes fizeram referência a um total de 556

¹⁵⁶ Em abril de 2000, mais 30 milhões de dólares foram liberados pelo Banco de Desenvolvimento Asiático para projeto de reparação de rodovias, expansão portuária e restauração da geração de energia elétrica (ADB, 2000b).

¹⁵⁷ Até dezembro de 2003, 43,6 milhões de dólares já haviam sido desembolsados, correspondendo a 83% do total recebido pelo Banco (ADB, 2003).

navios atracados em 1997. De setembro de 1999 a fevereiro de 2000, todos os portos do Timor Leste estavam sob o controle da INTERFET ou das forças de paz da UNTAET, período em que a maior parte dos navios era militar, transportando equipamentos, material de construção, ajuda humanitária e refugiados que retornavam da Indonésia. Foram feitos reparos e instalação de equipamentos de auxílio à navegação com recursos do PNUD e do governo japonês. Em fevereiro de 2000, o porto foi entregue oficialmente à administração civil, com uma equipe de quatro funcionários internacionais encarregada de gerenciar as atividades. Em meados de 2000, sete linhas regulares haviam sido estabelecidas ligando Dili a Darwin (Austrália), Surabaya e Kupang (Indonésia) e Singapura. Em maio de 2004, a infraestrutura do porto de Dili estava quase totalmente reabilitada (UNMISSET, CSGA, 2004).

No setor de energia, os geradores a diesel eram a fonte primária. Antes da consulta popular, havia 61 centrais elétricas no Timor Leste. Na capital, a infraestrutura elétrica manteve-se praticamente intacta e, em março de 2000, a geração de energia estava em 85% da capacidade existente antes do referendo (UN, UNTAET, mar. 2000a). Mas usinas geradoras e estações elétricas de muitos distritos e subdistritos ficaram completamente destruídas ou danificadas, o mesmo acontecendo com as linhas de distribuição (UNMISSET, CSGA, 2004).

Até 1999, o setor de energia foi gerenciado pela Autoridade Nacional Indonésia de Energia (PLN), uma companhia pública sediada em Denpasar, Bali. Todas as posições de gerência eram ocupadas por indonésios e os timorenses ocupavam apenas cargos subordinados. Com a violência, os indonésios se retiraram do território e deixaram o setor sem funcionários com capacidade de gerência e de planejamento. Além disso, toda infraestrutura de comutadores e comunicações foi completamente removida ou destruída. Assim, as usinas que permaneceram funcionando não tinham pessoal habilitado para operá-las e havia falta de óleo diesel para seu funcionamento (UNMISSET, CSGA, 2004).

As máquinas necessárias para o abastecimento de água não funcionavam, nem o sistema de refrigeração para conservação de comida e remé-

dios. Não havia iluminação pública ou postos de gasolina funcionando e os combustíveis eram vendidos em galões nas ruas e estradas (ADB, 2000a).

Os projetos de reabilitação do setor foram financiados pelos governos do Japão, Portugal, Noruega, Coreia do Sul, Reino Unido e outros, de modo a restabelecer o fornecimento de energia, a gestão e a cobrança de taxas viáveis. A UNTAET reabilitou 30 estações de energia e outras 31 foram recuperadas por Portugal, Japão e pelo BDA (UNMISSET, CSGA, 2004). Com a reabilitação de estação central de Dili, 18 mil clientes registrados passaram a contribuir com o pagamento da energia elétrica (FARIA, 2011).

O suprimento de água nos 13 distritos do Timor Leste foi sendo restabelecido. A Austrália providenciou assistência técnica e fundos para o setor. O Japão e a Alemanha financiaram projetos sanitários e de suprimento de água. O Projeto Sanitário e de Suprimento de Água do Banco Mundial atingiu 32 mil famílias e o Unicef entregou 900 bombas de água manuais para a população dos arredores de Dili (UN, UNTAET, mar. 2000a; WORLD BANK, Country Brief, 2002). Foi iniciado um projeto orçado em 706 mil dólares, sendo 15% financiado pelo governo timorense e 85% pelo BDA¹⁵⁸ para a obtenção de dados sobre rios e lagos, clima, meio ambiente, hidrografia, hidrogeologia, etc., até então inexistentes, de modo a permitirem a confecção de uma política para águas e a estratégia de apoio.¹⁵⁹

No campo da educação, a violência de 1999 resultou na destruição de cerca de 90% da infraestrutura educacional, incluindo móveis, equipamentos e materiais de estudo. A maioria dos professores e administradores educacionais originários da Indonésia deixou o território, o que provocou uma grande lacuna de recursos humanos (UNMISSET, CSGA, 2004). Ini-

¹⁵⁸ Com a independência, tais projetos passaram a ser gerenciados em conjunto com o Ministério dos Transportes, Comunicações e Serviços Públicos do país.

¹⁵⁹ A questão das águas, como em qualquer país, passou a ser interministerial após a independência do Timor. O Plano de Desenvolvimento Nacional de maio de 2002 apresentou, no seu Cap. 13, questões do Meio Ambiente e Recursos Naturais. O Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca preparou legislação relativa à política de recursos aquáticos com foco na agricultura e irrigação. O Ministério do Desenvolvimento e do Meio Ambiente preparou legislação sobre impacto no meio ambiente e controle da poluição, que englobou questões sobre qualidade das águas e licença para lançamento de dejetos (TIMOR LESTE, maio 2002).

cialmente, a UNTAET reconstruiu 14 prédios de escolas pré-secundárias e 65 escolas primárias e construiu cinco escolas novas (FARIA, 2011).

Foi criada uma Divisão da Administração da Transição da Educação para tratar das estruturas administrativas e processos educativos de emergência, com atenção especial aos alunos dos níveis primário e secundário, que representavam um terço da população, a formação técnica e profissional para os alunos mais velhos e o treinamento de professores (UN, 14 Apr. 2002).

O Programa de Emergência de Reabilitação Escolar reconstruiu 504 escolas (2.628 salas) e forneceu livros e mobília (WORLD BANK, Country Brief, 2002). Uma parceria do Unicef com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) permitiu o fornecimento de alimentação e subsídios para 4.300 professores de modo a manter 100 mil crianças nas seiscentas escolas que voltaram a funcionar em treze distritos. Como resultado, cerca de 240 mil crianças retornaram às aulas, atingindo um índice de 95% das que estavam em idade escolar frequentando as escolas primárias e 85% as secundárias. O currículo indonésio foi revisado de modo a configurá-lo dentro da realidade timorense e foi iniciado um programa de formação profissional com assistência de uma universidade australiana.¹⁶⁰

Na área da saúde, a violência após o referendo resultou no colapso do sistema. Estimava-se que dos 160 médicos existentes, 130 haviam saído do Timor Leste (TIMOR LESTE, 2005, p. 4). Cerca de 35% das unidades de saúde haviam sido totalmente destruídas e outras 42% estavam seriamente danificadas após a violência. Praticamente todos os equipamentos e suprimentos haviam sido saqueados ou danificados.

Em abril de 1999, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia aumentado o quadro de pessoal de seu escritório em Jacarta. Após a crise de setembro, a Organização realizou um levantamento sobre o Timor, verificando a seguinte situação:

¹⁶⁰ Em 23 de março de 2000, 92% das crianças que estavam nas escolas primárias, entre 1998 e 1999, retornaram às aulas. Estavam registradas 686 escolas com 147 mil alunos e 6.400 professores. As aulas eram ministradas em tétum, bahasa indonésio, português ou inglês (AUSTRALIA, 2000).

Tabela 3 - Desalojados no Timor Leste

População	Timor Ocidental	Timor Leste
Total da população antes da crise	1.300.000	890 mil
Desalojados antes da crise		40 mil
Total da população em Set. 1999	1.470.000	720 mil
Desalojados em Set. 1999	170 mil	520 a 620 mil
Pessoas que permaneceram em suas casas		100 a 200 mil

Fonte: OMS, 2000.

A população não tinha acesso à comida, água tratada, abrigo, condições sanitárias adequadas ou atendimento médico e os programas de imunização foram paralisados. Com isso, houve um aumento da mortalidade por diarreia, problemas respiratórios, complicações de parto, tuberculose, malária, trauma físico e mental. Havia ainda o risco de uma epidemia, uma vez que faltava profissionais na área de saúde para combater o problema, caso ocorresse (UN, UNTAET, mar. 2000a).

A OMS estimou em 9.435.000 dólares a necessidade de recursos para desenvolver programas de saúde no período de setembro de 1999 a fevereiro de 2000 (OMS, 2000). Até aquele mês, foram inaugurados 52 centros médicos e 52 clínicas móveis. O Programa de Reabilitação e Desenvolvimento do Setor da Saúde proveu serviços médicos em 4 hospitais, estabeleceu 64 centros de saúde comunitários, 88 postos avançados de saúde, 177 clínicas móveis que visitavam áreas remotas duas vezes por semana, construiu 22 clínicas e recuperou 6 hospitais (WORLD BANK, Country Brief, 2002).

Foi criada a Autoridade Interina de Saúde do Timor Leste, em fevereiro de 2000, composta de 16 timorenses e nove membros internacionais, em níveis central e distrital, com o objetivo de preparar políticas de saúde (UNMISSET, CSGA, 2004).

A OMS passou a ser a Coordenadora Técnica de Saúde no Timor, trabalhando com outras organizações internacionais no combate à malária, tuberculose, desenvolvimento de recursos humanos, estabelecimento de um sistema de observação de saúde e combate a epidemias, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, sistema de armazenamento e

distribuição de medicamentos, estabelecimento de laboratórios públicos e gerência integrada de doenças infantis. Foram realizadas campanhas de imunização contra diversas doenças como sarampo, tuberculose e poliomielite, além de programas de prevenção e combate à dengue, malária, etc. A OMS trabalhou com parcerias com o Unicef, PNUD, UNFPA, ACNUR, OIT, PMA, FAO, OIM e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) (WHO, 2001). Os trabalhos incluíram suprimento de emergência de kits de saúde, equipamentos para bancos de sangue e contraceptivos, programas de redução da taxa de mortalidade infantil, atendimento móvel em comunidades que viviam em áreas de difícil acesso, planejamento familiar, treinamento de recursos humanos locais na área de saúde, equipamentos para laboratórios, prevenção da AIDS e combate à violência doméstica.

Com a formação do Segundo Governo de Transição, o Ministério da Saúde passou a implementar programas de saúde que incluíram campanhas de conscientização da população para prevenção de doenças veiculadas na televisão, rádio, publicações da UNTAET, além de cursos oferecidos pelo governo (UN, 15 Apr. 2002).

Na área das telecomunicações, a UNTAET assinou contrato com uma empresa australiana para prestação de serviços de telefonia móvel. A União Postal Universal confirmou o *status* oficial da administração do Timor Leste sob autoridade da UNTAET. Teve início o funcionamento do Serviço Postal do Timor com assessoria técnica da empresa Correios e Telecomunicações de Portugal, que também doou os equipamentos necessários para o funcionamento das duas primeiras centrais de correios em Dili e Baucau. O novo serviço postal do Timor Leste começou a operar em abril de 2000 (UN, UNTAET, 1 May 2000).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em 1987, haviam 10.527 funcionários públicos no Timor Leste, sem incluir o pessoal militar. Em 1991, o número havia subido para 11.036 (GUNN, 2007). No final da ocupação, a administração pública atingiu 28 mil funcionários, sendo que as funções mais importantes sem-

pre foram exercidas pelos indonésios. Assim, os funcionários timorenses não eram tomadores de decisões. Além disso, uma das formas de resistir à ocupação era “deixar de fazer o seu trabalho, pegar o dinheiro da Indonésia e usá-lo em apoio à resistência” (FARIA, 2011, p. 113).

A Indonésia subsidiava com cerca de 100 milhões de dólares por ano o serviço público no Timor Leste como forma de cobrir a diferença negativa entre a receita e as despesas públicas da província (ADB, 2000a).

O Departamento de Administração da UNTAET estabeleceu o Departamento de Serviço Público como centro da ‘timorização’ da administração pública, que incluía o recrutamento, seleção e colocação dos funcionários nas áreas necessárias durante o período de transição. A Comissão de Serviços Públicos ficou encarregada de supervisionar o funcionamento da administração e auxiliar o Administrador Transitório nas medidas relacionadas com tal matéria. Era composta por sete membros, sendo dois peritos internacionais e cinco pessoas indicadas Conselho Consultivo Nacional. Sua prioridade foi estabelecer uma escala de pagamento permanente para o funcionalismo público (UNTAET, Regulamento 2000/03, 2000).¹⁶¹

A UNTAET criou, em novembro de 1999, o Escritório de Administração Territorial (OTA) para ser o órgão central da coordenação com os distritos. O nome foi modificado para Escritório de Assuntos Distritais (ODA) no começo de 2000. No Governo Transitório, o ODA ficou ligado ao Gabinete da Administração Interna e no Segundo Governo Transitório foi transformado em Administração para o Governo Local e o Desenvolvimento (UNMISSET, CSGA, 2004).

Estabeleceram-se administrações distritais sendo que o desdobramento dos funcionários internacionais começou em outubro de 1999 e foi concluído, aproximadamente, em agosto de 2000. A estrutura incluiu um Administrador Distrital e funcionários de Assuntos Cíveis, Assuntos Sociais, Infraestrutura e Agricultura. Dois funcionários

¹⁶¹ A Comissão foi estabelecida em 24 de março de 2000. Foi criado um Campus de Serviço Civil em Dili onde passaram a funcionar os escritórios da Comissão, Escritório de Recrutamento Central da Administração do Timor Leste e a Academia de Serviço Civil responsável pela formação contínua de recursos humanos. Foi estabelecida uma tabela de pagamento para os funcionários civis.

foram desdobrados em cada subdistrito para coordenar as atividades nesse nível. Cada distrito era, inicialmente, dependente da organização das reuniões públicas pelo Conselho Consultivo Distrital que passou a funcionar no início de 2000 para promover uma institucionalização dos processos consultivos. O Conselho auxiliava os líderes comunitários na tomada de decisão em nível local, contando também com representantes da UNTAET. Foram criados, ainda, os chamados Conselhos de Desenvolvimento de Sucos (na prática Conselhos de Suco) e os Conselhos de Desenvolvimento de Postos Administrativos (ou simplesmente Conselho de Posto) responsáveis pela alocação de fundos e planejamento das atividades de desenvolvimento das vilas e por providenciar o quadro para a execução do programa de fortalecimento da governança local (UNTAET, Regulamento 2000/13, 10 mar. 2000).

No decorrer do processo de ‘timorização’, as consultas formais foram dando lugar a reuniões *ad hoc* periodicamente organizadas com habitantes das vilas e/ou representantes da sociedade civil (UNMISSET, CSGA, 2004).

No estágio inicial da Missão, a administração pública foi composta quase totalmente por servidores internacionais da ONU. No primeiro semestre de 2000, o recrutamento de timorenses foi acelerado, principalmente para os níveis mais baixos. Em julho daquele ano, foi organizado o novo serviço civil, a Administração Transitória do Timor Leste - *East Timor Transitional Administration* (ETTA) e algumas das funções administrativas foram colocadas sob a liderança política timorense. A ETTA foi criada como embrião do governo pós-UNTAET e foi formada por sete ministros, todos indicados pelo Administrador Transitório (FARIA, 2011). No entanto, os membros internacionais continuaram dominando tanto a administração central quanto as distritais. Em março de 2001, somente alguns dos 13 administradores de distritos eram timorenses (SUHRKE, 2001).

Durante a ocupação indonésia, existia um numeroso contingente de funcionários públicos timorenses e um número significativo deles acabou sendo admitido nos quadros da Administração Transitória das Nações Unidas e, posteriormente, no funcionalismo da nova República Democrá-

tica de Timor Leste. Esse fato, no entanto, muito pouco contribuiu para a ‘timorização’ das novas estruturas de Estado (QUINTANEIRO, 2007).

As compras e o apoio logístico aos órgãos governamentais eram baseados no sistema indonésio que descentralizava as aquisições e o abastecimento de bens e serviços, sistema que entrou em colapso com a saída dos indonésios. Em meados de 2000, a UNTAET criou o Departamento Central de Serviços Administrativos quase todo operado por funcionários internacionais. Até maio de 2002, pelo menos 47 funcionários timorenses já estavam trabalhando em diversas seções. Quando a Divisão de Compras Governamentais foi estabelecida, a ONU repassou material e equipamentos a um custo de 6% do valor de cada item (UNMISSET, CSGA, 2004).

O Programa de Desenvolvimento da Capacidade de Gerência de Recursos Humanos nos Serviços Cíveis foi criado para desenvolver habilidades nos serviços relacionados com a vida pública do país. Tinha orçamento de um milhão e meio de dólares proveniente do governo da Finlândia e do PNUD. No início do programa, foi desenvolvido um projeto em parceria com o governo de Portugal, que possibilitou a aplicação de 500 mil dólares na Academia de Serviço Cível de Timor (UNDP, 2002).

O Programa de Atividades de Apoio de Cooperação Técnica entre Países Desenvolvidos para o Timor teve um orçamento de 300 mil dólares, do próprio PNUD, destinado a estabelecer a troca de conhecimento entre países desenvolvidos e o Timor Leste nas áreas de agricultura, telecomunicações e informática (UNDP, 2002).

Outros programas foram desenvolvidos como treinamento de funcionários cíveis, preparação de funcionários do futuro Ministério das Relações Exteriores e contratação de especialistas internacionais para auxiliar no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Nacional.

Até o referendo de 1999, o setor financeiro era regulado e supervisionado pelo Banco da Indonésia e entrou em colapso com a retirada dos bancos e instituições financeiras indonésias. O fechamento e a destruição dos bancos provocou a paralisação de todos os serviços bancários e deixou o Timor sem mecanismos para efetuar pagamentos, depósitos ou de acesso a dados bancários, contas, etc.

Como medida provisória para colocar os serviços bancários básicos em funcionamento, o RESG recorreu ao Banco Nacional Ultramarino (BNU) de Portugal e ao Westpac da Austrália, para operarem de maneira *ad hoc* até que o Gabinete Central de Pagamentos assumisse toda a responsabilidade de regulamentar o sistema financeiro. O BNU e o ANZ Bank providenciaram serviços similares ao setor privado. Dessa forma, os sistemas básicos de pagamento foram reintroduzidos no território (UNMISSET, CSGA, 2004). No final de 2001, o Gabinete Central foi transformado em Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor Leste como uma entidade autônoma com um conselho administrativo legalmente responsável perante o parlamento (UNTAET, Regulamento 2001/30, 2001).

A UNTAET estabeleceu inicialmente um Escritório de Assuntos Econômicos, Orçamento e Finanças. No início de 2000, ele foi dividido em Autoridade Fiscal Central (embrião do futuro Ministério de Planejamento e Finanças) e o Gabinete Central de Pagamentos (embrião do futuro Banco Central do Timor)¹⁶², que deveria formular e implementar medidas, procedimentos e políticas de pagamentos, assegurar um saldo adequado de moedas, manter um depósito para a custódia de divisas, além de licenciar, supervisionar e emitir instruções e diretrizes para operadores de divisas.¹⁶³

Na área fiscal, antes do referendo, a Lei sobre Imposto de Renda era indonésia, baseada nos mesmos princípios de taxaço dos EUA. A UNTAET passou a regular a matéria e o Regulamento 2000/18 estabeleceu o Escritório de Serviços de Receita e os processos gerais de trabalho. Entre 2000 e 2002, especialistas internacionais da Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Portugal, Tailândia e Paquistão deram assistência ao setor com financiamento da ONU, FMI, Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional - *Australian Agency for International Development* (AUSAID) e a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - *Canadian International Development Agency* (CIDA) (UNTAET, Regulamento 2000/18, 2000; UNMISSET, CSGA, 2004).

¹⁶² O orçamento do Timor era aprovado e executado separadamente do orçamento da UNTAET.

¹⁶³ Funcionava nos moldes de um banco central (UNTAET, Regulamento 2000/06, 2000).

O Regulamento 2001/14 determinou que todos os preços de bens e serviços, assim como todos os pagamentos, deveriam ser cotados em dólares americanos, definindo o dólar como moeda oficial (UNTAET, Regulamento 2001/14, 2001). O Regulamento 2001/30 criou a moeda nacional de centavos, que se tornou legal em 10 de novembro de 2003 (UNTAET, Regulamento 2001/30, 2001). Os dois bancos internacionais, ANZ e BNU, e dois escritórios cambiais foram formalmente licenciados para operar no país (UNMISSET, CSGA, 2004).¹⁶⁴

Antes da UNTAET, não havia um grupo formal estruturado responsável pela função de planejamento no Timor Leste. Em outubro de 1998, em resposta a um pedido de Xanana Gusmão, que ainda se encontrava preso, um grupo de profissionais e intelectuais timorenses se reuniu sob a direção de Ramos-Horta em Algarve, Portugal, para discutir um plano de desenvolvimento caso se conseguisse a independência. Em abril de 1999, na cidade de Melbourne, Austrália, cerca de 100 profissionais e intelectuais timorenses de todo o mundo, inclusive 40 vindos do Timor Leste, se reuniram para produzir um plano de desenvolvimento estratégico para o futuro país. A missão de avaliação conjunta do Banco Mundial e do FMI foi realizada logo após o referendo de 1999. No fim de abril de 2000, ocorreu uma conferência de planejamento do CNRT, em Tibar. Logo após, a Agência Nacional de Planejamento e Desenvolvimento (ANPD) foi criada, passando a funcionar a partir de 27 de outubro de 2000, com a missão de realizar o planejamento do desenvolvimento para o novo país quando a ONU se retirasse (UNMISSET, CSGA, 2004).

A Segunda Administração Transitória aboliu a ANPD, em setembro de 2001, e criou a Comissão de Planejamento, dissolvida imediatamente após a independência e incorporada ao novo Ministério de Planejamento e Finanças. As metas nacionais para o desenvolvimento foram incluídas num livreto chamado ‘Timor Leste 2020: nossa nação, nosso futuro’ e 180 mil cópias impressas foram distribuídas antes da independência (UNMISSET, CSGA, 2004).

¹⁶⁴ Durante a vigência da lei portuguesa, de 1902 até agosto de 1975, o Banco Nacional Ultramarino operou como o único banco no Timor Leste (UNMISSET, CSGA, 2004).

A UNTAET tinha uma Unidade de Coordenação de Doações e uma Unidade de Avaliação de Projetos e Planejamento que foram incorporadas no Ministério de Planejamento e Finanças, assim como a Diretoria Nacional de Planejamento e Coordenação de Assistência Externa criada pela Missão (UNMISSET, CSGA, 2004).

Em julho de 2001, os timorenses já estariam integrados nas áreas mais importantes de tomada de decisão, mas a administração pública continuava altamente dependente da presença de funcionários internacionais apesar dos avanços no recrutamento e treinamento de pessoal (AMRE, 26 jul. 2001). A falta de pessoal local especializado era mais aguda nas áreas de finanças públicas, judiciário e nos altos cargos de direção de vários setores. O SGNU via como improvável que o governo independente pudesse sustentar os serviços públicos com base nas estimativas de arrecadação, ainda mais que a redução da presença internacional reduziria o afluxo de dinheiro (AMRE, 22 out. 2001).

Durante o período colonial, apenas 19 funcionários trabalhavam no serviço de alfândega e imigração. A administração indonésia operou com cerca de 48 funcionários, a maior parte indonésios. Os locais faziam serviços menores e não tinham contato com o mecanismo como um todo (UNMISSET, CSGA, 2004).

Após a violência de 1999, a Força Aérea Australiana administrou o aeroporto de Dili até 28 de fevereiro de 2001, período em que a principal atividade era militar com muito pouco fluxo de aviões civis. As empresas aéreas Merpati Nusantara e Air North começaram a operar em fevereiro de 2000. A gestão do aeroporto e dos serviços de navegação aérea, a partir de 1º de março de 2001, ficou a cargo de um consórcio português por meio de um memorando de entendimento assinado entre a UNTAET/ETTA e o governo português. A concessão por um período de 15 meses incluiu o recrutamento e treinamento de timorenses que assumiriam as funções no setor no prazo de um ano (UNMISSET, CSGA, 2004).

O regulamento 2000/12 estabeleceu um sistema provisório de impostos pela primeira vez na história do Timor Leste, focando na geração de receita de atividades de negócios e taxas de produtos, cobrindo impor-

tações, exportações e bens produzidos domesticamente (UNTAET, Regulamento 2000/12, 2000).

A UNTAET estabeleceu o controle de fronteiras e as operações oficiais começaram em novembro de 1999. Em 23 de janeiro de 2000, foi realizado o primeiro controle de passaporte no aeroporto de Dili e a arrecadação de receita naquele ponto de entrada começou em 20 de março de 2000 (UNMISSET, CSGA, 2004).

O Serviço de Fronteiras foi inaugurado em 29 de janeiro de 2000, incluindo serviços de alfândega e de imigração. Inicialmente, foram instalados serviços no aeroporto e no porto de Dili, dois na fronteira com o Timor Ocidental e um no enclave de Oecussi (UNTAET, Regulamento 2000/09, 2000). As atividades se iniciaram com 15 funcionários internacionais, 12 locais contratados da ONU, e 147 funcionários timorenses operando no aeroporto, no porto de Dili, Batugade, Salete e Oecussi (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 146). Ainda durante a UNTAET e depois, com a UNMISSET, os prédios públicos para esse serviço e o equipamento necessário foram sendo fornecidos pelas duas missões de paz e seus parceiros internacionais, resultando na melhoria da arrecadação de receitas.

O Serviço de Fronteiras era administrado por um Controlador, nomeado pelo Administrador Transitório, responsável por estabelecer escritórios e outras estruturas administrativas necessárias para implementar o serviço, além de recomendar a promulgação de regulamentos e diretrizes da UNTAET com vista a: 1) estabelecer formas e procedimentos para controle de fronteiras; 2) designar pontos de entrada e postos de controle de fronteiras; 3) regulamentar a entrada e a saída de bens; 4) dispor sobre a busca e apreensão de bens, em conformidade com a legislação existente; 5) dispor sobre a coleta de impostos e tarifas, em conformidade com os regulamentos ou diretrizes da UNTAET, estabelecendo tabelas de tarifas alfandegárias; 6) regulamentar a entrada e saída de pessoas; 7) dispor sobre a prisão, detenção e deportação de pessoas, em conformidade com a legislação existente; e 8) tipificar penas e delitos para violações de regulamentos e diretrizes da UNTAET, além de dispor sobre outras matérias relevantes ao funcionamento do serviço (UNTAET, Regulamento 2000/09, 2000).

JUSTIÇA

Durante a violência de setembro de 1999 o sistema judiciário foi duramente abalado. Além das instalações e toda a documentação referente a processos terem sido destruídas, a fuga de funcionários indonésios paralisou totalmente o setor uma vez que, durante a ocupação indonésia, era vetado a cidadãos timorenses o exercício de qualquer função judiciária. A UNTAET iniciou os trabalhos definindo as normas e determinando que as leis anteriores ao estabelecimento da Missão permaneciam válidas, com exceção dos pontos que conflitassem com os princípios internacionais dos direitos humanos ou com qualquer regulamento ou diretrizes expedidas pela Administração Transitória (UNTAET, Regulamento 1999/01, 1999).

O novo sistema judiciário do Timor Leste foi constituído com: o Poder Judiciário, composto por tribunais, sendo os casos julgados por um juiz ou por um colegiado de juízes; uma força de manutenção da ordem, constituída pela polícia; e o sistema prisional, com prisões, casas de detenção e outras instalações.

O Regulamento 11, de 7 de março de 2000, iniciou a organização do sistema judiciário timorense com o estabelecimento dos Tribunais Distritais, localizados em Dili (com competência para os distritos de Dili e Aileu), Bacau, Lospalos, Viqueque, Same, Maliana, Ermera e Oecussi (UNTAET, Regulamento 2000/11, 2000). A Corte Distrital de Dili tinha jurisdição exclusiva a respeito de crimes graves como genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, assassinato, ofensas sexuais e tortura, cometidos no período entre 1 de janeiro e 25 de outubro de 1999. Foi construído um painel especial com dois juízes internacionais e um juiz timorense para deliberar exclusivamente sobre esses crimes (UNMISSET, CSGA, 2004).

Em Dili, foi instalado, também, o Tribunal de Recursos do Timor Leste com jurisdição para julgar as apelações das decisões dos tribunais distritais. Durante o período transitório, as línguas de trabalho foram o tétum, português, bahasa indonésio e o inglês (UN, UNTAET, mar. 2000a).

A UNTAET criou uma Comissão Transitória para o Serviço Judiciário, em janeiro de 2000, responsável pela recomendação dos juízes e agentes

do ministério público que seriam nomeados pelo RESG, formada por dois advogados internacionais e três timorenses e presidida pelo bispo D. Basílio do Nascimento. Inicialmente, foram selecionados vinte e quatro juízes, treze procuradores e nove defensores públicos que começaram a formação do novo sistema judiciário.¹⁶⁵ Em 7 de janeiro de 2000, o primeiro grupo deles foi nomeado para o Tribunal de Díli (UNMISSET, CSGA, 2004).

O Departamento de Assuntos Jurídicos da UNTAET, por meio do Programa de Apoio ao Sistema Judiciário, auxiliou na preparação dos juízes, promotores, agentes do ministério público e defensores públicos nomeados com exercícios de simulação, procedimentos em tribunais e técnicas forenses, além da reconstrução de fóruns e outras edificações necessárias. O Programa teve um orçamento inicial de um milhão de dólares, financiado pelos governos da Bélgica, Dinamarca, Noruega e Reino Unido.¹⁶⁶

Em 6 de junho de 2000, foram promulgados regulamentos sobre a organização do Ministério Público, o estabelecimento de painéis com jurisdição exclusiva sobre crimes graves, termos para acusações especiais e painéis especiais para acusação (UNTAET, Regulamento 2000/15, 2000; UNTAET, Regulamento 2000/16, 2000).

Ao final do mandato da UNTAET o sistema contava com quatro tribunais distritais (1ª instância) e o Tribunal de Recursos em Díli. Em todo o território, havia 22 juízes timorenses treinados, nove procuradores em treinamento, nove defensores públicos e 35 funcionários nos tribunais.

Mas, alguns problemas foram apontados em avaliações e estudos posteriores. A UNTAET nomeou tanto juízes timorenses quanto internacionais, os estrangeiros foram precariamente escolhidos pelas Nações Unidas e alguns juízes timorenses, por vezes, se recusavam a se entender ou cooperar com os mentores internacionais (IFP, Jun. 2009). A justiça atuava com capacidade e recursos limitados, os processos eram lentos, o número de juízes, defensores públicos e procuradores experientes e treinados era pequeno e o pessoal da justiça tinha dificuldade de trabalhar com diversas

¹⁶⁵ Em janeiro de 2000 foram nomeados os primeiros doze juízes e promotores timorenses. Posteriormente, mais sete juízes e três promotores foram nomeados para Baucau e um para o enclave de Oecussi.

¹⁶⁶ O programa teve a participação de uma especialista brasileira como Coordenadora dos Mentores do Projeto.

línguas. Além disso, os membros se ressentiam de falta de treinamento e de apoio e eram vulneráveis a pressões políticas, inclusive ameaças e intimidações (AMRE, 27 jul. 2001). Havia poucos timorenses formados em Direito, a maioria deles graduados em faculdades indonésias. Os tribunais compostos apenas por cidadãos timorenses eram suscetíveis a erros de julgamento principalmente devido à pouca experiência (UNMISSET, CSGA, 2004). Para diminuir a falta de experiência dos timorenses, foram contratados especialistas internacionais por meio do PNUD para orientar, ensinar e apresentar sugestões, mas sem interferir em suas decisões.

Em abril de 2000, foi assinado entre a UNTAET e o governo indonésio o Memorando de Entendimentos sobre Assuntos Judiciais e de Direitos Humanos que tratou da disponibilidade de pessoas detidas para auxiliar em investigações, condução de prisões, facilidades para a transferência de pessoas de uma jurisdição para outra, permissão para especialistas forenses conduzirem exumações e autorização para que representantes legais pudessem prover informações e participar de procedimentos jurídicos (UNTAET, Apr. 2000).

A Legislação Penal continuou mantendo o Código de Processo Penal indonésio como base para detenção e julgamento de pessoas. O trabalho do judiciário foi iniciado com o foco principal nos crimes cometidos durante a violência de 1999. Eurico Guterres, notório líder da milícia *Aitarak*, foi preso em outubro de 2000.¹⁶⁷ Em consequência, em 11 de dezembro, ocorreu o primeiro indiciamento pelos crimes cometidos no Timor Leste. Onze ex-membros da milícia Tim Alfa (também conhecida como *Jati Merah Puti*) foram indiciados por crimes contra a humanidade cometidos em Lospalos entre 21 de abril e 25 de setembro de 1999, incluindo a emboscada e morte de um grupo de clérigos, funcionários da igreja, um jornalista e um jovem, na vila de Verokoko, em 25 de setembro. Entre os indiciados, figurava o primeiro oficial do exército indonésio, tenente Sayful Anwar, subcomandante do grupo da Kopassus estacionado em Lospalos (UN, 11 Dec. 2000). No final do processo, as penas aplicadas variaram de 4 anos (no caso de um único crime) a 33 anos e 4 meses (por múltiplos crimes).

¹⁶⁷ Em novembro de 2002, foi condenado a 10 anos de prisão.

Em janeiro de 2001, havia cerca de sessenta pessoas detidas em Dili aguardando solução de processos por crimes cometidos durante o período da consulta popular.

A UNTAET criou os chamados Painéis Especiais para os Crimes Graves, que tratavam exclusivamente de crimes de genocídio, homicídio, sexuais, tortura, de guerra e contra a humanidade ocorridos no período da ocupação indonésia (UNTAET, Regulamento 2000/11, 2000; UNTAET, Regulamento 2000/15, 2000). Cada painel era formado por dois juízes internacionais e um timorense.¹⁶⁸ Em dezembro de 2001, os painéis trabalhavam com, aproximadamente, 700 casos relacionados a crimes cometidos, principalmente, durante a violência de 1999.

Além do chamado ‘caso Lospalos’, os principais casos de violação dos direitos humanos tratados pela justiça diziam respeito aos massacres: das igrejas de Liquiçá (abril de 1999) e Suai (setembro de 1999); de Passabe, próximo da fronteira com o Timor Ocidental, também em setembro de 1999; e aos ataques às residências de Manuel Carrascalão e do bispo Belo.¹⁶⁹ A Força Militar e os observadores militares foram utilizados na investigação de locais utilizados para a ocultação de cadáveres de vítimas de supostos crimes. Até fevereiro de 2000, já haviam sido identificados 75 locais de desova e encontrados 300 corpos (UN, 4 Feb. 2000).

A Unidade de Crimes Graves do Gabinete do Procurador Geral tinha a função de examinar casos de assassinatos em massa e deportação forçada, além de delitos individuais de assassinato, estupro, tortura e outros crimes contra a humanidade cometidos no Timor Leste (UNTAET, Regulamento 2000/16, 2000). Até outubro de 2001, o Procurador Geral do Timor Leste havia denunciado 62 indivíduos por participação em crimes contra a humanidade, entre 1 de janeiro e 25 de outubro de 1999, mas havia falta de investigadores especializados, promotores e juízes. Com os recursos necessários, a Unidade poderia completar a investigação e o

¹⁶⁸ Um dos painéis foi liderado pelo juiz brasileiro Marcelo da Costa.

¹⁶⁹ Em 6 de abril, membros da milícia *Besi Merah Putih* assassinaram entre 35 e 63 timorenses num ataque à igreja de Liquiçá. Em Passabe, aproximadamente, 70 homens de duas vilas foram levados amarrados através de um rio por membros da milícia Sakunar até o território do Timor Ocidental, onde foram mortos a golpes de facão e, no dia seguinte, queimados. Em fevereiro de 2002, já haviam sido localizadas 25 covas na suposta área dos assassinatos.

indiciamento de 10 casos prioritários de crimes contra a humanidade até meados de 2002 (AMRE, 22 out. 2001).

Em 6 de setembro de 2000, uma ação de milicianos provocou revolta na comunidade internacional. O posto do ACNUR em Atambua, no Timor Ocidental, foi atacado o que causou a morte de três funcionários e dois civis locais e ferimentos em outras três pessoas. A ONU retirou todo o pessoal empregado na área, interrompendo o processo de repatriamento, que só foi retomado em 16 de novembro (UN, 7 Sep. 2000).

Em 4 de maio de 2001, a justiça indonésia condenou seis pessoas envolvidas no ataque a penas que variavam de 10 a 20 meses de prisão, decisão considerada absolutamente inaceitável pelo SGNU Kofi Annan e pela comunidade internacional (UN, 4 May 2001). No CSNU, a delegação irlandesa declarou que a pena branda “incentiva novos massacres e não condiz com as promessas de punição exemplar feitas pelo governo indonésio”. O Presidente do CSNU, dos EUA, recordou ter manifestado ao Representante Permanente da Indonésia a rejeição do CSNU às “sentenças altamente inapropriadas”. Vários não membros do CSNU manifestaram a expectativa de que as penas impostas aos assassinos dos trabalhadores humanitários fossem revistas em instância superior. O Canadá apontou que o veredito seria “uma afronta aos mortos e à comunidade internacional”, a União Europeia se disse “desapontada” e a Austrália julgou que as penas “não servirão para dissuadir outras agressões, nem para encorajar o ACNUR a retornar ao terreno”. O representante indonésio indicou que o julgamento em primeira instância não esgotava o processo penal e, por isso, a comunidade internacional não deveria fazer avaliação precipitada do resultado final (AMRE, 22 mai. 2001).

A pressão internacional sobre a Indonésia aumentou para que os responsáveis pela violência de 1999 fossem processados e condenados. Em 6 de novembro de 2000, o parlamento indonésio aprovou a lei de direitos humanos, possibilitando a instalação de um tribunal *ad hoc* para julgamento de crimes cometidos. Ao mesmo tempo, a Comissão dos Direitos Humanos da ONU aprovou o envio de especialistas, que constituíram uma Comissão Internacional de Inquérito, encarregada de investigar as violações cometidas no Timor Leste. O Conselho Econômico e Social da ONU

aprovou resolução que apoiava a decisão da Comissão.¹⁷⁰ Essa Comissão acabou por recomendar à Comissão dos Direitos Humanos a criação de um tribunal internacional, o que não foi aceito pelo CSNU.

A Indonésia continuou protelando a criação do tribunal *ad hoc*. Como forma de pressionar o governo indonésio a adotar medidas relativas aos direitos humanos, controle das milícias e das forças armadas, em meados de dezembro de 2001, o congresso dos EUA, ao aprovar o *Foreign Operations Appropriations Act* para o ano fiscal de 2002, manteve o veto imposto à Indonésia na participação nos programas de auxílio militar *International Military Education and Training* (IMET) e *Foreign Military Financing* (FMF). Algumas condições a serem cumpridas pelo governo daquele país foram estabelecidas para o retorno do auxílio militar, conhecidas como '*Leavy Conditions*', incluindo: a adoção de medidas para o julgamento de membros das forças armadas e milícias envolvidos em crimes contra os direitos humanos no Timor Leste; cooperação nas investigações e nos processos relacionados com tais crimes; permissão para o retorno de refugiados e prevenção de incursões de milícias na fronteira; controle civil das forças armadas, através de auditorias sobre receitas e despesas, uma vez que estimava-se que 70% das despesas fossem oriundas de recursos próprios conseguidos através de ações legais e ilegais; permissão para o livre acesso de organizações de direitos humanos no Timor Ocidental, Aceh, Papua e Maluka; e libertação de presos políticos (USA, 2002).

Com a eleição de Megawati Sukarnoputri¹⁷¹, em 2001, e a intensificação da pressão internacional, o tribunal acabou sendo instalado em janeiro de 2002. No entanto, apesar de ser baseado nas leis internacionais de direitos humanos e crimes contra a humanidade, tortura e genocídio, o decreto que criou o Tribunal *Ad Hoc* de Direitos Humanos limitou seu alcance temporal apenas para o período de abril a setembro de 1999 e seu alcance espacial a três dos treze distritos timorenses (AMRE, 23 ago. 2001). Ou seja, nenhum cidadão seria julgado por crimes cometidos fora desse período ou do referido território. Logo após, o decreto foi emenda-

¹⁷⁰ Resolução aprovada por 27 votos a favor, 10 contra e 11 abstenções (UN, UNTAET, 15 Nov. 2000).

¹⁷¹ Filha do ex-presidente Sukarno. O Partido Democrático Indonésio, do qual faz parte a Presidente, teve 34% dos votos contra 20% do partido Golkar, que se manteve no poder durante todo o período ditatorial de Suharto.

do, ampliando a jurisdição para três novos distritos - Liquiçá, Dili, e Cova Lima – mas manteve o período de abril a setembro de 1999 (AMRE, 22 out. 2001).

Na visita realizada no início de agosto de 2002 à Indonésia, o Secretário de Estado norte-americano Colin Powell anunciou a liberação de 50 milhões de dólares para aquele país treinar forças de segurança antiterrorismo, mas deixou claro que o congresso norte-americano não suspenderia o embargo militar até que os militares indonésios se comprometessem a promover reformas internas, e dessem garantias de que se manteriam afastados da vida política. Esclareceu, também, que a suspensão do embargo estaria condicionada a punição dos responsáveis pelos abusos cometidos no passado, numa clara referência à violência praticada no Timor Leste (AMRE, 08 ago. 2002).

Os 18 juízes do Tribunal reviram as sentenças dos seis acusados do massacre da Atambua que passaram a ser de 5 a 7 anos de prisão (AMRE, 31 jan. 2002). Dessa forma, a primeira condenação de um militar indonésio aconteceu apenas em dezembro de 2002. Um Tenente Coronel do exército, ex-comandante de tropa em Dili, recebeu a pena de cinco anos de prisão. Até então, dos dezoito militares indiciados, dez já haviam sido absolvidos. Além disso, não havia processo algum contra militares do Alto Comando do Exército Indonésio.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A violência de setembro resultou numa taxa de desemprego em torno de 80% da população economicamente ativa. Para minorar o problema, num primeiro momento, foram criados pelas agências humanitárias cerca de três mil postos de trabalho e os serviços públicos esperavam recrutar em torno de 7 mil funcionários (THE FAR..., 2003).

A UNTAET também colaborava para a geração de emprego. Em fevereiro de 2000, empregava 676 funcionários locais com planos de elevar o efetivo para 1.900, que seriam empregados nos projetos de reabilitação das comunidades destruídas.

Juntos, a UNTAET, agências da ONU, ONGs e agências estrangeiras como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - *United States Agency for International Development* (USAID) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão - *Japan International Cooperation Agency* (JICA), AUSAID, dentre outras, geraram cerca de 11 mil empregos no primeiro semestre de 2000 (VALDIVIESO et al., 2000).

Em 22 de fevereiro de 2000, durante visita de seu presidente ao Timor, o Banco Mundial lançou o Programa de Fortalecimento Comunitário com previsão de alocação de recursos de 21,5 milhões de dólares em dois anos e meio. A utilização dos recursos seria decidido pelas comunidades de acordo com suas necessidades e objetivos (WORLD BANK, 22 Feb. 2000). Para isso, foi estabelecido um conselho de desenvolvimento em cada aldeia (MATSUNO, 2014). O Programa incluiu a preservação da herança cultural e fundos de desenvolvimento da sociedade civil para apoio à organização rural não governamental como forma de reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente, melhorar a saúde e a informação das comunidades (UN, UNTAET, mar. 2000a). Durante a sua execução, foram financiados mais de mil projetos comunitários. Cada aldeia recebia em média cinco mil dólares para desenvolver os projetos (MATSUNO, 2014).

Em 1997, havia 4.494 empresas no Timor Leste classificadas em 46 diferentes tipos, empregando um total de 13.355 trabalhadores. Fonte diferente apresentou que havia 4.811 empresas, empregando cerca de 13.950 trabalhadores (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 162). De qualquer forma, passou-se a incentivar a entrada de empresas estrangeiras. Nos três primeiros meses da Administração Transitória, cerca de 500 empresas haviam requerido registro para operar no Timor Leste.

A UNTAET estabeleceu uma Unidade de Comércio e Negócios para lidar com as estruturas para registro de negócios (UNTAET, Regulamento 2000/04, 2000). A assistência externa para a reconstrução do setor industrial e de negócios foi enviada pelo Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, dentre outros. Na segunda metade de 2001, uma pesquisa em 337 pequenas e médias empresas, sendo 181 delas localizadas fora de Dili, apontou que o setor comportava estabelecimentos

de móveis, marcenaria e serra de moagem (23%), relacionados com veículos e reparação de pneus (17%), tecelagem tradicional, artesanato e pintura (12%), alfaiatarias e confecção de roupas (12%) e padarias e lojas tradicionais de pães (9%). Em julho de 2001, estimou-se 1.300 pequenas e médias indústrias operando no Timor Leste, empregando aproximadamente 8.700 trabalhadores (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 166).

Na área de desenvolvimento comunitário e reabilitação, foram estabelecidos programas de melhoramento da produção agrícola (orçamento de 500 mil dólares); de gerenciamento de desastres (300 mil dólares)¹⁷²; de incentivo ao turismo na região de Maliana (240 mil dólares); desenvolvimento de recursos naturais (120 mil dólares); reabilitação dos sistemas de tratamento e distribuição de água em Dili (11 milhões de dólares), energético de Comoro (4 milhões e 200 mil de dólares) e de irrigação de Lacio (6 milhões de dólares); e reativação da Faculdade de Engenharia da Universidade Nacional do Timor (4 milhões e 670 mil dólares) (UNDP, 2003).

Durante a violência de 1999, fazendas foram destruídas, estoques de alimentos, máquinas e ferramentas foram saqueadas. A produção econômica de 1999 foi de apenas 49% em relação ao ano anterior. O primeiro projeto de reabilitação da agricultura do Banco Mundial auxiliou as comunidades na aquisição de novos animais e no reparo de pequenos sistemas de irrigação e estradas. Foram vacinadas 100 mil cabeças de gado e búfalos, cerca de 250 mil porcos e estabelecidos três centros de serviços agrícolas para apoio à produção e comércio de arroz e café (BOOSTING..., 2002). Entre outubro de 1999 e fevereiro de 2000, foram distribuídas 500 toneladas de sementes. Em 2001, a produção de café já havia atingido a cifra de 10 mil toneladas, rendendo cerca de 20 milhões de dólares ao Timor Leste (WOLFENSOHN, 2001).

Foram implementados, inicialmente, 936 projetos de infraestrutura, bem-estar social, atividades de conservação da cultura e expansão de

¹⁷² Um grupo de especialistas passou a desenvolver planos para minimizar desastres naturais e lidar com assistência de emergência, visando principalmente a estação chuvosa quando são comuns as inundações. As inundações provocadas pelas chuvas de maio de 2000 causaram mais de uma centena de mortes, cerca de 6 mil desabrigados e afetaram cerca de 60 mil pessoas. Em abril de 2001, foi concluído o Plano Nacional de Gerenciamento de Desastres (TIMOR LESTE, NDMD, 2008).

rádios comunitárias.¹⁷³ O Projeto Pequenas Empresas investiu cerca de 8 milhões de dólares em financiamento de pequenas empresas e treinamento de trabalhadores (ADB, 2000b).

No campo econômico, a exploração de gás e petróleo no Mar do Timor era vista como fundamental para o futuro país. Os valores gerados pela atividade teriam reflexos importantes no desenvolvimento. Assim, a UNTAET passou a trabalhar, juntamente com autoridades timorenses na negociação de um acordo com a Austrália.

A questão do chamado *Timor Gap* surgiu a partir de 1972, quando a Austrália tentou definir os limites marítimos do país com a Indonésia e a colônia portuguesa do Timor Leste, utilizando a teoria da plataforma continental, segundo a qual a linha divisória ficaria localizada de tal maneira que 85% do espaço marítimo lhe pertenceriam. Portugal não aceitou, exigindo que a linha se localizasse exatamente a meio caminho dos territórios. Essa porção de mar entre a linha pretendida pela Austrália e a advogada por Portugal é que ficou conhecida como *Timor Gap*. Em 1989, Austrália e Indonésia assinaram um acordo em que o *Gap* foi dividido em três zonas: Zona A (chamada Zona de Cooperação), sob controle dos dois países, com os *royalties* da exploração de petróleo e gás divididos em partes iguais; Zona B controlada pela Austrália, que ficaria com 90% dos royalties; e Zona C, sob controle indonésio, que ficaria com 90% deles (AUBURN; ONG; FORBES, 1994).

Com a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1994, Austrália e Indonésia decidiram, em 1997, estabelecer a linha marítima limítrofe, respeitando as 200 milhas da referida Convenção.¹⁷⁴ No entanto, a exploração do fundo do mar permaneceria como acordado pelo Acordo do Timor Gap. Portugal jamais aceitou o referido acordo e tentou uma ação de ilegalidade do mesmo na Corte Internacional de Justiça (CIJ), sem sucesso (ICJ, 1995a,b).

¹⁷³ Em abril de 2000, mais 30 milhões de dólares foram liberados pelo Banco de Desenvolvimento Asiático para projeto de reparação de rodovias, expansão portuária e restauração da geração de energia elétrica.

¹⁷⁴ Apesar da Convenção ter sido aprovada em 1982, só entrou em vigor em 1994, após a ratificação por 60 países.

Com a administração transitória o tema voltou à agenda de negociações. Em janeiro de 2000, o governo australiano organizou um *workshop* em Dili, apresentando assuntos relacionados com a história, geografia e meio ambiente, envolvendo o Acordo do Timor Gap que havia sido assinado com a Indonésia. O tratado não era reconhecido pela ONU, que não aceitava a legitimidade do controle do Timor Leste pela Indonésia.

No dia 11 de fevereiro daquele ano, foi assinado um Memorando de Entendimentos sobre o Tratado do Timor Gap entre a UNTAET e o governo da Austrália. No dia 23, foi assinado um acordo de 1 bilhão e 400 milhões de dólares para exploração de gás no mar do Timor (*Byun Undan Gas Recycling Development Plan*), pelo qual um consórcio de seis companhias do Reino Unido, Japão e Austrália, lideradas pela *Philips Petroleum* dos EUA, deveriam explorar gás líquido na região a partir de 2004 (HEENAN; LAMONTAGNE, 2001). Os primeiros *royalties* pagos pela exploração de petróleo no Mar do Timor, no valor de três milhões de dólares, foram recebidos pela UNTAET em 24 de outubro de 2000 (TRIGGS, 2000).

Em 5 de julho de 2001, o Administrador Transitório assinou o Acordo sobre o Mar do Timor, que substituiu o controverso Acordo do Timor Gap, para reger as operações de exploração do petróleo entre o Timor Leste e a Austrália (UN, S/2001/719, 2001). A área coberta pelo Acordo era de 75 mil km², sendo que 10% dos *royalties* da produção de petróleo e gás ficariam com a Austrália e 90% com o Timor Leste, o que lhe geraria uma receita em torno de 7 bilhões de dólares durante vinte anos de exploração (SIGNING..., 2001; AMRE, 26 jul. 2001).

SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

Com relação à assistência emergencial, até março de 2000 mais de 3.500 kits de abrigos e 16 mil toneladas de alimentos haviam sido distribuídos (UN, UNTAET, mar. 2000a).¹⁷⁵ Entre março de 2000 e junho de

¹⁷⁵ A alimentação para grupos vulneráveis como idosos, mulheres grávidas, deficientes, órfãos, crianças abandonadas, pacientes de hospitais era composta por uma ração diária de 400 gr de cereal (normalmente milho), 60 gr de feijão e porções de óleo e sal.

2001, foram implementados 246 projetos de curto impacto para atender a um considerável número de comunidades.¹⁷⁶

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) assumiu a coordenação dos trabalhos relativos à alimentação e desencadeou um auxílio de 21 milhões de dólares para a reconstrução do Timor Leste. Ativou um programa de emergência para assistência às vítimas da violência que atendeu, inicialmente, mais de 600 mil pessoas. O programa de distribuição de comida evoluiu a partir de janeiro de 2000 para uma forma chamada de ‘comida por trabalho’ (*food-for-work*), visando incentivar o trabalho em programas comunitários (reconstrução de edifícios públicos e habitações, limpeza, recuperação da agricultura e outras ações de produção alimentar), com objetivo de aumentar a capacidade produtiva e a economia local. O programa alimentar foi direcionado também para as escolas com a finalidade de evitar a desnutrição e o atraso no desenvolvimento das crianças. O PMA trabalhava em parceria com as ONGs *Care*, *World Vision International* e *Catholic Relief Services (Caritas)*, dentre outras.¹⁷⁷

O ACNUR iniciou as operações para o retorno de desalojados e refugiados em 8 de outubro de 1999, organizando os primeiros voos de Kupang para o Timor Leste.¹⁷⁸ Para coordenar os trabalhos, o Comissariado estabeleceu um escritório central em Dili e cinco escritórios de campo em Maliana, Batugade, Suai, Oecussi e Baucau. Inicialmente, o trabalho foi dificultado porque membros de milícias continuavam atormentando seus funcionários, atirando contra suas instalações e comboios de refugiados e intimidando as pessoas que desejavam retornar ao Timor Leste (UNHCR, 2003).

Os principais problemas para o retorno de refugiados eram: o assédio contínuo e a intimidação exercida por parte das milícias; a desinformação nos acampamentos sobre a situação no Timor Leste; e os receios sobre a destruição da infraestrutura que pudesse impedir a moradia nos seus locais de origem, bem como de represálias por terem apoiado ou serem

¹⁷⁶ Em meados de março de 2000, 18 projetos estavam em andamento envolvendo reparos nas estradas, drenagem, reabilitação de mercados e outras infraestruturas essenciais (UN, UNTAET, mar. 2000a).

¹⁷⁷ O PMA iniciou a distribuição de comida em Dili em 24 de setembro de 1999, 6 dias após a INTERFET ter entrado no Timor Leste (WFP, 3 Sep. 2001).

¹⁷⁸ A ONU trata como refugiados (*refugees*) os deslocados pela guerra que deixam o país e como desalojados (*displaced persons*) os que deixam seu local de moradia mas permanecem no próprio país.

simpatizantes da integração. Já os antigos funcionários do governo indonésio temiam por sua segurança caso retornassem aos locais de origem. Além disso, muitos permaneciam nos campos apenas para receber comida, abrigo e cuidados médicos, pois tinham receio de que não conseguiriam o mesmo retornando para suas casas originais.

O foco do ACNUR foi a facilitação do repatriamento voluntário de refugiados timorenses sob a proteção de medidas reconciliatórias e de reintegração. As ferramentas utilizadas foram campanhas de informações de massa com o uso de veículos de comunicação, mídias sociais, eventos culturais, organização de visitas dos refugiados ao território timorense e encontros com familiares. O processo compreendia as atividades de preparação das comunidades para o acolhimento de refugiados de maneira digna e segura, com reabilitação da infraestrutura, além de tratar das necessidades de grupos vulneráveis, tais como crianças, mulheres e pessoas traumatizadas pela violência ocorrida anteriormente (UN, 9 Apr. 2002).

Paralelamente às atividades de reassentamento, o ACNUR teve que lidar com a questão das condições de vida nos campos de refugiados. Entre o início de setembro e o início de dezembro de 1999, 174 pessoas haviam morrido nos campos devido às más condições (UN, 7 Dec. 1999). Equipes médicas foram enviadas para verificar a situação e implementar ações para melhorar as condições e diminuir as mortes.

A segurança dos campos de refugiados era mantida pelo exército indonésio. A polícia quase nunca se fazia presente. Ou seja, em desacordo com as normas internacionais, os campos eram altamente militarizados com a presença constante de soldados, o que não impedia que milícias continuassem a ter acesso a armamentos, circulassem com eles e ameaçassem os refugiados timorenses. Por conta da precária situação de segurança, funcionários da ONU se mantinham afastados dos campos (AMRE, 22 mai. 2001).

A intimidação para dificultar o retorno dos timorenses era direcionada, também, aos militares. O Batalhão 745, composto em sua maioria por soldados timorenses e que ficou conhecido pelos assassinatos, saques e raptos, foi desativado. Mas o batalhão 744 permaneceu estacionado no

Timor Ocidental e manteve soldados timorenses em suas fileiras, inclusive pagando seus salários. Caso esses militares expressassem intenção de retornar ao Timor Leste, havia ameaça de cortes dos pagamentos e do direito a pensões (ORENSTEIN, 2000).

Os observadores militares reportavam que cerca de mil membros permaneciam ativos nas milícias no Timor Ocidental e que alguns deles continuavam recebendo treinamento militar, particularmente em Atambua (UN, UNTAET, mar. 2000a). Em meados de 2000, cerca de 1.730 milicianos, assim como antigos militares ainda estavam vivendo nos campos de refugiados no Timor Ocidental (JAKARTA, 7 Jun. 2000). Muitos jovens foram forçados a se juntar às milícias por meio de ameaças contra suas vidas ou de seus familiares.

No CSNU, a delegação indonésia considerou inaceitável a afirmação do informe do SGNU sobre a inação de seu governo em desmantelar as milícias, afirmando que isso já havia sido feito e não concordou com as alegações de que tais grupos operavam livremente (AMRE, 31 jul. 2001). No entanto, logo depois o exército indonésio realizou operação de apreensão de armas no Timor Ocidental nos dias 17 e 18 de agosto de 2001 (AMRE, 23 ago. 2001).

Além das milícias, a imprensa do Timor Ocidental participava de uma campanha de desinformação em massa sobre a situação no lado oriental, dificultando a decisão de muitos refugiados de retornar às suas casas. Uma das ferramentas criadas pela UNTAET, juntamente com o CNRT, as Falintil e a igreja, foi o programa 'Visitas - Venha e Veja' para capacitar líderes pró-autonomia a retornar com informações corretas sobre o Timor Leste para os refugiados que viviam na Indonésia. Passaram a ser organizadas reuniões de famílias para aproximar timorenses que viviam em lados diferentes da fronteira. Elas aconteciam em Batugade e Oecussi e eram consideradas como ferramenta de grande importância para encorajar o retorno dos refugiados (UN, UNTAET, mar. 2000a).

Para diminuir o problema do alto nível de destruição das cidades que dificultava o retorno de refugiados e desalojados¹⁷⁹, um programa de

¹⁷⁹ Só no enclave de Oecussi estimou-se que mais de 80% das habitações haviam sido saqueadas.

habitação passou a atender aproximadamente 175 mil pessoas com a distribuição de 35 mil kits com madeira, chapas de zinco, cimento, pregos e instrumentos para construção de casas. Diversas ONGs também contribuíram com o programa.¹⁸⁰

Num processo de registro levado a cabo pelo governo indonésio no Timor Ocidental, entre os 113.791 refugiados que participaram, 98% teriam optado por permanecer na Indonésia. O SGNU entendeu que o resultado pode ter refletido de forma fidedigna a escolha feita no dia do registro, mas talvez não representasse as aspirações em longo prazo dos refugiados. As campanhas de desinformação e intimidação nos campos de refugiados geravam incerteza em relação ao processo político no Timor Leste (AMRE, 26 jul. 2001).

Até o início de fevereiro de 2000, a operação humanitária do ACNUR e da Organização Internacional para a Migração (OIM) tinha facilitado o regresso de mais de 137 mil refugiados do Timor Ocidental e ajudado cerca de 400 desalojados a regressar a suas casas. Em meados de março de 2000, o número total de retornos espontâneos ou organizados para o Timor Leste (do Timor Ocidental e outras partes da Indonésia assim como Macau e Austrália) atingiu mais de 152 mil pessoas (UN, UNTAET, mar. 2000a). O ACNUR estimava que, em abril daquele ano, entre 100 e 150 mil refugiados ainda se encontravam nos duzentos campos estabelecidos pelo governo indonésio.¹⁸¹ Em 9 de junho de 2000, o total de refugiados que haviam retornado chegou a 161.664, em abril de 2001, a cerca de 180 mil, e em outubro de 2001, a 185.519 (IOM, 09 Jun. 2000; AMRE, 22 out. 2001). Mas, os que permaneciam no lado ocidental continuavam sofrendo intimidações e sem acesso à informação sobre a situação real na parte leste. As agências da ONU ainda não tinham condições satisfatórias de segurança para retornar ao terreno. A situação de segurança também preocupava o DPKO pelos múltiplos incidentes registrados nos

¹⁸⁰ A ONG Care construiu 1.000 casas em Covalima. O Comitê da Cruz Vermelha Internacional construiu e reconstruiu 1.100 casas em Bobonaro, Ermera, Aileu, Liquiçá e Dili.

¹⁸¹ No início de junho de 2001, o governo indonésio registrou mais de 80 mil refugiados morando em campos no Timor Ocidental, dos quais 1.400 teriam optado por retornar a suas casas no Timor Leste, o que foi contestado pela ONU (TIMOR..., 9 jun. 2001).

meses anteriores e a persistência de atividades de contrabando na fronteira (AMRE, 05 abr. 2001).

Com o passar do tempo e percebendo que não haveria retorno na decisão de independência do Timor Leste, o governo indonésio passou a trabalhar para diminuir o fardo de ter uma quantidade muito grande de refugiados vivendo no país. Além de incentivar seu retorno, anunciou que a partir de 1º de janeiro de 2002 não forneceria mais assistência aos refugiados (AMRE, 22 out. 2001). Em decorrência disso, as contribuições se tornaram ainda mais urgentes e, em novembro de 2001, foi lançado um apelo conjunto ONU/Indonésia para os refugiados (AMRE, 31 jan. 2002).

Em abril de 2002, o ACNUR, a OIM e a UNTAET já haviam auxiliado mais de 200 mil timorenses a retornar voluntariamente e estimava-se que cerca de 50 mil continuavam vivendo no lado ocidental (UN, 9 Apr. 2002). Em 8 de outubro de 2002, 222.840 refugiados haviam retornado ao Timor Leste, sendo que o maior afluxo ocorreu nos meses anteriores à data da independência do país (AMRE, 31 jan. 2002).

A atuação da OIM abrangia a área do desenvolvimento comunitário, através de projetos para a reabilitação da infraestrutura socioeconômica, com o fornecimento de assistência técnica, apoio logístico, materiais e equipamentos. Os programas incluíam a reconstrução de escolas, clínicas, mercados, estação de tratamento e distribuição de água, prédios da administração pública, estradas, pontes, sistemas de irrigação e apoio ao desenvolvimento de empresas comunitárias (UN, 9 Apr. 2002). Com o auxílio dos governos do Japão, Austrália, Portugal, Noruega, Alemanha, Holanda, Reino Unido e EUA, a IOM realizou exames médicos e transportou 174.762 refugiados até outubro de 2002.¹⁸²

Em outubro de 2001, a atividade das milícias na região de fronteira havia decaído. As forças armadas e a polícia indonésia estariam conduzindo operações para restringir as atividades das milícias e confiscar armas e a UNTAET firmou acordo de cooperação com o exército indonésio no campo da segurança. Mas a Missão continuava recebendo

¹⁸² Em 1º de novembro de 2002, a estimativa era de que ainda havia 30 mil refugiados no Timor Ocidental (UN AGENCY..., 1 Nov. 2002).

relatos de campanhas de desinformação e intimidação nos campos de refugiados (AMRE, 22 out. 2001).

A violência de setembro de 1999 provocou, também, a separação de crianças de suas famílias. Alguns pais que estavam em situações difíceis ou de perigo deixaram seus filhos com parentes ou amigos, outros perderam seus filhos durante o caos que se instalou. Crianças também foram separadas dos pais no Timor Ocidental, sendo colocadas sob cuidados de organizações que ofereciam educação e comida. Alguns pais retornaram ao Timor Leste e passaram a procurar por seus filhos internados nessas instituições na Indonésia. A missão de localizar as crianças, a negociação para o acesso aos locais onde residiam e a reunificação com seus pais ficou a cargo do ACNUR. Até 31 de julho de 2003, 4.531 delas haviam sido registradas, das quais 2.289 já haviam se reunido com pelo menos um dos pais (UNHCR, 2004).¹⁸³

SEGURANÇA PÚBLICA

O vácuo de segurança foi inicialmente preenchido pela INTERFET, enquanto a UNTAET estabelecia sua estrutura. Uma das prioridades da UNTAET foi construir a Polícia Nacional do Timor Leste (PNTL), criada em março de 2000, para que pudesse operar de maneira autônoma após a assunção do novo governo. Enquanto isso, a Polícia Civil da ONU (UNCIVPOL) executou as atividades policiais. Como tarefas prioritárias estavam: a salvaguarda e a proteção do povo; manutenção da presença através da realização de patrulhas a pé e motorizadas; resposta rápida a pedidos de auxílio policial; investigação de crimes; criação de estratégias de policiamento; garantia da lei e da ordem até que a PNTL estivesse completamente criada e operacionalizada; recrutamento e treinamento de policiais; e auxílio ao retorno seguro de desalojados e refugiados (UN, 6 Abr. 2002; UN, UNTAET, mar. 2000a).

A UNCIVPOL tinha uma previsão de funcionar com 1.640 policiais. Em fevereiro de 2000 seu efetivo por países era: Argentina (15),

¹⁸³ Em maio de 2001, a Fundação Netaid.org e a Companhia Cisco Systems Inc. lançaram um programa para localizar e reunir crianças separadas dos pais.

Austrália (60), Áustria (10), Bangladesh (9), Brasil (12), Canadá (13), China (15), Egito (4), Espanha (3), EUA (42), Rússia (3), Filipinas (21), Gâmbia (26), Gana (102), Jordânia (16), Malásia (20), Nepal (9), Níger (21), Noruega (1), Nova Zelândia (10), Paquistão (4), Portugal (43), Reino Unido (14), Senegal (19), Sri Lanka (29), Suécia (10), Tailândia (2), Zâmbia (1) e Zimbabwe (5). Possuía uma Unidade de Resposta Rápida, com 240 agentes, para prestar assistência à polícia local e responder a ameaças à segurança e outras situações de emergência em grande escala.¹⁸⁴ Um Grupo de Assistência à Polícia com 300 timorenses ex-agentes da polícia indonésia, rigorosamente selecionados, assessoravam os policiais da ONU quanto às preocupações da comunidade, mas não exerciam poder de polícia (UN, 6 Apr. 2002; UN, UNTAET, mar. 2000a). O efetivo da UNCIVPOL deveria ser reduzido gradativamente a medida que a segurança era transferida aos próprios timorenses.

Para a preparação da PNTL, a Academia de Polícia passou a trabalhar na formação de três mil novos policiais que deveriam estar em atividade até meados de 2003. O treinamento tinha a duração de três meses e incluía procedimentos de investigação e de patrulhamento, habilidades policiais, assuntos legais e padrões de policiamento democrático. Posteriormente, os recrutas tinham mais três meses de treinamento prático e um período de experiência de seis meses (UN, 6 Apr. 2002).

No início do processo de seleção foram recebidos 12.200 formulários, sendo que mais de três mil apresentaram todos os detalhes requeridos. Os 150 candidatos com maiores notas foram selecionados para a entrevista. Como cem deles apresentaram aptidão física comprometida nos testes médicos, 50 foram selecionados para a primeira turma de cadetes, sendo onze mulheres. As aulas começaram em 27 de março de 2000 e os graduados assumiram oficialmente suas funções em 12 de julho daquele ano (UN, UNTAET, mar. 2000a).

Nesse campo também alguns problemas ocorreram. A UNTAET tinha que cumprir os prazos e assegurar que haveria policiais para patrulhar as ruas. Assim, estabeleceu o efetivo inicial com pessoas que

¹⁸⁴ Os primeiros quinze policiais portugueses que formavam o núcleo da Unidade de Resposta Rápida chegaram em 1º de março de 2000.

tinham conhecimento prévio da função. Os primeiros membros foram recrutados da antiga Polícia Nacional Indonésia acusada de corrupção e violações de direitos humanos, e alguns deles passaram a ocupar postos de comando na PNTL (HOOD, 2006; IFP, 2009). Em seguida foram incorporados recrutas sem experiência (FERRO, 2009). Os primeiros 1.700 recrutas foram submetidos aos três meses de treinamento básico, enquanto os 370 antigos policiais indonésios passaram por um rápido treinamento de três semanas (IFP, 2009). Todos continuaram recebendo instruções nos seis meses seguintes durante o trabalho nas delegacias de polícia (ICG, 17 Jan. 2008).

A força policial foi estabelecida em agosto de 2001, mas em janeiro daquele ano, Sérgio Vieira de Mello já havia ressaltado que a PNTL, mesmo com as medidas para acelerar a formação e treinamento de seus integrantes, não conseguiria operar sem assistência internacional antes do final de 2004. A presença de policiais internacionais continuava, portanto, sendo uma necessidade fundamental (AMRE, 29 jan. 2001).

A ação policial no Timor foi relacionada, principalmente, com a violência que se manifestava com: ações de *gangs* em Dili, resultando em homicídios, assaltos e tiroteios; ações contra refugiados que regressavam; manifestações de jovens insatisfeitos e sem trabalho, especialmente, em Ainaro e Manufahi; conflitos entre aldeias rivais em Covalima, Bobonaro, Baucau; extorsão e intimidação da população local por grupos criminosos; e ações contra os estrangeiros que constituíam um alvo fácil e rentável, especialmente em termos de dinheiro, aparelhos eletrônicos, roupas e armas. Os inúmeros distúrbios que passaram a ocorrer em Dili fizeram com que a polícia da ONU aumentasse o patrulhamento com a montagem de pontos de controle para detecção e confisco de armas (UN, 16 Jan. 2001; UN, S/2000/53, 2000).

A UNTAET manteve a autoridade sobre a polícia até 20 de maio de 2002, quando ela foi transferida para o comando da PNTL.

No Timor Leste era comum a ocorrência de motins e fugas em massa de prisioneiros. Em meados de janeiro de 2000, a INTERFET entregou as responsabilidades de prisão e detenção à Polícia Civil da ONU,

permanecendo operando apenas o Centro de Detenção de Dili. Em março daquele ano, uma equipe de especialistas da Nova Zelândia visitou o Timor Leste para auxiliar a UNTAET no desenvolvimento de um sistema prisional efetivo. Guardas neozelandeses, seguidos de agentes prisionais da Malásia, operaram as instalações de detenção e treinaram os timorenses. Cerca de 19 timorenses com experiência prévia foram identificados como candidatos a agentes penitenciários, enquanto 40 policiais da UNCIVPOL exerciam a guarda das prisões (UN, UNTAET, mar. 2000a; UNMISSET, CSGA, 2004).

DIREITOS HUMANOS

A UNTAET estabeleceu uma Unidade de Direitos Humanos para acompanhar a situação e procurar fortalecer as instituições, garantir o retorno seguro dos refugiados e os direitos das mulheres. A Unidade auxiliou a Unidade de Crimes Graves, a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, a reforma legislativa e a confecção da Constituição, além de treinar funcionários e procurar educar a sociedade civil em relação ao tema. Funcionou, também, como órgão de aconselhamento da Administração Transitória em relação a medidas para evitar violações de direitos humanos. Em parceria com a UNCIVPOL, a força militar e outras agências da ONU, monitoraram casos relativos à administração da justiça, uso de mecanismos tradicionais para resolver litígios, repatriados, direitos humanos, violações contra as mulheres, minorias e atividades de partidos políticos (UN, 10 Apr. 2002).

A UNTAET estabeleceu a primeira Unidade de Assuntos de Gênero em uma missão de paz com a finalidade de aumentar a conscientização e a promoção de políticas, programas e leis a respeito da igualdade de gênero. Sessões específicas sobre o tema foram realizadas pelas forças de manutenção da paz, UNCIVPOL e pela PNTL sobre o tema e o impacto do conflito e do pós-conflito nas mulheres e homens do Timor. As mulheres timorenses tinham, tradicionalmente, menos acesso do que os homens a recursos, oportunidades e tomadas de decisão. Foram feitos esforços especiais para incentivar as mulheres a participar do processo de

consulta constitucional. A UNTAET também realizou treinamentos para mulheres candidatas em potencial para as instituições políticas. A Constituição garantiu a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, não discriminação com base no gênero, igualdade de direitos, casamento baseado no livre consentimento das partes, licença-maternidade para as mulheres que trabalham, igualdade no exercício dos direitos civis e políticos e não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos (UN, 11 Apr. 2002).

A violência doméstica foi uma das questões-chave da missão de paz, agravada pela ‘cultura da violência’ do Timor. As mulheres vítimas de violência eram incentivadas ou pressionadas por familiares ou comunidades para usar os mecanismos de resolução de conflitos tradicionais, o que muitas vezes resultava em pouca ou nenhuma punição (UN, 10 Apr. 2002). A UNTAET lançou uma campanha nacional para abordar a questão, visando prevenir e informar as vítimas sobre onde poderiam procurar ajuda. Pôsteres e anúncios foram produzidos e a mensagem de que a violência era inaceitável foi divulgada através de rádio, TV e publicações (UN, 11 Apr. 2002).

O Código de Processo Penal do Timor observou os direitos e garantias individuais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e nos demais pactos e tratados internacionais em matéria de direitos humanos (UNTAET, Regulamento 2000/30, 2000).

Em junho de 2000, representantes da sociedade civil, igreja católica e líderes de comunidades realizaram um workshop para considerar mecanismos de justiça transitória no Timor Leste e recomendaram o estabelecimento de uma comissão independente para investigar violações e promover a reconciliação. A recomendação foi colocada no primeiro congresso nacional do Conselho Nacional da Resistência Timorense, em agosto de 2000, que formou uma comissão para desenvolver a proposta. Em 13 de julho de 2001, foi criada a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação - *Commission on Reception, Truth and Reconciliation* (CAVR) pelo Regulamento 10/2001 da UNTAET que funcionou durante 39 meses (TIMOR LESTE, 2013).

A CAVR foi instalada como uma autoridade independente para: buscar a verdade em relação à violação de direitos humanos cometidas durante o período de conflitos políticos entre 1997 e 1999, a fim de deixar registros dos abusos do passado; facilitar a reconciliação nas comunidades, lidando com casos passados de crimes mais leves e permitindo acordos entre vítimas e agressores; e apresentar conclusões e sugerir ao governo novas medidas de reconciliação e promoção dos direitos humanos. Para isso, deveria investigar: a extensão, natureza e causas das violações de direitos humanos, incluindo seus antecedentes; circunstâncias, fatores, contextos, motivos e perspectivas das violações; pessoas, autoridades, instituições e organizações envolvidas; se as violações foram resultado de planejamento, política ou autorização deliberada; e a responsabilização pelas violações (TIMOR LESTE, 2013).

A Comissão não tinha o poder de conceder anistia aos autores das violações, mas quem cumprisse os acordos de reconciliação estaria livre de responder civil e criminalmente por seus atos. A Comissão tinha como objetivo, então, complementar o processo judicial formal (UN, 8 Apr. 2002). Era formada por sete comissários e estava prevista para operar, no mínimo por dois anos, em conjunto com o sistema judiciário do Timor Leste, no trato de crimes considerados leves, procurando reconciliar os criminosos e suas vítimas (UNTAET, Regulamento 2001/10, 2001).¹⁸⁵

A Comissão estimou pelo menos 102.800 civis mortos entre 1974–1999 por causas relacionadas ao conflito. Desse total, cerca de 18.600 pessoas foram mortas ou desapareceram e cerca de 84.200 morreram de fome ou doença. (TIMOR LESTE, 2013, p. 15). Foram reportadas 85.164 violações e, ao final da fase operacional, a Comissão havia completado 1.379 Procedimentos de Reconciliação Comunitária – *Community Reconciliation Procedure* (CRP), pelos quais as pessoas que haviam cometido crimes leves ou atos considerados prejudiciais em suas comunidades durante o conflito,

¹⁸⁵ O Regulamento 2001/10 – Sobre o Estabelecimento da Comissão de Acolhimento, Veracidade e Reconciliação (CARV), de 13 de julho de 2001, estipulou uma série de deveres e obrigações do Administrador Transitório para com a Comissão. Posteriormente, com a independência do país, a Lei nº 7, de 24 de setembro de 2003, transferiu tais responsabilidades ao Presidente da República e determinou um prazo de 30 meses para funcionamento da Comissão. O relatório da CAVR foi encaminhado para o Parlamento, quatro anos após sua publicação (AMRE, 28 jan. 2010).

em 1999, participaram de audiências formais nas vilas com o objetivo de reintegrá-las nas comunidades (TIMOR LESTE, 2013, p. 9).¹⁸⁶

A CAVR passou a realizar reuniões públicas ao nível dos distritos, subdistritos e sucos e consultar partidos políticos, juristas, organizações de direitos humanos e grupos de vítimas. Num primeiro passo, a pessoa que tivesse cometido algum crime ou qualquer ato prejudicial prestava uma declaração formal sobre o que havia feito de errado e assumia a culpa. O Escritório do Promotor Geral decidia se seria apropriado, de acordo com a natureza do crime, que o criminoso se encontrasse com a comunidade do local onde cometeu o delito. Era, então, ouvida a comunidade, em especial as vítimas que respondiam aos criminosos e sugeriam atos de reconciliação a serem cumpridos por eles como meio de reparação pelos crimes. Como última etapa, era determinado o serviço comunitário a ser prestado e o criminoso se livrava da condenação. No Painel de Reconciliação para a Audiência Pública, havia quatro representantes da comunidade mais o comissário distrital da Comissão de Acolhimento (TIMOR LESTE, 2013).

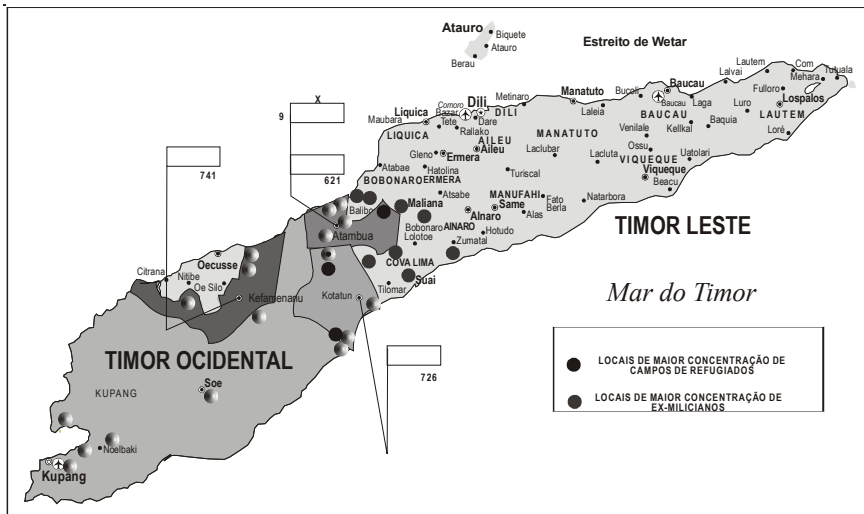
SEGURANÇA E DEFESA

Tendo assumido toda a responsabilidade administrativa no Timor Leste durante o período de transição para a independência, uma das atribuições determinadas pelo mandato da UNTAET consistia em prover a segurança e manter a lei e a ordem no território. Nesse sentido, um dos objetivos de curto prazo era garantir a segurança física de todos os timorenses. Outro objetivo foi o de organizar a nova força de defesa do país.

O Exército Indonésio manteve os batalhões 621 e 726 na fronteira com o Timor Leste e o Batalhão 741 na linha de fronteira com o enclave de Oecussi, todos subordinados ao Comando Militar de Atambua. Este, por sua vez, ligava-se com o 9º Comando Militar, com sede em Denpasar.

¹⁸⁶ O CRP era um processo voluntário no qual o autor do crime consentia em realizar ações específicas para remediar o ato cometido como serviço comunitário ou pagamento de indenizações às vítimas. Essas ações deveriam ser aceitas pela comunidade. O Gabinete do Procurador Geral analisava cada caso e decidia se ele poderia submetido ao CRP. Caso positivo, as audiências eram realizadas nas comunidades.

Figura 2 – Localização das tropas indonésias, campos de refugiados e de ex-milicianos¹⁸⁷



Fonte: Elaborado pelo autor.

A força militar da UNTAET deveria manter um ambiente estável e seguro, a fim de facilitar a transição eficaz para o país independente, auxiliar a condução das eleições e ajudar a Administração Transitória, tendo sido preparada para responder de forma rápida e eficiente contra qualquer ameaça à segurança. Realizava operações que variavam de estabelecimento de postos de controle até patrulhamento motorizado em todo o território e ao longo da Linha de Coordenação Tática (LCT) estabelecida na fronteira com o Timor Ocidental. Além disso, realizava atividades como auxílio ao movimento de refugiados para o Timor Leste, distribuição de materiais educativos para crianças em idade escolar, prestação de primeiros socorros, ensino de línguas, instruções sobre técnicas agrícolas, assistência médica, melhoria e manutenção de infraestrutura (pontes, estradas, etc.), ajuda na reconstrução de escolas e outras instalações públicas (poços de água, centrais eléctricas, etc.), dentre outras (UN, 17 Apr. 2002b).

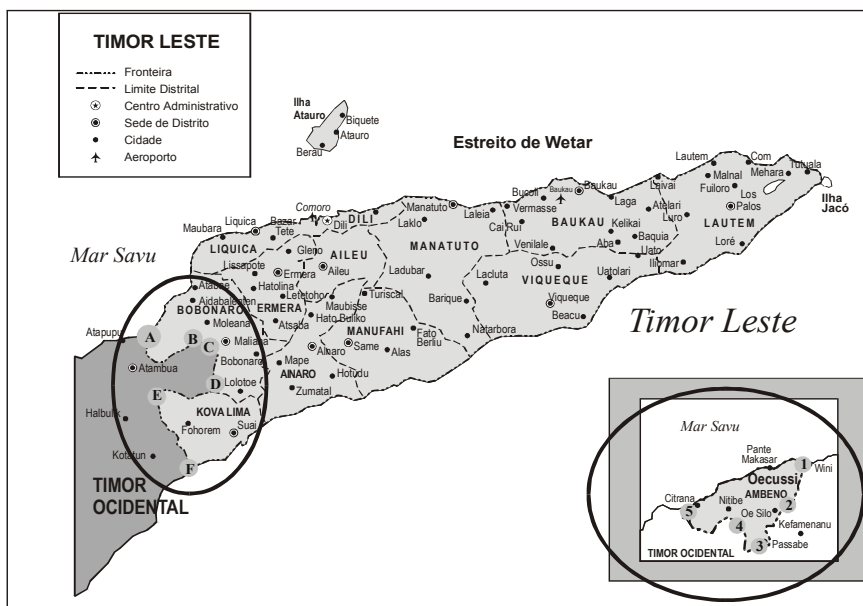
¹⁸⁷ Confeccção própria a partir de diversas fontes.

As operações da força militar eram influenciadas significativamente pelo terreno do Timor Leste. As montanhas e a topografia acidentada no interior dificultavam e, em alguns casos, impediam a mobilidade e os sistemas de comunicação VHF e telefonia celular. A vegetação densa tornava as patrulhas a pé mais difíceis. Os cursos d'água permitiam boa trafegabilidade na estação seca, mas transformavam-se em obstáculos na estação das chuvas. Havia vias de transporte adequadas apenas junto à costa mas, no interior, estavam bastante deterioradas e, na época das chuvas, frequentemente ocorriam quedas de barreiras. A constante nebulosidade nas montanhas dificultava o movimento aéreo especialmente no interior da ilha (BRASIL, 2014).

No final de outubro de 1999, todas as instalações e sistemas de comunicações das forças armadas indonésias no Timor Leste foram transferidos para a INTERFET que, já no mês seguinte, estabeleceu com militares indonésios a Comissão Conjunta de Fronteiras com a finalidade de prover medidas de segurança para a repatriação dos refugiados que se encontravam no Timor Ocidental (UN, 22 Nov. 1999a,b).¹⁸⁸ Em 12 de janeiro de 2000, a INTERFET e militares indonésios assinaram um acordo estabelecendo onze postos de controle, chamados pontos de junção, sendo seis na fronteira com o Timor Ocidental, designados por letras de A (Alfa) a F (Foxtrot) e cinco na fronteira entre Oecussi e o Timor Ocidental, designados por números de 1 a 5. A principal função desses pontos era realizar a ligação entre o Exército Indonésio e os membros da ONU, além de servir como portão de entrada para refugiados que retornavam (BRASIL, 2014).

¹⁸⁸ Documento intitulado *Memorandum of Understanding for Tactical Coordination in the Border Area between Nusatenggara Timur e East Timor between the TNI and the UNTAET Military Component* – tinha 12 artigos e o propósito de facilitar e estreitar a cooperação, de modo a gerenciar possíveis acidentes e auxiliar o retorno de refugiados. No ano seguinte, em setembro, um Comitê Conjunto de Fronteira foi estabelecido para discutir a segurança nos pontos de passagem, a cooperação policial, a demarcação da fronteira e a regulação do trânsito de pessoas e produtos.

Figura 3 - Pontos de junção na fronteira¹⁸⁹



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em fevereiro de 2000, foi realizada a transição das operações militares da INTERFET para a UNTAET. Tal procedimento não era simples, pois a INTERFET era custeada por contribuições voluntárias e as instalações, materiais e equipamentos pertenciam aos países integrantes da força e deveriam ser substituídos pelos das tropas recém-chegadas, como o caso das tropas portuguesas que não faziam parte da INTERFET.¹⁹⁰

A transferência das tropas foi iniciada em 1º de fevereiro e encerrada no dia 28 daquele mês. A INTERFET era composta por dezenove países sendo que, após a transferência de responsabilidade, a UNTAET incorporou, de imediato, efetivos de mais quatro países.¹⁹¹

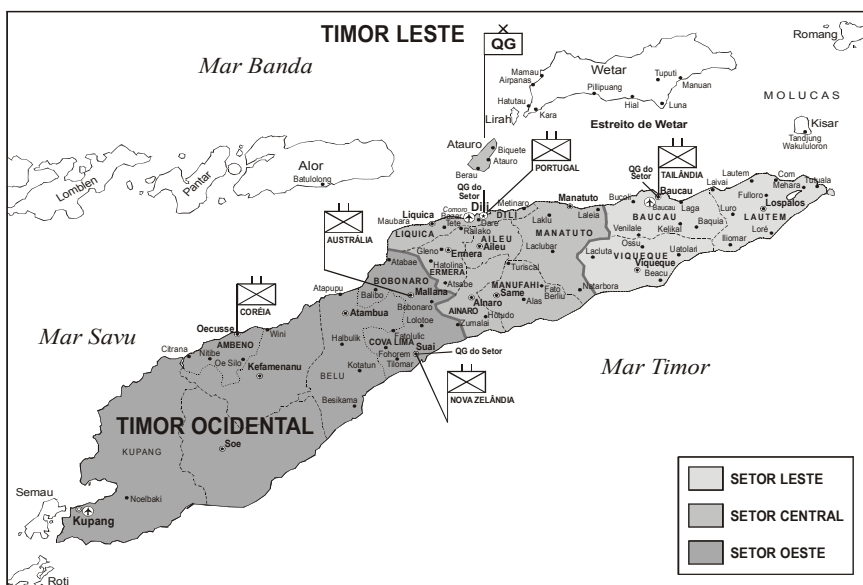
¹⁸⁹ Confecção própria a partir de relatórios da UNTAET e de observadores brasileiros.

¹⁹⁰ Tal problema, evidentemente, não se aplicou aos países contribuintes que permaneceram integrando a força militar da UNTAET.

¹⁹¹ Faziam parte da força militar da UNTAET os seguintes países: Austrália, Bangladesh, Brasil, Canadá, Singapura, Chile, Coreia, Dinamarca, Egito, Filipinas, França, Ilhas Fiji, Irlanda, Itália, Jordânia, Nepal, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Portugal, Quênia, Rússia, e Tailândia (UN, 17 Apr. 2002b). O batalhão português tinha uma peculiaridade. Entre os 800 militares que o compunham, 300 eram especialistas em reconstrução e infraestrutura, diferente da organização normal de um batalhão de infantaria.

A força militar da UNTAET manteve, praticamente, a mesma organização da INTERFET, dividida em três setores: Leste, com 3 batalhões (Tailândia, Coréia e Filipinas); Central, com um batalhão de Portugal reforçado por uma Companhia de Infantaria do Quênia e um Pelotão de Polícia do Exército do Brasil; e Oeste, com dois batalhões (Nova Zelândia e Austrália). A região do enclave de Oecussi foi denominada área de responsabilidade, onde foi desdobrado um batalhão da Jordânia. Esse dispositivo foi sendo alterado, embora a divisão em três setores tenha sido mantida. A figura 4 apresenta como a força militar estava desdobrada em novembro de 2001.

Figura 4 – Desdobramento da força militar¹⁹²



Fonte: UN, DPI, Cartographic Section.

Duas unidades de engenharia do Paquistão e de Bangladesh passaram a operar na Força Militar. O apoio de saúde era fornecido por unidades estabelecidas em Dili e Baucau e por duas unidades leves de saúde desdobradas no Setor Oeste. Inicialmente, um Grupo de Apoio da Austrália ficou encarregado dos suprimentos, serviços e transporte. As unidades

¹⁹² Desdobramento em novembro de 2001.

de apoio eram constituídas pela engenharia da Força de Paz¹⁹³, por um grupo de aviação¹⁹⁴, por um hospital de campanha¹⁹⁵, por uma unidade de apoio ao Quartel General, por um esquadrão logístico e por uma unidade de comunicações. Posteriormente, unidades foram substituídas e novos países foram incorporados ao componente militar (UNMISSET, Facts and Figures, 2002).

Ao Comandante da Força Militar estavam subordinados a tropa armada e os observadores militares, apesar de cumprirem missões distintas. Um Grupo de Apoio dos EUA esteve presente no Timor, sem fazer parte da estrutura da ONU, embora desenvolvesse atividades civis e militares conjuntas com a UNTAET.¹⁹⁶

Tabela 4 – Efetivos da Força Militar

PAÍS	EFETIVO EM NOV. 2000	EFETIVO EM ABR. DE 2002
AUSTRÁLIA	1602	1434
BANGLADESH	544	35
BRASIL	71	74
CANADÁ	3	---
CHILE	34	34
CORÉIA	444	440
DINAMARCA	1	2
EGITO	73	3
ESLOVÁQUIA	---	37
FIJI	191	195
FILIPINAS	---	55
FINLÂNDIA	593	---

¹⁹³ A engenharia da ONU foi composta por tropas do Paquistão, Bangladesh e, posteriormente, do Japão e tinha como principal missão a reparação de rodovias, pontes e construções em geral. O Grupo Japonês iniciou seus serviços na Missão em abril de 2002 e tinha um efetivo de 680 homens desdobrados em Dili, Oecussi, Suai e Maliana. Até então, era o maior envolvimento de tropas japonesas em missões de paz, uma vez que a Constituição japonesa impedia o envio de força para combate no exterior. Anteriormente, tropas japonesas atuaram em missões de paz no Líbano, Moçambique e Camboja.

¹⁹⁴ O Destacamento de Aviação do Chile e Portugal tinha seis helicópteros e um efetivo de quarenta e dois militares e cumpriu missões de apoio à população, operações táticas e evacuações aeromédicas. Deixou o Timor em novembro de 2002.

¹⁹⁵ O Hospital de Campanha da ONU em Comoro foi operado por contingentes do Egito, Singapura e da Tailândia. Executava procedimentos médicos de nível 2, que incluíam cirurgias e reabilitações de emergência, UTI, serviços laboratoriais e raio-X. Outro hospital era operado pela Equipe Médica Avançada da Eslováquia em Suai, também era capacitada para atendimento médico no mesmo nível.

¹⁹⁶ Era chamado *United States Support Group for East Timor* (USGET), do qual fazia parte o navio *USS George Philip*, estacionado no Porto Hera, em Dili (USA, Navy, 2002).

FRANÇA	3	---
IRLANDA	39	40
JAPÃO	---	688
JORDÂNIA	719	5
MALÁSIA	20	20
MOÇAMBIQUE	10	---
NEPAL	159	159
NOVA ZELÂNDIA	821	663
NORUEGA	---	6
QUÊNIA	250	---
PAQUISTÃO	773	766
PERU	23	---
PORTUGAL	766	924
SINGAPURA	24	73
TAILÂNDIA	708	365
TOTAL	7877	6526

Fonte: Elaborada pelo autor com base em UNTAET. *Fact Sheet*. Dili, 16 Nov. 2000 e UNTAET. *Fact Sheet*. Dili, Apr. 2002.

A Força Militar auxiliou, ainda, equipes de demarcação da fronteira entre o Timor Leste e o Ocidental, no primeiro semestre de 2002.

A principal atuação da força militar dizia respeito, principalmente, às milícias. Após as ações da INTERFET, pequenos grupos mantiveram-se no Timor Ocidental apoiados, treinados e equipados pela Indonésia. Eram equipados com armas leves e granadas, dependiam de lideranças já estabelecidas e agiam em pequenos grupos. Realizavam ataques contra as forças da ONU¹⁹⁷ e fazendeiros ou promoviam confrontos entre grupos rivais que resultavam em mortos, feridos e destruição de propriedades. Tais ações tinham também a finalidade de enfraquecer o processo de transição para a independência.¹⁹⁸ Em consequência, foi mantido o estado de alerta máximo das tropas na região da fronteira e no enclave de Oecussi na maior parte do ano de 2000.

Entre junho e outubro de 2000, a ação da força militar fez com que tais grupos perdessem a liberdade de ação. A partir de novembro daquele

¹⁹⁷ Um cabo da Nova Zelândia foi o primeiro militar morto em combate na UNTAET, durante confrontos com membros de milícias na região de Suai.

¹⁹⁸ Num dos incidentes mais graves, em 29 de maio de 2000, a sudeste de Balibo, granadas foram lançadas contra pessoas em um mercado, provocando cinco mortes e mais de quarenta feridos.

ano, houve o gradual afastamento do governo indonésio em relação às milícias, ao mesmo tempo em que aumentou o apoio ao retorno dos refugiados, com o intuito de responder a pressão da sociedade internacional. O exército indonésio passou a adotar medidas para controlar tais grupos por meio de buscas contínuas de armas, interrogatório de suspeitos, captura ou expulsão de importantes chefes das suas zonas de influência e quebra de toda a base de apoio das milícias (BRASIL, 2014).¹⁹⁹

Dessa forma, algumas pessoas-chaves das milícias foram perdendo influência e os grupos passaram a concentrar-se em atividades criminosas ou de subsistência, principalmente na agricultura. O último contato confirmado com as milícias foi reportado em 1º de abril de 2001, no ponto de junção Foxtrot da LCT (BRASIL, 2014).

Outra implicação para a segurança interna era o retorno de refugiados. Havia necessidade de controlar sua entrada através dos pontos de junção, onde era realizada, inclusive, a revista pessoal pela força militar. Além disso, era notório o revanchismo contra ex-integrantes das milícias que, supostamente, haviam participado da violência durante o processo do referendo.

Além de ataques pessoais, o retorno dos refugiados e desalojados provocou, em alguns locais, disputas ligadas a terras ou propriedades que haviam sido ocupadas por outras famílias. No caso de integrantes de milícias, a ocupação de suas antigas propriedades servia de empecilho para o retorno a seus locais de origem. Vários casos de assassinatos de membros de milícias ou de seus parentes, assim como de casas queimadas de supostos milicianos, foram relatados pela ONU e por agências humanitárias internacionais (BRASIL, 2014).

Muitos refugiados preferiram retornar a Dili, entendendo que lá as opções de vida seriam melhores, o que provocou o aumento da população na capital. Em consequência, o elevado índice de desemprego e a lentidão no processo de desenvolvimento eram os principais motivos para a frustração da população. Outra questão dizia respeito ao baixo nível das colheitas, uma vez que os produtos agrícolas eram a principal fonte de renda do país.

¹⁹⁹ As ações da Força Militar fizeram com que milicianos passassem a se apresentar, voluntariamente, aos membros da ONU a partir de setembro de 2000.

Havia, ainda, outra preocupação ligada à segurança. Durante a ocupação Indonésia, era normal a existência de grupos e agências civis de segurança privada. O fim dessas instituições, em 1999, abalou parte da estrutura que dava ordem à sociedade timorense. O vazio criado pela violência e a retirada indonésia passou a ser ocupado por grupos criminosos que se aproveitavam da situação para obter ganhos pessoais. Alguns tinham a sua origem ainda no tempo da resistência, enquanto outros eram de criação recente. O número de atividades desses grupos com motivações diferentes e variadas foi aumentando. A ONU passou a denominá-los *Issue Motivated Groups (IMG)*, sendo que sua atuação no território timorense constituiu uma das preocupações das forças de segurança (GORDON, 2008).²⁰⁰

Os observadores militares tinham como funções principais: estabelecimento de ligação com as forças armadas indonésias, controle da fronteira, estabelecimento da ligação e acompanhamento das Falintil²⁰¹, estabelecimento de ligação e assistência às forças de paz e à UNCIVPOL. Por atuarem pautados pelo princípio da imparcialidade, eram empregados também na resolução de diversos problemas, como reunificações familiares nas fronteiras. Mantinham onze equipes de ligação na fronteira, operando nos pontos de junção (BRASIL, 2014).²⁰²

Durante as investigações realizadas foram encontradas várias covas com indícios de prática de crimes contra a humanidade. Uma comissão investigava os casos, utilizando especialistas em medicina legal para exumação dos corpos, como as realizadas em Maliana, Dili, Lospalos e Oecussi por equipes de técnicos forenses da ONU (ROBINSON, 2003).

Com o decorrer da Missão, o efetivo inicial de duzentos observadores foi reduzido para aproximadamente cento e vinte, distribuídos no QG em Dili, que incluía também os oficiais de ligação, Setor Leste, Setor Central,

²⁰⁰ Os principais grupos que atuavam no Timor Leste eram: Isolado, Tim Saka, Colimau 2000, CA 75 e o Grupo Baucau.

²⁰¹ As Falintil ficaram acantonadas no distrito de Aileu, região montanhosa e central do Timor Leste. A ligação com a ONU era feita através das equipes de ligação – *Falintil Liason Team (FLT)*.

²⁰² Em fevereiro de 2000, havia 185 observadores militares na UNTAET distribuídos pelos seguintes países: Austrália, 17; Bangladesh, 30; Bolívia, 2; Brasil, 4; Dinamarca, 2; Egito, 10; Irlanda, 3; Jordânia, 5; Malásia, 20; Nepal, 5; Nova Zelândia, 13; Paquistão, 30; Filipinas, 20; Rússia, 2; Suécia, 2; Tailândia, 1; Reino Unido, 4 e Uruguai, 5 (UNTAET, Feb. 2000).

Equipe de Ligação com as Falintil, Bobonaro, Cova Lima e Oecussi (BRASIL, 2014).²⁰³

A situação de segurança foi se estabilizando com a diminuição de contatos entre as milícias e o componente militar da UNTAET a partir de dezembro de 2000. Mas a capacidade das milícias de operar e efetuar treinamento livremente em determinadas áreas do Timor Ocidental continuava preocupando a ONU. As penas extremamente leves para os indivíduos que participaram da morte dos funcionários do ACNUR em Atambua e para um conhecido líder miliciano, poderiam encorajar alguns milicianos a retomar as atividades para tentar desestabilizar o Timor Leste no período pré-eleitoral (AMRE, 26 jul. 2001).

A partir de 25 de fevereiro de 2002, por conta de um acordo assinado entre a UNTAET e autoridades indonésias, o trânsito de pessoas através da fronteira foi facilitado, principalmente para os habitantes do enclave de Oecussi.

Outra atividade importante da UNTAET no campo da segurança foi organizar as Forças de Defesa do Timor Leste (FDTL). O setor de segurança no Timor Leste foi resultante da ocupação indonésia, do movimento de resistência, da ação da UNTAET e UNMISSET na criação das FDTL e da PNTL e formação de seus membros e, posteriormente, da UNMIT na reforma dessas instituições.

A construção das forças armadas foi feita a partir da desmobilização dos combatentes das Falintil. O plano de paz de Xanana Gusmão previa “uma força policial territorial organizada pelas Nações Unidas” e “sem exército... porque Timor Leste não quer mais nenhuma guerra” (ICG, 2008, p. 4, tradução nossa). A opção da ONU era por um modelo tipo Costa Rica (FERRO, 2009) e Ramos-Horta apresentou a ideia de se estabelecer uma gendarmeria no país ao invés de exército, mas ambas foram abandonadas com a violência de 1999 e por resistência de antigos membros das Falintil (FUNAKI, 2009).

Roque Rodrigues afirmou que:

²⁰³ Efetivo existente em meados de 2000.

Pensávamos que uma gendarmeria seria o suficiente, mas os eventos de setembro (1999) nos forçou a reconsiderar. Estava claro que a inteligência indonésia começou as milícias e que havia o envolvimento da TNI (exército indonésio) [...] Nós precisamos de uma força de defesa: pequena, efetiva e subordinada ao poder político democraticamente eleito [...] As Falintil são nossos heróis. É inaceitável desarmá-las [...] as Falintil se ofereceram para ser o núcleo [do exército] (ICG, 2008, p. 4, tradução nossa).

Mas, a decisão sobre o que fazer com os guerrilheiros e como estruturar as forças de defesa levou mais de um ano. Uma equipe do *King's College* de Londres foi contratada para apresentar sugestões sobre o estabelecimento dessas forças e, apenas em 2001, foi iniciado o processo de criação.²⁰⁴ Enquanto isso, as Falintil permaneceram acantonadas em Aileu em péssimas condições. Sendo força de guerrilha, não recebia apoio humanitário mas não tinha meios próprios de sobrevivência. A partir de abril de 2000, algumas doações do governo português e de uma instituição religiosa norte-americana foram feitas para melhorar as condições (CARRASCALÃO, 2002).

Decidiu-se pela criação das FDTL constituída por uma força de infantaria de 1.500 militares, mais 1.500 reservistas voluntários, o que seria alcançado em três anos. O Administrador Transitório manteve o comando e o controle da Força até a independência (UN, 16 Apr. 2002; AMRE, 29 jan. 2001). Posteriormente, elas foram renomeadas para Falintil-Forças de Defesa do Timor Leste (F-FDTL) em referência à força de guerrilha.

Sendo uma organização secreta, muitos timorenses serviram nas Falintil por períodos que variaram de algumas semanas a décadas. Embora muitos tivessem experiência de combate, não tinham disciplina exigida para uma força armada. Outros foram considerados incapazes e não foram integrados, deixando-os amargurados (IFP, 2009). Inicialmente, 650 membros da Falintil foram selecionados. Os guerrilheiros remanescentes passaram por um processo de desmobilização e foram incluídos no

²⁰⁴ A primeira opção propôs a criação de uma força de três a cinco mil membros, mesclando antigos soldados das Falintil e conscritos. A segunda, propôs uma força de defesa com 1.500 profissionais mais 1.500 conscritos que serviriam durante um ano. A terceira, propôs uma força com 1.500 militares baseadas nas Falintil mais 1.500 reservistas voluntários que passariam por treinamentos regulares (INDEPENDENT..., 2000).

programa de assistência para a reinserção na comunidade com recursos do Banco Mundial, do governo japonês e da USAID. O Programa atingiu, inicialmente, 1.308 membros da guerrilha com o pagamento de 100 dólares mensais por um período de cinco meses, de modo a criar condições para o início de seu autossustento. Durante esse período, era realizada a assistência de modo a permitir que exercessem atividades econômicas, como agricultura, pecuária ou o estabelecimento de microempresas. Ao final do treinamento recebiam um pacote de 560 dólares para iniciar seu próprio negócio. A Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá realizou um projeto semelhante no distrito de Ermera que atingiu outros ex-integrantes das Falintil (CARTHY, 2002). O mesmo aconteceu com a Organização Internacional de Migração (IOM) que estabeleceu o *Falintil Reinsertion Assistency Program* (FARIA, 2011). Mas, segundo o ICG (17 jan. 2008), os programas não satisfizeram as expectativas nem as necessidades econômicas dos antigos guerrilheiros.

Em 1º de fevereiro de 2001, uma cerimônia marcou oficialmente a transição das Falintil para a nova FDTL, que passou a ser comandada pelo antigo comandante das Falintil, Taur Matan Ruak, ao qual foi destinado o posto de General de Brigada. Os primeiros 600 membros foram recrutados em janeiro, tendo 250 deles recebido o treinamento básico por oficiais portugueses e treinamento especializado por militares australianos, na base de Aileu, os quais se encerraram em outubro. Os outros 350 foram treinados no campo de Metiaro, que passou a funcionar em julho daquele ano. Em 26 de outubro, o primeiro batalhão das F-FDTL recebeu as instalações ocupadas pelas tropas australianas em Dili (UN, 26 Oct. 2001).

Como parte do processo, uma Conferência para o Estabelecimento da Força de Defesa no Timor Leste foi realizada em Dili, em novembro de 2001.

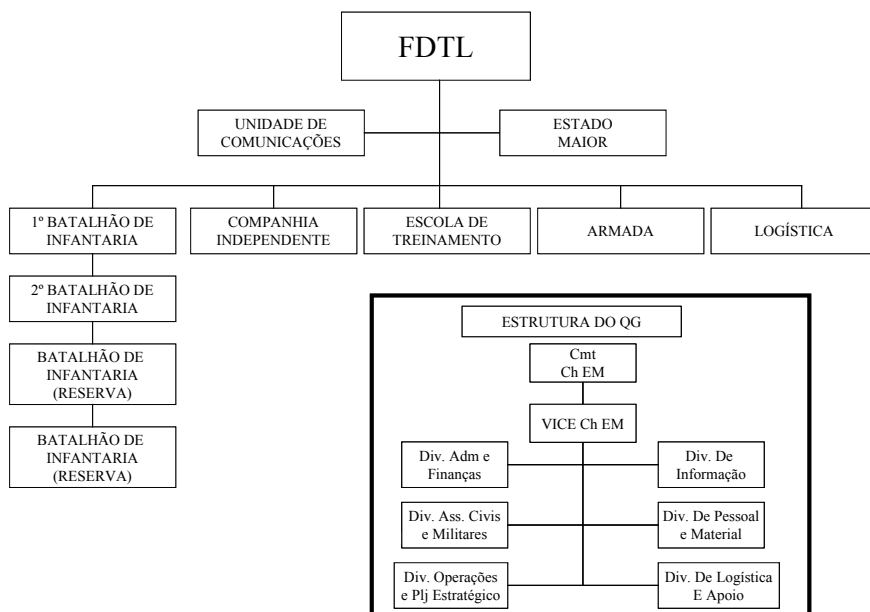
As F-FDTL foram estruturadas em dois batalhões de infantaria e órgãos de apoio, além de uma unidade naval e uma escola de treinamento.

A seleção do 2º Batalhão ocorreu entre novembro e dezembro de 2001 e sua formação se iniciou em fevereiro de 2002 no campo de instrução de Metiaro.²⁰⁵ Em janeiro, o 1º Batalhão se deslocou para Lospalos

²⁰⁵ O cronograma da UNTAET previa para 2004/2005 a constituição completa das F-FDTL.

tendo ocupado barracas temporárias deixadas pelos australianos naquela cidade (UNTAET, Célula de Informações Militares, 2002). Durante todo o processo de constituição das F-FDTL, o apoio logístico foi prestado pela Força Militar da UNTAET (RHAM-AZIMI; CHANG, 2003).

Figura 5 - Estrutura das F-FDTL



Fonte: UNTAET, Célula de Informações Militares, 2002

Um dos problemas centrais na criação das F-FDTL foi que a ONU não estava preparada para criar um aparelho militar num pequeno país vizinho de dois gigantes (Austrália e Indonésia). Decidir quem ficava com que posto nas F-FDTL também foi uma constante fonte de tensão (FERRO, 2009). Muitos dos que não puderam ser integrados ficaram ressentidos e criaram e expandiram o ativismo político de grupos de veteranos como o Colimau 2000 e o Sagrada Família, que se tornaram os pontos focais da retórica contra as F-FDTL (CIGI, 2009; UN, 2 Oct. 2006).

A UNTAET não estabeleceu fundamentos para o setor de segurança sob a forma de legislação básica, documentos de planejamento, apoio administrativo e mecanismos de controle democráticos, nem desenvolveu

um consenso nacional sobre políticas e estruturas de segurança (ICG, 2008). Com a independência, o novo governo tinha limitada capacidade para moldar, controlar ou coordenar as atividades relacionadas com o setor de segurança que acabou dominado por modelos e agendas estrangeiras. Assim, tanto a construção como a reforma do setor de segurança, que foi realizada alguns anos mais tarde, ocorreram com baixo envolvimento do governo local (IFP, 2009).

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Comunicação Social tem um papel de extrema importância em qualquer missão de paz da ONU. Seu trabalho tem a finalidade principal de informar a população sobre o progresso das ações implementadas de modo a gerar um clima de confiança que favoreça o sucesso da missão. Um sentimento contrário em relação ao seu progresso pode levar ao fracasso. É um trabalho delicado, pois, numa região devastada, sem infraestrutura ou emprego, lidando com problema de refugiados e, normalmente, com poucos recursos, torna-se difícil passar uma imagem de sucesso para uma população que quer e necessita de resultados rápidos.

A UNTAET criou o Escritório de Comunicação e Informação Pública, com uma rádio, um canal de televisão e Unidades de Publicação e de Assessoria de Imprensa que providenciaram um fluxo contínuo de notícias e informações a respeito da Administração Transitória (UN, 19 Apr. 2002). Foram preparados e distribuídos panfletos esclarecendo sobre as atividades da UNTAET. A partir de fevereiro de 2000, passou a ser editado o jornal *Tais Timor*, com edição bissemanal de 50 mil exemplares, publicados em tétum (30 mil exemplares), bahasa (10 mil), português (5 mil) e inglês (5 mil).²⁰⁶ Em 16 de maio daquele ano, passou a funcionar a TV UNTAET, e o Conselho Consultivo iniciou as discussões e votação da regulamentação das atividades da mídia (UN, 16 May 2000). A Rádio UNTAET funcionava 24 horas por dia com matérias veiculadas em inglês

²⁰⁶ O nome *Tais* foi escolhido por se tratar de um tecido de algodão tradicional timorense usado em todas as ocasiões especiais ou oferecidos de presente a amigos e autoridades. É usado pelos homens em volta da cintura, pelas mulheres em volta de todo o corpo ou como cachecol pelos que são presenteados com tal vestimenta.

e tétum, atingindo, inicialmente, 30% da população do território (UN, S/2000/53, 2000).

Outras iniciativas visaram a formação de uma mídia independente e confiável no Timor Leste, um dos objetivos da Missão, como por exemplo, o lançamento de um *site* na internet para a mídia impressa, realizado pela *Pacific Area Newspaper Publishers' Association*, o treinamento de jornalistas timorenses em *web site* e o apoio técnico para as rádios Católica Kmanek e Voz da Esperança (antiga Rádio Falintil), realizado pela Unidade de Desenvolvimento de Mídia da UNTAET (UN, S/2000/53, 2000; UN, 19 Jul. 2000).

Foi criado, em 2002, o Serviço Público de Radiodifusão do Timor Leste, sendo o Administrador Transitório responsável por nomear os membros do seu Conselho de Administração mediante listas de candidatos previamente indicados (UNTAET, Regulamento 2002/6, 2002). Posteriormente, com a independência do país, uma lei investiu o Conselho da responsabilidade geral pela definição de política e garantia de prestação de contas do serviço público de radiodifusão. Era composto por cinco membros nomeados pelo presidente da República, Parlamento Nacional, Governo e jornalistas do serviço público de televisão e rádio (TIMOR LESTE, Lei nº 2, 2003).

TRANSIÇÃO

A Administração Transitória sabia que as relações com a Indonésia eram fundamentais para o novo país que estava sendo construído. Em março de 2000, ocorreu a primeira visita após o referendo do presidente indonésio ao Timor Leste. Durante a visita, o Administrador Transitório e o Ministro de Negócios Estrangeiros daquele país assinaram o Comunicado Conjunto da UNTAET e Indonésia, cujos pontos básicos foram: 1) criação de escritórios de representação/ligação recíprocos em Dili, Jacarta e Kupang (Timor Ocidental); 2) estabelecimento de conversações para resolver questões decorrentes da transferência da autoridade para a ONU; 3) garantias de perspectivas educacionais e de bolsas de estudo para estudantes timorenses em instituições indonésias de ensino superior; 4) estabelecimento da cooperação

econômica, comercial, de investimento, sociocultural e legal; 5) promoção de governos democráticos, com respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais no Timor Leste e na Indonésia; 6) criação de um regime de fronteiras na ilha do Timor que permitisse a circulação de bens e pessoas, incluindo o acesso sem restrições num corredor especial entre o enclave de Oecussi e as demais regiões do Timor Leste; 7) promoção de investimentos e das relações financeiras e comerciais; 8) estabelecimento de transporte aéreo, terrestre e marítimo, das telecomunicações e dos serviços postais; 9) intenção de assinar um acordo sobre o fornecimento de assistência mútua em questões legais, judiciais e de direitos humanos; e 10) estabelecimento de uma comissão conjunta entre a UNTAET e a Indonésia, com subcomitês de negócios, meio ambiente, comércio, saúde, cultura, educação e direitos humanos (UN, UNTAET, mar. 2000b).

Em abril de 2000, foi assinado um memorando de entendimento pelo Administrador Transitório e o Procurador Geral da Indonésia sobre a extradição de suspeitos. No entanto, o acordo não foi ratificado pelo Parlamento indonésio e nenhum suspeito foi extraditado entre os dois países (HASEGAWA, 19 Jul. 2004).

No final de abril de 2002, iniciou-se a demarcação da fronteira terrestre com o Timor Ocidental, por uma equipe de levantamento topográfico – *Joint Reconnaissance Survey*, composta por técnicos do Timor Leste e da Indonésia (UN, 22 Apr. 2002).²⁰⁷ Em 1º de maio, dia do trabalho, a UNTAET promulgou um dos últimos regulamentos antes da independência que tratava da lei trabalhista do futuro país.

O grande desafio em Timor Leste passou a ser a transição da assistência de emergência para a reabilitação e o desenvolvimento. Nas discussões no CSNU sobre o fim da UNTAET a questão central era a alteração da fase da ‘manutenção da paz’ para o da construção da paz pós-conflito. Com isso, alguns países advogavam que a nova missão não deveria ser financiada por contribuições obrigatórias, mas os esforços de reabilitação e capacitação deveriam ser sustentados por fundos voluntários multilaterais e pela cooperação bilateral (AMRE, 31 jan. 2001).

²⁰⁷ Os trabalhos foram precedidos por uma pesquisa unilateral para a demarcação, conduzida por equipes de pesquisadores e geólogos, entre 12 e 19 de março de 2002.

O SGNU entendia que uma transição para a independência que preservasse estabilidade, segurança e a continuidade da administração não poderia depender somente de contribuições, sendo necessária uma fonte previsível de financiamento (AMRE, 01 nov. 2001).

Singapura, Brasil, Portugal, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Irlanda e Canadá manifestaram o apoio explícito à proposta do SGNU de financiar a missão sucessora com contribuições obrigatórias, sob mandato do CSNU. Um apoio genérico foi manifestado pelas delegações da Colômbia, China, Tailândia, Japão e Bélgica (em nome da União Europeia) e Reino Unido, afirmando que a retirada da ONU deveria ser gradual e realizada em consulta permanente com os timorenses. Os EUA preferiram aguardar outro relatório do SGNU para se posicionar sobre a futura operação. A França assinalou que, com a independência, o papel da sociedade internacional passaria a ser a prestação de auxílio e cooperação cabíveis às autoridades timorenses (AMRE, 26 jul. 2001). A França se posicionou pela redução rápida da presença no Timor Leste o que liberaria recursos para outras operações na África.

O representante brasileiro na ONU entendia que a posição francesa poderia indicar o começo da marginalização do Timor Leste na agenda do Conselho de Segurança, percepção compartilhada por alguns diplomatas que se ocupavam do tema em Nova Iorque. O posicionamento francês teria gerado tensão no seio da União Europeia e refletia a baixa prioridade conferida pela França à questão, que estaria mais preocupada em evitar custos adicionais em área de importância estratégica reduzida para sua política externa e concentrar recursos e energia em algumas regiões da África e na ex-Iugoslávia. Com a França e os EUA pouco dispostos a arcar indefinidamente com os custos da missão no Timor Leste, o peso recairia sobre outros doadores importantes como Japão e Austrália (AMRE, 31 jan. 2001).

A Rússia, ao manifestar apoio à proposta do SGNU para a configuração da nova missão, colocou que a duração da presença em Timor Leste deveria ser de no máximo dois anos. Os EUA foram mais diretos e afirmaram que a missão sucessora não poderia eliminar todos os desafios de Timor Leste independente, que os timorenses deveriam assumir responsabilidades pelo seu próprio futuro e que a nova missão não deveria se estender além de meados de 2004 (AMRE, 31 jan. 2002).

No campo da segurança, próximo a independência, representantes da Austrália, Brasil, Japão, Malásia, Moçambique, Nova Zelândia, Filipinas, Portugal, República da Coreia, Singapura, Tailândia e dos Estados Unidos se reuniram para discutir o andamento do desenvolvimento das F-FDTL e verificar maneiras de apoiar com pessoal, treinamento, logística, equipamentos e material (UN, 16 Apr. 2002).

A UNTAET planejou a redução gradual de seus componentes e a transferência das funções para os timorenses de forma a garantir a continuidade da segurança e estabilidade do novo Estado. A redução dos funcionários internacionais começou em 1º de julho de 2001, passando de 994 funcionários para 233 em 1º de maio de 2002 (FARIA, 2011, p. 125).

Próximo ao seu final, a UNTAET apresentou como suas maiores conquistas: o estabelecimento da paz e segurança; ação do ACNUR, OIM, PMA e Unicef em relação às necessidades humanitárias e ao retorno de mais de 200 mil refugiados ao território; realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte que redigiu e aprovou a primeira Constituição do país; criação do Segundo Governo Transitório composto por timorenses; eleição de Xanana Gusmão para presidente; criação de um programa nacional de educação civil; realização de audiências públicas para que o povo se manifestasse em relação à Constituição que estava sendo preparada; coleta de dados para realizar as eleições; normalização das relações com a Indonésia e a Austrália; abertura de escritórios de representação diplomática; criação das FDTL, da PNTL e do Serviço Civil; estabelecimento do sistema judicial e legal; criação da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação; criação da Unidade de Assuntos de Gênero para aumentar a conscientização sobre a promoção da igualdade de gênero; reabilitação básica de escolas; reconstrução de edifícios públicos; acordo com a Austrália sobre as reservas de petróleo e gás; criação da Rádio UNTAET; melhoria dos serviços públicos básicos (saúde, educação e infraestrutura); recuperação de estradas e aeroportos; formação da Autoridade Fiscal Central; criação da Autoridade Bancária e de Pagamentos; criação do Projeto de Pequenas Empresas e a reabilitação de dois terços das terras aráveis; restauração de animais por importação e vacinação de bovinos e bubalinos; e fornecimento de redes e barcos para pequenas empresas de pesca. Todos os desenvolvimentos foram alcançados com a assistência de

países doadores, do Banco Mundial, PNUD, BDA, das Agências da ONU, ONGs e muitos outros parceiros (UN, 1 Apr. 2002).

Pouco antes da independência, foi preparado um Plano de Desenvolvimento Nacional, enfatizando objetivos para a redução da pobreza (WORLD BANK, 20 Apr. 2004).

Entre 17 e 24 de março de 2002, a UNTAET realizou um encontro em Dili para tratar da missão sucessora com representantes dos Estados membros da ONU que contribuíam com civis, policiais e militares (FARIA, 2011). O PNUD coordenou uma avaliação institucional da administração timorense para determinar que tipo de apoio a sociedade internacional poderia fornecer a partir de maio de 2002. A avaliação apresentou duzentas posições consideradas críticas e cem posições consideradas mais críticas para o funcionamento local que poderiam continuar a ser ocupadas por técnicos estrangeiros (HAMUTUK, 2007). A avaliação serviu de base para a conformação da nova missão aprovada pelo CSNU que deveria garantir a prestação de serviços básicos e uma administração sustentável no país recém-independente (UN, 20 Apr. 2002).

Com a independência, encerraram-se as atividades da UNTAET que durante dois anos e meio, cumpriu as missões previstas no mandato e preparou o Timor Leste para aquele acontecimento histórico. Se para os timorenses o custo, em termos de vidas humanas, foi alto, para a Missão da ONU, pode ser considerado baixo. Apenas vinte e uma pessoas a serviço das Nações Unidas morreram durante a Missão, como demonstra o quadro abaixo.²⁰⁸

Tabela 5 - Fatalidades na UNTAET

PAÍS	TOTAL	PAÍS	TOTAL
AUSTRÁLIA	1	NEPAL	1
BANGLADESH	1	NOVA ZELÂNDIA	3
TIMOR LESTE	6	PORTUGAL	2
ILHAS FIJI	2	ESPANHA	1
IRLANDA	1	TAILÂNDIA	2
GANÁ	1	FILIPINAS	3
MALÁSIA	2	TOTAL	26

Fonte: UN, DPKO, 2018.

²⁰⁸ Dos mortos, um era funcionário civil, um era civil local contratado, 16 eram da Força Militar, um observador e dois policiais. Do total, 10 morreram em acidentes, dois em ações hostis, seis por doenças e dois por outros motivos (UN, DPKO, *Fatalities*, 2003).

A festa da posse, iniciada na noite de 19 de maio de 2002, em Taci Tolou, nos arredores de Dili, teve a participação de mais de 120 mil pessoas e representantes de governos de 84 países, incluindo autoridades como o Secretário Geral da ONU, o Presidente português, o Primeiro Ministro australiano, o Presidente indonésio e o ex-Presidente norte-americano Bill Clinton. À meia noite, a bandeira do Timor Leste foi hasteada, marcando o nascimento da primeira nação do terceiro milênio.

A primeira sessão do parlamento timorense aconteceu na manhã de 20 de maio. O governo foi composto, inicialmente, pelos mesmos membros do Conselho de Ministros criado pela UNTAET. Na sessão inaugural o presidente Xanana Gusmão solicitou a admissão do país na ONU e na CPLP.

No entanto, apesar das festas, sabia-se que haveria um árduo trabalho à frente. Um relatório do PNUD apresentou o novo país como o mais pobre da Ásia, com uma renda per capita de 478 dólares, uma expectativa de vida de apenas 57 anos, 50% das crianças abaixo do peso e aproximadamente 40% da população ganhando menos de 55 dólares por dia (CHADE, 2002).

Em 1998, a população timorense girava em torno de 884 mil pessoas, sendo 20% de origem indonésia como resultado da transmigração, e 2% de chineses. Para uma população em 1960 de 517 mil habitantes, houve um crescimento anual de 1,4%. Cerca de 90% da população vivia na área rural e a agricultura era a principal fonte de renda para 71% dela, apesar do solo ser favorável à erosão e pobre para produção de grãos. A destruição de 70 mil hectares de florestas, na década de 1990, resultou no aumento da erosão e das enchentes. O produto interno bruto (PIB), em 1997, era de aproximadamente 344 milhões de dólares, implicando num PIB per capita em torno de 395 dólares. Metade das famílias vivia abaixo da linha de pobreza. A maior parte da população não tinha acesso à água tratada ou eletricidade e a taxa de analfabetismo era de 41% (ADB, 2000a).

Os timorenses tinham consciência da situação, mas talvez a maior felicidade estava relacionada com o fato de que, a partir de então, seriam os únicos gestores de seu destino, o que seria feito com liberdade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA

Passada a tempestade de setembro de 1999, a ONU utilizou a experiência acumulada em dezenas de missões de paz para conduzir o processo de transição para a independência por meio da UNTAET. Mas, a Organização não tinha a experiência suficiente na ‘construção’ de um Estado. A UNTAET foi conduzida pelo DPKO e não havia um modelo estabelecido para esse tipo de operação. Face aos acontecimentos pós-referendo, o planejamento em Nova Iorque foi realizado em um tempo bastante inferior ao normal. Mas, isso também resultou em problemas para a Missão e, nesse ponto, deve-se ressaltar o trabalho de Sérgio Viera de Mello, representante especial do SGNU, que colocou na UNTAET toda sua experiência de anos de trabalho em situações semelhantes a serviço da ONU, facilitada, sem dúvida, por sua condição de brasileiro e as relações que estabeleceu com as lideranças timorenses.

No entanto, é importante retornar à questão dos interesses das grandes potências como fatores determinantes das ações da ONU. Em janeiro de 2000, a Comissão Internacional de Investigação sobre o Timor Leste solicitou a instalação de um tribunal internacional com mandato para julgar e sentenciar os acusados de graves violações dos direitos humanos e das leis humanitárias internacionais ocorridas naquele território a partir de janeiro de 1999 (ACNUR, 2000).

Sem entrar no mérito da questão da instalação de uma corte *ad hoc* nos moldes dos tribunais já existentes para julgar crimes ocorridos na antiga Iugoslávia e em Ruanda, o fato é que as discussões sobre o caso do Timor Leste não progrediram, sob a justificativa que deveria ser dado à Indonésia a oportunidade de julgar seus próprios cidadãos. Como medida paliativa, foi aceita a recomendação da chefe da Comissão e instalada a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR).

Tal episódio serve para corroborar a assertiva de que cada situação é diferente de outra, embora pareçam semelhantes, e que a diferença entre elas está, principalmente, na percepção das grandes potências sobre a questão. E mais, de acordo com tais percepções, as situações são tratadas de forma diferenciada nos fóruns internacionais, por exemplo, na ONU.

Na província iugoslava do Kosovo, em 1999, foi dada uma importância muito grande para o indiciamento de pessoas supostamente envolvidas em crimes contra os direitos humanos. O tribunal *ad hoc* para crimes na antiga Iugoslávia chegou até a indiciar a cúpula do governo, incluindo o ex-presidente Slobodan Milosevic, durante os bombardeios da OTAN. Era necessário aplicar tal dimensão ao tribunal até como forma de reforçar a justificativa dos ataques. Posteriormente, os EUA passaram a pressionar o governo sérvio, condicionando ajuda financeira para a reconstrução do país à entrega dos indiciados ao Tribunal Penal Internacional para Crimes na Antiga Iugoslávia.

Já no Timor, a postura dos líderes ocidentais foi bem diferente. Não houve apoio para a criação de um tribunal internacional e não foi exercida pressão sobre o governo indonésio com a mesma intensidade que nos Bálcãs. Tanto é que somente em 2002 passou a funcionar a corte Indonésia para julgar seus cidadãos pelos crimes cometidos no Timor Leste. Como salientou Chomsky (2003, p. 71), fazendo correlação entre o governo da ex-Iugoslávia e o indonésio, o agente imediato dos crimes no Kosovo tratava-se de um inimigo oficial dos EUA, enquanto os agentes dos crimes no Timor Leste haviam sido “treinados, financiados e apoiados pelos EUA e seus aliados, do início até o terrível desfecho”. Na antiga Iugoslávia, utilizou-se todo o aparato bélico da OTAN para a proteção dos albaneses que estariam sofrendo com a ação das forças armadas e grupos paramilitares sérvios. No Timor Leste, apesar de toda a violência praticada por militares indonésios e milícias locais, a ação de uma força internacional só foi possível depois de uma negociação e do ‘aceite’ do governo indonésio.

Essa política de dois pesos-duas medidas serviu para reforçar os argumentos da corrente contrária à chamada ‘intervenção humanitária’. Primeiro, porque, quando apenas alguns Estados têm poder político e capacidade econômica, tecnológica e, principalmente, militar para realizar

tais intervenções, a aceitação de tal princípio daria o aval para que esses Estados agissem por conta própria, a par do debate, da decisão e da participação de um organismo mundial ou regional. Segundo, que esses Estados interviriam de acordo com seus valores, costumes, e interesses políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos, seguindo um critério mais seletivo que universal. Terceiro, ações unilaterais colocam em xeque todo o sistema criado após a Segunda Guerra Mundial para tratar coletivamente das questões da segurança internacional. Isso porque as ações da sociedade internacional para impedir que atrocidades sejam cometidas contra minorias em qualquer parte do mundo devem ser amparadas legalmente pelos instrumentos jurídicos existentes e pautar pela universalidade, não se restringindo apenas às regiões de interesse das grandes potências.

Durante o processo que conduziria à independência, verificou-se a preocupação dos líderes timorenses com a criação de uma identidade nacional no país. Para isso, seria necessário mobilizar vínculos coletivos já existentes e criar outros, fazendo com que o povo timorense se definisse e se diferenciasse dos demais grupos sociais, principalmente dos existentes em seu entorno como a Indonésia e a Austrália.

Foi escolhido o dólar como moeda oficial, logicamente como tentativa de proporcionar um sistema monetário forte e estável, mas também com um fundo de simbolismo. A rupia indonésia era, e continuou sendo, a moeda mais usada, mas a sua não adoção significava o rompimento com as estruturas monetárias indonésias.

Da mesma forma, foi determinado o português como a língua oficial do país. O bahasa indonésio foi ensinado nas escolas, usado em todos os negócios governamentais desde a invasão indonésia e era falado pela maior parte da população. O tétum, apesar de ter um vocabulário limitado e não ser falado em nenhum outro lugar do mundo era a língua local mais falada no Timor Leste. O português, por sua vez, era falado por apenas 40% da população, justamente pelos mais velhos que o aprenderam durante a colonização portuguesa. Os jornais eram impressos em tétum ou em bahasa. Assim, a escolha do português pode ser entendida como uma tentativa da criação da identidade nacional, além de uma opção de inserção numa comunidade maior, no caso, a formada pelos países de língua portuguesa.

É natural, num processo violento de independência, que se procure anular tudo que se associe ao colonizador ou ao opressor. Durante a ocupação indonésia o tétum e o português foram as línguas de oposição usadas pela resistência, sendo que a última era também a língua de contato com o Ocidente.

No caso do Timor Leste, talvez, se não tivesse havido tanta repressão por parte da Indonésia, a escolha da língua recaísse sobre o bahasa. Mas havia o ressentimento e a necessidade de anular a ligação linguística com o opressor ao passo que os portugueses, em poucos momentos, utilizaram-se da força para controlar os timorenses. Havia um reconhecimento da benevolência portuguesa, um laço afetivo que talvez tenha sido fundamental na escolha.

O Assistente do Secretário Geral da ONU para o DPKO, Heidi Annabi entendia que tanto por questões econômicas quanto em termos de segurança, os relacionamentos prioritários do Timor Leste seriam com seus vizinhos da ASEAN, o que favorecia o uso do inglês e do bahasa e, inevitavelmente, distanciava o português. A ONU entendia que o português era uma opção da ‘velha guarda’ timorense, relacionada à necessidade de, pela língua, construir uma identidade nacional distinta dos vizinhos, entre eles a potência ocupante (Indonésia) e a potência econômica (Austrália) (AMRE, 03 jan. 2001). Os críticos à oficialização da língua portuguesa diziam que a decisão alimentaria um conflito entre gerações (AMRE, 29 set. 2011). Ramos-Horta (1996 apud WALDMAN; SERRANO, 1997, p. 37) defendeu a reintrodução do português como forma de diferenciar os timorenses na região, e por entender que o português lhes permitiria a “comunicação, ligação e solidariedade com um espaço maior, que é o espaço lusófono”. Sobre a não adoção do inglês, justificou dizendo que se o fizesse, o Timor Leste seria invadido pela cultura anglicana e “seria relegado para o lugar não muito honroso de um pequeno jardim australiano” (HORTA, 1998, p. 318).

O embaixador do Brasil em Dili salientou que, a despeito de pressões internacionais em contrário como, por exemplo, da Austrália, o Timor Leste deu prioridade à promoção da unidade linguística como uma das

formas de garantir a identidade nacional (AMRE, 14 nov. 2002; AMRE, 21 set. 2011).

A opção pelo português seria de certa forma contrária ao desejo da população jovem e demandaria da parte de Brasil e Portugal empenho político e cooperação para sustentá-la em longo prazo (AMRE, 03 jan. 2001). A opção resultou em alguns problemas internos. Em 2011, seis mil estudantes timorenses realizavam seus estudos universitários na Indonésia, sendo Yogyakarta a cidade de maior concentração. Ao retornarem ao Timor Leste, onde os documentos eram produzidos em português, parte dessa população enfrentava obstáculos para inserção no mercado de trabalho (AMRE, 28 set. 2011).

Com a adoção do português como língua oficial, o Timor Leste passou a ser o oitavo membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ao lado de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em dezembro de 2002, o Instituto Camões, de Portugal, e a CPLP começaram a estudar a formação de uma parceria para promover a difusão do português no país, iniciando pela reconstrução e transformação de um prédio do antigo tribunal de Dili no Instituto de Línguas Oficiais (CPLP..., 2002).

Na preparação para a independência a UNTAET trabalhou em todas as principais áreas e instituições para formação do Estado. Os quatro regulamentos editados em 1999 versaram sobre os poderes da Administração Transitória e a criação do Conselho Consultivo Nacional, da Comissão Transitória de Serviço Judicial e do Boletim Oficial do Timor Leste. Os 36 regulamentos de 2000 trataram da criação e/ou organização de órgãos como: Autoridade Fiscal Central; Comissão do Serviço Público; Gabinete Central de Pagamentos; tribunais, incluindo câmaras com jurisdição exclusiva sobre delitos criminais graves; Conselhos de Suco e de Posto para o desembolso de fundos para atividades de desenvolvimento; Procuradoria Pública; sistema tributário; zonas protegidas; Gabinete do Governo de Transição; e Conselho Nacional. Os regulamentos legislaram sobre regras provisórias de: processo penal; dotações orçamentárias e gestão financeira; regimes de fronteiras, tributário e alfandegário; utilização de moedas; registo de negócios; licenciamento das casas de câmbio; licenciamento e

supervisão bancária; aquisições para a administração pública; proibição de exploração e exportação de madeira; proibição temporária da venda de terras por cidadãos e corporações indonésias; e abertura de escritórios de representação de governos estrangeiros.

Os 31 regulamentos de 2001 trataram da criação: das forças de defesa; da Conservatória Central de Registo Civil; do regime de trânsito; da Comissão de Recepção, Verdade e Reconciliação; do Código Disciplinar Militar; do Órgão Regulador das Telecomunicações; dos serviços de polícia, prisional e de assistência judiciária; do setor judiciário, incluindo a Comissão Transitória do Serviço Judicial; do Ministério Público; do Conselho de Ministros; do Sistema Tributário e do regime de fronteiras. Também estabeleceram normas sobre processo penal, eleição da Assembleia Constituinte, dotações orçamentárias, gestão financeira, moeda oficial, autoridade bancária e de pagamentos, e armas de fogo, munições e explosivos.

Em 2002, os últimos regulamentos da UNTAET disciplinaram a eleição presidencial, as infrações eleitorais e o registo de negócios, criaram o Código Trabalhista e o Serviço Público de Radiodifusão e modificaram a Estrutura Orgânica do Segundo Governo Transitório.

A UNTAET trabalhou, então, na constituição e funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário e das principais instituições do novo Estado. Pode-se dizer que a Missão trabalhou num processo de acertos e erros uma vez que não haviam precedentes na ONU de criação de um novo Estado por uma operação de paz. A Autoridade Transitória da ONU no Camboja (1992-1993) administrou um país independente e, apesar de ter se responsabilizado inclusive pelo sistema prisional, o foco principal foi a condução de eleições e a implantação de um novo governo democraticamente eleito. A Administração Transitória da ONU na Eslavônia Oriental – UNTAES, na antiga Iugoslávia (1996-1998) teve características diferentes, pois tratou de administrar temporariamente um território que estava sob controle sérvio e entregá-lo para o governo croata. A administração transitória no Kosovo estava em seus anos iniciais e, apesar de não haver uma definição sobre o futuro da província, a UNMIK trabalhava com o mandato que indicava sua permanência como parte da Sérvia. Logo, a UNTAET

enfrentou uma série de problemas, alguns dos quais se tornaram causas de novas crises como as ocorridas em 2004, 2006 e 2008.

A UNTAET foi uma missão curta, durando pouco mais de dois anos e trabalhou sob pressão constante para que fosse encerrada até meados de 2002. Havia uma enorme dimensão dos desafios e limitações orçamentárias. A maior parte do orçamento foi baseada nas contribuições não voluntárias dos membros da ONU, resultando na pressão para que fosse completada o mais cedo possível para não drenar as finanças da Organização (SUHRKE, 2001). No CSNU, a França pressionou para que a Missão fosse encerrada a fim de que os recursos pudessem ser empregados na África onde estavam seus maiores interesses.

A construção do Estado foi resultado de um complexo jogo de forças entre os diversos atores presentes como: a UNTAET; agências da ONU; instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, Banco Asiático de Desenvolvimento, etc.); agências nacionais de cooperação (USAID, AUSAID, JICA, GTZ, ABC, etc.); timorenses que permaneceram no território durante a ocupação indonésia; e timorenses da diáspora. Todos esses atores se sobrepuseram, de alguma forma, aos órgãos representativos locais, inicialmente o CNRT e, posteriormente, a Assembleia Constituinte e o Parlamento Nacional.

Esse jogo de forças tem relação com a necessidade de cooperação internacional. Nas intervenções internacionais pós-conflitos os doadores são motivados por razões humanitárias para dar assistência, mas também para promover seus interesses, como estabilidade regional e ampliação de mercados, promoção da cultura, etc. Dá-se o que Hamutuk (2007) chamou de ‘ajuda vinculada’, ou seja, a ajuda que cria condições as quais o governo ‘hospedeiro’ tem que obedecer. O autor apresentou alguns exemplos como a Austrália que, embora estivesse entre os cinco maiores doadores, o total de suas doações era menor do que os recursos obtidos nos campos de petróleo do Mar do Timor, os quais, segundo os líderes timorenses, pertenceriam ao Timor Leste de acordo com a legislação internacional. Portugal, outro dos cinco maiores doadores, deveria ter responsabilidade na reconstrução de sua antiga colônia, no entanto, as doações eram apresentadas como ‘ato de generosidade’. O principal setor

da ajuda portuguesa era a educação, mas o interesse maior era a promoção da língua portuguesa, o mesmo acontecendo com o Brasil, além de alguns projetos de treinamento vocacional implementados pela ABC.

A assistência internacional se refere também a negócios porque as doações levam junto funcionários internacionais, empresários, equipamentos importados, fazendo com que a maior parte do dinheiro retorne aos doadores. Ainda, através da ajuda acaba-se cooptando os recipiendários a adotar ideologias estabelecidas pelos países mais ricos e a negar a própria realidade e valores locais (HAMUTUK, 2007).

Como ocorre em qualquer intervenção internacional, havia um número significativo de estrangeiros nas posições políticas e de gerência mais elevadas. Há uma tendência de que esses elementos sejam vistos com desconfiança pela elite e a população local como não representativos dos interesses nacionais. Como salientou Faria (2011), numa intervenção a administração transitória não tem uma natureza democrática, mesmo que a composição seja atenuada com a atribuição de posições políticas de relevo a cidadãos locais. O autor reforçou que essa situação não representou nem inspirou a legitimidade e responsabilidade perante os timorenses, apresentando como exemplo o fato do ‘Ministro Chefé’ do II Governo Transitório ter permanecido sob supervisão do administrador transitório até a independência do país.

Com exceção dos membros da resistência que permaneceram no exterior, os timorenses desconheciam um paradigma de Estado que pudessem reconhecer como desejável, pois do modelo colonial português passaram ao modelo não democrático indonésio. Ou seja, passaram da administração centrada nos portugueses, para a administração indonésia liderada pelos que vinham de outras partes daquele país, e dela para vivenciarem o modelo implementado pela UNTAET onde as posições chave eram ocupadas por estrangeiros. A transferência dessas posições para líderes locais foi chamada de ‘timorização’, processo que além de começar tarde não contou com o comprometimento da maior parte dos quadros locais.

Durante a ocupação indonésia, havia um grande número de funcionários públicos locais, os quais não ocupavam posições de tomadas de decisão porque a centralização do poder estava em Jacarta. Naquele período era considerado patriótico não trabalhar direito. Com a violência de 1999, mais de 75% da infraestrutura pública foi destruída e mais de sete mil servidores fugiram para a Indonésia. Um número significativo de timorenses foi admitido nos quadros da UNTAET e, posteriormente, no funcionalismo público do novo país. Mas tiveram pouco impacto na implementação de uma ‘marca timorense’ nas novas estruturas do Estado até porque, mesmo participando da administração da UNTAET, continuavam sem autoridade de decisão (QUINTANEIRO, 2007; HAMUTUK, 2007; FARIA, 2011).

A UNTAET operou a transição do conflito violento para a construção de um Estado democrático e estável. Como em qualquer situação pós-conflito, deveria implementar mudanças apoiadas em duas direções que devem ser encaradas numa perspectiva de longo prazo, a superação da violência e a construção de capacidades para garantir a segurança e a estabilidade. O problema é que as operações de paz em geral trabalham sob pressão de alcançar resultados no menor espaço de tempo possível. O Timor Leste não ficou imune a essa característica. A administração transitória procurou, em pouco tempo, e apoiada pela assistência internacional, atuar nessas duas direções. No caso da superação da violência, os maiores esforços podem ser vistos na criação da CAVR, nas ações para punição dos que cometeram crimes graves, incluindo tanto as estabelecidas no Timor Leste como a pressão para que procedimentos semelhantes fossem adotados pela Indonésia, e o processo de acolhimento para crimes leves. No caso da construção de capacidade, dentre os inúmeros projetos desenvolvidos pode-se destacar os que envolveram o setor de segurança, uma vez que tiveram relação causal com as crises subsequentes de 2006 e 2008.

A UNTAET assumiu toda a responsabilidade administrativa no território durante o período de transição para a independência e uma das atribuições determinadas pelo mandato consistia em prover a segurança e manter a lei e a ordem no território. Para isso, um dos três componentes

básicos da administração do Timor Leste, durante a transição, foi a segurança que envolvia os militares e os policiais.

O setor de segurança no Timor Leste foi produto de fatores resultantes da ocupação indonésia, desmobilização da resistência e da atuação da UNTAET. Assim, a construção das forças de defesa foi feita a partir da desmobilização dos combatentes das Falintil de modo a cumprir o cronograma da UNTAET, que atuava também no sentido de acomodar os diversos interesses dos líderes que assumiram cargos políticos no Estado que estava sendo construído. Não foi estabelecida uma política de defesa e a base legislativa permaneceu formada pelos regulamentos da UNTAET.

A construção das F-FDTL, a partir da desmobilização dos combatentes das Falintil, resultou em que muitos de seus elementos, embora tivessem experiência de combate, não tinham treinamento militar nem disciplina ou coesão. Além disso, muitos deles não puderam ser integrados nas F-FDTL e ficaram ressentidos.

Outra prioridade do mandato da UNTAET foi construir a Polícia Nacional do Timor Leste (PNTL), criada em março de 2000, cujo efetivo inicial incorporou pessoas que tinham conhecimento prévio da função, ou seja, antigos membros da polícia indonésia.

Diversos estudos sobre a reforma do setor de segurança no Timor Leste apontaram para boas intenções e descoordenação das atividades por parte dos inúmeros doadores que atuaram na criação das forças de defesa e policiais. O foco foi em treinar e equipar essas forças e não na construção da capacidade política de tomada de decisões. Os exemplos de vários conflitos violentos indicam que qualquer ganho em estabilidade e segurança adquirida pelo preço da impunidade e falta de responsabilidade tem pouca duração. Ainda, que as iniciativas de coordenação de reforma do setor de segurança (RSS) são melhores se partirem dos governos locais. Logo, os esforços iniciais precisam focar no aumento da capacidade do governo para tomar decisões referentes ao setor e coordenar os vários aspectos relevantes com os doadores. Os programas não devem focar apenas nos serviços deficientes, mas também na construção da capacidade dos legisladores desenvolverem leis eficientes e políticas relevantes ao setor de segurança. As

comunidades locais deveriam ser consultadas antes de determinar em que concerne sua segurança e quais suas necessidades para que os esforços possam ser apropriadamente priorizados (IFP, 2009).

As iniciativas de RSS careceram de coordenação entre os vários doadores internacionais e seus programas. Não houve troca de informações entre doadores e programas e a pouca coordenação existente foi feita de maneira informal, caracterizando-se mais como compartilhamento de informação (IFP, 2009).

Mas os problemas não ficaram apenas no setor de segurança. O choque do tradicional com o novo ocorreu em diversas áreas em que a UNTAET interviu e várias iniciativas de empoderamento das vilas e sucos implementadas não foram bem vistas pelos locais. O Projeto de Empoderamento da Comunidade e Governança Local, da UNTAET, financiado pelo Fundo de Ajuda ao Timor Leste, administrado pelo Banco Mundial e iniciado em fevereiro de 2000, visou suprir a falha da UNTAET que se restringia às estruturas nacionais atingindo no máximo o nível de subdistrito, e garantir uma maior participação popular na reconstrução. Os ciclos do projeto estavam baseados na criação de Conselhos Administrativos dos Sucos, que funcionariam como estrutura de governo, como um fórum democrático, participativo e transparente, e deveria alterar o modelo de decisão *top-down* para o *bottom-up*.²⁰⁹

O Regulamento 13/2000 determinou que as decisões deveriam ser tomadas em reuniões onde todos os representantes locais tivessem sido convidados e com no mínimo de 60% do membros do Conselho presentes. No entanto, esse processo se chocava com o tradicional, implicava na exclusão de líderes locais e provocou resistência em algumas regiões. Os anciões tradicionais agem como um órgão legislativo e estão integrados nas estruturas das aldeias, dos sucos e dos postos, sendo normalmente compostos por membros mais antigos de seus grupos sociais (*umakain*). Assim, o projeto foi considerado irrealista ao ignorar a estrutura de poder e de tomada de decisões ao pretender inserir uma eleição de conselheiros afastando as lideranças tradicionais, e acabou sendo visto

²⁰⁹ Vale lembrar que as regulamentações sobre autoridades comunitárias datam de 2004 e que a eleição de Chefes de Suco (aldeia) e Conselhos de Suco ocorreram durante vários meses entre 2004 e 2005.

como uma estrutura trazida de fora, sem importância para as comunidades (ANJOS FILHO, 2011).

O mesmo choque aconteceu em relação ao sistema judiciário que foi criado e teve que conviver com os mecanismos de justiça tradicional secularmente utilizado pela comunidade.

De qualquer forma, a condução das eleições, a estruturação das instituições, o reordenamento jurídico, a coordenação com as diversas agências e organismos internacionais e não governamentais que atuaram nos programas emergenciais, na reconstrução física do Timor Leste e na tentativa de amenizar os graves problemas de direitos humanos, reassentamento de refugiados e das mais diversas áreas sociais como saúde e educação, dentre outras, tiveram a marca das Nações Unidas, e o novo Estado pôde ser ‘construído’.

CAPÍTULO 5

UNMISSET (2002 – 2005) A NOVA NAÇÃO E A MISSÃO DE APOIO DA ONU

*“Nós devemos aprender com as lições de outros países, e integrá-las a nossa própria história e cultura”.*²¹⁰

A Constituição do Timor Leste estabeleceu como objetivos fundamentais do Estado: a defesa e a garantia da soberania, dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; o respeito pelos princípios do Estado democrático de direito, democracia política e participação popular na resolução dos problemas nacionais, desenvolvimento da economia e progresso da ciência e da técnica; promoção da edificação de uma sociedade baseada na justiça social; proteção do meio ambiente e preservação dos recursos naturais; valorização da personalidade e do patrimônio cultural do povo timorense; estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação entre todos os povos e Estados; desenvolvimento harmonioso e integrado dos setores e regiões, além da justa repartição do produto nacional; e criação, promoção e garantia da igualdade de oportunidades entre a mulher e o homem (Art. 6º) (TIMOR LESTE, 2002a).

A Constituição estabeleceu ainda a liberdade religiosa, o tétum e o português como línguas oficiais, a bandeira, o emblema e o hino como símbolos nacionais. A história e a esperança do povo timorense foram ma-

²¹⁰ “... we must learn from the lessons of other countries, and integrate these with our own unique history and culture” (Xanana Gusmão citado em WORLD BANK, 1999, tradução nossa).

terializadas nas cores da bandeira nacional: amarela (o colonialismo), preta (o obscurantismo que é preciso vencer), vermelha (a luta pela libertação nacional) e branca (a paz) (TIMOR LESTE, 2002a).

No novo Estado também haveria: universalidade e igualdade dos direitos; não discriminação baseada na cor, raça, estado civil, sexo, origem étnica, língua, posição social ou situação econômica, convicções políticas ou ideológicas, religião, instrução ou condição física ou mental; igualdade entre mulheres e homens; e proteção das crianças, jovens, idosos, deficientes e dos timorenses no exterior. A suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais só seria possível com a declaração de estado de sítio ou o estado de emergência, em casos de agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, grave perturbação ou ameaça séria de perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública. Ainda, foram garantidos os direitos fundamentais, o voto a partir dos 17 anos de idade, o estabelecimento de sindicatos e associações sindicais independentes e proibida qualquer prática de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (TIMOR LESTE, 2002a).

Dentro das especificidades do Timor Leste, o enclave de Oecussi passou a ser regido por regimes administrativo e econômico especiais. Da mesma forma, foi determinado um estatuto econômico diferenciado para a ilha de Ataúro (Art. 5º) (TIMOR LESTE, 2002a).

A UNMISSET

A *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET) foi estabelecida a partir de 20 de maio de 2002, pela Resolução 1410, por um período inicial de doze meses, que poderia ser estendido por igual período, com a finalidade de manter a segurança e a estabilidade no país no período pós-independência.²¹¹

O CSNU autorizou um efetivo máximo de cinco mil militares, incluindo 120 observadores militares, 1.250 policiais civis, 455 civis do *staff* internacional da ONU, 100 especialistas para o Grupo de Apoio Civil,

²¹¹ A resolução foi aprovada por unanimidade pelo CSNU (UN, S/Res/1410, 2002).

977 civis locais contratados e 241 voluntários das Nações Unidas. Vinte e oito diferentes países contribuíram com militares e 32 países com policiais. Haveria, posteriormente, a redução desse efetivo, o que ocorreu em 2004 com a Resolução 1543 aprovada pelo Conselho de Segurança.²¹² O custo total da Missão foi de 565,5 milhões de dólares. O Programa de Voluntários da ONU tinha, no final de 2002, um efetivo de 267 pessoas trabalhando na UNMISET. Outros trabalhavam nas demais agências da Organização presentes no país (UN, DPKO, 2003).²¹³

O mandato aprovado determinou as seguintes missões para a UNMISET: 1) prover assistência às estruturas administrativas de modo a garantir a viabilidade e a estabilidade política do país; 2) prover interinamente a aplicação da lei e da segurança pública e auxiliar o desenvolvimento do serviço de polícia do Timor Leste; e 3) contribuir para a segurança interna e externa do país (UN, S/Res/1410, 2002).

A Missão deveria paulatinamente trabalhar na capacitação dos recursos humanos timorenses e na sustentabilidade das instituições do Estado, auxiliando as estruturas administrativas críticas.

O Conselho de Segurança solicitou à Missão que tornasse efetivos três programas previstos no Plano de Implementação do Mandato: Estabilidade, Democracia e Justiça; Segurança Pública e Aplicação da Lei; e Controle das Fronteiras e Segurança Externa.²¹⁴

A UNMISET foi organizada sob o comando do Representante Especial do Secretário Geral (RESG), com uma Força Militar (incluía também os observadores militares), Polícia Civil, Grupo de Apoio Civil, Unidade de Crimes Graves (UCG) e Unidade de Direitos Humanos. Após um período máximo de dois anos, deveria entregar todas as responsabilidades administrativas ao governo do novo Estado.²¹⁵

²¹² A Resolução reduziu o efetivo para 477 militares, 42 oficiais de ligação, 157 policiais, 336 civis do *staff* internacional da ONU, 144 voluntários e 641 locais contratados (UN, S/Res/1543, 2004).

²¹³ No final de 2002, aproximadamente cinco mil voluntários estavam trabalhando em programas da ONU em 140 diferentes países.

²¹⁴ Os programas constavam do relatório enviado pelo SGNU ao CSNU em 17 abr. 2002 (UN, S/2002/432, 2002).

²¹⁵ A Missão foi chefiada pelo indiano Kamallesh Sharma como RESG, entre maio de 2002 e maio de 2004, e pelo japonês Sukehiro Hasegawa até maio de 2005 (UN, UNMISET, 29 Abr. 2005).

A estrutura da UNMISSET foi baseada na avaliação institucional da administração timorense realizada por consultores internacionais do PNUD que indicou as posições que poderiam continuar a ser ocupadas por técnicos estrangeiros. Os recursos para a iniciativa vieram de doações bilaterais, mas alguns países doadores e organizações designaram seus próprios assessores diretamente nas instituições que consideravam importantes (HAMUTUK, 2007).

GOVERNANÇA E ESTABILIDADE

A Constituição observou o princípio da separação e interdependência dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Ao Presidente coube a chefia do Estado e o comando supremo das Forças Armadas, sendo eleito entre candidatos maiores de 35 anos para um mandato de cinco anos, com direito a uma única reeleição. Era, ainda, o Presidente do Conselho Superior de Defesa e Segurança e do Conselho de Estado. Na área das relações internacionais, foi-lhe atribuída competência para: declarar a guerra e fazer a paz; nomear e exonerar embaixadores, representantes permanentes e enviados extraordinários; creditar os representantes diplomáticos estrangeiros; e conduzir o processo de negociação para a conclusão de acordos internacionais na área da defesa e segurança (TIMOR LESTE, 2002a).

O Conselho de Estado foi criado como órgão de consulta política do Presidente da República, sendo integrado por: ex-presidentes (desde que não tivessem sido destituídos); Presidente do Parlamento Nacional; Primeiro-Ministro; cinco cidadãos eleitos pelo Parlamento Nacional e outros cinco cidadãos designados pelo Presidente da República. O Conselho de Estado deveria se pronunciar sobre a dissolução do Parlamento Nacional, a demissão do Governo, declaração de guerra e estabelecimento da paz (TIMOR LESTE, 2002a).

Enquanto isso, o Parlamento Nacional, órgão legislativo do Estado, foi estruturado pela Lei Orgânica nº 4, de 7 de agosto de 2002, constituído

por no mínimo 52 e no máximo 65 deputados eleitos por sufrágio universal, para um mandato de cinco anos (TIMOR LESTE, 7 ago. 2002).

Ao Governo foi atribuída a responsabilidade pela condução e execução da política geral do país e como órgão superior da Administração Pública. Foi composto pelo Primeiro-Ministro, indicado pelo partido mais votado ou pela aliança de partidos com maioria parlamentar, por Ministros e Secretários de Estado, nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro.²¹⁶ O Governo recebeu as atribuições de: definir e executar a política geral do país; garantir o gozo dos direitos e liberdades fundamentais aos cidadãos; assegurar a ordem pública e a disciplina social; preparar o Plano e o Orçamento Geral do Estado e executá-los depois de aprovados pelo Parlamento Nacional; regulamentar a atividade econômica e a dos setores sociais; preparar e negociar tratados e acordos; definir e executar a política externa do país; dirigir a política laboral e de segurança social; garantir a defesa e consolidação do domínio público e do patrimônio do Estado; dirigir e coordenar as atividades dos ministérios e demais instituições subordinadas ao Conselho de Ministros; promover o desenvolvimento do setor cooperativo e o apoio à produção familiar; apoiar o exercício da iniciativa econômica privada; praticar os atos e tomar as providências necessárias ao desenvolvimento econômico-social e à satisfação das necessidades da comunidade timorense (TIMOR LESTE, 2002a).

Ao Conselho de Ministros, presidido pelo Primeiro-Ministro, foram atribuídas, dentre outras, as obrigações de definir as linhas gerais da política governamental, aprovar propostas de lei e de resoluções, diplomas legislativos, acordos internacionais não submetidos ao Parlamento Nacional e os atos do Governo envolvendo aumento ou diminuição das receitas ou despesas públicas (TIMOR LESTE, 2002a).

Antes da independência não havia unidades governamentais específicas cujas competências estivessem descritas ou dessem assessoria jurídi-

²¹⁶ O primeiro governo do Timor Leste foi composto pelo Primeiro-Ministro e ministros do Desenvolvimento e Ambiente; Estado e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Justiça; Plano e Finanças; Transportes, Comunicações e Obras Públicas; Administração Interna; Agricultura, Pescas e Florestas; e da Educação, Cultura, Juventude e Desporto. Era composto também pelos secretários da Defesa, Trabalho e Solidariedade, Comércio e Indústria, Conselho de Ministros, Assuntos Parlamentares, Eletricidade e Águas e do Turismo, Ambiente e Investimento.

ca ao governo, tarefa atribuída para o Secretário de Estado do Conselho de Ministros (UNMISSET, CSGA, 2004).

O Grupo de Apoio Civil – *Civil Support Group* (CSG) da UNMISSET foi criado para auxiliar as estruturas administrativas chaves, assegurando a continuidade do processo institucional e a capacitação dos timorenses com programas para diminuir a possibilidade de falhas do governo que gerassem instabilidade. Os programas englobaram 18 instituições estatais e o CSG apoiou, também, a formulação de dispositivos legais críticos para a vida do Estado (UNMISSET, CSGA, 2004).

O CSG foi uma inovação em operações de paz e foi considerado um projeto piloto baseado na nova abordagem de construção da paz que estava sendo formada na ONU. A UNMISSET não tinha um plano pré-estabelecido de implementação do programa e não contava com um manual operacional padrão para suas atividades (UNMISSET, CSGA, 2004). O Grupo deveria atender as necessidades imediatas do período pós-independência em quatro áreas temáticas: serviços financeiros e centrais, com 42 assessores; sistemas internos em vários ministérios, com 27 assessores; serviços essenciais (água e saneamento, energia, habitação, portos e saúde), com 17 assessores; e sistemas legais e de justiça, com 14 assessores. Havia, ainda, dois assessores no escritório do Presidente e no Parlamento Nacional e mentores em cada uma das quatro cortes distritais e no Tribunal de Recursos (UNMISSET, CSGA, 2004).

A UNMISSET baseou-se na escassez de profissionais habilitados nas diversas áreas de interesse, desenvolvendo programas de capacitação nas áreas de tecnologia da informação, computação, administração, desenvolvimento de pequenas empresas, operação de máquinas pesadas, além de cursos de português e inglês e palestras sobre formação de cooperativas e microfinanças. Os programas foram direcionados para os civis locais contratados pela ONU de modo a deixá-los em melhores condições de serem empregados após o encerramento da Missão. Dessa forma, os chamados ‘conselheiros para a estabilidade’ passaram a trabalhar com os servidores públicos timorenses para promover apoio e, de acordo com as necessidades, realizar funções básicas para garantir um funcionamento administrativo adequado. Em seguida, os conselheiros foram encarregados de desen-

volver as capacidades dos servidores públicos com quem trabalharam mais estreitamente (UNMISSET, CSGA, 2004).

O programa de construção institucional e de capacidades foi implementado levando em consideração três pilares: conhecimento (individual e institucional), sistema e processo (procedimentos e regulamentos dentro de cada instituição) e comportamento humano (comportamento individual nas atividades diárias dentro das instituições) (UNMISSET, CSGA, 2004).

Ao se constatar dificuldades na implementação pela falta de participação timorense, foi criada uma Unidade de Coordenação de Desenvolvimento de Capacidade (CDCU). Outro problema foi o tempo de permanência dos assessores internacionais, pois, por conta dos contratos, alguns permaneceram apenas um ano ou seis meses e, embora seu papel fosse auxiliar os timorenses, alguns deles realizaram na prática “funções de frente, sendo secretários, tomando decisões, trabalhando no nível da política e da implementação de programas, etc.” (HAMUTUK, 2007, p. 113).

Dois órgãos chave do governo foram encarregados de desenvolver o serviço público, a Direção Nacional da Função Pública e o Instituto Nacional da Administração Pública (INAP), criado pela UNTAET em fevereiro de 2000. Ambos ficaram ligados ao Ministério da Administração Interna até maio de 2003, quando foi criado o Ministério da Administração Estatal, renomeado depois como Ministério do Interior. Em julho de 2003, a Administração para Governo Local e Desenvolvimento passou a se chamar Diretoria Nacional da Administração Territorial (DNAT). No entanto, esses órgãos não foram bem sucedidos na formulação de políticas que pudessem ser transformadas em legislação formal (UNMISSET, CSGA, 2004).

O Escritório do Inspetor Geral do país foi apoiado por dois membros do CSG e oito funcionários locais que foram treinados pelos conselheiros internacionais, desenvolvendo ações preventivas, de investigações, de treinamento e capacitação, e de difusão e informação pública (UNMISSET, CSGA, 2004).

Em 2004, o Ministério do Interior tornou-se o órgão central do Estado responsável pela direção, execução e coordenação das ações com vista a garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas, a proteção das pessoas e bens e a defesa da economia nacional. O Estatuto Orgânico do Ministério manteve a PNTL como instituição diretamente subordinada responsável pela segurança pública, o controle de estrangeiros e a segurança marítima e portuária, dentre outras (ANTL, Decreto do Governo n. 3/2004, 2004).

O Decreto-Lei nº 5/2004 deliberou sobre as autoridades comunitárias, reconhecendo que os líderes e as estruturas locais tiveram um papel de relevo na organização social e que delas dependiam a organização e mobilização da comunidade para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. O Decreto formalizou as atividades de chefes de suco e dos conselhos de sucos. O primeiro, como autoridade eleita para dirigir as atividades desenvolvidas pela comunidade e estabelecer mecanismos de coordenação com a administração local e os ministérios, o segundo como órgão de aconselhamento do chefe do suco. O Conselho era formado pelo chefe do suco, chefes das aldeias que compunham o suco, duas mulheres, dois jovens (um de cada sexo e entre 17 e 35 anos) e um ancião (mais de 50 anos, chamado nos sucos de *lian nain*). O Decreto reconheceu, também, os mecanismos tradicionais de solução de pequenos conflitos a cargo dos chefes de aldeias (ANTL, Decreto-Lei n. 5/2004, 2004).

A Administração Transitória não promulgou documento oficial definindo uma estrutura governamental formal em nível de vilas, deixando algumas questões a serem resolvidas após a independência como o quadro legal da divisão administrativa do país e a legitimação formal das autoridades locais que existiam na prática. A lei orçamentária implementada pelo Parlamento, em julho de 2002, reconheceu formalmente a existência de governos locais abaixo do nível de subdistrito. As autoridades locais também foram reconhecidas em resoluções ministeriais de outubro de 2002 e de julho de 2003. A lei sobre a eleição de chefes de aldeias foi aprovada em dezembro de 2003 e as primeiras eleições ocorreram em 2004 (UNMISSET, CSGA, 2004).

Quanto ao sistema financeiro, a Constituição determinou que seria estruturado por lei de modo a garantir a formação, captação e segurança das poupanças, bem como a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento econômico e social. Determinou que o Estado criasse um banco central corresponsável pela definição e execução da política monetária e financeira, um sistema fiscal que satisfizesse as necessidades financeiras e contribuísse para a justa repartição da riqueza e dos rendimentos nacionais (TIMOR LESTE, 2002a).

O novo país enfrentava os “desafios de uma nação em construção, com recursos humanos limitados, instituições embrionárias, uma economia estagnada e altos níveis de pobreza e desemprego”. O gradual encerramento da presença internacional se dava com a desaceleração dos programas de reconstrução resultando na retração da atividade econômica, particularmente nas áreas urbanas (WORLD BANK, 2004, p. 36-37, tradução nossa).

O novo governo do Timor Leste viveu uma redução orçamentária de 650 milhões de dólares do período da UNTAET para 90 milhões de dólares durante o primeiro ano fiscal pós-independência. Esse “choque econômico” significou menos dinheiro circulando no governo e setores privados, tanto na capital quanto nos demais distritos, e redução dos gastos governamentais (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 159).

O país continuava dependente da ajuda externa. No ano fiscal de 2000/2001, a ajuda externa que combinava o apoio orçamentário e os projetos de assistência representou cerca de 88% das despesas totais de desenvolvimento. Porém, houve uma diminuição para 72% no ano fiscal de 2003/2004. Havia a expectativa de que os recursos domésticos, incluindo as futuras receitas de petróleo e gás natural, poderiam cobrir 40% das necessidades totais até o ano fiscal de 2006/2007 e quase 80% até o ano fiscal de 2014/2015 (HASEGAWA, 27-28 Oct. 2004).

Com a independência, foi criado pelo Banco Mundial o Programa de Apoio à Transição (TSP), um mecanismo de financiamento para os doadores darem assistência ao governo timorense, uma vez que as receitas domésticas não eram suficientes para cobrir o orçamento. Na prática, por

meio deste programa, o Banco Mundial controlou o governo, pois o planejamento do Estado devia ser baseado nas condições por ele estabelecidas, devendo seguir o Plano Nacional elaborado antes da independência com forte influência de seus assessores. Dessa forma, os projetos de apoio ao desenvolvimento econômico do Banco foram criticados por não terem uma visão de longo prazo e criarem dependência (HAMUTUK, 2007).

No campo da justiça, após a invasão, a Indonésia passou a aplicar no Timor Leste uma série de leis que tratavam de pena de morte, anti-subversão, organizações sociais, proteção e defesa nacional, mobilização e desmobilização, e segurança que foram usadas para violar princípios da democracia, direitos humanos e do Estado de direito (UNMISSET, CSGA, 2004).

De acordo com a Constituição, os atos cometidos entre 25 de abril de 1974 e 31 de dezembro de 1999 que pudessem ser considerados crimes contra a humanidade, de genocídio ou de guerra, seriam passíveis de procedimento criminal junto dos tribunais nacionais ou internacionais. O Artigo 162 manteve a competência, mandato e objetivos da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação no desempenho das funções a ela conferidas pela UNTAET, os quais poderiam ser redefinidos, sempre que necessário, pelo Parlamento Nacional. O Artigo 163 manteve, também, as funções da organização judicial transitória, integrada por juízes nacionais e internacionais, com competência para o julgamento dos crimes graves cometidos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 1999, até que fossem concluídos os processos em investigação (TIMOR LESTE, 2002a).

O judiciário do novo país foi formado: pelo Supremo Tribunal de Justiça e outros tribunais judiciais; Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, com tribunais administrativos de primeira instância; e tribunais militares (TIMOR LESTE, 2002a).

A jurisdição foi dividida em tribunais singulares (penas até cinco anos de prisão na área penal e causas até cinco mil dólares na área civil) e tribunais coletivos (composto por três juízes) (FIGUEIREDO, 2008).

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ), o mais alto na hierarquia dos tribunais judiciais, era o órgão garantidor da aplicação uniforme da lei

com jurisdição em todo o território nacional. O STJ recebeu, também, a competência sobre matérias de natureza jurídico-constitucional e eleitoral, sendo composto por juizes de carreira, magistrados do Ministério Público ou juristas de reconhecido mérito, um eleito pelo Parlamento Nacional e os demais designados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial foi criado como órgão de gestão e disciplina dos magistrados judiciais, encarregado da nomeação, colocação, transferência e promoção de juizes.²¹⁷ Com seu estabelecimento, o Conselho de Coordenação começou a desenvolver o currículo do treinamento e contratou cinco juizes internacionais em 2004 (SOARES, 2007).

O Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, órgão superior da hierarquia dos tribunais administrativos, fiscais e de contas, ficou responsável pela fiscalização da legalidade das despesas públicas e pelo julgamento das contas do Estado. Aos tribunais militares foi dada a competência para julgar em primeira instância os crimes de natureza militar.

O Ministério Público, representante do Estado, passou a exercer a ação penal, assegurar a defesa dos menores, ausentes e incapazes, defender a legalidade democrática e promover o cumprimento da lei, tendo como órgão superior a Procuradoria-Geral da República.

Em dezembro de 2002, durante comemorações pelo Dia dos Direitos Humanos, o país tornou-se o vigésimo signatário da Convenção para Proteção do Trabalhador Imigrante e suas Famílias, possibilitando que a convenção passasse a vigorar, doze anos após ter sido adotada pela AGNU (UN, Resolution 45/158, 1990).

Foi criado o Provedor de Direitos Humanos e Justiça, órgão independente, eleito pelo Parlamento Nacional para um mandato de quatro anos, com a função de apreciar e averiguar queixas dos cidadãos contra os poderes públicos, por ações ou omissões, e dirigir as recomendações necessárias aos órgãos competentes (TIMOR LESTE, Decreto-Lei n. 7/2004, 2004).

²¹⁷ Presidido pelo Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e composto por mais quatro juizes (um designado pelo Presidente da República, um eleito pelo Parlamento Nacional, um designado pelo Governo e um eleito pelos magistrados judiciais dentre seus pares).

Para a constituição de um sistema judiciário independente, foi estabelecido um sistema de avaliação, mas inicialmente nenhum juiz timorense passou no exame. Um novo treinamento e sistemas de certificação foram estabelecidos permitindo a seleção de timorenses. Entretanto, os juízes estrangeiros, procuradores e defensores públicos continuaram a trabalhar ao lado dos nacionais para ajudar a fortalecer a capacidade judiciária local (IFP, 2009).

Meses após a independência havia uma insatisfação da comunidade com a lentidão das mudanças. O sistema judiciário caminhava lentamente na apreciação dos casos. O Tribunal de Recursos ainda não funcionava, pois os juízes não haviam sido nomeados. Prisioneiros aguardavam por mais de dois anos o final de seus processos. As maiores dificuldades e obstáculos dos consultores internacionais era a falta de recursos humanos, a barreira da língua, uma vez que os tribunais adotavam pelo menos quatro delas – tétum, bahasa, português e inglês – o acúmulo de casos a serem resolvidos, dificuldade em procedimentos precisos de investigação, alta taxa de violações de direitos humanos, detenções ilegais e a solução de casos criminais por meio da justiça tradicional (UNMISSET, CSGA, 2004; EAST TIMOR, 2000).

Segundo Soares (2007), o tétum era qualificado como inadequado gramaticalmente e sem meios para acomodar terminologias técnicas. Muitos dos parlamentares não dominavam o português, dificultando que eles analisassem criticamente os projetos de lei apresentados pelo governo.

Quando o presidente do Tribunal de Recursos foi empossado em 12 de maio de 2003, tornou-se também presidente do Conselho Superior de Justiça. Mediante acordo bilateral, Portugal enviou oito juízes e um promotor para desenvolverem um programa de treinamento especial de um ano. Em 2 de junho de 2003, havia três juízes no tribunal de última instância (UNMISSET, CSGA, 2004).

No início de 2003 não havia independência do Escritório do Procurador Geral, o Conselho Superior da Procuradoria Pública não estava organizado, o projeto da Lei Orgânica para Serviços da Promotoria no Timor Leste não havia sido finalizado e o Ministério da Justiça gerenciava

o orçamento do Procurador Geral e de sua equipe. Havia sete promotores, incluindo o Promotor Geral e seu Vice para Crimes Ordinários, distribuídos de acordo com a divisão territorial do país: três em Díli, dois em Baucau, um em Oecussi e Suai, auxiliados por sete funcionários, o que era insuficiente (UNMISSET, CSGA, 2004).

Um conselheiro jurídico do CSG chegou ao Timor Leste em 14 de janeiro de 2003. Devido à diferença existente entre a *common law* e a *civil law*, membros do judiciário e assessores internacionais provenientes dessas diferentes culturas jurídicas tinham dificuldade em trabalhar de maneira conjunta. Havia, também, desentendimentos relacionados à hierarquia, funções e independência de órgãos do judiciário. Por exemplo, o Escritório do Procurador Geral era parte do governo (em alguns países, parte do chamado Ministério Público), enquanto que em países com tradição jurídica civil o Procurador Geral é uma autoridade independente para garantir a responsabilização governamental e o Estado de direito (UNMISSET, CSGA, 2004; COSTA, M., 2002).

Durante a preparação para independência, oito juristas da CPLP foram ao Timor Leste por alguns meses, no início de 2002, para ajudar o governo timorense a projetar uma legislação nesse campo. Quando a missão terminou, o Ministério da Justiça havia ficado com uma grande quantidade de projetos de lei em relação ao setor de justiça. Uma unidade pequena começou a funcionar em 2002 com um assessor da ONU e dois advogados timorenses, mas a diretoria jurídica e legislativa do Ministério da Justiça só foi formalmente criada em 2003 (UNMISSET, CSGA, 2004).

Um procurador originário de Cabo Verde foi ao Timor Leste em dezembro de 2002 para trabalhar como assessor por 18 meses. Foi criado o Departamento de Defensoria Pública que lidou com problemas relacionados a recursos humanos, instalações adequadas, treinamento acadêmico, condições de trabalho e estatutos, dentre outros. No início, havia nove defensores públicos, sete em Díli e os demais em Oecussi e Baucau. Com apoio da USAID, em 2003 foi melhorada a infraestrutura da defensoria (UNMISSET, CSGA, 2004).

A CAVR iniciou, também, um projeto piloto de tomada de depoimentos voluntários sobre abusos dos direitos humanos entre 1974 e 1999. A região de Ataúro foi escolhida, uma vez que era o destino de inúmeros prisioneiros feitos pelas forças indonésias durante a ocupação do país. Em fevereiro de 2003, foi estabelecido o escritório nacional da Comissão na antiga prisão de Balide, usada pelos indonésios entre 1975 e 1999 para aprisionar políticos timorenses (TIMOR LESTE, 2013).

A Unidade de Crimes Graves indiciou, em 19 de novembro de 2002, doze pessoas pelo assassinato de Veríssimo Dias Quintas, tradicional liurai de Lospalos, ocorrido em 27 de agosto de 1999, incluindo o administrador da província de Lautem, membros das Forças Especiais Indonésias (KOPASSUS) e milicianos de grupos pró-autonomia. O crime ocorreu no local da residência do liurai que servia também de escritório do CNRM. Em 29 de outubro de 2002, o ex-comandante da milícia *Kaer Merah Mutin Putih* foi condenado a cinco anos de prisão por crimes contra a humanidade, incluindo prisão ilegal e tortura cometidos na cidade de Lolotoe, entre maio e junho de 1999 (ROBINSON, 2003).

No final de 2003, a UCG tinha submetido 81 acusações junto do painel especial para crimes graves, no Tribunal Distrital de Dili, nas quais havia acusações contra 369 pessoas. Naquele Tribunal, havia 46 condenações, uma absolvição e duas rejeições de acusações, incluindo soldados timorenses das TNI, membros timorenses das milícias e membros das Falintil (TIMOR LESTE, 2003b).

Na Indonésia, o tribunal *ad hoc* instalado em Jacarta, sentenciou o primeiro acusado de crimes no Timor Leste no final de 2002. Um tenente coronel ex-comandante de uma das tropas que atuaram na província foi condenado a cinco anos de prisão por não ter agido para conter a violência praticada contra propriedades da igreja, incluindo a casa do arcebispo Carlos Belo (INDONESIAN..., 2002). O mesmo tribunal condenou o ex-governador do Timor Leste, Abílio Soares, a três anos de prisão por omissão durante a violência de setembro de 1999, ao mesmo tempo em que absolveu o último chefe de polícia da província (INDONESIA, 4 Aug. 2002).

Na área social, os dados estatísticos do Timor Leste eram extremamente negativos. A população era jovem, a maioria tinha menos de 35 anos, e necessitava de treinamento profissional. Já a população mais velha era analfabeta. No geral, 41% da população vivia abaixo da linha de pobreza e mais de 3/4 dependia das atividades agrícolas, sendo que 80% da força de trabalho no país estava relacionada de alguma maneira com a agricultura e a pesca (UNDP, 2002).

No final de 2003, o desemprego entre os homens, nas áreas urbanas, era de 20%, atingindo 40% se analisados apenas aqueles com idade entre 15 e 24 anos. A administração pública era a maior geradora de empregos, uma vez que a capacidade de absorver a força de trabalho pelo setor privado permanecia pequena em virtude das limitadas oportunidades de investimento.²¹⁸

Quanto à questão da propriedade da terra, quatro regimes políticos/administrativos funcionaram no Timor. A legislação portuguesa foi parcialmente executada por 400 anos, embora a legislação tradicional tenha prevalecido, especialmente nas áreas rurais. Em seguida, a ocupação indonésia e a UNTAET ditando várias regulamentações, para finalmente a questão passar para o governo do Estado independente. Essa variedade de regimes legais tradicionais e formais e de políticas para administração das terras acabou gerando tensões (UNMISSET, CSGA, 2004).

A lei costumeira timorense, sistema *adat*, não foi contrariada pelos portugueses que estabeleceram uma lei de pequeno porte para a colônia dizendo que a terra não pertencia aos liurais (chefes tradicionais), mas sim a Portugal. Assim, usaram esse mecanismo para se livrar dos antigos proprietários e distribuir títulos de terras para os recém-chegados. As pessoas das áreas rurais continuaram a exercer seus sistemas tradicionais para distribuir terras e reconhecer as leis de uso. Durante a colonização, Portugal emitiu aproximadamente 2.800 títulos formais de terras. Apesar do pequeno número, os títulos envolveram setores importantes na área rural e propriedades urbanas valiosas (UNMISSET, CSGA, 2004).

²¹⁸ Haviam sido criados 18 mil empregos até junho de 2003, incluindo as vagas nas F-FDTL e na PNTL (ADB, 2004, p. 199).

No sistema legal indonésio, todas as terras pertenciam ao Estado. Várias categorias de proprietários e usuários legais foram estabelecidas e aproximadamente 45 mil títulos formais foram distribuídos durante a ocupação. Um relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) apresentou que havia aproximadamente 200 mil títulos criados durante os regimes português e indonésio, que equivaliam a cerca de 25% dos bens imóveis do país. Em consequência, 75% das terras nunca foram formalmente registradas no Timor Leste. A UNTAET não lidou com a questão e aproximadamente 250 propriedades, principalmente estatais, foram alugadas para seu uso (UNMISSET, CSGA, 2004).

O Parlamento do Timor Leste aprovou a primeira lei de terras em 2003 e estabeleceu o Diretório de Terra e Propriedade como a autoridade legal para lidar com o tema. O governo da Austrália forneceu fotos aéreas de alta tecnologia que serviu de base para o mapeamento de propriedades e a USAID preparou a infraestrutura para organizar o sistema administrativo (UNMISSET, CSGA, 2004).

Os EUA auxiliaram os timorenses na preparação da legislação sobre propriedade da terra. Técnicos estadunidenses trabalharam em anteprojeto de lei, apoiaram a realização da chamada *land survey* e a elaboração de cadastro de propriedades. O tema era muito importante, pois se relacionava com a solução do problema dos deslocados internos, bem como para a criação de ambiente propício à captação de investimentos estrangeiros (AMRE, 08 abr. 2008). Assim, com o apoio da USAID e outros parceiros, o Ministério da Justiça efetuou o levantamento das propriedades e dos títulos, formulou projeto de lei - objeto de ampla discussão com as comunidades locais em todos os distritos de Timor-Leste - e o submeteu ao Parlamento (AMRE, 03 nov. 2010).

A estabilidade do país estava diretamente relacionada com o seu desenvolvimento, sendo primordial que se prosseguisse no programa de reconstrução. Entre 11 e 13 de novembro de 2002, foi realizada, em Hiroshima, no Japão, uma conferência que tratou da reconstrução pós-conflito no Timor (THE LA'O HAMUTUK, 2003).

Em 2003, o governo anunciou um programa de estabilidade concentrado na criação de empregos, boa governança e prestação de serviços para a redução da pobreza, além da educação e saúde em longo prazo (WORLD BANK, 2004).

No início da UNMISSET, o Ministério da Saúde foi estabelecido e mais de 800 profissionais foram recrutados e distribuídos por todo o país. Medicamentos foram adquiridos e distribuídos e os serviços de saúde estavam sendo prestados numa rede de cinco hospitais, 65 centros comunitários e 99 postos de saúde. A estrutura organizacional do Ministério da Saúde foi definida por uma lei orgânica formalizada em 2003 (UNMISSET, CSGA, 2004).

Por ser o período de inverno, que é sempre desastroso no Timor em decorrência das enchentes que deixam milhares de desabrigados, foi estabelecido um escritório de gerenciamento de desastres, o *National Disaster Management Office* (NDMO). O trabalho de assistência a vítimas era apoiado por diversas agências da ONU, pela UNMISSET, instituições estrangeiras, como a USAID, e ONGs como a *World Vision International*.

As demais agências da ONU presentes no Timor Leste prosseguiram com os trabalhos que eram realizados desde o final de 1999. Apenas citando algumas ações, o Unicef colocou em prática o programa intitulado 'Desenvolvimento de Sistema de Informação de Gerência Educacional' para treinamento de professores em diversas cidades e o programa chamado de Pastoral da Criança, fruto de um acordo de cooperação com a Diocese de Baucau que tinha o objetivo de prover informação sobre saúde para mais de 2 mil famílias e atender mais de 6.500 crianças em questões relativas ao crescimento, imunização e terapia oral para reidratar. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) conduziu treinamento em questões trabalhistas, programas para geração de empregos e *workshop* em Estrutura de Política Legal para Mulheres Trabalhadoras. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA instalaram uma equipe de assessoramento em segurança alimentar (UNICEF, 2003; WORLD BANK, 2004; WORLD BANK, 20 Apr. 2004).

Em 31 de maio de 2002, o sistema público de transmissão de rádio e televisão passou para o controle do governo timorense.²¹⁹

A UNMISET negociou com o governo indonésio o pagamento de pensões de antigos funcionários que haviam contribuído para o Fundo de Pensão Indonésio (denominado TASPEN). Um fundo especial foi estabelecido com contribuições da Comissão Europeia e dos governos da Indonésia, Austrália e Portugal para pagamentos de antigos funcionários civis, militares, policiais e pensionistas que trabalharam para o governo indonésio antes de setembro de 1999. O número estimado de beneficiários era de 29.200 pessoas, com pagamentos que variavam de 50 a 350 dólares americanos, dependendo do tempo de serviço (UNMISET, 19 Dec. 2002).

No campo político, havia uma visão definida de que o Timor Leste gravitaria em torno dos dois maiores países da região, a Austrália e a Indonésia. Com relação ao segundo, um longo trabalho teria que ser feito para curar as feridas causadas pelos anos de ocupação e a violência de 1999. Assim, o estabelecimento das relações com a Indonésia foi uma preocupação constante da ONU e, aos poucos, foi sendo normalizada.

Com relação às fronteiras marítimas, a Lei n. 7 de 2002, definiu o mar territorial de 12 milhas, a zona contígua de 24 milhas e a Zona Econômica de Exploração e a Plataforma Continental de 200 milhas, de acordo com a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982. A soberania do novo Estado dizia respeito ao mar territorial, o espaço aéreo sobre ele, bem como seu leito e subsolo. Na sua zona contígua, o Estado passou a exercer a fiscalização para evitar e reprimir as infrações às leis aduaneiras, fiscais, de imigração ou sanitárias. Na zona econômica exclusiva, asseguraram-se os direitos para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, do leito do mar e das águas a ele sobrejacentes, e seu subsolo, bem como outras atividades relacionadas com a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos. Também foram garantidos os direitos de jurisdição referentes à colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, investigação científica marinha e proteção

²¹⁹ Os equipamentos doados pela ONU ao Timor somavam 500 mil dólares.

e preservação do meio marinho. O exercício da soberania, na plataforma continental, independeria da sua ocupação e se referia à exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais e outros direitos reconhecidos pelo direito internacional (ANTL, Lei 7/2002, 2002).

Em 20 de maio de 2002, o Memorando de Entendimentos que foi estabelecido entre a UNTAET e o governo australiano sobre o *Timor Gap*, foi substituído pelo Tratado do Mar do Timor. Foi criada uma Comissão Conjunta para aprovar contratos de partilha de produção de petróleo e gás na denominada Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto, criado pelo Art. 3º do referido Tratado (AUSTRALIA, 2003).

O Tratado entrou em vigor em 2 de abril de 2003 e o governo criou o Escritório do Mar de Timor para: implementar o Tratado; negociar o acordo relativo ao *Sunrise*, o maior campo de gás da região; concluir as taxas e termos fiscais para o campo de *Bayu-Undan* com o investidor norte-americano Conoco Phillips; e iniciar a negociação da fronteira marítima permanente entre Timor Leste e seus vizinhos. Em janeiro de 2004, um assessor jurídico do CSG passou a focar na revisão dos rascunhos da lei do petróleo timorense, do código de mineração de petróleo e numa proposta de contrato sobre a partilha da produção (UNMISSET, CSGA, 2004).

As negociações do campo de *Sunrise*, estimado em 230 milhões de metros cúbicos, eram difíceis porque tanto a Austrália como o Timor Leste reivindicavam seu total controle. O Tratado do Mar do Timor estabeleceu o compartilhamento do campo, ficando 79,9% com a Austrália e 20,1% para o Timor, mas não proveu o quadro legal para a exploração compartilhada. Foram seis rodadas de negociações entre junho de 2002 e março de 2003 até que os dois países finalizaram o acordo (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 35). O acordo sobre *Bayu-Undan*, estimado em 100 milhões de metros cúbicos, também foi finalizado em março de 2003, tendo sido o primeiro campo da área do Tratado a entrar em operação.

Não havia limites marítimos definidos. Os timorenses esperavam que com a demarcação da fronteira marítima baseada na Convenção do Direito do Mar, que deveria ser a linha mediana entre as costas do Timor e

da Austrália, uma vez que a distância entre elas era menor que 400 milhas náuticas, pudessem receber todas as receitas provenientes dos campos de *Bayu-Undan* e de *Sunrise* (UNMISSET, CSGA, 2004).

As reservas de petróleo e gás no Mar de Timor eram fundamentais para o futuro do país. O valor estimado das reservas conhecidas era de mais de 30 bilhões de dólares, a preços de mercado de 2004. Estimava-se que a partilha das receitas, de acordo com o Tratado do Mar do Timor, pudesse gerar entre 4 e 6 bilhões de dólares nas décadas seguintes para o Timor Leste. O campo de *Bayu-Undan* iniciou a produção gerando 26 milhões e 38 milhões de dólares em receitas fiscais e royalties nos exercícios orçamentários de 2002/2003 e 2003/2004, respectivamente. No campo de *Sunrise* previa-se cerca de 22-25 bilhões de dólares em receitas durante os 30 anos da sua vida estimada. O governo timorense esperava receber muito mais, caso a Austrália concordasse com a fórmula de divisão das reservas que fora proposta (HASEGAWA, 27-28 Oct. 2004).

SEGURANÇA PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI

A Constituição aprovada em abril de 2002 fez questão de destacar, em seu preâmbulo, a luta do povo maubere pela autodeterminação e a resistência levada a cabo em três frentes: a armada, protagonizada pelas Falintil; a clandestina; e a diplomática, desenvolvida em todo o mundo. Reconheceu, ainda, a importância da Igreja Católica, na vertente cultural e humana, por sua postura na defesa dos direitos dos timorenses. Além disso, adotou a data de 28 de novembro de 1975 como a da proclamação da independência do país, numa referência à declaração unilateral da Fretilin, naquela data. Também materializou o reconhecimento pelo esforço de independência, assegurando, em seu Artigo 11, proteção especial aos mutilados de guerra, órfãos e outros dependentes dos que lutaram pela independência e participaram da resistência contra a ocupação estrangeira (TIMOR LESTE, 2002a).

Os antigos combatentes, as pessoas que participaram da frente diplomática da diáspora timorense, os cidadãos comuns que ofereceram resistência passiva e os sobreviventes e familiares dos mortos durante a guerra

sentiam-se no direito de receber alguma compensação, o que sobrecarregou o governo e dificultou a triagem e o estabelecimento de uma base de dados (AMRE, 03 mai. 2010).

Em consequência, foram estabelecidas duas comissões ligadas diretamente ao Gabinete do Presidente da República: a Comissão para os Assuntos dos Antigos Combatentes (CAAC) e a Comissão para os Assuntos dos Veteranos das Falintil (CAVF). Tinham como objetivo definir os critérios a serem usados para a classificação dos denominados 'Antigos Combatentes' ou 'Veteranos das Falintil', identificar as pessoas que correspondessem a tais critérios, compilar os dados quantitativos, globais e reais, compor a Estrutura de Comando das Falintil de 1975 a 1979 (na CAAC), compor a Estrutura de Comando das Falintil de 1981 a 1999 (na CAVF) e propor uma solução justa e realista para o problema. Cada comissão foi composta por representantes da presidência, do governo, dois representantes dos antigos combatentes (na CAAC), dois representantes das F-FDTL (na CAVF), dois representantes dos veteranos das Falintil que ficaram fora das F-FDTL (na CAVF) e representantes da sociedade civil (TIMOR LESTE, 3 abr. 2003).

A Resolução nº 5, de 28 de dezembro de 2005, criou o Subsídio de Valorização do Veterano para os que permaneceram na frente armada por mais de 24 anos, com pagamento mensal de salário de funcionário público níveis 3 ou 2 dependendo do posto. O pagamento viria de um fundo criado para esse fim (ANTL, Resolução n. 5/2005, 2005).

Com relação aos refugiados, foi estabelecida a data de 20 de junho de 2002 como prazo final para o retorno dos timorenses que se encontravam no Timor Ocidental. A eles foram dadas três opções: retornar para o Timor Leste até aquela data, recebendo 750 mil rúpias como subsídio (cerca de 90 euros na época); escolher ser cidadão indonésio, residente no Timor Ocidental elegendo-se, a partir daquela data, a um bônus de mil rúpias por família como ajuda para se estabelecer naquele território; ou escolher ser cidadão indonésio, residente em outra província, ingressando assim no Programa de Transmigração do Governo Indonésio (UN, SC/7285, 2002). A partir daquela data, o governo da Indonésia encerrou o apoio alimentar aos refugiados, gerando pequena instabilidade nos campos. No

entanto, tal decisão permitiu que aumentasse o fluxo dos mesmos em direção ao Timor Leste.

Em setembro de 2002, o ACNUR anunciou que 213 mil refugiados haviam retornado ao país desde outubro de 1999, acreditando-se que em torno de 50 mil ainda estavam no Timor Ocidental (UNMISSET, 5 Sep. 2002). A partir de 31 de agosto de 2002, o governo da Indonésia deixou de pagar os subsídios aos refugiados no Timor Ocidental e, a partir de 1º de janeiro de 2003, o ACNUR encerrou o reconhecimento dos timorenses que ainda se encontravam naquela província como refugiados, apesar de continuar trabalhando para encontrar soluções para aqueles que preferiam permanecer no território indonésio (UNHCR, 2003).

A Constituição determinou que a polícia deveria ser apartidária, defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna dos cidadãos. A Lei nº 8, de 5 de maio de 2004, determinou que a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e os serviços de informação e segurança do Estado seriam os responsáveis pela segurança interna do país (TIMOR LESTE, Lei n. 08/2004, 2004).

Definiu-se que, a partir de 1º de outubro de 2002, a PNTL assumiria toda a responsabilidade pela segurança pública com assessoramento de três consultores internacionais. A transição foi realizada paulatinamente, iniciada em Aileo e estendida aos demais distritos.²²⁰ Em 31 de maio de 2002, a polícia civil da ONU iniciou a passagem das funções para a polícia timorense. A Academia de Polícia, a Unidade Especial de Polícia e o controle operacional de dois distritos ficaram, a partir de então, sob controle das autoridades timorenses.²²¹

²²⁰ O cronograma não foi cumprido por diversas razões e a transferência da Polícia da ONU para a PNTL se estendeu durante o ano de 2003.

²²¹ O serviço de Polícia do Timor estava composto em 20% de mulheres, uma porcentagem alta para qualquer país.

Tabela 6 – Países contribuintes com policiais na UNCIVPOL

ARGENTINA	AUSTRÁLIA	BANGLADESH	BÓSNIA HERZEGOVINA
BRASIL	CANADÁ	CHILE	CHINA
EGITO	GANÁ	JORDÂNIA	MALÁSIA
MOÇAMBIQUE	NEPAL	NIGÉRIA	NORUEGA
PAQUISTÃO	FILIPINAS	PORTUGAL	RÚSSIA
SAMOA	SINGAPURA	ESLOVÊNIA	ESPANHA
SRI LANKA	SUÉCIA	TAILÂNDIA	TURQUIA
UCRÂNIA	EUA	REINO UNIDO	VANUATU
ZÂMBIA			

Fonte: UN, UNMISSET, Nov. 2002.

No processo de constituição da PNTL aproximadamente seis mil veteranos das Falintil solicitaram admissão, mas poucos acabaram sendo selecionados. Tal fato, somado ao índice de desemprego que girava em torno dos 70%, foram fortes motivos para o crescimento da criminalidade no país. Cresceu, também, o número de atos de violência contra pessoal do governo e das Nações Unidas e outras agências internacionais. Em 18 de novembro de 2002, a polícia desmontou um bloqueio ilegal para cobrança de pedágio para veículos na região de Wailili, depois de confrontação com populares. Como consequência, uma semana após, irrompeu violência em Baucau, segunda maior cidade do país, durante a qual veículos do governo foram destruídos pela população, uma pessoa morreu e outras ficaram feridas. Um pelotão do Batalhão português de Dili foi deslocado para a cidade para apoiar a polícia local (UNMISSET, 02 Dec. 2002).

Em 4 de dezembro, novos incidentes aconteceram na capital com a morte de duas pessoas e ferimentos em outras duas, obrigando a decretação de toque de recolher e a prisão de mais de oitenta pessoas. Durante os distúrbios, a casa do Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, e um supermercado conhecido por vender produtos aos funcionários da ONU foram incendiados e lojas e casas foram saqueadas (FONSECA, 2002).

Uma Missão de Avaliação das Necessidades examinou a PNTL, em novembro de 2002, observando o treinamento, a capacidade operacional e os recursos disponíveis como parte do esforço de dotar o

sistema policial de um nível comparável ao de países mais desenvolvidos (UNMISSET, 9 Apr. 2003).

Em abril de 2003, o CSNU determinou algumas medidas que deveriam ser adotadas para a redução do efetivo de policiais que estavam em curso, como: a permanência de uma unidade policial internacional por um período de um ano; maior ênfase dos direitos humanos em áreas chaves; e a manutenção de maior presença no monitoramento e assessoramento da PNTL nos distritos que já haviam sido assumidos por ela (UN, S/Res/1473, 2003). “Em maio de 2003, havia 1.150 homens e mulheres da polícia internacional para 2.050 policiais timorenses. Em março de 2004, a relação era de 325 para 3.040, respectivamente” (UNMISSET, CSGA, 2004, p. 100, tradução nossa).

Outro problema grave era a violência doméstica, relacionada com o estado de pobreza e a cultura da população. Desde a UNTAET a questão foi tratada por meio de projetos de conscientização, especialmente o convencimento e a educação sobre a prática constituir crime no país.²²²

CONTROLE DAS FRONTEIRAS E SEGURANÇA EXTERNA

A partir de outubro de 2002, começou a funcionar a Comissão Conjunta Ministerial Indonésia-Timor Leste em cujas reuniões, funcionários da UNMISSET participavam como conselheiros. A Comissão colaborou para a formalização de questões importantes entre os dois países como: fronteiras terrestre e marítima; encorajamento do retorno de timorenses que se encontravam no lado ocidental e o retorno de refugiados em geral; gerência das fronteiras, regulando o comércio nessa área e instituindo um passe para facilitar a passagem nos pontos de controle; implementação de uma linha de ônibus entre o enclave de Oecussi e o Timor Leste; e acordo de cooperação entre as polícias e outros órgãos que operavam na fronteira (UN, S/2003/944, 2003). Foi instalado, ainda, um Comitê Conjunto de Fronteira entre os dois países.

Em janeiro de 2003, foi estabelecida a Unidade de Patrulhamento de Fronteira (UPF) que, paulatinamente, foi assumindo as responsabili-

²²² Ver CUMMINS, 2010.

dades nos pontos de junção, na fronteira com o Timor Ocidental.²²³ Até o final do ano a UPF havia assumido suas funções em todo o território, apesar da necessidade de treinar mais policiais.

No campo da segurança, foi elaborado um plano para a transição da UNTAET para a UNMISSET e, durante essa última, uma redução gradativa do efetivo militar até o final da Missão em 2004.

Inicialmente, entre novembro de 2001 até junho de 2002, os efetivos seriam reduzidos para cinco batalhões (de 8.950 militares para cinco mil, incluindo 120 observadores militares), priorizando a presença na LCT e mantendo uma força de ação rápida capaz de atuar em todo o território. A presença nos distritos de Lautem e Manatuto seria reduzida, mantendo a presença de observadores militares e a execução de patrulhamento regular de modo a manter a vigilância e a situação de segurança na região (BRASIL, 2014).

Figura 6 – Desdobramento das tropas



Fonte: Confecção própria a partir de UN, DPI, Cartographic Section, Map n. 4209 Rev. 1, September 2003

²²³ O último ponto de junção foi assumido pela UPF em 18 de outubro de 2003.

Para o planejamento, foi levado em conta que a única fonte de ameaça externa viria de elementos de milícias pela fronteira com a Indonésia. No campo da segurança interna, a ação da Força Militar seria necessária caso a violência impetrada por grupos e *gangs* excedesse a capacidade da polícia local. Trabalhava-se, também, com a hipótese de que houvesse uma normalização na área da fronteira até julho de 2003 com sua demarcação, o estabelecimento dos serviços de alfândega, a Polícia de Fronteira com plena capacidade operacional e as F-FDTL completamente prontas para assumir todas as suas missões a partir de janeiro de 2004.

Dessa forma, ocorreria uma redução da Força Militar na LCT, nos distritos de Dili, Aileu e Manufahi, com a transferência da responsabilidade para o governo do Timor Leste.

No prosseguimento, seria feita a transferência de responsabilidade nas áreas de Baucau, Viqueque e Manatuto, para ser concluída em novembro de 2002, e o efetivo seria reduzido de 5 mil para 3.870 militares. Seriam mantidos batalhões em Oecussi, Bobonaro e Cova Lima, assim como o QG do Setor Oeste, ficando as maiores alterações para o Setor Leste (UN, S/2003/449, 2003).

Tabela 7 – Efetivos militares em 2002, 2003 e 2004

País		2002	2003	2004	País		2002	2003	2004
Argentina	Policiais	4	5	1	Malásia	Tropa	20		6
Austrália	Tropa	1300	806	307		Obs Mil	16	16	10
	Obs Mil	15	11	7		Policiais	44	33	133
Áustria	Policiais	80	45	21	Moçambique	Obs Mil	2	2	2
	Policiais	5				Policiais	6	2	
Bangladesh	Tropa	15		34	Nepal	Tropa	159	4	4
	Obs Mil	7	5	2		Obs Mil	3	3	3
	Policiais	33	25	9		Policiais	47	25	3
Bolívia	Obs Mil	2	2	2	Nova Zelândia	Tropa	658	5	3
Bósnia	Policiais	19	9	5		Obs Mil	5	4	4
Brasil	Tropa	74	59	58	Nigéria	Policiais	8	3	1
	Obs Mil	13	10	11	Noruega	Tropa	5		
	Policiais	11	5	5		Policiais	4	3	2

O conflito e a construção do Estado no Timor Leste

Canadá	Policiais	21	20	7	Paquistão	Tropa	127		74
Chile	Tropa	27				Obs Mil	15	13	5
	Policiais		6			Policiais	43	14	9
China	Policiais	69	65	16	Portugal	Tropa	733	656	518
Coréia	Tropa	440	432	3		Obs Mil		1	1
Dinamarca	Tropa	2	1			Policiais	154	29	19
	Obs Mil	2	2	2	Quênia	Obs Mil	2	2	2
Egito	Tropa	2			Reino Unido	Policiais	10	10	4
	Obs Mil	2			Rússia	Obs Mil	2	2	2
	Policiais	15				Policiais	3	2	1
Eslováquia	Tropa	34	38		Samoa	Policiais	33	16	4
Eslovênia	Policiais	2	2		Senegal	Policiais	12		
Espanha	Policiais		5	5	Sérvia e Montenegro	Obs Mil		3	2
EUA	Policiais	75	47	17	Singapura	Tropa	129	233	3
	Obs Mil	3				Policiais	25	24	
Filipinas	Tropa	58	55	41	Siri Lanka	Policiais	69	37	6
	Obs Mil	8	7	7	Suécia	Obs Mil	2	2	2
	Policiais	103	68	16		Policiais	10	6	1
Fiji	Tropa	197	205	189	Tailândia	Tropa	366	502	47
Gâmbia	Policiais	35				Obs Mil	6	6	6
Gana	Policiais	80	49	5		Policiais	29	30	
Irlanda	Tropa	41	2	1	Turquia	Obs Mil	2	2	1
	Obs Mil	1	2			Policiais	21	11	1
Japão	Tropa	690	498	378	Ucrânia	Policiais	7	4	3
Jordânia	Tropa	5			Uruguai	Obs Mil	5	3	2
	Obs Mil	4	4	4	Vanatu	Policiais	6		
	Policiais	5	39		Zâmbia	Policiais		7	3
					Zimbabwe	Policiais	20	5	5
					Total			4351	

Fonte: Confeção própria a partir de UN, DPKO, Factsheet, diversos anos.

Na fase seguinte, haveria a redução dos efetivos para 2.780 militares e apenas um batalhão ficaria responsável pela linha de fronteira entre Cova Lima e Bobonaro, a partir de julho de 2003 (UN, S/2003/449, 2003).

Na última fase, completada em dezembro de 2003, seria reduzido o efetivo para 1.750 militares, mantendo-se apenas um componente

militar necessário na região de fronteira, iniciando a preparação para a retirada final do Timor Leste em junho de 2004. Com a assunção da responsabilidade dos pontos de junção pela UPF da PNTL, as atividades da Força Militar se resumiram à condução de patrulhas na linha de fronteira entre Cova Lima e Bobonaro e no enclave de Oecussi (UN, S/2003/449, 2003).

Alguns ajustes foram adotados, posteriormente, simplificando o processo para duas fases a serem completadas em maio de 2004, quando as F-FDTL assumiriam toda a responsabilidade pela defesa do país e as tropas da ONU seriam concentradas para a retirada do território.²²⁴ A assistência técnica aos sistemas legal e financeiro e a alguns serviços internos seria reduzida em 70%, em novembro de 2003, e se encerrariam em maio do ano seguinte (UN, S/2003/449, 2003).

Em outubro de 2002, foi desencadeada a chamada Operação de Redução de Risco de Material Bélico não Deflagrado, realizada pela companhia australiana G –Tek na praia de Cristo Rei, a leste de Dili. A área estava fechada para o público após acidentes com granadas não deflagradas que feriram três portugueses, em julho de 2000, e mataram um militar de Bangladesh, em 31 de agosto de 2000 (BRASIL, 2014).

A Constituição determinou que as F-FDTL seriam responsáveis pela defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa. Foram incorporados, oficialmente, os primeiros 260 homens e mulheres em 22 de julho de 2002, após treinamento de quatro meses. Os formados passaram a fazer parte do 2º Batalhão das F-FDTL que, no dia seguinte, assumiu a responsabilidade pelo distrito de Lautem, que se encontrava sob responsabilidade de uma Companhia de Infantaria da Tailândia. Foi a primeira transferência de responsabilidade desde que a ONU havia assumido a segurança do Timor Leste, em 1999. Até o final de 2002, três turnos de cursos haviam formado cerca de 800 recrutas para as novas forças armadas do país (BRASIL, 2014).

²²⁴ O componente militar seria reduzido de 3.870, em abril de 2003, para 3.500 em julho, 3.300 em outubro e 1.750 em dezembro, permanecendo esse efetivo até junho de 2004. O efetivo policial de 625 seria reduzido para 325 em janeiro de 2004, permanecendo até o final da Missão (UN, S/2003/243, 2003).

Em abril de 2003, o CSNU determinou algumas medidas que deveriam ser adotadas com relação aos reajustes da Força Militar, mantendo dois batalhões na região da Linha de Coordenação Tática e reduzindo gradualmente o efetivo para os 1.750 militares previstos anteriormente (UN, S/Res/1473, 2003).

A Lei Orgânica das Falintil-Forças de Defesa de Timor Leste (F-FDTL) estabeleceu sua estrutura de comando e os mecanismos de articulação institucional. Determinou as missões gerais de defesa da República contra agressão ou ameaças externas e garantia da independência nacional, integridade territorial, liberdade e segurança da população contra qualquer espécie de ameaça ou agressão. Determinou, ainda, colaborar com a PNTL em casos de perturbação da ordem pública grave ou generalizada e prestar assistência a população civil, a pedido do Governo, em missões de proteção e socorro em caso de catástrofes e calamidades naturais ou provocadas pelo homem (ANTL, Decreto-Lei n. 7/2004, 2004).

A Lei nº 2, de 2 de março de 2005, estabeleceu o Conselho Superior de Defesa e Segurança como órgão consultivo do Presidente da República para os assuntos relativos à defesa e soberania. O Conselho deveria garantir o mais alto nível de articulação estratégica das forças de defesa e de segurança, prevenir eventuais conflitos de competências, fomentar a solidariedade institucional entre as forças e entre elas e as demais autoridades representadas no Conselho, contribuindo assim para o indispensável reforço e credibilidade das forças armadas e de segurança. O Conselho era constituído pelo Primeiro Ministro, ministros das áreas da defesa, justiça, interior e negócios estrangeiros, três membros do Parlamento, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Comandante Geral da PNTL, o responsável nacional pela segurança do Estado e dois cidadãos nomeados pelo Presidente da República (ANTL, Lei n. 2, 2005).

Da mesma forma, a Lei Orgânica da PNTL dizia ser a polícia uma força de segurança apartidária, como condição essencial ao desempenho da sua função e como corpo único de polícia, potencializando os recursos humanos e financeiros disponíveis (ANTL, Decreto-Lei n. 8/2004, 2004).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNMISSET

Na fase considerada como de consolidação da paz, as diversas agências do sistema das Nações Unidas trabalharam no fortalecimento das instituições e capacidades humanas no Timor Leste. O PNUD havia concedido mais de 90 milhões de dólares em assistência ao desenvolvimento, entre 1999 e 2004, 90% provenientes de contribuições dos doadores. A partir de 2004, o Programa concentrou as atividades nas áreas de: governança democrática e desenvolvimento de capacidade; redução da pobreza e desenvolvimento comunitário; e governança ambiental e gestão de recursos naturais (HASEGAWA, 6 Aug. 2004).

Durante as operações da UNTAET e da UNMISSET, o Unicef trabalhou em programas de imunização, educação, proteção de crianças e jovens contra a violência, abusos, HIV / SIDA, dentre vários outros. O ACNUR repatriou 225.000 timorenses no mesmo período. Em 2004, iniciou o processo de elaboração dos regulamentos de aplicação da lei de imigração e asilo para permitir a criação de uma unidade operacional de asilo no governo timorense. Durante a UNMISSET, o PMA prestou assistência alimentar de emergência às famílias afetadas pelas secas e inundações. A OIT implementou um Fundo de Emprego e Formação Profissional (EVTF) para reduzir a pobreza, por meio de um programa de geração de emprego e desenvolvimento de competências, de apoio às relações laborais e de capacitação do governo e das organizações de empregadores e trabalhadores. A FAO coordenou intervenções agrícolas de emergência (entre dezembro de 1999 e abril de 2000) quando passou a prestar apoio técnico para resolver os problemas de segurança alimentar, incluindo assessoria para o desenvolvimento de políticas florestais e capacitação local para colocar em prática um sistema de estatísticas agrícolas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) trabalhou no apoio ao desenvolvimento de políticas educacionais e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) focou nas organizações da sociedade civil e a integração da perspectiva de gênero no processo político e apoiou técnica e financeiramente o Escritório de Promoção da Igualdade que funcionava junto ao Primeiro Ministro (HASEGAWA, 6 Aug. 2004).

A Constituição do país determinou como princípios básicos das relações internacionais do novo Estado a independência nacional, o direito à autodeterminação e à independência dos povos e a soberania permanente desses sobre as suas riquezas e recursos naturais, a proteção dos direitos humanos, o respeito mútuo pela soberania, integridade territorial e igualdade entre Estados e não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Preconizou a solução pacífica dos conflitos, desarmamento geral, simultâneo e controlado, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e a criação de uma nova ordem econômica internacional, capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos. Admitiu, ainda, manter laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa e laços especiais de amizade e cooperação com os países vizinhos e os da região, o que, logicamente, incluía a Indonésia (TIMOR LESTE, 2002a).

Como parte da política de inserção do novo país no ordenamento jurídico internacional, a maioria das resoluções do Parlamento Nacional, no início de seu funcionamento, disseram respeito à ratificação de vários tratados e convenções como a Carta da ONU, o estatuto do Tribunal Penal Internacional e as convenções sobre: proibição da utilização de minas anti-pessoal; proibição de armas bacteriológicas ou tóxicas; não proliferação de armas nucleares; proibição do desenvolvimento, armazenagem e utilização de armas químicas; proteção de vítimas de conflitos armados; estatuto dos refugiados; contra a tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; eliminação de discriminação racial e contra as mulheres; direitos da criança e seu protocolo facultativo sobre venda de crianças, prostituição e pornografia infantil; participação de crianças em conflitos armados; proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e membros de suas famílias; relações diplomáticas e relações consulares; além dos pactos internacionais sobre os direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais, e seus protocolos adicionais e facultativos.

Em 23 de julho de 2002, a República Democrática do Timor Leste ingressou como o 184º membro do BIRD e do FMI²²⁵, 163º da Associação de Desenvolvimento Internacional - *International Development*

²²⁵ O Timor Leste ingressou no FMI, tendo-lhe sido destinada uma cota de 11 milhões de dólares de um total de cotas disponíveis no Fundo de 285 bilhões de dólares (IMF, 02/34, 2004).

Association (IDA), 158º da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos – *Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA)*, 151º do Centro Internacional para a Regulação de Disputas de Investimentos – *International Centre of the Settlement of Investments Disputes (ICSID)* e 61º membro do BDA. Em 27 de setembro de 2002, a República Democrática do Timor Leste tornou-se o 191º membro da ONU, por decisão unânime da AGNU.

Um ano após o início da UNMISSET, o RESG identificou cinco conquistas significativas no processo da evolução e consolidação das instituições nacionais: 1) o fortalecimento da força policial; 2) a evolução gradativa das relações entre o Timor Leste e a Indonésia; 3) o desenvolvimento da estrutura administrativa do país com base no conceito de *capacity building* no qual o PNUD desempenhava papel significativo; 4) progressos nos processos judiciais de investigação e julgamento dos crimes contra a humanidade que ocorreram durante a consulta popular de 1999; e 5) avanços no Plano Nacional de Desenvolvimento pelo qual o governo se comprometeu a melhorar os indicadores sociais básicos. O relatório apontava duas áreas que exigiam atenção especial da UNMISSET: a indefinição da situação dos 30 mil timorenses que ainda se encontravam no Timor Ocidental e o desenvolvimento econômico incipiente no país (AMRE, 21 mai. 2003).

A Constituição definiu que a proteção do país contra ameaças externas e tentativas de minar a independência ou a integridade territorial era de responsabilidade das F-FDTL e que a segurança interna era encargo da PNTL. Na prática, essa divisão não ficou clara em razão da baixa capacidade da polícia e do prestígio que as forças armadas gozavam. A cultura da violência no país e as *gangs* violentas que aterrorizam Dili eram os principais desafios. Com a polícia sem capacidade de cumprir corretamente sua função, havia a propensão dos líderes nacionais acionarem as forças armadas. Nem as missões da ONU, nem os governantes timorenses construíram um “consenso sobre as necessidades no setor de segurança e o tipo de forças necessárias para isso”. Não havia política de segurança nacional, a legislação apresentava lacunas e a polícia sofria com pouca autoridade e grande interferência política. Assim, a estrutura de segurança permaneceu

pobre, demonstrou “capacidade de criar ou agravar conflitos sociais” e os problemas no setor “nasceram como causa e consequência de um amplo conflito político” (ICG, 2008, p. 1, tradução nossa).

Rivalidades entre as F-FDTL e a PNTL permaneceram latentes. Em setembro de 2003, um suposto ataque a soldados por um grupo de policiais resultou em um confronto armado numa delegacia de polícia de Dili. Em dezembro de 2004, soldados saquearam a delegacia de polícia de Becora, onde um militar havia sido detido e alegadamente maltratado (ICG, 2008).

Em dezembro de 2003, 42 soldados foram exonerados depois de reclamar sobre os despendimentos abusivos, longas distâncias de viagem e comunicações precárias. Em agosto de 2004, uma comissão presidencial propôs melhorias, que nunca foram implementadas. Em 26 de fevereiro de 2005, um grupo de soldados levou questões sobre discriminação e má administração diretamente ao Presidente (ICG, 2006). Naquele mesmo mês, o SGNU Kofi Annam salientou que os grandes problemas nas forças armadas do Timor Leste se mantinham com relatos “de má conduta”, incluindo “excessivo uso da força, assaltos, uso negligente de armas de fogo e vários abusos aos direitos humanos” que haviam aumentado desde maio de 2004 e que causavam preocupações. Além disso, “falta de transparência e mecanismos lentos de investigação” contribuía para uma responsabilização deficiente por parte das forças armadas (GALLEN, 2013, p. 49, tradução nossa). Os problemas se agravariam no ano seguinte.

Em maio de 2004, o CSNU considerou o pedido do governo timorense e as recomendações do SGNU sobre a necessidade de mais um ano para a consolidação das atividades de auxílio que as Nações Unidas desenvolviam no Timor, fundamentais para o desenvolvimento de setores-chaves como justiça, administração pública e manutenção da segurança e estabilidade. Em 14 de maio, o CSNU autorizou, através da Resolução nº 1543, a extensão do mandato da UNMISET por mais um ano. O efetivo seria reduzido e suas missões revisadas com base no novo mandato que determinou: o apoio à administração pública e ao sistema judicial, incluindo a questão dos crimes graves; apoio ao desenvolvimento da aplicação da lei; e apoio à estabilidade e segurança no país. O efetivo estabelecido foi de

58 conselheiros civis, 157 policiais, 42 militares oficiais de ligação, 310 militares armados e 125 civis na Unidade de Resposta Internacional (UN, S/Res/1543, 2004).

O CSNU reafirmou, ainda, a necessidade da luta contra a impunidade e a importância para a comunidade internacional que a Unidade de Crimes Graves pudesse completar todas as investigações até novembro de 2004 e concluir os julgamentos e outras atividades necessárias até 20 de maio de 2005 (UN, S/Res/1543, 2004). Em julho de 2004, havia 82 acusações, 373 acusados, dos quais 279 permaneciam fora do Timor Leste. Desde que os julgamentos começaram em 2001, os casos de 57 réus haviam sido decididos, com 54 condenações e três absolvições. Naquele mês, havia 12 casos pendentes com 30 réus em julgamentos nos Painéis Especiais. No entanto, tanto a Unidade como os Painéis Especiais com grupos específicos de juízes criados na administração transitória foram encerrados em maio de 2005 sem que todos os casos tivessem sido investigados e/ou levados a julgamento (HASEGAWA, 19 Jul. 2004).

A UNMISSET foi encerrada em 20 de maio de 2005, sendo substituída pelo Escritório das Nações Unidas no Timor Leste (UNOTIL). A Missão apresentou 25 fatalidades em seu efetivo sendo: onze militares, dois observadores militares, dois civis do *staff* internacional, nove locais contratados e um que não se enquadrava nessas categorias.²²⁶

A UNMISSET pode ser resumida como um esforço para consolidar a paz no Timor Leste por meio da assessoria em posições-chaves onde o governo do país era vulnerável. No geral, as dificuldades que o novo Estado apresentava, e que eram praticamente as mesmas nos diversos setores do governo, se relacionavam com os problemas das línguas faladas pelos assessores internacionais e os timorenses, baixo nível de conhecimento dos funcionários locais, pouca motivação de alguns desses funcionários frente às dificuldades na realização de tarefas, e baixa capacidade de liderança e de tomada de decisões. Em consequência, os assessores internacionais acabavam realizando tarefas que deveriam ser atribuídas aos locais, criando um círculo vicioso pelo qual as habilidades necessárias não eram adqui-

²²⁶ As mortes ocorreram por acidentes, atos hostis, doenças e três casos relacionados como 'causas diversas' (UN, DPKO, 2003).

ridas pelos timorenses porque os internacionais as realizavam, enquanto esses preferiam realizá-las ao invés de capacitar os funcionários locais. Com isso, o processo de estabelecer o gerenciamento eficaz do Estado foi sendo atrasado e a missão de paz foi encerrada sem que o Timor Leste tivesse gente capaz de desempenhar corretamente funções importantes dentro do aparato estatal.

Os problemas da maneira como algumas instituições foram ‘construídas’ pela UNTAET e não foram corretamente melhoradas pela UNMISSET ficaram mais claras com a crise de 2006.

CAPÍTULO 6

UNOTIL E UNMIT

APOIO AO DESENVOLVIMENTO E A CRISE DE 2006

*“Temos 400 anos de experiência de guerra e conseguimos a paz. Necessitamos dela porque é a única condição de desenvolvimento para nosso povo”.*²²⁷

O Escritório das Nações Unidas no Timor Leste – *United Nations Office in Timor-Leste* (UNOTIL) - foi criado como missão política especial, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da capacidade das instituições críticas do Estado, de modo a fortalecer a governança democrática e auxiliar na construção da paz no país (UN, S/RES/1599, 2005).

A Missão deveria providenciar a transferência de habilidades e o treinamento intensivo das instituições por meio de conselheiros civis internacionais, sendo: 23 nas áreas de finanças, consultoria legal e no Escritório do Inspetor Geral; 17 na área judiciária; e 5 no Parlamento e no Gabinete da Presidência. Para apoiar o desenvolvimento da PNTL e de suas unidades especiais seriam utilizados 40 conselheiros. A Unidade de Patrulhamento da Fronteira contaria com o apoio de 20 policiais e 15 militares da ONU que seriam cedidos com a finalidade de torná-la plenamente capaz de gerenciar as fronteiras internacionais do Timor Leste até maio de 2006. Outros dez funcionários deveriam fornecer treinamento especializado em direitos civis, políticos, econômicos,

²²⁷ Xanana Gusmão. In: ILHA..., 2000.

sociais e culturais, de modo a fortalecer as instituições do Estado e a sociedade civil (UNMISSET, 29 Apr. 2005).

Em março de 2006, a UNOTIL contava com um efetivo de: 137 civis internacionais; 241 civis locais; 15 supervisores militares; 52 policiais e 34 civis do programa de voluntários da ONU (UN, DPKO, 31 Mar. 2006).

A CRISE DE 2006

O Timor Leste nasceu como o país mais pobre do mundo. Consequentemente, havia a necessidade de investimentos em setores básicos para geração de emprego e a melhoria das condições de vida de sua população. O orçamento de 2006 – 2007 era de pouco mais de 315 milhões de dólares, sendo que 140 milhões eram provenientes de donativos estrangeiros para o desenvolvimento. Quase um terço desse total - 110 milhões - era previsto para gastos na capital Díli e para o desenvolvimento do país (TIMOR LESTE, 2006). Esses dados exemplificam a deficiência orçamentária e a dificuldade decorrente do governo atender, em curto prazo, às necessidades da população, um fator de suma importância para a manutenção da estabilidade interna.

Entre 1999 e 2006, dois bilhões de dólares foram alocados como ajuda para o Timor Leste, sendo os cinco maiores doadores: Portugal, Austrália, EUA, Japão e a Comissão Europeia. Além disso, a UNTAET e a UNMISSET tinham seus próprios orçamentos que totalizaram 1,7 bilhão de dólares (HAMUTUK, 2007, p. 99). Assim, quase quatro bilhões de dólares foram utilizados no país neste período. No entanto, apesar da relação entre orçamento próprio e donativos indicar que a ajuda externa era substantiva, a mesma era insuficiente para resolver os problemas timorenses.

Por meio das relações amistosas estabelecidas com a Indonésia, houve a diminuição das percepções de ameaças em relação ao seu vizinho, até então considerado o principal 'inimigo'. Dessa forma, as questões de segurança e defesa perderam a sua prioridade, resultando em certa negligência do governo em relação ao setor. Assim, as forças de defesa e policiais foram

mantidas com baixos salários, beirando a situação de pobreza. Ao mesmo tempo, algumas diferenças, parte delas aparentemente sutis, estavam presentes e eram sentidas no interior dessas forças. Havia “divisões entre clãs, entre os três estatutos sociais, entre grupos etnolinguísticos”, entre formações étnicas do oeste (*Loromonu/Kaladi*) e do leste (*Lorosae/Firaku*), entre gerações (a colonial, a da resistência, a indonésia e a da independência), “entre os ‘de dentro’ (lugar social atribuído por vezes a Xanana Gusmão e, por extensão, às Falintil) e os ‘de fora’ (lugar social atribuído por vezes a Mari Alkatiri e ao Grupo de Maputo e, também, à PNTL)” e aquelas produzidas pelas diferentes diásporas timorenses, especialmente entre os que viveram na Austrália e os que viveram em países lusófonos (SEIXAS, 2007, 63,72).

Existiam claras diferenças políticas entre as forças de defesa e a polícia timorense, bem como divisões internas em cada força. Nas F-FDTL surgiram tensões entre os antigos membros das Falintil e os novos recrutas, entre os do leste (afirmavam ter se envolvido mais na luta contra a Indonésia) e os do oeste do país (que se sentiam discriminados) (IFP, 2009).

Inicialmente, as forças armadas foram criadas com base nos antigos combatentes das Falintil. A adoção dessa política foi necessária para o processo de independência e de construção do Estado, e foi conduzida, dessa forma, pela ONU. Durante as operações de paz é fundamental que se procure inserir na sociedade local antigos combatentes das forças armadas, paramilitares e outras facções em luta. Uma das ações facilitadoras dessa inserção é permitir que o maior número possível de ex-combatentes passe a integrar as forças armadas e policiais. No entanto, a adoção dessa política normalmente provoca controvérsias. Primeiro, em relação aos que, por algum motivo, não são aproveitados. Segundo, em relação aos que não participaram dos combates e não têm a oportunidade de conseguir uma colocação nessas forças. Terceiro, antigos rivais passam a conviver dentro de uma hierarquia policial ou militar, o que normalmente resulta em divisões internas nessas forças. Quarto, apesar dos esforços das Nações Unidas, o passado de luta torna difícil preparar esses efetivos dentro dos padrões de respeito a certas regras, especialmente de direitos humanos.

No caso do Timor, a maioria dos oficiais e dos primeiros recrutados era natural da parte leste do país, região onde as Falintil permaneceram combatendo as forças indonésias durante toda a ocupação. Durante as mais de duas décadas de combate e, principalmente durante o comando de Xanana Gusmão, o grupo de resistência simbolizado pelas Falintil acabou identificando-se com a própria nação timorense, e se colocou acima da política.

O recrutamento da polícia também foi controverso no início. Havia uma reação ao ingresso de antigos timorenses que atuaram como policiais durante o período de ocupação indonésia. A PNTL acabou sendo criada sem políticas, regras de procedimentos e mecanismos de ‘responsabilização’ (FUNAKI, 2009). Problemas logo surgiram. A polícia se manteve mal equipada e mal preparada, com salários baixos, falta de infraestrutura e de equipamento, ressentimentos em relação aos que trabalharam na polícia indonésia e, assim, ficou suscetível às tensões entre os líderes políticos (FERRO, 2009).

Havia, também, uma dose de ressentimento entre os que lutaram contra a dominação indonésia nas matas, os que permaneceram vivendo nas cidades e vilas ocupadas e aqueles que permaneceram fora do território e retornaram para ocupar cargos no novo governo. Como Bormann e Silveira (2007) salientaram, haviam três grupos distintos de timorenses: aqueles que ficaram durante a invasão indonésia e, conseqüentemente, falavam o idioma daquele país; os que retornaram das diásporas em Portugal e na África, os quais dominavam a língua portuguesa; e os que retornaram da Austrália e, conseqüentemente, dominavam a língua inglesa.

No início de 2005, a destituição de juízes timorenses pelo presidente do Tribunal de Recursos, sob a alegação de não dominarem adequadamente as regras de interpretação das leis, reacendeu esse ressentimento. O presidente havia retornado de Portugal e os destituídos eram jovens juízes timorenses formados em universidades indonésias (SILVA, K., 2006).

Naquele ano, aconteceram vários protestos na capital em razão da decisão do governo de retirar o ensino religioso do currículo escolar. O grupo do Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, que já havia sido contra a

inclusão do português como língua oficial do país, defendia um projeto laicizante para o Estado, opondo-se ao grupo que manteve forte vínculo com a igreja católica. Esse último abrangia os timorenses que ficaram no território, lutaram contra a dominação indonésia e viram na igreja uma forma de manter acesa a esperança da independência. Além disso, o catolicismo se apresentou como uma barreira contra um Estado indonésio majoritariamente muçulmano. A maioria dos que defendiam a retirada do ensino religioso viveu fora do território durante a ocupação indonésia (NATALI, 2006).

Logo no início da vida soberana do país, as diferenças políticas da liderança timorense apresentaram reflexos nas forças de segurança e defesa. As diferenças entre o Presidente, Xanana Gusmão, e o Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, eram bastante claras. Enquanto o primeiro liderou o movimento de resistência, o segundo passou 24 anos no exílio em Angola e Moçambique.

Havia, da mesma forma, um importante conflito de interesses entre Alkatiri e Ramos-Horta. Enquanto o primeiro “um político lúcido, nacionalista, mas não populista, centrou sua política na defesa dos interesses de Timor Leste, assumindo que eles não precisariam coincidir com os da Austrália”, Ramos-Horta seria “totalmente alinhado com a Austrália e os EUA” e sabia que nunca seria eleito pelo povo, ao menos enquanto não afastasse totalmente Mari Alkatiri. No meio da questão estava Xanana Gusmão que teria sido um bom guerrilheiro, mas seria um mau presidente (SANTOS, B., 2006, p. 3A).

A Lei Orgânica da PNTL estabeleceu que ela deveria obedecer ordens do Ministro do Interior em cujo *staff* havia mais policiais que civis (UN, 2006). Em 2002, o Ministro do Interior, Rogério Lobato, foi criticado por tentar politizar a polícia, atitude que era entendida como um contrapeso em relação a influência que Xanana Gusmão exercia sobre as forças de defesa. Lobato conseguiu criar unidades específicas como a Unidade de Intervenção Rápida (UIR), Unidade de Patrulhamento de Fronteira (UPF) e a Unidade de Reserva da Polícia (URP), para patrulhar fronteiras, agir contra ataques de milícias naquela região e contra insurgência rural. Na sequência, o Ministro iniciou ações para transformar a URP em bata-

lhão e orquestrou o recrutamento de pessoal em sua maioria dos distritos do oeste, o que não foi bem recebido pelas F-FDTL. Assim, além das polícias nos distritos, a PNTL criou serviços de inteligência, de migração, três unidades especiais (UIR, URP e UPF) e outras unidades subsidiárias (UN, 2 Oct. 2006).

O faccionalismo e a politização da instituição permitiram a criação de grupos no seu interior que expressavam antigas identidades – ex-policiais indonésios, ex-membros da resistência, ex-estudantes em universidades indonésias, dentre outros. Em pouco tempo, a polícia acabou dividida e politizada, como resultado das ações do Ministro do Interior. A divisão e a politização tomaram forma em ordens operacionais, incluindo algumas com propósitos pessoais e/ou político-partidários, o que deteriorou os canais de comando e os processos para lidar com questões disciplinares. Algumas ações da PNTL foram mal vistas como a atuação, em 4 de dezembro de 2002, para conter um tumulto em Dili que resultou em mortos e feridos, e em julho de 2004, quando da manifestação de veteranos em frente ao palácio do governo. Em ambas a polícia foi acusada de uso abusivo da força (UN, 2 Oct. 2006).

Além disso, uma pesquisa da *Asia Foundation*, em 2004, indicou que 8 entre 10 timorenses reconheciam os líderes comunitários como responsáveis pela manutenção da lei e da ordem ao invés da PNTL e a maioria via a polícia e o judiciário como entidades separadas ao invés de reconhecê-las como instituições inter-relacionadas (FUNAKI, 2009).

O processo decisório permaneceu altamente individualizado no novo Estado, ao invés de ser institucionalizado, e a estabilidade política ficou dependente da interação pessoal de quatro indivíduos: Xanana Gusmão, Ramos-Horta, Mari Alkatiri e Tauar Matan Ruak (FUNAKI, 2009). As relações ruins entre militares e policiais refletiam lealdades separadas, das F-FDTL ao Presidente e da PNTL ao Primeiro Ministro (UN, 2 Oct. 2006).

Em 2006, Lobato foi acusado de favorecer os timorenses do oeste do país na estrutura de comando da polícia em detrimento de nacionais do leste, a maioria originária das Falintil e com tendência a apoiar Xanana

Gusmão. Enquanto isso, nas forças de defesa, os militares originários do oeste do país, região sob grande influência da Indonésia, reclamavam de discriminação no critério de promoções, afirmando que estavam sendo ultrapassados por antigos guerrilheiros das Falintil e por militares originários da região leste do país.

Na realidade, os problemas das forças de segurança eram reflexos da luta política que se desenrolava no país em decorrência da imaturidade dos políticos, da fragilidade das instituições democráticas e da disputa para as eleições presidenciais e parlamentares previstas para serem realizadas em maio de 2007.

A fricção política latente estava presente nas forças de defesa e na polícia. Fricções em instituições como essas, por possuírem armas, são causas potenciais para uma espiral de violência, envolvendo soldados, policiais e civis e resultam numa situação perigosa para a estabilidade interna. Se adicionarmos a tradição de violência presente na sociedade timorenses, chega-se ao resultado rotineiro na história do país com saques, casas queimadas, desalojados, refugiados, e assassinatos de membros de facções contrárias. Dessa maneira, todos os fatores elencados acima acabaram resultando numa grave crise no setor da segurança, em 2006.

A crise apenas revelou a ausência de uma política de segurança nacional, graves falhas na legislação, polícia com baixo prestígio, excesso de influência política nas instituições e falta de transparência e de mecanismos de controle político pelo parlamento e o judiciário, dentre outras (FERRO, 2009). Não havendo uma doutrina unificada de segurança nacional, o país confiava numa mistura de autoridades e leis constitucionais do Timor Leste, regulamentos, decretos e ordens provenientes da UNTAET e das leis indonésias. Muitas legislações do setor de segurança após a independência “foram aprovadas por decreto, contornando o parlamento e conseqüentemente perdendo uma importante fonte de segurança, transparência e legitimidade” (ICG, 2008, p. 9, tradução nossa).

Em 9 de janeiro de 2006, 159 militares de postos diversos das F-FDTL enviaram uma petição escrita ao Comandante e ao Presidente. Sem respostas, em 8 de fevereiro, 418 peticionários realizaram uma passeata

em frente ao Palácio Presidencial. O Presidente constituiu uma comissão que não conseguiu resolver a questão. Como efeito, em 17 de fevereiro, os petionários abandonaram os quartéis. Em 16 de março, foi anunciada pelo comandante das F-FDTL a demissão de 591 petionários, a contar de 1º de março. Em 24 de abril, os petionários iniciaram uma manifestação pacífica em frente ao Palácio do Governo, com a permanência naquele local com efetivos variados nos dias seguintes até a violência que irrompeu fora do palácio, em 28 de abril (UN, 2006). O Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, requisitou a ajuda do exército para restaurar a ordem e tropas sem experiência em controle de distúrbios foram empregadas em 29 de abril, resultando em três mortes (ICG, 2008). A partir daí, novos focos de violência ocorreram em Dili e as F-FDTL foram utilizadas para auxiliar a PNTL na restauração da ordem.

Em 3 de maio, o chefe da polícia militar das F-FDTL, major Alfredo Reinado, e dezessete de seus homens desertaram para protestar contra o que eles chamaram de tiroteio deliberado do exército contra civis, levando consigo outros militares, policiais, armas e munições (ICG, 2008). Dias após, seu grupo emboscou militares das F-FDTL e policiais da PNTL. Enquanto isso, o Ministro do Interior, Rogério Lobato, armou dois grupos de civis – Rai Los e Lima Lima - com armas e munições pertencentes à UPF da PNTL. Em 24 de maio, membros do grupo Rai Los, petionários e policiais atacaram militares das F-FDTL. As casas do General Taur Matan Ruak e de parentes do Ministro do Interior também foram atacadas. Nessa última, membros da família do Ministro foram carbonizados dentro da residência (FAMÍLIA..., 2006). Um ataque ao quartel general da polícia nacional resultou em nove mortes e outras 27 pessoas feridas, incluindo dois policiais da ONU (UN, 25 May 2006). Ocorreu, também, um confronto armado entre militares e policiais no Quartel General das F-FDTL e um ataque a policiais desarmados que eram escoltados por policiais da ONU nas ruas de Díli (UN, 2 Oct. 2006).

A crise interna acabou ganhando as ruas e transformou-se em violência com características que já faziam parte da história timorense, envolvendo manifestações, assassinatos, brigas, roubos e destruição de propriedades públicas e privadas. Estudantes foram impedidos de ir à

escola e a atividade econômica entrou em colapso (HAMUTUK, 2007). Grupos mascarados, utilizando armamento e armas brancas, aproveitaram para espalhar o terror e saquear e incendiar residências e prédios oficiais. Carros da ONU foram alvejados e cerca de 1.500 estrangeiros refugiaram-se no prédio da Organização em Dili (FAMÍLIA..., 2006). As famílias deixaram suas casas por insegurança e refugiaram-se nas matas, em igrejas ou instalaram acampamentos improvisados na capital. A estimativa, no início de junho, era de que 100 mil dos 250 mil moradores de Dili haviam deixado suas residências. Cerca de 30 acampamentos improvisados haviam sido instalados na capital, fazendo com que a FAO enviasse um socorro inicial de ração suficiente para 95 mil pessoas durante cinco dias e o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários mandasse uma equipe extra para coordenar a assistência da ONU e de ONGs (MEDO..., 2006, p. A 12; SOB CAOS..., 2006; UN, 30 May 2006).

Na cidade de Baucau, reservistas prepararam-se para seguir a Dili e engrossar o movimento violento. Xanana Gusmão conseguiu convencê-los a permanecerem na cidade, diminuindo a capacidade dos revoltosos na capital, além de dialogar com os líderes e grupos envolvidos no problema com a colaboração dos bispos de Dili e de Baucau.

A violência ficou, então, concentrada na capital e os serviços continuaram operando normalmente nos distritos. No entanto, a Indonésia fechou a fronteira com o Timor Leste, de modo a diminuir a possibilidade de a violência se estender ao seu território.

Tendo em vista a violência que se instalou em Dili, por meio da Resolução nº 1677, de 12 de maio de 2006, o CSNU estendeu o mandato da UNOTIL até 20 de junho e solicitou ao SGNU apresentar uma atualização da situação e sugerir futuras missões que a ONU deveria realizar no país. O Secretário Geral designou Ian Martin como enviado especial ao Timor Leste que, no período de 29 de maio a 7 de junho, avaliou *in loco* as condições do país e as reais consequências da crise, resultando na proposta de um maior envolvimento da ONU.

Em 25 de maio, o presidente Xanana Gusmão retirou as atribuições de segurança pública do Primeiro Ministro e assumiu o controle direto das

operações, além de solicitar o auxílio externo para apoiar a manutenção da segurança (TIMOR ADOTA..., 2006; CIGI, 2009). Por meio de uma carta endereçada ao SGNU, o Presidente, o Primeiro Ministro e o Presidente do Parlamento Nacional solicitaram que o mesmo propusesse ao CSNU o estabelecimento de uma força policial da ONU no país, para garantir a manutenção da lei e da ordem até a reorganização da polícia nacional.

Em 26 de maio começaram a desembarcar no Timor Leste as forças internacionais oferecidas pela Austrália, Nova Zelândia, Malásia e de membros da Guarda Nacional Republicana de Portugal, para restabelecer as condições de segurança (CIGI, 2009). O SGNU condenou os atos de violência e a destruição de propriedades, agradeceu a resposta positiva desses quatro países, bem como a iniciativa do CSNU de enviar um representante especial ao Timor para facilitar o diálogo político (UN, S/PRST/2006/25, 2006).

A violência provocou a queda dos ministros do Interior, Rogério Lobato, e da Defesa, Roque Rodriguez, em 1º de junho. No dia seguinte, o Presidente nomeou o Ministro das Relações Exteriores, Ramos-Horta, para o Ministério da Defesa. Depois da renúncia dos ministros da Defesa e do Interior, houve passeata em Dili pedindo a renúncia do Primeiro Ministro, Mari Alkatiri. Além disso, o líder dos ex-soldados colocou a renúncia como pré-condição para o início do diálogo. Outra manifestação organizada pelos partidários da Fretilin demonstrou a divisão entre a população timorense (PRESIDENTE..., 2006). Alkatiri acabou renunciando em 26 de junho, desencadeando uma grande manifestação popular em Dili. Em seu lugar foi nomeado Ramos-Horta (RAMOS HORTA..., 2006).

Em 9 de junho, a União Europeia liberou um fundo de 23 milhões de dólares para apoiar a democracia e o desenvolvimento econômico (TIMOR PRECISA..., 2006). Dois dias depois, foi apresentada uma proposta de dissolução do parlamento e a nomeação de um governo de transição (TIMOR PODE..., 2006).

Na opinião de Seixas (2007, p. 83), o Estado foi construído segundo a perspectiva ocidental e parecia que ela podia ser lida segundo a perspectiva tradicional do dualismo complementar (relação entre a Igreja

e o Estado, entre Xanana e Alkatiri e entre as F-FDTL e a PNTL). Mas, surgiram “competição, a suspeição, o rumor e a culpa”. Houve, então, quebras de equilíbrio entre Igreja e Estado, evidenciada nas manifestações da igreja entre 19 de abril e 8 de maio de 2005, entre Xanana e Alkatiri, entre as F-FDTL e a PNTL, entre o governo e a PNTL, internamente nas F-FDTL, na sociedade, entre os *loromonu* e os *lorosa'e*, e entre *gangs*.

A Força Tarefa Conjunta, com tropas da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal, operou legalmente sob uma mistura de acordos bilaterais e resoluções do CSNU. Por meio de acordos entre o Timor Leste e a Austrália, de 25 de maio de 2006 e de 26 de janeiro de 2007 (Acordo de Status das Forças e Memorando de Entendimento), as Forças de Segurança Internacionais – *International Security Forces* (ISF) - forneceram ajuda adicional à polícia da ONU e às unidades da FPU, quando requisitado (ICG, 2008). Em 2007, havia dezessete acordos bilaterais com a Austrália (mais dois que foram assinados em 2008), oito com Portugal e dois com a Nova Zelândia, além da Malásia, envolvendo conselheiros e capacitação militar e policial (ICG, 2008).²²⁸

A Força Tarefa operou, inicialmente, com um efetivo de 3.300 pessoas sendo: 2.500 militares e 150 policiais da Austrália; 176 militares da Nova Zelândia, apoiados por uma equipe de planejamento militar na Austrália e equipes de logística e de transporte aéreo; e 333 militares e policiais da Malásia.

Os portugueses enviaram, em 3 de junho, 127 homens da Guarda Nacional Republicana (GNR), de acordo com Memorando de Entendimento assinado entre os governos de Portugal e do Timor Leste, em 25 de maio de 2006, após solicitação formal de Xanana Gusmão (GUSMÃO; GUTERRES; ALKATIRI, 2006; TIMOR LESTE, 25 mai. 2006). A GNR passou a operar em Dili e cercanias sob a autoridade do Presidente e do Primeiro Ministro e sob o comando operacional português. O Memorando previu, ainda, a assistência e o treinamento da Unidade de Intervenção Rápida do Timor por oficiais portugueses.

²²⁸ Os acordos bilaterais são realizados diretamente entre um governo doador e um governo receptor ou com ONGs, normalmente internacionais, que operam no país beneficiário. A maior parte dos acordos se relacionam com projetos diretamente gerenciados por meio de suas agências de ajuda como a AusAID (Austrália), USAID (Estados Unidos) e JICA (Japão).

Membros da PNTL passaram a entregar suas armas às forças australianas e concordaram em serem voluntariamente acantonados em Dili. A lista de armas entregues e o inventário feito, serviram de base para avaliar a situação das mesmas, ou seja, a quantidade daquelas que ainda permaneciam com a população. Por decisão do Conselho Supremo de Segurança e Defesa do Timor Leste, as F-FDTL foram encarregadas de realizar um inventário das armas, com apoio de uma equipe de observação internacional composta por militares da Austrália, Estados Unidos, Malásia, Nova Zelândia e Portugal e da UNOTIL. Em meados de junho, as forças internacionais praticamente tinham desarmado os rebeldes que foram colocados sob proteção dos australianos na cidade de Maubisse (LÍDER..., 2006).

O governo timorense solicitou, por meio de carta do Primeiro Ministro ao SGNU, uma investigação imparcial dos eventos. Foi criada pelo Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos a Comissão Independente de Inquérito para estabelecer os fatos e circunstâncias relevantes dos incidentes de 28 e 29 de abril e de 23 a 25 de maio de 2006, incluindo a apresentação das responsabilidades criminais pelos incidentes. O relatório final da Comissão foi minucioso e extenso. As principais conclusões apresentadas foram: 1) havia fraqueza institucional; 2) as divisões dentro e entre as instituições culminaram com o confronto direto entre as F-FDTL e a PNTL; 3) não havia quadro de segurança nacional, sendo as instituições dirigidas por mandatos específicos com um quadro regulatório pouco abrangente; 5) as decisões de comando da PNTL eram motivadas por um sentimento pró-oeste resultando em profundas tensões Leste-Oeste no seu interior; 6) o governo não foi proativo para lidar com os problemas internos das instituições e falhou em adotar procedimentos legislativos nos acontecimentos de 28 de abril; 7) o planejamento e a ação de resposta à violência pela PNTL foram deficientes; e 8) a ausência de controle de armas e munições no setor de segurança, particularmente na polícia, a transferência irregular entre as instituições e a distribuição desta para grupos civis, criaram uma situação de potencial perigo (UN, 2 Oct. 2006).

A Comissão constatou que não houve massacre de 60 pessoas em Taci Tolu, em abril, por parte das F-FDTL, como havia sido previamente alegado. Além disso, existiam bases razoáveis para suspeitar que o major Reinado e seu grupo cometeram crimes contra vidas durante confronto armado ocorrido em Fatu Ahi. Por outro lado, o Chefe das F-FDTL, Taur Matan Ruak, não podia ser responsabilizado pelo tiroteio contra membros da PNTL desarmados, enquanto que Mari Alkatiri não teria usado sua autoridade para denunciar a transferência de armas a civis e, apesar de não haver provas que recomendassem processo contra ele, havia suspeita que também sabia da transferência realizada por Rogério Lobato (UN, 2 Oct. 2006). Finalmente, a Comissão recomendou que 63 pessoas fossem processadas e outras 64 fossem investigadas por sua participação na crise, incluindo vários altos dirigentes do Estado, como os ministros do Interior e da Defesa (IFP, 2009).

A crise refletiu o descontentamento da população com a situação do país. Quatro anos depois da independência e sete após a saída dos indonésios, as mudanças não eram suficientes para garantir a estabilidade interna. Foi reflexo, também, do processo de transformação de membros da resistência em governo do Estado e de antigos guerrilheiros em militares e policiais. Alguns dos antigos integrantes das Falintil adquiriram *status*, uma posição social que os colocou numa situação diferente dos demais. A condição de guerrilheiros diminui as diferenças hierárquicas. O viver nas matas, alimentar-se do que é possível, correr riscos diariamente e depender dos que o cercam para a sobrevivência, faz com que a hierarquia normalmente se estabeleça pela competência, liderança, bravura em combate, diferente dos tempos de paz em que há a condução política das forças de defesa e policiais. Havia, então, o ressentimento pela melhoria de *status* de determinado grupo ou pessoa. Estabeleceu-se um conflito em que estavam presentes as posições ocupadas durante a colonização portuguesa, a dominação Indonésia e no novo Estado, ou seja, conflitos entre novas e antigas hierarquias sociais.

Pobreza e falta de desenvolvimento geram tensões e conflitos entre camadas sociais. Os ressentimentos históricos em razão do que cada um fez

durante a ocupação indonésia permaneceram latentes. Além disso, havia os conflitos entre setores das elites, ou seja, dos que passaram a deter o poder.

O resultado final da violência foi: 38 mortos (23 civis, 12 policiais e 3 militares), 69 feridos (37 civis, 23 policiais, 7 militares das F-FDTL e 2 policiais da ONU), 150 mil pessoas desalojadas (73 mil foram para campos instalados nas cercanias de Dili e 78 mil foram para outros distritos) e cerca de 3.200 casas e prédios danificados (UN, 2 Oct. 2006; UNMIT, 2009b).²²⁹ Metade do exército havia desertado ou se demitido e a polícia estava praticamente dissolvida (ICG, 2008).

A crise, além de refletir a fragilidade das instituições timorenses, fez com que fossem levantadas questões sobre a capacitação realizada nas instituições do Estado, incluindo as F-FDTL e a PNLT, por consultores internacionais dos EUA, Austrália, Coreia do Sul, Portugal, Malásia e outros países (HAMUTUK, 2007).

A Resolução nº 1690, adotada pelo CSNU em 20 de junho de 2006, estendeu o mandato da UNOTIL até 20 de agosto, com a missão de planejar o novo papel da ONU no país (UN, S/RES/1690, 2006). Os relatórios do SGNU sobre o Timor Leste recomendaram o estabelecimento de uma missão integrada multidimensional para auxiliar o governo timorense numa nova etapa de reconciliação nacional, além do apoio às eleições de 2007 (UN, S/2006/580, 2006; UN, S/2006/628, 2006). Em 18 de agosto, o CSNU estendeu o mandato da UNOTIL até o dia 25 daquele mês, quando foi criada a UNMIT.

A UNMIT

A Resolução do Conselho de Segurança nº 1704 (25 de agosto de 2006) estabeleceu a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste – *United Nations Integrated Mission in Timor Leste* (UNMIT) para garantir a paz e a segurança e auxiliar o governo timorense na reforma do

²²⁹ No final de junho de 2008, onze campos de deslocados internos haviam sido encerrados, enquanto que 36 campos continuavam abertos. Até o final de julho de 2008, 3.340 famílias haviam recebido assistência para regressarem às suas casas (UNMIT, 2008a). O último campo foi fechado em agosto de 2009 e os últimos abrigos transitórios que alojavam cerca de duas mil pessoas, foram fechados em 2010. Algumas vilas rejeitaram o retorno de desalojados em razão de disputas anteriores ao conflito de 2006 (STRACHAN, 2009; UNMIT, 2010).

setor de segurança. O acordo suplementar de 1 de dezembro de 2006, entre a ONU e o governo timorense, definiu os respectivos papéis na reforma política. A reforma da PNTL foi baseada em dois elementos: um processo de triagem e orientação para a reconstituição do quadro de policiais, e um plano de Reforma, Reestruturação e Reconstrução para o ‘desenvolvimento e fortalecimento institucional’, que determinou padrões e critérios com base na habilitação, treinamento e orientação policial (GALLEN, 2013; ICG, 2008).

Foi autorizado um efetivo inicial de 1.608 policiais e 34 civis do *staff* internacional da ONU e militares oficiais de ligação (UN, S/RES/1704, 2006). Esse efetivo foi aumentado em 2007, por solicitação do governo timorense, com um adicional de 140 policiais, de modo a permitir o desdobramento de uma unidade de polícia formada, particularmente no período eleitoral (UN, S/RES/1745, 2007).

O mandato da UNMIT consistiu em: apoiar o governo e instituições relevantes com vista a consolidar a estabilidade, elevar a cultura de governança democrática, facilitar o diálogo político entre as partes como esforço para levá-las ao processo de reconciliação nacional e obter coesão social; e apoiar as eleições parlamentares e presidencial de 2007, incluindo apoio técnico e logístico, assessoramento da política eleitoral e verificação do processo. No campo da segurança pública deveria: assegurar sua restauração e manutenção, provendo apoio à PNTL por meio da polícia da ONU, incluindo o estabelecimento da lei e da segurança até a reconstituição da polícia e do Ministério do Interior; auxiliar o planejamento e a preparação da segurança das eleições, de modo a preparar adequadamente a PNTL para cumprir suas funções durante o período eleitoral; e estabelecer presença contínua nos três distritos na fronteira com policiais armados da ONU designados para as delegacias de polícia, além da presença de militares oficiais de ligação. Com relação aos assuntos de segurança, deveria apoiar o governo na condução da revisão das futuras missões e necessidades do setor da segurança, incluindo as F-FDTL, PNTL e os ministérios da Defesa e do Interior, por meio de conselheiros e com a cooperação e coordenação com outros parceiros (UN, S/RES/1745, 2007).

A Missão deveria, ainda: auxiliar, em cooperação e coordenação com outros parceiros, na construção da capacidade das instituições do Estado e do governo em áreas prioritárias (como no setor de justiça) e unir o Timor Leste e a comunidade internacional, por meio da coordenação entre governos, ONU e outros contribuintes multi e bilaterais para execução de programas prioritários; auxiliar o fortalecimento da capacidade institucional e societal e de mecanismos de monitoramento, promovendo e protegendo os direitos humanos, promovendo a justiça e a reconciliação, incluindo mulheres e crianças, e observar e relatar a situação dos Direitos Humanos no país; facilitar a provisão de assistência e o acesso do povo timorense às suas necessidades, com particular foco no segmento da sociedade com maior situação de vulnerabilidade, incluindo desalojados, mulheres e crianças (UN, S/RES/1745, 2007).

Com relação à justiça, deveria auxiliar na implementação de recomendações relevantes apresentadas nos relatórios do SGNU em relação a esse setor e à reconciliação, incluindo a assistência ao Gabinete do Procurador Geral, provendo uma equipe de especialistas em investigação e retomando as funções investigativas da antiga Unidade de Crimes Graves com a finalidade de completar as investigações de casos de graves violações dos direitos humanos praticados no país em 1999. A UNMIT deveria, também: cooperar e coordenar com as agências das Nações Unidas, fundos e programas, bem como com parceiros relevantes, incluindo instituições internacionais de financiamento e doações, para o cumprimento das atribuições descritas acima; integrar perspectivas de gênero, crianças e jovens às políticas, programas e atividades da Missão de modo a promover igualdade de gênero e 'empoderamento' das mulheres; prover informações objetivas e precisas para a população, particularmente as referentes às eleições de 2007. Finalmente, foi determinado que a Missão deveria assegurar, dentro das capacidades e áreas de desdobramento e em coordenação com as forças internacionais de segurança, a segurança e a liberdade de movimento do pessoal da ONU e associados, protegendo pessoal, instalações e equipamentos da Organização (UN, S/RES/1745, 2007).

O passo inicial para resolver a questão de segurança seria decidir sobre o futuro dos atuais e antigos membros das forças de defesa e o reesta-

belecimento da estrutura de comando da polícia. Dentre as medidas adotadas pelo Presidente para amenizar a crise de 2006, foi criado o Secretariado para o Diálogo Nacional para Ultrapassar a Crise com o objetivo de: eliminar a dicotomia *lorosae – loromunus*; contribuir para assegurar a paz e a segurança nos subdistritos de Díli; criar a harmonia na capital; facilitar o regresso dos deslocados internos; repor a normalidade na vida diária dos cidadãos; desarmar a população e erradicar a posse de armas ilegais; tornar as instituições do Estado credíveis e confiáveis e viabilizar as eleições legislativas no ano seguinte (ANTL, Decreto n. 49/2006, 2006).

Ainda, em meio à violência de maio de 2006, o governo aumentou os salários dos funcionários públicos em 20% nas áreas urbanas e 50% nas áreas rurais como forma de diminuir a insatisfação e o risco de espriamento do conflito (GUNN, 2007).

Em novembro de 2006, uma resolução do Parlamento apresentou que a segurança interna do país, principalmente na capital, era garantida pela ação de forças internacionais, as quais colaboravam com o país por meio de acordos bilaterais e não estavam subordinadas a um comando único. Sem esse comando, não era possível manter a segurança de pessoas e bens, agravando o dia a dia com a escalada da violência e o aumento de crimes contra a vida e o patrimônio, normalmente cometidos por conhecidos das populações dos bairros onde ocorriam. O documento afirmava que a desorganização das forças internacionais no território timorense permitia, inclusive, que prisioneiros fugissem das prisões em Díli. Nesse sentido, o Parlamento recomendou ao Presidente e ao Governo que solicitassem ao CSNU a aprovação de resolução colocando as forças internacionais no país sob comando da ONU e que, doravante, o Parlamento passasse a ser ouvido quanto à negociação e celebração de acordos bilaterais em matéria de segurança interna (ANTL, Resolução do Parlamento Nacional nº 20, 2006). O Parlamento criou, ainda, a Comissão Eventual Parlamentar para Apreciar o Relatório da CEII e estudar seus efeitos (ANTL, Resolução do Parlamento Nacional nº 22, 2006).

Naquele mesmo mês, foram publicados vários documentos importantes na área da segurança. O Estatuto Orgânico das F-FDTL afirmou a missão de garantir a independência nacional, a integridade territorial e a

liberdade e segurança da população contra qualquer ameaça ou agressão externa (ANTL, 2006a). O Regulamento de Disciplina Militar asseverou que as forças armadas constituíam uma comunidade dentro da própria sociedade. Com isso, era impossível que, com o tempo, não fosse influenciada pelo ambiente social que a cercava. No entanto, essa influência não poderia ultrapassar certos limites, sob pena de destruir seu equilíbrio e coesão. Ademais, a comunidade militar, como ‘instituição nacional’, só poderia cumprir integralmente sua missão constitucional se lhe fossem garantidos os meios indispensáveis (ANTL, 2006b).

O Regime das Promoções Militares criou políticas de gestão de recursos humanos fundamentado em um sistema de seleção e promoção, com base na experiência, formação e mérito, com a intenção de incentivar a preparação e superação pessoal dos militares dentro das fileiras das forças armadas. O documento determinou que a seleção dos militares para promoção deveria ser feita independente da ascendência, sexo, raça, território de origem, convicções políticas, religiosas ou ideológicas, situação econômica ou condição social. Estabeleceu como critérios para promoção: 1) antiguidade, que se daria na vacância do posto desde que as condições de promoção fossem satisfeitas e mantendo-se a antiguidade relativa; 2) escolha, que visava selecionar os militares mais competentes e de maior aptidão para as funções do posto imediato; 3) nomeação, realizada em situações especiais para satisfazer necessidades específicas das F-FDTL; 4) distinção, que implicava no acesso a posto superior/imediato, independentemente de qualquer dos critérios anteriores, como prêmio por “excepcionais virtudes e dotes do comando, direção ou chefia demonstrados em campanha ou em ações que tenham contribuído para a glória da Pátria”; 5) a título excepcional, que permitia o acesso ao posto superior sem a necessidade de vacância, mas por deficiência das forças armadas; e 6) por reabilitação, em consequência de procedência de recurso em processo criminal disciplinar (ANTL, 2006c).

Em 12 de abril de 2006, foi publicada a Lei n. 3 sobre o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, a qual buscou reconhecer e valorizar a contribuição dos que lutaram pela independência nacional, proteger socialmente e preservar a memória dos que participaram na luta,

especialmente, os que ficaram incapacitados e os mortos. A Lei criou um quadro legal para as ações políticas no âmbito dos objetivos do art. 11º da Constituição, sendo aplicada aos que militaram na luta pela independência nacional nas frentes armada, clandestina ou diplomática (ANTL, Lei n. 3, 2006). O Estatuto determinou a competência do Presidente da República para a validação do processo de reconhecimento dos combatentes da libertação nacional e criou a Comissão de Homenagem, Supervisão do Registro e Recurso. Por proposta da Comissão, em dezembro de 2006, o Presidente criou a Ordem das Falintil, para os guerrilheiros que morreram após o período das bases de apoio (após 1º de janeiro de 1979) e a Ordem Lorico Asuwain, para os jovens falecidos, desaparecidos e sobreviventes do massacre de Santa Cruz (ANTL, Decreto do Presidente da República n. 52/2006, 2006). A Ordem Nicolau Lobato foi criada para agradecer os veteranos e combatentes com oito ou mais anos de participação como civis ou menos de oito anos, mas que tenham atuado como quadros civis nas bases de apoio (ANTL, Decreto do Presidente da República n. 61, 2008). Essas condecorações somaram-se à Ordem da Guerrilha, para os que atuaram como militares, Ordem D. Boaventura, para os que organizaram e lideraram a resistência contra a invasão (entre agosto de 1975 e maio de 1976) e Ordem Funu Naim, para os mártires da libertação nacional, que já haviam sido criadas (ANTL, DP/01/2006, 2006).

Foi criada uma Comissão de Consolidação de Dados (CCD) da Resistência Timorense e dos Combatentes da Libertação Nacional, que tomou posse em 13 de setembro de 2006, cujos trabalhos foram prorrogados para que pudesse preparar a lista dos integrantes da frente clandestina (ANTL, Despacho Presidencial DP/01, 2006). Em maio de 2008, foram condecorados os membros da frente clandestina que participaram de suas atividades por mais de oito anos, bem como, de maneira póstuma, os que morreram de doenças nas vilas e durante a violência pós-referendo de 1999 (ANTL, Decreto do Presidente da República n. 54, 2008).

Foi determinada a classificação de postos e cargos atribuídos aos beneficiários da Ordem da Guerrilha e da Ordem Nicolau Lobato e dos postos militares e civis, pertencentes aos quadros superiores das estruturas ou organizações da resistência, falecidos ou desaparecidos entre 15 de

agosto de 1975 e 25 de outubro de 1999 (ANTL, Decreto do Presidente da República n. 51, 2006).

As F-FDTL, a partir de setembro de 2006, foram estruturadas em: Quartel General (95 pessoas), Unidade de Comunicações (21), Unidade de Polícia Militar (18), 1º Batalhão (317), Componente Naval (83), Unidade de Logística (63) e Centro de Treinamento Nicolau Lobato (118). Além disso, 43 membros para o 2º Batalhão estavam em treinamento (ICG, 2008, p.5).

A UNMIT e parceiros internacionais envolveram-se na reestruturação das F-FDTL e da PNTL em uma nova fase da reforma do setor de segurança. A reforma das F-FDTL foi realizada, principalmente, por meio de cooperação bilateral com Portugal (assessoria no recrutamento e treinamento básico), Austrália (conselheiros e treinamento especializado), China (treinamento de logística, veículos e construção da nova sede), Índia (treinamento do componente naval) e Brasil (IFP, 2009).²³⁰

O envolvimento externo, entretando, deu-se quase que exclusivamente em treinamento e construção de capacidades. Os projetos foram conduzidos levando mais em conta os interesses dos doadores do que dos próprios timorenses, sendo estabelecidos em reuniões *ad hoc* e sem mecanismos de coordenação, apesar de grande quantidade de atores envolvidos (FUNAKI, 2009). Dessa forma, cada ação de formação levou a marca do formador, pois a ONU não tinha, nem conseguiu criar, uma doutrina que enquadrasse todas as ações. Nesse quadro, a competição entre modelos e agendas mostrou-se constante (FERRO, 2009).

A UNMIT conduziu três programas centrados exclusivamente no setor de segurança e tentou melhorar a condução da reforma criando uma Unidade de Apoio ao Setor de Segurança – *Security Sector Support Unit* (SSSU) - com a finalidade de assistir o governo a “conduzir uma visão adequada de seu papel no futuro e das necessidades do setor de seguran-

²³⁰ O Brasil implementou o Projeto de Instrução Militar em Timor Leste, o qual envolveu a formação e instrução da Polícia Militar das F-FDTL. A Escola Superior de Guerra (ESG) ministrou, nos anos de 2010 e 2011, cursos de Defesa e Segurança, realizados pela Presidência da República do Timor Leste, com o apoio das Nações Unidas e do governo brasileiro (Ministério da Defesa e Ministério das Relações Exteriores), com o objetivo de apresentar o método de planejamento estratégico da ESG, de modo a auxiliar na definição de políticas e estratégias a partir de diagnósticos das conjunturas (nacional e internacional) e de cenários (MOREIRA, 2012).

ça”. A unidade tinha consciência da sensibilidade do mandato – não para reformar, mas para ‘auxiliar’ e ‘dar suporte’ (ICG, 2008, p. 11, tradução nossa). Foi criada uma Equipe de Reforma e Desenvolvimento do Setor de Segurança – *Security Sector Reform and Development* (SSRD), a qual era encarregada de liderar o processo, assegurar o compartilhamento de informações entre as diferentes instituições e o estabelecimento de posições consensuais, bem como estabelecer uma interface de comunicação com as Nações Unidas e elaborar propostas para o processo de reforma. A equipe era composta por: um Comitê de Alto Nível, responsável pela definição e aprovação de diretrizes políticas e propostas a serem submetidas ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional sobre política e legislação de segurança e defesa; um Comitê Diretor, responsável pela revisão e discussão das propostas preparadas pelos grupos de trabalho; e um Comitê de Coordenação, responsável pela gestão das atividades cotidianas da reforma (UNMIT, 2008b).

Além da SSSU, a UNPOL, a Unidade de Administração da Justiça, a Seção de Justiça Transitória e Direitos Humanos, as Unidades de Ligação Militar, o PNUD, o Unicef e o Unifem envolveram-se de formas diferentes na reforma do setor de segurança.²³¹

O processo de reforma continuou gerando desconforto e descrédito em razão da maneira como os atores internacionais o conduziam, entendido como sendo de cima para baixo, de fora para dentro, e mais orientado para a agenda do doador do que para as necessidades do beneficiário (FERRO, 2009). A ONU criou o Grupo de Trabalho Conjunto para a Revisão do Setor de Segurança, copresidido por representantes dos ministérios da Defesa e do Interior e da UNMIT, que realizou seminários sobre a reforma do setor de segurança para discutir como o processo poderia avançar. No terceiro seminário, realizado em 16 de agosto de 2007, teria ficado clara a insatisfação do governo com as ações de reforma que estavam sendo impostas pela ONU, não respeitando a maneira timorense de trabalhar (ICG, 2008). Dessa forma, a ONU enfrentou o desafio de

²³¹ A Seção de Justiça Transitória e Direitos Humanos da UNMIT conduziu workshops de direitos humanos, treinamentos e construção de capacidades para os militares (IFP, 2009).

conciliar as necessidades da reforma em termos de maior envolvimento local e as inadequações do processo.

A falta de coordenação direta foi mais sentida na reforma da polícia. Policiais dos doadores bilaterais e da UNPOL vindo de vários países estrangeiros transmitiam filosofias e doutrinas diversas em treinamentos e mentorias, causando tensões e confusões. Por exemplo, enquanto a Austrália e a Nova Zelândia favoreciam uma abordagem de policiamento comunitário, países como Portugal apoiavam uma doutrina de policiamento mais rigorosa (IFP, 2009). Enquanto a UNPOL adotava a abordagem comunitária, o governo timorense aparentemente preferia a abordagem mais rigorosa (GALLEN, 2013).

A Agência de Cooperação Internacional do Japão – *Japan International Cooperation Agency* (JICA) - promoveu treinamento policial no modelo Koban, apesar das dificuldades que ele apresenta no próprio Japão.²³² O projeto piloto de policiamento comunitário do Programa de Ajuda da Nova Zelândia – *New Zealand Aid Programme* (NZAid) avaliou que, apesar de ter sido voltado para a construção de capacidades da PNTL, não houve avaliação da capacidade existente, não foram estabelecidos objetivos ou metas para construí-las, nem estratégias sobre como essa construção poderia ser feita. O resultado foi que “o policiamento comunitário sofreu grande retórica de muitos atores internacionais vindos de Estados com diversas concepções de policiamento” e os esforços careceram de coerência na implementação da reforma (GALLEN, 2013, p. 51).

Os programas não delinearão os papéis dos militares e da polícia. O treinamento fornecido pelo governo brasileiro para a Polícia Militar das FDTL baseou-se no modelo brasileiro de polícia do exército. A falta de comunicação e coordenação com outros doadores trabalhando na PNTL causou tensões com a possibilidade desses militares trabalharem nas ruas quando, na realidade, suas funções são diferentes das dos policiais. Os programas falharam na abordagem dos atores não-estatais de segurança que, no Timor Leste, englobam muitos veteranos da independência que foram excluídos das F-FDTL ou membros de *gangs* compostas por desemprega-

²³² Modelo de policiamento comunitário baseado em uma rede de mini delegacias de polícia, chamadas boxes policiais (*Koban*) ou boxes residenciais (*Chuzai-sho*) (JAPAN, 2015).

dos, classes empobrecidas e jovens marginalizados. O papel desses grupos como provedores de segurança, sua associação com os membros da PNTL e das F-FDTL e como essas relações contribuem para a insegurança do país não receberam a devida atenção (IFP, 2009).

O governo ofereceu o pagamento dos soldos atrasados, apoio financeiro aos rebelados, um programa de reintegração e aumento de salário aos militares (O GOVERNO AUMENTA..., 2007; PINTO, J., 2007). Foi estabelecida a possibilidade de retorno às F-FDTL dos petionários demitidos que, desde fevereiro de 2008, estavam acantonados em Aitarak Laran. Isso ocorreria mediante processo de seleção e treinamento. Aos que não se qualificassem, foi oferecido apoio financeiro por um período de três anos. Em maio daquele ano, o RESG estava preocupado em razão de 300 deles terem demonstrado vontade de retornarem, mas haviam sido abertas apenas 100 novas vagas (AMRE, Telegrama 219, 23 abr. 2008; AMRE, Telegrama 258, 2008).

Em junho, foram estabelecidas as pensões a serem pagas aos combatentes e aos mártires da libertação nacional (ANTL, Decreto Lei 5, 2008). As figuras proeminentes da luta pela independência ou seus herdeiros receberiam 750 dólares mensais (ANTL, Resolução de Governo n. 10, 2008). O Decreto do Governo nº 12/2008, de 30 de julho, tratou da integração dos ex-militares na vida civil, com o objetivo de definir a titularidade e os requisitos do processo de atribuição do benefício financeiro e implementação e aperfeiçoamento de mecanismos de interação com a sociedade (ANTL, Decreto do Governo n. 12, 2008). Em agosto, 709 petionários haviam aceitado o pacote de compensações (AMRE, 05 ago. 2008).

Em janeiro de 2011, o Primeiro Ministro Xanana Gusmão, na qualidade de Ministro da Defesa e Segurança, aprovou a nova estrutura das F-FDTL, que previa a contratação de 600 recrutas. Na mesma época, estavam em elaboração a nova lei orgânica para as F-FDTL, o projeto de lei de programação militar e o projeto de lei sobre os contratos militares (AMRE, 31 jan. 2011).

No caso da polícia, o governo estabeleceu, em 2006, um Plano de Triagem para promover a confiança do público, delineando os proces-

so a serem adotados para a triagem de todos os policiais (ANTL, 2006). Ao mesmo tempo, foi criada a Comissão de Avaliação, subordinada ao Ministério do Interior, para determinar quais os policiais que poderiam retomar atividades por não terem se envolvido em incidentes que violaram seus deveres profissionais (ANTL, Resolução do Governo n. 3, 2006). O Programa foi estabelecido em dezembro de 2006, por conta do Acordo de Policiamento firmado entre a UNMIT e o governo, liderado por timorenses e com a presença de assessores internacionais (UNMIT, 2008b). A Comissão foi constituída pelo Vice Ministro do Interior, representantes da polícia da ONU e do gabinete do promotor geral, membros da igreja e do Supremo Conselho de Segurança e Defesa, e deveria fazer recomendações relativas à aptidão individual dos membros da PNTL e submeter recomendações ao Secretário de Estado para a Segurança que era o responsável por exonerar policiais (ICG, 2008).²³³ Os candidatos eram examinados por uma equipe técnica que fazia recomendações à Comissão. Os admitidos recebiam um certificado provisório, realizavam uma semana de treinamento geral, e mais seis meses de treinamento específico com um policial da ONU, após o qual, se aprovado, recebia o certificado final. Até que o processo se completasse, a polícia da ONU e as FPU ficaram responsáveis pelo policiamento no país (ICG, 2008).

O processo de certificação recebeu críticas por ser lento e burocrático (FUNAKI, 2009). Foram necessários 16 meses para proceder o registro de todos os policiais. O registro era uma ferramenta para identificar aqueles que tinham problemas disciplinares ou haviam participado de atos criminosos durante a crise de 2006, mas acabou incluindo uma revisão mais completa de cada um deles. No final de junho de 2008, estava sendo concluída a triagem dos policiais do distrito de Dili e faltava analisar a maioria dos policiais dos outros distritos. Isso significava que apenas 599 policiais haviam sido certificados e outros 2.500 haviam recebido o certificado provisório (UNMIT, 2008a; IFP, 2009). Em outubro de 2009, a Comissão recomendou a demissão de seis policiais e seus mandatos não foram renovados quando expiraram, em 31 de dezembro daquele ano.²³⁴

²³³ Uma revisão foi feita em 2008.

²³⁴ Em junho de 2010, havia indicações que o processo de certificação prosseguiria na Secretaria de Estado de Segurança (UNMIT, 2010).

Apenas em 30 de junho de 2010 dos 3.149 policiais registrados, 2.922 haviam finalmente sido certificados.²³⁵

O CSNU, por meio da Resolução 1745 de 22 de fevereiro de 2007, estendeu o mandato da UNMIT por mais um ano e, com base no pedido do governo timorense, autorizou o aumento de 140 policiais de modo a permitir o desdobramento de uma unidade de polícia adicional, especialmente nos períodos anterior e posterior às eleições presidenciais e parlamentares que ocorreram naquele ano (UN, S/2006/1022, 2006; UN, S/RES/1745, 2007).

As eleições de junho de 2007, desenrolaram-se em um ambiente seguro e calmo e tiveram elevada participação da população, atingindo o percentual entre 80 e 82%, sendo 47 a 48% de mulheres. Como resultado, Jose Ramos-Horta foi eleito Presidente. O Parlamento, com os novos 65 membros, começou a funcionar em julho e Xanana Gusmão tornou-se Primeiro Ministro (TIMOR LESTE, 9 Jul. 2007).

No entanto, a violência de 2006 ainda se manteve latente. No dia 11 de fevereiro de 2008, um grupo armado liderado pelo major Alfredo Reinado, que se encontrava foragido, realizou dois atentados contra o Presidente da República e o Primeiro Ministro, os quais resultaram na morte de Reinado e em graves ferimentos no Presidente, que foi submetido a cirurgia de urgência em Dili e, posteriormente, removido para um hospital na Austrália. Os atentados ocorreram no primeiro dia da VIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, a qual acontecia em Dili (AMRE, 26 fev. 2008).

No mesmo dia, o Presidente foi autorizado pelo Parlamento Nacional a declarar o estado de sítio em todo o território, renovado em 13 de fevereiro, por dez dias, e em 22 daquele mês, por mais trinta dias, suspendendo o direito de livre circulação com recolher obrigatório entre as 20 horas e as 6 horas da manhã e a suspensão dos direitos de reunião e de manifestação (ANTL, Lei n. 1, 2008; ANTL, Decreto Presidencial n. 45, 2008; ANTL, Decreto Presidencial n. 44, 2008). O estado de exceção foi prorrogado até o dia 22 de abril, nos distritos do Oeste (Aileu, Ermera,

²³⁵ Os casos disciplinares ou criminais pendentes estavam sendo conduzidos pelo Departamento de Justiça da PNTL e pelo Gabinete do Procurador Geral (UNMIT, 2010).

Bobonaro, Covalima, Ainaro, Liquiçá e Manufahi), onde se concentravam as operações para a captura do grupo do ex-tenente Salsinha, aliado de Alfredo Reinado, que liderava os envolvidos nos atentados. Nesses distritos, o recolher era obrigatório entre 22 horas e 06 horas da manhã e não eram permitidas manifestações ou reuniões. Nos outros distritos (Baucau, Lautém, Manatuto, Viqueque e Díli), foi mantido o estado de emergência, que obrigava o recolher entre 23 horas e 05 horas da manhã. Apenas a ilha de Ataúro e o enclave de Oecussi ficaram livres de qualquer tipo de restrição (ANTL, Decreto Presidencial n. 47, 2008). Em Ermera, o estado de sítio foi mantido até 21 de maio, com o intuito de facilitar as operações para ações de busca e captura dos militares rebeldes envolvidos nos atentados e que estariam foragidos naquele distrito (AMRE, 24 abr. 2008).

O Parlamento solicitou que o governo negociasse com a ONU a constituição de uma Comissão Internacional de Investigação sobre Fatos Violentos Ocorridos em 11 de fevereiro de 2008 e tomasse as providências decorrentes (ANTL, Resolução do Parlamento Nacional n. 4, 2008).

Com a violência de 2006, os cidadãos abandonaram suas casas e acamparam em terrenos públicos, praças, terrenos de instituições religiosas ou governamentais, bem como em diversos espaços da cidade de Díli e, em menor escala, de Baucau. Com o apoio da OIM, do PNUD e de outros doadores, os deslocados internos foram abrigados em tendas, supridos com água, alimentos e serviços de emergência. Foram criados 50 campos que abrigavam 16 mil famílias registradas.

O governo estabeleceu uma ajuda financeira para recuperação de imóveis e aquisição de bens de modo a permitir o retorno dos deslocados às suas residências. Pelo Programa de Proteção aos Deslocados o governo oferecia entre 1.500 e 4.000 dólares, de acordo com cada caso, para que o cidadão voltasse ao seu local de origem e reconstruísse sua casa. O problema é que muitos recebiam a ajuda, gastavam o dinheiro e retornavam aos campos, onde a comida e o alojamento grátis muitas vezes eram melhores que em seus locais de origem (AMRE, Telegrama 242, 05 mai. 2008).

Em setembro de 2008, 24 campos haviam sido esvaziados, com o retorno de 6.900 famílias a seus lugares de origem, permanecendo 26 cam-

pos em operação (AMRE, Telegrama 566, 19 set. 2008). O último abrigo para desalojados internos só foi oficialmente fechado em fevereiro de 2010, quando o Ministério para Solidariedade Social concluiu a assistência à moradia, prevista na Estratégia de Recuperação Nacional (AMRE, 20 out. 2010). No entanto, nem todos os desalojados foram reinstalados, e mais de 2.000 pessoas continuaram a viver em barracas (STRACHAN, 2009).

Para lidar com os impactos ainda latentes da crise de 2006 e os atentados de 2008, foi adotada uma abordagem integrada, consubstanciada na Estratégia de Recuperação (*Hamutuk Hari Futuru*) que incluiu: os desalojados internos, envolvendo a reconciliação e aceitação mútua a nível comunitário, a criação de mecanismos econômicos, sociais, legais, políticos e de segurança de apoio aos deslocados e aos receptores deles; a consolidação da segurança e estabilidade do país, com a solução da questão dos petionários, captura e indiciamento dos rebeldes armados responsáveis pelos atentados, criação do comando conjunto das F-FDTL e a PNTL para executar as operações de segurança decorrentes do estado de sítio e reaproximar as duas instituições; proteção e solidariedade social, com a criação de um plano de pensões e subsídios aos idosos, estimados em 30 mil timorenses com mais de 65 anos, viúvas, deficientes (estimados em 22 mil), antigos combatentes da libertação nacional e manutenção da merenda escolar; e juventude, com a reforma e aprimoramento da educação, formação profissional, criação de empregos e prática de esportes (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008).

Em consequência dos atentados, o Conselho de Ministros, por meio da Resolução do Governo nº 5/2008, de 5 de março, determinou ao Chefe de Estado Maior Geral das Forças Armadas, a criação do comando conjunto das F-FDTL e a PNTL (ANTL, Resolução do Governo n. 5, 2008), a fim de conduzir operações durante a vigência do estado de sítio. A operação conjunta chamada Halibur foi entendida pelo governo como uma forma das F-FDTL e da PNTL atuarem com coesão e unidade de objetivos no sentido de servir à nação (AMRE, 24 mar. 2008). Com a rendição do ex-tenente, Gastão Salsinha, e de onze membros do seu grupo armado, no dia 29 de abril de 2008, o Conselho de Ministros revogou, em 4 de junho, a resolução que havia criado o Comando Conjunto (UNMIT,

2008a; ANTL, Decreto Presidencial nº 44, 2008). Na prática, o Comando significou a remoção da PNTL do comando da UNPOL. A articulação que buscou a unidade entre as F-FDTL e a polícia ajudou a aumentar a confiança da população nessas instituições e, de uma maneira mais ampla, no próprio Estado (ICG, 2008).

O Ministério da Administração Estatal criou um programa de distribuição gratuita de televisores, antenas parabólicas e painéis de energia solar em todo o território nacional, em particular nas áreas mais remotas do país, com a intenção de manter a população oficialmente informada, diminuindo a possibilidade de boatos que normalmente causavam deslocamentos de populações por medo da violência (AMRE, 11 abr. 2008).

Além do problema de segurança provocada pelos atentados, o Timor Leste vivia, no primeiro semestre de 2008, uma crise de suprimento de arroz, item básico da dieta local, o que, associada aos graves problemas sociais, poderia incitar novas revoltas populares em meio ao clima de instabilidade política (AMRE, Telegrama 207, 17 abr. 2008).

Em julho de 2008, Afonso de Jesus, policial que desempenhou papel decisivo na condução das operações conjuntas para a captura do grupo de militares rebeldes liderados pelo Tenente Salsinha, assumiu o comando interino da PNTL, sendo substituído, posteriormente por Longinhos Monteiro (AMRE, 08 jul. 2008).

Naquele mesmo mês, o governo lançou uma campanha nacional de entrega voluntária de armas, explosivos e munições. Durante o período da campanha, as forças militares internacionais prestaram o apoio necessário às forças de segurança na execução das medidas policiais para a entrega e guarda de armas (ANTLR, Resolução de Governo n. 15, 2008; ANTL, Resolução do Governo n. 21, 2008).

O relatório do Secretário-Geral Ban Ki-moon sobre a situação no Timor-Leste, de 1º de agosto de 2008, apresentou como positiva a reação do governo timorense aos atentados de fevereiro, apesar de abusos e violações de direitos humanos que teriam ocorrido (UN, S/2008/501, 2008; AMRE, 05 ago. 2008). Enquanto isso, o RESG entendia que, cada vez mais, os crimes que ocorriam no país estavam se desconectando de temas

políticos, mas a PNTL e as F-FDTL eram ainda muito frágeis e insistiu que os países amigos continuassem a cooperar com o Timor Leste na área de reforma do setor de segurança, a qual não estava incluída no mandato da UNMIT (AMRE, 18 ago. 2008).

Com o fim da UNMISSET, nove instituições da ONU (agências, fundos e programas) permaneceram no Timor Leste, atuando em áreas específicas. O UNDP atuava nas áreas de governança e gestão do setor público, judiciário, reforço da sociedade civil, educação cívica, redução da pobreza e reabilitação de infraestruturas. As questões de educação, proteção e imunização das crianças, salvaguarda das mães, nutrição, água e saneamento ficaram sob responsabilidade do Unicef. A OMS continuou atuando na prevenção e controle de doenças, prevenção e controle de HIV/AIDS, imunização das crianças e em políticas e estratégias para aumentar o sistema de saúde. Os serviços de gestão, particularmente na área da reabilitação da infraestrutura e desenvolvimento comunitário permaneceram a cargo do UNOPS. O UNFPA atuava sobre a população e em estratégias de desenvolvimento, saúde e salvaguarda das mães. A FAO desenvolvia projetos de desenvolvimento de serviços, fortalecimento da administração e apoio aos grupos dos trabalhadores, além do desenvolvimento de questões reguladoras. Já o UNHCR trabalhava na reintegração e apoio à proteção legal dos refugiados (FARIA, 2011).

Em 2008, cerca de 40% da população vivia abaixo do limiar da pobreza (com menos de 55 centavos de dólar por dia), as taxas de analfabetismo, mortalidade e má nutrição eram elevadas, a assistência na área de saúde era deficiente, as habitações eram precárias e as infraestruturas básicas insuficientes. A taxa de desemprego era de 58%, com 15 mil jovens entrando no mercado de trabalho a cada ano. Metade da população tinha menos de 18 anos. O Timor era um dos países com menos capacidade de atração de investimento estrangeiro. A estrutura legislativa ainda estava incompleta, o sistema judicial era frágil e havia escassez de recursos humanos qualificados (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008). O mercado de trabalho era restrito e com alto grau de informalidade. A atividade produtiva era incipiente, com predominância da agricultura familiar de subsistência. A elevada quantidade de jovens desocupados e sem perspectivas de inserção

no mercado de trabalho configurava-se em aspecto decisivo para a instabilidade interna (AMRE, 07 abr. 2008).

No Timor Leste, 89% do PIB e 94% das receitas governamentais eram provenientes da extração de petróleo (HAMUTUK, 2007, p. 99). A renda com a venda de petróleo era mantida em um Fundo Especial, negociado no governo de Mari Alkatiri, que passou a ser administrado segundo rígidos critérios de investimento e de dispêndio, com o objetivo de assegurar os benefícios para as gerações futuras (AMRE, 17 abr. 2008).

Na Reunião de Parceiros para o Desenvolvimento de Timor Leste, realizada em Dili, de 27 a 29 de março de 2008²³⁶, o governo apresentou o Apelo Estratégico Transitório para apoiar os programas humanitários e de recuperação dos deslocados internos e das comunidades vulneráveis, no valor de 33,5 milhões de dólares, que deveriam complementar recursos financeiros nacionais já comprometidos pelo governo. A intervenção da Comunidade Europeia na reunião chamou a atenção para o fato de que os dividendos oriundos da exploração de petróleo e gás poderiam originar frustração entre os cidadãos. Enquanto a maioria das famílias vivia na pobreza, o Estado tinha cada vez mais receitas, o que poderia originar facilmente no futuro uma deterioração do nível de segurança e da estabilidade no país. Por essa razão, sugeriu que as receitas decorrentes da exploração do petróleo e do gás pudessem ser utilizadas no desenvolvimento de políticas inclusivas e de integração, necessitando de uma alteração da legislação sobre a utilização daquelas receitas (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008).

Seis áreas focais escolhidas pelo governo do Timor Leste como prioritárias para o desenvolvimento nacional foram incluídas no programa de cinco anos, o qual previu reformas em vários setores, como: segurança; proteção social e solidariedade; juventude; emprego e geração de renda; assistência social; e boa governança. O governo implementou uma política econômica proativa de atração de investimento estrangeiro, com o objetivo de criar novos empregos (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008).

²³⁶ A Reunião de 2008 de Parceiros para o Desenvolvimento de Timor Leste encontram-se, além do Brasil, Austrália/Ausaid, China, Cuba, Comissão Europeia, Indonésia, Irlanda, Japão/JICA, Coreia/KOICA, Malásia, Nova Zelândia/NAZAID, Noruega/NORAD, Filipinas, Portugal/IPAD, Tailândia, Espanha/AECID e EUA/USAID, além de delegados de diversos organismos internacionais como PNUD, Unicef, IMO, WFP, CPLP, WB, ADB, FMI, entre outros (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008).

Uma reforma no ensino resultou na elaboração da Lei de Bases da Educação, com a introdução de nove anos de escolaridade obrigatória e gratuita, adoção de um novo plano curricular para o ensino primário e pré-secundário e a formação de professores para aplicação dos novos currículos (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008).

A mudança estrutural da gestão do Estado para tornar a administração pública mais eficiente, funcional e transparente foi aprovada pelo Conselho de Ministros e inserida no orçamento de 2008. Incluiu a profissionalização/capacitação dos quadros do funcionalismo público, o estabelecimento de uma Comissão de Função Pública, a criação de uma Instituição Independente de Auditoria do Estado e a criação de uma Comissão Anticorrupção (AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008; AMRE, 09 mai. 2008).

Foi criado um Comitê Interministerial para o Desenvolvimento, presidido pelo Primeiro Ministro e composto pelos ministros das Finanças, Economia e Desenvolvimento, do Turismo, Comércio e Indústria, da Infraestrutura, das Relações Exteriores e pelas secretarias de Recursos Naturais e de Treinamento Vocacional e Emprego, como membros permanentes (AMRE, 28 fev. 2008).

O Timor Leste era organizado administrativamente em 13 distritos, sendo que apenas dois contavam com mais de 70 mil habitantes. O restante da população espalhava-se por vilas e aldeias no interior do país. Não havia o conceito de 'cidade' ou 'município'. O governo preparou a introdução de práticas de 'municipalidade' como mecanismo mais eficiente e democrático para a administração territorial, que era precariamente organizada em distritos, subdistritos, sucos e aldeias, que não dispunham de autonomia administrativa e fiscal. Uma Resolução do Presidente, de 2006, estabeleceu a política de descentralização administrativa e o governo local no país, com o objetivo de estabelecer municipalidades fortes, democráticas e eficientes, e com recursos humanos e capacidade fiscal suficientes. Foi baseada em representantes locais eleitos por voto direto e visava promover as instituições do Estado em todo o território, dar oportunidade para a participação local democrática dos cidadãos e uma oferta de serviços mais efetiva, eficiente e equitativa, para o desenvolvimento social e econômico

do país. O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território foi encarregado de coordenar e preparar a legislação pertinente, bem como planejar e executar seus desdobramentos (AMRE, 13 mar. 2008; ANTL, Resolução do Governo nº 6, 2006). A ONU forneceu apoio técnico aos esforços de descentralização da administração que levariam à criação de municípios no país (AMRE, 20 out. 2010).

O orçamento nacional de 2008 foi de 348,1 milhões de dólares, o maior desde a instauração da independência. A prioridade foi para os gastos públicos, estímulo à economia, ajuda aos desalojados (15 milhões), aos veteranos da luta da independência (16 milhões em pensões) e aos grupos mais vulneráveis da sociedade (6 milhões aos idosos), além de 5 milhões para resolução da questão dos petionários (AMRE, 28 fev. 2008; AMRE, Telegrama 172, 02 abr. 2008).

Foi criada a Comissão Nacional para Pesquisa e Desenvolvimento (CNPd), sob a supervisão do Ministério da Economia e Desenvolvimento, para produzir um 'Relatório sobre o Estado da Nação', incluindo indicadores de desenvolvimento apropriados para medir os progressos alcançados, projeções macroeconômicas de médio prazo e um inventário de estudos de viabilidade, conduzidos desde 1999, que fossem relevantes ao desenvolvimento do país (AMRE, 28 fev. 2008).

Em 2010, estudos nacionais indicaram progresso em áreas críticas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: a taxa de fertilidade caiu de 7,8% para 5,7%; a mortalidade infantil foi reduzida de 60 para 44, por mil nascimentos; e a mortalidade infantil entre crianças com idade inferior a cinco anos, de 83 para 64, por grupo de mil. O nível de pobreza em Timor Leste foi reduzido de 49% para 41%, desde 2007, segundo estimativas iniciais do Banco Mundial. O Fundo do Petróleo atingiu a cifra de 6,2 bilhões de dólares, em março daquele ano (AMRE, 20 out. 2010).

A segurança alimentar manteve-se como uma das principais prioridades do governo em 2010. Em que pese os esforços para expandir a produção doméstica de produtos alimentícios, as autoridades timorenses verificaram uma diminuição da produção de importantes gêneros da dieta timorense (AMRE, 20 out. 2010).

Em abril de 2010, o Conselho de Ministros endossou as prioridades nacionais para 2011, que dava atenção à infraestrutura básica e energia, ao desenvolvimento rural e aos recursos humanos. Projeções do Banco de Desenvolvimento Asiático apontavam para crescimento de 10,4% da economia timorense, em 2010, cujo principal estímulo seria o aumento dos gastos de governo no setor agrícola (AMRE, 20 out. 2010).

A QUESTÃO DA SEGURANÇA

A SSSU preparou um documento para revisão do setor de segurança, que foi assinado em junho de 2008. Mas, mesmo com o documento, a revisão continuou tratando de atividades menores do setor e deu a impressão de ter causado pouco interesse no governo (FUNAKI, 2009). O documento Força 2020, apresentado em 2006, previu nova configuração das F-FDTL, com infantaria mecanizada, forças especiais, unidades de helicópteros de combate, além do aumento do efetivo para três mil militares, justificado pelas ameaças externas e internas. As ameaças externas incluíam: crime organizado marítimo; atividades subversivas por antigos membros de milícias próximo das fronteiras; atividades criminosas praticadas por esses grupos; o lado indonésio da fronteira permanecendo militarizado “por razões estratégicas”; a possibilidade de uma Indonésia militarizada, ou de elementos que envolvessem esse assunto, permitirem incursões transfronteiriças de ex-milicianos, levando a relações mais tensas com a Indonésia; e intervenções externas devido a ameaças de natureza global, como o terrorismo, desastres naturais e outros de característica política-estratégica. As internas englobavam: ações subversivas contra coesão nacional e ordem constitucional; conflito interno como insurreição popular, golpes de Estado, rebeliões militares e conflitos internos com repercussões internacional; e o crime organizado ligado ao tráfico de drogas, pirataria, contrabando, imigração ilegal, lavagem de dinheiro e outros (TIMOR LESTE, 2006; ICG, 2008, p. 6).

Estando localizado entre dois grandes países, Austrália e Indonésia, “não faria sentido contar com poder militar para dissuadir invasões”. Os principais problemas reais seriam a demarcação da fronteira com o Timor Ocidental (permeada pelo contrabando), o crime transnacional, a proteção

dos recursos naturais marítimos, o combate à pesca ilegal e a segurança dos transportes e das plataformas petrolíferas (ICG, 2008, p. 6, tradução nossa).

Para fazer frente a essas ameaças, foi sugerido o desenvolvimento de um sistema de inteligência militar, uma força aérea e uma capacidade de defesa aérea entre 2020 e 2050. O documento resultou em muita especulação negativa. O então Ministro das Relações Exteriores australiano, Alexander Downer, rotulou o plano de “completamente irreal”, provocando uma abertura para a Fretilin acusa-lo de intromissão nas eleições timorenses. O CNRT, partido político formado por Xanana Gusmão em 2007, denunciou “os planos da Fretilin para passar a receita do petróleo sobre os ativos militares quando as pessoas do país ainda estão internamente deslocadas e alguns ainda traumatizados” (ICG, 2008, p. 9, tradução nossa).

Apesar de criticada em vários setores e por assessores internacionais, o documento permitiu maior envolvimento do governo no setor de segurança.

A Lei Orgânica da Segurança e da Defesa, de agosto de 2008, tratou das atribuições e estrutura das F-FDTL e da PNTL. O Ministério da Defesa e Segurança era o órgão central do Governo com missão de conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da defesa nacional, cooperação militar, segurança pública, investigação e imigração (ANTL, Decreto Lei n. 31, 2008).

A Lei nº 16, de 24 de dezembro de 2008, alterou a lei do serviço militar, introduzindo o serviço militar voluntário por tempo limitado, com as Forças Armadas procedendo uma ou duas incorporações anuais de acordo com as necessidades (ANTL, Lei n. 16, 2008).

Em 2009, o Presidente, o Primeiro Ministro e o Chefe do Parlamento Nacional criaram um comitê nacional em três níveis, composto por várias partes interessadas, para supervisionar e coordenar as iniciativas da RSS: no primeiro nível (decisório), essas três autoridades; no segundo nível, um comitê executivo composto pelo Primeiro Ministro, os secretários de Segurança e de Defesa, os comandantes das F-FDTL e da PNTL, o Chefe de Inteligência, um representante do parlamento e conselheiros de

segurança do Presidente; no terceiro nível, um comitê coordenador composto por servidores civis de nível superior representando cada instituição do segundo nível. Com a constituição do comitê, as autoridades timorenses demonstraram o empenho em construir uma capacidade local para tomar decisões políticas importantes e coordenadas no campo da RSS. A ONU, por sua vez, estabeleceu uma equipe para revisão do setor de segurança com as partes interessadas do governo (incluindo um representante parlamentar da oposição) e representantes da ONU (IFP, 2009).

A questão das Forças de Segurança Internacionais (ISF) passou a ser discutida entre os governos do Timor Leste, Austrália e Nova Zelândia. As forças teriam atuação menos visível, menos patrulhamentos ostensivos e passariam a auxiliar o governo timorense em outras áreas, incluindo treinamento e desenvolvimento das F-FDTL, permanecendo no país até o final de 2010, com redução significativa ao longo daquele ano. O Grupo de Ligação Militar na zona de fronteira entre Timor Leste e a Indonésia também foi mantido até o final daquele ano (AMRE, 28 jan. 2010).

O governo harmonizou e disciplinou a ação das forças de segurança e civis na Zona de Fronteira Terrestre, incluindo horários de funcionamento dos postos de fronteiras e a ação fiscalizadora da respectiva zona sobre a entrada irregular de pessoas e de bens, considerados como fatores cruciais para o país, não apenas por questões de segurança, como também pela salvaguarda das receitas financeiras e da saúde da população (ANTL, Despacho n. 020/IV, 2008).

Outra questão importante a ser resolvida era a delimitação de fronteiras entre Timor-Leste e a Indonésia. Um relatório do *International Crisis Group* apresentou que os negociadores não haviam chegado a um acordo sobre dois segmentos de fronteira, deixando em aberto o risco de que pequenas disputas locais fossem politizadas e se transformassem em conflitos de maior porte. Com a não demarcação final, não teria havido avanços na gestão das fronteiras, especialmente sobre o movimento de pessoas e bens (ICG, 2010).

O enclave de Oecussi tinha 67 mil habitantes que, isolados do resto de Timor Leste, dependiam de produtos vindos da Indonésia. A infraestrut-

tura continuava precária, o acesso à informação era limitado e a capacidade de oferecer serviços públicos seguia restrita. A viabilidade de Oecussi nos anos após a independência foi questionada, sobretudo por observadores estrangeiros que ignoraram o forte sentido de identidade timorense no enclave e superestimariam a ameaça de milícias indonésias do outro lado da fronteira (ICG, 2010).

O relatório sugeriu algumas ações específicas, como: finalizar a demarcação das fronteiras; formalizar acordos para uma comunicação eficiente entre o governo e as forças de segurança em ambos os lados da fronteira e em todos os níveis, de forma a facilitar a rápida solução de incidentes; aumentar a cooperação entre militares e policiais dos dois países, incluindo a formação e o intercâmbio de adidos; estabelecer sistema de passes fronteiriços para cidadãos de ambos os países; implementar mercados na fronteira, que facilitariam o intercâmbio comercial e social; e melhorar a formação, os equipamentos e as instalações da Unidade de Patrulhamento de Fronteira do Timor Leste (ICG, 2010).

QUESTÕES REFERENTES À JUSTIÇA

Em 2008, a legislação timorense ainda se baseava em parte da lei indonésia e na legislação da UNTAET. Havia apenas quatro distritos com cortes distritais e apenas uma instância máxima, que funcionava em Dili, o que dificultava o acesso da população à justiça formal, sendo que 90% dos procedimentos eram de natureza criminal. Além disso, havia dificuldade de se conciliar a justiça formal e a justiça informal e tradicional, que regia as relações da sociedade timorense (AMRE, 24 mar. 2008).

Um relatório da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento, de 2008, listou os problemas que ainda permaneciam no sistema jurídico timorense. Havia limitado acesso a materiais e informações legais, o que dificultava o desenvolvimento profissional dos atores no campo da justiça, em particular dos advogados, reduzindo a qualidade dos serviços jurídicos prestados. Muitos parlamentares não dominavam o português e a publicação de projetos de lei nessa língua - sem serem traduzidos para o tétum - limitava o processo legislativo. Os horários dos

tribunais permanecem pouco claros e havia pouca familiaridade com os recursos jurídicos disponíveis pelos usuários do sistema. O papel da sociedade civil como o monitoramento, advocacia e divulgação eram limitadas. Os programas de apoio às vítimas encontravam dificuldades de acesso a informações básicas sobre o gerenciamento de casos e seu progresso. A falta de compreensão do sistema de justiça formal contribuía para a percepção de impunidade e falta de confiança (UNDP..., 2008).

Um dos maiores resultados do Programa de Fortalecimento do Sistema Judiciário no Timor Leste, implementado pelo PNUD, com participação de vários países, foi a nomeação de 27 juizes, promotores e defensores públicos timorenses, em junho de 2007, após dois anos e meio de treinamento e estágio probatório (UNDP, 2008; FLECK, 2009). No entanto, os 11 juizes, nove procuradores e sete defensores públicos existentes eram insuficientes para atender o país com uma população de pouco mais de um milhão de habitantes.

Ações políticas eram criticadas pelos assessores internacionais por acharem que reforçavam a cultura da impunidade. O antigo Ministro da Defesa foi nomeado pelo Presidente como seu conselheiro superior para a reforma do setor de segurança, apesar das acusações de crimes graves e enquanto aguardava julgamento. Militares, apoiados na legislação, resistiam a mecanismos de responsabilização e em sujeitar seus membros a cortes civis. Quando quatro membros da F-FDTL foram condenados por participação nos tiroteios contra policiais desarmados, em 2006, foi criada uma prisão militar especial dentro do quartel das F-FDTL (IFP, 2009).

Em julho de 2009, foi iniciado o julgamento de 28 acusados de envolvimento nos ataques ao Presidente e ao Primeiro Ministro, ocorridos em fevereiro de 2008. Em outubro de 2010, o Tribunal do Distrito de Díli anunciou os vereditos, condenando 24 pessoas e absolvendo quatro (UNMIT, 2010). Apesar do acolhimento das sentenças pelo Tribunal de Apelações, o Presidente comutou as penas de 23 dos 24 condenados, que foram postos em liberdade em seguida (AMRE, 20 out. 2010).

A prática de concessão de perdões e indultos era entendida pelos internacionais como fatores que ajudavam a deteriorar a legitimidade das

instituições de segurança e acabava por aumentar a sensação de impunidade. O Decreto Presidencial nº 53, de maio de 2008, determinou indulto total da pena aos condenados à pena restritiva de liberdade, não superior a 5 anos, e que, em 20 de maio de 2008, tivessem cumprido um quarto da pena, independente do bom comportamento prisional (ANTL, Decreto Presidencial n. 53, 2008). Em 25 de dezembro de 2009, o Presidente decretou novos perdões e comutações de penas para uma série de crimes, incluindo violência sexual e homicídios cometidos em 2006 (UNMIT, 2010). Com isso, o Presidente beneficiou 94 prisioneiros com perdão parcial ou comutação das penas, incluindo nove condenados por participarem de milícias em 1999. O antigo Ministro do Interior, Rogério Lobato, que havia sido condenado a sete anos e meio de prisão pelo seu papel na crise de 2006 e que, logo em seguida, teve permissão de deixar o país por razões médicas e não retornou, recebeu oficialmente a liberdade condicional em junho de 2008, quando ainda estava na Malásia (UNMIT, 2008a; IFP, 2009; UNMIT, 2009b).

As decisões estavam de acordo com o que o Presidente Ramos-Horta chamou de sistema verdade-para-anistia, tendo, inclusive, proposto legislação sobre o tema, em julho de 2008. A tendência de anistiar e/ou diminuir penas de crimes graves, iniciada logo após a independência do país, pode ser vista sob o prisma da justiça tradicional, assentada no arrependimento e compensação.²³⁷ No entanto, para os assessores internacionais, essa prática indicava interferência política no judiciário. Para eles, a tentativa de promover a conciliação por meio de decretos poderia resultar em um ressentimento entre as vítimas, criando riscos para a estabilidade (IFP, 2009). Para Pinto, S. (2007, p.183), a anistia roubaria “das vítimas e de suas famílias a possibilidade de ver seu sofrimento reconhecido e reprovado pela sociedade” e “a impunidade pode se tornar a moeda de troca mais preciosa em negociações entre antigos e novos líderes, mas pode representar um alto preço para a democracia”.

No entanto, conciliação e perdão fazem parte da sociedade timorense. Quando o grupo Rai-Lós entregou as armas, em Liquiçá, houve uma cerimônia chamada ‘desembainhar espadas’, com a participação de

²³⁷ Sobre a justiça tradicional no Timor Leste ver HOBE; NIXON, 2003; VERAS; ANDRADE; REZENDE, 2008.

anciãos. Assim, o que deveria ser caso de polícia, com a prisão dos rebeldes, foi uma festa tradicional com a participação de autoridades, incluindo o bispo e o Primeiro Ministro (NUNES, 2007).

A Equipe de Investigação de Crimes Graves da UNMIT continuou as investigações sobre os casos de violações aos direitos humanos, cometidos em 1999, em nove dos treze distritos, sob a supervisão do Escritório do Procurador Geral (AMRE, 20 out. 2010).

Em agosto de 2005, foi criada a Comissão da Verdade e Amizade – *Commission of Truth and Friendship* (CTF), financiada pelos governos do Timor Leste e da Indonésia, composta por 15 comissários, sete da Indonésia e oito de Timor Leste, além de um secretariado conjunto em Bali (Indonésia). O seu mandato incluía: estabelecer a verdade sobre as violações dos direitos humanos, antes e depois da consulta popular de 30 de agosto de 1999; fazer recomendações para curar as feridas do passado e reforçar amizade entre os dois países; elaborar conclusões sobre a responsabilidade institucional; recomendar anistia para aqueles que cooperaram; e limpar os nomes dos que haviam sido acusados injustamente. Durante os trabalhos, a Comissão optou por excluir os dois últimos itens, por serem controversos. A Comissão analisou documentos da Comissão de Direitos Humanos da Indonésia (KKP-HAM), da CAVR, do Tribunal *Ad Hoc* de Direitos Humanos de Jacarta e dos Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste, ouviu algumas testemunhas e apresentou ou relatório final em março de 2008 (INDONESIA/TIMOR LESTE, 2008).

O relatório final da Comissão foi oficialmente submetido aos presidentes dos dois países em 15 de julho de 2008 e ambos emitiram uma declaração conjunta reconhecendo que graves violações de direitos humanos haviam ocorrido e comprometeram-se a implementar as recomendações contidas no relatório. A Comissão foi criticada por observadores de direitos humanos por dar prioridade às relações entre os dois países, em detrimento da verdade e da justiça. Audiências da Comissão em Dili, em setembro de 2007, foram boicotadas por algumas ONGs que conduziram uma audiência alternativa enfatizando a necessidade de justiça. De qualquer forma, o trabalho da Comissão resultou no reconhecimento oficial por parte das autoridades indonésias de que suas instituições haviam vio-

lado de forma sistemática os direitos humanos no Timor Leste (UNMIT, 2008a; UNMIT, 2009b).

No final de 2009, o Parlamento comprometeu-se a desenvolver mecanismos para implementação das recomendações apresentadas pela CAVR e pela CTF, por meio de Resolução de 14 de dezembro daquele ano (UNMIT, 2010).

Em janeiro de 2010, o Escritório do Ouvidor e a Comissão de Direitos Humanos da Indonésia assinaram um memorando de entendimento acerca da implementação das recomendações contidas nos relatórios da CAVR e da CTF. Em junho, foram submetidos ao Presidente do Parlamento projetos de lei sobre as reparações e sobre instituições que deveriam dar seguimento à CRCR e à CVA. Esses projetos foram discutidos em público, no mês de julho, e as recomendações resultantes foram incorporadas em novas versões para discussão (AMRE, 20 out. 2010).

Mas, apesar dos diversos mecanismos criados, no final de junho de 2010, 303 dos 391 indivíduos acusados de crimes graves, cometidos em 1999, permaneciam em liberdade, acreditando-se que a maioria deles estivesse na Indonésia. Apenas uma das 85 pessoas condenadas por crimes graves continuou presa e ninguém foi acusado de crimes graves, incluindo crimes de guerra e crimes contra a humanidade, ocorridos no Timor Leste, antes de 1999 (UNMIT, 2010).

A questão das reparações de vítimas também se apresentava como um dos insolucionáveis problemas do Timor Leste. Em 2010, ainda era debatido no Parlamento quem deveria ser incluído na definição de 'vítima' e quem não havia recebido benefícios de outros programas nacionais, como o direcionado aos veteranos e às vítimas da crise de 2006. O projeto de lei em discussão deveria definir quem seria elegível para receber alguma forma de reparação, coletiva ou individual. Naquela ocasião, algumas supostas vítimas manifestavam insatisfação pelo fato de deslocados internos, peticionários de 2006 e os veteranos da resistência já terem recebido pagamentos do Estado, enquanto as vítimas de abusos cometidos durante a ocupação indonésia não haviam recebido alguma forma de compensação (UNMIT, 2010).

SEGURANÇA PÚBLICA

A UNMIT desenvolveu um plano de transferência da autoridade policial para a Polícia Nacional de Timor Leste (PNTL), prevista para ser completada em meados de 2009 (AMRE, 05 ago. 2008). Como os distúrbios ocorreram devido ao encerramento prematuro da UNMISSET, a ONU entendia que o encerramento da Missão dependeria das condições favoráveis no país. Desde as crises de 2006, a PNTL recebeu mais atenção e recursos e os principais atores da reforma policial foram a UNMIT, Portugal, Austrália e Nova Zelândia (AMRE, 05 ago. 2008; AMRE, 20 out. 2010; IFP, 2009).

Houve uma separação das atividades de treinamento entre Portugal e Austrália, com o primeiro envolvido com o treinamento básico e o segundo com treinamento especializado, o que teria funcionado bem (IFP, 2009).

A UNMITIL, através da UNPOL, formada por mais de 40 países, conduziu treinamento, mentoria, monitoramento e o programa de registro e certificação. Unidades Policiais Formadas - *Formed Police Units* (FPU) - de Portugal, Austrália, Malásia, Bangladesh e Paquistão também foram utilizadas em atividades especiais e treinamentos, como o de controle de distúrbios (IFP, 2009).

Mas, a ONU não tinha uma doutrina de policiamento, fazendo com que o treinamento conduzido pela UNPOL variasse de acordo com o país de onde os mentores e treinadores eram originários (IFP, 2009). Em agosto de 2007, havia 1.635 policiais da ONU no país, reduzidos para 1.473, em janeiro de 2008 (ICG, 2008).

Dos quatro critérios estabelecidos para a transferência do policiamento à PNTL, o relativo à capacidade logística e de comunicações enfrentou desafios. Em consequência, a transferência das atribuições à PNTL sofreu atrasos (AMRE, 18 ago. 2008; AMRE, 28 jan. 2010).

A diminuição do componente policial da UNMIT dependia da velocidade do processo de retomada das responsabilidades de policiamento pela PNTL. Conforme isso ocorria, os policiais da ONU que permane-

ciam na Missão passavam a se dedicar à supervisão e ao treinamento, deixando as funções de policiamento ostensivo (AMRE, 28 jan. 2010).

Em decorrência dos atrasos, houve consenso, na ONU, sobre a necessidade de manter a UNMIT no Timor Leste até 2012. Uma missão de avaliação técnica foi realizada entre os dias 10 e 17 de janeiro de 2010, estruturada em duas etapas. A UNMIT, em consulta com atores nacionais e internacionais, elaborou uma avaliação preliminar da situação no país, da cooperação internacional e das expectativas do governo timorense. Em seguida, o Secretariado organizou a missão de avaliação, chefiada por Ian Martin, para discutir, esclarecer e analisar a avaliação preliminar com a liderança da UNMIT (AMRE, 28 jan. 2010).

Em 22 de janeiro de 2010, foram realizados três *briefings* sobre a missão em Nova Iorque. O Japão, país-líder em matéria do Timor Leste no CSNU, instruiu o Secretariado a organizar sessões separadas para os membros do *Core Group*, do CSNU e dos países contribuintes com tropas e com policiais, a fim de evitar que eventual discussão interna do Conselho sobre o futuro mandato da UNMIT fosse acompanhado pelas demais delegações. A decisão japonesa teria gerado certa insatisfação entre membros do CSNU, pois a medida poderia afetar a transparência nos métodos de trabalho (AMRE, 28 jan. 2010).

Entendia-se que a UNMIT deveria manter os quatro pilares do mandato: revisão do setor de segurança, fortalecimento do Estado de Direito, promoção de uma cultura de governança democrática e desenvolvimento econômico e social (AMRE, 28 jan. 2010).

Em outubro de 2010, o debate do CSNU sobre Timor Leste, realizado em Nova Iorque, com base no relatório do Secretário-Geral sobre a UNMIT, recomendou a manutenção da presença da polícia e das FPU, em contingentes de aproximadamente 800 e 490 policiais, respectivamente, pelo menos até a realização das eleições nacionais de 2012 (AMRE, 01 nov. 2010). No período coberto pelo relatório, a PNLT retomou as responsabilidades de policiamento em oito distritos e três unidades especializadas, enquanto outros dois distritos e três unidades deveriam passar para responsabilidade da PNLT em setembro (como de fato ocorreu). No início

de 2011, restavam apenas três distritos (Díli, Bobonaro e Covalima) sob responsabilidade das forças internacionais (AMRE, 20 out. 2010; AMRE, 31 jan. 2011).

Apesar do período de calma nas áreas sob controle da PNTL, foram registrados incidentes entre grupos de jovens, os chamados ‘grupos de artes marciais’ ou ‘ninjas’²³⁸, compostos em sua grande maioria por jovens desempregados que se enfrentavam e provocavam uns aos outros com frequência, atemorizando os moradores locais (AMRE, 31 jan. 2011; AMRE, 19 abr. 2010).

No início de 2010, a PNTL iniciou operações nos distritos de Bobonaro e Covalima, direcionadas para os ‘ninjas’, embora rumores diziam que as mesmas teriam visado principalmente os membros do movimento político chamado Conselho Popular para a Defesa da República Democrática de Timor-Leste (CPD-RDTL) (UNMIT, 2010).

Em abril de 2010, o Comandante-Geral da PNTL fez menção às insatisfações existentes entre os policiais da PNTL, em virtude do sistema de promoções em vigor e os exortou a manifestarem suas reivindicações através dos canais competentes, de forma disciplinada e pacífica. Alguns policiais sentiram-se prejudicados pelo novo sistema que privilegiava o bom desempenho em testes escritos e entrevistas, em detrimento da antiguidade e os bons serviços prestados (AMRE, 19 abr. 2010).

A redução gradual do componente policial da UNMIT foi iniciada em abril e deveria ser concluída até maio de 2011, com a retirada de 22 policiais. A retirada de dois pelotões das FPU de Bangladesh e do Paquistão estava planejada para dezembro de 2010 e maio de 2011, respectivamente. Reduções adicionais estavam planejadas para o primeiro semestre de 2011, com a diminuição dos 1.023 policiais existentes para 800, até o final de junho (AMRE, 20 out. 2010).

A transferência da responsabilidade de condução de operações policiais da UNMIT para a PNTL foi sendo realizada paulatinamente até o final da missão, em 2012 (UNMIT, 2010).

²³⁸ O termo ‘Ninjas’ era usado durante a ocupação indonésia para descrever desconhecidos implicados em assassinatos sancionados pelo regime indonésio. Continuou sendo utilizado no Timor Leste para se referir a grupos não identificados de pessoas envolvidas em graves atividades criminosas locais (UNMIT, 2010).

No campo político, em setembro de 2010, o Vice Primeiro Ministro, Mário Carrascalão, pediu demissão do governo devido a divergências com o Primeiro Ministro, Xanana Gusmão. O partido de Carrascalão, Partido Social Democrata, anunciou publicamente que não abandonaria a coligação governista, a Aliança para a Maioria Parlamentar (AMP), de modo a não pôr em risco a estabilidade do governo. A Fretilin continuava a negar a legitimidade do governo da AMP e as eleições municipais foram adiadas para depois das eleições presidenciais e parlamentares de 2012, com o objetivo de proporcionar, nos níveis locais, o desenvolvimento institucional e de recursos humanos considerados necessários para o pleito (AMRE, 20 out. 2010).²³⁹

Com a melhora da situação no campo da segurança pública, o governo pôde se concentrar nos desafios de longo prazo, especialmente no Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico. No setor da justiça, foi criado o Plano Estratégico para o Setor de Justiça do Timor Leste, em junho de 2010. A UNMIT e o PNUD continuaram a apoiar os órgãos eleitorais na consolidação das instituições, a fim de capacitá-los a conduzir futuras eleições, onde haveria limitado apoio internacional. Avanços positivos foram registrados no combate à corrupção, inclusive com a criação da Comissão Anticorrupção e a apresentação de projeto de lei sobre a criação do Tribunal Superior de Administração, Impostos e Contabilidade, previsto na Constituição (AMRE, 20 out. 2010).

Com a ‘melhora da situação’, por meio da Resolução nº 1802, de 25 de fevereiro, o CSNU estendeu o mandato da UNMIT, atribuindo algumas novas missões, mas mantendo o foco na coordenação política, técnica e apoio financeiro ao Timor (UN. S/Res/1802, 2008).

As eleições foram realizadas em 2012, com o primeiro turno presidencial em 17 de março e, em 20 de maio, o novo presidente tomou posse (AMRE, 09 mar. 2012).

²³⁹ Apesar de desempenhar papel de oposição ao gabinete de Xanana Gusmão, desde 2008, representantes da Fretilin participavam do Comitê de Coordenação de Alto Nível que funcionava no governo timorense (AMRE, 05 ago. 2008).

O mandato da UNMIT foi estendido por mais três vezes com a redução gradual do efetivo da Missão até o seu encerramento, em 31 de dezembro de 2012.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CRISES DE 2006 E 2008 E AS OPERAÇÕES DA ONU

A crise de 2006 permite algumas considerações sobre processos de construção da paz. Ela ocorreu em um país recém-criado após um processo de violência armada. A principal causa imediata foi o governo não conseguir lidar adequadamente com as petições dos militares. Como causa mais profunda pode-se indicar a maneira como foram construídas as instituições e a democracia pela Administração Transitória, cujos problemas também não foram observados corretamente pelas missões subsequentes, como a UNMISSET.

Não só no Timor Leste, como em outros processos de construção da paz, um dos problemas é fazer com que os líderes que emergem de conflitos violentos, os quais normalmente são autoritários (individualmente ou no âmbito dos grupos a que pertencem), transformem-se em líderes e governantes, num Estado democrático de direito.

Os líderes políticos que vieram da Fretilin, CNRM e, na sequência, do CNRT, careciam de um passado democrático. Também havia uma interrogação sobre o quanto pretendiam avançar em implantar a democracia no país, por conta do passado radical de alguns deles. A Fretilin, como símbolo da luta pela independência, conseguiu uma vitória esmagadora nas primeiras eleições, ainda sob administração da ONU. Isso porque, por pressão de Nova Iorque, a UNTAET organizou eleições quando não havia instituições políticas eficazes. A manutenção da primazia daquele partido na política timorense implicou no alijamento de pessoas e partidos, levando o sistema político timorense a tornar-se autoritário e polarizado em torno de alguns líderes, por vezes rivais, como Xanana Gusmão e Mari Alkatiri.

O Estado, criado pela ONU, foi centrado em Dili, assim como foi a administração do território em toda a história do Timor Leste, seja durante a colonização portuguesa ou no período da ocupação indonésia. Ou seja, não havia a participação das outras regiões na vida política do país. As iniciativas para empoderamento das vilas e sucos, implementadas pelos ‘internacionais’, não haviam ainda surtido efeito de modo a contrabalançar o poder central da capital.

Como as capacidades dos timorenses não haviam sido desenvolvidas, houve falhas na construção de uma administração pública sustentável, por exemplo, estruturas de regulação não foram estabelecidas e importantes funções públicas não foram desenvolvidas, como o controle civil das forças de segurança (ANJOS FILHO, 2011).

A crise também se deu num contexto de contração da economia, com a diminuição do orçamento do país e da presença externa, aumento do desemprego e de *gangs* e dos chamados grupos de artes marciais, ou ‘ninjas’, que ameaçavam a segurança interna. Além disso, como uma característica recorrente do Timor Leste, a crise que se instalou nas ruas de Dili se espalhou para outros pontos do país.

No ápice da operação, a INTERFET possuía 11 mil militares armados, de 22 países. Quando a UNTAET assumiu o comando, o componente militar tinha 8.500 militares, efetivo reduzido para 5.000, em 2002. Durante a crise de 2006, o número de militares estrangeiros não passava de 40. O número de policiais da ONU caiu de mais de 1.640 para 26, antes dos eventos de 2006 (ICG, 2008, p. 5). Tudo isso sem que o processo de estabelecimento das forças armadas e policiais estivesse consolidado.

A crise de 2006 e os atentados de 2008 também aceleraram a criação da justiça militar no país que já tinha previsão constitucional. Mas, talvez, o principal motivo vem da história da guerrilha no país. Os militares respeitam e admiram os comandantes e chefes por conta da atuação durante o período da resistência e, em consequência, haveria uma relutância em submeter um militar, acusado de prática de crime militar, para ser processado e julgado por magistrados civis (CARVALHO, 2009). Algumas notificações do Ministério Público para que militares integrantes

das F-FDTL se apresentassem à Procuradoria para serem ouvidos na qualidade de investigados ou testemunhas não foram atendidas ou sequer respondidas pelos respectivos comandantes militares. No caso dos envolvidos no episódio de 25 de maio de 2006, em Fatuahi, quando um grupo de militares disparou contra uma coluna de policiais e civis que haviam se rendido e estavam sendo conduzidos por policiais da ONU, resultando em lesões e mortes, os mesmos foram colocados numa prisão das F-FDTL. Em 2008, foi concluída a construção da prisão militar em Taci-Tolu (TIMOR LESTE, jul. 2008).

A crise também fez com que o governo acelerasse a entrada em vigor de códigos importantes, como o Código Penal (em vigor em junho de 2009), e os de processo penal (em 2005) e civil (aprovado em 2006), que foram elaborados por assessores portugueses, seguindo as leis processuais portuguesas.

O setor de segurança é entendido atualmente como abrangendo os principais atores de segurança, os órgãos de administração e fiscalização de segurança, as instituições de justiça e de aplicação da lei e as forças de segurança não legais. No Timor Leste, o setor é resultante da ocupação indonésia, do movimento de resistência, da ação da UNTAET e UNMISSET na criação e formação das F-FDTL e da PNTL e, posteriormente, da UNMIT na reforma dessas instituições. A reforma do setor de segurança no país teve que lidar, resumidamente, com as Falintil, que conduziram a guerrilha nos 24 anos de ocupação indonésia e, posteriormente, com as F-FDTL e a PNTL recém-criadas e que foram as geradoras da violência de 2006.

A UNTAET iniciou o processo de criação das F-FDTL, a transformação do que restou da polícia indonésia para a nova polícia timorense e a regulação de outros atores de segurança (serviços de inteligência, segurança civil, guardas de fronteira, autoridades aduaneiras, unidades da reserva), dos órgão de administração (Executivo, órgãos consultivos, legislativo e suas comissões, ministérios da defesa e do interior, órgãos de gestão financeira e organizações da sociedade civil) e instituições de justiça e de aplicação da lei (instituições judiciárias, Ministério da Justiça, sistema prisional e o Ministério Público).

Apesar do aparente sucesso com a independência do país, ao final dos dois anos de administração transitória da ONU, alguns problemas foram identificados durante sua execução, como: demora em definir como seriam as forças de segurança do país e, conseqüentemente, o que fazer com os guerrilheiros das Falintil; pressão dos membros do CSNU, especialmente os permanentes, para a missão apresentar resultados e cumprir seus objetivos com rapidez; atraso das missões em recrutar especialistas em segurança; e falha em lidar de maneira balanceada com os aspectos técnicos (construção de infraestrutura e capacitação de recursos humanos) e políticos.

Decorrente desse quadro, não houve uma estratégia clara para o estabelecimento das instituições de defesa e policiais. A rapidez para cumprir prazos resultou na baixa sustentabilidade dos programas. O engajamento se deu com as elites políticas, deixando para um segundo plano a preocupação com os reais interesses públicos. Em consequência, as instituições incorporaram as rivalidades políticas do período da resistência e outras que surgiram com a criação do Estado. A construção do setor de segurança teve o envolvimento de vários atores internacionais que estabeleceram parcerias com a ONU ou implementaram projetos mediante relação direta com o governo timorense, sem que houvesse a necessária coordenação.

Essas deficiências foram percebidas tanto na UNTAET como nas operações sucessoras. A UNMIT, decorrente da crise de 2006, estabeleceu uma seção específica para tentar coordenar os diversos programas. Mas, só um ano após ser criada que a SSSU iniciou o recrutamento e apenas no início de 2009 passou a operar com efetivo completo (ROUGHNEEN, 2009). Além disso, o processo de certificação estabelecido para tratar de questões disciplinares junto com o processo de (re)treinamento e monitoramento, foi criticado por ser lento e burocrático, levando mais de três anos para certificar menos de 3.000 policiais. Enquanto isso, as F-FDTL não adotaram processo de certificação similar, como que se resistisse ao 'escrutínio internacional' (ICG, 2009).

As missões da ONU e os diversos parceiros internacionais focaram a assistência na especialização técnica, fornecimento de equipamento, armamento e material, e construção de infraestrutura. A ONU, não tendo

uma doutrina própria para o setor, utiliza os militares e policiais colocados à disposição da operação pelos Estados-membros, os quais acabam conduzindo o treinamento e o monitoramento de acordo com suas 'culturas de policiamento'. As diferentes abordagens pelos policiais da ONU e parceiros internacionais acabaram causando tensões e confusões na PNTL como, por exemplo, entre a aproximação da polícia com as comunidades (Austrália e Nova Zelândia) e uma doutrina de policiamento mais rigorosa (Portugal).

Outro problema que ocorreu no Timor, e que é comum em todas as operações de paz, diz respeito à rotação dos militares e policiais (em alguns casos também de civis) colocados à disposição (normalmente um ano, podendo ser de alguns meses), comprometendo a continuidade e o relacionamento consistente com as instituições locais.

Os programas acabam sendo pontuais, focados em treinamentos específicos e não colaboram para mudanças culturais, que se dão em longo prazo. Os programas, estabelecidos de maneira direta pelos doadores, foram executados a partir de concepções próprias, sem levar em consideração as especificidades locais e, por isso, acabaram sendo vistos pelos timorenses como implantados de cima para baixo e de fora para dentro. Com o tempo, acabaram não sendo considerados como prioridade pelas autoridades timorenses. A assistência brasileira nessa área, por exemplo, focou na formação da Polícia Militar das F-FDTL (no Brasil chamada de Polícia do Exército), de acordo com as concepções do Exército Brasileiro. Foi o que o governo brasileiro ofereceu, era uma necessidade dos timorenses, foi bem recebida por eles, mas foi pontual e a falta de comunicação e coordenação com outros doadores trabalhando na PNTL causou tensões em relação à possibilidade desses policiais militares serem colocados para trabalhar nas ruas.

Mas o processo de RSS é complexo. No Timor, o recrutamento e o treinamento das F-FDTL tiveram que levar em consideração a desmobilização e reintegração dos membros das Falintil. No caso da PNTL, a mesma teve que incorporar timorenses que haviam trabalhado nas forças policiais indonésias. Logo, as instituições tiveram uma composição diversa, com diferentes abordagens em relação às suas atividades. A participação da ONU e dos doadores internacionais nesse processo adicionou novas e diferentes abordagens. Além disso, o problema da lín-

gua. O processo foi conduzido em português e inglês (a maior parte sem tradutores), línguas inacessíveis para a maioria dos militares e policiais que falavam tétum ou bahasa.

O processo de reforma não conseguiu lidar com os atores não-estatais de segurança, muitos deles veteranos da independência não selecionados ou excluídos das F-FDTL, e membros de *gangs* compostas por jovens desempregados, pobres e marginalizados. Os programas implementados não deram atenção para o papel desses atores no ambiente de segurança e sua associação com policiais e militares.

Alguns pré-requisitos e princípios democráticos básicos reconhecidos e que devem ser estabelecidos para que as forças de segurança tenham um papel e um local adequado dentro de estruturas constitucionais e sociais do Estado são a supervisão parlamentar e os mecanismos políticos e sociais de controle dessas forças. No Timor Leste, só foi dada a devida atenção para a supervisão e controle após a violência de 2006 como, por exemplo, a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 2010, que regulamentou cooperação entre as F-FDTL, a PNLT e a proteção civil, a Lei de Defesa Nacional e a Lei de Segurança Interna, que estabeleceram um quadro legal mais abrangente do setor de segurança (UNMIT, 2010).

A questão da subordinação das instituições de segurança ao poder civil é complicada para um país que ainda é dependente de determinados líderes políticos e a eles mantêm fidelidade. Um exemplo era o poder do Ministro do Interior sobre a polícia e de Xanana Gusmão e de Tauar Ruak sobre as F-FDTL.

Apesar das dificuldades encontradas, que existem em todos os Estados saídos de processos violentos, e dos erros cometidos, algum sucesso foi obtido no Timor Leste. A necessidade, de curto prazo, para assegurar que as forças de segurança não desestabilizassem o governo ou ameaçassem a paz, foi atingida. Desde a última crise, em 2006, e os atentados de janeiro de 2008, as F-FDTL e a PNLT não protagonizaram violência. Se as F-FDTL gozam de admiração da população por conta do período de resistência e a polícia se ressentia de credibilidade, legitimidade e confiança da população, parece que o quadro foi se alterando paulatinamente.

Os mecanismos de controle estabelecidos podem dificultar os personalismos e a politização das instituições. Com o fim da UNMIT, o governo assumiu o controle das transformações físicas e técnicas das instituições de segurança. Com isso, o estabelecimento da estrutura, efetivo das tropas, equipamento e o necessário orçamento das forças de segurança ficaram a cargo dos timorenses, que assumiram, também, a coordenação do processo. Dessa forma, apesar de vários consultores internacionais permanecerem trabalhando no Timor Leste, a necessária ‘timorização’ do processo de reforma do setor de segurança país foi ocorrendo paulatinamente.

CAPÍTULO 7

O BRASIL NO TIMOR LESTE

*“[...] devemos remover as cinzas e plantar as sementes da esperança[...]”*²⁴⁰

Em meados da década de 1970, o governo do General Ernesto Geisel procurava praticar uma política externa realista e, tanto quanto possível, independente (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997). O ‘pragmatismo responsável’, cuja noção foi apresentada já na primeira reunião ministerial de seu governo, em 19 de março de 1974, tinha como principal objetivo diplomático a ampliação da autonomia internacional. No esforço pelo desenvolvimento socioeconômico, buscou diversificar as relações bilaterais, com prioridade para o aumento do comércio com a Europa e a Ásia.²⁴¹ Aproximou-se dos africanos nos campos comercial e político, reconhecendo, inclusive, o governo angolano, marxista, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e intensificou as relações com os árabes, tão necessárias após a crise do petróleo.²⁴² Com relação à América Latina, Geisel procurou integrar o Brasil em bases mais consistentes, seja através do Tratado de Cooperação Amazônica, seja na aproximação comercial com os países do continente, especialmente com fornecedores de petróleo.

²⁴⁰ “... *we must sweep the ashes and plant seeds of hope*”. Xanana Gusmão, durante coletiva para a imprensa em Dili, 23 de outubro de 1999, tradução nossa.

²⁴¹ Nesse continente, entenda-se o Japão e a República Popular da China, com a qual foram reatadas as relações diplomáticas.

²⁴² A política externa do país teve que mudar suas posições em relação à África do Sul, participando do boicote àquele país por causa do *apartheid*, ao apoio político ao colonialismo de Portugal e em relação a questão palestina, tendo votado na ONU condenando o sionismo como forma de racismo.

Nessa conjuntura, quando surgiu o problema no Timor Leste, o país manteve-se distante do mesmo, uma vez que não se tratava de região prioritária para a política externa brasileira. Apesar de ter deixado de apoiar a política colonialista de Portugal, a invasão indonésia feria o princípio de autodeterminação defendido pelo país. Dessa forma, o Brasil votou a favor de todas as resoluções da ONU que condenavam a invasão e defendiam o direito à autodeterminação dos timorenses.

Em 10 de agosto de 1976, o delegado da UDT em Lisboa, Moisés da Costa Amaral, entregou uma carta ao embaixador brasileiro pedindo o apoio do Brasil para a autodeterminação timorense. Afirmava que o povo estaria “pegando em armas contra a invasão Indonésia, independente das opções partidárias”, que as forças indonésias detinham apenas o controle das sedes dos conselhos e das povoações mais importantes e que a maior parte da população havia se retirado para as montanhas onde se dispunha a resistir. Mesmo as populações nas áreas controladas pela Indonésia estariam, também, se colocando contra a ocupação (AMRE, Telegrama 114093, 1976).

A postura do Brasil, votando contra a Indonésia nas resoluções apresentadas na ONU, resultaria em um possível ‘congelamento’ nas relações entre os dois países, ainda que ambos mantivessem suas representações diplomáticas operando (AMRE, Ofício 268B, 30 jun. 1983).

A partir da década de 1980, a Indonésia tornou-se um país chave no sudeste asiático, levando o governo brasileiro a reavaliar seus interesses econômicos e comerciais com aquele país. Ao mesmo tempo, a presença de Portugal na Comunidade Europeia fez com que aumentassem de importância nossas relações bilaterais com a antiga metrópole. O Brasil deixou, então, de copatrocinar resoluções na ONU relativas à questão do Timor Leste, mas se manteve fiel aos princípios da autodeterminação e da solução pacífica daquele conflito.²⁴³

²⁴³ O Brasil havia copatrocinado a Resolução 37/30 de 1982. No entanto, deixou livre a escolha dos demais países sul-americanos, ou seja, não exerceu pressão para que houvesse uma votação em bloco. Fez saber também à Indonésia sobre essa postura. Dessa forma, “conseguiu ‘impressionar’ os países irmãos de língua portuguesa com seu ‘engajamento’ na causa de Timor Leste – e, por outro lado, apaziguou os dirigentes indonésios...” (HORTA, 1998, p. 234).

Em 1983, uma tentativa de negociação de petróleo e minério de ferro da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce com empresas indonésias obteve como resposta que havia instruções do mais alto nível governamental para que não fosse fechado nenhum contrato de compra oficial com o Brasil (AMRE, 05 jul. 1983). Naquela ocasião, havia uma posição clara do governo indonésio em relação ao copatrocínio do Brasil na AGNU de resolução contrária à ocupação do Timor Leste. Em uma reunião do embaixador brasileiro com o Ministro da Reforma Administrativa da Indonésia, foi dito que “a posição do Brasil na questão do Timor constituía sensível obstáculo ao desenvolvimento das relações bilaterais na área econômica” (AMRE, 25 jan. 1983).

Em consequência, o embaixador da Indonésia em Brasília foi convocado ao Itamaraty tendo sido transmitido que o Brasil não patrocinaria nova resolução na AGNU e não tomaria posição atuante a respeito da questão, mas que manteria o voto anterior pelos princípios já conhecidos (AMRE, Telegrama 188, 30 jun. 1983).

Como membro da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, o Brasil, já no governo Sarney, inaugurou “uma fase de progressivo engajamento nas atividades daquele foro” (CUNHA, J., 2001, p. 202). Paulatinamente foi assumindo uma atitude mais forte na defesa dos direitos humanos, engrossando as fileiras dos países que denunciavam as violações cometidas pela Indonésia no Timor Leste. No entanto, tentava contribuir de maneira que as negociações levassem a uma solução consensual do problema. Já na década de 1990, por duas vezes, copatrocinou, com os demais países de língua portuguesa, projetos de resoluções que condenavam a ocupação indonésia.²⁴⁴

Em 1985, com a passagem do responsável pelas relações internacionais do CNRM, Mari Alkatiri, pelo Brasil, algumas iniciativas surgiram em apoio ao povo maubere. O deputado federal Flávio Bierrenbach (PMDB/SP) propôs o rompimento das relações diplomáticas com a Indonésia, enquanto que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Aca-

²⁴⁴ O Brasil foi eleito pela primeira vez para a CDH em 1977 e foi sendo reeleito desde então para novos mandatos de três anos (CUNHA, J., 2001).

demia Brasileira de Letras e a Associação Brasileira de Imprensa manifestaram-se favoráveis aos timorenses (WALDMAN; SERRANO, 1997).²⁴⁵

Com a instituição da CPLP, em julho de 1996, passou-se a considerar a inclusão de representantes do Timor Leste nas sessões do organismo como observador. O CNRM chegou a solicitar a criação de um posto de ‘Emissário Especial’ da Comunidade para a questão do Timor. Mas, o Brasil manteve-se resistente à adesão do Timor Leste por não se tratar de um Estado soberano, pela dificuldade de se determinar quem seria seu representante na CPLP, além de que tal admissão poderia dificultar as ações em curso patrocinadas pela ONU para resolver a questão (WALDMAN; SERRANO, 1997).²⁴⁶

Na mesma linha de coerência, o Brasil recusou pedido do líder Xanana Gusmão, feito em 1995, pela abertura de um escritório do CNRM no país como havia acontecido em Luanda, Maputo e Lisboa (CUNHA, J., 2001).

Pode-se, portanto, resumir a questão do Timor Leste perante a diplomacia brasileira da seguinte forma: a posição em relação ao problema foi fortemente influenciada pelas relações bilaterais que o país mantinha com os dois principais atores, Portugal e Indonésia; tanto na AGNU, como no CSNU e na CDH, o Brasil pautou pela coerência de princípios, condenando a ocupação indonésia e as violações dos direitos humanos, sempre afirmando o direito à autodeterminação timorense. A postura brasileira mostrou-se, também, sempre favorável ao diálogo entre os grupos internos do Timor Leste e entre eles e as autoridades indonésias.

A partir de meados da década de 1990, o legislativo brasileiro viu-se mais engajado na questão. Em junho de 1995, alguns parlamentares brasileiros participaram do Encontro Interparlamentar por Timor Leste, promovido pelo legislativo português. Em agosto daquele ano, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene em solidariedade à luta do

²⁴⁵ A Academia Brasileira de Letras redigiu um documento, entregue ao presidente José Sarney e ao Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, condenando a agressão e a ocupação indonésia e solidarizando-se com o povo do Timor (WALDMAN; SERRANO, 1997).

²⁴⁶ Apenas em 2000 o Timor Leste participaria da Conferência de Chefes de Estado da CPLP realizada em Maputo – Moçambique na condição de observador (SARAIVA, 2001).

povo do Timor Leste, com pronunciamentos de deputados dos mais diversos partidos políticos. Em março de 1996, foi constituído um Grupo Parlamentar de Solidariedade ao Povo Timorense, com expressiva adesão. Várias ONGs brasileiras passaram a dedicar-se com prioridade à questão do Timor (CUNHA, J., 2001).²⁴⁷

Em março de 1997, a visita do Subsecretário Geral para Assuntos Políticos (SGAP) do Itamaraty à Indonésia estendeu-se ao Timor Leste. Durante sua participação na 1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Indonésia, salientou a necessidade da retomada do diálogo das autoridades indonésias com os grupos timorenses. Em agosto de 1998, uma nova visita incluiu encontro com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, assim como foi levado um pedido do presidente Fernando Henrique ao governo indonésio pela libertação daquele líder. Em maio de 1998, o presidente brasileiro enviou carta ao presidente Habibie, mostrando-se preocupado com a excessiva presença militar indonésia no Timor e as violações de direitos humanos na província (CUNHA, J., 2001).

Após os entendimentos entre Portugal e Indonésia, em maio de 1999, o Brasil apoiou incondicionalmente a Missão da ONU que conduziria a consulta popular.

Mas, no geral, a mídia nacional colaborou para o desconhecimento dos brasileiros em relação ao que ocorria no Timor Leste. Na década de 1970, as ex-colônias portuguesas na África monopolizaram a imprensa, sendo um período em que as notícias sobre o Timor se tornaram episódicas. Quando da invasão indonésia, as notícias que circularam tiveram tendências pró-anexação (WALDMAN; SERRANO, 1997). Somente seria dado destaque aos acontecimentos naquela parte do mundo quando se instalou a violência em 1999 e o governo brasileiro decidiu participar da INTERFET.

Antes da violência, o Brasil participou da UNAMET com cinco militares como oficiais de ligação - *Military Liaison Officers (MLO)*, quatro oficiais do Exército (dois tenentes coronéis e dois majores) e um da Mari-

²⁴⁷ O autor listou algumas ONGs tais como: Grupo Solidariedade com o Timor Leste, de Curitiba - PR; Clamor por Timor, de São Paulo - SP; Centro de Estudos e Solidariedade Amílcar Cabral, do Rio de Janeiro - RJ; Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos, de Recife - PE.

na (capitão de corveta), seis observadores policiais das polícias militares de Alagoas (4) e Roraima (2), além de vinte e dois observadores eleitorais.²⁴⁸

Como oficiais de ligação, os brasileiros integraram algumas das quinze equipes que se instalaram no Timor, uma em cada escritório regional da Missão, e cumpriram diversas missões como estabelecimento de ligação com militares das FAI, produção de relatórios acerca da situação no território, assessoramento da Chefia da Missão quanto aos assuntos militares, ligação com as Falintil, ligação com as milícias pró-autonomia e apoio aos demais componentes da UNAMET (LIMA NETO, 2000).

Uma missão parlamentar brasileira, composta por três deputados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, participou da observação internacional da consulta popular de 30 de agosto.²⁴⁹

Quando o governo brasileiro foi solicitado a participar da força de intervenção comandada pela Austrália (INTERFET), o processo decisório foi extremamente rápido, o que permitiu que, em poucos dias, um Pelotão de Polícia do Exército, com 51 homens, se deslocasse para a região.²⁵⁰

Com a violência aumentando, em 14 de setembro, todo o pessoal da ONU havia sido evacuado da região. Naquele dia, houve a determinação do Presidente da República para que o Exército preparasse um Pelotão de Polícia do Exército, em torno de 50 homens, para integrar a força internacional de paz. Em 20 de setembro, o primeiro contingente brasileiro para o Timor Leste partia de Brasília, chegando a Darwin, na Austrália, em 22 de setembro. A tropa brasileira seguiu imediatamente para a cidade de Townsville para treinamento, adaptação e preparativos (vacinas, conhecimento mais pormenorizado sobre a situação no Timor, etc.), tendo sido desdobrada em Dili no dia 3 de outubro (BRASIL, 2014).

²⁴⁸ O início da missão dos oficiais de ligação ocorreu em 3 de julho de 1999.

²⁴⁹ Foi integrada pelos deputados federais Paulo Delgado (PT/MG), João Hermann Neto (PPS/SP) e Pedro Valadares (PSB/PE) (CORRÊA, 2004).

²⁵⁰ O processo decisório brasileiro para envio de tropas ao exterior, normalmente, é lento, pois depende de dupla deliberação do Congresso Nacional: uma autorizando deslocamento de tropa e outra autorizando créditos suplementares para custear a operação. Ver AGUILAR, 2005.

O primeiro contingente encontrou a capital do Timor destruída, sem instalações adequadas, passando praticamente três meses sem qualquer conforto.

Em 12 de novembro, o Pelotão brasileiro assumiu a segurança do Centro de Detenção de Dili. Dois dias depois, o Grupo de Proteção Pessoal ficou responsável pela segurança permanente de Xanana Gusmão, em Aileu, onde ele instalou-se inicialmente, bem como durante seus deslocamentos. A partir de 14 de dezembro, passou a realizar a segurança pessoal de José Ramos-Horta e, em seguida, uma equipe do 2º Grupo de Polícia iniciou as atividades de apoio aos trabalhos de formação e habilitação de timorenses para o controle de trânsito em Dili (BRASIL, 2014).

A primeira tropa enviada pertencia ao Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB), reforçada com elementos de comunicações e saúde. Em 15 de março de 2000, ocorreu a primeira substituição do Contingente do BPEB pelo II Contingente, vindo do 3º Batalhão de Polícia do Exército (BPE) de Porto Alegre-RS. O efetivo aumentou para 70 militares, uma vez que a tropa brasileira encontrava dificuldades em cumprir todas as missões que eram solicitadas. Nos rodízios que se seguiram, foram deslocadas para o Timor Leste tropas do 2º BPE (São Paulo-SP), 1º BPE (Rio de Janeiro-RJ) e do 4º BPE (Olinda-PE). No último contingente, baseado no 3º BPE o efetivo foi de 124 militares.

Com exceção do primeiro contingente, a tropa brasileira recebeu um treinamento específico antes de embarcar para o Timor Leste. O preparo era realizado nas 17 semanas anteriores ao embarque da tropa e era conduzido pelo próprio batalhão que fornecia os militares, coordenados pelo Comando Militar de Área enquadrante, com orientação do Comando de Operações Terrestres (COTER).²⁵¹

O preparo incluía diversas instruções sobre: saúde, higiene e primeiros socorros; minas e armadilhas; comunicações; armamento e tiro; topografia; normas para conduções de prisioneiros e para realização de perícias; policiamento de pessoal e de trânsito; investigações criminais; segurança de autoridades; treinamento físico; normas que regem as opera-

²⁵¹ O COTER funciona junto ao Comando do Exército em Brasília e tinha em sua organização o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB).

ções de paz; normas do direito internacional; técnicas de gerenciamento de conflitos e negociação; operações psicológicas; comunicação social; e inteligência e contra inteligência (SIMPLICIO, 2003; SILVA, F, 2002).

A preparação incluía, também, instruções sobre *stress*, expressões mais usuais da língua inglesa; preparação psicológica e imunizações com aplicação de vacinas.²⁵² A preparação psicológica era de suma importância, pois visava adaptar os militares a uma situação de vida diferente, longe dos familiares, com privações que deveriam ser vencidas, convivendo com pessoas de culturas e costumes diferentes e em situações de risco, com possibilidades, inclusive, de baixas fatais.²⁵³ Durante a preparação eram realizados exercícios de modo a imitar ao máximo as diversas situações que a tropa poderia vivenciar durante a Missão. Dessa forma, os militares se preparavam para cumprir todas as missões atribuídas, que foram as seguintes: segurança de pontos sensíveis; segurança de autoridades; patrulhas de segurança e reconhecimento; controle de distúrbios; operações em pontos de junção na fronteira; pontos de bloqueio e controle de estradas; escolta de comboios; reconhecimento de rodovias e de pontos críticos; ajuda humanitária; investigações, perícias e exames; verificação e triagem de refugiados; e guardas de honras militares (BRASIL, 2014).

Tabela 8 – Efetivo das tropas brasileiras no Timor Leste

CON TIN GEN TE	ORIGEM	PERÍODO	EFETIVO							
			MA JOR	CA PI TÃO	TE NEN TE	SUB TENEN TE	SAR GEN TO	CABO	SOL DA DO	TO TAL
1º	BPEB - Brasília	Set.1999 a Mar. 2000	01	02	05		09	17	16	50
2º	3º BPE – Porto Alegre	Mar. 2000 a Ago. 2000	01	02	08		14	24	21	70
3º	2º BPE – São Paulo	Ago. 2000 a Fev. 2001		06*	06	01	13	30	14	70
4º	1º BPE – Rio de Janeiro	Fev. 2001 a Ago. 2001		05*	06		15	20	23	69
5º	4º BPE – Recife	Jul. 2001 a Jan. 2002		04	08		16	27	15	70

²⁵² Eram obrigatórias as vacinas contra difteria, tétano, poliomielite, febre tifoide, febre amarela, hepatite A e B, sarampo, caxumba, rubéola, meningite e encefalite japonesa (BRASIL, Portaria n. 006, 5 jul. 2004).

²⁵³ Psicólogos do Hospital Geral de São Paulo realizaram, também, suporte psicossocial aos familiares dos militares do 2º BPE durante o período que permaneceram no Timor Leste, entre agosto de 2000 e fevereiro de 2001 (SHINCARIOL; VANCONCELOS, 2005).

6º	BPEB - Brasília	Jan. 2002 a Jun. 2002		05	06		16	23	19	69
7º	3º BPE – Porto Alegre	Jun.2002 a Nov. 2002		05	08		15	24	20	72
8º	2º BPE – São Paulo	Nov. 2002 a Mai. 2003		02	06	01	10	18	13	50
9º	1º BPE – Rio de Janeiro	Mai. 2003 a Nov. 2003		01	06	02	10	18	12	49
10º	4º BPE - Recife	Nov. 2003 a Mai. 2004		02	04		09	15	14	44
11º	BPEB - Brasília	Mai. 2004 a Dez. 2004	01	02	04	01	17	19	30	74
12º	3º BPE – Porto Alegre	Dez. 2004 a Mai. 2005	01	05	06	01	29	28	54	124
TOTAL			04	41	73	06	173	263	251	811

Fonte: Exército Brasileiro²⁵⁴

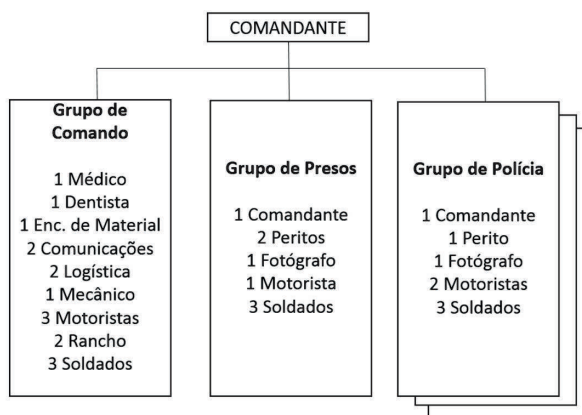
O Pelotão brasileiro era responsável pela segurança do QG do Setor Central, empregando 12 homens por dia nessa tarefa. Realizou também, no início da missão, a guarda da estação de energia elétrica de Dili. A tropa brasileira fez a segurança pessoal de Xanana Gusmão, José Ramos-Horta e do General Matan Ruak, Comandante das FDTL. Eram realizadas patrulhas diárias na área de Dili, orla marítima, QG da Força de Paz e na Escola Duque de Caxias. A escola foi fundada em 1980 e possuía 12 professores e 600 alunos entre 7 e 15 anos. O contingente brasileiro recuperou a escola como parte das chamadas Ações Cívico-Sociais (ACISO). O primeiro contingente realizou, também, o patrulhamento do Mercado Municipal de Dili. Os bloqueios e controle de estradas faziam parte do esforço principal do Pelotão PE em Dili, sendo realizados, em média, seis bloqueios por semana nas rotas mais utilizadas por viaturas militares. Todos os comboios que partiam de Dili eram escoltados pelo pelotão brasileiro, além de escoltas de visitantes, chamadas ‘escoltas VIP’. O controle de trânsito era realizado em dias com grande concentração de veículos militares. Os peritos criminais confeccionavam os Laudos Periciais de Acidente de Trânsito e os investigadores realizavam ‘Levantamentos de Locais de Crime’ e investigações (BRASIL, 2014).

²⁵⁴ Tabela confeccionada com base na designação de militares publicada em diversos Boletins do Exército entre 1999 e 2004, que incluíam portarias do Comandante do Exército designando militares para compor as diversas operações de paz no Timor Leste. O 10º contingente incluía uma capitã médica que se tornou a primeira oficial do Exército a integrar um contingente brasileiro de manutenção de paz.

A tropa brasileira operou no Timor em duas regiões: o 1º Pelotão de Força de Paz (PelFPaz) em Dili, junto ao Batalhão Português; e o 2º PelFPaz em Batugate, junto à fronteira com Timor Ocidental. A tropa era subordinada operacionalmente ao Chefe de Polícia da Força de Paz (*Force Provost Marshal*), função desempenhada por um oficial do Exército Brasileiro, que tinha a missão de auxiliar o comandante da Força Militar nos aspectos de disciplina de seus integrantes, sendo o responsável pelo emprego das tropas de polícia do exército, além de servir como oficial de ligação com a Polícia Civil da ONU e fazer parte do Grupo de Assessoramento do Comandante da Força.²⁵⁵

O 1º Pelotão tinha um efetivo de 59 homens divididos em um Grupo de Comando e quatro Grupos PE. Essa organização sofreu algumas alterações com o decorrer da missão, passando a ser disposta em um Grupo de Comando, três grupos de PE e um Grupo de Presos. Junto ao pelotão, trabalhavam dois militares argentinos (um oficial e um sargento), fruto de um entendimento bilateral entre o Brasil e a Argentina.²⁵⁶ O 2º Pelotão era constituído por um grupo de comando, um grupo de presos e um grupo de polícia.

Figura 7 - Organização do Pel PE



Fonte: 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.

²⁵⁵ O Chefe de Polícia coordenava o emprego dos pelotões de polícia do exército do Brasil, Austrália e Nova Zelândia, localizados no Setor Oeste, do Brasil, Quênia e Moçambique, no setor Central, da Tailândia, Filipinas e Coréia do Sul, no Setor Leste, e do Grupo de PE da Jordânia, no enclave de Oecussi (PADECEME, 2002)

²⁵⁶ O Brasil mantinha dois militares junto ao batalhão argentino em Chipre, e a Argentina dois militares junto à tropa brasileira no Timor Leste. Os militares argentinos passaram a integrar o contingente brasileiro a partir de fevereiro de 2001.

Como é normal em uma missão de paz, a ONU foi responsável pelo fornecimento de alimentação e água, combustíveis e lubrificantes, comunicações entre o QG da Força de Paz e os QG dos setores, heli-transporte e atendimento médico nos níveis 2 a 4 em suas organizações de saúde, incluindo o repatriamento por motivos de saúde.²⁵⁷ O fato de se tratar de um pelotão, mesmo que adaptado para a força de paz, teve o inconveniente de não possuir uma estrutura administrativa e logística, a exemplo de um batalhão, o que dificultou a execução dessas atividades no Timor Leste (BRASIL, 2014).

Outro problema dizia respeito aos recursos financeiros, normalmente limitados, e a legislação brasileira complexa e difícil de ser aplicada no exterior. Mesmo havendo recurso disponível, era difícil fazer as aquisições necessárias cumprindo a legislação. Na maioria das vezes, havia premência de tempo na compra de materiais, que eram adquiridos na Austrália, o que era dificultado pela exigência do cumprimento das normas legais brasileiras (BRASIL, 2014).

O 2º Pelotão tinha um efetivo de dezenove homens e atuou nos pontos de junção Alfa e Charlie, localizados no distrito de Bobonaro, área sob responsabilidade do regimento australiano da força de paz. Sua principal missão era a revista de pessoas em trânsito nos pontos de junção.²⁵⁸ As revistas eram feitas, inclusive, em cadáveres, para evitar a entrada de armamento e munição no território (BRASIL, 17 jul. 2002).

O Pelotão também realizou: controle de tráfego, principalmente durante os trabalhos de recuperação de estradas pela engenharia australiana; segurança de área, durante trabalhos noturnos, nas estradas próximas da LCT; processamento de refugiados, realizado nos pontos de junção Alfa e Charlie, atividade que abrangia também as reuniões de reconciliação e as chamadas '*Go and See Visit*'; escoltas de comboios; segurança de autoridades em visita ao Setor Oeste; e postos de bloqueios e controles de estradas (BRASIL, 2014).

²⁵⁷ Diferente da tropa armada, os observadores militares, policiais e funcionários civis recebem uma diária da ONU para pagar a moradia e alimentação. Em consequência, vivem, normalmente, junto à população, enquanto a tropa é alojada em quartéis, pré-existentes ou em instalações preparadas para tal.

²⁵⁸ Para se ter uma ideia do trabalho executado, somente entre 9 de janeiro e 20 de abril de 2002, foram revistas 47.893 pessoas. Tal atividade era realizada diariamente entre 8 e 17 horas, inclusive aos finais de semana.

O contingente brasileiro possuía dois médicos, um dentista e três auxiliares de enfermagem, que prestavam atendimento médico nas bases da ONU a militares e civis, brasileiros e de outros países, além do atendimento à população local. O médico do 1º Pelotão, em Dili, realizava atendimento na ONG Assistência Médica Internacional (AMI). Participava, ainda, das ACISO com o Comando de Setor Central na ilha de Ataúro.²⁵⁹

Embora sem grandes riscos, houve alguns momentos de tensão, o que é normal numa operação de manutenção de paz. No início de 2000, durante a visita do presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, grupos inconformados com os conflitos tentaram invadir o local em que ele se encontrava e que estava sob segurança dos militares brasileiros. O episódio não resultou em consequências graves (DIPLOMATA..., 2000).

O único militar brasileiro morto em serviço no Timor foi o sargento Marco Antonio Farias, do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, de São Leopoldo-RS, vítima de um atentado terrorista em Bali, em 12 de outubro de 2002. O militar havia chegado ao Timor com o contingente do Rio Grande do Sul, em julho daquele ano, e estava em gozo de licença naquela cidade indonésia (BRASIL, 23 nov. 2002; DOIS BRASILEIROS..., 2002).²⁶⁰

Em 4 de dezembro de 2002, durante os tumultos ocorridos em Dili, o pelotão brasileiro foi empregado no controle de distúrbios sob comando tático do Batalhão de Portugal. Vale salientar que a tropa brasileira do Batalhão de Polícia do Exército de São Paulo havia recém chegado ao Timor em substituição ao contingente anterior. Na realidade, havia assumido sua área de operações na noite anterior (BRASIL, 2014).

Tanto a tropa como os observadores militares brasileiros seguem o plano de segurança estabelecido pela ONU.²⁶¹ Os membros da ONU

²⁵⁹ Sobre o atendimento prestado pelo pessoal de saúde do Brasil, apenas o 5º Contingente que atuou no Timor, entre julho de 2001 e janeiro de 2002, realizou 3373 atendimentos médicos (2134 de civis e 538 de militares) e 701 atendimentos odontológicos (324 de civis e 387 de militares) (CONSELHO OFTALMOLÓGICO BRASILEIRO, 2002).

²⁶⁰ Outro membro das forças de paz morto no mesmo atentado foi o cabo Diogo Dantas do batalhão português. Mais sete integrantes da UNMSET ficaram feridos. A ONU divulgou que 155 integrantes da missão se encontravam em Bali naquele dia em gozo de dispensa.

²⁶¹ A ONU destaca um funcionário da área de segurança em cada região que tem a responsabilidade de tomar todas as decisões relativas ao assunto. Nesses planos, constam, inclusive, diretrizes de evacuação e controle sobre os movimentos.

eram orientados a seguir algumas regras, como não se deslocarem isolados, realizar patrulhas apenas em horários de luz natural, não realizá-las em regiões com qualquer risco à segurança, a obrigatoriedade da manutenção de contatos via rádio durante os deslocamentos e a utilização de capacetes e coletes à prova de balas (BRASIL, 2014).

Ocorriam, também, missões extraordinárias, como a proteção dos bens da ONU e o reforço da segurança durante as comemorações como, por exemplo, nas visitas de autoridades.

A missão mais frequente dos observadores militares brasileiros era a realização de patrulhas para a obtenção de informes sobre segurança, condições das estradas e a situação nas diversas vilas e cidades. Além disso, participavam de reuniões entre os líderes locais ou entre as diversas agências da ONU, e do monitoramento das atividades das Falintil, relatando os deslocamentos de seus integrantes, principalmente de seus comandantes, o estado moral, anseios, preocupações e suas exigências, procurando mantê-los tranquilos dentro da área de acantonamento que lhes foi designada (BRASIL, 2014).

Figura 8 – Localização da tropa brasileira²⁶²



²⁶² Confeção própria com base nos relatórios dos contingentes brasileiros.

Com relação aos batalhões da Força de Paz, os observadores militares trabalhavam nos pontos de junção, controlando o retorno de refugiados e coordenando a transposição da fronteira; monitorando reuniões familiares nas proximidades da linha de fronteira; acompanhando atividades comerciais legais e ilegais; fazendo a ligação entre as tropas da ONU e o exército indonésio; monitorando as atividades de ambas as forças na região da fronteira, o que incluía a coordenação e o monitoramento de reuniões entre elas; e prestando informações sobre movimentos diferentes nas imediações dos batalhões, fossem militares ou civis (BRASIL, 2014).

Oficiais do Exército que participavam da missão desenvolveram dois sistemas informatizados de bancos de dados com a finalidade de atender a demandas de gerenciamento de informações e de controle de material que foram implantados nos diversos distritos onde estavam desdobrados os observadores militares (BRASIL, 17 jul. 2002).

O Brasil enviou, ainda, sargentos para as funções de Auxiliar de Informações e Auxiliar de Operações da UNMISSET e manteve catorze policiais militares atuando na UNTAET e na UNMISSET. Um general do Exército foi o chefe dos observadores militares entre 2001 e 2002.²⁶³

Em junho de 2000, havia também cerca de trinta civis brasileiros trabalhando no Timor Leste. Já em 2008, a embaixada brasileira em Dili tinha o registro de cerca de 250 cidadãos brasileiros, sendo 160 missionários e suas famílias, 35 a serviço de organismos internacionais e afins e 55 em missão oficial naquele país (AMRE, 02 jan. 2008).

As comunicações com o Brasil eram difíceis. Quando a Austrália passou a explorar o sistema de comunicações do Timor Leste, vários meios foram colocados à disposição, como telefone por satélite e o INMARSAT, que tornaram possível efetuar ligações através da Embratel, a partir de algumas regiões do Timor.

A questão dos custos é sempre problemática para a participação em empreendimentos para a paz. Inicialmente, foram alocados 12,1 milhões

²⁶³ Entre junho de 1999 e janeiro de 2004, o Exército Brasileiro enviou para o Timor Leste um General, um coronel, oito tenentes-coronéis, 26 majores e seis capitães como oficiais de ligação, observadores militares, chefes do serviço de polícia, vice-chefes da célula de treinamento do componente militar e oficiais de informações, além de dois sargentos analistas de informações e auxiliar de operações (BRASIL, 2014).

de dólares/ano para as operações no Timor Leste, sendo 10,5 milhões destinados ao Exército e 1,6 milhão à Força Aérea. Nesse montante, incluía-se a aquisição de diversos itens, como vacinas, rações operacionais, materiais para emprego operacional, de consumo, saúde, para manutenção de armamento e viaturas, de comunicações, etc. Incluíam, também, despesas com serviços, como transporte de carga e malotes aéreos e marítimos, correspondência, aulas de inglês para os contingentes, prestação de serviços de telecomunicações e informática, etc. (BRASIL, 2014).

No Brasil, foi criado um Grupo de Trabalho sobre Timor-Leste, coordenado pelo Diretor-Geral do Departamento de Ásia e Oceania do Itamaraty, em cujas reuniões participavam representantes dos ministérios da Defesa, Justiça, Educação, Saúde, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cultura, Meio Ambiente, Esporte, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (AMRE, 27 nov. 2002; AMRE, 28 fev. 2003).

Durante visita de Xanana Gusmão ao Brasil, no início de abril de 2000, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a abertura de um escritório de representação do Brasil naquele país, que passou a funcionar a partir de maio daquele ano. Anunciou, também, que o Brasil daria início à cooperação com o Timor Leste nas áreas da educação, capacitação e treinamento de recursos humanos, agricultura, saúde e administração pública e que os timorenses passariam a dispor de vagas em universidades e escolas de ensino médio brasileiras (ANDRADE, 2000a).

Os projetos e programas de auxílio à reconstrução do Timor Leste ficaram a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Criada em setembro de 1987, por meio do Decreto nº 94.973, como integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A ABC tinha a atribuição de negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Em 1996, a ABC foi integrada à Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, por meio do Decreto nº 2070/96, passando a se constituir em órgão da administração direta, orientada pela política externa brasileira, de acordo com as prioridades nacionais (BRASIL, 2011).

No âmbito da presença no Timor Leste, Brasil e Japão assinaram, em 28 de março de 2000, um acordo de cooperação técnica conjunta para lançar programas de ajuda em outros países de língua portuguesa, o *Japan-Brazil Partnership Program*. O acordo permitiria o desenvolvimento de programas de treinamento de pessoal, seminários, envio de missões de especialistas e outras iniciativas de caráter técnico, sendo um dos primeiros beneficiários o Timor Leste (ACORDO..., 2000).²⁶⁴

Entre 20 e 27 de julho de 2000, uma missão coordenada pela ABC esteve em Dili, para detalhar projetos de assistência brasileira na área da educação e outras possibilidades de cooperação (AMRE, 06 dez. 2002). Foi, então, assinado um Protocolo de Cooperação Técnica Brasil – UNTAET, pelo qual foram acordados os seguintes projetos: 1) instalação de um centro de treinamento para 1.440 alunos nas áreas da construção civil, eletricidade, costura industrial, mecânica, madeira, alimentação, couro e calçados, com a participação do SENAI e do Sebrae no valor de 2,3 milhões de dólares; 2) projeto de alfabetização a cargo do programa Comunidade Solidária, orçado em 108 mil dólares²⁶⁵; 3) formação de professores e alunos com recurso da educação à distância, a cargo do Ministério da Educação, orçado em 460 mil dólares²⁶⁶; 4) transferência de metodologia de vacinação em massa por uma equipe do Programa Nacional de Imunização da Fundação Nacional de Saúde, com vacinas fornecidas pelo Unicef, orçado em 608 mil dólares. Foram ainda identificados dois outros projetos para futuro detalhamento: implantação do polo de capacitação em saúde da família nas instalações da futura escola de profissionais de saúde do Timor Leste, orçado em 525 mil dólares; e capacitação de recursos humanos nas áreas de gestão e planejamento e apoio à formulação de políticas e na organização do sistema de saúde timorense, orçado em 162 mil dólares (CUNHA, J., 2001, p.238 – 240).

Em janeiro de 2001, o presidente Fernando Henrique, em visita ao Timor Leste, participou da cerimônia de lançamento das obras do Centro

²⁶⁴ O Japão já havia assinado acordo semelhante com o Chile, em 1999.

²⁶⁵ Lançado em novembro de 2000, em 3 meses de funcionamento, o Programa Alfabetização Solidária já havia atendido a quase 300 alunos e capacitado mais de 20 professores (GIOBBI, 2001).

²⁶⁶ Em abril de 2000, mais de 20 programas da TV Escola, da Secretaria de Educação à Distância, já haviam sido concedidos para o governo do Timor (ANDRADE, 2000a).

de Desenvolvimento Empresarial e Formação Profissional, que englobaria projetos de formação de professores e alunos, capacitação profissional, e alfabetização solidária. Nos projetos, seria empregado US\$ 1,5 milhão (TIMOR LESTE TERÁ..., 2001).

Em maio de 2002, foi assinado o Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e o Timor Leste. Houve o oferecimento de vagas em universidades brasileiras a estudantes timorenses, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G) (AMRE, 06 dez. 2002), mas o Timor Leste não possuía recursos humanos suficientes que permitissem a liberação de técnicos do país para formação no exterior. Além disso, experiência da mesma natureza, realizada em Portugal, se mostrou pouco efetiva, pois diversos estudantes acabaram abandonando os cursos e partiram para outros países da Europa em busca de trabalho (AMRE, 11 jul. 2003).

A ABC realizou curso de Redação Oficial, Noções de Oratória e Noções Básicas de Técnicas de Assessoria para assistentes executivos de ministérios timorenses em 2002, executado pela UnB (AMRE, 19 jun. 2002; AMRE, 05 ago. 2002).

O Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social foi inaugurado em 21 de maio de 2002. Na primeira fase do projeto, tinha capacidade de treinar 1.440 alunos por ano, com a transferência da experiência brasileira em criar, planejar e estruturar o sistema de formação profissional para atendimento das necessidades da comunidade e do mercado (geração de emprego e renda). O projeto abrangeu as áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, panificação e confeitaria, gestão do centro de formação profissional, informática, mecânica, fabricação de mobiliários e confecções em couro. O valor do projeto totalizou 1,8 milhão de dólares e vigorou até junho de 2003 com a participação da FIESP e do SENAI (AMRE, 06 dez. 2002; AMRE, 20 jun. 2003; AMRE, 04 jun. 2003; AMRE, 29 mai. 2003).

O SENAI começou a atuar em Dili em janeiro de 2001, quando iniciou a recuperação de um conjunto de prédios em ruínas, antiga escola feminina, que serviu de base para realização de cursos de formação profissional

direcionada, inicialmente, para antigos membros das Falintil que não puderam ser aproveitados nas F-FDTL. Foram executados cursos para carpinteiros, costureiras, encanadores, eletricitas, marceneiros, padeiros e pedreiros com duração de 360 horas, mais 40 horas de gestão de pequenos negócios de modo a prepará-los para trabalhar como autônomos. Os brasileiros do SENAI formavam os monitores locais que, por sua vez, formavam os timorenses que, ao final do curso, recebiam um kit para iniciar a profissão.

O projeto piloto Alfabetização Comunitária em Timor Leste foi concluído em outubro de 2001, tendo alfabetizado cerca de 300 jovens e adultos com mais de 25 anos em Díli, utilizando metodologias pedagógicas e experiências de trabalhos comunitários do Programa Alfabetização Solidária no Brasil. A partir disso, foi iniciado o projeto Expansão Nacional – Alfabetização Comunitária, com o objetivo de alfabetizar cerca de 3.500 jovens e adultos em português e tétum, por ano, nos treze distritos do país. No final de 2002, havia 138 salas de aula com cerca de 25 alunos cada e uma lista de espera para efetuar matrícula em algumas escolas. Com isso, o projeto permitiria a estruturação de um sistema timorense de alfabetização a ser incorporado pelo governo. O valor do projeto alcançou 540 mil dólares e vigorou até junho de 2003 (AMRE, 14 nov. 2002; AMRE, 06 dez. 2002; AMRE, 29 mai. 2003; AMRE, 04 jun. 2003; AMRE, 20 jun. 2003).

O projeto Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância em Timor Leste foi iniciado em setembro de 2000, apoiado pela Fundação Roberto Marinho. O objetivo era formar jovens e adultos recém-alfabetizados nos níveis fundamental e médio utilizando as metodologias do Telecurso 2000 para o aperfeiçoamento dos professores em sala de aula. Foram implantadas 20 telessalas em Díli e Baucau. Na primeira fase, o Telecurso formou cerca de 800 jovens e adultos e capacitou 20 professores e orientadores educacionais para darem continuidade ao projeto. Simultaneamente, foi realizada a capacitação em serviço de professores, orientadores, gestores e técnicos, contribuindo para o fortalecimento do quadro de docentes do país. A cooperação brasileira apoiava o processo de reintrodução da língua portuguesa e sua disseminação, inclusive nas áreas mais distantes do território. O projeto totalizou 490 mil dólares e

vigorou até junho de 2003 (AMRE, 14 nov. 2002; AMRE, 06 dez. 2002; AMRE, 29 mai. 2003; AMRE, 04 jun. 2003; AMRE, 20 jun. 2003).

Em 2001, a ONG Alfabetização Solidária iniciou uma avaliação do uso da língua portuguesa no Timor Leste, proibida durante os 24 anos de ocupação indonésia, implantando, em seguida, projeto voltado para o público adulto. Uma linguista brasileira, convidada pela ONG, ao avaliar a extensão dos conhecimentos locais sobre a língua portuguesa, constatou que a maior parte dos timorenses que conhecia esse idioma sentia dificuldade em se expressar nele. Entretanto, eles se sentiam menos inibidos de cantar trechos de músicas brasileiras que conheciam. Essa constatação foi central para a elaboração do projeto Universidades em Timor Leste, oficialmente estabelecido em 2003, e que teve como base um entendimento de cooperação estabelecido entre o presidente Xanana Gusmão e o então governador de São Paulo, Mário Covas, através da Comissão de Cooperação Internacional da Universidade de São Paulo (USP). A cooperação previu o envio de cerca de vinte estudantes, pelo período de seis meses, para ensinar, informalmente, o português através de músicas e danças brasileiras contemporâneas (AMRE, 13 fev. 2003).

O projeto evoluiu e acabou envolvendo outras duas instituições de ensino superior: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie.²⁶⁷ O objetivo principal foi sensibilizar a população timorense para a comunicação em Língua Portuguesa que aconteceria, primordialmente, por meio de práticas de dança popular e cultura brasileira, e contou com o apoio do governo e da Universidade Nacional de Timor Leste. Foram selecionados e capacitados 18 alunos que ministraram as dinâmicas de dança e cultura brasileira e assistiram aulas na Universidade Nacional de Timor Leste entre agosto e dezembro de 2004. Cada grupo de três alunos monitorou uma pequena turma de timorenses, inicialmente, jovens de 12 a 20 anos, mas que acabou abarcando outras faixas etárias, num total de aproximadamente 600 participantes.

²⁶⁷ Dados sobre o Projeto Universidades em Timor Leste fornecidos pela professora Regina Helena Pires de Brito, da Universidade de São Paulo, em entrevista realizada em 23 de abril de 2007 para o texto publicado em AGUILAR, 2012.

Em 2003, a área da educação foi considerada a prioridade pelo governo e passou a ocupar um quarto do orçamento do país (AMRE, 29 mai. 2003). No início daquele ano, o Ministério da Educação do Brasil, por meio de sua Assessoria Internacional, selecionou seis professores brasileiros para compor a Missão de Especialistas Brasileiros em Educação no Timor Leste (MEBE). A missão, com duração de seis meses, resultou na assistência para a implantação do Plano de Desenvolvimento do Currículo Nacional e para a formulação de uma política para melhorar a preparação de professores de língua portuguesa, colaborando na formulação da lei de diretrizes e bases da educação, na definição de currículos escolares e na formação de professores timorenses (BORMANN; SILVEIRA, 2007; AMRE, 29 mai. 2003).

As bibliotecas comunitárias eram vistas como bem adequadas aos projetos de propagação da língua portuguesa e o MRE em coordenação com o Ministério da Cultura fez diversas remessas de livros técnicos, didáticos e de literatura infantil para o Timor Leste (AMRE, 27 nov. 2002).

O Acordo de Qualificação Docente e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste permitiu o envio anual, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 50 professores como bolsistas para realizarem projetos de formação e capacitação de professores. Os professores enviados desenvolveram atividades em parceria com professores da cooperação portuguesa, em especial o Curso de Bacharelado Emergencial. Os brasileiros ministravam matérias como Matemática, Física, Química e Biologia e os portugueses as aulas de Língua Portuguesa. A primeira fase foi iniciada em 2005 e se encerrou em 2008, sendo executada pela ABC e pela CAPES (SANTOS, M., 2010; AMRE, 10 abr. 2008).

Em 2007, dois novos projetos foram estabelecidos como Ajuste Complementar ao Acordo, Promoção da Qualidade no Ensino de Ciências e Implantação da Pós-Graduação na Universidade Nacional Timor Leste (UNTL) com atividades de capacitação de docentes no MEC e na UNTL. A partir daquele ano, foram eliminadas as assessorias e atividades avulsas e criado o Procapes. O Programa de Pós-Graduação era necessário por não haver esse tipo de curso no país e foi decidido

criar um curso de pós-graduação *lato sensu* e um mestrado em educação para aumentar o nível de qualificação dos docentes, dirigentes do Ministério da Educação e Cultura, superintendentes da educação nos distritos e diretores de instituições de ensino superior e escolas. O processo de planejamento e implantação desses cursos seria realizado por três professores doutores brasileiros. Como resultado, foram criados quatro cursos de pós-graduação em nível de especialização: Educação e Ensino, Gestão da Educação, Educação Ambiental e Ensino da Língua Portuguesa (SANTOS, 2010). O curso de mestrado foi implantado no ano letivo de 2010 (TIMOR LESTE, 21 out. 2010).

Na área da saúde, quatro médicos brasileiros coordenaram, em 2000, uma campanha de multivacinação, baseada na experiência que o Brasil adquiriu na erradicação de doenças como a poliomielite. Cerca de 600 mil pessoas foram imunizadas contra pólio, sarampo e outras doenças com vacinas fornecidas pelo Unicef (BRASILEIROS..., 2000). Nas atividades de cooperação, o Ministério da Saúde havia desembolsado até dezembro de 2002, 350 mil dólares com envio de médicos brasileiros e doação de kits de medicamentos básicos (AMRE, 06 dez. 2002). O Ministério da Saúde brasileiro apoiou a atuação do Ministério da Saúde timorense e forneceu medicamentos antirretrovirais, com a participação do Programa HIV/AIDS brasileiro e do Unicef, que custeou o transporte (AMRE, 29 mai. 2003).

Com o apoio do Procafé do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi realizado em novembro de 2002 um curso sobre utilização de técnicas cafeeiras e foram implantados campos de demonstração de cultivo de café (AMRE, 06 dez. 2002). O curso iniciou o Projeto de Transferência de Técnicas Cafeeiras para Timor Leste com a intenção de melhorar a produção de um dos principais produtos agrícolas de exportação do país. Foi orçado em 130 mil dólares e com prazo para término em novembro de 2003 (AMRE, 29 mai. 2003).

O Ministério da Defesa elaborou, em agosto de 2002, o Plano de Assistência do Brasil ao Timor Leste na área da Defesa, apresentado pela delegação brasileira na III Conferência de Doadores para o Desenvolvimento das Forças de Defesa de Timor Leste, realizada em Díli, em agosto

de 2002, que resultou em duas missões de instrução militar (AMRE, 29 mai. 2003).

A Escola Superior de Guerra (ESG) participou, nos anos de 2010 e 2011, de cursos de Defesa e Segurança realizados naquele país pela Presidência da República do Timor Leste, com o apoio das Nações Unidas e do governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores. O objetivo foi apresentar o método de planejamento da ESG para auxiliar na definição de políticas e estratégias a partir de diagnósticos das conjunturas (nacional e internacional) e de cenários, de modo a permitir a execução dessas políticas e estratégias em qualquer área de atuação como defesa, segurança ou desenvolvimento (MOREIRA, 2012).

Na área cultural, o Brasil participou da I Feira do Livro de Díli e a Agência Brasileira de Correios e Telégrafos lançou, em 20 de maio de 2003, no Itamaraty, selo comemorativo da independência timorense (AMRE, 29 mai. 2003).

A Rádio e Televisão de Timor Leste (RTTL) recebeu e transmitiu programas infantis em língua portuguesa por meio do programa de Capacitação de Técnicos da Televisão de Timor-Leste. A RTTL era subordinada à Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, dependendo quase totalmente do governo para seu orçamento, geralmente deficitário (AMRE, 11 abr. 2008). O objetivo do projeto era a capacitação de equipe da TV local para a produção e apresentação de programas em língua portuguesa, de forma a contribuir para o fortalecimento do uso da língua no país (AMRE, Telegrama 077, 02 abr. 2008).

O Itaú Cultural firmou contrato com a RTTL sobre cessão à emissora timorense dos direitos de exibição dos programas para TV produzidos pela instituição brasileira (AMRE, 24 mar. 2008).

Devido à condição lusófona comum, o Brasil desenvolveu muitas de suas atividades de cooperação no Timor Leste de forma coordenada com os países da CPLP, notadamente com Portugal. Nesse sentido, além da vertente bilateral de cooperação, o Brasil estimulou o Timor Leste a participar de iniciativas conduzidas pela CPLP em áreas como o forta-

lecimento da justiça e o desenvolvimento dos esportes (AMRE, 19 mar. 2008). Nesse âmbito, um defensor público do Rio de Janeiro realizou missão naquele país, no primeiro semestre de 2002. O Brasil apresentou candidatos para tribunais timorenses no Programa de Fortalecimento da Justiça e realizou atividades pontuais, como o apoio para a elaboração da lei eleitoral (AMRE, 31 out. 2002; AMRE, 07 nov. 2002; AMRE, 28 fev. 2003; AMRE, 29 mai. 2003).

O Instituto Rio Branco ofereceu vaga para um timorense na iniciativa de capacitação de diplomatas dos países da CPLP, no ano letivo de 2009 (AMRE, 03 jun. 2008). Um delegado da Polícia Federal foi enviado em fevereiro de 2001 para chefiar a organização do sistema de segurança pública timorense.²⁶⁸ Uma promotora do Ministério Público de São Paulo integrou a equipe de juristas da ONU encarregada da apuração de crimes contra a humanidade no país (BRASILEIRA..., 2001).

A partir de uma missão de prospecção realizada em 2004, foi assinado o Acordo de Cooperação no Setor Judicial entre o Brasil e o Timor, no ano seguinte, que previu o envio de profissionais brasileiros para atuarem no judiciário, Ministério Público e na Defensoria Pública, bem como na capacitação de juízes, promotores e defensores públicos timorenses (CARVALHO, 2009). O sistema jurídico criado no Timor Leste se aproximou mais do modelo português, no entanto, a implantação da Defensoria Pública foi uma marca registrada brasileira, uma vez que Portugal não adota essa instituição em seu sistema (AMRE, 03 jun. 2008).

O Programa de Fortalecimento do Setor de Justiça foi executado pela ABC como parte do programa do PNUD tendo participado oito profissionais do Brasil, assim como cooperantes de Portugal, Cabo Verde e Guiné Bissau, entre os países de língua portuguesa (AMRE, 03 jun. 2008).²⁶⁹ Os primeiros quatro juristas brasileiros envolvidos no programa chegaram em setembro de 2005, incluindo juízes auditores e promotores

²⁶⁸ O delegado Jorge Pontes era subdiretor da Polícia Criminal Internacional (Interpol) no Brasil e teria sido escolhido pelo Ministro da Justiça a pedido da Comissão de Países da Língua Portuguesa (CPLP) (BRASIL CHEFIA..., 2001).

²⁶⁹ O programa focava em padrões profissionais e habilidades técnicas e era financiado por Austrália, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Irlanda, Noruega, Portugal e o PNUD. Além do financiamento, o Brasil enviou assessores complementares ao programa (UNDP..., 2008).

(CARVALHO, 2009). Entre setembro de 2006 e setembro de 2007, o Superior Tribunal Militar (STM) autorizou a ida de dois procuradores e uma defensora pública (FIGUEIREDO, 2008).

No âmbito desse programa, o Brasil também auxiliou no treinamento de assistentes de defesa pública com alocação de orçamento do Ministério da Justiça timorense. O treinamento visava qualificar cerca de 80 advogados, sendo que o maior problema enfrentado era a quase total falta de competências linguísticas em relação ao português (UNDP, 2008).

Vale salientar que, durante a crise de 2006, foi um promotor brasileiro que requereu e uma juíza brasileira que decretou a prisão preventiva do Ministro do Interior, José Lobato, a quem era subordinada a PNTL.²⁷⁰

Em 2007, o governo timorense pediu cooperação brasileira para criação da justiça militar. Uma comissão de juristas, presidida pelo Ministro Flavio Bierrembach, do STM, ficou encarregada de elaborar anteprojetos dos códigos penal militar e de processo penal militar (FIGUEIREDO, 2008; CARVALHO, 2009). A previsão constitucional de criar esse tipo de tribunal veio da influência das justiças portuguesa e indonésia, que os possuem. O pedido se deu porque o Brasil também tem a justiça militar como parte do seu sistema jurídico.

No âmbito da cooperação tripartite voltada para os países da CPLP, em 2003, ocorreram cursos de treinamento em fruticultura tropical e em cultivo da mandioca, com participantes timorenses (AMRE, 22 mai. 2003).

A Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas (Embrapa) elaborou a primeira carta de solo de Timor Leste, mediante leitura por satélites, e produziu mapas em formato digital por solicitação da ONU, que foram utilizados não só pelo pessoal a serviço daquela Organização, mas também pelos timorenses (EMBRAPA, 2003; AMRE, 29 mai. 2003).

Em 2008, o Presidente Ramos-Horta solicitou ao Presidente Lula a cooperação na área de reflorestamento, incluindo recuperação da cobertura florestal em áreas atingidas pelo desmatamento predatório, viabilização da exploração madeireira, melhoria da cobertura florestal protetora dos

²⁷⁰ O promotor de justiça do Ministério Público, Antonio Carlos Nunes, e a Juíza Dora Moraes, ambos de São Paulo.

cafezais e a prevenção da erosão do solo (AMRE, 04 jan. 2008). A ABC preparou projeto em triangulação com a Indonésia. Técnicos brasileiros, indonésios e timorenses identificaram possibilidades de projetos de recuperação e adensamento da cobertura florestal nas áreas montanhosas no entorno de Díli, implantação de unidade demonstrativa de sistemas agroflorestais (café, caju e cacau), implantação de unidade demonstrativa de floresta com finalidade energética (produção de lenha) e um inventário florestal de espécies plantadas, nativas ou introduzidas. Os timorenses solicitam, também, a cooperação no cultivo de soja e de arroz, combate a erva daninha Siam, desenvolvimento de pecuária de corte e leiteira, avicultura, criação de cursos de formação em veterinária e implantação de laboratórios de veterinária (AMRE, 30 jan. 2008; AMRE, 25 jan. 2008).

No final de 2010, a reunião de peritos da Junta Diretora do Fundo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) avaliou propostas de projetos para o Timor Leste, incluindo proposta do PNUD (AMRE, 16 dez. 2010).

Foi firmado um acordo de cooperação técnica entre os governos do Brasil e do Timor Leste para implementação do Programa Estratégico de Cooperação Técnica 2009-2011 na Área de Segurança Alimentar (AMRE, 08 jan. 2008). Uma equipe da CONAB foi ao Timor Leste em 2008 para tratar do programa brasileiro de cestas básicas e manteve contato com o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, órgão responsável pela chamada ‘segurança alimentar’ e controle do estoque regulador de alimentos do país para auxiliar na aquisição e gerenciamento dos alimentos a serem ofertados (AMRE, Telegrama 193, 09 abr. 2008).

Algumas iniciativas particulares fizeram parte do esforço de ajuda ao Timor Leste. A cidade de Piracicaba assinou termo de geminação com a cidade de Díli (AMRE, 09 out. 2003). O Hospital Conceição, em Porto Alegre, propôs um projeto de geminação com o hospital de Baucau (AMRE, 28 fev. 2003). A Prefeitura do Rio de Janeiro propôs enviar missão técnica ao Timor Leste para identificar possíveis áreas de cooperação, bem como realizar intercâmbio de informações sobre experiências administrativas (AMRE, Telegrama 084, 09 abr. 2008).

Na ONU, a delegação brasileira recebeu solicitação para coordenar a elaboração do projeto de resolução relativo à assistência humanitária, reabilitação e desenvolvimento do Timor Leste, tema previsto na agenda da AGNU. Em 2000, o trabalho de negociação do Brasil foi reconhecido pelo grupo central de copatrocinadores (Portugal, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Noruega), e pela delegação da Indonésia. Em consequência, em 2001 o Brasil foi convidado novamente para facilitar o processo (AMRE, 26 nov. 2001). Os diplomatas brasileiros adotaram um padrão de negociação em duas fases, inicialmente o projeto elaborado pelo Brasil e acordado entre os copatrocinadores era negociado com a Indonésia, implicando em consultas bilaterais com aquele país e com os patrocinadores em toda a fase, de modo a alcançar linguagem aceitável para todos. O foco nessa fase eram as partes do texto que diziam respeito à Indonésia ou que afetassem seus interesses, por exemplo, segurança na fronteira e em campos de refugiados, retorno e reassentamento de refugiados, etc. Alcançado um texto aceitável para a Indonésia e para os copatrocinadores, a delegação brasileira convocava a reunião de consultas abertas para referendar o texto negociado (AMRE, 26 nov. 2001).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO TIMOR LESTE

O tratamento da questão do Timor Leste pelo governo brasileiro demonstrou coerência no sentido de ratificar o princípio da autodeterminação e a tese de que os timorenses deveriam ser consultados sobre o futuro que queriam para seu território. Dessa forma, o Brasil votou a favor de todas as resoluções propostas na ONU condenando a invasão indonésia. Em alguns momentos, a diplomacia teve que balancear as atitudes na ONU com os interesses em relação ao país asiático, que se tornou importante para os objetivos brasileiros, especialmente no campo comercial. Foi quando o Brasil deixou de copatrocinador as resoluções propostas naquela Organização.

Quando os acordos permitiram a instalação da UNAMET para conduzir o referendo, o Brasil enviou observadores militares, bem como participou da observação do referendo em agosto de 1999. Quando a ONU decidiu enviar uma força internacional para impor a paz no Timor

Leste, o Brasil prontamente enviou uma tropa para se juntar à força militar comandada pela Austrália.

A participação na INTERFET ocorreu em tempo recorde, levando-se em consideração certas especificidades brasileiras. A tropa enviada não foi a que o Exército mantinha permanentemente preparada para missões de paz naquela ocasião, o 19º Batalhão de Infantaria Motorizada de São Leopoldo-RS. Além disso, os procedimentos legais que têm que ser cumpridos, como autorização de crédito suplementar para custear a operação, aprovação do Congresso para envio de tropas armadas ao exterior, implicações logísticas de transporte, alimentação, material e equipamentos para esta tropa, normalmente tornam o processo demorado. A tropa brasileira foi mantida no Timor Leste durante a UNTAET e a UNMISSET.

Alguns aspectos da participação com tropa armada no Timor Leste mostraram-se positivos: a presteza do Brasil no atendimento à solicitação de tropas para a INTERFET, executado em apenas uma semana, sendo sem dúvida, uma demonstração da capacidade das Forças Armadas, com destaque para o Exército; o desempenho de missões de Segurança de Autoridades (Xanana Gusmão, Ramos-Horta, Bispo Belo, entre outros) e de locais como aeroporto, mercado e o porto de Dili, permitiram que a tropa executasse, em condições reais, aquilo que aprendeu no Brasil²⁷¹; o profissionalismo e dedicação dos integrantes da tropa brasileira e dos observadores militares; o equipamento, as técnicas e o emprego do Pel PE, principalmente os utilizados no controle de distúrbios, que despertaram interesse dos militares de outros Exércitos; a confiança da população local na atuação dos brasileiros; o relacionamento com militares de outros exércitos e com a população local, criando laços afetivos muito grandes, sendo que os brasileiros eram bem quistos por todos os contingentes participantes da Missão.

No entanto, os líderes timorenses, e talvez também a ONU, esperavam mais do Brasil em termos do contingente que foi enviado. Em setembro de 1999, quando do pedido para que o Brasil integrasse a missão

²⁷¹ Um militar que participou da segurança das autoridades confidenciou que, por volta de janeiro de 2000, o Batalhão de Portugal já havia se estabelecido em Dili e deveria assumir a segurança das autoridades. Ramos-Horta, ao saber que haveria tal substituição, não concordou e quis que sua segurança continuasse sendo feita pelos brasileiros (MILANELLO, 2005).

que estava sendo preparada para a ONU, foram apresentadas ao Presidente três opções e seus devidos custos: um batalhão, uma companhia ou um pelotão. Durante o processo decisório acabou prevalecendo a opinião da área econômica do governo e o Brasil enviou um pequeno efetivo – um Pelotão de Polícia do Exército – que teria custo menor.

Além dos militares e representantes que acompanharam as eleições como membros dos grupos de observadores internacionais, especialmente as de setembro de 2001 e de abril 2002²⁷², o Brasil desenvolveu e financiou vários programas e projetos diretos ou em triangulação com outros países e organizações internacionais. A ABC, do Itamaraty, envolveu-se nas atividades de construção de paz naquele país e os programas brasileiros ocorreram em diversas áreas, da agricultura à segurança, passando pela justiça, desenvolvimento e, principalmente, educação como forma de fortalecer a língua portuguesa naquele país.

O Timor Leste, apesar de estar distante das áreas prioritárias de atuação da diplomacia brasileira, e também da segurança e defesa, por conta da língua portuguesa e da CPLP, acabou entrando na agenda brasileira como um dos destinatários das atividades de cooperação internacional.

²⁷² Dentre os observadores internacionais estavam Flávio Bierrenbach, Ministro do Superior Tribunal Militar, o desembargador Luis Carlos Lugon, do Tribunal Regional Federal, e o diplomata Afonso Nery, que chefiava a delegação da CPLP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Paz de espírito significa que a pessoa se sente de fato livre, livre de pressões psicológicas ou políticas, livre de tensões sociais ou econômicas, livre de trauma do passado, livre das fraquezas diárias e livre do temor sobre o que o amanhã poderia trazer”.*²⁷³

O Timor Leste foi uma área onde em raríssimos momentos de sua história a população pôde exercer plena liberdade. Em alguns momentos, quando o sonho parecia tornar-se realidade, acontecimentos desencadeados por fatores internos e externos determinaram um destino diferente do que o povo timorense desejava. Assim ocorreu em meados da década de 1970, por conta do processo de descolonização, levado a cabo por Portugal e, novamente em 1999, durante o processo da consulta popular.

Na década de 1970, a conjuntura internacional da Guerra Fria, a incapacidade portuguesa de conduzir o processo de descolonização e a postura dos líderes locais timorenses e seus partidos favoreceram a invasão indonésia. No mesmo sentido, em 1999, a conjuntura internacional do pós-Guerra Fria e os acontecimentos internos na Indonésia, possibilitaram os acordos que levaram à consulta popular que desencadeou o processo de independência do Timor Leste.

Após mais de quatro séculos como colônia portuguesa, o Timor Leste experimentou mais 24 anos de ocupação e opressão indonésia até conseguir, também num processo violento, a sonhada independência.

Após a invasão, em 1975, a Indonésia consolidou a ocupação do Timor Leste apesar da reprovção da maior parte da sociedade internacio-

²⁷³ Discurso do Presidente Xanana Gusmão na abertura do Escritório Nacional da Comissão de Reconciliação em Dili (UN, UNMISSET, 17 Feb. 2003, tradução nossa).

nal demonstrada nas diversas resoluções aprovadas nas Nações Unidas. No entanto, o fez com a concordância ou, no mínimo, a indiferença de algumas das principais potências mundiais. Como destacou o comandante das Falintil, Falur Laek, os indonésios usaram armas dos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Austrália (FORGANES, 2002).

A Indonésia nunca realizou um esforço pleno para a integração. Os militares utilizaram o território para enriquecimento e progressão na carreira e subestimaram a capacidade de resistência dos timorenses e a determinação de Portugal em prosseguir com a tese da autodeterminação nos foros internacionais.

A perseverança da resistência fez com que todo o período em que o Timor Leste permaneceu como a 27ª província indonésia fosse desgastante, tanto para as forças armadas ocupantes como para a população timorense. A igreja católica contabilizou uma população de 688.771 pessoas em 1974. Em 1980, a população era de 425 mil (MAGALHÃES, 1992). A diferença de mais de 260 mil demonstra a quantidade de pessoas que foram mortas, desapareceram ou se retiraram do território, refugiando-se em outros países ou no lado ocidental da ilha.

Mas, enquanto a população diminuía, o número de pessoas que se declaravam católicas aumentava consideravelmente para uma população majoritariamente animista. Só na diocese de Dili o número de católicos passou de 164.178, em 1970, para 516.135, em 2013, segundo a igreja. Isso significou um crescimento do número de católicos em relação à população de 26,5%, em 1970, para 94,9%, em 2013.²⁷⁴ Isso porque a igreja católica desempenhou um papel importante no país. Foi o bastião contra a dominação, serviu de ligação entre guerrilheiros e a frente clandestina e foi um elo entre o território e o exterior. Foi por meio da igreja que várias vezes a violência dos ocupantes foi mostrada para o resto do mundo.

A língua portuguesa também se manteve como forma de diferenciação do timorense com seus vizinhos e, especialmente, com o ocupante, apesar dos inúmeros dialetos falados no território. Foi a língua trazida pelos dominicanos e, apesar de ter sido proibida pelos indonésios, foi usada

²⁷⁴ Há mais duas dioceses no Timor, Baucau com percentual de 95,9% de católicos, e Maliana com 97,3%, segundo dados de 2012 (THE HIERARCHY..., 2016).

para a comunicação entre os membros da resistência e dos que permaneceram no território com o exterior. Com a independência, passou a ser uma das línguas oficiais do país, ao lado do tétum.

O nacionalismo timorense, que só viria a ser formado a partir de 1974, cresceu com a ocupação indonésia e possibilitou a sobrevivência da resistência apesar das inúmeras operações desencadeadas pelo exército indonésio.

A sociedade internacional, movida pela conjuntura mundial no período da Guerra Fria, acabou permitindo a calamidade que ocorreu no Timor Leste, fechando os olhos para a violência indonésia em prol da não expansão do comunismo na Ásia e dos interesses comerciais particulares de governos, inclusive no campo do armamento.

A ONU jamais aceitou a incorporação do Timor Leste como província indonésia da maneira como foi realizada. As resoluções aprovadas naquela Organização mantiveram a necessidade de consulta à população local sobre o *status* que queria para seu território. Mas, quando a conjuntura internacional e a situação interna na Indonésia permitiram firmar acordos que levaram ao referendo de 1999, os decisores das Nações Unidas preferiram enviar uma missão de verificação ao Timor Leste, sob a direção do Departamento de Assuntos Políticos, ao invés de uma força internacional para garantir a segurança da população.

O resultado foi a violência ocorrida durante todo o processo do referendo, que se tornou mais intensa após o anúncio do resultado que levaria à independência. Nesse momento, foi necessária a conformação de uma força internacional para impor a paz que chegou só no Timor Leste após a infraestrutura estar seriamente comprometida e inúmeras vidas terem sido perdidas. Na sequência, a ONU estabeleceu a Administração Transitória que deveria conduzir a 'construção' do Estado timorense. Mas, apesar das ações da INTERFET e da UNTAET vários milicianos permaneceram livres, atuando como focos contra a estabilidade.

A Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET) foi comemorada e mostrada como um sucesso pelos agentes internacionais. No entanto, os acontecimentos posteriores mostraram que o processo de construção da paz manteve profundas vulnerabilidades no Esta-

do e na sociedade. As crises de 2006 e 2008 demonstraram problemas da autoridade estatal, das instituições de segurança e de governança, dentre outras.

No processo de construção do Estado, a ONU, suas agências e diversas instituições internacionais interviram nas relações históricas de poder, na estrutura da sociedade, apresentando um ‘modelo’ que deveria ser seguido para consolidar esse ‘novo Estado’. A ação internacional aplicada no Timor Leste seguiu certo padrão de intervenção internacional que era, e ainda é aplicada em sociedades convulsionadas por conflitos armados.

A principal característica dessas intervenções repousa num projeto ‘de fora para dentro’, ‘de cima para baixo’ com imposição das agências internacionais e doadores de como as coisas devem ser e ocorrer, com limitada participação dos atores domésticos no processo. Se essa prática, por vezes, é necessária para ações de cessação da violência em curto prazo, acabam se mostrando ineficazes para a consolidação da paz em longo prazo.

Ao usar uma estratégia de imposição limitando a participação e a deliberação dos múltiplos atores domésticos, os ‘internacionais’ acabam estancando o processo. A presença de especialistas de diversos países com formações e culturas diversas por um lado, ajudaram na criação das instituições, por outro, não permitiram que as mesmas fossem dotadas de uma ‘identidade’ local, o que resultou em problemas que até hoje requerem a atenção das autoridades timorenses.

Ao limitar o espaço político para atores locais os ‘internacionais’ acabam prejudicando o processo. A ‘timorização’ desde o início, talvez, daria mais chance dos problemas profundos que levaram ao processo violento serem resolvidos. Isso porque as práticas seriam legitimadas localmente e não em função do poder de agência dos ‘internacionais’ e das instituições para as quais trabalhavam.

Por outro lado, dar maior liberdade para atores locais no início do processo de construção da paz pode ter um efeito contrário, criando um esquema de barganha e de deterioração do processo. Assim, as organizações envolvidas com os processos de gestão e resolução de conflitos devem dotar seu pessoal de capacidade para avaliar corretamente quando e como incluir

agentes locais, bem como identificar quais os atores legítimos e como eles poderiam produzir efeitos positivos nesses processos.

Dessa forma, as ações executadas em nome da ‘construção da paz’ acabam desconstruindo práticas, por vezes seculares, modificando sociedades que ainda não estão preparadas para tal, construindo rapidamente aparatos de segurança nos ‘modelos’ ocidentais para cumprir prazos, realizando eleições quando a sociedade ainda não está preparada e implementando programas baseados em prazos e resultados que não condizem com a realidade local. Agindo assim, as intervenções não cumprem um dos princípios básicos que é o de agir nas causas profundas dos conflitos de modo a não permitir sua ressurgência. Ao contrário, por vezes, a imposição externa apenas congela algumas das causas da violência que acabam retornando de alguma forma e em algum momento.

No Timor Leste, fruto da maneira rápida como foram criadas as F-FDTL e a PNTL, com prazos estabelecidos em Nova Iorque por aqueles que não conheciam a realidade timorense, em 2006, tensões no interior das forças de segurança provocaram novos confrontos. Num país onde a família e as relações interfamiliares representam a base da sociedade, desavenças entre indivíduos acabam sendo entendidas como desavenças familiares. A densidade dos laços familiares resulta em choques interfamiliares que se espalham e escalam para incêndios, apedrejamentos, destruição de propriedades e um grande número de desalojados. Dessa forma, mesmo que apresentem baixa violência, com pequeno número de mortos e feridos, a tendência é que as crises timorenses provoquem um grande número de desalojados que acaba impactando o Estado em várias áreas.

Foi o que ocorreu em 2006 e uma nova missão de paz foi estabelecida para lidar com a violência e a reforma do setor de segurança. Mas, apesar da força internacional que novamente foi desdobrada no território, ex-militares permaneceram livres e provocaram os atentados de 2008 contra o Presidente e o Primeiro Ministro.

Sergio Vieira de Melo havia destacado que a mais importante conquista da UNTAET foi a de garantir o território em face de ameaças externas para, em seguida, estabelecer a lei e a ordem e construir o Estado (MARCOVITCH,

2004). Mas, se a ação internacional garantiu a estabilização do novo Estado contra as ameaças externas, os eventos de 2006 e 2008 demonstraram que o mesmo não foi conseguido em relação às forças internas.

Um dos desafios que os responsáveis em conduzir operações de paz enfrentam é permitir a participação dos locais e lidar com sua cultura e, ao mesmo tempo, conseguir implantar uma democracia nos moldes ocidentais. Ou seja, como trazer os modelos de fora, considerados ideais, e adaptá-los à realidade local, permitindo a participação popular na (re) construção do Estado. Nesse processo, tanto os 'internacionais' devem entender e aceitar especificidades locais, o que só ocorre com a interação com a população, em todos os níveis, como os locais devem aceitar a participação deles no processo de (re)construção, numa interação produtiva e não de confrontação.

Durante a ocupação indonésia os timorenses não ocuparam posições de tomada de decisões. No geral, vivenciaram uma administração portuguesa ineficiente e uma administração indonésia corrupta e violenta. Em seguida, veio o período da UNTAET onde, mesmo participando de alguns órgãos e instituições que foram sendo criadas, não tinham autoridade para decidir, sem contar que o processo de 'timorização' começou tarde. Contrário ao discurso da ONU e os diversos trabalhos que tratam do 'empoderamento' dos atores locais como condição para uma paz sustentável, os processos de paz em geral, e o que ocorreu no Timor Leste em particular, se iniciam com pouca participação local e com muita imposição externa. Dessa forma, os timorenses não foram bem preparados para assumir total responsabilidade pela administração do novo país.

A maior tarefa dos responsáveis por planejar e executar as atividades inerentes às operações de paz, qualquer que seja o tipo, é lidar com a complexidade do ambiente em que elas são desdobradas. Os conflitos e os processos de reconstrução pós-conflito acontecem numa complexa relação de estruturas e dinâmicas pré-existentes que são alteradas com a presença internacional. Dependendo do país, como foi o caso no Timor Leste, costumes, tradições, práticas seculares como, por exemplo, os mecanismos informais e tradicionais de resolução de disputas, foram confrontados por mecanismos modernos e formais impostos pelos envolvidos no processo

de paz. O modelo de sociedade foi afetado pelo modelo apresentado pela ONU. Relações de poder tradicionais foram modificadas pelas instituições internacionais e outros atores externos que operavam segundo suas próprias estruturas, culturas organizacionais e, principalmente, interesses e uma agenda própria.

No Timor Leste, pode-se inferir que os sistemas político e judiciário, talvez, tenham sido os que mais impactaram a cultura e tradições locais. A intenção de implantar um ‘modelo ideal’ ocidental naquele país, resultou no questionamento da legitimidade daqueles que foram eleitos nas eleições apresentadas como ‘livres, justas e democráticas’ pelos assessores internacionais e na descrença local na nova e estranha estrutura jurídica montada. Ou seja, as eleições e o sistema ‘democrático’ implantado se chocaram com a tradicional escolha de líderes pelas linhagens sanguíneas, idade e meritocracia que levava em consideração as relações familiares nas aldeias e a experiência, enquanto o sistema jurídico criado se chocava com as tradicionais formas de resolução de conflitos.

O modelo aplicado nas situações como a do Timor Leste é institucional e técnico, com padrões e resultados a serem atingidos. Nesse sentido, normalmente a atuação dificulta o trabalho integrado, multidimensional e a ‘apropriação local’, incluindo os locais nas decisões e nas ações nos diversos níveis.

Se a UNTAET apresentou falhas ao montar as estruturas do novo país, sua sucessora – a UNMISSET - desenhada para assessorar as autoridades timorenses, também não conseguiu, nos três anos que operou, criar uma estrutura e habilitar todo o pessoal necessário para ocupar cargos no governo e na administração pública.

A questão é que quem determina se, quando e quais atores domésticos têm (ou não) condições de participar, e até em conduzir o processo de paz, e estão (ou não) capacitados para assumir suas responsabilidades são os ‘internacionais’. Então, a questão central deveria ser se os ‘internacionais’ são capazes de identificar os atores domésticos corretamente e inseri-los nos processos no tempo correto e com as responsabilidades necessárias.

Aceitando que no Timor Leste havia atores locais capazes, em plenas condições de participar do processo, os quais foram marginalizados pela ONU, suas agências e instituições estrangeiras que atuaram naquele território, pode-se atribuir a culpa pelos problemas relacionados com a pequena ‘timorização’ no processo aos assessores internacionais e não aos líderes timorenses.

Na realidade, durante os processos de paz em geral, alguns atores se apresentam como legítimos condutores do mesmo, os chamados *stakeholders*. Esses atores são os que participam das negociações de paz e implementam os acordos. Alguns deles são assim vistos pela comunidade interna, o que facilita seus trabalhos. Contudo, alguns atores são marginalizados pelos *stakeholders*, normalmente lideranças locais, e podem se tornar *spoillers* dos processos. No Timor Leste, as lideranças locais não atuaram como *spoillers*, mas as diferenças entre eles não foram devidamente encaradas e tratadas pelos responsáveis pelas operações de paz, resultando no retorno da violência, mesmo que em níveis bem menores que os de 1999.

Como todo processo, a instrumentalização das ações que conduzem à paz resulta em aceitação e adaptação às novas práticas ou em reação e resistência às mesmas. A forma e intensidade como se dá esse ‘jogo’ acaba definindo o resultado do processo. Os processos terão mais chance de sucesso quanto melhor lidarem com os ‘choques’ provocados pela intervenção internacional nas sociedades locais. Nesse campo, terão mais chance aqueles que conseguirem desmobilizar os envolvidos diretamente na violência e mobilizar antigos e novos atores, torná-los e mostrá-los como legítimos, e inseri-los de maneira construtiva no processo.

Isso implica em um balanço entre ações *top-down* e *botton-up* que só é obtida com uma ação em conjunto dos ‘internacionais’ com os diversos atores locais. No caso das forças de segurança do Timor Leste, as principais causadoras da violência de 2006 e da crise de 2008, as ações da UNTAET e das missões subsequentes não facilitaram o engajamento dos atores locais. O governo timorense só assumiu a condução do processo de manter forças de segurança e defesa responsáveis e apolíticas após a crise de 2008 e, com mais força, a partir de 2012 com a saída das Nações Unidas.

Freire e Lopes (2014) entenderam que o processo de adoção da Constituição, com o envolvimento ativo dos timorenses, e o sistema de governo adotado, diferente do presidencialismo que havia sido proposto inicialmente pela ONU, permitiram a reversão da lógica *top-down* para uma perspectiva *bottom-up* e uma apropriação local dos processos. A questão é que, apesar desses exemplos, a maior parte do envolvimento externo foi caracterizada pela apresentação de modelos prontos, construídos nas grandes potências, nas sedes das organizações internacionais, por pessoas que não conheciam a realidade local. Se o Administrador Transitório da UNTAET demonstrou habilidade e capacidade de articulação com a liderança timorense, a maior parte das agências, doadores, ONGs, dentre outros, enfrentou desafios para envolver locais nos programas executados.

Não se pode deixar de reforçar o contexto em que as operações de paz normalmente são desdobradas com desarticulação social, economia destruída, infraestrutura danificada, instituições fracas ou inexistentes, escassez de serviços e forças de segurança como principal fonte de violência contra a população que, na verdade, deveriam proteger. A questão é que, se um país tem uma estrutura política, social, econômica, etc. que funciona, não haveria necessidade de uma intervenção internacional. As operações de paz são desdobradas nos casos em que tanto as estruturas estatais são falhas como as dinâmicas que operam num determinado momento resultam em violência, sem que os atores internos sejam capazes de conter. Dessa forma, a construção da paz se dá por meio da interligação de dinâmicas locais, nacionais, regionais e internacionais, em graus que variam de conflito para conflito.

No caso do Timor Leste, foi instalada a Administração Transitória porque não havia estrutura funcionando, não havia Estado. Um dos pontos fundamentais que, por vezes, não é obtido pelas forças da ONU, é que os locais estejam - ou sejam - convencidos de que a intervenção internacional é necessária para criar as estruturas necessárias para o funcionamento do Estado e que, sem a sua presença, não haveria Estado. A partir desse entendimento/convencimento é que as operações terão o apoio necessário para atingir seus objetivos. No Timor Leste não houve questionamento

sobre a necessidade das operações de paz para viabilizar um país soberano, democrático e estável.

Normalmente, em casos de conflito violento, a estabilização é o primeiro passo do processo e os esforços internacionais se voltam para os geradores de violência. O segundo passo é o estabelecimento de um poder político e normalmente as ações internacionais se voltam para a consolidação de um poder central capaz de manter a estabilidade no território como fator primordial para as ações em outras áreas.

A consolidação desse poder tem relação com a realização de eleições, normalmente vistas como fundamentais para designar os interlocutores legítimos indicados pela sociedade com quem a missão de paz vai tratar. Nesse sentido, um dos primeiros passos nos processos de paz em geral é a realização de eleições. No entanto, pode-se questionar se a condução rápida de eleições facilita ou não os processos. Conduzir eleições onde nem a população nem as elites políticas estão preparadas pode ter um resultado negativo no sentido de colocar no poder políticos despreparados que acabam estendendo os problemas da época do conflito, prejudicando o processo de paz em longo prazo. Por outro lado, retardando a realização de eleições pode-se retardar também o processo como um todo. Paris (1997, p. 58, tradução nossa) recomendou alguns caminhos de “liberalização estratégica” para transformar países recém-saídos de conflitos em “democracias de mercado”:

- (1) desenvolver um processo mais gradual e controlado de democratização nos Estados destruídos por guerras, particularmente, adiando eleições até que as paixões se esfriem, promovendo associações de cidadãos que atravessem as linhas de ruptura, excluindo extremistas da política ativa e controlando a propaganda inflamatória;
- (2) conceber arranjos eleitorais que recompensem a moderação ao invés do extremismo;
- (3) promover políticas equitativas de ajustamento e orientadas para o crescimento em vez de desestabilizar as medidas de austeridade;
- (4) criação de órgãos centrais de coordenação eficazes para as operações de pacificação; e
- (5) estender a duração das operações de paz da norma atual de um a três anos, para aproximadamente sete a nove anos.

Sergio Vieira de Mello questionava qual a base para escolha dos líderes na ausência de eleições. A questão maior era o problema de conferir

poder a locais que não fossem eleitos. Até que isso acontecesse, havia a inclinação de ter cautela em delegar poder com a finalidade de evitar o favorecimento a um partido político em particular (MELLO, 2000). Ou seja, a delegação de poder só deveria ocorrer, em sua opinião, após as eleições.

Mas, no Timor Leste as eleições acabaram provocando uma espécie de partido único trabalhando com a UNTAET. Assim, o sistema de poder centrado no CNRT e nas estruturas tradicionais foi confrontado por novos grupos que se formaram. Quando os líderes timorenses oriundos desse partido foram confrontados, o resultado foi uma crise política e de segurança. Divergências entre líderes se espalharam para outros setores como as F-FDTL e PNTL, resultando na crise de 2006. Anjos Filho (2011, p. 91) a denominou como “crise de paradigma” entre o padrão democrático de distribuição de poder e a legitimidade política local já existente e consolidada, ou mesmo entre o local e o moderno, ou entre os princípios da hierarquia e da igualdade. Por outro lado, sem a realização das eleições nos períodos em que foram realizadas, a ONU não seria capaz de preparar o Timor para a independência no tempo que ocorreu.

As missões de paz lidam com o problema do autoritarismo que normalmente permeia os envolvidos em conflitos. Realiza-se uma transição de um ambiente violento, onde as partes em luta se vêem como inimigas, para uma democracia, onde os opositores não são vistos como tal e a tomada de decisão se dá pelo diálogo e consenso, sendo normalmente complexa. Mesmo alterando a dinâmica política, inicialmente as posições opostas são vistas como subversivas, uma situação que só o tempo pode modificar. No Timor Leste, o autoritarismo vinha dos líderes que lutaram contra a Indonésia e que se congregaram na Fretilin, a qual centralizou o sistema político e acabou gerando instabilidade no país.

Por vezes, a maneira como se conduz o processo e como se implementam as ações na prática resultam em ‘choques’ políticos, econômicos e sociais que, se não forem controlados, produzem uma nova instabilidade.

O mandato da UNTAET exemplifica as ações de uma operação multidimensional determinando tarefas a serem cumpridas nos campos da segurança, administração, infraestrutura física, desenvolvimento, pres-

tação de serviços, assistência humanitária e governança. Como administrador transitório, o RESG foi dotado de poderes executivos e legislativos sobre o território com a finalidade de prepará-lo para a independência, ou seja, criando as instituições de um novo Estado, aproveitando ou não as poucas estruturas existentes.

O Estado a ser criado seria nos moldes ocidentais, capitalista e democrático. Logo, em pouco mais de dois anos deveria ser estabelecido um governo eleito de maneira democrática e livre, capaz de governar um território onde os serviços e a infraestrutura básica estivessem funcionando. O aparato de segurança e as instituições do Estado foram criadas pela UNTAET. As reformas econômicas e a reestruturação da infraestrutura que resultariam no desenvolvimento foram executadas pelo Banco Mundial, FMI, BDA, UNDP e outras agências e instituições internacionais.

O estabelecimento do Estado de direito estava embutido nas instituições, especialmente na criação de um novo sistema jurídico, também baseado nos modelos ocidentais, que garantiria o cumprimento da lei, da ordem e a proteção dos direitos humanos. O processo foi conduzido pela UNTAET com a ajuda de diversas instituições internacionais e parceiros, normalmente representantes de Estados como, por exemplo, Austrália, Brasil, Portugal, dentre vários outros.

Além da normatização feita por ‘decretos’ pelo Administrador Transitório, os chamados regulamentos, a preparação das instituições básicas do novo Estado se baseou, principalmente, em treinamento e capacitação de profissionais conduzidos por especialistas internacionais e em fornecimento de materiais por países que desenvolveram programas e projetos específicos.

Os processos de consolidação da paz são complexos em razão do contexto em que são implementados. Há um grande número de atores envolvidos que definem objetivos próprios dentro do objetivo maior de garantir a paz, bem como os instrumentos a serem utilizados. A presença internacional também é motivada por interesses particulares. No Timor Leste percebe-se a presença muito forte de chineses, indonésios e australianos, especialmente nos negócios. Um exemplo, na área da segurança, a China construiu novos quartéis das forças de defesa e o novo gabinete

presidencial, dentre outras ações. Posteriormente, vendeu dois navios para o Timor, sendo que a Austrália teria oferecido navios mais modernos do que os que foram comprados (IFP, 2009).

A presença da ONU se dá como forma de resposta à situações e momentos específicos. As estratégias utilizadas procuram resolver problemas complexos de países em conflitos ou recém-saídos de conflitos. Os processos violentos e de manutenção ou construção da paz são realizados no interior dos Estados, mas as estratégias são concebidas e executadas pelos atores externos.

Outra questão é o tempo. No Timor Leste, e nas operações de paz em geral, os responsáveis operam sobre pressão para alcançar resultados em curto prazo. Isso porque tanto os membros do CSNU como os doadores internacionais impõem prazos para que as operações sejam encerradas. Há, também, pressões internas que durante o processo podem incorporar novas demandas. No Timor Leste, além das lideranças, novas pressões surgiram por parte dos antigos guerrilheiros que não foram incorporados nas forças de segurança locais e das vítimas de violações de direitos humanos, envolvendo duas áreas complexas, segurança e justiça, que dificilmente são resolvidas em curto prazo.

Por vezes, os prazos são alongados mediante prorrogações dos mandatos, mas a pressão para a Missão criar as condições necessárias para seu encerramento está sempre presente. A UNTAET teve pressa em apresentar resultados nos diversos campos em que atuou, resultando numa estrutura política falha, com pouca sustentação, o que ficou claro na crise de 2006. Ou seja, deve haver tempo para que as bases democráticas criem raízes, o que dificilmente ocorre durante os curtos períodos em que as missões de paz operam.

A questão da pressão por resultados em curto prazo é ainda mais complicada quando a ONU enfrenta problemas para dotar as operações de paz de capacidade, ou seja, preencher todos os cargos de modo a tornar a missão operacional em sua totalidade. No Timor, o Administrador Transitório previu que a UNTAET levaria seis meses para estar em condições de operar. Sobre isso, Sérgio Vieira de Mello lamentava que o envio de pessoal

para as missões era demorado e insatisfatório. Funcionários de Nova Iorque, Genebra e Viena que poderiam ser potenciais candidatos, com habilidades e conhecimento vitais para as operações de campo, normalmente não se dispunham a ir para as missões de paz pois não era compensatório para suas carreiras. O componente policial, por exemplo, quatro meses após o início da UNTAET contava com menos de um terço dos 1.600 policiais autorizados operando no território (MELLO, 2000).

Passadas as consequências da violência de 2006, especialmente o reassentamento de desalojados, e a crise de 2008, o Timor-Leste era considerado um país seguro com baixas taxas de criminalidade e reduzido o número de armas ilegais e de tráfico de drogas (AMRE, 11 out. 2010). Em 2010, o governo timorense já era mais incisivo em relação ao respeito que deveria haver por parte dos assessores internacionais em relação às lideranças nacionais no tratamento das matérias concernentes ao país (AMRE, 28 jan. 2010).

O governo timorense presidiu o Grupo 7+, que reúne países que enfrentam desafios similares de reconstrução e de consolidação institucional. Com base nesse fórum, o discurso das autoridades timorenses criticou a ajuda prestada pela comunidade internacional, concentrada em programas “inaplicáveis e incompatíveis com as agendas e prioridades nacionais, inclusive no que concerne ao fortalecimento institucional”. Nesse sentido, propunha um trabalho conjunto entre os parceiros internacionais e os atores locais, sem imposição de modelos e levando em consideração a realidade histórica, cultural e social do país beneficiado. Além disso, que houvesse clareza em relação às funções das instituições a serem estabelecidas e/ou fortalecidas e o incentivo ao diálogo entre os atores políticos nacionais, de modo a consolidar a democracia (AMRE, 11 fev. 2011).

O governo do Timor Leste procurou se inserir internacionalmente, dentro de suas possibilidades. Além de fazer parte das principais organizações internacionais, em 2012 fazia parte da direção da Organização Mundial da Saúde e da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas, presidia o G7+, copresidia o Diálogo Internacional sobre Construção da Paz e Construção do Estado e fazia parte do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres das Nações Unidas (AMRE, 13 abr. 2012).

No âmbito do G7+, o governo timorense desempenhou um papel importante no desenvolvimento dos Objetivos de Construção da Paz e de Construção do Estado (OPEs) que foram endossados pelos 19 países membros desse grupo e por 20 Estados e organizações como EUA, Austrália, Reino Unido, Dinamarca, agências da ONU e o Banco Mundial. Os OPEs foram desenvolvidos pelos próprios países, diretamente relacionados com as condições dos Estados afetados por conflitos, e apresentaram alvos e indicadores para medir o progresso. Foram indicadas cinco áreas prioritárias para Estados afetados por conflitos: políticas de inclusão, segurança, justiça, bases econômicas e gestão de recursos e receitas (AMRE, 13 abr. 2012).

O Timor Leste atual tenta encontrar uma solução para um país pequeno localizado entre dois gigantes (Indonésia e Austrália) e, como Xanana Gusmão salientou, inserido no “xadrez estratégico regional” e “vulnerável a todas as fricções que afetam a região” (AMRE, 30 mar. 2012).

Apesar de ser um país pobre, o Timor Leste tem uma grande fonte de recursos que vem do Mar do Timor. Por conta das receitas petrolíferas o orçamento do Estado quadruplicou entre 2006 e 2011 (AMRE, 31 jan. 2011). A visão estratégica em torno desse recurso resultou no Projeto Força 2020, que incluiu nas forças armadas os componentes navais e aéreos para lidar com incursões em águas territoriais e, se necessário, proteger as plataformas de petróleo e gás e agir contra ações na costa marítima.

Caso as riquezas do país sejam exploradas corretamente e os recursos direcionados para formar bases que permitam o desenvolvimento, provavelmente o país não será mais objeto de atenção da sociedade internacional como um dos problemas a serem resolvidos em prol da estabilidade do sistema internacional. Assim, a determinação da luta pela liberdade terá valido a pena.

REFERÊNCIAS

- A REVOLUÇÃO dos Cravos Vermelhos. *Guerra na Paz*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 901 – 904, 1984.
- ACEH calls for ‘Timor-style’ vote. *BBC News*, London, 14 Nov. 2000.
- ACNUR. Escritório do Alto Comissário da ONU para Refugiados. *Relatório da Comissão Internacional de Inquérito sobre o Timor Leste para o Secretário Geral*. Genebra, 2 fev. 2000.
- ACORDO Brasil-Japão beneficiará Timor Leste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 mar. 2000.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org.). *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Uma cultura brasileira de missões de paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (org). *Diplomacia Brasileira para a paz*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 215-241.
- ALFORD, Peter. Resistance-era president of East Timor, Francisco Xavier do Amaral, dies in Dili, aged 74. *The Australian*, Sydney, 7 Mar. 2012. Disponível em: <http://www.theaustralian.com.au/news/world/resistance-era-president-of-east-timor-francisco-xavier-do-amaral-dies-in-dili-aged-74/story-e6frg6so-1226291130113>. Acesso em: 14 jan. 2015.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. O epílogo do império: Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 55, p. 7 – 26, nov. 1999.
- ANANTA, Aris; ARIFIN, Evi Nurvidya; SURYADINATA, Leo. *Indonesian Electoral Behaviour: A Statistical Perspective*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2004.
- ANDERSON, Benedict R. (ed.). *Violence and the State in Suharto’s Indonesia*. Ithaca: Cornell University, 2001a.
- ANDERSON, Benedict R. Imagining East Timor. *Lusotopie*. Paris: 2001b. p. 233-239. Disponível em: <http://www.cean.u-bordeaux.fr/lusotopie/anderson.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2002.
- ANDRADE, Paula. Brasil ajuda Timor Leste na saúde e na educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2000a.

ANDRADE, Paula. Brasil vai abrir escritório no Timor Leste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 mar. 2000b.

ANDRADE, Paula. Reconstrução de Timor custará US\$ 322 milhões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 abr. 2000c.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (org.). *Globalização, Justiça e Segurança Humana: capacitação para compreensão dos grandes desafios do século XXI*. Brasília: ESMPU, 2011.

ANSTEY, Nick. Report of Preliminary Malaria Assessment Mission to Dili, East Timor. *WHO*, Oct. 26-28, 1999. Disponível em: <http://etan.org/etanpdf/2006/CAVR/12-Annexe1-East-Timor-1999-GeoffreyRobinson.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2014.

ANTUNES, Rafael Henrique. *Pra não dizer que não se falou de flores: a repercussão da Revolução dos Cravos na grande imprensa do Brasil (1974-1976)*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2013.

ARAUJO, Braz de; LIBERATTI, Marco Antonio. Timor Leste. In: ARAUJO, Braz de (coord). *Conflitos localizados no mundo contemporâneo*. São Paulo: USP/NAIPPE, 1997. p. 123 – 140.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ UnB/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 007*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Ministério da Previdência Social. Brasília, 26 fev. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 008*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 19 mar. 1975.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 1021Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Lisboa, 17 nov. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 105*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 10 jun. 1976.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 129*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 20 out. 1975.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 159*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 10 abr. 1978.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 170*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 18 ago. 1976.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 193*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 15 set. 1976.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 2174B*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Washington, 28 jun. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 22*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 14 mai. 1975.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 236C*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 24 set. 1984.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 23Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 25 jan. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 247*. Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 01 dez. 1976.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 262*. Confidencial. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Jacarta. Brasília, 10 out. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 268B*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 30 jun. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 277Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 05 jul. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 331Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 29 ago. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 336Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 06 set. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 37Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 26 jan. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 380Z*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 18 out. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 385B*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 22 out. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 548*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Camberra para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Camberra, 28 jun. 1984.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 627*. Confidencial /Urgente. Da Embaixada do Brasil em Camberra para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Camberra, 02 ago. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 79*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 02 set. 1975.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 859*. Confidencial-Urgente. Da Embaixada do Brasil em Camberra para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Camberra, 20 out. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Ofício 93*. Da Embaixada do Brasil em Jacarta para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Jacarta, 17 set. 1975.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 006*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 04 jan. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 011*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 03 jan. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 011*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 02 jan. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 016*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 31 jan. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 017*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 08 jan. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 019*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 19 jun. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 0167*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 30 mar. 2012.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 022*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 05 jan. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 0201*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 13 abr. 2012.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 035*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 13 fev. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 053*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 28 fev. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 054*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 05 ago. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 056*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 08 ago. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 061*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 25 jan. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 063*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 30 jan. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 067*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 19 mar. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 077*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 02 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 081*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 07 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 084*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 09 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 114*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 21 mai. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 114093*. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Lisboa, 12 ago. 1976.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 115*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 22 mai. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 116*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 28 fev. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 122*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 09 mar. 2012.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 1266*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 22 mai. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 131*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 29 mai. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 138*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 04 jun. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 142*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 13 mar. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 146*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 20 jun. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 149*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 31 out. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 155*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 07 nov. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 157*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 11 jul. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 158*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 24 mar. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 167*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 14 nov. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 172*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 02 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 1779*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 26 jul. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 1800*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 27 jul. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 183*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 27 nov. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 188*. Confidencial. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Jacarta. Brasília, 30 jun. 1983.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 1812*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 31 jul. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 190*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 06 dez. 2002.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 191*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 08 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 193*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 09 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 197*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 10 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 1990*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 05 ago. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 1996*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 23 ago. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 201*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 11 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 204*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 29 jan. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 207*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 17 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 2090*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 18 ago. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 2104*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 10 set. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 219*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 23 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 220*. Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para BRASEMB DÍLI. Brasília, 09 out. 2003.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 221*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 24 abr. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 225*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 19 abr. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 2311*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 31 jan. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 242*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 05 mai. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 250*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 09 mai. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 2507*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 22 out. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 253*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 03 mai. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 258*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 12 mai. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 2651*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 01 nov. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 2917*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 26 nov. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 304*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 03 jun. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 305*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 28 jan. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 307*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 31 jan. 2011.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 370*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 08 jul. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 3990*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 20 out. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 4206*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 01 nov. 2010

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 449*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 11 fev. 2011.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 4809*. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 16 dez. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 518*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 21 set. 2011.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 541*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 28 set. 2011.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 566*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 19 set. 2008.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 616*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 11 out. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama 669*. Da Embaixada Brasileira em Dili para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dili, 03 nov. 2010.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama* 879. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 04 abr. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama* 892. Da DELBRASONU para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nova Iorque, 05 abr. 2001.

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (AMRE). *Telegrama* 91518. Confidencial. Da Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Lisboa, 25 jun. 1976.

ARQUIVO E MUSEU DA RESISTÊNCIA DO TIMOR LESTE (AMR). *Acontecimentos na Conferência sobre Timor-Leste em Kuala Lumpur* (APCET II). Fundo: DRT - Documentos Resistência Timorense – TAPOL, Pasta 06498.016. 19 nov. 1996.

ARQUIVO E MUSEU DA RESISTÊNCIA DO TIMOR LESTE (AMR). *Audio-visual*, Dili, out. 2014.

ARQUIVO E MUSEU DA RESISTÊNCIA DO TIMOR LESTE (AMR). Dili, 2014. Disponível em: http://amrtimor.org/crono/crono_pesquisa.php?q=udt. Acesso em: 14 fev. 2015.

ARQUIVO E MUSEU DA RESISTÊNCIA DO TIMOR LESTE (AMR). *Neon Metin* - Periódico da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste. Diversos Números. Fundo: DRT - Documentos Resistência Timorense - Carlos Lopes. Dili, 1991.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Governo n. 12/2008 de 30 de julho de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 26, p. 1445-2446, 30 jun. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Presidente da República n. 49/2006 de 20 de setembro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 15, p. 1476-1477, 26 set. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Presidente da República n. 51/2006 de 6 de outubro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 22, p. 1610, 20 dez. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Presidente da República n. 52/2006 de 11 de outubro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 22, p. 1611, 20 dez. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Presidente da República n. 54/2008 de 13 de maio de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 21, p. 2295-2297, 13 mai. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Presidente da República n. 61/2008 de 26 de novembro de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 45, p. 1-5, 27 nov. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do Parlamento Nacional nº 20 de 8 de novembro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 19 p. 1527-8, 8 nov. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto Lei n. 15/2006 - Estatuto Orgânico das FALINTIL-FDTL. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 19, p. 1530-1537, 08 nov. 2006a.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto Lei n. 17/2006 de 8 de novembro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 19, p. 1538, 08 nov. 2006b.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto Lei n. 31/2008. Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 35, p. 2572-2577, 13 ago. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto Presidencial n. 44/2008 de 13 de fevereiro de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 5, p. 2084-2085, 13 fev. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto Presidencial n. 45/2008 de 22 de fevereiro de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 8, p. 2095-2096, 22 fev. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto presidencial n. 47/2008 de 18 de março de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 12, p. 2173, 18 mar. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto Presidencial n. 53/2008 de 19 de maio de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 20, p. 2293, 19 mai. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Despacho n. 020/IV/2008. *Jornal da República*, Díli, Série 2, n. 17, p. 953, 18 jul. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Despacho Presidencial DP/01/2006 de 9 de dezembro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 22, p. 1618-1620, 20 dez. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Lei n. 16/2008 de 24 de dezembro de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 48, p. 2795 -2799, 24 dez. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Lei n. 2 de 2 de março de 2005. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 2, p. 738-740, 2 mar. 2005.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Regime das Promoções Militares. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 19, p. 1554-1562, 08 nov. 2006c.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução de Governo n. 10/2008 de 4 de junho de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 22, 4 jun. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução de Governo n. 15/2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, p. 2450, 2 jul. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do Governo n. 21/2008 de 27 de agosto de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 36, p. 2595, 27 ago. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do Governo n. 3/2006 de 31 de agosto de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 14, p. 1466, 31 ago. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do Governo n. 5/2008 de 5 de março de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 6, p. 2141, 5 mar. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do Governo n. 6/2006 de 11 de outubro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 17, p. 1510–1514, 11 out. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do Parlamento Nacional n. 22/2006 de 8 de novembro de 2006. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 19, p. 1529, 08 nov. 2006.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução do parlamento nacional n. 4/2008 de 14 de março de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 11, p. 2167-2168, 14 mar. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). *Lei n. 7/2002 – Fronteiras Marítimas do Território da República Democrática do Timor Leste*. Díli, 20 set. 2002. Disponível em: <http://docplayer.com.br/15546135-Republica-democratica-de-timor-leste-parlamento-nacional-lei-n-o-7-2002.html>. Acesso em: 12 set. 2014.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto-Lei n. 5/2004. *Jornal da República*, Díli, Série 1, p. 418-420, n. 5, 14 abr. 2004.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto-Lei n. 7/2004 de 5 de maio de 2004. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 7, p. 452-456, 5 mai. 2004.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto-Lei n. 8/2004 de 5 de maio de 2004. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 7, p. 457 -464, 5 mai. 2004.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Resolução n. 5/2005 de 28 de dezembro de 2005. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 25, p. 1115-1117, 28 dez. 2005.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Lei n. 1/2008 de 11 de fevereiro de 2008. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 18, p. 2081-2083, 11 fev. 2008.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE (ANTL). Decreto do Governo n. 3/2004 de 5 de maio de 2004. *Jornal da República*, Díli, Série 1, n. 7, p. 446-449, 5 de maio de 2004.

ARQUIVO TORRE DO TOMBO (ATT). *Relatório Confidencial sobre as Províncias do Oriente*. Arquivo AOS/CO/UL-10D. 14 ago. 1952.

ARQUIVO TORRE DO TOMBO (ATT). *Relatório do Governador da Colonia do Timor (1948-1949)*. Díli, 1949.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Asian Development Outlook 2004*. Hong Kong: Oxford University Press, 2004.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Country Assistance Plan 2001 – 2003*. East Timor: Manila, Dec. 2000a.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Press Note nº 053/00*. ADB Approves US\$ 30 million East Timor Project to Repair Roads, Expand Port and Restore Power. 24 abr. 2000b. Disponível em: <http://www.adb.org/Documents/News/2000/nr2000053.htm>. Acesso em: 20 dez. 2002.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *R 196-00 Technical Assistance to East Timor for Environmental Assessment Capacity Improvement*. Manila, 19 Sep. 2000c. Disponível em: <http://www.adb.org/Documents/CAPs/etm.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2002.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Seventh Progress Report on Timor-Leste*. Díli, Dec. 2003.

ATHYA, Jesudas M. (ed.). *Religion in Southeast Asia: an encyclopedia of faiths and cultures*. Oxford: ABC-CLIO, 2015.

AUBURN, F. M.; ONG, David; FORBES, Vivian Louis. *Dispute Resolution and the Timor Gap Treaty*. Australia: Indian Ocean Centre for Peace Studies/University of Western Australia, 1994.

AUSTRALIA. Parliament of Australia. *Final Report on the Inquiry of East Timor*. Chapter 2 - Economic and social development. Canberra, 7 Dec. 2000.

AUSTRALIA. Parliament of Australia. Petroleum (Timor Sea Treaty) Bill 2003. *Bills Digest No. 6 2003-04*. Canberra, 2003. Disponível em: http://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Bills_Legislation/bd/bd0304/04bd006. Acesso em: 2 mar. 2014.

AUSTRALIA. Parliament of Australia. *The United Nations and East Timor: a Chronology*. Canberra, [1999]. Disponível em: http://www.aph.gov.au/parliamentary_Business/Committees/House_of_Representatives_Committees?url=jfadt/army/et_appc.pdf. Acesso em: 12 fev. 2014.

BALL, Desmond. Silent witness: Australian intelligence and East Timor. *Pacific Review*, Abingdon, v. 14, n. 1, 2001.

- BALLARD, John R. *Triumph of self-determination: operation stabilize and United Nations peacemaking in East Timor*. USA: Praeger Security International, 2008.
- BIGGS, Brooke Shelby. *Who Are the Militias?* 1999. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>. Acesso em: 21 abr. 2001.
- BOOSTING Self-Reliance in East Timor. *World Bank News*, Washington, 2002. Disponível em: http://www.worldbank.org/contentMDK_20052188~pagePK_116743~piPK_36693~theSitePK_460.htm. Acesso em: 13 dez. 2002.
- BORMANN, Aliete; SILVEIRA, Marília. Primeira Missão de Especialistas Brasileiros em Educação em Timor-Leste: desafios e impasses. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 234-254.
- BRASIL CHEFIA missão no Timor Leste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2001. Disponível em: <http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2001/01/15/pol369.html>. Acesso em: 25 jan. 2003.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. CCOMSEX. Entrevista: cabo Júlio Cesar Schamne. *Noticiário do Exército*, Brasília, n. 10028, p. 2, 18 out. 2002.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. CCOMSEX. Nota à Imprensa. *Exército informa morte de sargento vítima de atentado em Bali*. Brasília, 23 nov. 2002.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. CCOMSEX. *Noticiário do Exército*, Brasília, ano XLVI, n. 10009, 17 jul. 2002.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. COTER. *Portaria n. 006*. Diretriz para o Preparo do Contingente Brasileiro Designado para Integrar a Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste. Brasília, 5 jul. 2004.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. EME. 5a Sub Chefia. *Relatórios sobre Timor Leste*. Diversos. Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria n. 835 de 29 ago. 2003. Designação para exercer função de Observador Militar na Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISSET). *Diário Oficial da União*, Seção 2, Brasília n. 170, 3 set. 2003.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria n. 963 de 14 out. 2003. Designa militares para comporem a Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISSET). *Boletim do Exército* n. 42/2003. Brasília, 14 out. 2003.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *ABC*. 2011. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acesso em: 26 mai. 2011.
- BRASILEIRA ajudará na apuração de crimes. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://www.jornaldocomercio.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2002.

- BRASILEIROS vão coordenar vacinação no Timor Leste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 ago. 2000. Disponível em: <http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2000/08/27/ger592.html>. Acesso em: 23 jan. 2003.
- BUTLER, Michael J. Ten Years After: (Re)Assessing Neo-Trusteeship and UN State-building in Timor-Leste. *International Studies Perspectives*, Oxford, n. 13, p. 85-104, 2012.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas, X, versículo 134*. Lisboa: FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional/IBL - Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1572. Disponível em: <http://web.rcn.net/camoes/camoes/index.html>. Acesso em: 16 abr. 2014.
- CAPLAN, Richard. A New Trusteeship? The International Administration of War-torn Territories. *Adelphi Paper*, n. 341, February. London: Institute of International and Strategic Studies, 2002.
- CAREY, Peter; COX, Steve. *Timor Leste - Gerações de Resistência*. Alfragide: Editorial Caminho, 1995.
- CARRASCALÃO, Maria Ângela. *Timor: os anos da resistência*. Queluz: Mensagem, 2002.
- CARTHY, John Mc. *Falintil Reinsertion Assistant Program (FRAP)*. Final Evaluation Report. Dili: IOM, Jun. 2002.
- CARVALHO, Alexandre Reis de. *O Ministério Público Militar em Timor-Leste*. Curitiba: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.
- CASTRO, Afonso de; CABRAL, Filomeno da Câmara de Melo. *História de Timor-Leste: Governadores do Timor Português, Crise Timorense de 2006*. Memphis: General Books, 2011.
- CHADE, Jamil. Timor Leste vira país. Pobre, mas independente. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 mai. 2002. Disponível em: <http://www.estado.com.br/editorias/2002/05/19/int010.html>. Acesso em: 23 jan. 2003.
- CHALK, Peter. *Australian Foreign and Defense Policy in the wake of the 1999/2000 East Timor Intervention*. Rand: National Security Research Division, 2001.
- CHOMSKY, Noam. *Uma nova geração define o limite*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CHRISTELLO, J. Chrys. *Trilogia da História de Timor*. As guerras tribais. A história repete-se (1894-2006). 2. ed. Lisboa: [s.n.], 2013. v. 3. CD-livro.
- COLARES, Luciano da Silva. *As missões de paz da ONU e a questão de Timor Leste: ponto de inflexão?* 2006. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 2006.

- CONSELHO OFTALMOLÓGICO BRASILEIRO. *Jornal Oftalmológico Jota Zero*, São Paulo, a. 16, n. 87, 2002. Disponível em: <http://www.cbo.com.br/jotazero/ed87/timorleste.htm>. Acesso em: 23 fev. 2010.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. Sérgio Vieira de Mello no Timor Leste: a construção de um Estado independente. In: MARCOVITCH, Jacques (org.). *Sérgio Vieira de Mello: pensamento e memória*. São Paulo: Saraiva, 2004. Cap. 6.
- COSTA, Geraldo. *A ilha do crocodilo: contos e lendas do Timor-Leste*. São Paulo: FTD, 2012.
- COSTA, Marcelo Dolzany da. O sistema judiciário em Timor Leste (1999-2002). *Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região*, Brasília, v. 14, n. 11, p. 39-49, nov. 2002. Disponível em: www.mt.trf1.gov.br/judice/jud10/sistema.htm. Acesso em: 22 ago. 2005.
- CPLP e Instituto Camões vão difundir o português em Timor Leste. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 dez. 2002. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002/dez/22/7.htm>. Acesso em: 23 jan. 2003.
- CRISTALIS, Irena. *East Timor: A nation's bitter dawn was Bitter Dawn: East Timor: a people's story*. 2nd ed. London: Zed Books, 2009.
- CROUCH, Harold. Indonesia: The rise or fall of Suharto's generals. *Third World Quarterly*, Abingdon, v. 10, n. 1, p. 160-175, 1988.
- CUMMINS, Deborah. *Local Governance in Timor-Leste: The Everyday Politics of Mutual Recognition*. 2010. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Social Sciences and International Studies. Australia: University of New South Wales, 2010.
- CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão do Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG, 2001.
- CUNHA, Teresa. *Vozes das mulheres de Timor*. Lisboa: Afrontamento, 2006.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DANTIKI, Sumon. Organizing for peace: collective action problems and humanitarian intervention. *Journal of Military and Strategic Studies*, Calgary, v. 7, n. 3, p. 1-21, spring 2005.
- DAVES, Joseph H. *The Indonesian Army. Operation Seroja*. 2014. Disponível em: <http://www.theindonesianarmy.com/?p=124>. Acesso em: 2 mar. 2015.
- DIPLOMATA do Brasil acha um país devastado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2000.
- DOIS BRASILEIROS continuam desaparecidos em Bali. *Estadão on Line*, São Paulo, 14 out. 2002. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,dois-brasileiros-continuam-desaparecidos-em-bali,20021014p49885>. Acesso em: 02 dez. 2002.

- DUNN, James. *Timor: a people betrayed*. Sydney: ABC Books, 1996.
- DURROSSELE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Trad. Ane Lize S. S. Magalhães. Brasília: UnB; São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- EAST TIMOR. An international responsibility. *Comments Series*. London: CIRR, 1992.
- EAST TIMOR: UNTAET; justice and refugees one year after the ballot. *Amnesty International*. 29 Aug. 2000. Disponível em: <http://www.amnesty.org/ai.nsf/Index/ASA570042000>. Acesso em: 25 abr. 2002.
- EFFECTIVOS e composição das Forças Armadas Indonésias em Timor Leste. *Observatório Timor Leste*. FA 03-1999/02/10. 1999. Disponível em: <http://homepage.esoterica.pt/~cdpm/framep.htm>. Acesso em: 23 mar. 2001.
- EMBRAPA. *Informativo Via Satélite*. 2003. Disponível em: <http://www.enpm.embrapa.br/vs/vs2001.html>. Acesso em: 03 abr. 2003.
- ENDING 20 years of occupation: East Timor and U. S. Foreign Policy. *East Timor and Indonesia Action Network*. New York: Columbia University, 9 Dec. 1995. Disponível em: <http://www.etan.org/timor/uspolicy.htm>. Acesso em: 22 dez. 2002.
- EUROPEAN UNION. *East Timor Presidential Elections 14 April 2002*. EU Election Observation Mission. Final Report. Brussels: European Commission, 2002.
- FAMÍLIA de Ministro é queimada em Timor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A26, 27 mai. 2006.
- FARIA, Vicente Soares. *O Desempenho da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste*. Indonésia: Lambah Manah, 2011.
- FELGUERAS, João; MARTINS, José Alves. *Nossas memórias de vida em Timor*. Braga: Editorial A. O., 2006.
- FERRO, Mónica. Timor-Leste: como se reforma um sector de segurança. *Jornal do Exército*, Lisboa, n. 590, p. 32-39, dez. 2009.
- FIGUEIREDO, Telma Angela. A participação da ONU para reestruturação da justiça em Timor Leste. *Direito Militar*, Florianópolis, n. 72, p. 9-12, jul./ago. 2008.
- FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Timor-Leste: o nascimento de um Estado. *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*, Universidade Federal do Ceará, n. 1, p. 543-557, jan./jun. 2003.
- FLECK, Isabel. Brasil ajuda a montar o Judiciário timorense. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 mar. 2009.
- FONSECA, Lirio. Riots grip East Timor's capital. *The Guardian*, London, 5 Dec. 2002. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2002/dec/05/indonesia.easttimor>. Acesso em: 22 dez. 2002.

- FORGANES, Rosely. *Queimado, queimado, mas agora nosso: Timor das cinzas à liberdade*. São Paulo: Labortexto, 2002.
- FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. Consolidação da paz numa perspectiva crítica: O caso de Timor-Leste. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 104, p. 5-20, 2014. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5653>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- FRETILIN ABANDONS Atabahe. *The Indonesia Times*, Jakarta, 8 nov. 1975.
- FROST, Frank; COBB, Adam. *The Future of East Timor: Major Current Issues*. Research Paper 21 1998-99. Canberra: Parliament of Australia, 24 May 1999. Disponível em: http://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp/rp9899/99rp21. Acesso em: 02 abr. 2014.
- FUNAKI, Yoshino. *The UN and Security Sector Reform in Timor-Leste: a widening credibility gap*. Center on International Cooperation, May 2009.
- GABRIEL, Alexandre (org.). *Poem(a)s Pra Timor*. Brasil: Ebooksbrasil, 2006. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/poemstotimor.html>. Acesso em: 12 mai. 2014.
- GALLEN, James. Security Sector Reform, Models of Policing and Methods of Comparison. *Irish Journal of Legal Studies*, Warsaw, v. 3, n. 2, p. 33-64, 2013.
- GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY. *Eleanor Roosevelt Papers Project*. Washington, 2003. Disponível em: <https://erpapers.columbian.gwu.edu/>. Acesso em: 1 set. 2016.
- GIOBBI, César. Exportando o bem. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2001.
- GOMES, José Julio Pereira. *O Referendo de 30 de agosto de 1999 em Timor Leste: o preço da liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2001.
- GORDON, Susannah. *Foreign Policy Decisions: New Zealand Involvement in East Timor 2000–2002*. 2008. Thesis (Master of Arts in Political Science) - University of Canterbury, New Zealand, 2008.
- GUNDERSON, Shane. *Momentum and the East Timor Independence Movement: the origins of America's*. New York: Lexington Books, 2015.
- GUNN, Geoffrey C. Ocupação Indonésia de Timor-Leste: lições e legados para a construção do Estado na nova nação. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 40-62.
- GUSMÃO, Xanana. *Povo sem Voz: Timor do Norte a Sul*. 10 Ago. 2007. Disponível em: <http://timordonorteesul.blogspot.com.br/2007/08/povo-sem-voz-de-xanana-gusmo.html>. Acesso em: 21 jan. 2008.
- GUSMÃO, Xanana; GUTERRES, Francisco; ALKATIRI, Mari. *Carta dirigida ao Primeiro Ministro de Portugal*. Díli, 24 mai. 2006.

HAMUTUK, Guteriano Nicolau S. Neves La'ó. O Paradoxo da Cooperação em Timor-Leste. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org.). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 97-121.

HASEGAWA, Sukehiro. *Beyond Cold Peace: Strategies for Economic Reconstruction and Post Conflict Management*. International Donor Coordination, Civil Society and Natural Resource Management. Berlin: Foreign Office of the Federal Republic of Germany, 27-28 Oct. 2004.

HASEGAWA, Sukehiro. *Justice and/or Reconciliation: the key to successful transition from post-conflict peacekeeping to peace and nation-building*. The Institute of Policy Studies, Victoria University of Wellington, 19 Jul. 2004.

HASEGAWA, Sukehiro. *The Current UNMISSET mission and future UN Support in Timor-Leste*. Lao Hamutuk: Timor-Leste Institute for Reconstruction Monitoring and Analysis, Dili, 6 Aug. 2004.

HEAD, Jonathan. Militias kill with Indonesian guns. *BBC News*, London, 05 Feb. 1999. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/events/indonesia/latest_news/273158.stm. Acesso em: 15 fev. 2005.

HEENAN, Patrick; LAMONTAGNE, Monique. *The Southeast Asia Handbook*. London: Fitzroy Dearborn Publishers, 2001.

HILL, Helen. *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. New South Wales: Oxford Press, 2000.

HOADLEY, Stephen J. *The Future of Portuguese Timor: Dilemmas and Opportunities*. Singapore: ISEAS, 1975.

HOHE, Tanja; NIXON, Rod. *Reconciling Justice: Traditional Law and State Judiciary in East Timor: final report*. United State Institute of Peace, Jan. 2003.

HOLZHACKER, Denilde. A Questão do Timor Leste. *Carta Internacional*, São Paulo, a.7, n. 80, p. 15, out. 1999.

HOOD, Ludovic. Missed Opportunities: The United Nations, Police Service and Defence Force Development in Timor-Leste, 1999-2004. *Civil Wars*, 8(2), 2006, p. 143-162.

HORTA, José Ramos. *Timor Leste: Amanhã em Dili*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ILHA quer ser ponte para lusófonos na Ásia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2000.

- INBARAJ, Sonny. Derechos Humanos: Mujeres esterilizadas en Timor Oriental. *IPS*. Darwin, 9 Dec. 1997. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/1997/12/derechos-humanos-mujeres-esterilizadas-en-timor-oriental/>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- INDEPENDENT Study on Security Force Options and Security Sector Reform for East Timor Centre for Defence Studies. London: King's College, August 2000.
- INDONESIA. *Ambassy of the Republic of Indonesia*. Bucharest, 2016. Disponível em: <http://www.indonezia.ro/republic.htm#pancasila>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- INDONESIA. *East Timor after integration*. Jakarta: Department of Information, 1984.
- INDONESIA. *History Channel*. 2001. Disponível em: <http://www.history.com/encyclopedia.do?articleId=212655>. Acesso em: 15 fev. 2001.
- INDONESIA. *Indonesia 1980 an Official Handbook*. Jakarta: Department of Information, 1980.
- INDONESIA. *KPP-HAM Executive Summary Report on the investigation of human rights violations in East Timor*. Jakarta, 31 Jan. 2000. Disponível em: <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/sites/default/files/documents/KPP-HAM.pdf>. Acesso em: 31 out. 2013.
- INDONESIA. NTT Province. *Statistik Daerah Provinsi Nusa Tenggara Timur 2014*. Kupang, 2014. Disponível em: <http://ntt.bps.go.id/linkTabelStatis/view/id/101>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- INDONESIA. The Ad Hoc Human Rights Tribunal at the Human Rights Court of Justice of Central Jakarta. *Case number 01/PID.HAM/AD.Hoc/2002/ph.JKT.PST*. Jakarta, 4 Aug. 2002.
- INDONESIA/TIMOR LESTE. *Final Report of the Commission of truth and Friendship (CTF) Indonesia - Timor-Leste*. Denpasar, 31 Mar. 2008.
- INDONESIAN court jails military officer for East Timor crimes. *ABC Austrália*, 28 Dec. 2002. Disponível em: <http://www.abcaustralia.com.au>. Acesso em: 03 jan. 2003.
- INICIATIVE FOR PEACEBUILDING (IFP). IFP Security Cluster. *Country Case Study: Timor Leste. Security Sector Reform in Timor Leste*, Jun. 2009.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Summaries of Judgments, Advisory Opinions and Orders of the International Court of Justice*, 1995a. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/84/6951.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Summary of the Summary of the Judgment of 30 June 1995*. The Hague, 30 Jun. 1995b. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/index.php?sum=430&p1=3&p2=3&case=84&p3=5>. Acesso em: 22 nov. 2013.

- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Resolving Timor-Leste's Crisis. *Asia Report*, London, n. 120, 10 Oct. 2006. Disponível em: http://old.crisisgroup.org/_/media/Files/asia/south-east-asia/timor-leste/120_resolving_timor_lestes_crisis.pdf. Acesso em: 02 fev. 2014.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Timor Leste: Security Sector Reform. *Asia Report*, London, n. 143, 17 Jan. 2008.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Timor-Leste: Oecusse and the Indonesian Border. *Asia Briefing*, Díli/Brusells, n. 104, 20 May 2010.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Press Release 02/34*. Washington, 23 Jul. 2004.
- INTERNATIONAL ORGANISATION FOR MIGRATION (IOM). *Press briefing Notes*. Kosovo, Timor, Afghanistan. 09 Jun. 2000.
- JAKARTA TO relocate militia in West Timor away from border. *France Press*, Jakarta, 7 Jun. 2000.
- JAPAN. Kanagawa Pref. Police. *Koban and Residential Police Box as a Symbol of Safe and Secure Environment of Your Community*. 2015. Disponível em: https://www.police.pref.kanagawa.jp/eng/e_mes/engg0001.htm. Acesso em: 12 fev. 2015.
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. *Press Conference by the Press Secretary*. Tokio, 29 Jun. 1999. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/announce/press/1999/6/629.html>. Acesso em: 12 fev. 2005.
- JARDINE, Matthew. *East Timor: genocide in paradise*. 2nd. ed. Cambridge: Odonian Press, 1999.
- JETSCHKE, Anja. *Human Rights and State Security: Indonesia and the Philippines*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2011.
- KRIEGER, Heike (ed.). *East Timor and the International Community: Basic Documents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. (Cambridge International Documents Series, v. 10).
- LAMARCA, Cláudia. *A Política Externa Australiana para o Timor Leste (1975-1999)*. 2003. Dissertação (Mestrado) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.
- LAWLESS, Robert. The Indonesian Takeover of East Timor. *Asian Survey*, Berkeley, v. 16, n. 10, p. 948-964, Oct. 1976.
- LEITÃO, Humberto. *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Instituto Alta Cultura, 1948.
- LEITÃO, Humberto. *Vinte e oito anos da história de Timor (1698 a 1725)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

LESS SUPPORT for E. Timor resolution in C'tee 4. *The Indonesian Observer*, Jakarta, 19 Nov. 1976.

LÍDER rebelde se desarma e aponta solução no Timor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A 16, 17 jun. 2006.

LIMA NETO, Manoel Lopes de. O oficial de ligação militar na Missão das Nações Unidas no Timor Leste: uma experiência. *PADECEME*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 21-29, 2000.

LIMA, Laura Morais Sales de. *Nacionalismo Timorense*. 2003. Monografia (Pós-Graduação em História das Relações Internacionais) – UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

LOBATO, Manuel. 'O caminho do Rei de Portugal não é este': as fronteiras de Timor-Leste, dos processos identitários à demarcação territorial. *Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*. AHU, 24-25 de maio de 2011. Disponível em: http://www.historyanthropologytimor.org/wp-content/uploads/2012/01/13-LOBATO_M.pdf. Acesso em: 23 abr. 2014.

MAGALHÃES, A. Barbedo de. *A questão do Timor Leste e as Jornadas da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 19 mai. 1995.

MAGALHÃES, A. Barbedo de. *Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*. Lisboa: Fundação Mario Soares/Gradiva, 1999.

MAGALHÃES, A. Barbedo de. *Timor Leste Ocupação Indonésia e Genocídio*. Porto: Universidade do Porto, 1992.

MAGALHÃES, A. Barbedo de. Timor Leste: terra da esperança. In: JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2., Porto: Universidade do Porto, 1990.

MARCOVITCH, Jacques (org.). *Sérgio Vieira de Mello: pensamento e memória*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARQUES, Rui. *Timor-Leste: o agendamento mediático*. Porto: Porto Editora, 2005.

MARTIN, Ian. International Intervention in East Timor. In: WELSH, J. *Humanitarian Intervention and International Relation*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 142-162.

MARTIN, Ian. *Self-determination in East Timor: the United Nations, the ballot, and international intervention*. London: Lynne Rienner, 2001.

MATOS, Artur Teodoro de. *Timor Português 1515 – 1769 Contribuição para sua História*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1974.

MATOS, Artur Teodoro de. Tradição e Inovação na Administração das Ilhas Solor e Timor: 1650 – 1750. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS – O HUMANISMO LATINO E AS CULTURAS DO EXTREMO ORIENTE. Janeiro 2005. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C003-018.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2008.

- MATSUNO, Akihisa. Construção da democracia, diálogo político e capital social na transição de Timor-Leste para a independência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 104, p. 83-100, 2014. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5709>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- MATTOSO, José. *A Dignidade: Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Circulo de Autores e Leitores, 2005.
- MEDO faz 100 mil fugirem em Timor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A12, 1 jun. 2006.
- MELLO, Sergio Vieira. *How not to run a country*. Lessons for the UN from Kosovo and East Timor. UNTAET COMCEN. Dili, 29 mar. 2000. Mimeo.
- MENDES, Nuno Canas. Para uma genealogia do debate em torno da viabilidade do Estado em Timor-Leste. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 104, p. 67-82, 2014. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5694>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- MILANELLO, Luiz Roberto. A independência do Timor Leste e a participação brasileira na força de paz da ONU. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org.). *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005. p. 143-158.
- MILÍCIAS e grupos paramilitares armados pela indonésia. *Observatório Timor Leste*. Documento FA 04 – 1999/02/17. Universidade do Minho, 1999. Disponível em: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/1999/mlcas/mil%C3%ADcias.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- MOREIRA, Heleno. A Contribuição da ESG no Timor-Leste. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; PALADINI, Rafaela Tamer (org.). *Anais do VI ENABED – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: pensamento brasileiro em defesa*. São Paulo: UNESP, 2012. p. 1571-1585.
- MOURATO, Ramiro José Marcelino. Comunicação Social, a Opinião Pública e as Forças Armadas. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 117, n. 4/6, p. 19-22, abr./jun. 1997.
- NATALI, Joao Batista. Alkatiri tinha estilo de mando “bolchevista”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A14, 27 jun. 2006.
- NEVINS, Joseph. The Making of “Ground Zero” in East Timor in 1999: An Analysis of International Complicity in Indonesia’s Crimes. *Asian Survey*, Berkeley, v. 42, n. 4, p. 623-641, Jul./Ago. 2002.
- NEW ZELAND A’Lia Support Rome Talks, Fretilin Rejects UDT, Apodeti advances. *Indonesian Observer*, Jakarta, 8 Nov. 1975.
- NGO CONDEMN State Violence in East Timor. *Media Release*. INFID -International NGO Forum on Indonesia. Bali, 15 Sep. 1999.

- NINER, Sarah (ed.). *To Resist is to Win!: the autobiography of Xanana Gusmão*. Australia: Aurora Books, 2000.
- NOGUEIRA, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1962.
- NUNES, Antonio Carlos Ozório. Observações sobre a Sociedade e o Direito Costumeiro em Timor Leste. *Revista APMP*, São Paulo, a. 11, n. 44, p. 13-20, ago./set. 2007.
- O GOVERNO aumenta o salário dos soldados da F-FDTL para \$127. *Suara Timor Loro-sae*, Dili, 14 dez. 2007.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. Banho de Sangue no Timor Leste. *Panorama da Conjuntura Internacional*, São Paulo, USP/GACINT, n. 3, p. 11-15, out./nov. 1999.
- ORENSTEIN, Karen. *The Refugee Crisis and Accountability*. Observations and Analysis of a Fact-Finding Mission to the East Timorese Refugee Camps in West Timor. New York: Columbia University/East Timor Action Network, 2000. Disponível em: <http://www.etan.org/news/2000a/deleg3.htm>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Plan of Action for Humanitarian Health Assistance and Public Health Action in Response to the Crisis in Timor*. Set. 1999 – Fev. 2000.
- OSPINA, Sofi; HOHE, Tanja. Traditional Power Structures and Local Governance in East Timor. A Case Study of the Community Empowerment Project (CEP). *Etudes Courtes*, Geneva, Graduate Institute of Development Studies, n. 5, Dec. 2002.
- PADECEME. *Entrevista*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, n. 1, 2002. p. 5-14.
- PARIS, Roland. Peacebuilding and limits of Liberal Internationalism. *International Security*, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 54-89, fall 1997.
- PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A Ditadura Salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEDRO, Albano Mendes (org.). *Anuário Católico do Ultramar Português - 1964*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Missionários, 1965.
- PEPE, Leandro Leone. *As Operações de Paz da ONU no Pós-Guerra Fria: a atuação brasileira no Timor Leste*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas UNESP - UNICAMP - PUC-SP, São Paulo, 2006.
- PERRY, Michael. Indonesia increased E.Timor troops-documents. *Reuters* – Sydney, 30 Oct. 1998. Disponível em: <http://www.etan.org/et/1998/october/oct22-31/30ontro.htm>. Acesso em: 11 fev. 2013.
- PINTO, Julio Tomas. Os salários da F-FDTL aumentam em 50% em 2008. *Jornal Nacional Diário*, Dili, 29 nov. 2007.

- PINTO, Simone Rodrigues. Justiça Transacional: perspectivas para a reconciliação social. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 181-192.
- PORTUGAL. *Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal*, Mário Ruivo, ao SGNU Kurt Waldheim. Lisboa, 23 ago. 1975.
- PORTUGAL. *Estatuto Político-Administrativo da Província de Timor*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.
- PORTUGAL. *Missões Católicas Portuguesas*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964.
- PORTUGAL. *Ocupação científica do Ultramar Português*. Lisboa: Ministério das Colónias - Agência Geral das Colónias, 1945.
- PORTUGAL. *Províncias Ultramarinas Portuguesas: Dados Informativos 2*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962.
- PORTUGAL. *Timor: pequena monografia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965.
- PRESIDENTE DE TIMOR ameaça renunciar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A11, 23 jun. 2006.
- Q & A: What next for East Timor? *BBC News*, London, 31 Ago. 1999. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/hi/English/world/asia-pacific/newsid_435436.stm. Acesso em: 21 abr. 2001.
- QUINTANEIRO, Luís. O Banco Central Timorense: criação da autoridade bancária e o papel das instituições internacionais de cooperação. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 122-142.
- RAMOS HORTA assume o posto de primeiro-ministro interino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A15, 1 jul. 2006.
- REBELS claim Indonesia sent fresh troops into E. Timor. *AFP*, Sidney, 11 Sep. 1998. Disponível em: <http://etan.org/et/1998/september/sept8-14/11rebels.htm>. Acesso em: 11 fev. 2013.
- RHAM-AZIMI, Nassrine De; CHANG, Li Lin (Eds). *The United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET): Debriefing and Lessons*. Leiden, Brill – Nijhoff, 2003.
- RIBEIRO, S. *Ensaio sobre o delineamento de fronteiras desenvolvido em torno do caso de estudo da fronteira terrestre entre a República da Indonésia e a República Democrática de Timor-Leste*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2008.

- ROBINSON, Geoffrey. *East Timor 1999 - Crimes against Humanity*. A Report Commissioned by the United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). Los Angeles: University of California, Jul. 2003.
- ROHLAND, Klaus; CLIFFE, Sarah. *The East Timor Reconstruction Program: Successes, Problems and Tradeoffs*. Paper n. 2. Washington: World Bank/Conflict Prevention and Reconstruction Unit, Nov. 2002.
- ROUGHNEEN, Simon. Timor-Leste: Security Sector Relapse? *World Politics Review*. 31 Jul. 2009.
- RYAN, Alan. Primary Responsibilities and Primary Risks - Australian Defence Force Participation in the International Force East Timor. *Study Paper*, Australia, Land Warfare Studies Centre, n. 304, p. 1-160, Nov. 2000.
- SANT'ANNA, Sílvio L. *Timor Leste, este país quer ser livre*. São Paulo: Martin Claret, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Timor: é só o começo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 3A, 17 jul. 2006.
- SANTOS, Lucélia. *Timor Leste: o massacre que o mundo não viu*. Documentário. Europa Filmes. 75 min. 2005.
- SANTOS, Maurício Aurélio dos. A Implantação da Pós-Graduação na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) Timor-Leste. *RBPG*, Brasília, v. 7, n. 12, p. 162 – 176, jul. 2010.
- SANTOS, Maurício Aurélio dos. Motivações Indonésias para Invasão do Timor-Leste (1974-1975). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., Maringá. *Anais[...]*. Maringá: UEM, 2009. p. 389-402.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI, 2001.
- SCHOUTEN, Maria Johanna. A Prática de um Ideal: civilização e a presença colonial portuguesa em Timor. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 27-39.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português: economia, espaços e tomada de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SEIXAS, Paulo Castro. Dualismo, Violência Mimética e Cultura da Tradução: a crise em Timor-Leste. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 63-94.

SHABECOFF, Philip. Irianese Begin 'Act of Free Choice' on Whether to Remain Part of Indonesia. *The New York Times*, New York, 7 Jul. 1969. Disponível em: <http://wpik.org/Src/NYT/19690707.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SHERLOCK, Stephen. *Indonesia's Dangerous Transition: The Politics of Recovery and Democratisation*. Canberra: Parliament of Australia, 28 Apr. 1999.

SHINCARIOL, Maria de Fátima; VANCONCELOS, Adriana Carvalho. Suporte psicossocial a familiares de militares do 2º BPE durante Missão de Paz no Timor Leste. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org.). *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005. p. 159-168.

SIGNING of the Timor Gap Treaty. *ABC Australia*. PM Broadcast, 5 Jul. 2001.

SILVA, Fabiano Augusto Cunha da. *A seleção e o adestramento de militares para missões de segurança de autoridades nas operações de paz*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter. Crise de identidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jun. 2006. Caderno Mais, p. 3.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Madam it's not so easy: modelos de gênero e justiça na reconstrução timorense. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 210-233.

SIMÕES, José Rosário. *Custos de guerra*. Guerra Colonial (1961-1974). Lisboa: Associação, 25 abr. 2016. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=148>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SIMPLICIO, Jaques Flório. *Emprego da Polícia do Exército: a preparação e o adestramento de uma Companhia de Polícia do Exército para a Missão de Manutenção de Paz*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2003.

SISSONS, Miranda. From one day to another: Violations of women's reproductive and sexual rights in East Timor. *International Relations Program*, Universidade de Yale, 23 Jun. 1997.

SITARAMAN, Ganesh. *The Counterinsurgent's Constitution: Law in the Age of Small Wars*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SOARES, Dionísio da Costa Babo. O Desenvolvimento do Setor da Justiça em Timor-Leste. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org). *Timor Leste por Trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 191-209.

SOB CAOS, Nobel da Paz assume Defesa em Timor Leste. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A28, 3 jun. 2006.

- SOUSA, Domingos de Jesus de. *Colibere, um herói timorense*. Lisboa: Edições Técnicas, 2007.
- SOUSA, Domingos de Jesus de. *Olabai 75*. Baucau: Gráfica Diocesana, 2003.
- SPÍNOLA, Antonio de. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- SPRAGUE, Ted. Death of a monster. *Defence of Marxism*. 06 Feb. 2008. Disponível em: <http://www.marxist.com/soeharto-death-of-a-monster.htm>. Acesso em: 12 fev. 2010.
- STRACHAN, Anna Louise. Peacekeeping and Peacebuilding in Post-Conflict Environments: A Critical Analysis of the UN Approach in Timor-Leste, Liberia and Nepal. *IPCS Research Papers*. Nova Delhi: Institute of Peace and Conflict Studies (IPCS), Dec. 2009.
- SUHRKE, Astri. Peace-keepers as Nation-builders: dilemmas of the UN in East Timor. *International Peacekeeping*, London, v. 8, n. 4, p. 1-20, 2001.
- TAYLOR, John G. *East Timor: the price of freedom*. New York: Zed Books, 1999.
- TAYLOR, John G. *Indonesia's Forgotten War: The Hidden History of East Timor*. London: Zed Books, 1991.
- TELES, Patrícia Galvão. Autodeterminação em Timor Leste: dos Acordos de Nova Iorque à Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999. *Documentação e Direito Comparado*, Lisboa, n. 78/80, 1999. Disponível em: <http://www.gddc.pt/atividade-editorial/pdfs-publicacoes/7980-d.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- THE ASIA FOUNDATION. *Timor-Leste: Law & Justice Survey 2013*. Dili, Nov. 2013.
- THE CENTRE FOR INTERNATIONAL GOVERNANCE INNOVATION (CIGI). Security Sector Reform Monitor – Timor-Leste. Security Sector Reform Monitor No. 1, December 2009. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/121185/SSRM%20Timor%20Leste%20No%201.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.
- THE FAR East and Australasia 2003. *Regional Surveys of the World*. 34th ed. London: Europa Publications, 2003.
- THE HIERARCHY of the Catholic Church. Diocese of Díli. 2016. Disponível em: <http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/ddili.html>. Acesso em: 21 ago. 2016.
- THE LA'O HAMUTUK. *Bulletin*, Dili, v. 4, n. 1, Mar. 2003. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/Bulletin/2003/Mar/bulletinv4n1b.html#hiroshima>. Acesso em: 02 nov. 2013.
- THOMAZ, Luis Filipe F. R. *Babel LoroSá'e: o problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- THOMAZ, Luis Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

THOMAZ, Luis Filipe F. R. *Timor: autópsia de uma tragédia*. Lisboa: Edição do Autor, 1977.

THOUSANDS Flee Timor militias. *BBC News*, London, 02 Sep. 1999. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/hi/English/world/asia-pacific/newsid_437257.stm. Acesso em: 2 jan. 2000.

TIMOR ADOTA medidas de emergência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A12, 31 mai. 2006.

TIMOR LESTE TERÁ mais ajuda do Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2000. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2000/09/08/int925.html>. Acesso em: 21 nov. 2002.

TIMOR LESTE. *Chega!: The Report of the Timor-Leste Commission for Reception, Truth and Reconciliation (CAVR)*. Jakarta: KPG/STP-CA VR, 2013.

TIMOR LESTE. *Constituição da República Democrática do Timor Leste*. Dili, 20 mai. 2002a.

TIMOR LESTE. *Decreto Lei n. 08/2004*. Lei Orgânica da Polícia Nacional do Timor-Leste. Dili, 5 mai. 2004.

TIMOR LESTE. *Lei No. 2/2003*. Altera o Regulamento da UNTAET n. 6 de 2002 sobre a Criação do Serviço Público de Radiodifusão de Timor Leste. Dili, 10 mar. 2003.

TIMOR LESTE. *Lei n. 04/2002*. Lei Orgânica do Parlamento Nacional. Dili, 7 ago. 2002.

TIMOR LESTE. Ministry of Health. *National Mental Health Strategy for a Mentally Health*. Dili, 2005.

TIMOR LESTE. NDMD - National Disaster Management Directorate. *National disaster risk-management policy*. Timor Leste: Ministry of Social Solidarity, 2008.

TIMOR LESTE. *Os últimos passos da Libertação Nacional*. Dili: Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, 2009.

TIMOR LESTE. *Plano de Desenvolvimento Nacional*. Dili, mai. 2002.

TIMOR LESTE. Presidência do Conselho de Ministros. IV Governo Constitucional. *Relatório de Actividades Desenvolvidas de 1 de Janeiro a 15 de Julho de 2008*. Dili, jul. 2008.

TIMOR LESTE. *Protocolo de Acordo entre o Governo da República de Portuguesa e o Governo da República Democrática Timor Leste sobre o envio e a permanência de um continente da GNR em Timor Leste*. Dili, 25 mai. 2006.

TIMOR LESTE. *Resultados dos Censos 2010: crescimento populacional de Timor-Leste é mais lento do que esperado*. Dili, 22 out. 2010. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=4144&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2015.

TIMOR ORIENTAL. Resistência à Indonésia na ex-colônia portuguesa. *Guerra na Paz*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 990-993, 1984.

TIMOR PODE ter parlamento dissolvido. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A15, 12 jun. 2006.

TIMOR PRECISA da ONU por mais dez anos, diz chanceler. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A19, 10 jun. 2006.

TIMOR REFUGEES opt to remain in West Timor. *ABC Australia AM Broadcast*, Sidney, 9 Jun. 2001. Disponível em: <http://www.abcaustralia.com.au>. Acesso em: 03 jan. 2003.

TRIGGS, Gillian. Legal and Commercial Risks of Investment in the Timor Gap. *Melbourne Journal of International Law*, v. 5, 2000. Disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/journals/MelbJIL/2000/5.html>. Acesso em: 20 jan. 2013.

UN AGENCY and migration organization join forces to return refugees to Timor-Leste. *UN News*. New York, 1 Nov. 2002.

UN STAFF killed in Timor violence. *BBC News*, London, 04 Sep. 1999. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/hi/English/world/asia-pacific/newsid_436812.stm. Acesso em: 23 mar. 2002.

UNDP Strengthening the Justice System in Timor-Leste Programme. Independent / External Mid-term Evaluation Report September 2007. *NORAD Collected Reviews*, 6/2008. Oslo: Norad - Norwegian Agency for Development Cooperation, 2008.

UNHCR. Country Operations Plan. Indonesia. *Planning Year*. 2004. Geneva: UNHCR, 2004.

UNHCR. *Global Report 2003*. Timor Operation at a Glance. Geneva: UNHCR, 2003.

UNICEF. *Multiple Indicator Cluster Survey*. Dili, 2003.

UNITED NATIONS. *A/53/951 – S/1999/513*. Question of East Timor. Report of Secretary General. New York, 5 May 1999. Disponível em: <https://www.legal-tools.org/doc/42399a/pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/54/380*. Financing of the UN Mission in East Timor – Report of Secretary General. New York, 21 Sep. 1999. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/226523/A_54_380-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/54/654*. Question of East Timor. Progress Report of the Secretary-General. New York, 13 Dec. 1999. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/228008/A_54_654-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/54/660*. Situation of human rights in East Timor. New York, 10 Dec. 1999. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/228125/A_54_660-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/Res/35/27*. New York, 11 Nov. 1980. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/142035/A_RES_35_27-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/Res/36/50*. New York, 24 Dec. 1981. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/143033/A_RES_36_50-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/Res/54/194*. New York, 17 Feb. 2000. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/228232/A_RES_54_194-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *A/Res/58/121*. New York, 17 Feb. 2004. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/58/121. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. ACNUR. Escritório do Alto Comissário. *Relatório da Comissão Internacional de Inquérito sobre o Timor Leste para o Secretário Geral*. Genebra, 2 fev. 2000.

UNITED NATIONS. CHR. *E/CN.4/1997/63* Res. 1997/63 - Situation of human rights in East Timor. New York, 16 Apr. 1997. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/216567/E_CN.4_1997_L.96-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2013.

UNITED NATIONS. Decolonization Committee. *GA/COL/2966*. New York, 16 Jun. 1997. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1997/19970616.gacol29.66.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

UNITED NATIONS. Decolonization Committee. *GA/COL/2967*. New York, 17 Jun. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/1997/19970617.gaco2967.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

UNITED NATIONS. Decolonization Committee. *GA/COL/2983*. New York, 1 Jul. 1998. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/1998/19980702.gaco2983.c.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

UNITED NATIONS. *Development Programme in East Timor*. 2003. Disponível em: <http://www.undp.east-timor.org>. Acesso em: 13 jan. 2004.

UNITED NATIONS. DPI. *As Nações Unidas e Timor Leste - A autodeterminação através de consulta popular*. New York, 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/_a_pdf/livro_dh2_timor_onu.pdf. Acesso em: 25 jul. 2003.

- UNITED NATIONS. DPI. *Highlights of the noon briefing*. New York, 25 May 2006. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/ossg/noon-briefing-highlight?date%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=25+May+2006>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- UNITED NATIONS. DPI. *UN lauds move to dissolve CNRT resistance organization*. New York, 11 Jun. 2001. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/news/01jun11.htm>. Acesso em: 25 jul. 2003.
- UNITED NATIONS. DPKO. *Background Note*. New York, 10 Sep. 2006. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmit/background.shtml>. Acesso em: 10 set. 2006.
- UNITED NATIONS. DPKO. *Background Note*. New York, 15 Oct. 2003. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiset/background.shtml>. Acesso em: 15 out. 2003.
- UNITED NATIONS. DPKO. *Background Note*. New York, 31 Mar. 2006. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unotil/background.shtml>. Acesso em: 31 mar. 2006.
- UNITED NATIONS. DPKO. *Fatalities*. 2003. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/fatalities.htm>. Acesso em: 10 nov. 2003.
- UNITED NATIONS. DPKO. *Fatalities*. 2018. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/statsbynationalitymission_2_25.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.
- UNITED NATIONS. DPO/DOS. *Guidelines Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS)*. New York, 1 Jan. 2019.
- UNITED NATIONS. *FMSS\MCMS\UNMIT\06*. Memorando de Entendimento entre Governo Português e as Nações Unidas. Nova Iorque, 04 dez. 2006.
- UNITED NATIONS. General Assembly. *Resolution 3485 – Question of Timor*. New York, 12 Dec. 1975. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/001/98/IMG/NR000198.pdf?OpenElement>. Acesso em: 25 jul. 2003.
- UNITED NATIONS. General Assembly. *Resolution 35/27 – Question of East Timor*. New York, 11 Nov. 1980. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A%2FRES%2F35%2F27&Submit=Search&Lang=E. Acesso em: 25 jul. 2003.
- UNITED NATIONS. *Highlights of the Noon Briefing by Fred Eckhard Spokesman for the Secretary-General UN Headquarters*. New York, 24 Sep. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1999/19990924.db092499.doc.html>. Acesso em: 25 jul. 2003.
- UNITED NATIONS. Human Rights Commission Resolutions. *Situation in East Timor*. New York, 11 Mar. 1993. Disponível em: <http://etan.org/etun/UNHRCres.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

UNITED NATIONS. News Centre. *Senior UN official 'hots ground running' in seeking to resolve Timor-Leste violence*. New York, 30 May 2006. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=18672Cr=timor&Cr1=leste>. Acesso em: 25 jul. 2007.

UNITED NATIONS. Office of Secretary General. *Daily Press Briefing*. New York, 13 Sep. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1999/19990913.db091399.doc.html>. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. Office of Secretary General. *Daily Press Briefing*. New York, 27 Sep. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1999/19990927.db092799.doc.html>. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Press Release GA/COL/3008*. Special Decolonization Committee Takes Up Questions Related to East Timor and Western Sahara. New York, 22 Jun. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1999/19990622.GACO3008.html>. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Press Release SC/6689*. New York, 11 Jun. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1999/19990611.sc6689.html>. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Press Release SG/SM/6744*. Secretary-General, Concerned by Rising Tensions in East Timor. New York, 13 Oct. 1998. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1998/19981013.sgs6744.html>. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Press Statement on East Timor by the President of the United Nations Security Council*. New York, 5 Sep. 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/1999/27. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Report of the Secretary-General on the United Nations Transitional Administration in East Timor* (for the period 27 Jul. 2000 to 16 January 2001). New York, 16 Jan. 2001. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/215/64/PDF/N0221564.pdf?OpenElement>. Acesso em: 25 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Report of the United Nations Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste*. Geneve, 2 Oct. 2006. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Countries/COITimorLeste.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

UNITED NATIONS. *Resolution 1514*. Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples. New York, 14 Dec. 1960. Disponível em: <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2003.

UNITED NATIONS. *Resolution 1541*. Principles Which Should Guide Members in Determining Whether or not an Obligation Exists to Transmit the Information Called for under Article 73E of the Charter. New York, 15 Dec. 1960. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/15/IMG/NR015315.pdf?OpenElement>. Acesso em: 25 mar. 2003.

UNITED NATIONS. *Resolution 1542*. Transmission of Information under Article 73E of the Charter. New York, 15 Dec. 1960. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/16/IMG/NR015316.pdf?OpenElement>. Acesso em: 25 mar. 2003.

UNITED NATIONS. *Resolution 37/30*. Question of East Timor. New York, 23 Nov. 1982. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/37/a37r030.htm>. Acesso em: 20 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *Resolution 45/158*. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. New York, 18 Dec. 1990. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-Internacional-para-a-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2003.

UNITED NATIONS. *S/12104*. Official Records of the Security Council, Thirty-first Year. Supplement for April, May and June 1976. Disponível em: [http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/70217/S_RES_389\(1976\)-EN.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/70217/S_RES_389(1976)-EN.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/595*. Question of East Timor. Report of Secretary General. New York, 22 May 1999. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/docs/s99595.htm>. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/602*. Letter dated 21 May 1999 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council. New York 25 May 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/602. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/705*. Question of East Timor - Report of the Secretary-General. New York, 22 Jun. 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/181/73/PDF/N9918173.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/822*. Letter Dated 26 Jul. 1999 from the Secretary-General Addressed to the President of the Security Council. New York, 25 Jul. 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/822. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/830*. Letter dated 28 Jul. 1999 from the Secretary-General to the President of the Security Council. New York, 28 Jul. 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/830. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/944*. Question of East Timor. Letter of the Secretary-General to Security Council's President. New York, 3 Sep. 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/944. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/1999/976*. Report of the Security Council Mission to Jakarta and Dili. New York, 15 Sep. 1999. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TL%20S1999976.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/2000/53*. Report of the Secretary-General on the United Nations Transitional Administration in East Timor. New York, 26 Jan. 2000. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2000/53. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/2001/179*. Report from the Secretary-General to the President of the Security Council. New York, 24 Jul. 2001. Disponível em: <https://undocs.org/S/2001/179>. Acesso em: 25 nov. 2014.

UNITED NATIONS. *S/2002/432*. Report from the Secretary-General to the President of the Security Council. New York, 17 Apr. 2002. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2002/432. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/2003/243*. Special Report of the SG on UNMISSET. New York, 3 Mar. 2003. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2003/243. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/2003/449*. Special Report of the Secretary General on United Nations Mission of Support in East Timor. New York, 21 Apr. 2003. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2003/449. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/2003/944*. Report of the Secretary-General on the United Nations Mission Support in East Timor. New York, 6 Oct. 2003. Em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/535/96/IMG/N0353596.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/2006/1022*. Letter dated 21 December 2006 from the Chargé d'affaires a.i. of the Permanent Mission of Timor-Leste to the United Nations addressed to the Secretary-General. New York, 22 Dec. 2006. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TL%20S2006%201022.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/2006/580*. Report of the Secretary-General on justice and reconciliation for Timor-Leste. New York, 26 Jul. 2006. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TL%20S2006580.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/2006/628*. Report of the Secretary-General on Timor-Leste pursuant to Security Council resolution 1690 (2006). New York, 8 Aug. 2006. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TL%20S2006628.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/2008/501*. Report of the Secretary-General on the United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (for the period from 8 January to 8 July 2008). New York, 29 Jul. 2008. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/432/24/PDF/N0843224.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/PRST/1999/27*. Statement by the President of the Security Council. New York, 3 Sep. 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/1999/27. Acesso em: 20 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/PRST/2006/25*. Statement by the President of the Security Council. New York, 25 May 2006. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/2006/25. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNITED NATIONS. *S/PV.4043*. Security Council – 4043^a Meeting. New York, 11 Sep. 1999. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4043 (Resumption). Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1236*. New York, 7 May 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/133/97/PDF/N9913397.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1246*. New York, 11 Jun. 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/174/13/PDF/N9917413.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1257*. New York, 3 Aug. 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/226/69/PDF/N9922669.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1262*. New York, 27 Aug. 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/247/47/PDF/N9924747.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1264*. New York, 15 Sep. 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/264/81/PDF/N9926481.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1272*. New York, 25 Oct. 1999. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/312/77/PDF/N9931277.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 jun. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1319*. New York, 8 Sep. 2000. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/636/21/PDF/N0063621.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1338*. New York, 31 Jan. 2001. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/234/39/PDF/N0123439.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1392*. New York, 31 Jan. 2002. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/TMP/4724951.0884285.html>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1410*. New York, 17 May 2002. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TL%20SRES1410.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1473*. New York, 4 Apr. 2003. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/310/83/PDF/N0331083.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1480*. New York, 19 May 2003. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/363/80/PDF/N0336380.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1541*. New York, 15 Dec. 1960. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1541\(XV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1541(XV)). Acesso em: 15 abr. 2003.

UNITED NATIONS. *S/Res/1543*. New York, 14 May 2004. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/22366/S_RES_1543%282004%29-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1599*. New York, 28 Apr. 2005. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1599\(2005\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1599(2005)). Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1690*. New York, 20 Jun. 2006. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1690\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1690(2006)). Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1704*. New York, 26 Aug. 2006. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1704\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1704(2006)). Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1745*. New York, 22 Feb. 2007. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/9001/S_RES_1745%282007%29-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/1802*. New York, 25 Feb. 2008. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/10675/S_RES_1802%282008%29-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/384*. New York, 22 Dec. 1975. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/384\(1975\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/384(1975)). Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *S/Res/389*. New York, 22 Apr. 1976. Disponível em: http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/70217/S_RES_389%281976%29-EN.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *SC/7285*. Press Release. Seamless Switch From Un Administration To Post-Independence Government In East Timor Vital To Success, Security Council Told. New York, 30 Jan. 2002. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2002/SC7285.doc.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *Secretary-General's Statement to the Press on East Timor*. New York, 8 Sep. 1999.

UNITED NATIONS. Supplementary Arrangement between the United Nations and the International Organization for Migration (IOM). *UN Treaties Series*, v. 2068, II-1220. 1999.

UNITED NATIONS. *UN Secretary-General's speech at 4043rd Security Council Meeting*. New York, 11 Sep. 1999a.

UNITED NATIONS. *UN Secretary-General's speech at independence celebration*. Dili, 19 May 2002. Disponível em: <https://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/DB/db200502.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

UNITED NATIONS. *UNAMET Briefing Summary*. Dili, 1 Oct. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Briefing by the Special Representative of the Secretary-General*. Dili, 2 Sep. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Code of Conduct for Participants*. Dili, 9 Aug. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Daily briefing*. Dili, 27 Sep. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Daily briefing*. Dili, 29 Aug. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Directions Relating to the Popular Consultation of the People of East Timor Through a Direct Ballot*. Dili, 18 Jun. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Fact Sheet*. Dili, Aug. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Press Briefing on Arrangements for Election in East Timor*. Dili, 17 Aug. 1999a.

UNITED NATIONS. UNAMET. *Press Conference with David Wimburst*. Darwin, 14 Sep. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 01 Aug. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 01 Sep. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 02 Jul. 1999.

UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 06 Jul. 1999.

- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 06 Aug. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 12 Jul. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 12 Aug. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 14 Jul. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 16 Jul. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 19 Jul. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 20 Jul. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 23 Aug. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 26 Jul. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 28 Aug. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Briefing Summary*. Dili, 3 Sep. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Daily Briefing*. Dili, 14 Oct. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. Public Information Office. *Press Statement*. Dili, 29 Jun. 1999.
- UNITED NATIONS. UNAMET. *Remarks made at the Cerimony Launching the Politics Campaign for the Popular Consultation*. Dili, 17 Aug. 1999b.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. *Daily Briefng Note*. Dili, 19 Dec. 2002.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. *East Timor - UNMISSET – Background*. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmiset/background.html>. Acesso em: 02 mar. 2016.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. *Facts and Figures*. Dili, Dec. 2002. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmiset/background.html>. Acesso em: 02 mar. 2016.

- UNITED NATIONS. UNMISSET. *Media Briefing Notes*. Dili, May 2002 to May 2004.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. Media Briefing. *Police and Rights Officials Address Baucau Violence*. Dili, 02 Dec. 2002.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. Office of SRSG. *Media Note*. Dili, 5 Sep. 2002.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. *Press Release*. Dili, 17 Feb. 2003.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. *Press Release*. Dili, May 2002 to May 2004.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. Public Information Office. *UNSC Establishes One-Year Political Mission in Timor-Leste*. Dili, 29 Apr. 2005.
- UNITED NATIONS. UNMISSET. *UNMISSET support for institutional strengthening of PNTL*. Dili, 9 Apr. 2003. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmiset/pb090403.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2014.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *Annan calls sentences in West Timor killings "wholly unacceptable"*. Dili, 4 May 2001.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *First East Timor defence force battalion inaugurated: UN Mission*. Dili, 26 Oct. 2001.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *UN announces final results of East Timor's first-ever democratic elections*. Dili, 6 Sep. 2001.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *UN Economic and Social Council endorses rights inquiry for East Timor*. Dili, 15 Nov. 2000.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *UN forensic experts continue probe at massacre site in East Timor*. Dili, 4 Feb. 2000.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *UN prosecutor in East Timor files first indictment for crimes against humanity*. Dili, 11 Dec. 2000.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *UN-backed multinational force, Indonesian military sign pact to step up East Timorese repatriation*. Dili, 22 Nov. 1999a.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *UNHCR fears conditions in West Timor refugee camps*. Dili, 7 Dec. 1999.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Briefing. *World Bank estimates East Timor will need \$300 million to rebuild*. Dili, 15 Dec. 1999.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Office. Public Administration. *Fact Sheet*. Dili, 12 Apr. 2002.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Office. *Refugees Fact Sheet*. Dili, 9 Apr. 2002.
- UNITED NATIONS. UNTAET Press Office. *Second Transitional Government. Fact Sheet*. Dili, 3 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET Press Office. *Truth and Reconciliation. Fact Sheet*. Díli, 8 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. *Additional Staff Evacuated from West Timor*. Díli, 7 Sep. 2000.

UNITED NATIONS. UNTAET. *East Timor Update*. Díli, Mar. 2000a.

UNITED NATIONS. UNTAET. *End of Registration: over 737,800 East Timorese Registered*. Díli, 2 Jul. 2001.

UNITED NATIONS. UNTAET. *Gusmão wins 82,7% of vote in East Timor's UN-run election*. Díli, 17 Apr. 2002a.

UNITED NATIONS. UNTAET. *Jornal TAIS TIMOR*, v. 1, n. 3. Díli, 13 mar. 2000b.

UNITED NATIONS. UNTAET. *Memorandum of Understanding for Tactical Coordination in the Border Area between Nusatenggara Timur e East Timor between the TNI and the UNTAET Military Component* . Díli, 22 Nov. 1999b.

UNITED NATIONS. UNTAET. *Press Briefing by Secretary-General Special Representative for East Timor*. Díli, 29 Sep. 1999.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Briefing. *Postal Service Opened*. Díli, 01 May 2000.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Briefing. *East Timor Press Web Project*. Díli, 19 Jul. 2000.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Briefing. *Regulation on Media Broadcasting*. Díli, 16 May 2000a.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office - *Reconstruction of Public Buildings*. Fact Sheet. Díli, 13 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *East Timor Defence Force*. Fact Sheet. Díli, 16 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Education*. Fact Sheet. Díli, 14 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Fact Sheet*. Díli, 19 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Gender Equality Promotion*. Fact Sheet. Díli, 11 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Health*. Fact Sheet. Díli, 15 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Human Rights*. Fact Sheet. Díli, 10 Apr. 2002.

UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Law and Order*. Fact Sheet. Díli, 6 Apr. 2002.

- UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *Peacekeeping Force*. Fact Sheet. Díli, 17 Apr. 2002b.
- UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *UNTAET Downsizing*. Fact Sheet, 20 Apr. 2002.
- UNITED NATIONS. UNTAET. Press Office. *UNTAET's 25 Major Achievements*. Fact Sheet. Díli, 1 Apr. 2002.
- UNITED NATIONS. UNTAET. *UNTAET/OCPI – IC/04P5000*. Díli, Mar. 2000c.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *East Timor Human Development Report -2002*. Díli, 2002. Disponível em: http://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home/library/human_development/TL_HDR2002.html. Acesso em: 15 dez. 2014.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *UN Development Programme in East Timor*. 2003. Disponível em: <http://www.undp.east-timor.org>. Acesso em: 13 jan. 2003.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). British Foreign & Commonwealth Office. *Confidential Briefing paper*. UK/Indonesian Relations. London, 26 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). British Foreign & Commonwealth Office. *Confidential Guidance Telegram*. Portuguese Timor. London, 5 Dec. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). British Foreign & Commonwealth Office. *South Asia Department*. *Confidential Memorandum for Ministers*. *The Future of Portuguese Timor*. London, 5 Mar. 1975a.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Dispatch*. British Embassy Jakarta, 15 Mar. 1976.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Internal Memorandum*. British Embassy Jakarta, 2 Jan. 1976.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Internal Memorandum*. British Embassy Jakarta, 9 Feb. 1976.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Letter*. British Embassy Jakarta, 14 Jul. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Letter*. British Embassy Jakarta, 3 Nov. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Priority Telegram*. Portuguese Timor. British Embassy Jakarta, 17 Oct. 1975.

- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Confidential Telegram 313*. British Embassy Jakarta, 25 Ago. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Memorandum of Conversation*. Washington, 05 Jul. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message 302290*. Washington, 10 Feb. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message 7378*. US Consulate Hong Kong, 01 Jul. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Canberra 1158*. US Embassy Canberra, 21 Feb. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Canberra 1212*. US Embassy Canberra, 25 Feb. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Canberra 1371*. US Embassy Canberra, 04 Mar. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Canberra 5413*. US Embassy Canberra, 12 Aug. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Canberra 1776*. US Embassy Canberra, 21 Mar. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Canberra 5897*. US Embassy Canberra, 03 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Canberra 6046*. US Embassy Canberra, 11 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 10396*. US Embassy Jakarta, 25 Aug. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 10524*. US Embassy Jakarta, 27 Aug. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 10681*. US Embassy Jakarta, 02 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 11304*. US Embassy Jakarta, 13 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 1437*. US Embassy Jakarta, 04 Feb. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 15918*. US Embassy Jakarta, 31 Dec. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2285*. US Embassy Jakarta, 24 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2390*. US Embassy Jakarta, 26 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2482*. US Embassy Jakarta, 27 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2484*. US Embassy Jakarta, 27 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2555*. US Embassy Jakarta, 28 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2561*. US Embassy Jakarta, 01 Mar. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 2650*. US Embassy Jakarta, 04 Mar. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 6821*. US Embassy Jakarta, 28 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 930*. US Embassy Jakarta, 22 Jan. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Jakarta 9692*. US Embassy Jakarta, 09 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Kuala Lumpur 5302*. US Embassy Kuala Lumpur, 04 Sep. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Kuala Lumpur 5499*. US Embassy Kuala Lumpur, 16 Sep. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Lisbon 1101*. US Embassy Lisbon, 27 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Lisbon 1261*. US Embassy Lisbon, 07 Mar. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Lisbon 2954*. US Embassy Lisbon, 27 May 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Confidential Surabaya 60*. US Consulate Surabaya, 25 Jan. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Geneva 6880*. US Mission Geneve, 08 Sep. 1975.

- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Hong Kong 9854*. US Embassy Hong Kong, 26 Aug. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 4101*. US Embassy Jakarta, 07 Apr. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 11967*. US Embassy Jakarta, 26 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 12476*. US Embassy Jakarta, 11 Oct. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 12795*. US Embassy Jakarta, 20 Oct. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 15562*. US Embassy Jakarta, 19 Dec. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 15732*. US Embassy Jakarta, 23 Dec. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Jakarta 5200*. US Embassy Jakarta, 01 May 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Kuala Lumpur 5242*. US Embassy Kuala Lumpur, 02 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Kuala Lumpur 5364*. US Embassy Kuala Lumpur, 08 Sep. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Kuala Lumpur 7442*. US Embassy Kuala Lumpur, 22 Dec. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 1047*. US Embassy Lisbon, 25 Feb. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 1203*. US Embassy Lisbon, 05 Mar. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 1217*. US Embassy Lisbon, 05 Mar. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 1299*. US Embassy Lisbon, 10 Mar. 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 2575*. US Embassy Lisbon, 07 May 1975.
- UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 4565*. US Embassy Lisbon, 11 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 4830*. US Embassy Lisbon, 22 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 4955*. US Embassy Lisbon, 27 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 5116*. US Embassy Lisbon, 03 Sep. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 5689*. US Embassy Lisbon, 26 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 6508*. US Embassy Lisbon, 04 Nov. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 6513*. US Embassy Lisbon, 04 Nov. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Lisbon 7498*. US Embassy Lisbon, 18 Dec. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret Canberra 1314*. US Embassy Canberra, 28 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret Jakarta 10244*. US Embassy Jakarta, 21 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret Jakarta 2814*. US Embassy Jakarta, 06 Mar. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret Jakarta 42852*. US Embassy Jakarta, 03 Mar. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret Lisbon 1168*. US Embassy Lisbon, 04 Mar. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret State 100020*. Washington, 21 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret State 1437*. Washington, 20 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret State 161472*. Washington, 09 Jul. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret State 207646*. Washington, 31 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret State 42852*. Washington, 25 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret State 45925*. Washington, 28 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message Secret USUN 1372*. US Mission at UN, 25 Apr. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message State 190577*. Washington, 12 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message State 201738*. Washington, 25 Aug. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message State 228863*. Washington, 25 Sep. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message State 233871*. Washington, 01 Oct. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message State 44604*. Washington, 27 Feb. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message USUN 07002*. US Mission at UN, 31 Dec. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Message USUN 4957*. US Mission at UN, 11 Oct. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Secret Letter*. British Embassy Jakarta, 13 Oct. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Secret Letter*. British Embassy Jakarta, 15 Sep. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Secret Telegram*. British Embassy Jakarta, 24 Dec. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Secret Telegram*. British Embassy Jakarta, 4 Oct. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Secret UK Eyes Alpha Telegram*. British Embassy Jakarta, 24 Oct. 1975.

UNITED STATES NATIONAL SECURITY ARCHIEVE (US NSA). *Telegram Jakarta 14946*. US Embassy Jakarta, 06 Dec. 1975.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. ISEG. *History of East Timor*. Lisboa, [200-]. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/History_of_Timor.pdf. Acesso em: 21 mar. 2015.

UNIVERSITY OF COIMBRA. The 12th November Massacre - A Personal Testimony. *Timor Net*. Coimbra, 2015. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/timor/stc1.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

UNMISSET. CSGA. *Timor Leste: a strategy for Building the Foundation of Governance for Peace and Stability*. Dili, 2004.

UNMIT. *Facing the Future: Periodic Report on Human Rights Developments in Timor-Leste*: 1 Jul. 2009 – 30 June 2010. Dili, 2010.

UNMIT. *Relatório sobre Acontecimentos na Área de Direitos Humanos em Timor-Leste*: 1 de Julho de 2008 a 30 de Junho de 2009. Dili, 2009b.

UNMIT. *Relatório Sobre Desenvolvimentos em Matéria de Direitos Humanos em Timor-Leste*. Dili, 2008a.

UNMIT. *Security Sector Review in Timor-Leste*. Dili: UNMIT/UNDP, Jun. 2008b.

UNTAET. *Célula de Informações Militares*. Timor Leste: situação Mar. 2002. Dili, mar. 2002 (mimeo).

UNTAET. *Fact Sheet*. Dili, 16 Nov. 2000.

UNTAET. *Fact Sheet*. Dili, Apr. 2002.

UNTAET. *Fact Sheet*. Dili, Feb. 2000.

UNTAET. *Memorandum of Understanding between Indonesia and UNTAET regarding cooperation in legal, judicial and human rights related matters*. Dili, Apr. 2000.

UNTAET. *Regulamento 1999/01*. Sobre os Poderes da Administração Transitória em Timor Leste. Dili, 27 nov. 1999.

UNTAET. *Regulamento 1999/02*. Sobre a Criação de um Conselho Consultivo Nacional. Dili, 2 dez. 1999.

UNTAET. *Regulamento 1999/03*. Sobre a Criação de uma Comissão Transitória de Serviço Judicial. Dili, 3 dez. 1999.

UNTAET. *Regulamento 1999/04*. Sobre a Criação do Boletim Oficial do Timor Leste. Dili, 29 dez. 1999.

UNTAET. *Regulamento 2000/02*. Sobre a Utilização de Moedas em Timor Leste. Dili, 14 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/03*. Sobre o Estabelecimento de uma Comissão do Serviço Público. Dili, 14 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/04*. Sobre o Registro de Negócios. Dili, 20 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/05*. Sobre o Licenciamento de Casas de Câmbio, de 20 de janeiro de 2000. Dili, 20 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/06*. Sobre o Estabelecimento de uma Agência Central de Pagamentos em Timor Leste. Dili, 22 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/07*. Sobre a Criação de uma Moeda Circulante em Timor Leste. Dili, 22 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/08*. Sobre o Licenciamento e Supervisão Bancária. Dili, 25 fev. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/09*. Sobre a Criação de um Regime de Fronteiras para Timor-Leste. Dili, 25 jan. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/11*. Sobre a Organização dos Tribunais em Timor-Leste. Dili, 6 mar. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/12*. Sobre um Regime Tributário e Alfandegário Provisório para Timor-Leste. Dili, 08 mar. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/13*. Sobre a Criação de Conselho de Suco e de Posto para o Desembolso de Fundos para a Actividade de Desenvolvimento. Dili, 10 mar. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/15*. Sobre a Criação de Câmaras com Jurisdição Exclusiva sobre Delitos Criminais Graves. Dili, 6 jun. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/18*. Sobre o Sistema Tributário de Timor-Leste. Dili, 30 jun. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/23*. Sobre a Criação de um Gabinete de Governo de Transição em Timor-Leste. Dili, 14 jul. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/24*. Sobre a Criação de um Conselho Nacional. Dili, 14 jul. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2000/30*. Sobre Regras Transitórias de Procedimentos Criminais. Dili, 25 set. 2000.

UNTAET. *Regulamento 2001/10*. Sobre o Estabelecimento da Comissão de Acolhimento, Veracidade e Reconciliação (CARV). Dili, 13 jul. 2001.

UNTAET. *Regulamento 2001/14*. Sobre a Moeda Oficial e de Curso Legal. Dili, 20 jul. 2001.

UNTAET. *Regulamento 2001/02*. Sobre a Eleição de uma Assembleia Constituinte para a Elaboração de uma Constituição para um Timor-Leste Independente e Democrático. Dili, 26 fev. 2001.

UNTAET. *Regulamento 2001/28*. Sobre a Criação de um Conselho de Ministros. Dili, 19 set. 2001.

UNTAET. *Regulamento 2001/30*. Sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. Dili, 30 nov. 2001.

UNTAET. *Regulamento 2002/07*. Sobre a Estrutura Orgânica do Segundo Governo Transitório de Timor-Leste e Sobre as Alterações ao Regulamento N.º 2001/28 da UNTAET. Dili, 18 de mai. de 2002.

- UNTAET. *Regulamento 2002/06*. Sobre a Criação do Serviço Público de Radiodifusão. Dili, 9 mai. 2002.
- UNTAET. *Regulamento nº 2000/16*. Sobre a Organização do Ministério Público no Timor Leste. Dili, 06 jun. 2000.
- UNTAET. *UNTAET/NOT/2000/20*. Sobre a Tomada de Posse do Segundo Gabinete da Administração Transitória de Timor-Leste. Dili, 19 out. 2000.
- UNTAS. 2001. Disponível em: www.untas.org. Acesso em: 21 jul. 2002.
- US ‘ENDORSED East Timor invasion’. *BBC News*, London, 7 Dec. 2001.
- USA. *Congressional Record*, Washington, v. 144, part 13, p. 19371, 31 Jul. 1998 to 8 Sep. 1998.
- USA. *Foreign Operations, Export Financing and Related Programs Appropriations Act*, 2002. Public Law - 107-115. Washington, 10 Jan. 2002.
- USA. Navy. *USS George Phillip Returns to East Timor for Humanitarian Visit*. Washington, 9 Nov. 2002.
- VALDIVIESO, Luis M.; ENDO, Toshihide; MENDONÇA, Luis V.; TAREQ, Shamsuddin; LÓPEZ-MEJÍA, Alejandro. *Establishing the Foundations of Sound Macroeconomic Management*. Washington: International Monetary Fund, 2000.
- VATIKIOTIS, Michael R. J. *Indonesian Politics under Suharto – Order, Development and Pressure for Change*. London: Routledge, 1994.
- VERAS, Frederico Magno de Melo; ANDRADE, Roberto de Campos; REZENDE, Rodrigo Esteves. *Visões jurídicas brasileiras em Timor*. Baucau: Gráfica Diocesana Baucau, 2008.
- WALDMAN, M.; SERRANO, C. *Brava Gente de Timor: a Saga do Povo Maubere*. São Paulo: Xamã, 1997.
- WALLIS, Joanne. *Constitution Making during State Building*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WHO. WHO’S Contribution to Health Sector Development in East Timor. *Background Paper for Donors’ Meeting on East Timor - Canberra, 14-15 June 2001*. Jan. 2000 – May 2001. Dili, Jun. 2001.
- WOLFENSOHN, James D. *World Bank President Speech*. Oslo, 11 Dec. 2001. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 03 jan. 2002.
- WORLD BANK. 2002. Disponível em: http://www.worldbank.org/contentM/DK_20014625-menuPK_34466-pagePK_34370-piPK_34424-t.htm. Acesso em: 20 dez. 2002.

WORLD BANK. *Background Paper for the Timor-Leste and Development Partners Meeting*. Dili, 2004.

WORLD BANK. *Country Brief. 2002*. Disponível em: <http://www.worldbank.org/53ABB12B EB1B&CA285256C32006B9E12.htm>. Acesso em: 13 dez. 2002.

WORLD BANK. Democratic Republic of Timor Leste. *East Asia & Pacific Regional Update*, 20 Apr. 2004.

WORLD BANK. *Donors Support Rebuilding of East Timor*. 2002. Disponível em: http://www.worldbank.org/contentMDK_20012381~menuPK_34466~pagePK_34370~piPK_34424~t.htm. Acesso em: 03 jan. 2003.

WORLD BANK. *News Release No. 2000/060/EAP*. Washington, 29 Sep. 1999. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/indonesia/east-timor-wins-strong-support-international-meeting>. Acesso em: 03 jan. 2019.

WORLD BANK. *Rebuilding East Timor at the Local Level*. 22 fev. 2000. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 13 dez. 2002.

WORLD BANK. *Report n. 29784-TP*. Timor-Leste. Education since Independence: from Reconstruction to Sustainable Improvement. Washington: World Bank, 2004.

WORLD FOOD PROGRAM (WFP). *LWFP/EB.3/2001/6/5*. Summary Report of the Evaluation of Emergency Operations in East Timor. Rome, 3 Sep. 2001.

WORLD FOOD PROGRAM (WFP). *Summary Report of the Evaluation of Emergency Operation in East Timor*. Rome, 22-26 Oct. 2000.

ANEXO I

RESOLUÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE²⁷⁵

RESOLUÇÃO	DATA	ASSUNTO
Nr 1514 – AGNU	14/12/1960	Tratou da concessão de independência aos países e povos colonizados.
Nr 1541 – AGNU	15/12/1960	Permitiu aos povos colonizados optarem pela independência, livre associação ou integração a um Estado independente.
Nr. 3485 - AGNU	11/12/1975	Pediu ao Comitê Especial encarregado de examinar a situação quanto à aplicação da Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais, que enviasse uma missão investigadora ao Timor.
Nr. 384 - CSNU	22/12/1975	Reconheceu o direito à independência do povo do Timor Leste. Lamentou o não cumprimento de seu dever por parte do governo de Portugal, condenou a invasão indonésia e pediu a retirada imediata de suas tropas.
Nr. 389 - CSNU	22/04/1976	Reafirmou a resolução anterior.
Nr. 31/53 - AGNU	01/12/1976	Deplorou a recusa da Indonésia de cumprir as resoluções já adotadas sobre o Timor, rejeitou a integração daquele território e recomendou o estabelecimento de passos necessários para assegurar o direito a autodeterminação e independência dos timorenses.
Nr. 32/34 - AGNU	28/11/1977	Reafirmou o direito a independência e autodeterminação dos timorenses e rejeitou a integração indonésia.
Nr. 33/39 - AGNU	13/12/1978	Reafirmou o direito a independência e autodeterminação dos timorenses e rejeitou a integração indonésia.

²⁷⁵ Confeção própria com base nas resoluções da ONU sobre o Timor Leste.

Nr 35/27 - AGNU	11/11/1980	Reafirmou o direito a independência e autodeterminação dos timorenses, declarou que os mesmos deveriam determinar livremente seu futuro e felicitou a iniciativa diplomática de Portugal como primeiro passo para a independência do Timor.
Nr. 36/50 - AGNU	24/11/1981	Reafirmou o direito a autodeterminação e independência e expressou profunda preocupação sobre a situação crítica no Timor Leste.
Nr 37/30 - AGNU	23/11/1982	Solicitou ao SGNU o início de consultas com todas as partes interessadas com vistas a se chegar a uma solução global para o problema do Timor Leste.
Nr. 1236 - CSNU	07/05/1999	Parabenizou os governos de Portugal e Indonésia pelos acordos de 5 de maio que determinou a execução da consulta popular e autorizou a presença da ONU para dar assistência ao referendo.
Nr. 1246 - CSNU	11/06/1999	Estabeleceu a UNAMET até 31 ago. 1999 para organizar e conduzir a consulta popular.
Nr. 1257 - CSNU	03/08/1999	Estendeu o mandato da UNAMET até 30 set. 1999.
Nr. 1262 - CSNU	27/08/1999	Estendeu o mandato da UNAMET até 30 nov. 1999, incorporou novos elementos à Missão e aumentou o efetivo.
Nr. 1264 - CSNU	15/09/1999	Reconheceu que a situação no Timor Leste constituía ameaça a paz e a segurança, condenou os atos de violência, enfatizou a necessidade de assistência humanitária, autorizou o estabelecimento de uma força multinacional para restaurar a paz.
Nr. 1272 - CSNU	25/10/1999	Felicitou o sucesso da consulta popular, do desdobramento da INTERFET e estabeleceu a UNTAET até 31 jan. 2001.
Nr 54/194 - AGNU	17/02/2000	Felicitou o sucesso da consulta popular, o início da transição à independência e a decisão do Parlamento da Indonésia em aceitar o fim da ligação do Timor Leste com aquele país.
Nr 1319 - CSNU	08/09/2000	Solicitou a Indonésia tomar medidas necessárias para o desarmamento das milícias que agiam no Timor Ocidental.
Nr 1338 - CSNU	31/01/2001	Estendeu o mandato da UNTAET até 31 jan. 2002
Nr 1392 - CSNU	31/01/2002	Estendeu o mandato da UNTAET até 20 mai. 2002
Nr. 1410 - CSNU	17/05/2002	Estabeleceu a UNMISSET
Nr 1473 - CSNU	04/04/2003	Determinou medidas para redução do efetivo da UNMISSET.
Nr 1480 - CSNU	19/05/2003	Estendeu o mandato da UNMISSET até 20 mai. 2004.
Nr 58/121 - AGNU	17/02/2004	Assistência para a ajuda humanitária, reabilitação e abordou o desenvolvimento para o Timor Leste
Nr 1543 - CSNU	14/05/2004	Estendeu o mandato da UNMISSET até 20 mai. 2005

O conflito e a construção do Estado no Timor Leste

Nr 1573 - CSNU	16/11/2004	Estendeu o mandato da UNMISSET até o final de 20 de maio de 2005, manteve as tarefas atuais, a configuração e o efetivo da Missão
Nr 1599 - CSNU	28/04/2005	Estabeleceu a UNOTIL
Nr 1677 - CSNU	12/05/2006	Estendeu o mandato da UNOTIL até 20 jun. 2006
Nr 1690 - CSNU	20/06/2006	Estendeu o mandato da UNOTIL até 20 ago. 2006 e expressou apreciação e total suporte para a implantação de forças de segurança internacional em Portugal, Austrália, Nova Zelândia e Malásia
Nr 60/271 - AGNU	30/06/2006	Concedeu financiamento à missão das Nações Unidas em apoio ao Timor Leste
Nr 1703 - CSNU	18/08/2006	Estendeu o mandato da UNOTIL até 25 ago. 2006
Nr 1704 - CSNU	25/08/2006	Estabeleceu uma missão de acompanhamento – UNMIT - por um período inicial de 6 meses
Nr 61/249 A – AGNU	22/12/2006	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr 1745 – CSNU	22/02/2007	Estendeu o mandato da UNMIT até 26 fev. 2008 e aumentou o efetivo da missão
Nr 61/249 B - AGNU	02/04/2007	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr 64/246 - AGNU	24/06/2007	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr 61/281 - AGNU	29/06/2007	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr 61/249 C - AGNU	29/06/2007	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr 1802 - CSNU	25/02/2008	Estendeu o mandato da UNMIT até 26 fev. 2009 e condenou os ataques ao Presidente e ao Primeiro-Ministro do Timor Leste ocorridos em 11 fev. 2008 e qualquer outra tentativa de desestabilizar o país
Nr 62/258 - AGNU	20/06/2008	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr 1867 - CSNU	26/02/2009	Estendeu o mandato da UNMIT até 26 fev. 2010 e reafirmou a importância de revisar e reformar o setor de segurança do Timor Leste
Nr 63/292 - AGNU	30/06/2009	Concedeu financiamento à UNMIT
Nr. 1912 - CSNU	26/02/ 2010	Estendeu o mandato da UNMIT até 26 fev. 2011 e endossou a intenção do SGNU de reconfigurar o componente policial
Nr. 1969 - CSNU	24/02/2011	Estendeu o mandato da UNMIT até 26 fev. 2012 e solicitou a Missão apoiar a preparação das eleições parlamentares e presidencial
Nr. 2037 - CSNU	23/02/2012	Estendeu o mandato da UNMIT até 31 dez. 2012 e autorizou a redução gradual da Missão

ANEXO II

REGULAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA (UNTAET)²⁷⁶

Regulamento	Assunto
1999/01	Poderes da Administração Transitória
1999/02	Criação do Conselho Consultivo Nacional
1999/03	Criação da Comissão Transitória do Serviço Judicial
1999/04	Criação do Boletim Oficial
2000/01	Criação da Autoridade Fiscal Central
2000/02	Utilização de Moedas
2000/03	Estabelecimento da Comissão do Serviço Público
2000/04	Registo de Negócios
2000/05	Licenciamento das Casas de Câmbio
2000/06	Estabelecimento do Gabinete Central de Pagamentos
2000/07	Estabelecimento da Moeda de Circulação Legal
2000/08	Licenciamento e Supervisão Bancária
2000/09	Criação do Regime de Fronteiras
2000/10	Aquisições para a Administração Pública
2000/11	Organização dos Tribunais
2000/12	Regime Tributário e Alfandegário Provisório
2000/13	Criação de Conselhos de Suco e de Posto para o Desembolso de Fundos para Atividades de Desenvolvimento
2000/14	Emenda ao Regulamento n. 2000/11
2000/15	Criação de Câmaras com Jurisdição Exclusiva sobre Delitos Criminais Graves
2000/16	Organização da Procuradoria Pública
2000/17	Proibição de Exploração e Exportação de Madeira
2000/18	Sistema Tributário
2000/19	Zonas Protegidas
2000/20	Orçamento e Gestão Financeira

²⁷⁶ Confeção própria com base nos regulamentos publicados pela UNTAET.

2000/21	Dotações Orçamentárias (n. 1) 2000-2001
2000/22	Dotações Orçamentárias Suplementares (n. 1) 2000-2001
2000/23	Criação do Gabinete do Governo de Transição
2000/24	Criação do Conselho Nacional
2000/25	Emenda ao Regulamento 1999/03
2000/26	Dotação Orçamentária Suplementar (n. 2) 2000-2001
2000/27	Proibição Temporária da Venda de Interesses em Terras por Cidadãos Indonésios não Residentes Habituais do Timor Leste e por Corporações Indonésias
2000/28	Emenda as Dotações Orçamentárias (n.1) 2000-2001
2000/29	Dotações Orçamentárias Suplementares (n.3) 2000-2001
2000/30	Regras Provisórias de Processo Penal
2000/31	Abertura de Escritórios de Representação de Governos Estrangeiros
2000/32	Modifica os Regulamentos n. 2000/12 e n. 2000/18
2000/33	Emenda o Regulamento n. 2000/24 sobre a Criação do Conselho Nacional
2000/34	Dotações (n. 2) 2000-2001
2000/35	Emenda o Regulamento n. 2000/18 sobre o Sistema Tributário (conforme emendado pelo Regulamento n. 2000/32)
2000/36	Emenda as Dotações Orçamentárias (n. 2) 2000-2001
2001/01	Criação das forças de defesa do Timor-Leste
2001/02	Eleição da Assembleia Constituinte para a Elaboração da Constituição para um Timor-Leste Independente e Democrático
2001/03	Criação do Cartório Central de Registo Civil
2001/04	Dotações Orçamentárias Suplementares (n. 4) 2000-2001
2001/05	Armas de Fogo, Munições e Explosivos
2001/06	Registo de Veículos Automóveis
2001/07	Dotações Orçamentárias (n. 6) 2000-2001
2001/08	Criação do Regime que Regula o Trânsito Rodoviário
2001/09	Emendas ao Regulamento 2001/1 sobre a Criação das Forças de Defesa do Timor Leste
2001/10	Criação da Comissão de Recepção, Verdade e Reconciliação
2001/11	Infrações Eleitorais para a Eleição da Assembleia Constituinte
2001/12	Criação do Código de Disciplina Militar para as FDTL
2001/13	Orçamento e Gestão Financeira
2001/14	Moeda Oficial e de Curso Legal
2001/15	Criação do Órgão Regulador das Telecomunicações
2001/16	Emenda o Regulamento n. 2000/18 sobre o Sistema de Receitas Públicas
2001/17	Emenda o Regulamento n. 2001/18 sobre o Sistema Tributário Emenda o Regulamento n. 2000/9 sobre a Criação do Regime de Fronteiras
2001/18	Emenda o Regulamento n. 2000/11 sobre a Organização dos Tribunais
2001/19	Dotações Orçamentárias Suplementares (n. 5) 2000-2001

O conflito e a construção do Estado no Timor Leste

2001/20	Emenda o Regulamento n. 2000/18 sobre o Sistema Tributário
2001/21	Dotações Orçamentárias (n. 1) 2001-2002
2001/22	Criação do Serviço de Polícia do Timor Leste
2001/23	Criação do Serviço Prisional do Timor Leste
2001/24	Criação do Serviço de Assistência Judiciária do Timor Leste
2001/25	Emenda o Regulamento n. 2000/11 sobre a Organização dos Tribunais Emenda o Regulamento n. 2000/30 sobre as Normas Provisórias do Processo Penal
2001/26	Emenda o Regulamento n. 1999/3 sobre a Criação da Comissão Transitória do Serviço Judicial Emenda o Regulamento n. 2000/16 sobre a Organização do Ministério Público do Timor Leste
2001/27	Emenda o Regulamento n. 2001/23 sobre a Criação do Serviço Prisional do Timor Leste
2001/28	Criação do Conselho de Ministros
2001/29	Dotações Orçamentárias Suplementares (n. 1) 2001-2002
2001/30	Autoridade Bancária e de Pagamentos
2001/31	Dotações Orçamentárias (n. 2) 2001-2002
2002/01	Eleição do Primeiro Presidente do Timor Leste
2002/02	Infrações Eleitorais em Relação à Eleição do Primeiro Presidente
2002/03	Emenda o Regulamento n. 2001/2 sobre a Eleição da Assembleia Constituinte para a Elaboração da Constituição
2002/04	Substituição do Regulamento n. 2000/4 sobre Registo de Negócios
2002/05	Criação do Código Trabalhista
2002/06	Criação do Serviço Público de Radiodifusão
2002/07	Estrutura Orgânica do Segundo Governo Transitório e alterações no Regulamento n. 2001/28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- ABRI - *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia* – Forças Armadas da República da Indonésia
- ACISO - Ação Cívico-Social
- ACNUR - Alto Comissariado da ONU para Refugiados
- ADF - *Australian Defence Force* - Forças de Defesa Australianas
- ADITLA - Associação Democrática para a Integração de Timor Leste na Austrália
- AFP - *Australian Federal Police* - Polícia Federal Australiana
- AITI - Associação para a Integração de Timor na Indonésia
- AMI - Assistência Médica Internacional
- AMP - *Parliamentary Majority Alliance* - Aliança Parlamentar da Maioria
- AMR – Arquivo e Museu da Resistência do Timor Leste
- AMRE – Arquivo do Ministério das Relações Exteriores
- ANFREL - *Asian Network for Free Elections* - Rede Asiática para Eleições Livres
- ANPD - Agencia Nacional de Planejamento e Desenvolvimento
- APCET - *Asia-Pacific Coalition for East Timor* - Colisão Ásia-Pacífico para o Timor Leste
- APEC - *Asia-Pacific Economic Cooperation* - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
- APODETI - Associação Popular Democrática de Timor
- ASDT - Associação Social Democrática Timorense
- ATT – Arquivo Torre do Tombo
- AUSAID - *Australian Agency for International Development* - Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional
- BDA - Banco de Desenvolvimento Asiático
- BLT - *Bantuan Langsung Tunai* - Transferência Temporária Incondicional de Dinheiro

BNU - Banco Nacional Ultramarino
BPE - Batalhão de Polícia do Exército
BRTT - *Barasian Rakyat Timor Timur* - Frente do Povo do Timor Leste
CAAC - Comissão para os Assuntos dos Antigos Combatentes
CAP – *Consolidated Appeal Inter-Agency* - Apelo Consolidado Interinstitucional
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVF - Comissão para os Assuntos dos Veteranos das Falintil
CAVR - Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação
CCN - Conselho Consultivo Nacional
CEE - Comunidade Econômica Europeia
CEPAEB - Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro
CIDA - *Canadian International Development Agency* - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CIJ - Corte Internacional de Justiça
CN - Conselho Nacional
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRT - Conselho Nacional de Resistência Timorense
COIN - *Counter-insurgency* – Contra Insurgência
CPD-RDTL – Comitê Popular de Defesa-República Popular do Timor Leste
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRRN - Conselho de Resistência Revolucionária Nacional
CSG – *Civil Support Group* - Grupo de Apoio Civil
DDR - Desarmamento, Demobilização e Reintegração
DPA - *Department of Polical Affairs* - Departamento de Assuntos Políticos
DPKO – *Department of Peace Keeping Operations* - Departamento de Operações de Paz
ETTA - *East Timor Transitional Administration* - Administração Transitória do Timor Leste
FAI - Forças Armadas Indonésias
FALINTIL - Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

- F-FDTL - Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste
- FMF - *Foreign Military Financing* – Financiamento Externo Militar
- FPDK - *Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan* - Fórum para a Unidade, Democracia e Justiça
- FPU - *Formed Police Units* – Unidades Formadas de Polícia
- FRAP - *Falintil Reinsertion Assistance Program* – Programa de Assistência a Reintegração das Falintil
- FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
- FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
- GNR - Guarda Nacional Republicana
- IBAS - Índia-Brasil-África do Sul
- ICG - *International Crisis Group*
- ICSID – *International Centre of the Settlement of Investments Disputes* - Centro Internacional para a Regulação de Disputas de Investimentos
- IDA - *International Development Association* - Associação de Desenvolvimento Internacional
- IDP - *Internally Displaced Person* – Desalojados Internos
- IFET - *International Federation for East Timor* – Federação Internacional para o Timor Leste
- IMET – *International Military Education and Training* - Programa Internacional de Educação e Treinamento Militar
- INAP - Instituto Nacional da Administração Pública
- INTERFET - *International Force for East Timor*
- ISF – *International Stabilisation Forces* - Forças de Segurança Internacionais
- JAM – *Joint Assessment Mission* - Missão Conjunta de Avaliação
- JICA - *Japan International Cooperation Agency* - Agência de Cooperação Internacional do Japão
- KOPASSUS - *Komando Pasukan Khusus* – Forças Especiais Indonésias
- KOTA - *Klibur Oan Timur Aswain* - Filhos dos Guerreiros do Timor
- KTP - *Kartu Tanda Penduduk* – Carteira de Identidade Indonésia
- LCT - Linha de Controle Tático
- MAG - *Martial Arts Group* – Grupos de Artes Marciais

MEBE - Missão de Especialistas Brasileiros em Educação no Timor Leste
MIGA – *Multilateral Investment Guarantee Agency* - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MLO - *Military Liaison Officers* - Oficiais de Ligação Militar
MOPTL - Missão de Observação Portuguesa no Timor Leste
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MUNJ - Movimento da Unidade Nacional e da Justiça
NDMO - *National Disaster Management Office* – Escritório de Gestão de Desastres
OCHA – *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* - Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários
ODA - *Office of Districtal Administration* - Escritório de Administração Distrital
OIM – Organização Internacional de Migrações
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OJETIL - Organização dos Jovens do Timor Leste
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não-Governamental
OPMT - Organização Popular da Mulher Timorense
OTA – *Office of Territorial Administration* - Escritório de Administração Territorial
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde
PCI - Partido Comunista Indonésio
PD - Partido Democrático
PDC - Partido Democrata Cristão
PDI - Partido Democrático Indonésio
PDM - Partido Democrático Maubere
PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação
PIB - Produto Interno Bruto
PKF - *Peacekeeping forces* – Força de Manutenção da Paz
PKI – *Partai Kommunist Indonesia* - Partido Comunista Indonésio
PMA Programa Mundial de Alimentação

PNT - Partido Nacionalista Timorense
PNTL - Polícia Nacional do Timor Leste
PNUD – Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
POLRI - *Kepolisian Negara Republik Indonesia* – Polícia Nacional da República Indonésia
PPT - Partido Popular do Timor
PSD - Partido Social Democrata
PST - Partido Socialista do Timor
PT - Partido Trabalhista
QG - Quartel General
RESG - Representante Especial do Secretário Geral da ONU
RTTL - Rádio e Televisão de Timor Leste
SAPT - Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho
SARET - *Special Autonomus Region of East Timor* - Região Autónoma Especial do Timor Leste
SAS - *Special Air Service* – Forças Especiais Australianas
SCU - *Serious Crimes Unit* – Unidade de Crimes Graves
SGNU - Secretário Geral da ONU
RSS – Reforma do Setor de Segurança
SSSU - *Security Sector Support Unit* - Unidade de Apoio ao Setor de Segurança
STJ - Superior Tribunal de Justiça
TBO - *Tenaga Bantuan Operasi* – Staff Civil da ABRI
TFET - *Trust Fund for East Timor* - Fundo de Confiança para o Timor Leste
TNI - *Tentara Nasional Indonesia* – Forças Armadas Indonésias (após 1999)
UCG - Unidade de Crimes Graves
UDC - União Democrata Cristá
UDT - União Democrática Timorense
UIR - Unidade de Intervenção Rápida
UN - United Nations – Nações Unidas
UNAMET – *United Nations Assistance Mission on East Timor* - Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor Leste

- UNCIVPOL - *UN Civilian Police* - Polícia Civil da ONU
- UNDP - *United Nations Development Programme* - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UN-HABITAT – *United Nations Human Settlements Programme* - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
- UNICEF - *United Nations Children's Fund* - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNIF - *United Front for East Timorese Autonomy* – Frente Unida para a Autonomia do Timor Leste
- UNIFEM - *United Nations Development Fund for Women* - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
- UNMISSET - *United Nations Mission of Support in East Timor* – Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste
- UNMIT – *United Nations Integrated Mission in Timor Leste* - Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste
- UNOTIL – *United Nations Office in Timor-Leste* - Escritório das Nações Unidas no Timor Leste
- UNPOL - *United Nations Police* – Polícia da ONU
- UNTAET - *United Nations Transitional Administration in East Timor* - Administração Transitória da ONU no Timor Leste
- UNTAS - *Uni Timor Aswain* - União dos Heróis do Timor
- UNTL - Universidade Nacional Timor Leste
- UPF - Unidade de Patrulhamento de Fronteira
- URP - Unidade de Reserva da Polícia
- US NSA – *United States National Security Archive* – Arquivo de Segurança Nacional dos EUA
- USAID - *United States Agency for International Development* - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
- USP - Universidade de São Paulo
- WFP - *World Food Program* - Programa Mundial de Alimentos

SOBRE O LIVRO

Catologação

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

Normalização

Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292
Elizabeth Cristina de Souza de Aguiar Monteiro
CRB - 8/7963

Capa e diagramação

Gláucio Rogério de Moraes

Produção gráfica

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16X23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 80g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

Tiragem

300

Impressão e acabamento

Gráfica Forma Certa

(11) 2081-6000

2019



A história do Timor Leste pode ser dividida em quatro fases: a colonização portuguesa, entre 1512 e 1975; a ocupação indonésia, entre 1975 e 1999; o processo de independência conduzido pelas Nações Unidas, entre 1999 e 2002; e o período pós-independência, a partir de maio de 2002. Nas duas últimas fases, a ONU estabeleceu diversas missões de paz naquele território: United Nations Mission on East Timor – UNAMET; International Force for East Timor – INTERFET; United Nations Transitional Administration on East Timor – UNTAET; United Nations Mission of Support on East Timor – UNMISSET; United Nations Office in Timor Leste – UNOTIL; e United Nations Integrated Mission in Timor Leste – UNMIT. Utilizando vasta bibliografia e fontes primárias, este livro apresenta a trajetória que levou à conquista e manutenção da soberania timorense, com destaque para as diversas operações de paz que foram fundamentais para a condução do processo de independência e a participação do Brasil.

ISBN 978-85-7249-050-4



9 788572 490504